

**INSTITUTO BRASILEIRO DE PSICANÁLISE, GRUPOS E INSTITUIÇÕES**

IBRAPSI

# UM ENCONTRO INESQUECÍVEL

**PRIMEIRO SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE,  
GRUPOS E INSTITUIÇÕES**

RIO DE JANEIRO, BRASIL, OUTUBRO DE 1978

**Organizador**

GREGORIO BAREMBLITT



CONSELHO  
REGIONAL DE  
PSICOLOGIA  
MINAS GERAIS

**INSTITUTO BRASILEIRO DE PSICANÁLISE, GRUPOS E INSTITUIÇÕES**  
IBRAPSI

# **UM ENCONTRO INESQUECÍVEL**

**PRIMEIRO SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE,  
GRUPOS E INSTITUIÇÕES**  
RIO DE JANEIRO, BRASIL, OUTUBRO DE 1978

**Organizador**  
**GREGORIO BAREMBLITT**

Belo Horizonte



**CONSELHO  
REGIONAL DE  
PSICOLOGIA  
MINAS GERAIS**

**2023**

© 2023, Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.

**Revisão ortográfica e gramatical:** Anderson Geraldo Teixeira Floriano e Cid Moreira

**Revisão técnica:** Domenico Hur, Ettore Scalon, Gregorio Kazi, Henrique Baleiro, Margarete Amorin

**Projeto e edição gráfica:** Gustavo Versiani

**Impressão:** Gráfica Editora Formulários Contínuos E Etiquetas F&F Ltda

**Tiragem:** 1000 exemplares

**Parceria:** Instituto Gregorio Barenblitt/BH

Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais

Rua Timbiras, 1.532, 6º e 11º andar, Lourdes

CEP: 30.140-061 – Belo Horizonte/MG

Telefone: (31) 2138-6767

[www.crpmg.org.br](http://www.crpmg.org.br) / [crp04@crp04.org.br](mailto:crp04@crp04.org.br)

Ficha catalográfica:

<p>E56 Um encontro inesquecível primeiro simpósio internacional de psicanálise, grupos e instituições / Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG); Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (IBRAPSI). – Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, 2023. 650p.</p> <p>Textos apresentados no I Simpósio de Psicanálise, Grupos e Instituições, no Rio de Janeiro em outubro de 1977.</p> <p>ISBN: 978-65-89729-08-2</p> <p>1. Psicologia. 2. Psicanálise. I. Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais. II. Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições. III. Barenblitt, Gregorio F. (org.).</p> <p>CDD: 150.195</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## **AGRADECIMENTOS**

O organizador deste livro apresenta seus mais sinceros agradecimentos à Ana Lúcia Da Costa e a Marco Aurélio Soares Jorge, por sua paciente mediação no processo de recuperação do material subtraído deste Simpósio. Igualmente, manifesta sua estima a José Roberto Dalmeida pela laboriosa tarefa de transcrever como manuscrito o conteúdo das fitas fonomagnéticas em que o evento foi registrado. Expressa sua gratidão ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) pela operação de digitalizar, a partir das citadas fitas, dito conteúdo. Igualmente, o organizador fica profundamente grato à Margarete A. Amorim por uma primeira e última leitura, correção e revisão técnica sobre o texto. Especial reconhecimento a Henrique Galhano Balieiro, o qual colaborou ativamente nos ordenamentos dos escritos, na confecção de breves currículos dos principais convidados estrangeiros e na tradução do italiano ao português de intervenções de Franco Basaglia, algumas das quais não foram traduzidas pela equipe de tradução simultânea com a que o Simpósio contou na ocasião. A Domenico Uhng Hur e Gregorio Kazi pela incansável revisão técnica, bem como a Ettore Scalon. Especial agradecimento a Milton Bicalho, Odila Braga, Camila Bahia e Nathalia Monteiro, que ajudaram a agenciar junto às diretorias dos Conselhos (CFP e CRP-04) a efetivação desta publicação.

O mais profundo agradecimento ao Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais (CRP-04), pela sensibilidade e reconhecimento ao decidir pela publicação deste material de importância histórica.



# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO.....</b>	<b>9</b>
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>OBSERVAÇÕES PARA LEITURA.....</b>	<b>12</b>
<b>AS VICISSITUDES PARA PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DO EVENTO (UMA ESTRANHA HISTÓRIA).....</b>	<b>13</b>
<b>CURSO: PSICANÁLISE DE CRIANÇAS .....</b>	<b>21</b>
<i>Eduardo Vidal</i>	
<b>PAINEL: PSICANÁLISE E PSICOLOGIA .....</b>	<b>34</b>
<i>Carmen Lent</i>	
<i>Alberto Coelho de Souza</i>	
<i>Hilton Japiassu</i>	
<i>Célio Garcia (Substituindo a Marta Berlin)</i>	
<b>TEMAS LIVRES.....</b>	<b>61</b>
<b>Clinica com grupos de mães - Regina Andrade</b>	
<b>Ateliès de trabalho com argila com paciente psicóticos - Vivian Montag</b>	
<b>Casos clínicos tratados com hipnoanálise - Antônio Ribeiro</b>	
<b>CURSO: DOENÇA MENTAL: DESVIO OU ALIENAÇÃO? .....</b>	<b>80</b>
<i>Gilberto Velho</i>	
<b>TÉCNICA DE LABORATÓRIO .....</b>	<b>101</b>
<i>Oswaldo Saidon</i>	
<b>CURSO: IDEOLOGIA E SAÚDE MENTAL.....</b>	<b>118</b>
<i>Robert Castel</i>	
<b>PAINEL: PSICANÁLISE E LINGUÍSTICA .....</b>	<b>123</b>
<i>Luis Fernando de Mello Campos</i>	

*Cidmar Pais*

*João Paulo G. de Monteiro*

*Izidoro Blikstein*

**CONFERÊNCIA: “A FABRICAÇÃO DA LOUCURA” ..... 166**

*Thomas Szasz*

**MESA REDONDA: A SOBREVIVÊNCIA DA PSICANÁLISE..... 179**

*Armando Suarez*

*Félix Guattari*

*Robert Castel*

*Chaim Katz*

*Betty Milan (Participa como plateia)*

**MESA REDONDA: O FUTURO DE UMA ILUSÃO OU O MAL  
ESTAR NA CULTURA? ..... 200**

*Betty Milan*

*Thomas Szasz*

*Eduardo Mascarenhas*

**PAINEL: A DOENÇA MENTAL NO BRASIL ..... 229**

*Gregorio Baremlitt*

*J. A. Guilhon de Albuquerque*

*Luis Fernando de Mello Campos*

*Sergio Arouca*

**POLÍTICA E HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS ..... 252**

*Roberto Machado*

*Neuma Aguiar*

*Jurandir Freire Costa*

*João Romildo Bueno (Não se registrou sua intervenção)*

**CURSO: INTRODUÇÃO AO ANTI-ÉDIPO ..... 286**

*Félix Guattari (Aulas 1 e 2).*

**MESA: FORMAÇÃO DE COORDENADORES DE GRUPO ..... 310**

*Chaim Samuel Katz*

*Eduardo Mascarenhas*

*Oswaldo Saidón*

*Edgardo Musso*

**CURSO: LOUCURA E SOCIEDADE ..... 345**

*Armando Bauleo*

**CURSO: “PSIQUIATRIA INSTITUCIONAL” ..... 348**

*Franco Basaglia*

**CURSO: IDEOLOGIA E SAÚDE MENTAL: PSICANALISMO,  
IDEOLOGIA E POLÍTICAS DE SAÚDE ..... 368**

*Carlos Villamor*

*Robert Castel (Não foi registrado)*

**MESA REDONDA: OS GRUPOS DE INTELLECTUAIS  
BRASILEIROS ..... 372**

*Sergio Arouca*

*Eduardo Mascarenhas*

*José Guilhon de Albuquerque*

**MESA REDONDA: A SAÚDE MENTAL E SUAS INSTITUIÇÕES .. 409**

*José Augusto Guilhon de Albuquerque*

*Robert Castel*

*Franco Basaglia*

*Eduardo Malfé foi substituído por José Augusto Guilhon de Albuquerque*

**MESA REDONDA: A LINGUAGEM REPRESSIVA NAS  
INSTITUIÇÕES ..... 426**

*Cidmar Pais*

*Arthur Lavigne*

*João Paulo Monteiro*



<b>PAINEL: SEXUALIDADE NAS INSTITUIÇÕES .....</b>	<b>462</b>
<i>Nilo Batista</i>	
<i>Carlos Villamor</i>	
<i>Shere Hite</i>	
<i>Franco Basaglia</i>	
<b>CURSO: “GRUPO OPERATIVO E GRUPO TERAPÊUTICO” .....</b>	<b>483</b>
<i>Armando Bauleo</i>	
<b>CONFERÊNCIA: SEXUALIDADE FEMININA (AULA Nº 1).....</b>	<b>496</b>
<i>Shere Hite</i>	
<b>MESA REDONDA: “O SEXO COMO INSTITUIÇÃO” .....</b>	<b>518</b>
<i>Félix Guattari</i>	
<i>Gregorio Baremlitt</i>	
<i>Armando Bauleo</i>	
<b>MESA REDONDA: A PSICANÁLISE: SEUS TOTENS E SEUS TABUS .....</b>	<b>536</b>
<i>Luis Fernando de Mello Campos</i>	
<i>Gilberto Velho</i>	
<i>Erving Goffman</i>	
<i>Howard Becker</i>	
<b>CURSO: A COMUNIDADE TERAPÊUTICA.....</b>	<b>577</b>
<i>Franco Basaglia</i>	
<b>COMENTÁRIOS .....</b>	<b>610</b>
<i>Gregorio Baremlitt</i>	
<b>(I) ACERCA DA “SOBREVIVÊNCIA DA PSICANÁLISE” .....</b>	<b>611</b>
<b>(II) O SEXO COMO INSTITUIÇÃO .....</b>	<b>622</b>
<b>(III) SAÚDE MENTAL E SUAS INSTITUIÇÕES .....</b>	<b>629</b>
<b>Anexo.....</b>	<b>648</b>

# PREFÁCIO

Diante de publicação de tamanha importância histórica, não é tarefa fácil fazer sua apresentação. Agrega a isso a dimensão daquele que foi mentor, organizador e palestrante no evento, que deu origem a essa publicação, ninguém menos que Gregorio Baremlitt e sua odisséia para que, não apenas o evento acontecesse, mas, principalmente, para o resgate desse material que se mostra único e visceral, ocorrido em 1978, época que se vivia o monstro da ditadura brasileira.

Diante disso, apresentar tal obra é um convite à resistência. Se trata de 45 anos de espera até sua publicação. Um esforço visando resgatar a força, a coragem e a bravura da resistência que esta obra representa. Ela nos traz à cena os tempos difíceis que nos assombraram diante do qual não nos resta outra saída senão resistir, com coragem.

Esta obra é prova cabal da importância, não apenas de pessoas como Gregorio Baremlitt, mas a todas e todos que ele menciona, pela demonstração do desejo, da e pela produção do conhecimento ético conectado à vida. Este é o compromisso ao qual o Plenário do Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais e sua Comissão de Orientação em Psicologia, Saúde Mental, álcool e outras drogas, se viram impelidas (os) a não recuar e aceitar o convite para esta publicação.

Que esta obra represente a leitoras e leitores a coragem para mais quantos anos forem necessários para a conquista do projeto de vida que a Psicologia faz parte dele. Coragem para fazer que a luz vença a sombra, a coragem vença o medo e, sobretudo, o afeto vença a indiferença.

O Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais, com elevada honra, lhes deseja uma ótima leitura!

# APRESENTAÇÃO

Nos dias 19 a 22 do mês de outubro de 1978 no Rio de Janeiro, um comunicólogo, filósofo e psicanalista, Chaim Samuel Katz e dois psiquiatras: Luis Fernando de Mello Campos – e quem organizou este livro e escreve estas linhas – Gregorio F. Baremlitt – promoveram o Primeiro Simpósio de Psicanálise, Grupos e Instituições, evento preliminar à fundação do IBRAPSI (Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições). Os subtemas do programa do evento foram: “A sobrevivência da psicanálise”, “Saúde mental e suas Instituições”, “O sexo como instituição”.

O evento se realizou no Hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, e contou com a cooperação da Associação Brasileira de Psiquiatria e o apoio do Banco Real e da Companhia Transbrasil, ambos consistentes em subsídios para publicidade e impressos.

As mesas, painéis, cursos, conferências, laboratórios e superviões do Simpósio foram protagonizados por profissionais de diversas especialidades, na época considerados os mais relevantes intelectuais no mundo ocidental, especialistas nos subtemas antes mencionados. Alguns desses experts, que por diversas razões não puderam comparecer ao encontro, estiveram presentes no Segundo Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições, organizado pelo IBRAPSI, também no Rio de Janeiro, em 1982, e suas atas foram publicadas no livro *O inconsciente institucional*, Rio: IBRAPSI, 1982.

Os intelectuais que participaram do Primeiro Simpósio vieram dos Estados Unidos da América do Norte, Argentina, Espanha, França, México, Itália, Uruguai, bem como de numerosos estados do Brasil. A maioria dos convidados residentes no Brasil arcou com seus próprios gastos de traslado e alojamento. A generosa presença e participação de todos os convidados do Simpósio foram gratuitas – e suas despe-

sas de viagem e estadia (assim como quase a totalidade dos custos do evento), foram pagos inteiramente pelo IBRAPSI com a importância recebida pelo preço das inscrições no encontro. O mesmo contou com uma pequena equipe voluntária administrativa e de acompanhantes dos convidados – e teve 1150 inscritos. A equipe de tradução simultânea contratada foi insuficiente em relação ao número de inscritos – e teve que ser complementada com a voluntária e dadivosa ajuda de tradutores improvisados – alguns convidados ao evento e alguns membros da plateia.

Devido à gravação em fitas de áudio (bem como por outras razões mais adiante relatadas), somente ficaram registradas, em geral, as traduções simultâneas e sucessivas e por isso o registro ficou incompleto e perderam-se assim preciosas intervenções. O nome das mesmas e de seus conferencistas (a quem os organizadores pedem encarecidamente desculpas) estão em anexo neste livro.

A publicação do presente volume, quarenta e três anos depois da realização do evento,<sup>(\*)</sup> tem, segundo todos os consultados a respeito, um valor incomparável. Trata-se de um testemunho militante brilhante, de surpreendente atualidade, mas também inapreciável, porque um novo encontro com a participação dessas figuras pioneiras, não só jamais será possível, senão, porque o contexto histórico no qual esse Simpósio se realizou (a ditadura militar brasileira, que teve um forte peso ameaçador no clima do encontro), segundo esperamos, nunca se repetirá.

Gregorio Baremlitt

---

(\*) Na verdade, quarenta e cinco anos. O professor Gregorio Baremlitt pretendia ver o presente volume publicado em 2021, mas infelizmente veio a falecer antes de concluída a publicação

## OBSERVAÇÕES PARA A LEITURA

Cabe informar ao leitor que não foi possível, na transcrição das fitas, checar todos os nomes e obras citados pelos expositores. Nos casos em que não ficamos seguros a respeito, o autor mencionado vai seguido de um ponto de interrogação.

Os eventos denominados fóruns e supervisões não foram registrados.

O título do evento e os nomes dos dissertantes que não foram registrados ou perdidos constam no item das p. 635 a 648.

# AS VICISSITUDES DA PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DO EVENTO (UMA ESTRANHA HISTÓRIA)

Finalizando o ano de 1977 e nos meses prévios ao evento em 1978, vivia-se no Brasil o período final da longa e despótica ditadura militar. Os perigos da violência de Estado tinham diminuído relativamente, mas ainda eram de alto risco. Uma ilustração disso foi o famoso atentado falido do Rio Centro, no qual dois agentes da repressão levaram uma bomba para ser jogada sobre a multidão; como é sabido, o artefato estourou no colo de um dos esbirros, matando-o e ferindo gravemente o outro.

Os três organizadores do Simpósio estavam unidos por uma amizade recente, mas intensa, devida a uma forte afinidade política libertária contra a ditadura, e em especial por nossa implicação no processo da reforma psiquiátrica. Essa luta já tinha se iniciado na Argentina, de onde saí exilado em princípios de 1977 – e no Brasil já estavam acontecendo as primeiras ações desse movimento.

Também os membros brasileiros dessa tríade tinham antecedentes políticos militantes, e durante os dias prévios à data do Simpósio, um deles foi ostensivamente seguido pela polícia local, o que lhe fez necessário mudar de domicílio. Por outra parte, eu também já tinha recebido várias ameaças telefônicas devido às quais tive também que mudar de moradia e de número de telefone várias vezes.

Éramos profissionais relativamente jovens, não tínhamos dinheiro sobrando, especialmente eu, dada minha recente chegada ao Rio de Janeiro em condições precárias. Nossa principal riqueza em relação à possibilidade do Simpósio, consistia numa rede de conhecidos afins na cidade, bem como em outros lugares do Brasil e do estrangeiro, e

também no fato de que, entre os três, conseguíamos falar (obviamente além do português) alemão, inglês, francês, italiano e espanhol.

A decisão de organizar o Simpósio foi tardia, de maneira que o tempo do qual dispúnhamos era bastante inferior ao necessário para conseguir montar um encontro dessa envergadura.

Uma vez elaborados os temas do encontro, a tríade examinou o panorama da cultura ocidental em termos de figuras de maior fama nacional e internacional, conhecidos pelas suas publicações e pelos meios de comunicação. Os contatos com esses intelectuais foram feitos todos, em primeira instância, por telefone. Cabe destacar que todos eles aceitaram de imediato o convite (importa lembrar que o mesmo era *ad honorem*), exceto alguém que não podia vir por razões de agenda.

Creio poder afirmar que todas as tarefas necessárias para materializar essa audaz iniciativa foram desempenhadas pela tríade e alguns amigos voluntários – e que até os dias de hoje não entendemos como foi que deram certo. Trâmites como a obtenção de autorização da prefeitura e da polícia locais para a realização do encontro, assim como a contratação da sede do Copacabana Palace (hotel de prestígio internacional e de alto custo), a reserva de passagens e de alojamento para os expositores, os equipamentos e o pessoal da tradução simultânea, a equipe de recepção... Tudo feito sem nenhum dinheiro disponível e com nossos antecedentes adversos.. Estes foram traços de milagre!

Entre todas as ajudas recebidas, me permito destacar a do Doutor Eduardo Mascarenhas, figura de grandes contatos no Rio de Janeiro e bom amigo da tríade. Eduardo, e nosso amigo comum, Doutor Hélio Pellegrino (que lamentavelmente não participou do evento), foram célebres (entre muitas outras razões) por sua corajosa denúncia do psicanalista cúmplice da tortura perpetrada pelo terrorismo de Estado contra militantes políticos de esquerda e pessoas civis sem atividade política nenhuma.

O Simpósio se desenvolveu com muito entusiasmo e agitação,

não sem percalços devido à nossa pobreza de recursos e nossa inexperiência organizativa. Um deles foi que a quantidade de aparelhos contratada para fazer a tradução simultânea e gravar as exposições foi insuficiente para o número de inscritos (1150) que jamais esperávamos – e esse foi um dos motivos pelos quais uma parte importante das valiosas exposições se perdeu.

Os expositores, frequentemente representantes de posições, se não antagônicas, pelo menos discordantes, participaram em seus respectivos compromissos com notável competência e elegância, mas também com admirável sinceridade. O público acompanhou as atividades programadas com afinco e compenetração. Entre o público se encontravam vários profissionais que já eram, e depois foram, protagonistas destacados do movimento antimanicomial e da reforma psiquiátrica brasileira. Em algumas oportunidades os prestigiosos expositores tiveram que pedir desculpas por interromper a prolongação das suas exposições devido ao número de perguntas, pois o cansaço já não lhes permitia continuar nesse momento.

As reuniões de confraternização foram maciçamente frequentadas por todos os participantes, incluindo alguns proeminentes (como por exemplo, a grande psicanalista Marie Langer) que vieram assistir ao evento sem participar como expositores.

O valor recebido das inscrições foi estritamente suficiente para pagar as dívidas contraídas e para alugar um salão de aulas que serviria para a aula inaugural do curso de formação do IBRAPSI, onde iniciou-se um processo que já tem sido objeto de várias publicações.

Um dos componentes da mencionada tríade se separou da mesma por discordâncias organizacionais com a condução do IBRAPSI – e também por incompatibilidades pessoais com outro dos membros.

Poucos dias depois de concluído o evento, procuramos as fitas nas quais as exposições haviam sido gravadas, e para nossa triste surpresa, não nos foi possível achá-las. Todos os esforços que fizemos



nesse sentido foram vãos. Esses preciosos documentos não apareceram por parte alguma. Evidentemente, alguém as subtraiu por motivos inconfessáveis que se confirmaram por acontecimentos posteriores.

As mencionadas fitas permaneceram perdidas durante aproximadamente trinta anos (!!!), até que reapareceram, deixadas anonimamente ao alcance de dois participantes do Simpósio e egressos do curso do IBRAPSI (que por essa época já havia se dissolvido). Esses dos amigos tiveram a grandeza de entregar-me esses materiais, que posteriormente o Conselho Federal de Psicologia (CFP) teve a inestimável gentileza de convertê-los em CD e digitar seu conteúdo, ainda que numa versão problemática. Após a contribuição do CFP e depois de sucessivas negociações, conseguimos a generosa parceria do Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais (CRP-04), que possibilitou a publicação desse material.

No momento em que recebi o material digitado, percebi as graves deficiências no texto final do qual eu dispunha. Em primeiro lugar, constatei a falta do conteúdo correspondente a três das fitas da gravação original. Para confirmar a descoberta, fui até a caixa de fitas e três delas tinham se perdido. Em segundo lugar, os registros dos expositores estavam incompletos ou se interrompiam num ponto para continuarem em outras fitas, no meio ou no final da gravação de outros expositores. Em terceiro lugar, em vários casos (sem serem os das fitas subtraídas e os devidos a possíveis erros de transcrição), vários discursos tinham sido omitidos por completo sem que fosse possível achar um denominador comum que explicasse tais perdas. Isso aconteceu – digo apenas como exemplo (poucas vezes afetando toda a intervenção do expositor, e várias eliminando parte das mesmas) – com as dos doutores (as), Professores (as): Ricardo Malfé (+), Emílio Rodrigué (+), Erving Goffman (+), Howard Becker (+), Robert Castel (+), Armando Suarez (+), Jorge Galperin (+), Horus Vital Brazil (+), Carlos Villamor (+), Alejandro Scherzer, Ivone Costa Ribeiro, Neuma Aguiar, Carmen

Dora Guimarães, Osvaldo Saidon (+), Miguel Reale Junior, Carlos Linger, Eduardo Losicer. Dado o incalculável valor desses aportes, ficamos profundamente consternados e pedimos infinitas desculpas aos intelectuais “desaparecidos” por causa do maligno comportamento do(a) responsável por esse delito. O mesmo foi coerente com a ética política imperante no país nessa época.

Mas sem querer particularizar, o fenômeno mais estranho e penoso aconteceu com as intervenções de minha autoria. Durante o Simpósio, aconteceu que participantes das mesas, painéis etc não conseguiram apresentar-se no último momento por razões inesperadas. Em consequência, houve substituições de expositores por outros que gentilmente se prestaram para cobrir essas ausências; mas por outra parte, a tríade de organizadores do evento considerou que era seu dever ocupar esses lugares para não deixar os outros integrantes demasiado sobrecarregados. Um exemplo típico dessa função de “coringa” foi a do Dr. Luis Fernando de Mello Campos, o qual, respaldado pela sua múltipla formação (graduado em direito, psiquiatria e psicologia), teve que integrar um número insólito de mesas.

No meu caso, já pela programação oficial, eu tinha um alto número de intervenções programadas, e cumpri também o compromisso dos organizadores cobrindo outras. Todas as minhas participações foram suprimidas da gravação (exceto a da Mesa “O sexo como instituição”) e essa “eliminação” foi diferente das outras, porque pareceu deliberada, intencional e completa. Reitero: todas as minhas intervenções (exceto uma), tanto as programadas como as improvisadas tentando repor as mencionadas ausências de expositores, e até meu discurso inaugural do evento foram cuidadosamente abolidas (!). Ninguém mais senão quem sequestrou as fitas por várias décadas poderia ter feito tal felonía, sendo difícil não atribuir a mesma a razões que não fossem pessoais, profissionais e/ou ético-políticas.

Essa dolorosa constatação criou para mim, chegado o momento

de empreender as tarefas de tradução, paginação, correção e edição do presente livro, um grave dilema. Minhas opções eram muito limitadas: ou renunciava à publicação (com a grave perda cultural e científica que isso implicaria), ou me resignava a aceitar a falta de preciosas contribuições e publicar apenas o material de que dispunha, ou reconstruía de memória minhas intervenções para incluí-las no texto. A primeira possibilidade me pareceu gravemente injusta para com os participantes do Simpósio e para os leitores brasileiros e estrangeiros em geral; é óbvio que minhas exposições escritas tempos depois das de meus companheiros de mesas, por exemplo, teriam um privilégio elaborativo intelectualmente injusto. A segunda perspectiva me excluía penosamente de algo que talvez fosse um dos maiores acontecimentos dos quais participei em minha vida. Uma terceira opção (a que finalmente adotei) não me parecia nem me parece inquestionável, não tanto por não ter capacidade para efetuar-la, mas porque, como disse Robert Castel numa das intervenções no Simpósio, a ordem cronológica na qual se apresentam as exposições, nesse tipo de encontro, determina pesadas constrições para os expositores: -"Ou porque o que tinha para expressar já foi dito", ou as hipersuficiências, ou o que já foi dito me permite argumentar a favor ou contra e até pretender completar o que não foi dito" e, no meu caso... "quarenta e três anos depois de quando foi dito".

Depois de muito matutar, e de consultar meus companheiros de tarefa, chegamos à conclusão de que o livro tinha que ser publicado, e que não seria lesivo para o mesmo que eu tomasse a liberdade de acrescentar umas páginas de comentários sobre os textos, até para contribuir na avaliação de seu incomparável viés antecipatório (ou melhor, preditivo). Assim sendo, o leitor poderá julgar, na sua leitura, se esse acrescentado meu procede ou não.

Tem-me parecido importante, antes de concluir esta breve história, uma não menos curta tentativa de explicação acerca de quais foram as causas e propósitos que impulsionaram a mencionada tríade

(ou pelo menos parte dela) a encampar esse arriscado projeto.

Como é possível entender nos relatos dos expositores brasileiros, a ditadura militar tinha desmantelado quase todo movimento, organização e expressão democrática e libertária em todo o território nacional. Especialmente, no aspecto comunicacional, bibliográfico, intelectual, docente etc houve uma rigorosa censura que talvez foi burlada impunemente apenas por alguns poucos, por exemplo, pelas produções da música popular brasileira. O processo de eliminação das faculdades de ciências políticas, sociologia, antropologia e história levou a uma proliferação das faculdades de psicologia, educação e assistência social (com programas, professores e objetivos claramente reacionários e direitistas e com objetivos de controle social). Nesse contexto, a psicanálise começou uma proliferação e prosperidade que tem continuado até agora. Notavelmente, o regime ditatorial militar não atacava nem as sociedades, nem as publicações, nem os agentes e práticas psicanalíticas (a não ser que fossem freudo-marxistas, os quais, por outra parte, eram quase inexistentes). Os diferentes integrantes da mencionada tríade organizadora do Simpósio era, em proporções diversas, filosoficamente antiextrapsicanalíticos. Seja como for, para poder concretizar um Simpósio (e posteriormente uma organização, o IBRAPSI) da orientação que pretendíamos, a inclusão da psicanálise na propaganda e na programação foi, em boa proporção, uma camuflagem indispensável perante as forças dominantes e – por que negar? – um chamariz para as inscrições e uma ocasião para uma crítica ferrenha. Principalmente, por isso, incluímos abundantemente o tema da psicanálise no programa, mas sob o sugestivo título de “O futuro” da mesma, assim como convidamos psicanalistas de muitas diferentes escolas e tendências como um modo de questionar as pretensões de hegemonia de cada uma delas. Por outra parte, profissionais de outras especialidades foram sempre intercalados na constituição dos painéis, mesas etc com uma franca intenção crítica, mas também articuladora

de saberes e afazerem.

Em uma das mesas do evento, uma interlocutora da plateia (infelizmente não identificada) fez uma pergunta de uma procedência e perspicácia medulares:

“Vocês organizaram um grande encontro que fala de psicanálise, alguns de cujos representantes são ortodoxos de diferentes tendências, mas colocaram uma quantidade de postulantes de uma interdisciplinaridade para o freudismo e de críticos contemporâneos famosos mais ou menos radicais da psicanálise. Isso não é uma contradição?” Essa interrogação teve uma resposta de Luis Fernando de Mello Campos em nome dos organizadores, a qual, ainda que moderada, foi louvavelmente franca. Cabe fazer constar que, em contraste com os restritivos custos de congressos similares (entre eles, os psicanalíticos), é importante destacar que o preço da inscrição no Simpósio foi de uma quantia discreta para esses tempos, o que permitiria que muitos estudantes e público geral tivessem acesso ao encontro.

Por último, digamos que, individualmente, assim como em eventos que reuniram só poucos dos convidados desse Simpósio, estes estiveram alguma vez antes na América Latina. Mas um encontro como este que aqui apresentamos foi o primeiro em seu gênero e em sua magnitude no Brasil. Para todos os deploráveis colegas que, de diversas maneiras pérfidas, têm procurado mostrar o contrário, lhes recomendamos piedosamente a leitura destas páginas.

# CURSO: PSICANÁLISE DE CRIANÇAS

*Eduardo Vidal*

## **Eduardo Vidal**

– A organização do Simpósio solicita que seja usado o microfone, e assim o faremos. Estou encarregado de abrir este curso de psicanálise de crianças com a participação de Emilio Rodrigué e Maria Luiza Ocampo. Direi algo acerca deles, apesar de que talvez vocês todos já os conhecem.

Emilio Rodrigué foi um precursor da psicanálise de crianças na Argentina, sendo um dos que mais trabalhou diversos aspectos da atividade lúdica em relação ao objeto transicional com o fenômeno da ilusão, em referência à teoria de Winnicott.

Maria Luiza Ocampo foi a primeira psicóloga argentina, e além disso, uma especialista em crianças.

É nesse sentido que me sinto um pouco filho deles, porque sempre participei do trabalho dos mesmos, diretamente, em forma pessoal e através de leituras. Precisava lidar com a dificuldade que se apresenta para desenvolver o tema desse Simpósio, no qual se fala de instituição e se fala um pouco de antitudo. Então, estava pensando se este encontro seria também uma antipsicanálise de crianças ou uma psicanálise de anticrianças, porque vocês terão percebido que o livro *O anti-Édipo* é antipsicanalítico. Penso que as pesquisas novas são de importância radical e que talvez, a partir desse Simpósio e desta situação da psicanálise atual, muitas coisas vão mudar. Bem, até agora eu não consegui pensar a problemática da psicanálise de crianças em relação a essa revolução das instituições que aqui se propõe. Assim sendo, pensei ajustar-me na minha exposição da psicanálise de crianças e isso que gostaria de trabalhar com vocês. Além disso, gostaria que vocês participassem nesta discussão, talvez com casos clínicos.

A primeira pergunta que me trouxe até vocês foi se realmente é pertinente falar de psicanálise de crianças. O que é exatamente isso que se chama análise de crianças? E que modificações introduz o genitivo, o partitivo, o fato de que se fale de “crianças”? Antes de tudo, pensando que estamos aqui em uma instituição na qual se fala da sobrevivência da psicanálise, tento dizer que a análise de crianças é psicanálise, quero dizer que a teoria continue sendo a da psicanálise. E quando falo, estou pensando na teoria e na técnica psicanalítica iniciada por Freud. Com isso, também quero dizer que, da perspectiva da psicanálise, não existem teorias especiais para tratar crianças. Uma pergunta que aparece é se a técnica varia. Talvez. A técnica psicanalítica de crianças varia na medida em que a criança se exprime através do jogo. Quando falo de jogo, desculpem-me, interpretem como brincar, pois para vocês o jogo pode ser um jogo regulado, não? Então aqui brincar tem esse duplo sentido. A técnica da psicanálise de crianças varia na medida em que a partir do jogo a criança nos fala de outra coisa, outra cena, que é a do inconsciente. Ou seja, que o jogo seria a via régia, o “royale” de acesso ao inconsciente. Tomamos o jogo da criança como aquilo que nos permitiria, da mesma forma que o sonho, que as formações do inconsciente entrassem a participar de um diálogo que se estabelece a partir da pregnância de outro sistema, o do inconsciente como tal. Dessa perspectiva, o jogo da criança seria a forma de expressão do discurso inconsciente e, portanto, particular dessa criança. Seria a forma através da qual, no encontro analítico, a criança expressa justamente a determinação de suas motivações inconscientes. A partir disso, eu diria com mais ênfase ainda, que a psicanálise de crianças é psicanálise na medida em que se refere à teoria e a técnica idealizadas por Freud, cujo objeto é o inconsciente, através dos avatares do inconsciente na palavra e no discurso. Minha tentativa pessoal, e de toda uma escola nesse momento, é voltar, retornar à psicanálise de crianças na medida em que foi planejada, idealizada por Freud na

teoria psicanalítica. Vamos ver também quais foram as dificuldades de Melanie Klein e vamos fazer a crítica e o realce daqueles pontos da teoria kleiniana que foram fundamentais e que continuam sendo importantes. Enquanto falamos de crianças, uma coisa que eu penso de importância seria definir o que é uma criança para a psicanálise e o que é uma criança para o desejo dos pais. Freud nos fala, num trabalho antológico, na medida em que nesse trabalho se expõem as condições das equações inconscientes, estou me referindo ao trabalho “As transmutações das pulsões e o erotismo anal”, no qual ele estabelece cinco termos do inconsciente, cinco equações relacionadas em que o bebê representa um objeto de desejo da mãe, e que em nosso inconsciente, o bebê aparece como uma parte que se separa do corpo de alguém e, neste caso em particular, do corpo da mãe, e se intercambia junto com uma série de equações simbólicas. Essas equações são: bebê, pênis, fezes, dinheiro e presentes. Repetindo: Freud estabelece nesse texto, que é um trabalho no qual estão condensados os cinco elementos fundamentais constitutivos do inconsciente, ou seja, que esses termos são absolutamente intercambiáveis. O sentido, aquilo que produz essa equação, é justamente o fato de que são separáveis do corpo da pessoa.

Nesse sentido, entram no inconsciente como objetos parciais intercambiáveis. Intercambiável significa que um e outro, na dinâmica inconsciente se trocam, estabelecem um valor de troca. A partir dessa equação fundamental, resta-nos saber o que significa esse bebê para a psicanálise, pelo menos na conceitualização do inconsciente. O bebê seria o substituto, dentro do inconsciente materno, justamente daquela equação bebê, pênis, do objeto que a mãe deseja; o bebê seria, dentro da temática inconsciente, o representante do falo materno. A mãe representa no bebê algo da ordem do falo que ela não tem. O bebê vai suprir uma carência da mãe, a carência de pênis, e justamente a partir do complexo de Édipo feminino, a mulher, como vocês sabem,



substitui a falta de pênis pela possibilidade de ter bebês. Assim que a mulher faz a primeira equação simbólica, a mulher troca a falta de pênis pelo bebê que está por nascer. Até aqui, fica claro qual é a substituição que a mulher faz dentro da temática de Freud? Em relação ao pai? – a questão é mais complicada. O que representa o filho para o pai, a questão é mais complicada. Em um artigo excelente, que vocês também já conhecem, “Introdução ao narcisismo” (não sei qual é a tradução em português), Freud coloca que o narcisismo dos pais está assegurado pela continuidade da linhagem nos filhos. Ou seja, que o filho vem a continuar os pais na linha geracional e, nesse aspecto, o filho é aquele que continua, na fantasia, o destino dos pais. Mas o texto é ainda mais incisivo. Mostra que justamente o filho vem a ser uma espécie de exorcismo contra a morte dos pais, ou seja, que diante do fato de todos nós sermos mortais, fica de alguma maneira delimitado, fica... não encontro a palavra...fica talvez diminuído na medida em que podemos prosseguir através de nossos filhos, ou seja, que a função de nossos filhos seria justamente a de nossa supervivência. O homem e a mulher tendo filhos conseguem de alguma maneira vencer imaginariamente a morte. O filho é aquele que conjura a morte dos pais. Daí que possamos pensar naquela frase tão particular que é “Your majesty the baby”, segundo a qual a criança representa para os pais tudo aquilo de desejado, de promessas incumpridas, de desejos frustrados, que de alguma maneira se perpetuam através desse filho. Como vocês estão vendo, tanto para a mãe como para o pai, quanto para a família, o filho que nasce tem um sentido de obturar, de fechar uma carência. Para a mãe, obtura a carência da falta de pênis, para o pai, obtura a carência de ser. Essa carência de ser que está marcada porque somos seres para a morte. E de alguma maneira a criança intervém no imaginário dos pais como sendo aquela que conjura essa morte possível. Dessa maneira a criança transmite o nome, o sobrenome de uma geração à outra. Não sei se vocês pensaram já na importância da transmissão do

sobrenome. Por exemplo, o fato de que nasce uma mulher, uma mulher que nasce é um conflito, tanto para o pai como para a mãe. Para a mãe porque a mulher nasce com uma carência, novamente traz para ela a falta de pênis; para o pai, essa menina não transmite o nome, o sobrenome. Na medida em que casa, adota o nome do marido, e se perde o sobrenome da família original. E vocês têm visto na prática cotidiana, a importância que isso tem, e a decepção que muitas vezes origina o nascimento de uma mulher, sobretudo quando é de muitas mulheres e não nasce um homem. Porque os pais sentem que a genealogia deles fica truncada, fica cortada. Ou seja, que nessa medida estaria sendo mostrada a importância de transmitir através da criança um nome, de sobreviver ao nosso destino humano, que é um destino de morte. Como vocês estão vendo, quando uma criança nasce, já antes de nascer significa muitas coisas, porque ela é uma rede de significações dentro do inconsciente dos pais. A criança, no momento de nascer, retoma, religa, continua o conflito entre o inconsciente materno e paterno. Então, uma criança não se gera do nada. Gera-se a partir de uma história familiar. Eu acho este ponto fundamental, porque isso tem importância também na análise de crianças. Isso indica a importância de escutar, de ouvir, de perguntar sobre os mitos familiares, na forma em que a criança foi esperada, que coisas particulares cada família aguarda de uma criança. Porque esta particularidade com a que se espera uma criança determina seu destino. A criança está marcada pelo desejo dos pais. Representa algo para esse desejo. E essas primeiras entrevistas, como vocês sabem, são muitas vezes anamnésicas: Quando nasceu? Que dia? Como foi o parto? Quando saíram os primeiros dentes? Muitas vezes, nessa anamnese, perde-se a escuta sobre o que significou a criança para o mito familiar. Minha proposta seria que nossas entrevistas com os pais fossem absolutamente em termos de associação livre e de escuta com atenção flutuante. Precisamos deixar um pouco essas anamneses que muitas vezes não servem para nada,

e vocês já terão comprovado que se os dentes saíram aos seis meses ou aos oito meses, pouco importa, mas muitas vezes importa mais saber como essa criança foi esperada, como o vovô interveio nessa gestação, como os pais moravam e conviviam no momento do nascimento, como a família esperava essa criança que estava nascendo? E novamente temos que fazer um esforço, porque nossa disciplina, a psicanálise, herdou, talvez por nascer da medicina, uma anamnese médica. E nosso contato nas entrevistas é muitas vezes uma anamnese médica. Tenta-se preencher, como numa espécie de catálogo, os dados cronológicos necessários com os quais o psicólogo, o psicanalista, se não os tem, sente que sua entrevista foi fracassada. Eu acho que já é hora, talvez, de deixar de lado essa anamnese, e voltar à anamnese em algum ponto que ficou escuro dentro do discurso dos pais. Tentar deixar anamnese para um segundo ou terceiro momento, ou talvez para um mais além, não? Agora, o fato de que a criança seja esperada numa rede de significações, de desejos inconscientes, põe a criança num lugar que ela terá que cobrir, de alguma maneira, essa falta dos pais; é obrigada a satisfazer os desejos dos pais. Ela se aliena como tal. Poderíamos dizer que toda criança nasce alienada nas significações daquilo que os pais desejavam dela. Ela nasce sendo objeto do desejo dos pais. É isso exatamente o que origina, e todos vocês com experiência clínica já conhecem, a tensão do superego, do ideal do ego na criança. Ela vive uma tensão contínua com o superego, com o ideal do ego, na medida em que a criança precisa satisfazer o ideal de ego dos pais. Essa luta para ser perfeito, para ser ordenado, limpo, cuidadoso, nada mais é que a forma particular como o desejo dos pais intervém nessa criança. É justamente aquilo que gera neurose, o fato de ter que satisfazer as demandas parentais. Eu definiria o superego, o ego ideal, como a forma tirânica na qual se inscreve na criança o que os pais desejam dela. E que, evidentemente, é objeto de conflito, de tensão, e muitas vezes objeto de morte. A criança psicótica o é porque ficou

absolutamente alienada no desejo materno. Ela vive no seu mundo em particular com relação àquela limitação de só ser objeto de alguém.

Claro, nossa pergunta seria pensar como, tomando uma acepção freudiana, a palavra freudiana que eu queria que vocês, pelo menos, lembrassem. Essa palavra, “das kleine”, em “Transmutações dos instintos e o caráter anal”, significa “o pequeno”. Não sei se em português teria o mesmo sentido, mas para nós, em espanhol, significa o pênis. Aqui vocês têm uma palavra, como é? Peru, peruzinho, piu-piu? Que são algumas palavras que indicariam alguma relação com esse problema. Além disso há outra expressão “coisinha da mamãe”, que mostraria que a criança é a coisa da mãe. É justamente esse pênis faltante. Porque coisa é objeto, um objeto particular do inconsciente dela.

Justamente essa forma popular da linguagem informa as relações inconscientes, não? E talvez nessa forma particular é onde nós temos que procurar significações universais do inconsciente. A pergunta seria: Como essa criança, esse bebê, esse pequeno, esse “das kleine”, essa “coisinha de mamãe” se transforma num sujeito psíquico? Qual é a forma, como se opera a passagem de ser objeto da mãe a ser pessoa? Como se passa de objeto a sujeito? Essa seria, talvez, uma questão fundamental nesse processo de escuta da criança. Evidentemente, essa passagem não é fácil, é uma passagem conflitiva; por momentos é dilacerante. Dá-se justamente através da encruzilhada da castração. A criança passa de ser objeto a ser sujeito de seu próprio desejo através de um processo complexo que é o complexo de Édipo, e da sua passagem pela castração. Novamente, aqui se impõe uma observação com respeito ao problema do Édipo e do anti-Édipo, porque, de alguma maneira, tudo isso está sendo questionado atualmente. Mas na minha experiência clínica, eu acho que a passagem pela castração determina a posição do sujeito, decide o lugar da pessoa no universo cultural. Não esqueçam que, a partir do momento em que a criança faz essa passagem, ela se inscreve na ordem da cultura.

Não é à toa que em todas as civilizações a aprendizagem, a escolaridade, começa a partir da resolução do complexo de Édipo. O que isso está mostrando é justamente que o complexo de Édipo é a peça chave a partir da qual a criança se inscreve na cultura. É justamente através do complexo de Édipo que a criança começa a participar de grupos maiores, extrafamiliares. Isso mostra o primeiro corte com uma situação absolutamente edipiana. A situação edipiana poderia ser descrita como o infantil sujeito ficando inteiramente preso no núcleo da família. Assim sendo, a resolução do complexo de Édipo é uma abertura para o mundo simbólico universal. Esse caminho de subjetivação é recolhido pela psicanálise a partir de um mito: o mito edipiano. Freud procura mostrar que todo filho de homem precisa, para ser homem, passar por essa encruzilhada. Da mesma forma que o mito mostra, através da história da cultura, essa forma de passagem através da qual a criança se separa da mãe, esse mito tem o caráter de uma repetição, porque estrutura todas nossas relações, indicando que a repetição, a insistência da estrutura desse mito, nos falaria de uma certa universalidade do Édipo. Em cada cultura, em cada criança que nasce, existe já traçado um caminho a percorrer. Na história psicanalítica do sujeito existe uma criança que passou a ser genital no momento em que a teoria e a clínica freudiana tocaram o discurso dela com uma vara mágica. Um primeiro exemplo dessa história é o do pequeno Hans. Seria bom interrogar-nos sobre o que foi que Hans contou para Freud, o que foi o que esse primeiro caso infantil da psicanálise contou para o professor Freud. Nessa época, Freud estava muito interessado em provar a teoria da sexualidade infantil. O caso Hans foi publicado em 1909, e as teorias infantis, um artigo breve de Freud, foi publicado nesse mesmo ano. (\*\*) O importante, dentro de nosso contexto de exposição, é que Hans mostrou que a sintomatologia fóbica é uma forma particular de impos-

---

\*\* Vidal talvez esteja se referindo ao texto sobre “O esclarecimento sexual das crianças”, publicado em 1907, ou, o que é mais duvidoso, aos Três ensaios, de 1905.

sibilidade de corte da criança na\*\*\* relação com a mãe. Ou seja, que a angústia fóbica é um afeto de angústia sentido num momento em que a criança se vê, se sente engolida, absorvida, fusionada com a figura materna. A angústia fóbica seria, justamente, o sofrimento perante a impossibilidade de cortar com o corpo materno, a impossibilidade de se separar da figura da mãe. Isso nos falaria também de que tem algo na função do pai que está falhando. Uma breve referência à função do pai como agente da castração: é aquele que interfere na relação da criança com a mãe. O pai é aquele que introduz nessa relação o mencionado corte; é aquele que representa, dentro do grupo familiar, a lei de proibição do incesto. Essa lei indica o que se pode exprimir mais ou menos com essa frase: “Você não deve, você não pode deitar-se com sua mãe”. E igualmente o pai falaria para a mãe, “Você não pode reincorporar seu produto, você não pode reapropriar-se desse produto que é seu filho”... Ou seja, que a proibição do incesto tem duas vertentes: é proibição para a criança e também para a mãe. É a partir dessa proibição que a criança começa a se separar da mãe, a se subjetivar. Deixa de ser objeto do desejo dela para começar a ser um sujeito que deseja algo além da mãe. Deixa de ser tudo para a mãe, começa a ser algo além da mãe. No caso Hans, a angústia recomeçava no momento em que a criança percebia o contrário da separação, perdia a distância com a mãe. O terror de Hans era voltar a uma situação de indiscriminação com essa mãe. O conflito de Hans se estabelece num momento muito particular da história dele. Isso acontece por três motivos: primeiro, pelo nascimento da irmã. O mesmo deslocou Hans de ser o objeto privilegiado do desejo da mãe. A mãe não tinha só Hans, tinha mais uma criança. E a posição de ser rei, de ser o soberano na relação com a mãe foi quebrada. O segundo motivo que acho que determina esse corte com relação à figura materna é o fato de que o pai começa a ter para Hans uma significação maior. Essa significação está inscrita

---

através da procura que o pai de Hans faz da figura de Freud. O pai procura Freud no momento em que já não sabe como lidar com a lei paterna, e precisa de alguém que o ajude a lidar com a função de corte dessa dupla. E essa é uma das funções que Freud tem com relação a Hans. Acho que se Hans melhora em tão pouco tempo, foi porque Freud conseguiu restabelecer a função do pai dentro da patologia da criança. Freud foi como um pai que a criança conseguiu ouvir. É interessante essa frase que a criança fala: “O professor Freud sabe tudo acerca de mim”. Sempre que Hans se refere a Freud diz “o professor”, o que talvez esteja indicando o lugar do pai simbólico. Outro ponto fundamental é que, justamente nesse momento, nessa constelação psíquica, Hans começa a perguntar acerca da diferença entre os sexos. Começa a reconhecer, e a desconhecer ao mesmo tempo, a castração da mãe. Hans pergunta se a mãe não tem órgão para fazer xixi. A mãe responde de maneira relativamente ambígua, “Sim, eu tenho um órgão para fazer xixi”. No momento em que a criança se aproxima tentando investigar, saber, sobre essa diferença, encontra nas palavras da mãe certa ambiguidade; a mesma, evidentemente, também é causa do sintoma de Hans. Na medida em que a mãe não se reconhece como tendo uma falta, a mãe se reconhece numa forma inconcludente, como tendo e não tendo ao mesmo tempo. Eu abordei, na forma breve desse curso, o caso Hans, por vários motivos. Primeiro porque é um caso histórico da psicanálise; penso que a psicanálise de crianças começa com o caso Hans. Segundo, porque eu acho justamente que a patologia de Hans é uma patologia que ilustra os problemas de passagem da relação dual com a mãe, da relação de ser objeto do desejo da mãe para passar a ser sujeito que deseja. Justamente, a patologia de Hans seria de uma transição entre esses dois momentos: pode ter sido objeto e o momento de não ser ainda sujeito. Eu acho que talvez tenha sido a conflitiva maior da problemática de Hans e talvez, por extensão, a conflitiva de toda fobia. Toda fobia, no fundo, tem algo a ver com esse

momento crucial de passagem. Vocês sabem que o temor de todo fóbico é o de não ficar fechado dentro da relação com o outro. O fóbico sempre precisa da porta aberta, mas também sempre está reclamando que o elevador não fecha a porta, que o ônibus pode bater etc. Bom, vocês devem conhecer, porque quem não tem algo disso, não? O fóbico sempre está procurando que a saída seja possível. É justamente o que acontece com Hans. Ele está procurando que o pai intervenha para abrir as portas do universo simbólico. É nesse sentido que sempre se falou de uma angústia de castração. É evidente que o pai e a figura de Freud representam um lado idealizado e um lado temido também. Agora, se existe angústia de castração – nós não temos dúvida com relação a isso – também existe um desejo de castração. A criança reclama da figura do pai, e logo da figura do analista, o fato de poder assumir, de alguma maneira essa posição de agente da castração. A criança reclama a castração. A castração não é um efeito negativo. A castração tem um poder positivo, na medida em que separa a criança do corpo da mãe. A castração é necessária. Então, não só existe angústia de castração, mas também existe o desejo de castração. Todos vocês, que têm experiência com crianças, saberão quando as crianças reclamam certo limite. Quando as crianças, num momento de desbunde estão pedindo do adulto certa ordem, certo limite, certa castração; sobretudo, aqueles que têm experiência com crianças psicóticas, sabem o quanto isto é assim. Sabem da importância de poder lidar com limites apropriados. Quando o limite é apropriado e quando não é. Bom, eu acho que esse é o conflito de todo terapeuta e de todo pai. É o problema do pai que nos consulta perguntando: “Como dar limites a meu filho?” Assim ele está indicando que todas as pessoas têm dificuldades para lidar com a Lei de maneira justa. Essas dificuldades são assumidas com culpa, o terapeuta fica culpado por ter colocado limite, fica duvidando se esse limite foi o que era necessário. Eis aí um problema que eu acho perigosíssimo, que consiste em interpretar a função



do agente como uma função autoritária, repressiva. Porque dessa maneira estaríamos muito próximos do pai do presidente Schreber, que como vocês sabem, foi autoritário demais. Ele era uma personalidade paranoica, e vocês sabem como o paranoico lida com a lei, o faz de uma maneira absolutamente castrante, sem abrir possibilidades para novos destinos. É justamente uma forma de fechar toda possibilidade de saída. Então, nós temos sempre que refletir sobre esse aspecto para não ficar sendo os novos carrascos das crianças, porque nesse momento existe certa tendência a pensar que, como o terapeuta tem que ser aquele que representa o pai, que deve cumprir a função paterna e ser agente da castração, pode transformar-se em um novo carrasco da sociedade, e fazer exatamente aquilo que é objeto deste Simpósio, ou seja, ver a psicanálise como uma nova forma de aniquilar o surgimento de algo novo da criatividade da criança. Então, com relação ao problema do agente da castração, eu peço a vocês para refletirem sempre acerca dessa posição. Pelo menos, certa precaução seria lembrar que o terapeuta não é a Lei, é o representante da mesma. Ele não cria a Lei, é portador de certa Lei, de certa ordem que está fora dele. Ao mesmo tempo, igual à criança, ele não está fora da Lei; ele participa de um sistema simbólico organizado por leis e está em relação com a criança e em relação com a castração, na mesma posição que a criança. Talvez, a partir do reconhecimento de que o terapeuta está também frente à castração, nossa presunção de sermos legisladores tem que diminuir, tem que ser revisada, reestudada continuamente. Vocês gostariam de fazer algumas perguntas antes de continuar com a leitura que Melanie Klein fez do caso Hans?

#### **Interlocutor não identificado**

– Não entendi bem sua colocação com respeito a que tanto a criança como o terapeuta ocupam a mesma posição perante a castração.

**Eduardo Vidal**

– Acho que para ser terapeuta, psicanalista, em algum momento de nossa prática e da nossa análise teríamos chegado ao ponto de poder reconhecer, em nós, nossa castração, ou seja, que todo sujeito humano está limitado justamente pela castração, pelo Édipo, pela libido e pela morte. Nesse sentido, todo terapeuta está inscrito nessas quatro linhas. O problema é que a psicanálise nos gera um campo de onipotência muito particular. Na medida em que lidamos com essas ideias podemos chegar a pensar que estamos isentos dessas determinações e dos sofrimentos que lhes são inerentes. A psicanálise gera, e vocês sabem por experiência própria – qualquer pessoa que tenha feito psicanálise, que seja psicanalista, sabe – como a onipotência dessas ideias pode servir para mascarar nossas carências de ser.

# PAINEL: PSICANÁLISE E PSICOLOGIA

*Carmen Lent*

*Alberto Coelho de Souza*

*Hilton Japiassu*

*Célio Garcia (Substituindo a Marta Berlin)*

## **Alberto Coelho de Souza**

– A capacitação para o exercício da psicanálise e da psicologia é um tema interessante para todos os que exercem e usam dos serviços dessas especialidades. No caso da psicologia, a autorização para exercê-la é clara, tanto acadêmica, quanto juridicamente. No caso da psicanálise, a questão é muito complexa, se não no aspecto institucional, sim do ângulo jurídico. Isso depende muito de se tratar de um direito punitivo ou preventivo. É patente que Freud dá esse exemplo de direito punitivo e direito preventivo, claramente, apenas porque queria incluir a Áustria no caso do direito preventivo apenas. Quer dizer, ele coloca o seu país no caso do direito preventivo e compara essa situação com a situação da Alemanha, onde me parece que a situação era drasticamente punitiva. Não sei como se dá na Inglaterra ou nos Estados Unidos, mas de qualquer forma, creio que num país anglo-saxão também vigoraria o direito punitivo. Ou seja, qualquer curandeiro poderia exercer a psicanálise e a única consequência seria que o paciente poderia cobrar – de certa forma, a partir do contrato particular feito com esse “curandeiro” – sobre os resultados do seu tratamento, coisa que dificilmente ocorre e que raramente se poderia esperar no caso dos países onde a legislação é preventiva. Nos que não, haveria alguma indenização por resultados insatisfatórios de tratamentos, psicanalíticos ou não. Enfim, para falar da modificação dessa lei que outorga direitos de indenização para os pacientes, depender-se-ia evidentemente de um legislador, ou de uma autoridade ignorante em psicanálise, os

que, segundo Freud, teriam que ser convencidos de que alguém teria que instruí-los sobre o que seria a psicanálise. E toda a questão da análise leiga se desenvolve exatamente nesse sentido, é um diálogo entre uma pessoa ignorante em psicanálise conversando com Freud numa tentativa de explicar a essa pessoa o que seria a psicanálise. A obra é de 1926. Claro que Freud insiste primeiramente sobre a diferença em relação à medicina. Isso pareceria colocar em contrapartida, e em princípio, a psicanálise do lado da psicologia. Iremos ver essa questão, assim o espero, muito mais na fala dos outros participantes da mesa que na minha. Mas Freud propõe instruir o interlocutor, isto é, o legislador ignorante em psicanálise com um pequeno repertório de sintomas patológicos dos neuróticos. Isto é, ele define e relata o que seriam exatamente os sintomas patológicos do neurótico. Freud mostra e explica que o analista, em vez de dispor de instrumentos, de medicamentos ou de qualquer coisa da aparelhagem – digamos assim, intelectual e técnica – de que o médico dispõe, ele conta unicamente com a fala e o ouvido. Ao que o interlocutor diz então: “Quer dizer que se trata de um tratamento de palavras?” (Trata-se de um interlocutor hamletiano). Então se trata, diz o interlocutor, de um tratamento apenas centrado em palavras, palavras e palavras. Trata-se mais ainda – diz o interlocutor - de magia? Ao que Freud responde que nada do maravilhoso que a magia promete a análise cumpriria, ou seja, uma economia de tempo, de trabalho, e muito menos de dinheiro. O interrogador de Freud pergunta ainda: “Então se não é magia, é uma confissão religiosa?” Ao que Freud responde de uma maneira que me parece bastante significativa: “Não, porque na confissão o sujeito diz o que sabe, e na psicanálise ou na análise ele vai dizer exatamente o que não sabe.” Isto quer dizer que ao deixar de lado a teoria do trauma, muda a ideia do que deva ser o discurso do paciente na psicanálise, ou seja, não se trata mais de confessar o pecado ou do importante, mas se trata precisamente de falar daquilo que aparentemente não tem nenhuma trans-

condência ou de algo que aparentemente nada tem a ver com a sua salvação. Isso significa que temos então uma nova direção propriamente psicanalítica do discurso, ou seja, a palavra para Freud passa a ter uma função muito parecida com a função que ela tem no chiste, com o papel que ela tem no humor. Ou seja, ela pode, pela sua ambiguidade, remeter precisamente ao que ela não quer dizer, isto é, como é sabido, nem sempre a minha palavra diz o que eu quero dizer: ela pode dizer o contrário, o inverso ou aquilo mesmo que eu não quero dizer. Há, portanto uma ambiguidade neste signo, neste sinal que é a palavra, nesse significante que é a palavra. Dizendo de outra forma, a palavra não tem uma relação unívoca – ou o significante não tem uma relação unívoca – com o significado. O destino da palavra não é exatamente o seu referente. Da mesma maneira que a palavra não conduz univocamente ao significado, a pulsão, ou o desejo, não conduz univocamente ao objeto. O que Freud quer dizer é que a libido não determina necessariamente um objeto que seria próprio dela. Isto é, o objeto da libido não está predeterminado imediatamente pela pulsão: pode ser um, pode ser outro, pode ser outro ainda e assim sucessivamente. Por conseguinte, a palavra liberada do seu referente evoca a labilidade da relação entre a pulsão e o seu objeto. Se a palavra é ambígua em relação ao seu significado, a pulsão também o é em relação ao seu objeto. Isso quer dizer, em última análise, que assim como não há uma evolução segura para o meu discurso, tampouco há uma evolução segura para minha sexualidade. Isto é, partindo da libido, tanto eu posso evoluir sexualmente num sentido, como noutro, dependendo de que objeto venha satisfazer essa libido. Assim, estaria aí para Freud a especificidade do enfermo neurótico, ou a especificidade da enfermidade neurótica. Isto é, ele enferma precisamente por quê? Ele não quer saber que não há um saber, isto é, que não há uma relação unívoca entre a função e o seu objeto. Ele teima em pensar que sabe isso, ele não quer saber que não sabe, ele não quer saber que desconhece exatamente este desconhecimento. E re-

pete, por isso, ao longo da sua vida, enquanto neurótico, o fato de crer que pode saber isto. Ora, que se pede então ao analista em relação à sua formação diante do paciente assim considerado? Talvez pouco ou nada que tenha a ver com a medicina e talvez muito com o que tem a ver com a linguística, com a lógica, com a literatura, com a mitologia e assim sucessivamente. Ainda uma coisa que nos ajudaria de certa forma, nesta mesma linha de pensamento a separar a psicanálise da medicina. O corpo torna-se erógeno porque, segundo Freud, extrai a sua sexualidade precisamente do corpo da mãe, que é um mal lugar. É um mal lugar porque aprender a sexualidade com a mãe é aprendê-la num lugar onde ela não pode ser exercida. É aprendê-la num lugar onde ela será reprimida, é aprendê-la num lugar onde ela será proibida. É aprender com quem não se pode exercê-la. Há, por conseguinte, que desprender-se desse lugar – e essa seria uma tarefa da psicanálise. Quanto à psicologia atual, ou quanto ao estado atual da psicologia, creio que nós presenciamos mais uma espécie de encruzilhada ou de cruzamento de discursos que se contradizem. Considerando cada um deles, cada uma das correntes psicológicas, dificilmente se adquire um instrumental teórico e técnico unitário que delimite, ou que chegue a possibilitar, a delimitação de um objeto próprio. Na verdade, é por isso que as diversas correntes da psicologia se encontram hoje numa situação em que elas estão dispostas e sedentas a se atirar a quaisquer objetos, mas principalmente a objetos reais, mais do que propriamente a conceitos teóricos. Nesse sentido, elas dificilmente se constituem em teoria e esta seria uma diferença marcante, me parece, em relação à psicanálise, que bem ou mal é uma teoria. Assim, ainda por cima, essas psicologias são seduzidas muito frequentemente por uma familiaridade com as representações mais espontâneas de seus usuários. Isto é, elas se identificam mais facilmente com o empírico, elas atentam mais facilmente com o empírico, como eu já disse, e não propriamente com os conceitos teóricos. E daí, portanto, nós poderíamos retomar Freud e

dizer que por isso, talvez, ele não nos dê uma visão satisfatória da vida psíquica como uma totalidade, isto é, como um todo. Como vejo, não se trata de um complemento, mas de uma constatação mesmo, que eu queria lembrar para a maioria do público, que é um público jovem e provavelmente de estudantes de psicologia. Bem, apenas para completar e para dar um subsídio que me parece valioso, gostaria de apresentar uma citação de Freud que me parece importante. Freud diz que uma das dificuldades da psicanálise é exatamente a convivência com o inconsciente. Assim como não é fácil conviver com o próprio inconsciente, tampouco, apesar de toda a convicção teórica que nós tenhamos a respeito, tampouco é para os analistas manter-se numa relação familiar com o seu inconsciente e com o próprio inconsciente do analisando. Isto é, não é fácil habituar-se – natural ou espontaneamente – com a hipótese da existência de um inconsciente. Por essa razão, creio que Freud compreendeu isso perfeitamente – e vocês encontrariam esta citação exatamente no artigo sobre a análise leiga, que eu gostaria de repetir para terminar minha intervenção. Diz ele: “Por esta razão, exigimos que todo aquele que deseja praticar a análise, se submeta a ela, e somente no curso da mesma, ao experimentar em si próprio os processos postulados na teoria psicanalítica, é que ele adquire aquelas convicções que hão de guiá-lo em sua prática analítica”. É só.

### **Carmen Lent**

– Bem, refletindo a respeito do nome deste painel, várias coisas foram me ocorrendo. Pensei em primeiro lugar por que haveria uma necessidade de estabelecer uma relação entre a psicanálise e a psicologia. Essa comparação entre psicanálise e psicologia a meu ver já implica uma série de diferenças, semelhanças, enfim, basicamente um estudo das relações entre ambas e as vicissitudes dessas relações. Continuando por aí, comecei a pensar que as duas, a psicanálise e a psicologia, tinham basicamente duas maneiras de se expressarem – e eu tomo quase que estritamente o momento atual, 1978.

Acho importante, contudo, não perder de vista a dimensão histórica que em muitos casos é determinante. Entretanto, por razões de tempo e de interesse, preferi me fixar no que é o momento atual, tal como eu entendo que é. Na atualidade, as duas, a psicanálise e a psicologia seriam duas maneiras de expressão, duas maneiras de se apresentarem no mundo. Por um lado, ambas seriam um sistema de ideias a respeito de um determinado objeto formal. Por outro lado, ambas seriam um conjunto de modos de operar com e sobre um determinado sujeito que pode ser plural ou singular – no caso não importa. Bem, em primeiro lugar, como um sistema de ideias, com tendência a se colocar como ciência, como um corpo de conceitos que possui um objeto formal. Essa distinção me parece ser bastante, sendo claro que, na atualidade, isso acontece quase que exclusivamente com a psicanálise e não com a psicologia. Quer dizer, a psicanálise tem como objeto formal o inconsciente, o seu estudo, enquanto que a psicologia não parece ter um objeto delimitado e parece embarcar nas águas da psicanálise. Para que embarcar? Aqui vem a segunda expressão, a segunda maneira das duas se expressarem, que é o que, aliás, é a necessidade de toda ciência, a sua prática. Toda ciência existe para ser praticada. Na prática, ambas, a psicanálise e a psicologia, consistem em uma interação humana, destinada, de um modo ou de outro, a entender essa prática e a promover por meio dela uma mudança. Ambas são procuradas como recursos para que, aqui já o sujeito e não o objeto possa sair de um lugar que para ele sujeito/indivíduo, ou sujeito/grupo é um lugar indesejado. E digo deliberadamente indesejado e não uso termos como doente, ou patológico, varia claramente de uma cultura para outra, de uma sociedade para outra, e de um tempo histórico para outro. Mas aquilo que a meu ver se mantém como um universal, é que em cada momento, em cada cultura, o que se considera como doente ou como patológico, é um traço que tanto o indivíduo quanto a sua cultura sente e avalia como indesejável de ter. Tome-se,



por exemplo, uma neurose, uma psicose, uma criminalidade, algumas formas de marginalidade etc. A prática, então, essa segunda maneira das citadas disciplinas se expressarem no mundo, o conjunto de modos de operar, consiste numa interação humana com um sujeito que apela aos recursos de um profissional a fim de sair daquela cena, daquele lugar em que ele sente que sofre o indesejado, padece uma neurose, é possuído por uma psicose, leva uma dor de viver, vive alguma característica da qual realmente quer se afastar porque é sancionada como indesejada, seja por ele desde dentro, seja pela sociedade desde fora, ou por ambas. Bem, acontece que aqui, nessa segunda maneira de expressar-se, pareceria quase ser uma situação que torna irrelevante a diferença que apontei entre psicanálise e psicologia. Na prática pareceria ser, e eu me refiro a tempos bastante recentes, talvez os últimos 20, 30 anos, ou não muito mais do que isso, certas correntes assim chamadas “psicológicas” promovem, oferecem recursos técnicos para propiciar, induzir ou efetuar as mudanças as que me referia. Eu fiquei me perguntando bastante tempo por que seria que o psicólogo como tal, apareceu, quer dizer, preencheu um lugar que – estreito ou não – existe de fato, um posto na sociedade quando já havia um leque amplo entre psiquiatras, neurologistas e psicanalistas que se ocupavam do tal indesejado. Não é uma pergunta para a qual eu tenha a resposta agora, apenas me parece importante de ser colocada, porque parece que a partir daí há uma série de consequências. Bem, se nesta segunda maneira de se expressar no mundo da psicanálise e da psicologia falamos em uma interação humana, já não estamos mais falando em psicanálise e psicologia, mas sim em psicanalistas e psicólogos e isso já muda consideravelmente a questão. A essa parte do tema, eu queria me dedicar um pouco mais. Se bem que acho que a relação entre uma disciplina que tem na sua teoria um objeto formal abstrato, como aquele que psicanálise tem é de extrema importância. Não obstante, vou tentar ir e voltar nas comparações entre os agentes

dessas duas disciplinas. Quem seria um analista e quem seria um psicólogo nessa consideração? Aqui há uma diferença importante no Brasil, bastante recente eu diria, de uns três a quatro anos para cá. Quatro anos atrás um colega meu, Paulo Sérgio Lima e Silva e eu, apresentamos um trabalho no Copacabana Palace, em um Congresso que se fez lá, no qual um dos temas tratava sobre a formação de profissionais em saúde mental. No levantamento que nós fizemos naquela época, havia uma dissociação, não sei se podemos usar essa palavra, mas havia uma diferenciação formal extremamente clara entre psicanalistas e psicólogos, que dependia basicamente das instituições de formação: psicólogo era aquele graduado de uma escola de psicologia, enquanto o psicanalista era aquele médico formado na escola de medicina que ingressava a posteriori numa instituição com capacidade de sancioná-lo formalmente como tal. Tratava-se de uma instituição especializada como o são as sociedades psicanalíticas. Nessas organizações vigorava uma proibição formal da entrada dos psicólogos (e de profissionais não médicos em geral). Isso tem mudado muito no Brasil nos últimos, digo três, quatro anos, e essa diferença de titulação já não é uma distinção válida, começou a surgir, nos últimos tempos, uma série de instituições que ministram formação psicanalítica e que oferecem o título de psicanalista a outros profissionais pós-graduados que não provêm da medicina. Daqui a pouco veremos o que isso pode nos sugerir como movimento, como processo. Tanto um quanto o outro, sejam psicólogos, sejam analistas, e mesmo incluindo dentro dos analistas aqueles psicólogos que resolveram fazer uma formação ou uma especialização a posteriori em alguma instituição analítica, cada um tem um campo específico de ação. Trata-se de um campo acerca do qual, nesses últimos anos, tenho lido bastante e tenho trabalhado com grupos de psicólogos que procuram aprofundar o conhecimento acerca da sua identidade profissional. Apesar de que existem numerosos âmbitos de trabalho tanto para psicanalistas como para psicólogos, é

evidente a preferência que esses profissionais têm pelo trabalho em consultório privado. Essa preferência vem trazendo uma série de inquietações e de dúvidas sobre por que e como é que esses especialistas optam (e aspiram a optar) por esse dispositivo de intervenção. Trata-se de uma inclinação muito pouco estudada e sobre a qual se publica muito pouco. Embora certo que tanto a psicanálise como a psicologia venham ampliando seus âmbitos de atuação a diversos espaços e usuários, o consultório particular e o tratamento individual seguem sendo privilegiados por psicanalistas e psicólogos. Mas cabe também acrescentar que esse “privilégio” é também almejado pela grande maioria dos pacientes. É preciso observar que esse assunto é apenas um aspecto de uma questão muito mais inclusiva, que é a pesquisa acerca de porque uma sociedade (que como todas se baseia na interação humana) precisa dos serviços dos citados profissionais. Porque uma sociedade demanda e emprega esses serviços, o qual é um interrogante que vem “antes” do que acontece na interação humana entre um terapeuta e um paciente, ou chame-se como se chame ao encontro entre um profissional da saúde mental e seu cliente ou, enfim, entre alguém que oferece serviços e uma pessoa que apela aos mesmos. Que vem primeiro: a oferta ou a demanda? Parece que o âmbito do consultório é um dos espaços mais públicos e ao mesmo tempo mais secretos. A psicanálise tem uma série de conceitos que fundam e respaldam um conjunto de recursos e de intervenções específicas. É com esses conceitos e recursos que a psicanálise considera uma série de posturas e de postulações do que é importante no vínculo terapeuta/paciente – e que aparentemente esgotariam o tema. As principais dessas postulações se centram exclusivamente no vínculo terapeuta/paciente entendido como fenômenos de transferência e contratransferência, os que supostamente dariam conta dessa problemática. A psicanálise contemporânea, cada vez está menos interessada em determinantes tais como a novela familiar, ou a origem e situação de classe

social do analista. Certamente o mesmo ocorre com o analisando. Algo que chama atenção nas entrevistas diagnósticas que o analista faz (ou que deveria fazer com cada novo paciente) é o desinteresse pela história de vida, tal como o paciente pode relatá-la, ou o que ele pode comunicar acerca da qualidade e quantidade de seus vínculos etc. Passa a impressão de que o lema é “todo o mundo é analisável até que se demonstre o contrário”. Não se recolhem elementos para um diagnóstico provisório que possa indicar preferencialmente para o paciente um tratamento, ou outro, tal como uma terapia de casal, grupo, breve, focal, frequência das sessões, diversas possibilidades não convencionais do setting etc. Quer dizer, aqueles aspectos de horários, honorários, duração prevista em caso de terapias de tempo limitado pela radicação do paciente, ou não previstas etc. O que normalmente lemos nos livros são transcrições de casos clínicos que não têm a ver com alguns destes aspectos. Na minha impressão, praticamente pouco e nada é feito teoricamente para entender o que acontece dentro do campo clínico de atenção às subjetividades, entendido como uma instituição, ou seja, incluído dentro de uma sociedade que tem problemas que exigem uma solução e aos que se responde habilitando, em primeiro lugar, uma “classe” profissional e, em segundo termo, uma “classe” (mais ou menos “universal” de usuários), ou seja, os que “preferem” (e podem arcar) a atenção individual em um consultório privado. Quer dizer, eu não posso, pelo menos neste momento, lembrar de outras considerações a respeito do que implica cada “recorte” do campo clínico. É claro que existem escritos de peso acerca dessa questão; conheço, evidentemente, pessoas que estão trabalhando nessa linha com reflexões extremamente importantes, mas que ainda não tiveram difusão, digamos, em termos de serem publicadas ou de serem internacionalmente conhecidas, como são, em geral, os pensamentos da teoria psicanalítica. Bem, e o que me chama atenção como uma omissão, e se a gente pensa que as omissões, se pensamos como terapeu-

tas, têm seu determinismo, as omissões nunca são casuais, há como uma ausência estranha de considerações sobre o que acontece realmente no vínculo terapeuta/paciente basicamente a partir do fato de que o terapeuta é uma pessoa com uma identidade profissional definida, que possui uma escolha sexual, uma nacionalidade, uma raça, uma religião, um lugar de residência, um nível de ingressos, um padrão de consumo, uma filiação política, um conjunto de razões pelas quais escolheu ser psicólogo ou psicanalista e com quem e para quem trabalhar. Isso pode ajudar a entender como no psicanalista ou no terapeuta se articulam causas individuais – com outras que não o são – para ter escolhido uma profissão que é vista como necessária, é requerida, é publicizada etc. Pode ser que também seja até atacada de repente, mas que de todas as maneiras surge, subsiste e até se amplia como se fosse uma entidade “natural” e insubstituível. Quer dizer, há evidentemente circunstâncias dentro da sociedade que fazem com que os psicólogos e analistas sejam (até certo ponto) entidades profissionais de existência incontornável (por enquanto). Também não se explicita nesse vínculo entre terapeuta e paciente, assim como não consideramos os itens antes expostos, a modalidade pessoal do terapeuta, de onde vem, a que grupo pertence, quanto ganha, para quem trabalha, o estilo terapêutico que tem. A informação a respeito não está prevista na teoria ou não se inclui suficientemente. Em palavras simples, como ele é pessoal e publicamente na relação com seus pacientes, com que tipo de máscara social, daquelas que todos usamos cotidianamente, ele sobe ao palco público e ao cenário da interação com o paciente? Como um terapeuta neutro, como um terapeuta gentil, amistoso, diretivo, interpretativo, pedagógico? Enfim, as modalidades terapêuticas são várias e evidentemente, isso implica também em um certo uso de um capuz, de uma maneira de apresentar-se do terapeuta. A questão se agrava quando a teoria – que sempre tem uma ética (implícita ou explícita) – preconiza o anonimato do operador. Desse esse ponto de vista,

as possíveis diferenças entre psicanalistas e psicólogos (que amiúde adotam um ar hierárquico) têm uma problemática que lhes é comum e que parece mais definitiva que as vãs desigualdades. Segundo os problemas de desconhecimento das peculiaridades não psicanalíticas e não psicológicas do operador, pode-se acreditar que psicanalistas e psicólogos poderiam ser a mesma coisa: são prestadores de serviços e, nessa condição, todos são absolutamente a mesma coisa. Pode-se dizer que são idênticos quanto dois pneus de automóvel, tendo em conta, é claro, de que pelo fato de serem humanos, cada um é único e não repetível. Todo terapeuta, ao exercer sua função, terá que obedecer a essas leis históricas, as normas da sua profissão, as prescrições de seus métodos, as regras de suas técnicas, e obviamente, o proveito da obediência às mesmas, sejam elas econômicas, jurídicas, institucionais, hospitalares ou outras. O desvio, que é o mais importante a se perguntar, não pode ocorrer porque a prática psicológica, na sua dimensão mais global, sempre está lá para colocar as coisas (os sujeitos) nos eixos para seu enquadramento? Finalmente, tocarei numa outra questão: podemos dizer que a prática psicológica ou a psicanalítica seriam práticas humanistas? Creio que sim. Mas no sentido em que se trata de práticas que se escondem, se ocultam a si mesmas, numa função de amortecedor social, que parecem desempenhar com bastante desenvoltura. É verdade que certas práticas, sobretudo, no meu humilde entender, psicanalistas e psicólogos, possuindo uma consciência muito aguda da complexidade da sua realidade e dos compromissos e implicações de sua profissionalidade e de sua especificidade, tentam uma prática com um sentido inteiramente diverso, mas aí nós sabemos que esses operadores, em geral, se chocam com determinada exclusão e com uma repressão por parte das instituições as quais eles servem ou das que provêm. Sua recusa de enquadrar os indivíduos segundo preceitos incontestáveis acarreta, em geral, vários tipos de sanções, desde a perda do prestígio institucional e dos benefícios

do marketing até a dispensa do emprego etc. Obrigada pela sua atenção, era isso que eu queria colocar.

### **Hilton Japiassú**

– Bom, quase não sobra mais tempo para mim. Mas talvez eu houvesse me proposto comunicar a vocês algumas perplexidades que eu sinto em relação à psicologia. Então eu diria que o tema dessa minha comunicação seria o caráter ideológico da psicologia. Eu tive a ousadia de redigir por escrito minha exposição porque talvez seja o menos competente no assunto neste auditório, mas assim mesmo já andei penteando aqui, cortando dois terços para não alongar demais. Eu vou tentar detectar o caráter ideológico da psicologia, como eu a vejo, indicando um dos modos como essa disciplina se deixou conduzir e tutelar pela ideologia cientificista em geral, e particularmente pela ideologia biologista e biologizante. Ora, o biologismo, como todos sabem melhor do que eu, é uma tentativa de fundar a estrutura da sociedade e as relações dos indivíduos que nela vivem sobre o caráter biológico do animal humano. Para ele, toda a riqueza das relações humanas e suas múltiplas formas históricas, são pura e simplesmente o produto de estruturas biológicas subjacentes. As sociedades humanas são governadas pelas mesmas leis que regem as sociedades dos macacos, e assim por diante. O modo como o indivíduo responde ao seu meio ambiente é determinado pelas propriedades inatas das moléculas de DNA de seu cérebro e de suas células germinais. Numa palavra, a condição humana é reduzida à biologia, que por sua vez, não passa de um exemplo das leis da química. Miguel Chalub já mostrou, da mesma maneira, que os reducionistas biologizantes vão buscar sua fundamentação nas leis da Física. Portanto, a ideologia da psicologia é o positivismo, mas também ela possui uma dimensão ética, pois pretende que a racionalidade científica que ela representa seja a única capaz de fornecer as regras corretas do comportamento humano. O objetivo último e único da humanidade se tornaria, nessa perspectiva,

a incorporação sistemática de todos os aspectos da existência humana ao esquema fornecido pelas leis físicas. O exemplo que eu vou tomar, no qual não vou me alongar porque todos a conhecem melhor do que eu, é o desta poderosa escola behaviorista atualmente em vigor, sobretudo na América do Norte, e por tabela, entre nós. Essa corrente reduz todo comportamento humano a um esquema de recompensa e de punição. O que pode ser chamado de contingências de reforço. A teoria behaviorista é, ao mesmo tempo, terrivelmente ambientalista e terrivelmente reducionista, conseqüentemente ideológica. Seu dogma consiste em dizer que todos os aspectos do comportamento animal ou humano podem ser e são modelados mediante combinações particulares de estímulos de recompensa e de punição. A citada orientação pretende ser capaz, ao mesmo tempo, de reduzir todos os aspectos da atividade humana a um sistema de condutas que são respostas pontuais a estímulos emitidos. Para o behaviorismo o que conta é o que pode medir, os fatos que se produzem no interior do cérebro e que são inobserváveis carecem de interesse. O animal modelo do comportamento humano, esse animal privilegiado, todos sabem, é o rato, ou um pombo, trancafiado, aprisionado em uma caixa provida de certa alavanca e assim por diante. E o conceito chave é o da recompensa, todos os aspectos da atividade humana, desde a redação de um artigo universitário, passando pela cadeia de produção de uma fábrica até o sacrifício mais altruísta de uma resposta numa luta social qualquer, são definidos como comportamentos emitidos pelo indivíduo em resposta mecanicista a modelos de reforço do passado. E vou andando depressa porque toda essa parte vocês conhecem muito melhor do que eu. No fundo, o reducionismo biológico, além de constituir, no meu entender, um contrasenso, peço para que vocês me esclareçam se é uma má ciência, no sentido de uma teoria pobre, ou não passa de uma ideologia. Seu programa de pesquisa e seus paradigmas de organização estão infiltrados, intoxicados das ideias dominantes que exprimem



um interesse de classe. E as tecnologias que elas produzem servem principalmente para defender estes interesses, para protegê-los e ao mesmo tempo, de modo físico, para manipular, pacificar, tranquilizar todos os eventuais contestadores, protestadores, ou alguém que faça uso de sua inteligência. Ideologicamente, fornecendo uma aparente justificação biológica da ordem social estabelecida. De que maneira, prolongando isso, eu veria algumas funções desta psicologia enquanto uma prática social, entendam-me bem, não estou entrando no funcionamento interno dito científico da psicologia, nem muito menos da psicanálise. Então, a psicologia exerce esse papel, essa função, que ela não se dá, mas que ela recebe, uma função cultural, uma função adaptativa crescente de regulação de conflitos. Primeira função, vou só enunciar, por esta função cultural devemos entender essa nova maneira de representar o homem e seu conhecimento, que se desenvolve graças às pesquisas reais, mas também, sobretudo, graças à vulgarização dessas pesquisas em psicologia. A imagem que o indivíduo possui hoje de si mesmo, todos nós sabemos, em grande parte é fornecida pela psicologia em sentido lato. Ora, a imagem do homem e das possibilidades de seu conhecimento, responde a uma necessidade, a saber, de adaptação do comportamento dos indivíduos às necessidades do sistema econômico social e cultural dado. Essa necessidade vai se exprimir melhor nas duas outras funções que cito só de passagem. Ora, a psicologia enquanto ciência, possuindo seus métodos, seu objeto e suas perspectivas próprias, está em um momento que tem condições de desenvolver toda uma prática psicológica que nesse momento fundamental da psicologia, é o de revelar o mistério íntimo do homem, função para a qual, até certo ponto, o psicólogo contribui. A função cultural da psicologia vem responder a uma necessidade de adaptação global dos comportamentos dos indivíduos às estruturas sociais de um sistema dado. A prática psicológica em meio industrial ou escolar, responde a uma função de adaptação muito mais precisa, trata-se de

adaptar os indivíduos às exigências de uma instituição, de uma empresa ou de um cargo. E finalmente, a função de regulação, que eu não vou me alongar porque já está esgotado meu pequeno tempo.

### **Célio Garcia**

– Sou mais um comentador privilegiado, já que algumas perguntas já foram feitas e trazidas até a mesa, mas cheguei hoje pela manhã, ainda com ar de desadaptado, buscando certa identidade que me dê mais conforto no meio de vocês e dessa primeira conversa com meus colegas. Eles que certamente elaboraram suas considerações a partir do esforço que é o nosso trabalho intelectual, no consultório ou durante horas a fio debruçadas em livros, ou na observação de situações vividas, o que me ocorre dizer é que psicólogos ou psicanalistas, apesar de terem eventualmente partido de uma situação onde havia uma distinção bem grande entre eles, ao que tudo indica, essa distinção, essa diferença, como acentuou Carmem, não foi suportada, ela gerou certa tensão, e essa tensão, ao que tudo indica, está para ser resolvida quando os psicanalistas aceitam os psicólogos na sociedade, e quando a psicanálise venha a tornar-se uma nova modalidade de psicologia. Já ela, a psicologia, inteiramente recuperada, como já deixou claro o professor Japiassu. O que eu gostaria de propor aos meus colegas de mesa e a vocês, durante esses três dias, é que nós tentássemos analisar, abordar as ambiguidades dessa língua geral que vem a ser o “psicologuês” de origem psicanalítica ou outra, mas que venha a ser uma língua geral, que permite que este grupo venha tentar algum tipo de comunicação (com uma interrogação e vários pontos de reticências) com o grupão que é aquele que está lá fora. É o povão. Pois bem, vocês sabem o que é uma língua geral, não sabem? Quando num país há várias línguas, algumas delas proibidas, porque são os dialetos da minoria, os comerciantes criam e mantêm aquilo que se chama uma língua geral, que é destinada às operações comerciais, para facilitar o tráfego, o tráfico, se vocês me permitem. Bom, então acho que nós vamos ter tendência aqui a nos

servir dessa língua geral, que já vem ela empacotada, toda feita, dando tranquilidade à gente. Pois bem, se a análise institucional existe é para que essa língua geral venha a ser contestada nas suas ambiguidades e nas suas artimanhas como produto ideológico que é. Claro que eu me valho dos comentários de meus colegas, estou somente querendo lançar alguma coisa que seria a discussão que está para vir.

### **Coordenadora**

– Bom, nós vamos então passar agora à leitura das perguntas.

“A psicologia e a psicanálise operam a nível institucional formativo e clínico, sendo que o fazem sob a ‘legalidade’ de um estado coercitivo, uma ditadura militar: elas poderiam ser consideradas como aparelhos ideológicos do sistema?”

A pergunta é dirigida a Carmen Lent, Alberto Coelho de Souza e Hilton Japiassú.

### **Hilton Japiassú**

– Qualquer forma de conhecimento, qualquer ciência, qualquer técnica, pode ser transformada em um aparelho ideológico do Estado. A noção de aparelho ideológico é basicamente de Althusser. Não é que as disciplinas sejam más em si mesmas, senão, digamos assim, o problema de estar na atividade científica ou na atividade técnica está no uso que se faz delas, pelo qual podem ser tomadas pelo Estado. O profissional de psicologia ou de psicanálise não me parece que deva ficar preocupado se o que ele está fazendo é uma explicitação ou um desdobramento de uma atividade repressora do Estado. Porque isso dependerá muito de se esse Estado está usando a psicologia ou a psicanálise com esse objetivo e se esses profissionais estão realmente secundando essa ação do Estado, ou seja, com a sua atividade profissional eles estão coonestando essa dominação do Estado. Isso fica muito claro, não tanto na área clínica, mas em certas áreas da psicologia, como na psicologia industrial ou psicologia do trabalho, nas que se o psicólogo não estiver atento a isso, ele realmente vai fazer um

papel de agente ideológico do Estado, da reprodução de certo tipo de sociedade e com a finalidade de eliminar os incapazes e ajudar a aumentar a produtividade dos capazes. Aí realmente ele está secundando a ação ideológica do Estado. No próprio consultório isso poderá acontecer também, embora menos frequente, mas é até mais grave. Uma situação típica que nós estamos vivendo atualmente, é a dos pais que levam filhos adolescentes para psicólogos, psiquiatras ou psicanalistas acusando-os de estarem usando tóxicos, especificamente a maconha. Muitas vezes os profissionais passam atestado de anormalidade, de doença desse jovem, pelo fato de estar usando marijuana. Sem se lembrar, sem conscientizar-se de que, no momento, a maconha é o tóxico usado pelo Estado para reprimir a juventude. O Estado usa determinados utensílios para repressão da juventude e no momento esse é a maconha. Como nas próximas décadas deverá ser outro, uma vez que se prevê a legalização do uso da maconha para breve. E como há algumas décadas atrás foi outro o tóxico, outra substância, outra ação. Nesse momento é que o profissional (se compartilha a patologização do uso) estaria fazendo realmente o papel de agente ideológico do Estado.

Outra pergunta aqui: Conhecendo os estudantes aqui presentes, e o nosso sistema educacional, o que seriam o psicanalista e o psicólogo? Suponho que devem ser mais ou menos o que seria um produto da formação do psicanalista e do psicólogo no nosso sistema educacional. Bom, em primeiro lugar, eu creio que no sistema educacional a pergunta é feita em nome das vítimas, e eu volto a falar, trata-se da questão do sistema preventivo de que eu estava falando anteriormente. Assim como há uma pletera de leis, há uma pletera de cadeiras na faculdade que se tornam por vezes ultrapassadas e que são criadas, ninguém sabe por que, tal como existem determinadas leis das quais a gente não tem conhecimento, mas que existem. Por exemplo, eu não sei se vocês sabem, que cada vez que vocês vão à praia domingo,

ou sábado, e provavelmente de 10 às 14 horas da tarde, vocês estão cometendo um crime porque há uma lei, evidentemente muito antiga, que procurava prevenir a população contra os efeitos maléficos do sol. Essa lei não foi abolida, ela existe e a qualquer momento nós podemos ser presos na praia, pelo fato de estarmos lá, não apenas jogando frescobol, mas simplesmente deitados ao sol. Isso acontece, de certa forma, com as cadeiras que são dadas na faculdade, que são oferecidas nas formações. Essas cadeiras, me parece, que elas não correspondem de modo algum a uma tentativa de orientação unitária, isto é, o currículo ou a feitura do currículo não correspondeu exatamente, ou melhor, as pessoas que se responsabilizaram pela feitura desses currículos não se fizeram a pergunta que veio a esta mesa nesse momento. O que é a formação do psicólogo, o que é a formação do psicanalista. Então acontece uma coisa muito curiosa: se trata de que, de certa forma, a universidade perdeu o seu caráter universalista e os cursos dentro da universidade ganharam uma característica generalista. Eu diria que todos os cursos de psicologia em todo o Brasil pretendem formar os mesmos tipos de psicólogos. E um psicólogo universal, um psicólogo capaz, não somente de fazer um psicodiagnóstico, de fazer uma orientação, de fazer uma psicanálise, de fazer uma terapia rogeriana, de fazer uma terapia gestaltista, de fazer uma terapia não sei o que mais, de ir a um laboratório e de fazer uma investigação de gabinete. O curioso é que cada cadeira, por conseguinte, surgiu assim, às vezes até em função da disponibilidade de um professor ou de um familiar de um professor e, o que eu pude constatar, pelo menos na universidade, foram coisas mais ou menos da seguinte maneira: dava-se uma cadeira como a de psicodiagnóstico e levava-se algumas aulas para se explicar o que era entrevista do psicodiagnóstico; nessas aulas mencionava-se muito sutilmente que nessas entrevistas era preciso trabalhar a transferência e a contratransferência, só que nenhum dos alunos sabia o que era a transferência, o que era a contratrans-

ferência e muito menos algum desses alunos tinha sido submetido a uma análise justamente para viver um processo de transferência e de contratransferência. Então, a apreensão que essas pessoas tinham do que era uma entrevista clínica, nesse sentido, uma entrevista de orientação, me parece que era absolutamente nenhuma. A mesma coisa quando se tratava, por exemplo, de orientação educacional, de orientação vocacional, a mesma coisa ocorria se não fosse um livro que eu considero da maior importância e que finalmente, de uns anos para cá, há pouco tempo começa a ser indicado como quase a bíblia da cadeira de orientação vocacional; é o livro do Rodolfo Bohoslavsky, em que ele divide exatamente a orientação vocacional numa modalidade clínica e numa modalidade atuarial, como ele lhe chama, evidentemente, recorrendo a uma modalidade clínica por trás da qual estaria toda uma visão teórica kleiniana. Essa cadeira era dada também sem nenhuma menção à teoria kleiniana. Eu não posso imaginar sequer o que pode acontecer com pessoas que estão tendo uma formação em psicologia por trás da qual, na verdade, há todo um pressuposto teórico psicanalítico, sem que isso seja explicitado, sem que isso seja ensinado, sem que a isso lhe seja dada a necessária importância. Creio que eu respondo à pergunta com essas palavras.

### **Carmen Lent**

– Basicamente a partir do fato de que o terapeuta é uma identidade profissional X definida e essa identidade profissional provém da sua própria novela familiar, já não a do paciente, mas a do terapeuta. A escolha que ele fez nesse momento de ser psicólogo ou psicanalista da novela familiar social, que já não é a pessoal, mas é aquela “novela familiar”, aqui já entre aspas porque não é uma metáfora, mas aquela novela familiar que existe na sociedade, a qual a própria existência de psicanalistas e psicólogos é necessária, é requerida, é fomentada, pode ser até atacada de repente, mas que de toda maneira surge como em entidades próprias. Quer dizer, as evidentemente circunstân-

cias dentro da sociedade que fazem com que os psicólogos e os analistas e identidades profissionais sejam necessárias existirem por enquanto. Também, não consideramos nesse vínculo entre terapeuta e paciente, assim como não consideramos nesses itens anteriores, não consideramos a modalidade pessoal do terapeuta, o estilo terapêutico que tem, já não é nem mais só terapia, é o seu próprio estilo terapêutico, como vivem, para quem trabalham, o que trabalham, ou o que ganham ou deixam de ganhar. Como se inclui ele pessoalmente, ou ela pessoalmente na relação com o meu paciente, com que tipo de máscara social, daquelas que todos usamos cotidianamente, ele sobe ao palco, ao cenário da interação com o paciente? Como um terapeuta neutro, como um terapeuta gentil, amistoso, diretivo, interpretativo, pedagógico. Enfim, as modalidades terapêuticas são várias e evidentemente isso implica também num certo uso de uma máscara, de uma maneira de se apresentar do terapeuta, que também não está incluída. Se nós formos somente pensar como estão colocadas as coisas, pareceria não só que psicanalistas e psicólogos poderiam ser a mesma coisa, são terapeutas, como que um terapeuta é tão igual ao outro quanto dois pneus de automóveis, quer dizer, que todos são absolutamente a mesma coisa quando nos referimos já ao primeiro fato de serem seres humanos, são totalmente diferentes, mas especificamente a modalidade de cada um e todos estes itens, de onde vêm, a que grupo pertencem, para quem e por quem trabalham para que ganham dinheiro e de que maneira estão inseridos na força de produção dessa sociedade a que pertencem, e são evidentemente ao meu ver e têm a maior importância, que são os itens que se colocam e que se lançam na interação no consultório. O consultório é aquele momento fechado, sagrado, pelo que todos os terapeutas já passamos dos dois lados, já passamos como feto, digamos, passamos como ventre, passamos de um lado e de outro, que conhecemos tanto a respeito do qual se fala só tangencialmente, se fala a respeito dele. Tanto na descrição dos

casos clínicos, quanto em algumas considerações em referência, mas que ainda não há, me parece, um conhecimento teórico destinado a saber em que consiste exatamente a interação, igualmente, ou seja, considerando todos estes aspectos do terapeuta que eu colocava essa interação humana. Torno a dizer que não me parece uma omissão casual. Bem, continuando ainda com quem seriam os psicanalistas e os psicólogos que se concretizam, que põem o corpo, que põem a sua materialidade nessa interação, interação evidentemente destinada, provoca mudanças, não pode ser de outra maneira, mesmo quando postulamos que a interação está destinada a explorar o inconsciente, supõe-se que essa exploração provoque alguma coisa no seu fim. Quer dizer, não vai ser o mesmo X anos depois de ter explorado o inconsciente do que antes. Então, é sempre uma interação que está destinada a promover mudanças. Bem, o estudo da identidade dos dois grupos, como eu tenho me dedicado mais especificamente, sendo psicóloga, à identidade do psicólogo, em vários grupos em que trabalhamos com a fantasia de quem era o psicólogo na sociedade, aconteceu uma coisa que embora eu não tenha ainda dados empíricos em termos estatísticos, tenho dados empíricos em termos de vivência, acontece uma coisa universal em todos estes grupos. Nós costumamos fazer uma brincadeira que é imaginar metáforas da formação do psicólogo. A metáfora seria imaginar que o psicólogo é um indivíduo formado, gerado, gestado por uma família, e o exercício, a brincadeira que costumávamos fazer, colocar um grupo que trabalha nisto, numa situação tal que se possa imaginar que tipo de mãe seria a faculdade, a escola que o formou, se fosse uma mãe, que características de mãe teria? Que características de pai teriam o campo de trabalho, o mercado externo, a sociedade que se relaciona com essa mãe que dá uma série de provisões para essa mãe poder se ocupar dos filhos. E em função desse relacionamento entre esse pai, sociedade, e essa mãe escola, que tipo de filho sai? Digamos, resulta. Bem, há uma fantasia universal,



que não sai um filho, sai uma filha, quer dizer, a fantasia universal é que o psicólogo independentemente do seu sexo concreto é uma mulher, aqui nós podemos... Essa é uma fantasia concreta feita em muitos anos, digamos, de trabalho com bastantes grupos. Agora, a partir daí nós podemos disparar várias outras ideias das quais também temos dados empíricos, tal como a proporção e o número de mulheres que constituem a escola de psicologia e a proporção e o número de homens que formam as sociedades psicanalíticas. Evidentemente deve ser par, digamos, a quantidade de mulheres nessas sociedades analíticas é reduzida e a quantidade de homens nas escolas de psicologia também é reduzida. Claro que grupos predominantemente femininos que fazem essa brincadeira podem produzir também essa brincadeira de que a filha mulher, mesmo sendo válido, o que faz com que tantas mulheres escolham a Psicologia e com que as sociedades analíticas sejam constituídas predominantemente por homens. A outra coisa que nós podemos também pensar é que as cabeças pensantes em Psicanálise mundialmente, a começar por Freud, continuando pelos ingleses e os franceses, enfim, que são até agora os que mais têm feito por produzir teoria a nível psicanalítico, sem deixar de incluir os argentinos, que também são homens, quer dizer, Freud, Leclaire, Bion, Lacan, homens médicos. Enquanto que as cabeças pensantes femininas, nas quais me ocorre basicamente todo o pessoal da Tavistock Clinick, Susanne Langer, Anna Freud mesmo, são psicólogas ou provêm de outras disciplinas, mas nenhuma delas era médica. Isso também são coincidências, estou só jogando com coincidências que eu pessoalmente não acho que sejam meramente coincidências, mas que por enquanto ainda não podemos provar que não sejam. Bem, se isso tivesse alguma coisa a ver com a realidade e não fosse um mero delírio que, digamos, que o psicólogo na fantasia viveu como uma mulher, é sentido como uma mulher, enquanto que o analista é um médico, podemos pensar que também por aí se estabelece uma linha de uma si-

tuação em que basicamente um amo e um escravo, um colonizado e um colonizador, um dono da verdade e um aprendiz de feiticeiro. E que se estabeleceria tanto pelo lado de médico versus psicólogo. O médico, eu não lembro exatamente quando foi que apareceu a primeira turma no mundo de psicólogos clínicos, mas evidentemente a medicina é velha como a humanidade e evidentemente no seu peso tradicional, os médicos são de fato os donos da vida e da morte. E isso é sentido por nós no imaginário como o poder total, aquele que seria capaz de afastar-nos da morte, evidentemente não pode ter mais poder. Então, a partir daí vem uma linha em que há quatro anos a dissociação era clara entre o poder que provinha de uma formação médica, com que isso implicava tradicionalmente. Hoje em dia, mesmo com a inclusão de outros profissionais nas sociedades analíticas que não psicólogos, ainda a coisa está, digamos, num pé de provocar reflexões ou questões. Um psicólogo tem sido visto nesses grupos, em geral, como um profissional que em última instância sente uma profunda desvalorização pelo seu papel, digamos, pelo seu status, pela sua postura na vida e sente que, como a mulher e como o colonizado em geral, se fizer o que é certo pode ser promovido, e a promoção para onde seria, a promoção seria para poder ser analista. Quer dizer, conseguiria finalmente aquela identidade tão desejada aparentemente, que seria poder se tornar um membro de uma sociedade analítica ou alguém que pudesse portar esse, digamos, esse título. Aí evidentemente acontecem muitas coisas nas quais também não vai nem dar tempo de entrar neste momento, mas que a pergunta básica é fundamental, nesta tentativa atual, por exemplo, de incluir profissionais não médicos nas sociedades analíticas, onde não haveriam duas maneiras de considerar esta abertura, digamos, essa abertura em termos de fenômeno dentro do processo que primeiramente tinha somente exclusão e que neste momento pareceria confluir aparentemente a uma união. E do modo que eu entendo, por um lado isto pareceria finalmente oferecer a promoção

tão desejada. O acesso àquilo que até agora era o poder colocado exclusivamente nas mãos de profissionais médicos, ao mesmo tempo eu me pergunto, se com isto, por exemplo, não se faz um reforço claro de um discurso único. Lembrem do que eu colocava no início, que são os analistas que têm o objeto formal na teoria analítica, que tem como objeto formal um inconsciente, enquanto que ainda não há em nível psicológico uma teoria equivalente, que permita, além do mais, que o profissional ganhe a vida, porque a coisa é basicamente por aí. Se há então uma abertura, de tal maneira que os psicólogos e os não psicólogos, mas basicamente os não médicos possam se tornar analistas, caberia ainda pensar se isso não unificaria mais ainda o discurso, se isto não teria a ver ainda com aquela necessidade tão humana e tão pelejada, e nós terapeutas sabemos muito bem como diariamente pelejamos no consultório, para poder aceitar aquilo que basicamente é o que nos falta. Se nós transformarmos o discurso analítico como único, até que ponto não estamos no que seria essa promoção, senão, ajudando por um lado a criar um falso self, a criar nas identidades de outros profissionais um como se fossem uma coisa que nunca serão, porque nunca uma mulher será homem, e nem vice-versa; se não estamos ajudando a criar um falso self, se podemos entender pelo lado da identidade, como se também não estamos desde o ponto de vista econômico e desde o ponto de vista do sistema e da estrutura, reforçando a existência de um discurso único que obriga, digamos, inclusive o psicólogo a uma série de medidas práticas com uma formação em determinadas instituições, com determinadas pessoas para ter acesso a esse diploma, a esse título. E se ainda isso não é uma das manobras que nós geralmente fazemos para negar o que é diferente, para negar em última instância os limites de cada um, os limites dos psicanalistas, os limites dos psicólogos e as possibilidades de cada um. As possibilidades de maneiras diferentes de serem e de terem o seu próprio discurso, a sua própria linguagem e de se relacionarem. Acredito que

uma das coisas que acontecem, porque fico pensando muito no fenômeno argentino que foi um pouco diferente, enquanto a formação de psicólogos, acredito que uma das coisas que é difícil, é talvez a falta ainda, mas que está rapidamente sendo preenchida, de modelos de identificação dos psicólogos com os próprios líderes psicólogos, e que ao mesmo tempo, à maneira de um objeto transicional, possuir aquelas características, valorizadas, desejadas, de um conhecimento, um conhecimento firme, de uma coerência ideológica no seu trabalho, de uma prática clínica já razoável e que possam transmitir esses conhecimentos. Acredito que isso ainda está pesando um pouco, muito menos do que há quatro anos, mas ainda pesa muito. Enfim, são reflexões só. Eu gostaria de parar por aqui porque provavelmente haveria muito mais coisas para dizer, mas nós nos perderíamos. Ok?

(Respondendo a um pedido de ampliação da exposição): – Então, vou só concluir colocando duas questões que me parecem importantes. A primeira é a seguinte: qualquer que seja a estrutura na qual se insere a prática psicológica, o papel fundamental desta prática não seria a de reduzir o conflito presente, que está podendo surgir entre uma norma social, econômica, cultural ou outra, e o comportamento dos indivíduos. Eu me perguntaria se a intervenção da psicologia ou da prática psicológica não iria muito mais a favor da norma e em detrimento dos indivíduos. Assim, enquanto redutora de conflitos, me pergunto se a prática psicológica tende sempre a exercer sua função em proveito dessas normas, sejam elas econômicas, institucionais, escolares, hospitalares ou outras. O desvio, o que é importante me perguntar, não pode ocorrer porque a prática psicológica na sua dimensão mais global sempre está lá para colocar as coisas nos eixos a serviço do enquadramento? Finalmente, outra questão. Podemos dizer que a prática psicológica seria uma prática humanista? Creio que sim, mas no sentido em que se trata de uma prática que esconde e que se oculta a si mesma, uma função de amortecedor social, que parece desempenhar com bastante desenvoltura.

É verdade que certos práticos, sobretudo, no meu humilde entender, psicanalistas, possuem uma consciência muito aguda desta realidade, deste problema, tentam uma prática com um sentido inteiramente diverso, mas aí nós sabemos que esses práticos se chocam em geral com determinada exclusão e com uma repressão por parte das instituições às quais eles servem. Sua recusa de enquadrar os indivíduos na norma acarreta em geral vários tipos de sanções, desde a perda do emprego e outras quaisquer. Então, era isso que eu queria colocar.

# TEMAS LIVRES

## Tema: Clínica com grupos de mães

### **Regina Andrade**

– Vou expor brevemente minha experiência com um grupo de mães. O grupo de mães é uma experiência clínica com técnicas psicodramáticas. O grupo de mães surgiu como consequência de um trabalho de dois grupos de crianças entre 4 anos e meio e 6 anos e meio, que já haviam tido atendimentos individuais. Por outro lado, também essas mães tinham sessões individuais de orientação. As crianças eram sistematicamente levadas pelas mães às terapias individuais e de grupo. Essas mães começaram a constituir-se como grupo espontaneamente na sala de espera de nossa clínica. Observamos esse movimento como uma disposição das mães em busca de uma oportunidade para interagir e resolvemos investigar porque a integração estava ocorrendo e como poderíamos também trabalhar com elas, sobretudo porque a criança frequentemente oferece em seus sintomas um tipo peculiar de relação com a mãe. Propusemos 4 reuniões grupais com espaços de 15 dias para sondar a possibilidade do grupo de mães e as necessidades básicas do agrupamento. Denominamos a este período de etapa de experimentação. O nosso objetivo não foi nem de grupo de terapia, nem de grupo educativo, e sim o de questionar o papel das mães em dificuldades específicas, diversificando entre elas o potencial de resolução de problemas, aumentando assim a comunicação e o nível de saúde paralelamente ao das crianças. A aliança terapêutica na etapa de experimentação desenvolveu-se no grupo em torno de informações educacionais e sobre noções do desenvolvimento infantil. Chamou-nos a atenção constatar como o contrato terapêutico tradicio-

nal é pouco claro para as mães e como as divulgações sobre trabalhos psicológicos são escassos. Raramente as famílias sabem por que seus filhos estão em terapia, o que é um processo de ludoterapia – e muito menos o que vai acontecer às crianças, mães e famílias. Muitas mães não sabem o que deseja a criança e sim que a criança é o seu desejo, como conceitualizam os lacanianos. Mas foi também assim como com o desejo que surgiu o pedido de inclusão dos pais no grupo. A verbalização da necessidade de incluir os pais foi uma fantasia grupal muito ambivalente e ao mesmo tempo bastante projetiva, sobretudo porque a partir daí a responsabilidade dos problemas das crianças e das mães passou a ser exclusivamente dos pais. Foi muito amplo o significado do pedido de inclusão do pai que porta os atributos de homem, pênis, poder, sexo. Três mães que eram desquitadas e muito atuantes no grupo ameaçaram sair se optassem por incluir os pais, sendo que esse foi um dos momentos da trajetória do grupo contratransferencialmente mais tensos, porque o interpretamos como um movimento de retrocesso, um impulso de dissolução do grupo. Surgiu logo uma indagação acerca de por que incluir o pai no processo terapêutico do filho, também em referência ao desejo das mães de incluir os pais; mas o pai também foi incluído pelo desejo expresso das crianças, ou os próprios pais se incluíram por seu próprio desejo, por suas fantasias a respeito do tratamento. Deve ser universalmente reconhecida a necessidade dos pais de participarem do processo terapêutico dos filhos. As resistências dos progenitores concentram-se nas dificuldades de seus horários e nas suas próprias resistências frente à assistência psicológica. Por outro lado, observamos que dificilmente as mães sabem como reivindicar uma participação mais igualitária dos pais no processo educativo dos filhos. Maud Mannoni cita o trabalho de Freud no caso do pequeno Hans. A relação do pequeno Hans com Freud se dava através de seu pai. O pai de Hans estava com seu filho ligado a Freud num plano imaginário. Em outra parte do mesmo trabalho, do mesmo livro,

que é *A Criança, sua Doença e os Outros*, Mannoni nos diz: “Tornando-se analista do pai e do filho, sem que fosse ouvida a palavra materna, Freud se introduziu como um terceiro no seio do casal, satisfazendo as fantasias do seu paciente”. Surgiu-nos então outra indagação: quem excluiu o pai? É ele próprio que se exclui do tratamento? Somos nós terapeutas satisfazendo as fantasias da mãe? Ou é o pai que se exclui do mundo imaginário infantil para ser o centro do mundo simbólico da criança? A etapa de “experimentação” caracterizou-se como diagnóstica recoleção de informações, consolidação de objetivos e interação grupal. Não aplicamos técnicas psicodramáticas para essa etapa, se bem que havia uma programação nesse sentido. A segunda etapa foi denominada de etapa “trabalho”. Iniciamos essa etapa com uma sessão por semana, com duração de duas horas e com 10 participantes em co-terapia. Propusemos, inicialmente, que cada mãe apresentasse seu filho ou filha especificando seu comportamento e seus relacionamentos mais característicos. O que obtivemos com essa proposta foi a concentração de queixas de comportamento, algumas coincidentes com o que a criança apresentava, outras mascaradoras, mas grande parte das mães se confundiu nessa técnica entre seus comportamentos e os comportamentos das crianças. Constatamos aí que em paralelo à verdadeira história de vida da criança, a mãe cria outra para “uso externo”, mitificado, baseada nas suas fantasias, projeções, conflitos e seus próprios modos neuróticos e suas formações reativas, principalmente. Solicitamos que trocassem de papel e que vivenciando as dificuldades infantis, as mães se apresentassem como crianças. A troca de papéis quase sempre, embora não necessariamente, força uma mudança de ângulo da situação e na ocasião se evidenciou a sintomatologia da criança muito mais próxima ao motivo da consulta. Isto é, quando as mães dramatizavam as crianças, os sintomas apareciam muito mais explícitos. Também utilizamos a técnica de desempenho de papéis, que consiste em fazer um levantamento das principais dificul-



dades e facilidades da função da mãe. Observamos imediatamente uma dissociação entre a mãe boa e a mãe má. A mãe boa, ou mãe ideal, que possuía as características do mito da mãe, foi apresentada com um clichê bastante estereotipado, ou seja, boníssima, sublimada, sem desejos ou prazeres, exceto os de não frustrar os filhos e de dedicar-se inteiramente ao lar. Como todas as mães do grupo têm atividades, trabalhos, ou estudos, de 9 mães, 7 que trabalhavam fora eram profissionais e 2 eram estudantes. O modelo materno ou também aquele da sogra, como um peso geracional de mulheres que se dedicaram somente à família, provocava nas mulheres sensações de angústia e culpa oriundas de outra angústia muito mais primária. Cabe observar que as crianças em tratamento apresentavam uma sintomatologia geral refletida na crise frente a essa vivência típica das mães. Tratava-se de crianças entre quatro anos e meio a seis anos e meio; as mães reativavam certa culpabilidade edípica frente à doença das crianças. Não obstante, as mães se mostravam como muito mais próximas da realidade cotidiana da sua função e mais semelhantes ao seu comportamento geral como pessoas. Abordado o tema edípico podemos intensificar e aprofundar as técnicas dramáticas ao mesmo tempo em que o nível de espontaneidade aumentou consideravelmente junto com a diminuição das defesas grupais. Nesse momento ampliamos o trabalho de família, através de técnicas também dramáticas. Uma das técnicas que aplicamos foi a “técnica do retrato”, que consiste em propor uma pose familiar num determinado espaço do ambiente, e contando com a ajuda de todos os elementos do grupo, constituímos uma espécie de pose para uma fotografia familiar. Essa técnica além de estimular uma mobilização mais global, é um excelente meio diagnóstico. Por exemplo, a criança cujo sintoma principal era uma excessiva dependência da mãe, teve na sua fotografia de família incluída a avó materna. Outro exemplo, é o de uma criança – filha de pais desquitados – em cuja fotografia de família não foi incluído o pai. Em outro caso,

a fotografia da família da criança apareceu confusa e ambivalente como era realmente o seu relacionamento familiar e seus sintomas característicos. Diz Mannoni que o sintoma aparece como um véu, cuja função é esconder um texto original ou um acontecimento perturbador. Acrescentamos que o sintoma da criança também é uma impregnação ambivalente do vínculo, mãe, filho, família, sobretudo quando é superposto a essa relação. Denominamos de sintomas superpostos aqueles que foram vivenciados pelas mães durante sua própria infância, indicadores que, quando assumidos pelos filhos, constituem um ponto cego na relação mãe e filho. Bem mais frequente do que os sintomas complementares, os sintomas superpostos muitas vezes são interpretados como um paralelo imitativo da comunicação interativa de caráter neurótico. Pesquisamos através de propostas dramáticas, de caráter regressivo, isto é, propomos às mães que voltassem à infância, à etapa na qual o sintoma da criança aparecia em suas vidas, ou emergiam sintomas de um irmão, ou de alguma pessoa muito próxima à mãe. Inclusive, durante a fase edípica primária podemos observar como ocorre a manutenção dos sintomas da criança, sobretudo se eles são do tipo superposto. Citamos em seguida alguns exemplos: uma criança com medo de dormir sozinha, continuava com medo porque a mãe teve na infância – e tinha ainda – medo de ficar sozinha em qualquer lugar. Uma criança com sintoma de enurese teve uma mãe que foi enurética. Uma criança agressiva, por exemplo, teve uma mãe que, por sua vez, tinha um irmão muito agressivo e sofreu muitas violências desse irmão. Outro fato observado foi que os sintomas superpostos contribuem ao processo de identificação patológica da criança com a mãe – ou com a família dela – e tornam-se assim um dos maiores obstáculos para traçarmos fronteiras entre os conteúdos da subjetividade das mães e das crianças. Frequentemente, os sintomas superpostos desenvolvem nas mães fantasias de fusão que reduzem o potencial da criança à passividade, à dependência e às exigências narcísicas da

mãe, como efeito de um determinismo irreversível. Quer dizer, o filho enurético é enurético porque a mãe foi enurética, porque a família foi enurética, porque o irmão foi enurético. Por outro lado, eles relembram à mãe o sofrimento que elas viveram quando crianças, assim como também uma possibilidade de reparação, não só do dano ocasionado durante sua própria infância, como o da criança, vivendo ao mesmo tempo sua infância e a da criança. Emílio Rodrigué, ao analisar grupos de mães diz: “Recorrendo a uma formulação um tanto exagerada, poderíamos dizer que, em geral, mães psicologicamente sadias terão filhos sadios”. Sendo que esta proposição também pode se inverter. Nós, terapeutas infantis, trabalhamos mais com a inversão dessa proposição, tornamos os filhos mais sadios, com o objetivo incluído de que a mãe se torne mais sadia. Ao trabalharmos com sintomas superpostos aumentou o nível de resistência do grupo através de defesas como racionalizações e projeções, mas houve no grupo de crianças uma melhor liberação das ansiedades e maior comunicação das mães com os filhos acerca de seus sintomas, não só os das crianças, mas acerca dos sintomas que elas tiveram quando crianças. Surgiu-nos uma dúvida a pesquisar: qual é o fato que mais estimula a família a levar uma criança a uma terapia? Os sintomas complementares ou os sintomas superpostos? Concluímos o trabalho com o grupo de mães com uma terceira etapa, com uma sessão prolongada onde o tema mãe permaneceu, mas a equação mãe/mulher se ampliou para os de mulher em seus diversos papéis de mãe, esposa, filha, profissional, amiga etc. Assim, o grupo que inicialmente se propôs a uma abordagem do papel de mãe, evidenciou que seu universo é muito mais amplo do que o que tecnicamente o supomos. O que justifica partirmos do atendimento focal, ou seja, do atendimento apenas com a criança, para o padrão de base relacional da criança que é a mãe, para outro muito mais completo que é a estrutura relacional de toda família. Muito obrigada.

### **Coordenadora não identificada**

– O auditório teria alguma pergunta a fazer? As perguntas podem ser remetidas por escrito à mesa.

Já que o auditório não se manifesta, farei algumas observações. Embora não seja meu papel pronunciar-me, acho importantíssimo seu trabalho, especialmente quando você denuncia o problema de como a vida moderna aumenta a carga de culpa da mulher/mãe. Todas as características negativas que você mostra na mulher dissociada, as de mãe má, que são exatamente os da mãe exigida por um dia a dia exaustivo. Agora, creio que esse tipo de trabalho que vocês fazem com os sintomas superpostos, segundo o qual a mãe teve o mesmo sintoma do filho, me parece que pode reforçar a fantasia da mãe má. Esse foi um questionamento que ficou para mim. Não será que com essa teoria e essa técnica vocês não podem estar reforçando a figura da mãe má? Sendo que essa é a mãe atarefada do dia a dia?

### **Regina Andrade**

– O problema da mãe má surge muito em função do modelo que a mãe tem da avó. Inclusive, em função dos mitos. Eu estive pesquisando a literatura e encontrei um livro de poesias exclusivamente sobre a mãe; tem um poema muito interessante que é do autor Coelho Neto que fala que ser mãe é “padecer no paraíso”, ser mãe é “desdobrar fibra por fibra o coração!” Há uma parte muito interessante que diz que tudo bem, porque o que a mãe goza é o bem dos seus filhos. Então, o problema da mãe má surge em função da vivência do mito e também em função do reforço do ambiente, do que se cobra da mãe, do que as avós tradicionais cobram das mães e do que as outras mães, que não têm atividades fora do lar (não trabalham e se dedicam só ao filho), por sua vez, cobram das outras mães. Então, essa culpa eu acho que deve ser um tema que nós psicólogos devemos investigar mais, por que a mulher continua, apesar do liberalismo da vida moderna, não obstante tantos trabalhos científicos sobre a mãe, sobre a mulher que trabalha

fora, assim como com toda a emancipação feminina da atualidade, a mulher continua carregando essa culpa de não encarnar um modelo, uma culpa visceral, uterina, uma culpa ancestral.

### **Coordenadora não identificada**

– Me parece que tem uma parte da plateia que está preparando uma colocação importante para fazer, estamos à disposição para essa colocação. No interim, direi que aqui estamos lidando com um tema muito importante. Coloco isso dessa maneira porque a plateia, com apenas três exceções, é um auditório feminino – e realmente eu acho que Regina e nós estamos aqui, talvez, com um dos temas mais próprios à nossa condição de mulheres, que é o tema desse “pecado”, uma culpa que é uma culpa bíblica, que parte de Eva. Afinal, se supõe que foi Eva a causadora de toda a desgraça da humanidade. Isso com o que a gente lida humoristicamente, mas o problema que a Regina levanta é o desses mitos que são transmitidos de geração em geração, que ficam muito lá no fundo da subjetividade, e na hora que você vai atuar na sua vida diária, inclusive como terapeuta, a sua tendência vai ser frequentemente fazer uma relação entre doença e vínculo mãe e filho. Isso gera, às vezes, uma deturpação na nossa atuação terapêutica. Então a mãe é a causa, a mãe é a etiologia da doença e obviamente, isso só atende a uma parte da problemática. A mãe é apresentada como a causa de todos os males, Eva foi a origem da desgraça da humanidade e isso só tende a agravar cada vez mais a relação mãe e filho. Parece-me que é um dos grandes problemas a examinar pela psicologia moderna. Eu acho que a psicanálise de hoje tem uma participação nisso, sendo urgente que revise essa questão: os defeitos supostamente estruturais da função materna. Não acho a mãe culpada, acho a mãe verdadeira muitas vezes vitimada. Essa devia ser uma de nossas grandes preocupações. Como a maioria das integrantes desta plateia está composta por jovens, que provavelmente ainda não são mães, é natural que não estejam preocupadas a respeito. Mas o traba-

lho apresentado demonstra que, se não como mães, é como filhas que participamos desse sofrimento.

Agradecemos à Regina sua comunicação e acho que podíamos passar para o segundo tema programado que é um trabalho em argila com adolescentes psicóticos, uma experiência em grupo, apresentado pela Vivian Montag de São Paulo.

## Tema: Ateliês de trabalho com argila com pacientes psicóticos

### **Vivian Montag**

– A experiência que exporei foi feita na França. Darei uma breve introdução no sentido de situar o local no qual foi feito esse grupo. Trata-se de um hospital-dia para adolescentes em uma região parisiense; existem vários estabelecimentos desse tipo em toda a França, comporta em torno de 33 pacientes, com idades variáveis de 13 a 18 anos e uma equipe composta de psiquiatras, educadores, psicólogos, uma enfermeira e professores que ministram cursos regulares. Podemos dizer que as manifestações patológicas mais encontradas são as de tipo psicótico, mas vale à pena notar que com o tipo de convivência que se instaura dentro dessa instituição, vários membros do establishment começaram a se questionar os vagos limites que separam a psicose da adolescência. O tempo de permanência diária do paciente no hospital é de 7 horas, durante as quais várias atividades lhes são propostas. A escolha das idades dos usuários não obedece a nenhuma intenção de “brincar de escola”. Nas atividades propriamente pedagógicas, as aulas são ministradas por professores destacados da educação nacional. Os ateliês são muito variados, mas a maioria deles conta com a presença adulta de psicólogos, educadores, psiquiatras, entre os quais, indiferenciadamente, quem quiser pode dirigir uma reunião. Existiam naquele tempo laboratórios de trabalho com cobre, fotografia, pintura e cozinha, assim como

se ministrava psicoterapia de várias orientações, a qual nem todos os adolescentes eram submetidos. O tempo médio de permanência de um adolescente nesse tipo de hospital varia de 2 a 3 anos, e os medicamentos são utilizados com parcimônia, sendo que algumas internações são feitas, segundo indicação e urgência, mas sempre muito breves. Uma assembléia geral reúne os adolescentes e os adultos e uma reunião semanal congrega todos os membros da equipe. Nesse contexto é que foi criado o chamado grupo de trabalho em argila, assim como vários outros, por exemplo, o grupo de expressão corporal formado no mesmo ano, o de linguagem, o jornal e o clube dos ex-pacientes, uma cooperativa de adolescentes etc. A criação desses grupos, isso vale a pena dizer, se deu em um momento institucional preciso, isto é, no terceiro ano de existência desse hospital-dia. A iniciativa surgiu num momento de questionamento por parte da equipe sobre a possibilidade de adotar modos alternativos de funcionamento, com a decorrente liberdade de inovação e iniciativa. Assim, os modos cristalizados de funcionamento institucional eram, nesse momento, muito revistos e discutidos, e as transformações advieram dessa crítica constante. A proposição desse grupo inicial de trabalho com argila foi feita por mim e por um escultor profissional que trabalhava no hospital. A nossa primeira ideia foi, ao contrário dos outros ateliês que só eram abertos quando algum adolescente pedisse, abrir todas as quartas-feiras e permanecer lá. Em dois meses esse ateliê aberto se tornou um dos pontos centrais do hospital, um ponto de referência, estava sempre povoadíssimo e a iniciativa foi tomando um vulto muito grande. A partir daí nós resolvemos fazer um grupo fechado. Bom, a composição do nosso primeiro grupo obedeceu a uma demanda explícita por parte dos membros da equipe, sugerindo como participantes seis nomes de adolescentes com idade entre 17 e 18 anos. Dentre cinco dos participantes, quatro eram rapazes e uma moça. Poderíamos, grosso modo, caracterizá-los como borderlines ou pré-delinquenciais, estando eles envolvidos com uso de drogas e alguns com atos violentos e

processos na justiça de menores. Estes formavam dentro do hospital um subgrupo compacto, não conseguindo integrar-se a nenhuma atividade proposta pela equipe. Além deste “bando”, participou outro adolescente solitário, de 18 anos, que se chamava Jerome. Era um adolescente com traços esquizóides bem marcados. Bom, a resposta que nós obtivemos por parte do “bando” à nossa proposta de um grupo de modelagem foi um marcado absenteísmo quase que semanal. Quando um dos membros comparecia, o fazia praticamente em nome de todos, pondo nula a possibilidade de estarem todos reunidos em torno de uma atividade, e a dificuldade de cada um para abandonar-se à necessária solidão, implicada na execução de uma obra criativa. Este rapaz de 18 anos, Jerome, era o único que comparecia regularmente, aproveitando-se da ausência do “bando” para tentar estabelecer com os adultos um vínculo especial. E essa era a tendência dele dentro do próprio hospital, na tentativa sempre de estabelecer vínculos com os adultos e nunca com os adolescentes. Outro fato importante, que eu acho valioso relatar para vocês, é que nós incluímos nesse grupo, a pedido da equipe, um dos membros do “bando” e vimos imediatamente que essa inclusão representou uma violência enorme contra esse adolescente, que logo mostrou um horror, um verdadeiro pânico de tocar na argila. A gente tentava fazer brincadeiras e levá-lo a tocar a massa, mas ele ficava muito perturbado. Este rapaz era filho de mãe africana e nós soubemos imediatamente que na tribo de origem materna, e, portanto, na família dele, a “loucura” possuía um caráter mágico e religioso, estatuetas de terracota eram utilizadas nos rituais familiares onde ele era considerado uma pessoa especial. Portanto, havia todo um simbolismo aí que nos escapava completamente.

## Tema: Casos clínicos tratados com hipnoanálise

### **Antonio Ribeiro**

– Na atualidade, embora que seja de maneira um tanto onipoten-



te, a psicanálise se ocupa prevalentemente da análise do discurso do imaginário. Ainda que se trate do sentido encarnado (somatizado), a leitura psicanalítica costuma ser preferentemente a do discurso verbal. Por outra parte, por exemplo, a reflexologia não tem como ler o mundo fantástico na sua infinidade constitucional. Ainda que o faça na sua corporeidade, não tem como fazê-lo na espiritualidade; o faz na corporeidade quando lê os estados de fase, paradoxais, igualitários, mas não lê de modo precípua os sentidos, as significações, a semântica do discurso imaginário. Proponho-me aqui abordar o tema do emprego clínico da hipnoanálise. Poder-me-ia estender sobre a teoria e a prática da hipnoanálise, seriam múltiplos os aspectos, as facetas, as dimensões, os sentidos, os ângulos pluridimensionais, polissêmicos, que nunca poderiam alcançar a totalidade, a realidade holística do ser homem no mundo, bem como a do adoecer mental e a terapia correspondente. Nesse campo: quantos ataques inúteis, quantas agressões desnecessárias, quanto bitolamento, quanto sectarismo, quanto reducionismo, quanta rigidez, quantos prejuízos! Quanto tempo perdido, quanta riqueza espoliada, quer por gregos, quer por troianos! Os agentes “psi” não se dão conta de quanto deixam de fazer em benefício de seus clientes. Quantas fragmentações, desintegrações, alienações são causadas, quanta construção e integração são perdidas. Vale a pena um desprezioso esboço do sentido integrado, para o qual procurarei esboçar alguns exemplos da minha prática clínica. Apenas vou citar alguns exemplos, para ilustrar por que uso a técnica da hipnoanálise, tanto na terapia individual como na terapia de grupo, tanto na terapia de casal, como na terapia de família. Apenas vou dar um exemplo de terapia individual, em virtude da premência do tempo. Enfatizarei nos fenômenos oníricos observados em transe. Trata-se de um paciente de 29 anos de idade com impotência psíquica; ele fazia 30 minutos de psicoterapia dinâmica seguida de 15 de auto-hipnose e nesse estado ocorriam sonhos que eram analisados. Desses sonhos mencionarei

apenas alguns que servirão para dar uma ideia da evolução do processo terapêutico. Num momento dado o paciente sonhou com uma garrafa quebrada e denteada que, segundo as associações correspondentes, revelava sua agressividade. Essa agressividade era voltada contra o paciente mesmo, destruía a sua potência, sendo que por analogia, metonímia e metáfora, as figuras poderiam representar para o sonhador um pênis quebrado e ao mesmo tempo agressivo. Por novas associações, constatamos que se podia decifrar, entre outros e pela sobredeterminação do conteúdo latente, um sentido referente à figura da mãe (uma garrafa denteada, quebrada, agressiva, castradora). Numa etapa seguinte, um novo sonho marcava uma nova etapa; o paciente via-se a si mesmo no topo de uma árvore enquanto, no chão estava uma onça com um olhar ameaçador. Vimos então que, por trás da figura manifesta da onça, em muitos sentidos persistiam as significações da garrafa quebrada. Depois num período mais avançado, num sonho induzido no estado hipnótico, o paciente via-se a si mesmo sobre uma árvore e no chão um jacaré olhava-o. Apesar de que o paciente não podia ser atingido, persistiam os conteúdos persecutórios, castradores e ameaçadores, sendo que essa semiologia paranóide ameaçadora iria amainando com o tempo. Em outra época, durante outro sonho induzido em auto-hipnose, o paciente vê um grande cão peludo que salta no seu colo e ele abraça esse animal. Nesta altura dos acontecimentos o paciente já havia se tornado potente. Cabe aclarar que as análises que efetuamos não apenas foram feitas em estado de auto-hipnose, mas também em outros variados estados de consciência. A hipnoanálise que praticamos é abrangente, é uma disposição teórica, prática inclusiva, uma semântica holística, tudo é lido na sua condição de forças, como dizia ou diria Nietzsche, em cada parte no todo e o todo em cada parte. Segundo Santo Agostinho, seria como que o espírito se está dando inteiro no corpo todo – e o corpo todo, assim como cada uma de suas partes, está no espírito todo. O mesmo

paciente teve um sonho dormindo em casa: via-se numa arena romana, com as arquibancadas repletas de gente, tinha que enfrentar e lutar com um leão que saiu da jaula de modo estranho, não era muito grande, senão um pequenino leão. Mostrava as gengivas brancas e os dentes ameaçadores, corria para ele e ele corria dele, amedrontou-se, olhava para trás, quanto mais corria mais o leãozinho corria mais rápido do que ele, cada vez mais próximo, e de repente sentiu uma mordida na panturrilha. Despertou com surpresa, e notou que estava molhado, havia tido poluição noturna. Isso me fez pensar que a mordida escondeu e revelou o fenômeno da ejaculação. Assim, pois, não parece difícil tirar a ilação de que o manifesto leão, ocultaria o latente e, inconscientemente, o pênis, ao passo que a mordida manifestava ou ocultaria o sentido latente da ejaculação. De ilação em ilação conseguimos fazer um retrospecto com base em novas associações; a sequência associativa levou a convivências passadas, estimulações pré-teritas, acontecimentos antigos de outrora, especialmente quando, aos 10 anos, masturbou-se pela primeira vez. A pele do prepúcio inchou e assustado com isso foi até sua mãe para relatar o ocorrido. Revelou então sua surpresa perante a saída do líquido que desconhecia (o líquido seminal). Na melhor das intenções, sua mãe lhe passou um violento sermão, comparando seu filho com um homem da rua, um mau elemento, um moleque da sarjeta, um mau caráter, um homem perdido. Não devia nunca mais fazer isso – e para assegurar-se a respeito, exigiu que todas as vezes que o menino fosse ao banheiro, deixasse a porta aberta; ela precisava vigiá-lo para protegê-lo contra esse vício que o levaria pelo mau caminho. Isso continuou em vigência entre os 10 e os 15 anos de idade. Não foi difícil entrar nas sendas e meandros dessa mente. Perceber que a subjetividade desse paciente passou a representar a sua mãe como uma fera, inibidora e castradora. Por analogia, por metáfora, por paradigma, por metonímia, por sintagma, não importa qual foram os mecanismos empregados pelo psiquismo do

paciente para passar a representar essa mãe como um animal feroz: ora onça, ora jacaré, ora garrafa quebrada, ora leão. No processo de redução da fantasia, leão para o fantasiado pênis, as representações passaram para a forma minorada do leão-leãozinho. Tratava-se da identificação, a indiscriminação, da confusão, da fusão entre o representante leão e o representado pênis; estas operações acabaram assim num sincretismo por condensação dos sentidos, dois em um só, leão e pênis. A encarnação da fantasia castradora nos genitais foi vivida a tal ponto que transformou o prazer da ejaculação na dor de uma mordida. Mas, por outra parte, uma ligação poderia ser feita entre o branco das gengivas com o outro branco simbólico, básico, fundamental, primário da vida. Uma concreção, uma condensação de sentidos sobre esse branco gengival, não só no sentido de alimento físico, sem o qual se morre, senão que o corpo definia como branco o sentido do puro amor materno, sem o qual o ser falece, faltando o que a alma definiria: a morte se aproximava. Nesse caso, a agressão destruidora, o “destrutivo” prevalecia contra a agressão construtora e seus construtos. A excitação sexual invadida, inibida, destruída, castrada, é consequência de que o funcionamento da criança como fálus materno destrói o fálus-virilidade filial em vez de fortalecê-lo e encaminhá-lo para a exogamia, onde o ódio invade e destrói o amor, a morte destrói a vida. Mas isso aconteceu (e costuma acontecer) de uma maneira muito mais complexa, que não poderei expor devido aos limites de tempo. De um enfoque mais amplo, comentarei que a hipnoanálise é um procedimento que pode ser entendido com os conceitos de gestalt, de campo, de contexto, de sistema e, sobretudo, como uma disponibilidade, uma atitude sempre presente. Se um órgão pode ser identificado como uma fera, não se poderia, a partir daí, formular uma teoria da hipocondria? Não identificaria a mente um órgão com uma figura ameaçadora de pai ou mãe? Não seria este o caso do nosso paciente? Não poderia ser semelhante aos casos nos que se tem medo de sofrer do coração sem

apresentar nenhuma lesão? Nesse sonho, a arquibancada cheia de gente, não seria o paciente, cheio de excitação sexual, desejando ser reconhecido sexualmente pela multidão da sociedade? Como o tempo está premente, apenas vamos ainda dar um exemplo de outro trabalho com hipnoanálise, nas toxicomanias alcoólicas. Trata-se de uma senhora que bebe álcool há vinte anos, casada com um homem que também bebe, e ambos têm um filho viciado em tóxicos. Então, essa paciente foi internada, fez um tratamento de desintoxicação e durante todo esse espaço de tempo ela fazia diariamente psicoterapia dinâmica e orientação; entre as técnicas utilizadas, empregava-se a técnica da auto-hipnose. Nesse estado de auto-hipnose, a paciente chegava a um estado hipnótico chamado fenômeno alucinatório. Ela conseguia, de fato, presenciar diante dos seus olhos aquilo que lhe era proposto. Então ela imaginava que estava com um copo de whisky na mão e que essa bebida tinha o odor podre de uma urina fétida de cavalo. E de fato sentia o fenômeno alucinatório olfativo, sentia o odor fétido. Ao aproximar este copo de whisky à boca, para preencher o desejo de beber, ela entrava num estado de rigidez do braço, se sentindo impossibilitada de poder ingerir aquilo que queria beber. Esse procedimento foi feito durante todo o tempo de internação. Atualmente, esta paciente está em terapia de família: ela, o marido e os quatro filhos. Ela não bebe mais e o marido tampouco, e o filho deixou a toxicomania e está trabalhando. Espero ter podido narrar um caso prático. Outra maneira prática de usar a hipnoanálise pode ser em terapia de grupo, terapia de oito pacientes, onde ao final de uma sessão, nós podemos então fazer durante dez minutos uma hipnoanálise do material emergente durante a terapia. O paciente a que vamos nos referir é homossexual, ele não está conforme com essa condição. Em estado de auto-hipnose, ele alcança o estado alucinatório, então ele imagina que tem diante de si um homem e perante essa visão, ele se condiciona no sentido de se tornar indiferente àquela imagem homossexual. Em seguida, ele se imagina a

si mesmo realizando outro fenômeno alucinatório visual: ele vê uma mulher em uma situação erótica, e então ele se erotiza diante desse estímulo heterossexual que ele vê em estado de auto-hipnose. Isso é um exemplo. Outro exemplo vai dizer de um paciente fóbico que está em análise de grupo. Ele tem fobia, por exemplo, de dirigir automóvel. Então, em estado de auto-hipnose, ele mentaliza que está dirigindo seu automóvel e está calmo, tranquilo, sem que haja uma indução hipnótica de negação do sintoma. Apenas é uma exposição reiterada à situação mediante a qual ele vai aos poucos se “vacinando” contra aquela restrição sem ser induzido a não ter medo. Porque em hipnose, não se deve induzir a abolição de sintomas, porque o sintoma pode ser substituído por outro sintoma. Então, assim a gente procede durante a sessão de grupo: trabalha com auto-hipnose todo o material que emergiu; com ele se faz, durante 10 minutos, uma representação cênica. Isso em terapia de grupo. Em terapia de casal, por exemplo, tratamos um casal no qual a mulher tem ciúmes do marido e o marido tem ciúmes da mulher. Então eu propus para esse casal, alucinar em estado de auto-hipnose um casal, no qual, ambos os cônjuges eram histéricos. Esse casal grita, berra, dá cenas teatrais dentro de casa, diante de uma criancinha de 14 meses, que tem uma lesão cerebral, e que bate, morde e dá pontapés na mãe. Para esse casal foi proposta uma representação cênica em estado de auto-hipnose: a mulher alucinou que o marido estava no leito com outra mulher. Ela entrou em estado de pânico quase que psicótico. Enquanto ela estava nesse estado, ela me dizia: “Doutor, pelo amor de Deus, diga que esta cena não é verdadeira”. E eu dizia: “continue a alucinar isso, seu marido está no leito com outra mulher”. Nesse instante procedi a checar o delírio que ela estava vivendo com a realidade. Eu estava dizendo em um tom moderado: “Você – neste momento – está como louca, simplesmente louca”. “Mas como, Doutor”? (perguntou alarmada). “Porque seu marido não está na cama com nenhuma mulher, é você que está imaginando que ele

está na cama com outra mulher, não há nenhum marido aqui na cama com outra mulher”. Imediatamente ela se acalmou, a confrontação com a realidade fez um impacto no mundo imaginário no qual estava vivendo suas suspeitas como se fossem percepções delirantes alucinadas. O marido, por sua vez, também fez uma representação cênica. Em estado de auto-hipnose, pedi ao marido: “Vamos agora imaginar que você está vendo sua mulher com outro homem no leito”. E ele dizia angustiado: “É impossível, doutor, não há condição”. Então eu sugeri: “Mas vamos ver se é possível”. “Não há condição” (repetiu). Aqui cabe agregar que esse paciente sentia agudos ciúmes, mas se esforçava em não o aparentar. Então, chegando certo momento, insisti: “Mentalize que você está vendo sua mulher no leito com outro homem.” Ele respondeu novamente: “Não há condição, é impossível”. Então eu disse: “Bom, então, se é impossível vamos supor o impossível, vamos imaginar o impossível, vamos admitir o impossível de que sua mulher está no leito com outro homem”. Nesse momento o paciente se decidiu a admitir o impossível e alucinou o sugerido. Então, lhe perguntei: “O que você vai fazer agora com sua mulher?” Ele afirmou rotundamente: “Simplesmente vou mandar que ela arrume sua roupa e se retire da minha casa”. Aqui é importante destacar que o paciente está em terapia há muito tempo e temos desenvolvido uma relação muito positiva; aí, um pouco humoristicamente eu lhe disse: “Seu hipócrita, seu falso religioso, você que é um homem de bíblia na mão procederia assim?”. Ele é adventista do 7º dia, desde criança. “Adventista do 7º dia, você diz praticar o amor e perdoar. O que acaba de fazer agora?” “Você que diz não ter ciúmes, você mandou sua mulher embora por uma coisa que ela não fez”. Aí ele saiu do estado hipnótico e disse: “É verdade, é uma loucura mesmo”. O paciente se retificou, pediu desculpas a sua esposa e, pelo que soube depois, nunca mais a importunou com seus ciúmes. Como já se está esgotando nosso tempo, e apesar de que poderia dar uma porção de exemplos, vou encerrar minha ex-

posição com o relato de um caso para o qual fui chamado a atender. Curiosamente, foi meu psicanalista quem me pediu que atendesse um paciente que estava com um diagnóstico de íleo paralítico, internado numa casa de saúde. Tratava-se de um israelita, de 84 anos de idade, que estava agonizando, sofrendo de dores abdominais violentíssimas que os analgésicos não estavam conseguindo acalmar. Fui então visitá-lo, e o induzi a uma auto-hipnose. No total, foram feitas apenas duas sessões de auto-hipnose neste homem para neutralizar suas dores e prepará-lo para a morte. Em estado de auto-hipnose eu procurava pedir a ele que imaginasse de diversas maneiras suas tradições, que imaginasse os antigos profetas, que mentalizasse o poder dele como israelita, de reencontro com sua prosápia e com toda sua família. O ancião, na medida em que ia alucinando essas cenas de reunião com seus ascendentes e familiares num ambiente de paz, de bondade, e de confiança, seu abdômen rígido ia se tornando macio e a dor ia desaparecendo. Ao terminar a primeira sessão, ele segurou na minha mão com as lágrimas nos olhos e disse: “Muito obrigado, muito obrigado mesmo doutor”. Ao terminar a segunda sessão eu perguntei para ele: “O que você está sentindo?” Ele disse assim: “Eu estou sentindo que eu estou com Deus.” E seu rosto mostrava uma grande tranquilidade. No dia seguinte este homem faleceu e, segundo me disseram, placidamente. Espero que esses breves relatos tenham podido mostrar como a gente pode trabalhar usando a hipnose como um instrumento auxiliar da terapia na psiquiatria clínica, e como coadjuvante num trabalho psicoterapêutico.



# CURSO: DOENÇA MENTAL: DESVIO OU ALIENAÇÃO?

*Gilberto Velho*

## **Gilberto Velho**

– O problema do estudo do comportamento desviante, para um antropólogo, realmente traz à tona algumas questões essenciais que têm marcado toda a história da antropologia. Eu acho que é por aí mesmo que o diálogo entre antropólogos, psicanalistas, psiquiatras e psicólogos pode se fazer. Eu quero deixar claro desde o início, para evitar qualquer mal-entendido, que muitas vezes ocorre que ao utilizar a ciência social no estudo de fenômenos de doença mental, entre aspas ou não, assim como fenômenos de perturbação de comportamento individual, não creio que seja sábio adotar uma atitude muito radical e tentar simplesmente ignorar toda a contribuição específica que existe sobre esses temas ao nível bioquímico, biofísico e biológico. Quer dizer que ao se levar em conta a antropologia, a sociologia, a psicologia etc não significa necessariamente que nós estamos descartando outras explicações, outros pontos de vista, outras perspectivas. Eu acho, sobretudo, muito importante frisar isso no início desse curso para ficar claro que não se trata de estabelecer uma polêmica estéril, sem fim, se é a sociedade que provoca a doença mental, ou o inverso, ou que tem outros níveis de determinação. Não é essa a nossa discussão. O que nós queremos mostrar são os aspectos socioculturais do que se chama na nossa sociedade de doença mental. Uma vez colocando isso, de início, podemos pensar em alguns conceitos essenciais, que creio serão importantes não só para minha palestra de hoje, como para outras palestras. A primeira noção é que em toda sociedade conhecida (e a antropologia está aí para mostrar isso), nos estudos das sociedades e

culturas mais díspares, constata-se que existem formas de controle social. Ou seja, existem normas, existem regras e existem padrões. Não existe sociedade em que não se encontrem em vigência normas, regras e padrões. A própria condição de existência da vida social é que se apliquem certos mecanismos de reprodução da sociedade, que implicam na existência dessas normas e dessas regras. Bom, o problema que se coloca não é de dizer o que são as regras, o que são as normas e se são ruins por si mesmas. Muitas vezes parece que algumas pessoas que estão usando um discurso de censores sociais para explicar doença mental, estão afirmando isso. Não se trata disso. Trata-se de entender, em primeiro lugar, que é sob a perspectiva do controle social que nós vamos discutir o problema da doença mental. O nosso ponto de partida é esse. Embora em toda a sociedade exista o problema do controle social, a necessidade do controle social, o que vai ser considerado problemático, perigoso, clandestino, desviante, ruim, seja lá o que for, vai variar de sociedade para sociedade. Essa noção que é uma noção muito simples, precisa ser reafirmada. Cada cultura constitui determinadas regras, um conjunto de normas que vai definir não só os comportamentos que são considerados transgressores e ruins, mas vai definir também os seus heróis culturais, os seus modelos, o santo, o profeta, o salvador. Toda a sociedade tem um modelo positivo que procura ser passado através da mitologia, da literatura, da educação, da socialização em geral, e tem, vamos dizer assim, os seus modelos negativos, que vão exemplificar o que não deve ser feito, o que é ruim, o que é péssimo, o que deve ser evitado a todo custo. Sobre esse aspecto, portanto, é preciso lembrar (ao menos eu acho), que muitas vezes, ou a maior parte das correntes psicanalíticas, particularmente, omite, esquece, deixa de lado, é que a sociedade é sempre uma entidade de ordem política. É claro que existe algo que nós chamamos de política ao nível do senso comum, que tem que ser distinguida, que tem que ser especificada. Existe o domínio do político, dos partidos,

das lutas propriamente pelo poder sobre o controle da sociedade mais ampla, a luta pelo controle do Estado. Isso é o que habitualmente nós denominamos de política. Mas quando eu digo, como muitos outros pesquisadores, que a sociedade é um fenômeno político, o que eu estou dizendo é que em toda sociedade, em qualquer nível da vida social, nós seres humanos, temos que negociar. A sociedade é um fenômeno que existe em função de um processo constante, muitas vezes, até inconsciente, de negociação na realidade, ou seja, que nas situações mais elementares do dia a dia, eu tenho que estabelecer algum tipo de pacto com os meus contemporâneos, com as pessoas com quem eu estou convivendo, com os congêneres com os que me encontro, para que as coisas possam acontecer. Isso aqui, por exemplo, é uma sala de conferências, supostamente existem conferencistas e existem pessoas que vêm assistir a conferência. Existe uma negociação da realidade implícita, tem um sujeito aí que vai sentar-se à mesa, falar umas coisas, depois tem umas perguntas. Isso é um exemplo de que, como diariamente, cotidianamente, nós estamos negociando; em cima de quê? De regras, normas e padrões que não são necessariamente o tempo todo explicitados, não é preciso ficar dizendo o tempo todo que não se deve tomar banho de chuveiro no meio da Avenida Copacabana, ou coisas desse gênero. São as normas, regras e convenções que são apenas e basicamente isso, negociação da realidade e na realidade. Bom, então a realidade é um fenômeno cultural, fabricado nesse nível. Se nós temos regras que vão dizer o que é bom, o que é ruim, o que deve ser feito e o que não deve, nós temos aí a dimensão de fabricação da realidade, a dimensão social e cultural, a realidade não é uma coisa dada, não é uma coisa que simplesmente está aí, a natureza, e acabou-se. A natureza é interpretada, a natureza é classificada, a natureza é particularizada segundo certos critérios. Nós sabemos perfeitamente que existem sociedades que não têm os mesmos sistemas de classificação que nós, que não dividem a nature-

za em plantas e animais, por exemplo, mas dividem em seres aquáticos, onde têm plantas e animais, e seres terrestres, que segundo nosso critério são os que consideramos plantas e animais. Isso é um exemplo de como as definições de realidade podem variar e como sempre tem que haver algum tipo de negociação. Ora, negociação, essa ideia de negociar para a qual existem, pelo menos, dois atores, sejam indivíduos ou grupos, que têm de alguma maneira que se encontrar e tentar definir algumas questões para estabelecer algum tipo de interação, é fundamental. Essa interação pode ser uma interação pacífica ou não, pode se definir como uma situação de hostilidade, uma situação de briga, uma situação de conflito, mas até para haver conflito alguma coisa tem que ser definida – o velho ditado, quando um não quer dois não brigam. Então, a negociação da realidade também implica nisso, porque até a hostilidade e o conflito implicam algum tipo de definição em que haja o mínimo de consenso. Muito bem, então a negociação é exatamente o fenômeno político. O fenômeno político, no qual nós temos pessoas, atores e grupos que se defrontam, que se encontram, para definir a realidade, para discutir a realidade, para decidir o que é bom e o que é ruim e atuar em consequência. Então, o político comporta negociação, mas também implica necessariamente a dimensão do poder. Isso é algo que me parece fundamental. Quer dizer, nós não temos mais uma visão ingênua e paradisíaca de que as pessoas que se encontram o fazem em pé de igualdade, que os grupos se encontram equitativamente para decidir o que é bom e o que é ruim, e que fazer. O político implica diferenças de poder, ou seja, existem certos grupos ou indivíduos, dependendo do nível que você está trabalhando, que têm mais condições de impor o seu ponto de vista, a sua perspectiva, do que outros. O poder é que vai definir isso. Esse poder pode ser econômico, o poder político propriamente dito, segundo uma perspectiva tradicional. O poder simbólico, a autoridade nem sempre emana de um poder material *stricto sensu*, mas sabemos que

em sociedades tradicionais muitas vezes é o bruxo, o feiticeiro que vai ter em certas situações mais poder do que o guerreiro. Ele tem mais poder simbólico em certas situações, ele domina certas coisas, ele conhece certas coisas, ou pelo menos as pessoas acreditam que ele conhece e domina. Então, ele vai ter naquele momento, nessa instância, nessa dimensão, mais poder do que o guerreiro que tem a arma e sabe lutar. Então, poder é um conceito ao mesmo tempo muito ambíguo, muito difuso, mas muito importante, há que qualificá-lo. Então a gente fala em termos muito amplos que a sociedade é um fenômeno político desde que cúmplice permanente num processo de negociação e desde que essa negociação se dê em algum nível de confiança entre atores com graus de poder dissemelhantes. É claro que existem negociações em que o grau de poder é quase igual e pode haver algum tipo de empate, mas isso não é a regra normal, o que nós encontramos são certos tipos de desigualdade. Bom, a desigualdade em si, a diferença entre graus de poder, que os indivíduos têm em grupos sociais específicos e de certa maneira um dado da vida social. O que importa não é simplesmente denunciar a desigualdade, porque as diferenças na vida social existem, em qualquer sociedade, desde as mais simples em termos econômicos e tecnológicos, você encontra diferenças em termos de prestígio, de pessoas que são mais consideradas do que outras, que são mais respeitadas do que outras, do tipo de poder normal que é criticado e denunciado com uma perspectiva crítica não só na ciência social como na psicanálise e na psicologia, aquele poder que se perpetua sem permitir realmente algum tipo de negociação. Quer dizer, é o tipo de poder que realmente não permite, não dá margem a áreas mais amplas de negociação. Ou que a margem de tolerância é maior do que outras. Essa menção é muito importante: se toda sociedade tem controle social, se toda sociedade apresenta problemas de poder, elas não apresentam da mesma maneira. Existem sociedades em que a distribuição de poder é mais desigual do que em outras. En-

tão, isso é uma noção importante, existem sociedades em que o poder se perpetua nas mãos de alguns grupos sem que haja oportunidade real de uma mudança em função de seus valores. O mais interessante, para uma maior parte da sociedade, essa noção me parece crucial, não vamos ser ingênuos em ignorar que possa haver uma sociedade em que não existam questões políticas, em que não existam problemas de conflitos, em que não existam problemas de disputa. Mas temos que perceber que existem sociedades mais repressivas do que outras. As obras de Foucault mostram muito bem a gênese desse tipo de repressão na sociedade ocidental capitalista. Existe uma série de outros autores que apontam como se processou na sociedade industrial toda a ideia de normalização à necessidade de se estabelecer padrões muito rígidos e efetivos, em termos do comportamento dos indivíduos em função de culturas de produtividade econômica. E isso é um fenômeno específico que faz da sociedade capitalista moderna um caso limite de todo esse espectro de sociedades que apresentam algum ganho de repressão desde que exista controle social. Mas o que Foucault e outros autores mostram é que a sociedade ocidental capitalista típica se desenvolve de tal forma que estabeleceu objetivos não prioritários, a produtividade própria, o lucro, o ganho material, que ela tem graus de tolerância muito pequenos em relação à diversidade. Isto é extremamente importante, existem sociedades que apresentam mais tolerância do que outras, em relação a comportamentos diferentes. Por quê? O tipo de comportamento que elas esperam para sua continuidade não é um compromisso tão totalizador, tão globalizante, tão enrijecido do que em outras sociedades. Dentro do problema do comportamento desviante, portanto, não poderíamos advertir que em toda e qualquer sociedade você vai encontrar eventualmente situações em que indivíduos podem ter condutas que poderão ser desafiadoras, poderão ser reprimidas pelos membros da sociedade. O problema é saber que tipo de sociedade reprime mais. Então, nos encontramos especificamente

no problema da doença mental. Uma das formas mais efetivas de controle social é a acusação. Eu acuso alguém de estar fazendo uma coisa, a acusação replica em uma denúncia pública. Alguém, algum grupo, algum ator a leu com direções de chegar e dizer: essa pessoa ou essas pessoas estão transgredindo regras essenciais; fatos e acusação. O que para nós intelectuais de classe média pode parecer um processo absurdo de sufocamento por uma família ou por um grupo de vigilância, seja lá o que for, pode não ser necessariamente. E a noção que nós temos do que deva ser o desenvolvimento individual, a ideia que nós temos a respeito de quais são as etapas de desenvolvimento individual, o que deve ser o processo de amadurecimento é arbitrária. Isso não quer dizer, evidentemente, que eu esteja negando que dentro de uma determinada sociedade as pessoas não devam seguir certos modelos. É claro que se você cresce em uma sociedade que tem determinados padrões, se você vai romper inteiramente com esses modelos, você vai ter problemas. O que eu estou mostrando é que mesmo dentro da mesma sociedade – no caso, nós estamos falando da sociedade brasileira, da cultura brasileira – existem formas diferentes de interpretação do que seja o indivíduo, do que deva ser o comportamento individual, do que é normal, do que não é normal. Ora, meus amigos, se nós formos pensar em termos estatísticos e numéricos, se o Brasil tem 110 milhões de habitantes, e cálculos mais ou menos aproximados acreditam que pelo menos 30 a 40 milhões de pessoas acreditam de alguma forma em espíritos, a noção racionalista de normalidade e anormalidade tem que ser um pouco repensada. Normal em relação a quê? Típico em relação a quê? Médio em relação a quê? É um critério de média? É um critério estatístico? Ou é um critério cultural que tem que levar em conta a diversidade cultural? E vejam bem, também tem que tomar muito cuidado em relação a isso para não adotar uma atitude paternalista, que é uma das coisas mais perigosas que eu vejo em termos dos trabalhos de cientistas sociais, psicanalistas e psicólogos

quando lidam com camadas de baixa renda. Eu ouvi o seguinte, numa mesa redonda que eu estava participando, pessoas todas muito progressistas, liberais, elas diziam: “Umbanda, claro, existe, macumba, sem dúvida, o povo, povão, magnífico!”. Não está se discutindo qual atitude tomar em relação à umbanda e às terapias que existem na umbanda, na macumba, em outras formas de religião que existem no Brasil, sobrando e se multiplicando. E um psiquiatra presente, uma pessoa muito competente, muito reconhecida, apresentou um plano, que era basicamente o seguinte: aproveitar os pais de santo alfabetizados, que tivessem um mínimo de nível, que seja definido, suponho, pelos psiquiatras, para que pudessem ensinar a eles certas técnicas e aproveitar então o terreiro para normalizar os comportamentos. Quer dizer, isso para mim é inaceitável. Eu fiquei mais ou menos gago na hora e não tive nem como realmente sustentar o diálogo porque havia um equívoco fundamental, quer dizer, essa ideia instrumental que as pessoas podem ser manipuladas, que você pode intervir dessa maneira na cultura alheia, é uma velha luta dos antropólogos. E muitas vezes antropólogos erram, pecam e se metem realmente onde não têm que se meter. Em relação à saúde mental, nós estamos lidando realmente com uma área crucial, fundamental para entender o funcionamento de nossa sociedade. E se nós não relativizarmos essa escala de valores, se nós não formos capazes de pensar a nossa experiência e a nossa formação como alguma coisa de particular, de cultural e não como uma coisa natural e verdadeira por si mesma, nós – quando falo nós eu incluo intelectuais em geral, embora particularmente pessoas que se preocupem com problemas de doença mental e comportamento individual – estaremos sendo pura e simplesmente agentes mais ou menos sofisticados do controle social. Vejam bem que eu não estou adotando uma atitude niilista em relação à psicanálise e à psiquiatria; o que eu estou procurando mostrar é que há que relativizar essas terapias; verificar, por exemplo, se é possível fazer a psicanálise como ela é feita,



em camadas de baixa renda. E perguntar por que não, se for o caso, e que tipo de *approach* nós podemos ter em relação às terapias realmente existentes. Eu acho que o esforço que o intelectual brasileiro tem que fazer hoje, intelectual em geral, é tentar sair um pouco da sua torre de marfim, e procurar não determinar o que deve ser o comportamento das camadas de baixa renda, do povo, da classe operária, do campesinato. Não é isso. Não acho que seja nossa tarefa estar explicando para essas pessoas o que elas devem fazer, o que é bom para elas. Acho que o nosso esforço básico é tentarmos entender um pouco mais o que seja a vida dessas pessoas, como elas pensam e interpretam o mundo, e tentar fazer certo esforço de relativizar a nossa ciência, que é alguma coisa, sem dúvida, relativizada. Eu acharia melhor parar um pouco aqui, me colocar à disposição de vocês para eventuais perguntas. Por favor, não façam cerimônia, vamos fazer da maneira mais informal possível. Nem sei se a norma é essa, mas enfim, vamos lá. Pois não, como quiser. Aproveita o microfone. (O expositor passa o microfone para uma interlocutora do público).

### **Interlocutora não identificada**

– Você podia explicar melhor como é que se dá a ideia de desenvolvimento individual para o antropólogo? Você falou como era visto em geral por nossa cultura...

### **Gilberto Velho**

– Ok. Eu não me estendi muito em relação a isso, porque isso é uma coisa que eu vou falar na mesa redonda de hoje à tarde, mas vou falar um pouco mais, pelo menos. A ideia é a seguinte, que a noção de indivíduo que nós temos é uma noção que tem que ser relativizada. Vou dar dois ou três exemplos para vocês, provavelmente vou repetir isso na parte da tarde. Desculpem-me, mas pelo menos os exemplos talvez eu tenha que repetir. O Thomas Mann, um escritor alemão na sua série de livros sobre José, José no Egito, José e seus irmãos, aponta uma coisa muito interessante, ele mostra que em certos nomes

aparecem como denominando a certas pessoas, certos indivíduos, aparecem aparentemente no período histórico de 300, 400 anos. Jacó, Esaú, Israel, vários nomes, que aparecem como sendo um indivíduo. Está certo? O que ele mostra no livro dele, literariamente, é que quando a pessoa que se chama de Israel ou de Esaú, ou de Jacó etc está falando acerca de si mesma, nos tempos bíblicos, na mitologia do povo judeu, ela está, na realidade, quando fala de si mesma, incorporando a experiência que foi passada oralmente, verbalmente por linhagens, por famílias, por ancestrais, e que num determinado momento ela não distingue mais a sua experiência de vida, ou o que nós consideraríamos o lapso normal de uma vida. O personagem que fala tem 30 anos, ou 40 anos: como ele está falando de uma coisa que aconteceu há 200 anos? Acontece que ele acha que ele faz parte disso que aconteceu há 200 anos. O corte que ele faz não é o mesmo corte que nós fazemos, percebem isso? Que isso é uma coisa sutil e importante. Isso pode acontecer de outras maneiras. A Margaret Mead, quando veio aqui, eu tive uma discussão muito interessante com ela, que de início ela estava sustentando uma posição de que o indivíduo é igual em todas as partes do mundo, em todas as sociedades e culturas. Essa é uma afirmação que, de certa maneira, é a posição dela nos trabalhos clássicos. Ela diz que mudam os padrões culturais, os valores mudam, mas o indivíduo é universal. Nessa conversa que eu tive com ela, que foi uma conversa muito interessante, pena que nós não tenhamos registrado, ela, a partir de determinado momento, começou a falar: “você tem certa razão”. Eu estava citando Louis Dumont, não era só eu que tinha razão, era o Louis Dumont que discute e debate esse problema. Eu me lembro muitas vezes entrevistando indivíduos na Nova Guiné, seja lá onde for, de 20, 25 anos, que começavam a me contar coisas que eu sabia que não tinham acontecido no seu período de vida, que tinham acontecido há 70, 80 ou 100 anos. O que significa isso? Nós distinguimos então o agente empírico, indivíduo biológico, esse nós, que nós somos, a

unidade física, propriamente, do indivíduo enquanto construção social, o indivíduo que tem uma identidade própria distinguível da sua família, da sua linhagem, do seu grupo. Então, uma das coisas mais importantes para entender a vida social é essa ambiguidade, essa dialética permanente entre a necessidade de particularizar e a necessidade de universalizar experiências. No nosso caso, na nossa noção de indivíduo, nós particularizamos ao máximo a experiência, e a psicanálise, de certa maneira, é a ciência disso. É a ciência da experiência individual sacralizada, levada a um extremo e valorizada de uma maneira incrível. É por isso que eu digo que muitas vezes é uma violência você tentar obrigar uma pessoa a assumir a sua individualidade porque a maneira como ela pensa a individualidade é outra; certas pessoas pensam e vivem a individualidade delas acopladas a uma totalidade, que pode ser uma família, um clã, uma linhagem, uma família, em geral, uma família extensa, um conjunto de pessoas que de alguma maneira se apresenta em uma unidade e uma tradição cultural.

### **Interlocutor não identificado**

Faz uma pergunta não registrada...

### **Gilberto Velho**

– Ela está me pedindo para comentar um pouquinho o problema do Freud em relação à posição do pai e da mãe comparando com o exemplo que eu dei com a Idade Média. Longe de mim querer atacar Freud, não é isso. Simplesmente estou querendo mostrar é que Freud, como qualquer um de nós, como Marx, Levi-Strauss, como Lacan, é um sujeito que vive a sua época, que está condicionado como todos nós, que está inserido dentro de uma determinada realidade. E ele, por mais brilhante e genial que seja, não tem ou não tinha condições de relativizar todos os valores, todas as suas percepções. Então acontece o seguinte, existem sociedades, o Malinowski mostrou isso, estudando uma sociedade no Pacífico, nela, a figura do pai não se apresenta da mesma maneira como se apresenta dentro da nossa sociedade, que a

autoridade não está centrada no pai, mas sim no tio materno, no irmão da mãe, irmão mais velho da mãe. O pai é mais uma figura ligada à atividade afetiva, jocosa, lúdica, aos folguedos: é o companheiro. E a autoridade está colocada no tio materno. Isso não invalida, mas complica um pouco a discussão do Freud. É o que o Philippe Ariès mostra, bem como outros autores, outros medievalistas, tinham formulado. Neste ponto, aproveito para dizer que o estudo da Idade Média hoje em dia está se constituindo uma das fontes mais ricas dos entendimentos do desenvolvimento das ciências sociais. Não tenho a menor dúvida sobre isso. Há vários estudos importantíssimos que estão sendo divulgados agora que, na realidade, o que eles estão tratando de fazer é a antropologia da nossa sociedade, relativizando a nossa sociedade através do seu estudo no tempo, como era em diversos períodos. Então, uma coisa interessante é você perceber que no século X e no século XI, no interior da França e no interior da Alemanha você encontra grupos sociais que estão organizados da mesma maneira como Malinowski, ou vários antropólogos famosos descreveram sociedades tribais no Pacífico ou na África. Então, o que acontece, especificamente em relação a isso é essa ideia de que Freud está basicamente discutindo no contexto de família nuclear, filhos, pai e mãe. O que Ariès mostra é que outras formas de organização social, filhos, pai e mãe estão longe de esgotar o que existe de básico e essencial no processo de socialização. Então, não é aquela coisa de você apenas ter como referências pai, mãe e irmãos. Você tem um universo significativo, em termos afetivos, em termos emocionais, mais amplos e diversificados. Você pode ter, desde bebê, tanto contato em termos de intensidade com a sua mãe do que com a amiga da sua mãe, que pode inclusive te amamentar. Ou com outra figura da família não necessariamente uma amiga, uma avó, uma tia, uma prima: o que importa é que aquele mundinho da família nuclear não aparecia dessa forma tão cristalizada. Isso é uma coisa que a literatura e a música já mostraram muito bem, o negócio das

caixinhas, em *Little Boxes*. É exatamente isso que está se mostrando, que nem sempre as pessoas viveram em Little Boxes, em caixinhas. Houve períodos na própria história do Ocidente em que as relações afetivas eram muito mais disseminadas e que as pessoas significativas dentro do processo de socialização e formação do psiquismo do indivíduo não eram tão radicalmente determinantes, sendo pai e mãe, podiam ser outras figuras. Basicamente, a ideia é que existem formas de organização social diferentes da família nuclear e que você tem mais alternativas. Isso não quer dizer que não seja família. Não, não está se falando de um anarquismo em termos de organização social, não está se falando em um tipo de ausência de regras familiares de parentesco. O que está se dizendo é que existem formas sociais de definir e organizar o parentesco diferentes, não é o fim da família, não é a morte da família. E que não se tenha a menor dúvida que contemporaneamente nós estamos encontrando pessoas, grupos, de certa maneira, o que se chama de contracultura, por exemplo, em alguns momentos representou uma tentativa disso, de restabelecer e de buscar laços comunitários, com todos os fracassos, com todas as dificuldades, mas foi muito essa busca. Na medida em que a família nuclear realmente é sufocante, e não é só para os filhos não, a família nuclear é sufocante para os pais também. Isso eu quero deixar bem claro, em homenagem a meu pai que está aqui presente, que a família nuclear não é sufocante só para os filhos, é sufocante para os pais. É realmente um problema, o grau de exigência, a palavra inglesa não tem tradução adequada em português, *commitments*, o que se exige das pessoas que participam dessa família nuclear, umas em relação às outras, é realmente violento, brutal, excessivo, e as formas de reprimir a busca de outras relações em qualquer nível de afetividade e sociabilidade fora da família podem ser muito duras e podem tornar a vida das pessoas muito difícil, muito desgastante. Está certo?

**Interlocutor não identificado**

Faz uma pergunta não registrada...

**Gilberto Velho**

– Não. Eu não disse que o Malinowski invalida a universalidade da estrutura familiar, apenas eu acho que ele complica a coisa. Porque na sociedade ocidental, europeia, na que o Freud estava trabalhando, as pessoas que ele estava analisando eram pessoas que vinham, inclusive, de uma determinada classe; geralmente, não era de qualquer classe social, era uma tendência de se concentrar mais em determinado tipo de classe social. O universo significativo era basicamente de família nuclear, em que a autoridade estava centrada na figura do pai, e seu poder. O Malinowski, assim como outros antropólogos, Malinowski era um exemplo clássico, encontrou sociedades em que o pai não era a autoridade, não era a pessoa que concentrava o poder, podia ser o chefe da linhagem em casos de linhagem, um tipo de organização familiar, de parentesco, em que a descendência é traçada pelo lado da mãe. Esse é um tipo de organização familiar matrilinear, em que a descendência é traçada pelo lado da mãe. Na nossa sociedade a descendência é passada pelo lado do pai e da mãe formalmente; pelo menos em outras sociedades a descendência é basicamente traçada pelo lado do pai. Em sociedades em que a descendência é matrilinear, quem tinha autoridade era o irmão da mãe, o irmão mais velho da mãe. Então, isso não invalida, mas complica bastante a situação e complica a tal ponto... por isso que a antropologia tem realmente uma pequena contribuição a dar a esses estudos, a mostrar que mesmo na nossa própria sociedade, você pode encontrar formas diferentes do que é essa família nuclear clássica que foi estudada pelo Freud. Se você vai para os subúrbios do Rio de Janeiro você pode encontrar situações muito diferentes e também composições como as das famílias classe média de Copacabana.

### **Interlocutor não identificado**

– O que o senhor pensa acerca do aumento massivo de todo tipo de propostas irracionais no Brasil nos últimos anos?

### **Gilberto Velho**

– O aumento de quê? Do misticismo? Em primeiro lugar eu vou dizer uma coisa, para começar, bem clara, eu não acho que a religião seja o ópio do povo. Para começar. Eu acho que a religião é uma forma de expressão e é uma forma de expressão simbólica muito rica, e que em quase toda sociedade, em toda sociedade você encontra formas de religião. Isso pode ser mais ou menos explicitado. Eu acho que existem várias explicações sociológicas: o grande crescimento das cidades, a crise da sociedade brasileira explica até certo ponto que as pessoas mais ou menos aflitas procurem formas de explicação para o que está em volta para que deem conta das suas dificuldades. Então, as pessoas vão procurar explicações sobre suas dificuldades em termos de amor, em termos de emprego, vários tipos de problemas nessa área. As pessoas vão procurar explicações. Mas tem uma coisa muito importante que me parece, que de certa maneira torna até secundário se a explicação é mística ou se não é mística. É o que as pessoas estão buscando indo a terreiros. Existem pessoas mais abalizadas do que eu para falar sobre isso. Hoje a professora Ivone Costa Ribeiro vai falar sobre o assunto, mas existem pessoas mais abalizadas ainda. Eu acho que eu posso mencionar o seguinte: o que essas pessoas estão buscando, basicamente, e encontram nos diversos cultos, são formas de sociabilidade e isso se junta com a nossa discussão anterior. No terreiro ou no centro espírita se desenvolvem formas de solidariedade, afetividade mesmo, que você não encontra em outras áreas e esferas da sua vida. Um cidadão que acorda todo dia às quatro da manhã, que leva duas horas, duas horas e meia para chegar no seu trabalho, que é triturado num trem, que recebe um salário mínimo, que recebe descontos tributários, que é esmagado, chega no fim de semana, sexta

ou sábado, ele tem oportunidade de conviver com pessoas, de receber um Deus, um espírito, isso não é alienação. Entende? Isso é uma forma de expressão, modalidade de associação necessária para que essas pessoas inclusive se organizem.

**Interlocutor não Identificado**

– Também não concordo inteiramente. Nesse caso, sem dúvida, a proliferação de cultos está ligada ao desenvolvimento particular do capitalismo no Brasil, mas eu não estou dizendo que o capitalismo explique sozinho a necessidade de religião. As sociedades capitalistas têm, por exemplo, uma relação orgânica com o protestantismo.

**Gilberto Velho**

– Não. Nesse caso, sem dúvida, está ligado ao desenvolvimento particular do capitalismo no Brasil, mas eu não estou dizendo que o capitalismo explica a necessidade de religião. As sociedades capitalistas...

**Pergunta Inaudível**

**Gilberto Velho**

– Pois não. Mas eu acho que é isso mesmo, é isso que eu estou dizendo. A ascensão dessas formas de religião está ligada à crise da sociedade tradicional brasileira em que as formas de sociabilidade tradicionais foram destruídas, estão sendo esmagadas, tanto no campo como na cidade. A mesma empresa que pode estar poluindo e destruindo um bairro em certa cidade, pode estar expulsando posseiros que viveram no Brasil com uma grande fazenda para criar gado. Pois não. Continue.

**Pergunta Inaudível**

**Gilberto Velho**

– Exatamente. O que eu estou querendo dizer é que o conceito de norma é relativo. Quer dizer, dentro do grupo dela a explicação que



foi dada, não consistiu em que ela estivesse paranoica. A explicação é que ela tinha uma potencialidade e uma característica que ela não estava desenvolvendo, não estava sendo capaz de desenvolver. Uma vez que ela fosse capaz de desenvolver isso, ela se normalizaria, segundo aqueles critérios. Eu vou dar outro exemplo para vocês ainda dentro dessa linha. Existem situações muito frequentes que nós encontramos pesquisando subúrbio e zona norte, mas não só subúrbio e zona norte, de senhoras de classe média, não necessariamente classe baixa, que atingem certa fase de sua vida, em que os filhos estão crescidos, eventualmente estão na menopausa e coisas desse tipo e entram em crise, em depressão. Vão para hospitais, vão a psicólogos, vão a psiquiatras e muitas vezes não adianta nada. Então, alguma amiga, “quem sabe se você não poderia ir a um terreiro?” E eu conheço vários casos de pessoas que foram a terreiros e que se tornaram poderosíssimas mães de santo, que significa que recuperaram um prestígio, uma autoridade que tinham perdido e ganharam até mais. Foram capazes de encontrar uma forma de se sentirem efetivas e produtivas. Porque não pensem vocês – e a maioria de vocês sabe disso – que um terreiro de Umbanda se limita a ser um ritual em que as pessoas recebem santos e vão embora. É uma forma de convivência que as pessoas se ajudam com comida, busca de emprego, solidariedade, tomar conta de criança. E é a mãe de santo ou pai de santo, figura poderosa que tem condições de ajudar e influenciar decisivamente a vida das pessoas. Então, a psiquiatria não foi capaz de resolver o caso dessas senhoras que eu estou mencionando. Em outros casos, talvez poderia, não estou dizendo que seja uma regra geral, mas essas senhoras encontraram uma alternativa através desse tipo de experiência.

Eu estou com duas perguntas aqui escritas, depois eu continuo, deixe-me ver se eu entendo a letra. A pergunta sobre o existencialismo, eu acho que é interessante porque de certa maneira o tipo de perspectiva que nós temos está alimentado efetivamente pelo existen-

cialismo. Quer dizer, quando o existencialismo diz que o homem existe em função do outro, que certas correntes existencialistas, pelo menos, dizem que a existência é exatamente isso, é relacionar-se com o outro, o diálogo com o outro, a descoberta do outro, a descoberta de si mesmo através do outro, elas estão realmente trabalhando num nível muito próximo ao que os sociólogos e antropólogos que trabalham com interacionismo simbólico, como o professor Becker, como o professor Goffman, como eu e outras pessoas. São muito próximas. Certo existencialismo e muitos especialistas em ciências humanas afirmam que a vida das pessoas não tem um significado em si mesma, a vida das pessoas só tem um significado, só pode ser entendida em função da sua experiência existencial e isso implica experiência existencial com os outros. Cada ser humano existe dentro de um mundo que lhe é próprio, mas cada mundo está sempre habitado por contemporâneos e por pessoas, sendo que a minha ação e meu comportamento só vão ter sentido em função da reação dos outros e vice-versa.

Deixe-me ver uma outra pergunta. Trata-se de um caso mais sutil, como a nossa crise da adolescência, o fato dela não ocorrer em sociedades mais simples, não poderia nos levar a crer que aí poderia ser traçada uma nítida relação entre a organização social e o surgimento de conflitos? Não tenho a menor dúvida. Eu acho que isso está de novo ligado ao que nós estamos falando, eu acho que a crise da adolescência, como nós a entendemos hoje em dia, é uma coisa localizada histórica e socialmente. É claro que se você diz que adolescente é quem tem entre 11 e 18 anos, você encontra isso em qualquer sociedade, mas a crise da adolescência é coisa que você encontra em um determinado tipo de sociedade. Basicamente, uma sociedade em que a forma de organização social dominante é a família nuclear, na qual a pessoa nessa faixa de idade passa por um período de ambiguidade muito grande, com sua posição social muito mal definida, muito ambígua, não se sabe muito bem o que é, trabalha e não trabalha, é homem

e não é homem, é criança e não é criança. Enquanto em outras formas de educação social elas poderiam estar muito mais inseridas em grupos mais amplos, que não a família nuclear, participando efetivamente, utilmente e tendo outro tipo de identidade, sem dúvida. Não quer dizer que você não encontre crises parecidas com a crise da adolescência em outras sociedades, mas o que nós normalmente chamamos de crise da adolescência é alguma coisa situada culturalmente.

### **Interlocutor não identificado**

– Como você considera a grande utilização de drogas no momento atual? Seria uma conduta desviante influenciada pelos grandes grupos ou que interessam algum tipo de alienação? Ou seria uma nova forma de pesquisar vivências não possibilitadas dentro do esquema sociopolítico em que vivemos? Repressão?

### **Gilberto Velho**

– Isso é o que eu chamo uma pergunta chave. Nos Estados Unidos existe uma expressão: “*a million dollar question*”, pergunta que vale um milhão de dólares, porque é a pergunta que puxa tudo, de certa forma. Eu acho o seguinte, como tudo que eu disse até agora sobre comportamento desviante, uso de tóxicos ou de drogas tem que ser entendido dentro de um contexto, é a questão essencial. E por outro lado, o uso de tóxicos ou de drogas não pode ser entendido uniformemente, ou seja, a utilização de drogas, a utilização de tóxicos se dá dentro de uma determinada cultura, ninguém usa pura e simplesmente tóxicos, as pessoas usam tóxico de determinada maneira, dentro de determinadas formas de organização, dentro de determinados rituais. Então, eu tenho a impressão que em certos casos o uso de tóxicos pode estar ligado a uma procura de novas vivências e percepções que rompem com perspectivas muito rotinizadas e estreitas da vida diária. Agora, qual o problema? O problema é o seguinte, não estou discutindo mais uma vez se essa droga A faz mal, se essa droga B faz mal, o que é pior, o que não é pior. Eu quero dizer o seguinte, a reação contra

certos tóxicos às vezes é um pouco estranhamente excessiva, por que será isso? Não é por causa do tóxico, gente! É porque o tóxico vem associado a um estilo de vida, a um tipo de comportamento. Quer dizer, evidentemente quando o uso de drogas se disseminou pelo mundo através da contracultura, ele estava se disseminando através de uma forma de interpretar a realidade e a vida, que frisava que a produção econômica, a eficácia, a produtividade não era necessariamente a coisa mais importante, que os valores lúdicos têm conotações construtivas, que são o que se chama (e que tem várias conotações) alegria, curtir os outros, curtir-se a si mesmo, coisas desse tipo, significavam realmente uma tentativa de elaboração de outras formas de sociabilidade. E eu não acho que isso aconteça, que só possa acontecer com uso de tóxicos. Eu acho que aconteceu, eu não tenho uma explicação que dê conta por que a partir da década de 60 foi exatamente o tóxico que levou, ou que está associado a esse tipo de comportamento benévolo e pacifista. Eu não sei explicar isso em poucas palavras. Eu acho que isso é um problema complexo que varia de sociedade para sociedade. É claro que existem algumas constantes. Agora, o fundamental me parece ser o seguinte: o tóxico está ligado, a utilização do tóxico, não só na nossa sociedade, como em outras, está ligada a um determinado complexo cultural, a determinadas crenças, a um determinado modo de vida. Então, em alguns lugares poderá ser um comportamento mais ou menos desviante. Poderá sofrer mais ou menos pressões. Eu tenho impressão que um dos piores problemas do uso dos tóxicos, ou o pior problema, ou – vou ser mais drástico – o pior problema é a maneira como se reprime o uso de tóxicos, que é uma maneira policial, violenta, cruel.

Eu tenho mais duas perguntas aqui na mesa. “Gostaria que você falasse mais sobre potencialidade, você disse o que significa desenvolver potencialidades individuais”. Está legal. Significa que eu acho que não existe uma essência individual dada pela natureza. Eu acho que a

individualidade é alguma coisa que se atualiza, que existe no mundo, na sociedade, através da cultura. É isso que eu acho. Então, essas ideias absolutas do que seja o indivíduo acabado, normal e pleno têm que ser revistas, têm que ser percebidas e discutidas porque o que é desenvolvimento de individualidade no nosso grupo social, pode não ser não só a dos *trobriandeses* ou a dos *samoanos*, mas pode ser diferente aqui perto, no mesmo bairro que nós estamos vivendo, num outro grupo de pessoas que têm uma escala de valores e experiências de vida diferentes. O problema é o dogmatismo e o autoritarismo em relação a essas coisas, é a falta de humildade de perceber que o nosso saber é um saber frágil e que nossas categorias podem não ser universais. Obrigado.

# TÉCNICA DE LABORATÓRIO

*Oswaldo Saidon*

**Oswaldo Saidon**

– Porque escolheram se inscrever neste curso? O que pretendiam?

**Interlocutor não identificado**

– É sempre uma oportunidade a gente trocar experiências e também se situar como está o trabalho de cada um de nós e o que outra pessoa faz, o que ela pensa (de que país), quais são seus fundamentos etc. Qual é a concepção de trabalho, o enfoque básico.

**Oswaldo Saidon**

– Alguma outra pessoa?

**Interlocutor não identificado**

– Eu acho importante a discussão de sua experiência. Acredito que você, como profissional, tenha muita, e cada um de nós tem a sua experiência. A discussão de experiências é o que talvez levasse a alguma coisa, a algum conhecimento, a uma reflexão, a uma mudança.

**Oswaldo Saidon**

– Mais alguém?

**Interlocutor não identificado**

– É encaixar um pouco de teoria na vivência prática.

**Oswaldo Saidon**

– Ou seja, poder teorizar a experiência de laboratório?

**Interlocutor não identificado**

- Estou aqui para me atualizar um pouco, como tem sido feito na área. Saber das ideias novas.

### **Oswaldo Saidon**

– E vocês acreditam que como coordenadores de laboratório, devem atender a demanda, como nesse caso vocês estariam fazendo a mim, ou devem fazer seu próprio negócio, como se fala aqui? Imaginando você como coordenador de um grupo, a ideia é que o coordenador deve responder a demanda desse grupo, ou alguém deve fazer o que acredita premeditadamente? E qual é a demanda aqui? Como ele saberia qual é a demanda? Há apenas uma demanda, aquela que é falada? Porque aqui, me parece, apenas como introdução, depois formalizaremos alguma coisa mais, que aqui apresentamos como um primeiro problema do grupo, como primeiro problema das experiências vivenciais, que é acreditar tanto na experiência que se pode acreditar no óbvio, que se pode chegar a acreditar em que aquilo que se fala é só aquilo que se deu, aquilo que se escuta. Então, creio que justamente aí estamos num dos pontos em que toda demanda grupal, no meu entender, deve ser questionada. Tanto quanto registrar os emergentes, registrar os diálogos que se dão no interior de grupo simplesmente como interação entre os membros, e não ver o que subjaz realmente, qual é o fantasma, qual é o processo ideológico, quais são as determinações sociais que subjazem a essa demanda. Então, se imaginássemos que isso, não pretendo que isso seja grupo terapêutico ou de laboratório, seja um curso, esta é a primeira demanda, é óbvio, não vamos transformar isso num laboratório. A segunda já requereria que a trabalhemos juntos, principalmente se o que o colega pediu é realmente o que desejam, por trás desse pedido podemos desentranhar uma série de outras coisas. Estas duas ideias, para começar a teorizar um pouco sobre o problema, se dividem em duas linhas básicas sobre o grupo, sobre a teoria dos grupos e inclusive sobre a teoria dos laboratórios. Ou seja, uma linha situacional, uma linha que enfoca a interação, uma linha que vem da sociologia americana, como Lewin, com sua Teoria de Campo, e que vê o grupo como uma correlação de forças que se dão num

determinado campo e das quais a comunicação entre elas vai produzindo uma melhor adaptação, uma melhor aprendizagem do processo grupal. A outra, uma linha que tem suas origens fundamentalmente na psicanálise, que coloca um enfoque que podemos chamar mais genético, mais histórico, que aquilo que acontece em grupo é nada mais que a manifestação, nada mais que a expressão de um fantasma, de um desejo, que justamente aparece para ser encoberto. Desde 1905, aproximadamente, se fizeram as primeiras experiências de grupo ou do que vai ser chamado grupo terapêutico. O médico Pratt, num hospital de tuberculosos, ante a necessidade e ante o fracasso, por um lado, do tratamento, e pelo outro, pela necessidade de mais pessoal para tratá-los, propõe reuni-los em grupos, que juntos falem de sua enfermidade, o que aliviava as tensões, e se demonstrou também que melhorava muito as resistências imunológicas, e que melhorava a evolução da enfermidade. A partir desse momento, as técnicas de grupo se multiplicaram. Hoje vemos toda espécie de bons grupálicos. Tudo se tenta fazer em grupo, tudo se tenta resolver em grupo, os problemas de trabalho devem ser vistos em grupo, os problemas sexuais devem ser vistos em grupo, os problemas escolares devem ser vistos em grupo, os problemas sindicais, os problemas políticos etc. E nessa eclosão de tamanha natureza, já não pode ser um ponto de interrogação, para que servem os grupos? E, em segundo lugar, como funcionam para isso que servem? A hipótese que vou colocar hoje é a seguinte: não existe uma teoria científica sobre os grupos. Não há nem sequer uma definição correta que nos possa dizer claramente o que é um grupo. Em todo caso, há uma discussão entre as distintas escolas. Basicamente, todas as técnicas grupais se desenvolveram a partir de uma nova tentativa de criar sistemas de adaptação. Mas, apesar disso, desconhecer a realidade grupal seria um absurdo. Creemos que a investigação, a prática e o trabalho sobre os grupos devem ser realizados, é do interior desse trabalho de onde se devem extrair aqueles mecanismos que



provocam aquele efeito extraordinário, esse efeito que produz Rogers, por exemplo, que tem 100 mil adeptos, em todo o mundo, ou os grupos transacionais. Estes movimentos grupálistas devem ter algo, algo que provoca mudanças no sujeito para conseguir essa adesão. Creio que se nós pudéssemos investigar a fonte, detectar o que mobilizam, poderíamos ter uma perspectiva do trabalho grupal e não necessariamente esta perspectiva ser utilizada no sentido em que é utilizada.

Vou colocar basicamente as formulações das principais escolas que praticam as atividades grupais, e principalmente as atividades de laboratório. É claro que, em virtude do pouco tempo, não vai ser uma longa exposição delas, mas simplesmente mostrar certos traços em comum, que a partir disso podem dar conta da investigação, da pesquisa, sobre o que é aquilo tão fantástico, aquela sedução, aquela atração que provoca os grupos em todos os sujeitos. Os grupos de laboratório poderiam ser definidos como uma tentativa de experiência num espaço de tempo determinado onde a utilização mais ou menos eclética de certos recursos tenta um trabalho em intensidade sobre os conflitos pessoais e grupais. Esse tempo prolongado permitiria aprofundar a experiência e, no sentido exploratório, permitiria facilitar a regressão fundamentalmente através de evitar toda interferência do mundo externo durante esse espaço de tempo determinado. Para dizê-lo sinteticamente, laboratório seria uma experiência num tempo e espaço determinado que, excluindo todo contato com a realidade externa, facilita os processos de regressão, que permite numa experiência fechada aprofundar a exploração tanto de cada sujeito participante quanto do grupo em sua totalidade. Essa é a ideia que subjaz. As técnicas que são utilizadas para isso são as mais variadas e as mais ecléticas. Não existe uma técnica de laboratório. Os distintos autores realizam diferentes manobras, geralmente não citando a fonte, mas tentando fazer uma discriminação das mesmas; diria que no grupo de laboratório coexistem: 1. A dinâmica de grupo da microsociologia americana; 2. A

tentativa de extrapolação da 2ª tópica do aparelho psíquico freudiano (superego, ego, id) aos processos grupais ou à análise dos processos grupais; 3. Uma série de escolas geralmente todas elas desenvolvidas nos EUA, que reconheceriam 4 origens principais: a) Fritz Perls – a terapia da Gestalt; b) Eric Berne – a análise transacional; c) Carl Rogers – a terapia centrada no cliente; d) o neo-reichismo – ou a terapia bioenergética. Por essa mistura de diferentes técnicas tenta-se operar. O que tem em comum na maioria delas? Todas elas, em geral, têm origem no consensualismo de W. James, no positivismo e empirismo norte-americanos e numa ideia de uma psicologia da consciência.

Em geral são escolas, no sentido de que são todas correntes que dão ênfase desmedida à prática, até o ponto de tentar realizar algumas banalidades ou citar de forma incorreta certos autores. Vemos isso no caso típico de Perls, que critica constantemente a psicanálise e parece desconhecer-la totalmente. E todas elas, em geral, não se preocupam com uma teoria e uma precisão de cientificidade, sem objeto formal abstrato, sem objeto científico, sem prescrição do método, sem administração de provas, que seriam as características próprias das diferentes ciências. São, na realidade, ideologias teóricas e práticas reduplicadoras do evidente, a citar constantemente o que já se vê e com uma série de manipulações em busca de sucesso no campo profissional. Digo isso não só por um afã de crítica, e sim para que, a partir da crítica, pondo essas questões, possamos resgatar aqueles aspectos que nem elas mesmas conhecem, que provocam esses efeitos que hoje são tão básicos e fundamentais. O transacionalismo, por exemplo, é uma escola desenvolvida por um psiquiatra canadense, Berne, que toma basicamente a segunda tópica freudiana e faz uma simplificação da mesma e a mistura com a teoria do vínculo de Melanie Klein. Como todos sabem, o transacionalismo opera com aquelas imagens do adulto, pai, criança, e as diferentes transações que são alcançadas em função da relação de cada uma das partes do sujeito do grupo em relação

a essas imagens identificatórias. Toma também uma série de elementos do jogo psicodramático e realiza uma série de transações desclasificadoras tomadas da teoria da comunicação de Bateson e Jackson. Ou seja, é uma mistura entre a escola psicanalítica, uma série de técnicas psicodramáticas e a teoria da comunicação americana. Eles dizem que seu método é útil porque é simples, preciso, econômico e rápido. Menciona indicadores empíricos que poderiam ser medidos e solucionariam toda a classe de fenômenos de relações inter-humanas. Buscam prescindir de toda abstração e procuram uma harmonia entre aquelas diferentes partes a que se referem: adulto, pai e criança. Traduzem toda sua terminologia com argumentos bastante banais do tipo de “eu estou OK”, e propõem sua utilização em todas as atividades humanas, nos casais, nos grupos, nos indivíduos, nas famílias e, fundamentalmente, nas empresas. A psicologia transacional está incluída em tudo que se chama regulamento ou treinamento de pessoal de empresa. Os laboratórios estão impregnados de coisas desse tipo e temas delas, fundamentalmente tudo o que implica prescindir de toda abstração, tudo o que implica ser intelectualizado, tudo o que implica em dar elementos simples para que o sujeito possa adquirir um contato rápido com os outros. O neo-reichismo de Lowen está baseado fundamentalmente nas ideias de Reich, mas só no que diz respeito à teoria de distribuição de energia libidinal entendida como harmônica. Baseia-se em Reich, mas amputa toda análise social que W. Reich realizou, e toma fundamentalmente o aspecto de couraça caracterológica, em quanto as formas como a energia libidinal distribuída no corpo do sujeito provoca determinada couraça, que impede a livre expressão dos desejos, e que provoca um estereótipo caracterológico em cada um dos sujeitos. Utiliza fundamentalmente manobras corporais com a ideia de poder dissolver essa couraça caracterológica. Quando usa a psicanálise, usa a teoria do ego, de Rappaport e Lowenstein. E quando fala do social, em geral, usa os culturalistas do tipo de Sullivan, Fromm e

Horney. A escola que oferece mais interesse em termos de técnicas de laboratório é a de Perls, a gestáltica. As críticas que podemos fazer à escola de Perls, ou as características que podemos mencionar de forma crítica são: 1. Perl se diferencia do psicodrama no sentido de que propõe dramatizações nas que o sujeito e seus objetos correntes devem identificar-se com objetos parciais e bizarros. Por exemplo: o sujeito tem medo, eles propõem: você é o medo, fale sobre o medo. O sujeito tem um sonho onde sonha com uma casa nova. Eles propõem: abra a parede da casa, abra uma parede e a outra parede. Propõe todo um sentido de envolvimento, da imaginação do grupo. Favorece a tendência atualizante da potencialidade do mesmo, ou seja, as tendências e possibilidades que esse grupo tem aqui e agora. Como vocês veem, quatro teorias, eu diria quatro ideologias teóricas, sem nenhum aparato conceitual com o qual se referem, como leem o que acontece, como operam na realidade, mas quatro teorias que têm atrás de si, como dizia, milhões de seguidores. Algo deve acontecer nelas, algo deve passar nelas que provoca essa mobilização. Sob o ponto de vista psicanalítico, podemos conformar-nos dizendo que, como Freud mesmo assegurava, a catarse, a sugestão, são elementos de tal peso na sociedade contemporânea, que basta colocá-las em desenvolvimento para que todos se sintam bem, quando se fala do que aconteceu no laboratório. De todos os modos, nos ocorre que esta crítica seria parcial e conheceria características muito mais amplas e sociais desse fenômeno. Para ser breve, proporia a crítica ao contrário, o resgate do trabalho grupal, de uma obra de Freud que não casualmente é desconhecida e evitada pelas instituições psicanalíticas oficiais, que é “Psicologia de massas e o Ego”. Aí Freud, no último capítulo, nos fala do carnaval, da festa. Que diz Freud? Freud diz que na festa se produz uma separação entre o ego e o ideal do ego, que permite certa transgressão da norma. O ideal do ego, que é a soma de todas as restrições que nos são impostas, se separa do ego. O ego não tem mais que obedecê-lo taxati-

vamente, com risco de encontrar a morte, a repressão, a dor ou a enfermidade. E aparece a festa, aparece o carnaval, aparecem 3, 4, 5 dias onde tudo é permitido, onde a transgressão é a norma. Isso sim, explica Freud, essa transgressão é permitida justamente porque as forças inconscientes não suportam mais o mal-estar da repressão constante a que são submetidas. E esse mesmo sistema é que cria uma saída onde isso, onde essa força constantemente submetida e negada, pode ter seu aparecimento, mas é marcada, tem prazo em determinados dias. Com isso, Freud dá essa explicação para se referir às massas espontâneas. Posto isso, as massas espontâneas, os grupos espontâneos, seriam movimentos que transgrediriam os ideais de ego de uma sociedade constituída. E com os novos ideais de ego, não falo de ideais de ego em termos intrapsíquicos, e sim, como ele mesmo diz, do ideal do ego como a representação no interior do psiquismo de todo o sistema socioeconômico, de todo o sistema de produção e das instituições ideológicas que subjazem a ele, a família, a religião, o estado, a escola, a universidade, os simpósios etc. Então, todo grupo espontâneo se conforma para transgredir a norma. Em todo grupo espontâneo aparece a possibilidade de reacender o princípio do prazer, sem que o princípio da realidade nos enfrente com a morte ou com a repressão. Diz Freud, em outro artigo, “O mal-estar na cultura”: na realidade, o homem na nossa sociedade não vai em busca do prazer simplesmente; o que faz é procurar técnicas para evitar o sofrimento, referindo-se ao mal-estar fundamental, que é o mesmo que produz a geração mesma da cultura, a cultura surge a partir de um ato de repressão. Então, como pode aparecer o prazer? O prazer só aparece em forma pontual, em forma instantânea, em determinados momentos. E o modelo do prazer seria o do orgasmo. Resulta que a massa espontânea, a massa do carnaval, a massa dos hippies, a massa que tenta um processo de transformação, tenta fazer do pontual do prazer uma permanência. E a sociedade tem de encarregar-se de fazer com que essa permanência

não exista, porque se o prazer, o gozo, o desejo, aparecem nos sujeitos, tanto sejam encarnados neles, quanto possam ser dessa mesma maneira pensados, apareceria o questionamento da organização social e da cultura vigentes, seriam levantadas todas essas restrições do ego que o ideal do ego representa. Então, eu queria fazer uma metáfora comparativa, familiar a vocês: o carnaval e o laboratório. O carnaval, inclusive como vocês sabem, é cada vez mais institucionalizado, pouco falta para que psicanalistas coordenem algumas de suas atividades; mais institucionalizado na medida em que seu desenvolvimento natural implica em mais altos graus de violência contra esse ideal do ego, mais distanciamento e maior permanência. Cada vez se sabe menos quando acaba e quanto dura. Cada vez é mais grave faltar ao carnaval que ter uma falta no trabalho, mas depois do carnaval se tem mais descontos do que qualquer outro dia, ou seja, imediatamente depois da festa, a lei se impõe com muitíssimo mais rigor. O que terá de comum desse processo do carnaval com o laboratório? Definimos que ambos têm um espaço e um tempo determinados onde certa transgressão é permitida. Que quer dizer isso? Gostaria de sintetizar para poder conversar com vocês. Trata-se de uma forma que encontra esse momento histórico-cultural para realizar a transgressão, deixando aparecer algo do inconsciente submerso; os laboratórios, assim como outros grupos que, assim como o carnaval, arranjam uma situação de artificialidade, onde tudo consiste em não enfrentar o mundo externo para passar bem, para estar bem. Esse é um problema que podemos discutir, que podemos analisar. Mas a massa espontânea de Freud, o carnaval, o grupo espontâneo que se gera numa determinada instituição, o laboratório, enquanto proposta de espontaneidade e de ruptura de certos estereótipos, vai permitir um primeiro, incipiente e precário enfrentamento com a possibilidade de realizar uma transgressão, com a possibilidade de enfrentar uma norma. O resgate que disso se faz no laboratório, a possibilidade de incluir o enfrentamento dessa norma e de

entender de onde essa norma vem, a possibilidade que o grupo tenha de não simplesmente atuar, mas de resgatar uma racionalidade daquilo que vai atuar, é o que vai permitir transformar esse momento de prazer pontual e regular, a permanência desse desejo. Diria, antes de podermos conversar, que todo grupo se conforma, então, para realizar uma transgressão. Isso atrai a todo mundo. Todos pensam que estão num grupo porque alguma coisa vai acontecer, especialmente, as mulheres, ou porque estão num grupo e podem sair à noite sem que seu marido se inteire, ou porque vão a um grupo e assim podem falar mais livremente das suas queixas e vontades, ou vai a um grupo com uma série de fantasias, que aí estão permitidas expressar e em outro lugar não. Que o grupo pode resgatar certa racionalidade do processo que o produz, através de um processo de elaboração é o único que vai poder transformá-lo, não num grupo neurótico. E outra vez eu tomaria o exemplo de Freud quanto às massas artificiais, no sentido em que um grupo neurótico, um grupo artificial seria aquele que foge e protege da realidade mesma, mas é um grupo que se autoconhece para enfrentar a realidade externa, a realidade social, aquelas condições que produzem, inclusive, esse mesmo grupo, o que quer dizer sempre tomar consciência da sua morte. E poder estabelecer para esse enfrentamento enlaces libidinais entre seus membros, para poder ir constituindo um ideal de ego próprio e não só o que é imposto pelo sistema. E, nesse sentido, queria reportar-me à investigação que propunha antes. Creio que, se pudéssemos – vocês que trabalham com grupos, nós, os assistentes sociais e os psiquiatras, grupelistas –, criaríamos um movimento de investigação em que vejamos que todas essas técnicas práticas, empíricas, óbvias, adaptativas, elas merecem reiteradamente todas essas críticas, mas algo produzem, quanto ao movimento do desejo dos membros que o constituem. Assim sendo, nós poderemos, sem dúvida, ajudar a fazer dos grupos espontâneos dispositivos capazes de prolongar o prazer por transformar a realidade, o prazer pelo

conhecimento além dos dois ou três dias de festa que antes citamos. Poderia fazer algumas propostas de como eu vejo um grupo, ou de como penso os aspectos em que poderia ocorrer o funcionamento de um grupo. Mas gostaria de, primeiro, escutar um pouco de vocês. Alguma pergunta ou coisas que não ficaram claras? Ou propostas?

### **Interlocutor não identificado**

– Você diz que o grupo é um momento especial num espaço para uma vivência espontânea. E aí o indivíduo pode, como no carnaval, se libertar das normas, esquecer os limites ou limitar os limites. Eu achei importante isso. Mas me ocorreu uma coisa: que também é uma oportunidade, me parece, em que o indivíduo testa os limites, não tanto no sentido de às vezes sair deles, mas saber até onde ele deve ir, até onde ele pode ir nesses limites. Aí entra a experiência; então para mim também é um teste de limites.

### **Oswaldo Saidon**

– Quais são os limites fundamentais de um grupo terapêutico? Uns são o espaço e o tempo, mas outro fundamental, por exemplo, é o dinheiro (quando o laboratório é pago). Outro limite fundamental é o enquadre. Agora, com esse espaço, com esse tempo, com esse dinheiro, com o enquadre, que funcionam segundo uma série de normas e de características: não se pode agredir violentamente, em especial fisicamente, não se pode (depende da escola) atrapalhar o coordenador. Que se deve fazer? Devem-se ficar imóveis ou devem-se pôr constantemente em movimento? Porque o problema dos limites é que favorecem a ilusão de uma crença de que se poderia viver eternamente numa situação de laboratório e, conseqüentemente, o enfrentamento com o mundo exterior não é realizado. Ou, em todo o caso, se é realizado, o é dentro dessa tônica adaptacionista ao sistema. Creio que nisso vale a pena recuperar, aqui não temos tempo para aprofundar, algumas ideias de grupo de Pichon-Rivière, também ecléticas, mas há uma definição que é importante: para que se constitui um grupo? Um



grupo se constitui para se aprender e pensar. E o que é pensar? Pensar é simplesmente a capacidade de poder expressar-se nas diferentes áreas: a do corpo, a da mente e a do mundo exterior; ou seja, pensar é poder atuar, sentir, e pensar numa forma transformadora da realidade a que estamos submetidos. Um grupo pode consolidar a transgressão, pode consolidar o prazer, o gozo que essa transgressão lhe traz, na medida em que seu pensamento se encarne nele, por um lado, e que, por outro lado, sua vivência como grupo lhe permita uma atuação com uma racionalidade própria, crítica do sistema em que está incluído. Pelo contrário, só estaríamos favorecendo certo artificialismo de técnicas. Criaríamos uma dessas espécies de lutadores de judô principiantes que, quando enfrenta uma luta na arena, ficam totalmente batidos porque só conhecem uma série de manobras para serem feitas num espaço ideal e num momento ideal de treinamento que nada tem a ver com a realidade da briga, por exemplo. Eu creio, por exemplo, e isso entrando no nível das propostas, que não se deve evitar que um grupo questione o enquadre constantemente. Há um recurso nos cineastas: diferentes partes de um filme são cortadas, são separadas e emendadas de outra maneira, com o que aparece outro filme, com um sentido totalmente diferente. Creio que o grupo, na medida em que se rompem os elementos, a sucessão, rompa a homogeneidade do discurso, rompa a predominância do verbal, rompa a dominação do significante, permite novos aspectos de sentido. No final, o que importa não é para que se faz ou quem faz, e sim o que importa, nessa experiência, é como funciona. E o que impede o funcionamento do grupo. E nesse sentido, pegando as ideias de Guattari, entendemos o grupo como uma máquina. O grupo é uma máquina que funciona decompondo-se, porque somente quando se decompõe enfrenta seus limites, quando supre as situações de crise, quando tem que adequar-se a acontecimentos novos e inesperados, especialmente os que resultam de incapacidades de grupalizar-se e desempenhar uma tarefa como

um grupo. O problema básico das psicologias e da psicanálise foi tratar os indivíduos, por um lado, e a psicologia das massas, por outro. As psicologias mais clássicas e a psicanálise se ocuparam, muito predominantemente, da subjetividade individual; só começaram a se preocupar – especialmente, a psicanálise – quando grandes movimentos de massas se deflagraram na Europa, Rússia etc. Atualmente vemos que os grupos são uma importante forma de expressão. Então é uma realidade que temos que enfrentar, porque, senão, corremos o risco de deixar que continuem sendo produzidos simplesmente a serviço da adaptação, da repetição, do óbvio, da reprodução ideológica. Por isso, minha proposta é que é preciso formar e trabalhar com grupos – e propiciar que todos os que participem prossigam nesse questionamento instituinte e elaborem, cada vez, a estratégia adequada para cada momento conjuntural histórico e que sintam e pensem o que tenham já necessidade e possibilidade de enfrentar. Uma dessas problemáticas pode ser, por exemplo, a loucura. Um dos casos dessa luta foi a da antipsiquiatria de David Cooper, que tomou a firme decisão de combater a forma em que era definida e tratada a loucura. Exigiu e praticou essa mudança como parte de uma revolução pessoal dele, de realizar seu desejo, seu prazer e uma revolução pessoal. Eu não defendo, não sou afim com a postura antipsiquiátrica, tenho muitas objeções, mas acho que com sua mudança ele contribuiu a compreender os limites do laboratório. Tem certos momentos dos laboratórios em que as experiências, as atitudes e as conclusões parecem uma loucura, porque implicam questionamentos e transformações profundas das determinações sexuais, econômicas e políticas e dos efeitos negativos que elas provocam. Quando digo questionamentos, não me refiro apenas ao que se pode falar a respeito, muito pelo contrário, creio que a ideia de que se pode privilegiar o conhecimento como palavra, ou através exclusivamente da palavra, em realidade, é uma forma encontrada de expressão que inibe outras formas de comunicação que são indispen-

sáveis. Creio que o laboratório é um bom exemplo, porque produz um número e uma qualidade de efeitos que muitas vezes operam sem ter sido conceitualizados. Eles atuam exatamente por saltar da máquina da racionalidade formal, da máquina da palavra, com o verbal pelo verbal, que na nossa cultura resulta na repressão do corpo, tem que surgir uma série de efeitos insólitos, de sentidos novos, que embora possam ser capturados pelo sistema (como é o caso das experiências com drogas, transformadas num bom negócio), poderão servir como uma ampliação do campo de entendimento e de ação no mundo externo. Alguma pergunta?

### **Interlocutor não identificado**

– Eu gostaria ainda de questionar essa sua proposta de limites do laboratório, partindo desse pressuposto de que o participante do laboratório estaria apto a conviver com a loucura. Então, partindo do pressuposto de que este indivíduo concluiu esse laboratório, então ele irá conviver numa realidade social que não experimentou o processo do laboratório. Além do mais, há uma demanda, isto é, existe uma expectativa daquele indivíduo que procura um laboratório, uma expectativa de adquirir uma pseudocompetência em relações humanas. Então, como conciliar essa expectativa com a atuação daquele coordenador que, talvez maquiavelicamente, propõe e provoca um encontro daquele indivíduo com um estado anormal. Rompe assim com todas as esperanças daquele participante que foi procurar um laboratório buscando uma competência interpessoal harmônica. E depois é devolvido ao mundo do “não-laboratório” com uma série de questionamentos, e talvez se sentindo mais capaz de transformar o mundo, mas não mais competente em termos de relações humanas. Como você vê esse problema, inclusive todas as outras expectativas da procura do laboratório?

### **Oswaldo Saidon**

– O paradoxo é que os limites do laboratório não são os limi-

tes dentro do laboratório, mas são os limites de laboratório. Creio que temos que mostrar constantemente como essa experiência é uma experiência artificial, conduzida, manipulada, é uma experiência que por sua vez tem limites que os participantes devem evitar transgredir e que essa experiência precisa para poder desenvolver-se em segurança; não existe experiência sem limites, até a sociedade coloca os seus quando propõe o carnaval. O que recomendo é utilizar essa experiência grupal (quando falo de laboratório, falo de grupos em geral) não para reforçar a realização deles, mas de merecê-los, eles já são existentes, de fato há inúmeros grupos, em qualquer tempo podemos entrar em grupos como pacientes, como terapeutas, como coordenadores, e também é possível formar mais um grupo. A questão é que o que devemos fazer com os grupos é encontrá-los, provocar no sentido de intensificar, de realizar uma verdadeira intervenção institucional no interior deles, que se evidenciem todos os instituídos rigidificados que os atravessam para que se rompam esses limites. Mas não se trata de romper os limites para passar à loucura entendida não como a perda de todo limite. Há uma realidade grupal que não é idêntica à exterior, mas que de algum modo se refere a ela. Justamente na medida em que se perde toda referência da realidade exterior, que é o objetivo último do laboratório, é que os sujeitos psicotizam. O laboratório fracassa na medida em que induz os sujeitos a enfrentar a realidade exterior narcisisticamente, num estado, só com um convite ao narcisismo, apenas ao querer-se a si mesmo. O que proponho é que, como o seio do grupo que está conformado pelos enlaces libidinais que ligam os membros do grupo entre si e os membros do grupo ao líder do mesmo, que esses enlaces libidinais sirvam para que o sujeito não só sinta que pode encontrar o gozo e o acolhimento da realidade na fuga narcisista, mas que possa sentir que pode encontrá-los na união com os outros. Mas também com outros que não só os outros membros do grupo. Para terminar, eu diria que assim como o nascimento da cultura se

constituiu como um ato grupal, o relato do mito freudiano nos explica que foi a união dos irmãos na horda primitiva para matar o pai, um primeiro ato grupal e de violência. Esse ato deu origem ao surgimento da cultura, mas junto veio a culpa e o arrependimento. Por isso é que os sujeitos psíquicos vivem eternamente proibindo-se tudo o que represente incesto e parricídio, e tenham que introjetar, no seu desenvolvimento pessoal, esse pai como superego, despótico e culpogênico. O enfrentamento desse superego não poderá ser nunca realizado de forma individual, pois quando formamos um grupo e só propomos uma regressão ao mundo interno de cada membro, onde não se faça a crítica da funcionalidade desse superego na vida do mundo exterior, lhe estamos propondo uma saída individualista, ainda que estejamos em grupo, estamos fomentando uma saída narcisística. Mas só o enfrentamento dessa realidade externa com esse novo pai simbólico que o grupo prossegue construindo, é que vai permitir-lhe dar uma nova morte libertadora a esse pai, mas com a reformulação dessa história aprendida, que conforma o processo histórico transcorrido por nossa cultura até agora, é o que vai permitir realizar o processo de subjetivação e socialização sem a introjeção do tipo que o mito do parricídio ilustra. Pode-se pensar que essa proposta é uma utopia, mas, em todo caso, há que estar disposto a trabalhar com utopias porque os projetos grupais de fundo nos grupos e laboratórios não são mais que utopias, mas colocadas a serviço da transformação da realidade e não simplesmente de reproduzir esse mundo de relações inter-humanas que o sistema dominante nos permite ou nos propõe. Por isso, creio que nos infiltramos, provocamos, nos colocamos nos grupos para se entrar na realidade interior e exterior com as técnicas que propomos, e aproveitar a existência grupal para que as utopias transformadoras se encarnem nos sujeitos, para que as sintam como sua carne, como seu próprio corpo que sofre das arestas, tem as distorções que o modo de produção determina. Se de diversas maneiras não o fazemos assim,

seguiremos simplesmente reproduzindo nos grupos e nos indivíduos uma série de condutas adaptativas por meio de uma série de artifícios de técnica que nada mais servirão do que para consolidar o ideal de ego, a restrição do ego, o superego inculcado em cada um que é fundamentalmente a repressão psicossocial em que se vive. Bom, não sei se há alguma outra questão. Talvez nas aulas posteriores, eu me propus fazer um enfoque dos problemas teóricos mais específicos dos grupos de laboratório, já que se vocês leem os escritos de Emilio Rodrigué e de Enrique Pichon-Rivière, vão apreender mais os aspectos práticos da realização dos mesmos. Em todo o caso, o que queria deixar registrado é que seria importante que tratemos de ver os grupos com essa concepção que foi proposta, em que podemos extrair da prática mesma uma teoria, uma série de pressupostos que dão conta de como funcionam os grupos, e não estamos mais com essa ideia de uma série de teorias individuais que sequer se aplicam aos grupos, porque nem os grupos têm superego, id, e ego como têm as psicologias individuais e nem os grupos são dramáticos por natureza. Creio que nessas mesmas experiências grupais que, todavia, têm apenas 50 anos, devemos ir buscando os pressupostos básicos do que é um grupo. É só a partir da prática que iremos construindo a teoria e não querendo adaptá-las a diferentes teorias que existem no campo grupal, porque até agora nesse caminho se avançou pouco.

# CURSO: IDEOLOGIA E SAÚDE MENTAL

*Robert Castel*

## **Robert Castel**

– O tema de hoje é ideologia e saúde mental e creio que primeiramente devemos entrar em acordo sobre a definição que temos desse problema, pois ideologia e saúde mental, ao fim e ao cabo, podem dizer qualquer coisa. Então, eis o que sugiro para hoje, tentaríamos primeiro entender sobre o que é uma ideologia da saúde mental, ou seja, é construída por quem, para que serve, o que se faz com ela. Eu gostaria de desenvolver aqui uma hipótese, para que possamos discutir em conjunto, eu espero que seja possível conversar nesse marco um pouco frio. Essa hipótese é que, já no marco da patologia mental, ou seja, com relação à doença, falar de saúde tem uma função ideológica, isto é, alguma coisa que é mistificadora e esconde outras funções, e isso não apenas sobre o doente rotulado como tal, mas também sobre outras instituições conformadoras de outras populações. O segundo problema que essa ideologização da saúde mental, como acabei de definir, coloca é como que essas disciplinas, que se pretendem restauradoras da saúde, primeiramente, não realizam seus sonhos, mesmo quando concernem a um número limitado de pessoas ditas doentes, mas, como elas podem se difundir no interior do conjunto social para virem a ser uma espécie de técnica geral de gestão dos problemas sociais. Já não mais a gestão dessa minoria de loucos, ou doentes mentais, como acabamos de ver, mas dando nascimento a uma técnica de gestão social em sentido amplo, quer dizer, a redução de um número crescente de questões sociais por meio da racionalização terapêutica. Penso que essa questão é muito importante, ela é muito difícil de analisar exaustivamente. É claro que, não tenho uma resposta teórica pronta a respeito, eu prefiro refletir, como eu disse no início, come-

çando por uma situação particular em que esses mecanismos estão desenvolvidos e podemos melhor ler esse modo de expansão das práticas psiquiátricas, a saber, dos EUA. Para considerar o processo de expansão de práticas e ideologias psiquiátricas, eu gostaria de chamar a atenção de vocês para um ponto importante. Quando discutimos a função ideológica da psiquiatria, sublinhamos o fato de que ela assume funções políticas diretas a serviço do Estado ou da classe dominante. Por exemplo, o uso da psiquiatria para reprimir a dissidência política, nesse caso o psiquiatra não se distingue de um agente da KGB e ele é um representante direto do aparelho de Estado. Não direi que não é legítimo criticar esse uso da psiquiatria; o que eu penso é que limitar o propósito de uma crítica à psiquiatria seria tornar-se cego a outras funções ideológicas da psiquiatria, e não importa qual sociedade, sendo que talvez essas funções aconteçam mais ainda nas sociedades que dizemos liberais. É por isso que quero tomar o exemplo dos EUA. Poderíamos dizer que uma sociedade liberal é uma sociedade em que a psiquiatria, justamente, inspira mecanismos que se difundem não apenas por meio do aparelho de Estado e através do governo, mas também por intermédio de um conjunto de iniciativas privadas com papel filantrópico, pessoas que a princípio parecem representar apenas a si mesmas e contribuem para essa difusão de práticas psiquiátricas. Eu pretendia mostrar isso no plano dos EUA, mas vejo que me faltará tempo, vou apenas dizer como podemos compreender isso. Os EUA são interessantes deste ponto de vista devido ao fato de que a implantação da psiquiatria pública foi um fenômeno tardio e que jamais teve a hegemonia que teve na Europa. E por esse motivo, vimos desenvolver muito cedo uma espécie de sistema paralelo de controle inspirado pela psiquiatria e que não era vinculado ao aparelho de Estado. Por exemplo, desde os anos 1910 assiste-se a uma implantação massiva da psicanálise nos EUA – enquanto que na Europa ela encontrou resistência, apenas alguns anos após a visita de Freud, em 1909, vemos



se difundir todo um conjunto de práticas inspiradas na psicanálise. É nesse período que vemos se desenvolverem práticas de psiquiatria da infância, que se fazem também por meio de sociedades privadas; também a psiquiatria de parte do aparelho judiciário e, particularmente, toda a psiquiatria da infância. É também o momento da implantação do Movimento de Higiene Mental, que é a via de difusão de práticas psiquiátricas preventivas. O Movimento de Higiene Mental foi constituído e apoiado por um ancião doente mental que havia passado 40 anos em instituições psiquiátricas e queria que a situação mudasse, e assim decide apelar à boa vontade de certo número de pessoas para desenvolver o que então foi chamado de Comitês de Higiene Mental, implantados em cada Estado dos EUA, visando a uma Sociedade Mundial de Saúde Mental. Eu tomo apenas um exemplo para mostrar a importância desse tipo de prática que determinada crítica considera como marginal. Em 1942, quando os EUA entram na Segunda Guerra, não havia psiquiatras estadunidenses suficientes, em particular psiquiatras públicos, para selecionar os recrutas que seriam engajados na armada, embora o Comitê de Higiene Mental do Estado de Nova York tenha posto seus trabalhadores sociais à disposição da armada. Esses trabalhadores sociais vão se encarregar dos exames de aptidão ou não dos soldados para servir na Segunda Guerra Mundial. Uma parte importante dos dois milhões de recrutas estadunidenses que foram recusados para o serviço armado, em razão de distúrbios psíquicos, o foram após terem sido selecionados por membros do Comitê de Higiene Mental. Digo isso para alertar contra um tipo de crítica da função da psiquiatria, sobretudo quando essa crítica se considera de esquerda, ou é na esquerda que predomina inteiramente. Creio que é importante, essencial, atacar as funções repressivas que a psiquiatria exerce no momento em que se liga ao serviço público, justamente no marco de uma gestão pelo Estado da doença mental. Mas não seria preciso que esse alvo levasse à cegueira quanto a todos os outros pro-

cessos de difusão e de ideologização que acontecem em tantos outros casos. Eu poderia falar desses casos de difusão, mas podemos passar agora ao debate.

**Henrique Escobar:**

– A questão que formulo é a seguinte: estou de acordo com a orientação de Castel, de colocar em termos sociais, em forma de aparelhos e dispositivos todo o problema da loucura e da função ideológica do espaço psiquiátrico. A minha pergunta é só esta: se existe uma entidade chamada loucura ou se ela é apenas uma denominação histórica que diz respeito a outros tipos de distinção e segregação no percurso da história. Caso exista uma entidade que se chama loucura, aí no caso estaríamos com uma série de problemas. A tal entidade loucura, ou o “objeto” complexo chamado loucura, não é corretamente recoberto pelo espaço psiquiátrico ou espaços análogos. Então, que espaço específico é esse da loucura? É uma realidade? É uma interpretação de dados históricos? É um lugar? Os diversos processos descritos de ideologização da definição e atenção da loucura, são indiferentes à problemática abordada pela psicanálise, à questão do inconsciente e consciente?

**Robert Castel**

– Penso que não se pode falar da loucura em si mesma independentemente do dispositivo em que é assumida. Quer dizer, sem dúvida, por exemplo Michel Foucault, começou a mostrar que a história da loucura é, essencialmente, como dizemos agora, ainda que a palavra venha sendo banalizada, a história da repressão da loucura. Isto é, as formas de expressão livres da loucura são as formas de expressão privadas da loucura. Cada um que for louco em privado poderá falar por si mesmo; ao contrário, desde o momento em que está reportado ao social, passa a ser assumido. É dessa assunção que podemos falar. O reportar da loucura ao social é feito sob a forma da periculosidade, ou, em todo caso, da indesejabilidade. E isso dá lugar a formas de repres-

são que podem ser as próprias da repressão no senso estrito e aberto da coerção, ou da ordem de modos aparentemente mais suaves, mediante estratégias e táticas menos violentas. A evolução da psiquiatria ilustra isso perfeitamente. Para pegar um exemplo bem evidente, o regime dos hospitais psiquiátricos que se caracteriza por uma repressão brutal dos fenômenos de loucura foi suavizado em alguns países, e isso se deveu à invenção de determinadas técnicas psiquiátricas novas como, por exemplo, os medicamentos. Os medicamentos permitiram acabar com certas práticas como a camisa de força na loucura, mas, para alguns casos, ajudaram a deixar a loucura falar. O caráter mais paradoxal dessa transformação é a mutação que a psicanálise introduziu nos hospitais psiquiátricos. Alguns hospitais psiquiátricos pretendem funcionar segundo os conceitos psicanalíticos, ou seja, que em princípio deixa-se a loucura falar, trabalha-se justamente sobre o inconsciente do paciente, mas no quadro dessa estrutura inalterada em que os pacientes podem falar ou trocar seus fantasmas com os médicos ou funcionários, sob a condição de esquecer que eles estão encerrados. Fiz uso desse exemplo porque aparentemente ele é o mais favorável no sentido de deixar a loucura falar, por meio de tecnologias do tipo psiquiátricas. E, para chegar à sua questão, esse espaço da loucura que é certamente importante na sociedade, é um espaço de sombra. Creio que paradoxalmente quando se fala de psiquiatria, quando se fala de psicanálise, outro problema se coloca, mas quando se fala de psiquiatria não se fala da loucura, mas da gestão da loucura, por isso propus esse tema da gestão da loucura, segundo o mecanismo que tentei esboçar anteriormente.

(Continuam perguntas a Robert Castel e suas respostas, mas que não foram registradas).

# PAINEL: PSICANÁLISE E LINGUÍSTICA

*Luis Fernando de Mello Campos*

*Cidmar Pais*

*João Paulo G. de Monteiro*

*Izidoro Blikstein*

## **Luis Fernando de Mello Campos**

– Falar, comprimido e oprimido pelo potencial científico da Universidade de São Paulo, é uma empreitada muito séria, mas vamos tentar. Eu acho que, quando se pede a um psicanalista que venha falar sobre as relações de suas ciências com uma outra ciência, deve-se ter uma certa condescendência com o fato de que ele queira relatar um caso clínico. Afinal de contas, um caso clínico tem uma vinculação com toda produção do saber psicanalítico que não pode de forma alguma ser desprezado. Evidentemente, eu não vou relatar um caso clínico no sentido estrito da palavra, mas o que eu poderia chamar de um caso institucional. Esse caso, contando de uma maneira resumida, aconteceu em um congresso em São Paulo em que, em determinado momento, eu e outros participantes do congresso, teríamos que ir a um restaurante onde se daria o jantar do congresso. O congresso era em São Bernardo do Campo. Pegamos, eu, outro psicanalista e duas alunas de uma instituição de formação psicanalítica de São Paulo, um carro dirigido por um linguista. As estradas eram bastante confusas e o linguista errou o caminho. Andamos uns 30 km até conseguir o retorno, e depois erramos novamente até encontrar o retorno. Em um determinado momento, já estávamos todos tensos, com muita fome e o psicanalista virou-se para o linguista e disse assim: “O senhor sabe para onde é que o senhor nos conduziu? Para o rabo do universo semiótico”. O linguista virou-se para ele e disse: “Quem foi que lhe disse que o universo semiótico tem rabo?” O psicanalista virou-se para ele e disse: “E

“você conhece alguma coisa que não tenha rabo?” O linguista ia retrucar quando uma das alunas disse: “Oh, não! O restaurante é ali, é só pegar aquela estrada, em um minuto a gente chega”. Enfim chegamos, jantamos e tudo bem. Conteí esse caso porque quero usá-lo como uma parábola, porque tenho a impressão de que a partir desse caso se pode colocar em questão quais as relações que existem entre psicanálise e linguística. A ideia que tenho é que, para estudar a relação entre duas ciências, pode-se partir de duas formas de leitura. Uma forma seria a de uma leitura epistemológica. Nesse sentido, vou reproduzir um pouco o que saiu no painel da mesa psicanálise e antropologia. Outra forma seria a de uma leitura que poderíamos chamar de institucional, que teria um enfoque sócio-político-econômico. Em termos de uma leitura epistemológica, eu me proponho a fazê-la para ver se ela dá conta de explicar alguma coisa desse caso, quer dizer, uma tentativa de interpretação desse pugilato verbal entre um analista e um linguista. Então, a ideia básica é que a relação entre duas ciências pode ser vista, de uma maneira bastante simplificada, como se realizando de três maneiras. A primeira maneira seria a relação de pressuposição-constituição, quando uma ciência se funda importando instrumentos conceituais de outra. A segunda maneira é quando uma ciência já constituída importa conceitos de outra para refundar-se, promovendo assim, dentro de seu próprio corpo teórico uma dialetização, um desenvolvimento de seu próprio corpo teórico. A terceira maneira seria o caso de duas ciências, dois corpos teórico-metodológicos e técnicos que se reúnem para cooperarem, seja para fundar outra ciência nas suas respectivas fronteiras, seja para articular seus recursos já existentes para o estudo e intervenção sobre algum caso da realidade. Acho que não podemos considerar, de modo algum, que as relações entre psicanálise e linguística se deem ao nível da pressuposição-constituição, porque a linguística e a psicanálise têm uma existência independente. As duas se constituem como ciências com independência uma

da outra. Ademais, de certa forma, as duas passaram muito tempo sem prestarem atenção uma à outra. Talvez poderíamos, com licença dos caros colegas linguistas, atribuir o início da linguística científica à obra de Saussure, que faz uma distinção fundamental entre o sistema da língua e o sistema da fala, sendo a língua uma virtualidade, quer dizer, uma estrutura que poderia ser atualizada na fala. Ou seja, cada um de nós usaria parte de um repertório linguístico que nunca é empregado inteiramente e a fala seria então o conjunto dessas atualizações. Chomsky, por sua parte, fala em língua como competência e em fala como performance. Nesse sentido, a psicanálise se fundamentaria não na linguística, mesmo que examinássemos a obra de Freud no capítulo VII de “A interpretação dos sonhos”, em que o inventor da psicanálise, de certa maneira, antevê e desenvolve de modo talvez rudimentar certos conceitos linguísticos que surgirão depois dele. A Interpretação dos sonhos é de 1900, a linguística de Saussure é publicada em Genebra em 1916. Então não podemos falar em relação de pressuposição-constituição. Então, quais seriam as relações entre psicanálise e linguística? Podemos dizer, de uma maneira talvez um pouco caricata, que neste caso cada uma dessas ciências já dispõe de um lugar a partir do qual pode importar da outra para suas re-fundações. E de que forma foi que isso aconteceu? Pelo menos a mais notável dessas importações ocorreu com o surgimento de uma leitura estrutural que se aplicou primeiro à linguística, depois à antropologia de Lévi-Strauss e posteriormente à psicanálise por Lacan. Nasce assim a ideia de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem e que as operações do inconsciente seriam de certo modo semelhantes a certos mecanismos linguísticos. Embora se discuta muito, e se diga que não é bem isso, Lacan não faz uma reflexão linguística sobre o inconsciente; ele teria feito uma reflexão psicolinguística sobre o sujeito da fala. A ideia básica é que com esse instrumento, conceituado estrutural, a psicanálise teria importado uma possibilidade de formalizar-se, de cientificizar-se, saindo então de

certo empirismo e de certa imprecisão conceitual. Lévi-Strauss costuma dizer que a linguística é a ciência piloto, e que foi a primeira ciência social a ter um método próprio e a se libertar de uma tirania epistemológica fugindo do modelo das ciências da natureza. Nesse sentido, é preciso pensar: qual seria a contribuição que a linguística traria à psicanálise? Para isso temos que começar sintetizando em que consistiria o sujeito para a psicanálise. Como foi colocado no painel psicanálise e antropologia, a psicanálise, como qualquer ciência, procede por retificações, por reformulações de seus conceitos básicos. No caso da psicanálise, uma questão fundamental é a que trata de como o “filhote” humano passa da condição de feto à de um sujeito humano assistido pela atenção que recebe de uma pessoa, seja sua mãe ou de qualquer outro substituto socialmente aceito. O ser humano termina seu período fetal fora do ventre materno, ao contrário da maioria dos animais mamíferos que nascem muito mais maduros. Então, esse ser “elementar” que necessita da presença de outro capaz de ministrá-lo uma série de cuidados, estabelecerá com ele um vínculo simbiótico durante todo um período indispensável. Mas esse indivíduo biológico precisa também adquirir a capacidade de incorporar-se à cultura, ou seja, que para se tornar propriamente humano, deve adquirir um lugar e faculdades para desempenhar-se numa espécie que funciona segundo uma ordem simbólica. Essa ordem se caracterizaria pelo discurso, pela utilização de símbolos que têm como pré-condição simbolizar a ausência do simbolizado. Eu pediria depois que os linguistas nos explicassem os conceitos de sintagma e paradigma para mostrar-nos como a palavra pronunciada significa por ausência de outras e ambas pela ausência das coisas. Então, apresenta-se um primeiro problema, um ser-coisa que é pura presença e necessita imprescindivelmente da presença de outro, mas que precisa ser inscrito numa ordem cuja lei é a ausência exatamente desse outro, que já forma parte dessa ordem. Nesse sentido, esse entrechoque e essa amálgama entre um indivíduo biológico

e essa ordem que exige sua ausência para incluí-lo, determinaria a constituição de um sujeito psíquico. Segundo me parece, essa seria a essência da leitura psicanalítica exclusivamente estruturalista. Mas numa leitura marxista, pode-se ver que esta ordem simbólica não é nem eterna, nem universal e não se justifica por si própria. Enquanto os estruturalistas diriam: “nosso interesse é verificar como cada continente da realidade está determinado pelas suas estruturas específicas, conhecer como elas se compõem e funcionam”. Mas as respectivas ciências estruturalistas não teriam a preocupação de dar conta da origem dessas estruturas porque não estão feitas para saber como era seu objeto antes de fundar-se como tal. Para Lévi-Strauss, por exemplo, as estruturas das relações de parentesco, as mentais e as linguísticas seriam inatas, e apresentam um isomorfismo com todas as estruturas do universo. Não se preocupando, então, em saber por que essas estruturas se formaram dessa forma, se podem mudar, e que relação histórica têm entre si. Uma leitura marxista diria que não se pode renunciar à historicidade de nenhum objeto de conhecimento, ao fato de que veio de algum lugar onde não preexistia, nem de que, por alguma razão, está indo para outro em que pode deixar de existir ou ser substituído por outro. Essa pré-condição, e condicionante paralela ou imanente, seria o modo que foi encontrado pela espécie humana para articular-se para produzir e reproduzir a vida humana sobre a terra, a forma e os meios com os quais uma sociedade se articula para subsistir, para promover a produção dos bens necessários à sua subsistência, a maneira como se articula para promover a sobrevivência dos agentes dessa produção. Dessa forma, nesse tipo de leitura, essa ordem simbólica e essas estruturas simbólicas teriam por função mediar, codificar, organizar essas relações sociais de produção. Nesse sentido, o psiquismo (e seu sujeito) seria algo que está determinado por causas que não se reduzem a uma relação entre a biologia humana e a cultura (entendida como uma ordem, seja imaginária ou simbólica). A gênese,



a atualidade e o futuro da subjetividade passam tanto pelo biológico, entendido num sentido muito amplo, como pela sua relação com a natureza em geral e com a tecnologia e as relações sociais e semióticas que ela produz e que a produzem. Para pensar uma relação entre psicanálise e linguística, é preciso começar por lembrar que a linguística estruturalista é uma entre várias que existem, e ainda que, para muitos linguistas, a língua não seja o único sistema semiótico que vigora entre os sujeitos. Tampouco a teoria freudiana é unívoca e a de seus seguidores menos ainda. Possivelmente, entre a linguística estruturalista e a psicanálise de mesmo cunho, a relação passaria pelas características da cadeia significante e a força que impulsiona seu decorrer: o desejo. De que modo o desejo se insere e anima a ordem simbólica? De que modo a ordem simbólica, codifica e determina o desejo? Com Lacan a psicanálise atingiu seu mais alto grau de formalização. O percurso da obra de Lacan é crescentemente abstrato e complexo. Mas, talvez se possa achar um âmago em toda essa sequência de fórmulas. O desejo, o que move o sujeito do inconsciente (sujeito da enunciação), sem o qual não haveria nem sujeito do enunciado nem enunciados mesmo, se funda nas diferentes versões da castração, em especial a simbólica, que impõe ao indivíduo instintivo a falta de objeto que é substituído pelos significantes da linguagem. Para que isso aconteça é preciso que na mencionada simbiose formada pelo indivíduo biológico imaturo que não fala e a “mãe cuidadora”, que já é um sujeito desejante incorporado à ordem simbólica, intervenha um terceiro, numa posição paterna. Essa intervenção consiste em desviar o desejo materno do filho-fálus, e assim conseguir que ele adquira desejo e imagem própria e não a que estava calçada na da mãe, na chamada fase narcisística imaginária do espelho. Então, separar-castrar (em sentido simbólico), para que o filho se converta em sujeito desejante e seu desejo possa ter um lugar no simbólico e animar a cadeia significante, é a função paterna. Mas como é evidente, esse desejo infantil não terá

propriamente um objeto, no sentido imaginário que a simbiose garantia. O sujeito na cadeia significante estará dividido em sujeito falante consciente do enunciado (“só tem um eu quem pode dizer eu”) e sujeito da enunciação (inconsciente) que é aquele por quem o sujeito do enunciado “é falado” quando no discurso surgem as formações do inconsciente (produtos de transição: lapsus linguae, atos falhos, sonhos, sintomas, angústia etc). Compreende-se assim, que tanto o sujeito, como os objetos que irão interminavelmente procurando restaurar a simbiose “partida” são substitutos imaginários e simbólicos de entes concretos, que desde sua nova inserção estão irreversivelmente perdidos. Então, o que pode trazer essa linguística estruturalista para a psicanálise? Muitas contribuições, por certo, mas a principal me parece ser a formulação teórica do signo, como formado pela relação significante (imagem mental de um som fonético) e o significado (uma ideia ou um conceito), separados por uma barra. Como é sabido, Lacan vai inverter essa fórmula e colocar a sequência de significantes no inconsciente, assim como transformar o conceito da barra no da repressão ou recalque. Por outra parte, as operações freudianas de condensação e deslocamento serão substituídas pelas de metáfora e metonímia, assim como a língua e a fala serão redefinidas (talvez) como um dos tantos outros que Lacan cunha e como *lalangue* (uma espécie de língua do inconsciente). Também isso suplanta as noções freudianas de representação de coisa, representação de palavra, assim como os registros-ordens do real, imaginário e simbólico (*lacanianos*) estão muito relacionados com os conceitos de referente, alegoria e gramaticalidade de certas linguísticas. Finalmente, Lacan afirma que a existência da língua é a precondição para a fundação do inconsciente psicanalítico, de uma maneira muito complexa, impossível de sintetizar aqui, a estrutura edipiana, que é a que configura esse inconsciente, tem muito a ver com as estruturas profundas da língua postulada por certos linguistas. Muitos comentaristas têm observado que a psicanálise lacaniana, mais

que um abundante emprego da linguística numa grandiosa reformulação da psicanálise freudiana, é uma fundamental contribuição para a linguística como ciência. E o que a psicanálise pode trazer para a linguística? Segundo se diz, ela pode trazer uma compreensão do sujeito da fala e do seu desejo como motor da mesma, porque se a linguística está extremamente desenvolvida como teoria do sistema da língua, não o está tanto com a fala. Então, possivelmente, essa linguística da fala, não sabe por que o sujeito fala, e também não sabe porque, quando o faz, em determinado momento, usa tais ou quais mecanismos linguísticos e não outros, por que ele adota, daquele repertório sintático e semântico quase que infinito, algumas de suas possibilidades e não outras. Essa explicação possivelmente seria dada pela importação de conceitos psicanalíticos acerca do desejo. Podemos parar para pensar um pouquinho que falta, tanto à linguística, quanto à psicanálise, uma teoria sobre o sujeito falante em situação, ou seja, uma pragmática que esclareça como, quando e para que um sujeito falante fala. Esse aspecto da linguística tem procurado, ao que parece, não muito convincentemente, a colaboração com as psicologias, as sociologias etc. Para finalizar, me parece que outras possibilidades, em termos de colaboração da linguística com a psicanálise, seria a das implicações políticas que tem, por exemplo, a união dos psicanalistas e os linguistas para tentar entender a produção do discurso desejante nas instituições. De que forma um discurso de uma instituição se faz, quem é seu sujeito do enunciado e da enunciação, o que ele implica em termos de desejo e da pragmática instituinte e instituída na produção daquele discurso.

### **Cidmar Pais**

– Quando se pensa em pesquisa interdisciplinar, pensa-se sempre numa participação mais ou menos igualitária de duas ciências, o que na realidade é inviável no processo científico. Da mesma forma como acredito, e muitos de nós acreditamos, que a interdisciplinarida-

de é a única saída séria, é o modo de tornar viável as ciências humanas. Acredito também, como outros, que em toda pesquisa interdisciplinar haverá uma pesquisa dominante. Portanto, me parece que as relações entre a psicanálise e a linguística, ou talvez, numa concepção mais ampla, entre a psicanálise e as ciências que se ocupam da linguagem de modo geral e não só da linguagem linguística, haverá sempre duas perspectivas. Aquela que o Luis Fernando acaba de expor, em que ele se pergunta o que nós linguistas e semióticos poderíamos dar à psicanálise e, nessa demanda, é claro, a sua pesquisa teria uma dominância psicanalítica com subsídios linguísticos. Nós, linguistas, que não pretendemos substituir os psicanalistas, no máximo seremos psicanalisando deles, nós também nos preocupamos com a psicanálise, mas num plano dentro de nosso egoísmo, querendo saber o que a psicanálise pode dar à linguística. É claro que numa pesquisa interdisciplinar haveria sempre uma tendência dominante que é justamente aquela que tenta buscar nas outras disciplinas subsídios para a sua tarefa. O tempo é pouco, e pretendo abordar rapidamente alguns problemas que possam conduzir a algumas ideias sobre os sistemas de signos, o sistema de significação e a dinâmica de produção do sistema do discurso e das relações entre língua, sociedade e cultura e seus respectivos discursos. Ademais, quem sabe tentarei fazer uma pequena proposta semiótica a respeito da faixa contínua, para nós, entre neurose e psicose. Para isso, começaria dizendo que procuro me situar dentro de concepções pós-estruturalistas da semiótica e da linguística. Chomsky, que se acreditava bastante revolucionário, mas que, no entanto, tem o defeito de ser estruturalista e também o de não ser suficientemente estruturalista, propôs um modelo de língua sem cultura, sem história, sem sociedade. Isso não existe, a não ser nas arborescências de Chomsky, e a única floresta que nunca foi ecológica e que nunca foi destruída até hoje, foi a das árvores de Chomsky. A isso responde a semiótica linguística pós-estrutural, tratando a língua como

um dos termos de um único e grande complexo que chamamos complexo sócio-linguístico-cultural. Nesses termos, língua, sociedade e cultura são interdependentes, relacionam-se em termos de tensões e só são separáveis enquanto são abordadas pela análise específica das ditas ciências humanas, mas não são separáveis como processo real. Por outro lado, a distinção básica em termos epistemológicos, em termos de meta-modelos, eu diria mesmo que até em termos de meta-teoria, entre o estruturalismo, a linguística gerativista chomskyana de um lado, e a linguística pós-estrutural de outro, é que as duas primeiras têm uma concepção estática de sistema e de estrutura, enquanto que a linguística pós-estruturalista tem uma concepção dinâmica – dialética, se preferirem – de sistema e de estrutura. Consideremos então as tensões dos sistemas semióticos, isto é, dos sistemas de signos e de produção de signos. O sistema apresenta duas forças contrárias, ou duas tendências, que são a conservação e a mudança. A tendência à conservação é aquela que assegura, ou asseguraria a intercompreensão do sujeito. A tendência, ou a força de mudança é aquela que permitiria ao sistema atender às novas necessidades de comunicação e de acompanhar a dinâmica sociocultural. Existe entre as duas forças contrárias, conservação e mudança, algo que fica em equilíbrio instável e dinâmico que são as normas. Não há uma norma, e quando eu ouvia falar o Luis Fernando, que justamente ficou dicotomicamente com Saussure, entre língua e fala, eu ficava daqui gritando comigo mesmo: e as normas? E as normas? Normas que estão no meio do caminho e que de certa forma respondem ao problema que ele colocou muito bem. Não há uma norma só, mas há normas regionais, de nível socioeconômico e cultural, há normas de classes sociais, normas profissionais, normas de faixa etária, de sexo, normas de discurso, e em um único falante e ouvinte atuam várias dessas normas que correspondem aos diversos universos do discurso em que atuamos de acordo com os diferentes papéis sociais. Nenhum de nós é só professor, só

pesquisador, só marido, só pai ou filho, ou motorista ou contribuinte do imposto de renda. Então, é claro que nós temos em cada situação de discurso uma norma; esse feixe de normas que nos situa nos nossos diferentes papéis sócio-linguístico-culturais. Entre a norma que permanece, como o equilíbrio instável, entre as forças de conservação e de mudança, há estruturas arcaizantes, que tendem a desaparecer do sistema, e há estruturas neurológicas que desaparecem ou que, para permanecer, têm que se integrar à tensão conservação-mudança em que elas se conservam porque mudam, e mudam porque se conservam. O percurso dialético do sistema será então a partir da conservação que assegura intercompreensão dos sujeitos. Mas o sistema provoca uma mudança imprescindível que atende a uma nova necessidade do discurso, que conduz, portanto, à não conservação de algo, constituindo uma mudança que, integrada ao sistema, faz com que esse sistema mudado passe a conservar a mudança. Consideremos agora as forças ou tendências contrárias do discurso. O discurso apresenta duas delas. Uma, a tensão dialética entre o consenso e a especificidade. Poderíamos definir o consenso como o conjunto de informações que é comum aos falantes, e a especificidade como sendo aquela vivência momentânea na história do indivíduo, não só diferente de um indivíduo para outro, mas diferente no mesmo indivíduo ao longo dos momentos de sua história. Nós não discursamos para discutir o consenso, porque ele é de todos. Nós sempre discursamos para afirmar ou tentar compreender, analisar ou comunicar a nossa especificidade. Entretanto, a nossa especificidade é, justamente por ser nossa especificidade, intraduzível. Nós mesmos não poderíamos compreendê-la a não ser que a produzíssemos no nosso diálogo interior em termos do consenso sócio-linguístico-cultural. Por isso o discurso apresenta uma tensão dialética consenso-especificidade em que a análise de uma vivência específica é feita em termos de consenso geral com grande ruído, com grande perda de informação, com inevitável empobrecimento, já que o

consenso é geral e o restrito, a especificidade, se caracteriza por algo parecido à infinitude. Por isso, a partir do consenso, discurso do falante é sua especificidade por referência ao consenso, ao criar algo que não é ainda consenso, mas que, uma vez discursado em termos de consenso, se torna consenso. O consenso é o que permite ao discurso uma especificidade que ainda não está no consenso, mas que ao ser pronunciada é integrada ao consenso. O discurso só pode vigorar e funcionar dentro dessa tensão. O discurso bloqueado na especificidade seria incompreensível para os outros. Mas um discurso do puro consenso seria chato, insuportável, nenhum falante o usa. É claro que o discurso oscila entre essas duas forças e pode haver um grau ou uma taxa de consenso maior ou de especificidade maior. Existe o equilíbrio estável entre consenso e especificidade, que mantém o universo de discurso que, segundo Kristeva, se chama intertextualidade, aquilo que permanece no discurso, de discurso para discurso. Isso nos leva a uma nova tensão dialética entre o sistema e o discurso. O sistema é a competência que nos permite produzir o discurso, mas de onde surgiu esse sistema, ou de onde surgiu essa competência? Não é algo imanente, mas é algo que resulta dos próprios discursos. Num dado momento em que alguém vai discursar, o sistema que ele tem, que resultou de discursos anteriores, permite que ele produza um discurso com sua carga de especificidade traduzida em termos de consenso. Ele produz um discurso que tem muita coisa que já é do sistema, mas que tem algo que não é do sistema, que é não sistema e que é justamente a especificidade daquele discurso. Essa singularidade faz com que a significação e a informação produzidas em discursos sejam recuperadas pelo sistema. É verdade que uma boa parte se perde em ruído e em comunicação, mas aquilo que não se perde no discurso, não obstante não permanece no discurso, já que o discurso é momentâneo – é recuperado – termo este da informática, da teoria da informação – é recuperado pelo sistema da língua; é por isso que o discurso

muda o sistema. Temos, pois, que o sistema produz o discurso, o discurso produz nova significação, nova informação, um novo recorte da experiência. O discurso é o lugar da semiose e, portanto, o discurso inova o próprio sistema. O sistema que produz o discurso que produz o sistema foi o que levou Lacan a dizer que somos os produtores de nossos discursos e o resultado de nossos discursos. Assim, entendidas as tensões entre o sistema semiótico, seria interessante fazer uma parada para distinguir a concepção estruturalista de sistema de signos e a concepção dialética pós-estrutural de sistema de significação. Para Saussure, que é um pré-estruturalista, e para Jakobson e Martinet, na sua fase estruturalista dos anos 50, o sistema de signos compõe-se de elementos estáveis, que são os signos com seus significantes e significados, e as regras combinatórias de signos. Por isso, para eles, o código é sempre o mesmo, visto sincronicamente, mudam as mensagens, mas como as mensagens são a fala, para Saussure, a fala individual, a linguagem social, as variações da fala não atingem a língua; as variações da mensagem não atingem o código, e por isso então se pode perguntar: se as mensagens nada fazem com o código, como é que o código muda, ou quem muda o código? Então, a concepção estática do estruturalismo, que permanece em Chomsky, na sua versão competência e performance, ou competência e desempenho, para a gramática gerativa ortodoxa – que me perdoem os gerativistas (que pensam estar na vanguarda), esse ortodoxo não é maldoso, é epistemológico – todos os falantes têm uma competência de falante nativo ideal, que é outra figura que não existe, e varia o desempenho. Na linguística pós-estrutural, a competência também é variável no mesmo falante de um momento para outro. O sistema de significação é mais do que um sistema de signos, dizia Martinet, é um instrumento de transmissão de informação. O que leva sempre a perguntar: quem finalmente produz a informação que o código transmite? Portanto, na concepção pós-estruturalista, de acordo com as tensões que nós aca-



bamos de ver, um sistema de significação é um sistema de produção e transmissão de significação e de informação. Esta é filtrada pela significação, o que quer dizer que não há conteúdo sem expressão, e que o conteúdo é diferente segundo a expressão, assim tendemos a um sistema semiótico. O sistema semiótico tem um ciclo completo de tratamento da produção, transmissão, emissão e recepção, armazenagem e reemissão da informação e da significação. Logo, para a concepção estruturalista, o que é permanente são os sistemas, os signos e as regras. Entretanto, para a concepção pós-estruturalista, o que é permanente é o processo gerador, que é a semiose, a produção de significação. Aliás, um grande sociolinguista, Adolfo Elizaincín, diz uma frase que me parece ótima ao falar sobre a gramática gerativa ortodoxa: “Falta à gramática gerativa transformacional as regras de transformação das regras gerativas transformacionais”. Por isso, o sistema de significação tem de permanente, justamente, o processo de sua mudança. E é isso que instaura a tensão dialética. Ele só pode funcionar quando muda, ele só pode funcionar como sistema de significação, produtor de recortes novos; porém, ele funciona e muda toda vez que ele muda e se reitera como sistema que é fonte de mudança. Pode-se então conceber que há tensões dialéticas em um sistema linguístico, num sistema social, num sistema cultural. A língua, a cultura, a sociedade apresentarão, cada uma, o seu discurso, um sistema que produz um discurso, que produz um sistema. Portanto, a língua apresentará um feixe de normas regionais, feixes socio-econômico-culturais. A sociedade também terá um feixe de normas naquele equilíbrio instável da conservação-mudança; haverá um sistema social e um discurso social, um sistema cultural com um discurso cultural e com o seu feixe de normas. Cada um desses sistemas é ou pode ser produtor de significação e há, portanto, uma tensão dialética que se estabelece entre língua e cultura e entre sociedade e cultura. A produção de significação e de informação na língua não é independente da mudança social ou da

mudança cultural. Por isso, me parece perfeitamente impossível, por exemplo, ter uma sociedade em mudança rápida junto com um esforço escolar para manter a língua tal como ela se apresentava no séc. XVI. Na realidade, a língua, a sociedade e a cultura, ou mudam juntas ou se bloqueiam juntas. Como já disse, o sistema produz o discurso, o discurso produz a significação e informação, e com isso, o discurso inova o sistema. O bloqueio do sistema linguístico leva ao bloqueio do sistema social e cultural. Por isso, um ensino de língua nunca é inocente. Mediante ele nós conseguimos frear a produtividade do discurso linguístico; automaticamente estaremos de certa forma freando a tendência a mudanças sociais e culturais. Isso porque as mudanças sociais e culturais só podem ser feitas na medida em que são linguisticamente interconectadas. Se a sociedade e a cultura tendem para a força de conservação, tendem a se bloquear, é compreensível que o discurso reflita esse mesmo bloqueio. Portanto, isso me leva a pensar no discurso neurótico, no discurso psicótico, se o considerarmos, é claro, me perdoem os psicanalistas, do ponto de vista da semiótica, entenderemos o discurso como lugar da semiose, o lugar de produção da significação. Um sistema pode inovar-se ou pode ser levado a se bloquear na conservação, mas também pode se bloquear na mudança, o que leva à ruptura da tensão dialética. Portanto, a ruptura do próprio sistema do discurso só significa na sua intertextualidade que para isso precisa ter uma parte de consenso, consistente nos recortes antigos, e uma parte de especificidade, que são os recortes novos. Como uma hipótese puramente teórica, digamos que um discurso que fosse feito só de recortes novos, não seria discurso, porque não se pode conhecer o novo a não ser por oposição ao velho. O discurso de recortes que não tem nada a ver com os discursos anteriores, um discurso que não tem intertextualidade, seria um discurso alienado e em grau zero de significação e de comunicação. O discurso que reitera todos os recortes sem fazer algum novo aporte – e como já disse, essa é uma hipóte-

se puramente teórica – seria o discurso semiótico em grau zero que levaria à ruptura do sistema e, portanto, a certos tipos de psicose. Desse ponto de vista, a produção do discurso pelo sistema, a produtividade de significação e informação do discurso e conseqüentemente a produção do sistema pelo discurso, se dá numa faixa desse contínuo entre o grau zero da “loucura” absoluta e um sem fim de criatividade (sendo esta, repito, uma hipótese estritamente teórica). Desse ponto de vista, uma faixa de “loucura” é condição de funcionamento do discurso e de produção do sistema. Parece-me, por outro lado, que é preciso também lembrar que o sistema não é uma entidade transcendente, algo que esteja fora do discurso ou que o preceda. Mas é algo que subjaz ao discurso, está nos próprios discursos e deles resulta. Gostaria de terminar lembrando que o bloqueio na conservação, ou o bloqueio na mudança, leva a uma disfunção, e que língua, sociedade e cultura são sistemas com suas normas e cada um deles com suas forças de conservação e de mudança. O bloqueio de cada um, bloqueio do discurso social ou bloqueio do discurso cultural, ou bloqueio do discurso linguístico, a paralisia de qualquer um deles, leva inevitavelmente à interferência na produção dos outros sistemas. São sistemas interdependentes e, se a antiprodução se instala em um sistema, é porque ela se instalou nos outros dois. Parece-me, pois, que talvez esse fosse o território em que a psicanálise e a linguística pudessem se ajudar mutuamente. O espaço de produção da significação e da manutenção do sistema linguístico, social e cultural num nível aceitável de normalidade e produção. Se já estamos bloqueados, então isso poderia talvez nos dar chaves para voltarmos a discursar de maneira não excessivamente patológica.

### **João Paulo Monteiro**

– Nesta intervenção não falarei tecnicamente de linguística, deixo essa tarefa para os linguistas aqui presentes que têm a competência que não tenho; não vou ligar o trabalho da psicanálise à do fonema, da

palavra ou da frase. A ligação que farei é em um nível mais amplo e menos exato, devo confessar, do discurso em geral. Por outro lado, também não falarei como especialista em psicanálise, deixo isso para o auditório aqui presente. Falarei como leitor de Freud, uma leitura que há muito me parece essencial ao meu trabalho filosófico nas áreas de epistemologia e teoria política, que é o que faço. O que quero propor é a relevância de certo confronto entre alguns temas “freudianos” e certa concepção de análise do discurso que proporei a vocês, esperando que esse confronto possibilite uma iluminação recíproca no sentido da psicanálise e no sentido de certa análise do discurso. A análise do discurso, discurso científico, filosófico, por exemplo, me parece ter alguma coisa a ganhar com o uso de um instrumento analítico mais simples. Coisa que, simplesmente, é fazer uma distinção entre o discurso que temos direito de chamar de discurso teórico, dadas as características de coerência, de adequação epistemológica ou de validade científica, num sentido preciso, e outro nível de discurso que temos o direito de classificar, num sentido preciso, como um nível residual em relação ao discurso teórico. Quando se fala de teoria, ou de teorias de qualquer autor, é muito frequente julgar que qualquer enunciado que aparece no texto pode ser considerado como parte da teoria do autor. Essa é a ideia comum que eu queria combater. Creio que a coerência de articulação lógica entre as teses e as razões no caso do discurso filosófico, assim como a articulação entre os argumentos científicos e o paradigma científico assumido pelo autor, no caso do discurso científico pode e deve ser tomada como uma medida de distinção fundamental entre o teórico e o residual, dito no sentido que estou usando. Essa distinção me parece que pode ser destinada ao caso do discurso comum, da linguagem que usamos todos os dias, no qual a consistência lógica e a ausência de contradição, a adequação à realidade, aquilo que dizemos todos os dias nas conversas, podem definir, em função de certos critérios, que todos temos um domínio de racionalidade que

também permite distinguir entre dois tipos de discurso, ou entre dois níveis de discurso. Um discurso considerado racional e um discurso residual, ou um discurso periférico em relação a essa racionalidade. Nos três casos, ciência, filosofia e discurso comum, muitas vezes é útil e legítimo qualificar esse discurso residual como um discurso retórico, mas num sentido muito especial. Por que retórico? Porque o discurso que era classicamente classificado, por exemplo, por Pierre Fontanier no séc. XIX (entre as figuras do discurso), como discurso retórico, é aquele que se define como um discurso que se desvia em relação a uma norma. Originariamente, era a norma da linguagem, considerada comum, a da linguagem padrão, isto é, que se tratava do discurso que se constituiu como irregularidade. Portanto, como domínio residual fora dos limites traçados por essa norma ao nível do discurso – e não mais ao nível das figuras de linguagem – temos, em lugar de uma norma convencional, uma racionalidade no discurso comum ou uma coerência lógica no discurso científico e filosófico. Não creio que isso dê razões para a gente mudar nosso vocabulário com esses argumentos que defendo acerca de uma identidade entre o que se chama discurso retórico e discurso residual. Ora, esse discurso que apareceu como discurso fora da teoria, fora da ciência, fora da racionalidade comum, que nós mesmos criticamos todos os dias nos outros e por vezes em nós mesmos, supõe um problema: como explicar o aparecimento desse discurso? O que deveria ser a norma seria o discurso teórico, no caso da ciência e da filosofia, ou o discurso racional, no caso do discurso comum. Existem hipóteses explicativas desse tipo de discurso, duas do séc. XIX, aquelas muito importantes de que vou falar são a de Marx e, a outra, de Freud. Num caso temos uma teoria da ideologia, noutra caso temos o que vocês bem conhecem, a psicanálise. Começarei com Marx. A teoria da ideologia foi lançada por Marx como hipótese para explicar por que em certos livros, em certas obras, em certos discursos, aparece esse discurso residual. A hipótese é que essa dis-

torção da racionalidade do discurso se deve a uma distorção da própria consciência, do próprio pensamento, na medida em que esse pensamento é deformado por interesses de classe. O discurso considerado normal é tomado como não problemático, já o discurso residual retórico, no caso ideológico, que deforma a realidade, é tomado como desvio e é explicado por interesses de classe. É esse, e somente esse, o sentido que o termo ideologia tem em Marx e, de modo nenhum, como se passou a usar muito, como ideal, como posição, como perspectiva etc. Discurso ideológico em Marx é só discurso falso, discurso deformante, exclusivamente, e insisto nisto. Então, em Marx, ideologia é um sistema de ideias que tem uma função precisa na sociedade, defender os interesses da classe dominante de uma determinada sociedade e é a deformação da percepção da realidade que exerce essa função de defesa do interesse da classe dominante. De modo algum a ideologia unificaria o discurso que exprime o ponto de vista de uma determinada classe, ideologia em outro sentido, mas em Marx isso não aparece, e não tem sentido. Então, é essencial que a ideologia seja uma deturpação, uma invenção, um discurso que exprime uma forma de consciência falsa, consciência primária, uma manifestação daquilo que Marx chamava o comportamento material dos homens e, na prática social, os homens e as classes lutam por seus interesses e as ideologias são continuações dessa luta por outros meios, por meios discursivos, que são as simples expressões desses interesses. Isso implica então que a racionalidade humana, que normalmente se expressa no discurso teórico geral e específico, é exterior a essa racionalidade *sui generis*, que no caso da ideologia é um mecanismo do interesse de classe, que afeta a consciência de modo tal que o discurso produzido não é mais um discurso científico, e sim um discurso ideológico. Portanto, a isso se segue que – e isso é uma coisa em relação à qual por vezes faço confusão – a produção do discurso científico implica um esforço de eliminação da ideologia e não ao reforço da ideologia, de nenhum tipo

de ideologia. Isso implica que se procura reduzir ao mínimo a presença disso que eu chamaria de discurso residual ou retórico e que Marx chamava discurso ideológico. Trata-se de reduzir isso e substituí-lo pela ciência e não substituir uma ideologia por outra. Se Marx tivesse dito que é preciso substituir a ideologia burguesa pela ideologia proletária, ele teria dito um disparate. Se outros dizem isso com sentido, é discutível, mas em Marx, certamente não teria sentido, trata-se de ciência mesmo. Isso é explicitamente reconhecido por marxistas, como por exemplo, Habermas em seu livro *Conhecimento e interesse*, e outros, onde Habermas acentua um paralelo muito importante, que para mim é hoje o paralelo central, entre as teorias de Freud e Marx. Quer dizer que a experiência cotidiana mostra que, muitas vezes, trata-se de apresentar motivos que justificam nossas ações apresentando explicações falsas, em vez de motivos genuínos dessas ações; todos nós conhecemos isso na vida cotidiana. O esforço de Freud foi, sistematicamente, o conhecimento dessa falsidade e dos verdadeiros motivos dessas ações; uma das coisas que Freud fez foi isso: constatar que se trata de um processo muitas vezes produzido pelo inconsciente apresentar falsos motivos em vez de motivos verdadeiros. A isso Freud dá um nome, que depois ficou muito conhecido, que é racionalização. O discurso de racionalização é então também um discurso que deforma a realidade em função do interesse, no caso, interesse pessoal, interesse que em geral todos temos, de apresentar nossa conduta como a mais racional possível. Todos nós temos essa pretensão a sempre estarmos justificados, de apresentarmos-nos como racionais, irresistíveis, “ter razão”, e também, paradoxalmente, temos a tendência de apresentar nossa conduta como sempre a mais desinteressada possível, salvo exceções. Parece claro aqui o paralelo entre o conceito de ideologia em Marx e o conceito de racionalização em Freud, tal como apontado por Habermas. Trata-se de um único fenômeno de produção do discurso, o fenômeno é o mesmo, não se trata de dois fenômenos pa-

recidos, é o mesmo fenômeno de produção de um discurso deformante, que ao nível individual se chama racionalização e ao nível coletivo, ideologia, mas insisto que é o mesmo. No primeiro caso, os motivos são do indivíduo, no segundo são os interesses próprios das classes sócio-político-econômicas em conflito, mas em ambos os casos se trata de discursos cuja deformação essencial é produzida por algum tipo de interesse. Apesar da ilusão que temos da total autonomia de nossa consciência, essa consciência se encontra irrefletidamente ligada a interesses que podem ser individuais ou de classe. É claro que nem tudo é interesse de classe, mas eles são elementos decisivos na produção do discurso e são os que fazem que ele deixe de ser teórico, no caso da ciência e da filosofia, e racional, no caso do discurso comum. Creio que tanto o discurso ideológico quanto o de racionalização aparecem como função daquilo a que Freud deu o nome de princípio do prazer que, como sabemos, trata-se de um conceito central na psicanálise. Vejam, por exemplo, *O id e o ego*, *Para além do princípio do prazer*, ou *O mal-estar na cultura*, e outras obras de Freud, em que se postula a tendência universal à total satisfação, que todos temos, e que se fundamenta no princípio do prazer. Esse princípio regula automaticamente o curso dos processos psíquicos, de modo tal que todos eles sempre seguem a direção que melhor conduz à obtenção do prazer. Em última instância, o princípio do prazer é o fundamento de toda ação humana e ele regula de maneira irrestrita o domínio do inconsciente, quer dizer, a região anômica regida pelo id, que é o nível fundamental da atividade humana. Freud lembra que essa tendência para o prazer nem sempre encontra satisfação, muitas vezes a realidade não permite essa satisfação e a primeira solução, solução mais primária – pulsional – é a solução inautêntica da fuga da realidade. O sujeito produz representações que geram inautenticamente uma realidade falsa, mas que produz prazer. Essa fuga do mundo exterior é aquilo muito primitivo que persiste mais tarde. Isso é próprio da criança recém-nascida até



certa idade, mas ela persiste nos fenômenos de racionalização e também, é claro, nos fenômenos ideológicos. Acontece que Freud conceitua que há também outro princípio importante, o princípio de realidade. Como vocês devem lembrar, o princípio de realidade é produzido pela necessidade de satisfação autêntica do prazer, isto é, o desejo alucinatório produzido pelo princípio do prazer primitivo deve ser substituído, até para que a sua sobrevivência biológica seja possível, por um exame objetivo da realidade. É aí que se dá a história do sujeito, na ontogênese, na história de cada indivíduo, na que se vai gerando uma metamorfose tal, que o sujeito se torna capaz, como todos nós aqui julgamos que somos (e em parte somos), de representar-nos as circunstâncias reais do exterior, sem nos iludirmos. O princípio do prazer então parece exigir a sua própria negação, isto é, o sujeito deixa de representar apenas o agradável e passa a representar a realidade tal como ela é, ainda que momentaneamente, isso provoca um desprazer. Ora, me parece claro que tudo isso possa ser aplicado de maneira relevante, não apenas à racionalização, mas também à ideologia. Só que, e adianto onde quero chegar, se no caso da racionalização o objetivo da psicanálise é atingir a libertação do indivíduo de suas fantasias patológicas, por exemplo, no caso da ideologia a solução só pode ser a libertação do indivíduo da sua escravização pela ideologia, por meio da ciência, que é justamente a forma coletiva que o princípio de realidade assume normalmente nas nossas sociedades. Isso acontece porque a tendência para o prazer nesse nível mais profundo, que Freud apontou como sendo o interesse (desejo) em todos os seus níveis, incluindo o interesse de classe, são apenas duas faces da mesma realidade, é o processo anímico que está em causa aqui. Repito, como já adiantei no outro caso, não se trata de dois processos semelhantes, mas é o mesmo em níveis distintos. Isto é, se o discurso alucinatório ou se o discurso onírico, por exemplo, são a expressão da tendência primitiva para o prazer que funciona ao nível do inconsciente que, simplesmente, em

certas formas sociais e coletivas, é uma tendência sobre a representação ideológica produzida pelos interesses de grupos e das classes. Quer dizer que a representação ideológica, desde a perspectiva de Marx, participa inevitavelmente da mesma cegueira irracional que é característica da representação fantasmática ou alucinatória. Digamos que a ideologia é como se fosse uma psicopatologia, uma forma de neuropsicose numa dimensão coletiva. Parece-me claro que, desse ângulo que estou propondo, o discurso científico aparece como uma forma particularmente sofisticada do princípio de realidade, mas é apenas a busca de racionalidade, de explicações racionais, de conhecimento da realidade que todos nós normalmente temos. E lembro, a propósito, que a cura psicanalítica visa ao que a ciência também faz de maneiras específicas, cada uma com a sua sofisticação, isto é, a procura de soluções para o conflito e o contraste entre o princípio do prazer e o princípio de realidade. Sob a forma que seja, o discurso científico consiste na superação dos determinantes irracionais, segundo os quais o enfrentamento da realidade psíquica é substituída pela falsa representação, e que no discurso ideológico consiste numa irrupção de falsas representações da realidade exterior (político-econômica e social), que às vezes se apresenta como um discurso teórico racionalizado. Tanto num caso quanto no outro, a ilusão resulta de desejos e interesses libidinais do sujeito e da classe social. Portanto, o trabalho do inconsciente, certamente, tem tanto a ver fundamentalmente com a produção do discurso ilusório patológico, como com a distorção do discurso ideológico. Esse paralelo, sugerido por Habermas, me parece conduzir de maneira bastante direta ao que na continuação exponho. Na concepção de Marx, já é explicitamente essencial que o processo ideológico seja um processo inconsciente. Wilhelm Reich acentuou bastante isso, que o processo ideológico tem que ser inconsciente, e que o que Marx chamava de “falsa consciência” era um efeito de causas inconscientes, porque, caso contrário, seria uma simples equivo-

cação ou desinformação e não ideologia. Sempre que se trata da substituição deliberada de um enunciado científico verdadeiro pelo seu contrário, deformante e falso, o que temos não é ideologia, mas aquilo que nas páginas do *Capital* aparece com o nome de apologética, que é algo muito diferente. Quer dizer, quando se lê num editorial de jornal algo que nós não gostamos, por exemplo, uma deformação da nossa realidade brasileira, muitas vezes dizemos que aquilo é um produto da ideologia, ou do dono do jornal ou de certa classe social, isso, no sentido de Marx, não poderia ser dito, pois não se trata de um discurso inconsciente, mas sim consciente e deliberado. Trata-se, portanto, de apologética, uma tergiversação voluntária de dados, o que é algo completamente diferente. Então, essa leitura de Marx a partir de Freud, nos convida não a fortalecer o papel de qualquer inconsciente, proclamando as virtudes de outra ideologia, seja qual seja que a gente prefira. Creio que assim se cai, inevitavelmente, no mais completo irracionalismo, não científico, seja uma ideologia proletária ou qualquer que se queira, por exemplo, a “ideologia da libertação”. Pelo contrário, o que me parece importante enfatizar é a distinção feita por Marx, entre ciência e ideologia (neste caso entre o materialismo histórico, a psicanálise e qualquer discurso ideológico). Segundo essa leitura, é preciso reconhecer a articulação entre dois discursos científicos; por um lado, o discurso político, econômico do materialismo histórico e, por outro aquele da psicanálise. Essa combinação dos desenvolvimentos dos discursos racionais sobre os agentes históricos e os sujeitos psíquicos, se contrapõe a qualquer discurso infundado acerca da ideologia. É claro que não vou propor nada como uma psicanálise coletiva que levasse à eliminação da ideologia da face da terra, o que é impossível. Estou apenas propondo uma inerência nesse nível, tentando indicar que o papel, tanto da psicanálise como da ciência materialista da sociedade e da história, consiste no aumento dos domínios da racionalidade e, portanto, da esfera da liberdade e não na sua negação; não se

trata de trocar essas verdades por alguma espécie de resignação a uma suposta natureza inapelável do psiquismo ou da história, mas de um convite a um racionalismo libertador e democrático. O que proponho é um trabalho racional contra as ideologias escravizantes e obscurantistas, por mais que aparentemente sejam exortações para a liberdade e a justiça. Eu creio que há apenas um aparente paradoxo no fato de que o produtor do discurso teórico – possuidor de certa possibilidade incomparável de liberdade de conhecimento e ação do que a dos produtores dos discursos ideológicos – seja ao mesmo tempo aquele que se sujeita a todo um sistema de regras de constrição metodológica. Vários autores têm lembrado isso, Michael Riffaterre, por exemplo, nos ensaios de *Estilística Estrutural*, Jakobson também faz distinções quanto à obediência do locutor científico em diversas circunstâncias da sua práxis. É claro que o autor de um discurso teórico, de uma obra científica ou filosófica, e da sua aplicação concreta, se submete a toda uma disciplina, a um conjunto de regras, seria, aparentemente, menos livre, mas creio que é exatamente o contrário. A sujeição a regras de produção do discurso científico ou filosófico, como também a produção do discurso racional do cotidiano, é o preço da liberdade como consciência da necessidade gerada por determinações incontornáveis – pelo menos desconhecidas – e da procura de suas soluções. No caso, o cientista aceita as constrições ou limitações ligadas ao procedimento metodológico, próprias do paradigma científico dentro do qual ele trabalha, tal como no caso do filósofo, embora ele, por sua vez, também se submeta às exigências de articulação lógica entre as teses e as razões, isto é, as teorias que ele propõe e os argumentos que sustentam essas teorias. Em todos os casos, nós temos como condição de produção do discurso teórico a aceitação de certo definido conjunto específico de regras. Embora que não seja exatamente assim no caso do locutor racional cotidiano, ele também se sujeita a uma série de normas racionais compartilhadas. Qualquer um de nós, por exemplo,

quando quer falar de maneira racional, se sujeita igualmente às regras de certa inteligibilidade lógica, assim como às regras implícitas do conhecimento indutivo e das crenças racionais. Porque a adesão a certos valores e não a outros, quanto mais racional melhor, nunca deixará de ser também uma crença. Por exemplo, que é melhor conhecer que ignorar, mas que há que conhecer para transformar o mundo – e não apenas para saber a seu respeito. A meu ver, não há realmente paradoxo nessa aparência de necessidade de sujeição às regras como condição de libertação. Creio que acontece simplesmente que a disciplina dessas diferentes restrições é a condição necessária, embora não seja condição suficiente, da chegada ao nível da racionalidade e da liberdade que é própria do discurso teórico, seja ele filosófico ou científico. Não é esse o único caso, na vida humana em geral, em que a condição da liberdade é prévia aceitação de uma disciplina. Termino, lembrando apenas, ao nível político e social, o caso bem conhecido de que não existe disciplina, democracia, sem produção e aceitação coletiva de regras.

### **Izidoro Blikstein**

– Depois das apresentações do professor Luis Fernando, do professor Cid Marques e do professor João Paulo, fica-me uma tarefa um pouco ingrata que consiste em ainda tentar manter o auditório atento; já que o público esteve o tempo todo dedicando toda sua atenção e deferência aos discursos dos conferencistas. O que vou tentar é não castigar o auditório nesta última etapa, procurando dizer que, das três intervenções anteriores, há vários pontos de intersecção em relação àquilo que pretendo apresentar. Isso torna, até certo ponto, bastante cômoda a minha tarefa de exposição dos pontos que pretendia apresentar. A minha condição aqui é a de um professor de língua e de linguística que vem durante muito tempo refletindo a respeito de problemas de comunicação linguística e, parece-me que meu interesse pela psicologia de um modo geral – e das suas relações com a linguística

– começou a se firmar cada vez mais na medida em que eu me convencia de que a função da língua, mais especificamente da comunicação linguística, não é comunicar, por mais paradoxal que isso pareça. Acredito que nessa minha observação não há realmente uma descoberta, porque muitos de vocês, com suas experiências como professores, ou como psicólogos, ou como estudiosos da linguagem, devem também ter pensado que o discurso linguístico, antes de ser propriamente comunicação, muitas vezes se apresenta como uma armadilha. Em vez de comunicar ou mostrar, na verdade ele esconde muito mais do que mostra. Para introduzir minha tese, a exemplo do que fez Dr. Luis Fernando, eu me recordo da célebre crônica de Dinah Silveira de Queiroz, em que um magistrado, tentando dizer a um cliente que ele não poderia lhe dar ganho de causa de uma determinada gestão, queria explicar justamente o seguinte: que se lhe desse ganho de causa àquele indivíduo ele estaria desprotegendo os pobres. Em vez de dizer que estaria desprotegendo os pobres, ele disse que se assim o fizesse, “estaria frustrando os anelos dos deserdados das opíparas cornucópias das graças plutocráticas”. O rapaz, diante daquele discurso, ficou completamente perplexo e o magistrado lhe perguntou: “Entendeu o que eu disse?” Ao que o rapaz respondeu: “Não, não entendi, mas venero tudo o que a sua excelência falou”. Uma situação como essa é realmente exemplar, porque parece mostrar como nós utilizamos o discurso. A comunicação linguística, às vezes, serve muito mais para agir sobre o mundo, sobre os indivíduos, do que propriamente para comunicar. A função de comunicação passa a ser quase que secundária, nós estamos falando de certas coisas, mas na verdade estamos indicando outras totalmente diferentes e com fins marcadamente diversos. Pensamos que a linguagem pode nos conduzir à descoberta do real, pensamos que a linguagem revela, aparentemente, nosso comportamento; e na verdade, a linguagem nos conduz à ilusão do referencial, à ilusão da comunicação. Nesse ponto vale a pena lembrar-se de um

autor de teatro, que me inspirou para essas considerações. Numa célebre peça de Ionesco, que provocou muita polêmica, há um personagem, o marido, que está conversando com sua mulher e ela lhe diz que alguém morreu – Bobby Watson, ou seja, que um indivíduo a que ela se refere, teria morrido. Então, durante toda a discussão, o marido vai afirmando uma tese de que se ele morreu, o médico dele também deveria ter morrido, assim como um capitão de navio naufraga com o navio, o médico também deve morrer com seus doentes. Nessa construção de um silogismo um tanto estranho, nós vemos como o falante pode chegar a raciocínios analógicos completamente inconsistentes com pretensão de ser convincentes. Em outro tipo de experiência eu pude constatar isso também, ao analisar as redações de candidatos ao vestibular da Universidade de São Paulo. Constatei que esses aspirantes, pressionados pela situação do vestibular, apresentavam por vezes fórmulas prontas, presumivelmente persuasivas que revelavam também um raciocínio absurdo. Por exemplo, o indivíduo que, embora deficiente, isto é, cego de nascença, afirmava na sua redação que tinha visto uma bela paisagem. Sob a pressão do momento, o indivíduo é capaz de dizer coisas aparentemente coerentes e comunicativas, mas a rigor contraditórias ou absurdas. Temos também outros exemplos muito próximos, até mesmo na semana passada (espero que bem-intencionada), uma alta personalidade política dizia que nós teríamos a democracia a qualquer custo, até se para isso “Eu tenha que prender e arrebentar”. Então, essa situação, tão parecida com as peças de Ionesco, me fez pensar que realmente muito mais importante que essa função comunicativa que lhe é adjudicada, seria pensar em algo para o que o discurso funciona e que revela certa organização determinada por certas condições de produção. O que me preocupa são justamente essas condições de produção. Isto é, se o discurso linguístico não é usado apenas para a comunicação, mas pode ser analisado sob o ponto de vista, se me permitem o termo, da ideologia que ele revela, seria

talvez interessante considerar o discurso sob duas diferentes perspectivas. Para introduzir essas diferentes perspectivas, recorrerei à chamada teoria dos índices na comunicação de Eric Buysens. Em seu livro, *A Comunicação e a articulação linguística*, o autor retoma toda uma série de considerações sobre o problema do signo convencional e daquilo que é índice natural. Eu digo que retoma uma série de considerações porque na verdade essas diferenças entre o signo convencional e o índice natural já são bem antigas. Santo Agostinho, quando comenta os sinais deixados pelo demônio, diz que na verdade precisamos nos acautelar em relação a esses sinais. E, por falar nisso, temos de fato signos que são convencionais e por outro lado signos que são naturais, como a fumaça que pode ser signo de fogo. Eu trocaria essa ideia de signo por índice, dizendo que de fato no nosso relacionamento social, nós podemos ter signos convencionais criados pelo código que organiza a própria comunicação e, por outro lado, podemos ter outros índices que estamos observando e interpretando o tempo inteiro. Então, observo o céu escuro e digo que vai chover, mas não posso dizer que o céu tenha me comunicado alguma coisa. Ele não me comunicou nada, foi apenas um objeto de observação e interpretação. Entre a comunicação e esse universo de índices naturais, situa-se o universo de índices manipulados, isto é, aqueles índices que podem ser naturais ao olho do observador, mas que na verdade são manipulados por aqueles que os produzem. Por exemplo, um indivíduo pode usar uma determinada roupa, pode usar um determinado objeto, um carro, uma casa e a partir daí toda essa série de objetos, que poderia ter uma função utilitária, passa a ter, no dizer de Roland Barthes, uma função signo, isto é, o indivíduo não emprega apenas aqueles objetos pela sua utilidade. Ilustrando as coisas de modo grosseiro, se eu quisesse receber um amigo em casa poderia fazê-lo de duas maneiras, ou com uma bela garrafa de Chivas Regal, ou então com a caninha Tatuzinho. Com esses dois objetos eu estaria dizendo duas coisas sobre o meu status,



sobre o meu gosto, sobre os meus valores, sobre a minha ideologia etc. Esses aspectos estão muito bem estudados em um livro que considero absolutamente demolidor, *O Sistema dos objetos*, de Jean Baudrillard. A leitura desse livro nos deixa incomodados a tal ponto que, depois da leitura, dá vontade de não usar mais nada, porque tudo é objeto de manipulação. Pois bem, dentro dessa ideia de índices manipulados é que venho situar a própria comunicação linguística. Isto é, o discurso que teria por objeto comunicar, ou seja, tornar algo meu comum ao outro através do código, também pode ser um manipulado. O indivíduo pode utilizar a linguagem para manejar a opinião do outro. Então, o discurso também pode ser, de repente, um índice, isto é, adquirir uma função signo, comunicar ou passar mais coisas do que realmente estamos dizendo. Nesse sentido é que eu posso atualizar a organização do discurso como uma forma de manuseio dos meus interlocutores. Explico melhor, quando Eric Buysens diz que nós manipulamos índices, talvez ele não tenha previsto nesse esquema, também aqueles atos reflexos e automatismos da pessoa, que também podem representar a manipulação de índices. Então, por exemplo, o ruborizar da face de um indivíduo, que seria, até certo ponto, um ato incontrolável, pode representar no fundo uma forma de “comunicação”, isto é, que estou acanhado, eu não quero dizer isso, mas meu corpo acaba dizendo. Então, essa manifestação de signos, na verdade, também inclui os nossos automatismos, os nossos atos reflexos e a utilização aparentemente despreziosa, não premeditada do próprio discurso. Então eu digo que eu falo como quero, que não estou submetendo meu discurso a nenhum tipo de ideologia ou de condição ideológica de produção, mas na verdade, devemos supor no fundo, certas condições de produção desse discurso que se situam entre o inconsciente e o consciente, e que eu chamaria de redes de estereotípias que fabricam o universo semântico dos sujeitos. Todos nós, na medida em que nos socializamos, em que vamos nos tornando adultos, recebe-

mos, herdamos, toda uma malha semântica e de estereótipos que nos ensina a perceber o mundo, que nos modela e nos quadricula esse mundo. Isso nem sempre é consciente, pode estar depositado em camadas mais profundas do ser e que o levaria a produzir um determinado discurso que, em um nível mais superficial, comunica certos sentidos, mas em um nível mais profundo comunica sua ideologia, seus preconceitos, sua visão involuntária de mundo, a quadriculação que ele tem desse universo. Por exemplo, estive examinando esse tipo de organização em um texto do romancista e teatrólogo Plínio Marcos, “Uma reportagem maldita – Querô”. Trata-se de um personagem, um marginal, que tem um tipo de discurso assim, eu cito: “Em troca, mais uma vez encolhi a perna e lhe dei um coice bem no focinho, o sangue espirrou, eu endoidei, continuei batendo, batendo de todo jeito, sem dó, eu batia, batia, chutava a cara, a barriga, a cabeça”. Não sabemos exatamente se a agressão se deu dessa maneira, mas o fato é que, através da linguagem, ele nos permite imaginar o recorte que esse personagem faria do universo, um recorte marcado por essa violência, essa destrutibilidade atacando sistematicamente partes do corpo que quase seguem, eu diria, metaforicamente, quase que um percurso freudiano de agressão: “Eu chutava a cara, cabeça, barriga”. Essa organização do discurso não é gratuita, ela está determinada por redes de estereotípias que fazem com que o indivíduo perceba o universo (neste caso do corpo) dessa maneira. Bem, pensando nesses problemas é que me dispus a rever nas teorias linguísticas onde podemos encontrar mais fundamentos, mais elementos para isso, e todos os autores que percorri deixavam uma brecha para a psicologia. É nesse sentido que o linguista necessita das luzes da psicologia para examinar aquilo que depois – e até ouvindo o professor Luis Fernando, que falava de mecanismos linguísticos – o indivíduo usa determinados mecanismos linguísticos e não outros, e isso não é gratuito. Pois bem, na minha formação eu não poderia dizer que tenha leituras mais profun-

das em psicologia, minhas lacunas são graves. Mas, tive a sorte de cair em um texto que pode passar pelo crivo analítico dos psicólogos e psicanalistas, e foi extremamente sugestivo para essa pesquisa. Trata-se de “O esquecimento dos nomes próprios” de Freud que, não vou ensinar o Padre Nosso ao vigário, vocês devem conhecê-lo bem, mas apenas a título de recordação, Freud comenta o esquecimento de nome próprio. Ele queria se referir ao pintor Signorelli e acabou confundindo-o com outros dois, Botticelli e Boltraffio. Para explicar essa confusão, Freud arma um quadro que, na verdade, é uma verdadeira rede ou malhas de estereotípias. Ele mostra que, passou de um nome para outro, por esta ou por aquela razão. Mas no fundo, ele remete tudo a dois grandes pólos de sua visão que seriam a morte e a sexualidade. E diz mais, essa confusão não se deve a algo gratuito, mas a leis, a determinadas leis. Émile Benveniste, um linguista, no texto “Observações freudianas sobre a função da linguagem”, publicado em *Problemas de linguística geral*, volume I, ao comentar as relações de diálogo entre analista e paciente, diz que o analista vai à busca de uma determinada motivação que está sepultada no inconsciente do indivíduo e que o leva a produzir tal tipo de discurso. Então, parece-me plausível, razoável, procurar tentar pelo menos imaginar que o discurso está sujeito a determinadas coordenadas do psiquismo do indivíduo e trata-se de saber de que natureza são essas coordenadas. Do ponto de vista linguístico, vemos que há uma série de autores interessados em sugerir qualquer coisa que se situa num plano mais profundo da linguagem e que iria na direção dessas coordenadas. Por exemplo, o linguista francês Gustave Guillaume, não conheço nada parecido, fala da potencialidade dos sentidos. O linguista romeno, radicado na Alemanha, Eugenio Coseriu, fala do sistema e do nível do tipo linguístico. Bernard Pottier, quando fala da produção do sentido, diz que entre nossos estímulos e as respostas que damos a esses estímulos, há todo um processo de conceitualização. Conceitualização, sistema, poten-

cialidades, valeria a pena aqui lembrar também que Chomsky, em um artigo “Linguagem e pensamento”, e não em seu livro *Linguagem e pensamento*, diz que entre os estímulos e a percepção interfere um sistema de crenças, valores etc; toda uma rede de convicções e valores. Eu aproximei a ideia de sistema de potencialidades, de sistema de crenças, junto com esse conceito de redes de estereotípias que organiza a percepção e o universo do indivíduo. Tentei ir além, pensando que o célebre triângulo de Ogden e Richards, onde se procura situar o problema do significado, poderia até ser ampliado. Dessa maneira, se vocês me permitem, eu esquematizaria aqui no quadro. O triângulo de Ogden-Richards propõe em um vértice o significante do signo, ou símbolo, e em outro vértice, o significado e no outro vértice o referente. Isto é, a coisa em si à qual se liga o signo, ou seja, o significante e o significado. A ideia que veio sendo desenvolvida durante muito tempo é que o referente, até certo ponto, não entra na consideração da ordem semiológica. O próprio Umberto Eco na *Obra aberta*, diz que o problema semiológico deve se ater mais à relação significante-significado. De fato, as variações do referente, a sua condição momentânea, por exemplo, a cadeira, se ela é de ferro, de madeira, estofada de couro etc. Isso são variações do referente que não interferem diretamente no problema do significado. Mas depois, o próprio Umberto Eco, retomando ideias de Charles Sanders Peirce, vem afirmar em um último trabalho, *Ensaio de semiótica geral*, que o referente não é tão ingênuo assim, tão puro e liberto de nossa percepção cultural e ideológica. O referente também é fabricado, a coisa também é produzida. Então, nós deveríamos imaginar que a coisa em si estaria fora do triângulo, e no momento em que ela se torna referente é porque devido às ações de filtração operadas por todas redes de estereotípias fabricadas pela cultura da comunidade a que pertencemos, a coisa se torna alvo e a rede o torna um foco. Nesse sentido, vale a pena lembrar a célebre situação do filme *O Enigma de Kaspar Hauser*. Espero que

vocês o tenham visto; o personagem Kaspar Hauser (um sujeito criado fora de toda civilização) é jogado de repente em um mundo acerca do qual ele não possui aquela rede de estereotípias da que falamos. Então, seu comportamento é totalmente desviante, tão estranho que no final do filme lhe abrem o cérebro para saber por que ele pensa daquela forma. Examinam-lhe os miolos e não conseguem descobrir exatamente o porquê disto. Certamente, eles não encontraram essas redes de estereotípias. O fato é que essa rede de estereotípias criada pela cultura da comunidade a que o indivíduo pertence vai, certamente, se chocar com problemas do indivíduo em si, isto é, sua história de vida, seu psiquismo, e aqui a gente pode pensar (não sei se a aproximação é lícita) no que professor Cid Marques falou: em tensão. Nesse sentido, há tensões entre o indivíduo e essas redes de estereotípias. Quero dizer com isso que a comunidade estabelece determinadas coordenadas ideológicas que levam o indivíduo a enxergar um mundo de determinado modo. Essas redes de estereotípias que levam o indivíduo a perceber de determinada maneira, criam certos corredores semânticos dos quais ele não é tão responsável assim, mas com os quais seu psiquismo entra constantemente em conflito. Então, seu discurso será talvez a resultante desse conflito, na tentativa de romper essas redes de estereotípias ou de reproduzi-las. Para tentar demonstrar isso, é que então eu analisava o discurso do personagem Querô, de Plínio Marcos. Vou me limitar a ler alguma coisa sobre esse personagem que já apareceu num trabalho publicado na revista *Contexto*. Ali eu dizia que os signos linguísticos podem ser explicados em três diferentes planos, conforme a perspectiva linguística de Gustave Guillaume, por exemplo. Isto é, no plano das potencialidades em que são geradas, é aí que se situam essas redes de estereotípias ou corredores semânticos, no plano do sistema onde se estabilizam e, finalmente, nos planos da fala e do discurso quando se atualizam, transformando, frequentemente, transpondo os limites rígidos e estáticos e infringindo as regras de

seleção combinatória estabelecidas pela fria e triste lógica de uma análise componencial gerativa transformacional. Aí também nos damos as mãos com o professor Cid Marques, que falava das árvores chomskianas, das quais estou mencionando esse aspecto da fria e triste lógica. Fria e triste lógica pelo seguinte: porque no plano do discurso, o signo, que já foi produzido por aqueles corredores semânticos e redes de estereotípias, é assaltado por diversos fatores próprios da dimensão contextual, o contexto verbal, a situação extralinguística, os registros ou níveis sociolinguísticos, as funções da linguagem, a história, a situação psicológica do remetente-destinatário, o repertório individual e coletivo dos usuários de um sistema linguístico etc. Então, o signo no discurso ilustra a heterogeneidade da língua e reforça a ideia de que ela não é um fenômeno monobloco, e nem pode ser estudada à luz de um modelo ou perspectiva única, policiada por uma análise componencial mecânica ou por regras estáticas de seleção e combinação. O signo se mobiliza, fica sem graça e não deixa de ser um pouco decepcionante contemplar todo um edifício de regras gerativo-transformacionais erigido a partir de frases como: “Pedro come arroz ou Maria compra café”. Quem é Pedro? Quem é Maria? Que arroz? Que café? São frases gramaticalmente aceitáveis, é verdade, mas a performance linguística não se faz apenas com frases bem comportadas. Daí resulta nossa preocupação em surpreender o signo no discurso, cada vez mais se envolvendo no tecido linguístico e se comprometendo com os diversos tipos de combinação e relações, por mais acidentais e inesperados que possam parecer. A partir daqui, então, é que eu procedi à análise do discurso daquele personagem, tentando demonstrar que a sua organização é, na verdade, gerada pelo conflito entre a visão de mundo a ele doada pelos estereótipos linguísticos e as singularidades de seus recursos expressivos, construídos pela sua dura vida. Trata-se do embate entre essas redes de estereotípias e a investida das suas manifestações inconscientes, que tentam romper

essas redes de estereotipia. Investidas essas das quais, justamente, ele não é consciente. Portanto, o seu discurso, é um discurso de violência, porque ele é um marginal, gerado em condições absolutamente miseráveis. Esse discurso de violência é, na verdade, o modo dele agir sobre o mundo, muito mais que comunicar sua agressividade. Aqui, mais uma vez, ele diz: “Eu batia, chutava a cara, a barriga, a cabeça”. Na verdade, ele não chutava, mas agredia com o discurso; na verdade, ele tentava, por assim dizer, destruir sua própria imagem semiótica criada pelas redes de estereotipias. Isso é, portanto, uma tentativa minha de aproximar o problema do inconsciente, do psiquismo do sujeito com a realização no discurso em nível de performance, ao nível da superfície. É uma tentativa, mas cada vez mais eu acho que se impõe essa interdisciplinaridade para dizer se o meu discurso mesmo também não é apenas uma tentativa de “comunicar algumas coisas” que esteja escrevendo, senão, de agir sobre quem me escuta. Obrigado.

### **Luis Fernando de Mello Campos**

– Antes de passarmos às perguntas do auditório, eu queria pedir licença para complementar a minha exposição que, devido ao cansaço e outros motivos, acabei cortando pela metade. Quer dizer, quando eu contei o caso institucional, eu disse que procuraria mostrar que uma leitura epistemológica não daria conta de explicar esse tipo de, vamos dizer assim, de diálogo. Tentaria então uma leitura institucional, tentaria mostrar que esse diálogo poderia ser explicado por outras razões. Acho que fui bastante ajudado posteriormente pelos participantes da mesa, para poder condensar, de certa forma, o que eu queria dizer. Quando o professor Izidoro falou da linguagem como forma, não de comunicar, mas de esconder, me veio uma frase de Talleyrand “O homem utiliza as palavras para esconder seus pensamentos”. Talleyrand era um político, ministro do exterior de uma França derrotada e ocupada após a queda de Napoleão. Isso me realizou em termos de uma leitura sócio-político-institucional. Esse diálogo do psicanalista com o lin-

guista “Você nos trouxe para o rabo do universo semiótico”, ao qual o linguista responde com “Quem lhe disse que o universo semiótico tem rabo?”, ao que pela sua vez o psicanalista retruca: “Ah! Você conhece alguma coisa que não tenha rabo?” é uma utilização do discurso científico no nível ideológico, no nível político, no nível institucional. Porque de certa forma ele está dizendo o seguinte: “Você que pensa que sabe das coisas, que a linguística é a ciência piloto, olha aonde você traz a gente, para o rabo (ânus-fálus) do universo semiótico”. Por sua vez o linguista disse “Sabe o que acontece com vocês, psicanalistas?” “Vocês são meio naturalistas, só conseguem pensar nas questões de uma forma dissimuladamente biologizada, e em especial, supostamente não antropomorfizada, entretanto, o universo semiótico não tem rabo, nunca teve, nem nada que se pareça com uma zona do corpo ‘erógeno’, ele é um universo completamente virtual, formal, abstrato estendido sobre uma superfície infinita. Ao que vocês, psicanalistas, constantemente se reportam na sua teoria da sexualidade infantil (embora que subsistente nos adultos), e as supostas crenças infantis da sexualidade, segundo as quais as coisas, as plantas, os animais e as pessoas se dividem entre as que têm rabo e as que o perderam (castração)”. De certa forma, o psicanalista diz: “Para você, que conhece alguma coisa que não tenha rabo, de certa forma existe um universo onde não há castração. Interessante: quer dizer que vocês estão negando a castração? Quem nega a castração a gente já sabe o porquê”. Na verdade, assistimos a um discurso em que cada um dos interlocutores nega a sua “castração”, ou seja, os limites de suas respectivas disciplinas que não podem dar conta de tudo – e para negar isso colocam essa “castração” no outro. Isso é autocêntrico, cada disciplina pretende entender “o mundo” desde seu ponto de vista – e isso implica a crença de que existe “O Mundo total”, e não totalizações com as que cada disciplina constrói um mundo sobre o qual produz conhecimentos e atua. Esse é um tipo de relação entre saberes subjetivizados, e não entre



ciências, porque a afirmação de que todo discurso científico tem sujeito é algo que está ainda por ser demonstrado. De qualquer maneira, se as ciências ainda não são impessoais, se não são processos sem sujeito, embora haja lugar para uma versão da subjetividade em cada ciência, se trata de uma imperfeição que é própria da enfaticamente assumida interminável condição científica. Esse tipo de utilização do discurso científico com fins de hegemonia, segundo o qual uma ciência tem algo a dizer sobre todas as outras, mas as outras nada têm a dizer sobre ela, acaba com qualquer perspectiva de colaboração. Não se pode pensar em termos de superioridade de nenhuma ciência sobre outra. Esse tipo de autonomia e autosuficiência absoluta de uma ciência, se pensamos nela como uma prática social, é óbvio que a mesma se dá em um contexto histórico onde vigora um modo de produção, dominação, exploração e competição que lhe é característico. E essa concorrência não é apenas epistemológica: ela implica reconhecimento, poder, lucro, discípulos, verbas, usuários clientes, publicações etc. Fica então claro (porque essa problemática requer uma vasta cooperação na sua leitura) que uma abordagem restritamente epistemológica não daria conta de explicar esse diálogo metafórico que citei. Pelo menos haveria que articulá-la com um estudo institucionalista, que em si já é uma transdisciplina. A crítica dessa utilização imperialista do discurso, o que nos traz? A necessidade de que tenhamos permanentemente em conta que nunca é apenas a função do conhecimento e de sua aplicação prática o que move o funcionamento de uma ciência. No tema que hoje nos ocupa, poderíamos dizer que a missão da psicanálise poderia ser a de pesquisar a participação do interesse e a do desejo inconsciente em cada campo e momento de cada ciência, e na produção em geral. Mas é certo que isso vai depender de como se define o desejo. Toda tentativa que fiz aqui foi de mostrar que o modo de produção econômico, o regime político e o sistema cultural-ideológico só funcionam valendo-se de uma parafernália imanente de recursos

linguísticos, semióticos etc. Estes, por sua vez, constituem as ordens que estruturam o campo da subjetividade que, por sua vez, é condição de possibilidade da existência de todos os demais. Quando falamos de ordem simbólica, por exemplo, não estamos definindo “toda a cultura”, nem “todas as semiologias e semióticas”. Trata-se de um conceito de certa orientação psicanalítica que tem valor e sentido apenas dentro dessa teoria psicanalítica. Mas essa organização simbólica não surge nem existe no nada, ela nunca estará inteiramente dessaturada de todas as outras realidades pelas que está atravessada e transversalizada e as que, por sua vez, atravessa e transversaliza.

### **Interlocutora não identificada**

– A minha colocação não é bem uma pergunta. Acho que todos nós, que trabalhamos na área das ciências sociais, estamos, mais ou menos, no mesmo barco. Sou também professora de língua e literatura, e de repente, embora me sinta assim um pouco intrometida, apenas porque sou curiosa e estive analisando algumas leituras, gostaria de aproveitar o fato de estar aqui com vocês. Numa hora dessas, em que se estava discutindo a minha área, achei que talvez fosse muito importante colocar uma contribuição que me inquieta há muito tempo, essa mesma necessidade de interdisciplinaridade que eu acho que é o único jeito de a gente conseguir construir alguma coisa. Quando o professor se lembrou do Benveniste, me ocorreu uma coisa que vem me incomodando há muito tempo e que eu preciso de outros especialistas para estudar. Quando estudamos o problema de categorias, nitidamente no ensino de línguas, que são categorias verbais ou que são categorias nominais, vem o problema de categorias mais sérias, que eu quase juro que, os mais jovens aqui não estudaram ao estudarem língua. Quando se vai estudar categoria de aspecto, aspecto verbal, seria fundamental que estudássemos com analistas. E aí minha proposta é muito doida, mas acho que quem está aqui acredita, que a gente se junte, de alguma maneira, para não ficar enrolado, porque realmente

a categoria de tempo, que é um negócio fundamental de todo o ser humano, espaço-tempo, é uma coisa na qual a linguística tem uma reflexão bem antiga. Benveniste tem estudos que considero radicais, fundamentais. Quer dizer, que nenhuma pessoa, mais ou menos culta, poderia agora desconhecer, mas nós ficamos refletindo sozinhos dentro de uma faculdade de letras, enquanto o outro reflete sozinho dentro do seu consultório ou sua clínica, quando, de alguma maneira, vi muitas coisas que o professor disse – acho que já conhecia o trabalho do professor Cidmar – e que são importantíssimas e era hora de ficarmos um pouco mais juntos para estudar. Não estou propondo grupos de estudo, porque eu nem tenho tempo. Estou só dizendo que Benveniste tem uma reflexão profunda que Mattoso Câmara, há muitos anos, já tinha feito aqui no Brasil e que isso não informa a vida comum das pessoas de classe média intelectualizadas da zona sul do Rio de Janeiro. Acho que está na hora de começarmos realmente a abrir um pouco mais. Quando ele falou em Kaspar Hauser, eu me lembrei de uma discussão muito séria que me incomodava muito ao nível de linguagem e pensamento. Como é que aquele menino, naquela idade, domina a linguagem, quando a gente sabe por estudos que a faixa etária de aquisição de linguagem precisa de outros homens e de sociedade? Aí fui procurar alguém que conhecia, inclusive o Herzog, e que me disse: “Não, não, a história desse rapaz é uma história de alguém que foi abandonado aos 6 anos”. Bem, agora aquele filme me encaixa, porque até então o filme tinha uma inverdade fundamental. Como é que aquele menino falava, se a gente sabe que outros que foram abandonados nunca chegaram a dominar todo o sistema de fala e de comunicação. Acho que está na hora da gente se comunicar, por mais que a gente leia. Agora eu queria perguntar ao professor CidMar onde estão os seus trabalhos, porque São Paulo e Rio são planetas diferentes. Acho que é mais ou menos isso, não é pergunta, é só inquietação.

### **Luis Fernando de Mello Campos**

– Eu me permitiria responder, embora não tivesse sido uma pergunta, e depois gostaria de saber o nome da professora. Exatamente, eu acho que o seu tipo de inquietação corresponde a um dos objetivos que nortearam a realização desse Simpósio. Nós estamos cansados de estar sozinhos, cansados de procurar um caminho estéril de validação de nossa ciência exclusivamente a partir do nosso instrumental conceitual. Nenhuma ciência se valida exclusivamente a partir de seus próprios instrumentos conceituais. O corpo teórico da produção científica necessariamente tem que se articular. Obviamente, uma leitura materialista privilegia uma interpretação de todos os níveis do real privilegiando o social. Isso significa que não precisamos necessariamente atentar para essa articulação da compreensão dos níveis do real. Então, este Simpósio, que é o início de nossas atividades, pretende ser um gigantesco trailer onde a gente vai dizer, deixa todo mundo com água na boca, um pouco de linguística, um pouco de antropologia, um pouco de sexologia enfim, várias outras colocações fugazes e que realmente constituem um trailer. A nossa ideia é trazer os nossos convidados nacionais e internacionais, mas com mais tempo, fazer uma reflexão sobre o tempo, e o tempo na produção do discurso científico. Não dessa forma rápida, mas que possamos intensificar, aprofundar as questões que são levantadas aqui de maneira tão rápida.

### **Interlocutor não identificado**

– Apenas aproveitando a oportunidade que o senhor ofereceu, com vistas ao futuro, na condição de advogado voltado à área criminal, seria muito importante que nessa interdisciplinaridade, fossem incluídos o direito penal e a criminologia. O professor leu uma versão de um acusado que na verdade no fórum criminal nós não fazemos isso diariamente, interpretando do ponto de vista psicológico, do ponto de vista puramente linguístico aquilo que o acusado disse, aquilo que a testemunha falou. Se o acusado diz “Eu bati” não é a mesma coisa

que “Eu esfaqueei”. Quando ele diz que chutou a cabeça, quando ele diz que chutou a barriga, quando ele diz que chutou o coração, ele realmente revelou um propósito de lesar violentamente. Se ele, por exemplo, diz que chutou a perna, ele só quis provavelmente ferir. Se ele chutou a cabeça, com certeza ele quis matar. Então, através da expressão usada pelo acusado, o senhor vai chegar à intenção. Eu queria trazer essa contribuição.

### **Luis Fernando de Mello Campos**

– Mais uma vez vou responder, eu queria lembrar que estão presentes neste Simpósio, três juristas membros do Instituto de Ciências Penais, Dr. Arthur Lavigne, Dr. Tício Lins e Silva e Dr. Nilo Batista, que irão falar nos painéis que tratam da linguagem repressiva nas instituições, da sexualidade na sociedade brasileira e da sexualidade nas instituições.

### **Cidmar Pais**

– Eu queria apenas tecer rapidamente algumas considerações sobre os dois comentários, o da professora Maria Helena, que lembrou o impasse em que se encontram os professores de modo geral na área de letras. Eu acho que esse impasse é geral, é um pouco da própria linguística, no meu ponto de vista, porque nós reconhecemos a necessidade, seja no estudo na língua, seja no estudo da literatura, de extrapolarmos, de irmos a essas condições ideológicas de produção. Se nós não tivermos condições de atingi-las, ou meios para chegar a elas, creio que o estudo pode ser desses problemas. Em relação ao depoimento do advogado, quero lembrar apenas o seguinte: de fato eu queria aproveitar para perguntar ao doutor: Não se fala, por um acaso, em Direito, na noção de catatimia ou alguma coisa assim? O problema da deformação do depoimento da testemunha através de seu próprio discurso dizendo que viu certas coisas. Eu acho que nesse sentido a análise semiológica desse discurso teria algo a oferecer.

**Coordenador não identificado**

– Pergunta para o professor Isidoro Blikstein (não foi registrada)

**Isidoro Blikstein**

– Eu acho que as redes de estereotípias se situam sim no nível do inconsciente. A sua pergunta é muito boa, ela abre toda uma brecha para um trabalho interdisciplinar. Talvez se possa dizer que a rede como tal é inconsciente porque se interrogamos o sujeito falante acerca da mesma, ele só tenha respostas muito vagas a respeito. Dirá, por exemplo, que se trata do “costume”, mas não saberá enfatizar na quadriculação abrangente que essas estereotípias exercem sobre quase toda a rede habitual em uso por parte dos falantes. Tampouco, poderá reconhecer o peso impositivo a cuja preferência involuntária os corredores obrigam, nem de onde vem sua força.

# CONFERÊNCIA: “A FABRICAÇÃO DA LOUCURA”

*Thomas Szasz*

## **Thomas Szasz**

– Eu vou apresentar a vocês uma palestra um pouco longa, na qual eu tentarei falar-lhes, de uma forma metódica, a essência do que eu acho que seja o problema em relação à psiquiatria. Então, tenham paciência, ficarei feliz em responder algumas perguntas depois que eu parar. Temos bastante tempo, duas horas. Ficarei feliz em responder perguntas ou ter comentários, por favor! Primeiramente, desejo agradecer aos patrocinadores dessa conferência por terem me convidado para vir ao Brasil. É minha primeira viagem para cá e naturalmente é um prazer estar aqui. Espero que eu consiga contar-lhes algo que possam lembrar, que faça sentido para vocês. Qual é o problema do qual falarei? O título da minha palestra é: “A fabricação da Loucura”, que é o título de um dos meus livros. Esse título já expõe minha posição de que não somente não existe por si, algo como a doença mental (o que eu já argumentei mais cedo – por volta de 25 anos atrás), como também o que chamamos de “doença mental” é fundamentalmente uma construção, uma crença subjetiva. Agora, eu realmente sinto muito não poder falar com vocês em português, pois o uso da linguagem é muito importante em relação a esse assunto. Então, eu não quero falar em generalidades embora não haja nada errado nesse tipo de exposição como, por exemplo, vocês escutaram ontem à noite. Esse discurso é desejável numa celebração da produção de um grande generalista das críticas à psiquiatria. O orador falou sobre como pessoas como eu e meus colegas que trabalhamos na saúde mental devemos ser contra a opressão, o racismo, a discriminação sexual etc. Bem, isso é verdadeiro, mas um pouco vago. Quem é a favor da opressão, racismo e sexis-

mo? Provavelmente aqui ninguém o reconhecerá. Tal generalização não nos levará muito longe. Com respeito estritamente ao nosso tema, a pergunta é: porque acreditamos na existência de um fenômeno chamado doença mental? De onde vem a designação e essa condição? Agora: o primeiro argumento que eu quero colocar para a consideração de vocês é que não apenas não há a doença mental, mas que o seu conceito é parte integrante de uma mera ideologia contemporânea. Não é algo que as pessoas sejam forçadas pela psiquiatria a acreditar. Infelizmente, é algo em que as pessoas normalmente acreditam, da mesma forma em que as pessoas acreditavam (e acreditam) em bruxas ou demônios. É essa crença o que gera problemas e, até que isso seja modificado, muito pouco pode ser feito. Assim, qual é a origem dessa crença? É o que eu vou tentar abordar para vocês em um minuto. Bem, primeiramente: o que quero dizer quando eu digo que não há doença mental? O que as pessoas querem dizer quando acham que alguém está com depressão ou que alguém que usa drogas ilegais está doente mentalmente? No meu ponto de vista, trata-se de um boato como qualquer outro. De onde esse barulho está vindo? No meu ponto de vista, estamos lidando com o que os linguistas chamam de “metáfora literal”. Vou explicar para vocês esse conceito com alguns exemplos. Naturalmente, os exemplos virão em inglês, eu só posso usar esses exemplos. Espero que não haja problema em colocá-los em português. Todos nós usamos metáforas o tempo todo. Na verdade, todas as línguas conhecidas são baseadas no uso de metáforas, virtualmente todas as propagandas, todos os discursos retóricos de sucesso, quando alguém convence uma pessoa de alguma coisa, são desse tipo. O exemplo que costumo usar em minhas palestras é de uma determinada propaganda, que foi usada por um posto de gasolina nos Estados Unidos durante vários anos. Foi uma formulação muito bonitinha, o anúncio dizia: “Ponha um Tigre no seu tanque”. Eu acho que foi pela corporação Exxon – agora, ninguém deixou de compreen-



der isso. Obviamente, para mim não significa que você deve ir ao zoológico e colocar um tigre no seu tanque de gasolina. A ideia era que se você comprar o combustível dessa marca, o seu carro terá a velocidade e o tempo de resposta de um tigre. Isso significa metáfora. Agora, as metáforas estão ao nosso redor. O presidente Johnson disse incontáveis metáforas, é difícil saber por onde começar. Esse presidente, vocês talvez podem se lembrar, falou sobre a guerra contra a pobreza. Ninguém esperava que a guerra contra a pobreza fosse travada com tanques e metralhadoras. Tratava-se de uma guerra metafórica. Agora, eu afirmo que a doença mental é exatamente como a guerra contra a pobreza. E algumas intervenções psiquiátricas são como se a guerra contra a enfermidade mental fosse lutada com tanques e metralhadoras. Por outro lado, a doença mental é, de alguma forma, a doença médica, mas, não obstante, tem aspectos completamente diferentes, assim como um tigre é diferente da gasolina, é puramente analógico, mas é uma analogia que se tornou literal. Espero que essa ideia da luta contra pobreza (e a analogia possível com a enfermidade mental e com uma luta contra a enfermidade mental) tenha sido compreendida. Isso ficará muito claro para vocês antes que eu termine, em 5 ou 10 minutos, se não estiver claro agora. Eu acho que é bem óbvio, que não tem nada a ser trabalhado, que o assunto principal da psiquiatria, da psicologia e da sociologia, é a vida humana, como as pessoas vivem, e de acordo com isso se tenta diagnosticar se são loucas ou não são loucas. Portanto, em minha opinião, todos esses psicocientistas, de alguma forma, falam de objetos de estudo e de intervenção falsos ou metafóricos. A rigor, seu assunto principal é potencialmente a vida humana, o que faz, talvez, com que a disciplina mais básica e honorável seja, em minha opinião, a história, porque é a que mais corretamente diz que se ocupa da vida humana no decorrer do tempo. Agora, todo mundo sabe que a história tem uma história... História do Brasil, história dos Estados Unidos, história da Hungria, história da psiquiatria, história de qualquer

coisa! A história é, resumidamente, uma crônica do que aconteceu e inevitavelmente é escrita desde um ponto de vista subjetivo. Ninguém pode ser totalmente objetivo quando escreve a história, mas de alguma forma, a história é uma combinação de dados objetivos e de sua interpretação. Agora, a história da humanidade é a história das metáforas literais. Em minha opinião, a maioria das principais religiões é, de certa forma, baseada em metáforas literais. Veja-se, por exemplo, alguns aspectos da religião judaica. Eu vou simplificar, e de certa forma, abordá-la de uma maneira que a mostra feia, espero que eu não esteja ofendendo ninguém. Estou tentando explicar algo para vocês com alguns exemplos históricos. A religião judaica é de certa forma baseada na literalidade da metáfora da analogia à família. Há uma família, há um pai. O pai é Deus e todas as pessoas são seus filhos. Agora, como a maioria dos pais, Ele gosta de uns filhos mais que de os outros. E segundo os judeus, acham que Ele gosta mais deles, que são seus favoritos, os escolhidos. Todos os demais povos são enteados. E Ele deu para esses filhos uma terra especial, o Jardim do Éden. Isto é, de certa forma, a imagem metafórica mais essencial do judaísmo. Agora, no cristianismo nós temos a mesma imagem, embora mais elaborada, de que esse Deus não escolhe apenas pessoas privilegiadas, mas ele também tem um filho. Esclareço novamente que não quero ofender ninguém. Sei que o Brasil é um país tradicionalmente cristão, mas devo confessar que a ideia de que Deus tem um filho, me parece uma ideia bem perigosa, se vocês pensarem sério e mais ou menos imparcialmente sobre isso. Cabe aí perguntar: já que Ele tem um filho, esse filho tem um fígado, um rim, ele urina? Onde você limita essa condição divina da humana? Como vocês sabem, no cristianismo o dogma afirma que houve um judeu (loiro de olhos claros) que era filho de Deus, e esse filho inspirou, ou lhe fizeram inspirar, os mais horríveis massacres durante as piores épocas da história. Não obstante, aqui no Rio de Janeiro, entre incessantes e permanentes homenagens, ele tem uma bela e

enorme estátua em cima de uma grande montanha. Se você acredita nessa colossal e benévola representação de Cristo, isso se torna realidade, mas se você não acredita nisso, você estará na presença de uma metáfora literal, e seu construto da realidade será muito diferente. Lamentavelmente, e de fato, milhões de pessoas têm se matado permanentemente por causa dessa metáfora. Insisto em que não desejo desrespeitar ninguém, mas tento empregar a história das ferozes agressões entre cristãos e judeus (e com uma surpreendente quantidade de não-cristãos), perpetradas em nome de uma metáfora literal. E, essencialmente, de novo, não quero desrespeitar ninguém, mas acho que essa abordagem histórica pode ser útil para entender os problemas da psiquiatria através de um dos mais graves problemas da sociedade ocidental, dos conflitos entre o cristianismo e o judaísmo. A diferença essencial entre essas comunidades é que, no judaísmo, Jesus é apenas mais um rabino herético, e talvez uma criança ilegítima (ademais a religião hebraica proíbe qualquer imagem sagrada). No cristianismo, Jesus é um filho único e radicalmente preferido. Agora, você não pode acreditar em ambos. Ou você acredita em um ou em outro, ou em nenhum. Assim, como isso se relaciona com a psiquiatria? Vocês poderão achar que nada do que vocês fazem é psiquiatria. Vejam, até o iluminismo, até a revolução francesa, a lógica e os valores que lideravam eram religiosos. Na modernidade, não é que a força dessas imagens não exista mais, mas persiste em muita gente como uma espécie de arcaico “faz de conta”, que tem sua mais conhecida metáfora naquilo de “Dar a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (que acabou com o poder da Igreja sobre a monarquia). Não se trata de que o poder das metáforas literais não exista mais (tanto as católicas como todas as outras), mas essas imagens determinam muito menos a conduta das pessoas, e tem muitas pessoas que não acreditam para nada que essas metáforas literais sejam uma realidade. Mas acontece que as pessoas não conseguem viver sem imagens, atualmente ado-

ram o dinheiro, e inclusive tratam as realidades científicas como se fossem imagens e a ciência como se fosse uma religião. Eles têm outra imagem, que assim como quando o cristianismo foi dominante, todos pensavam que essa imagem era a realidade. Agora todos pensam que essa dimensão imaginária da ciência é a realidade. E eu estou falando de uma imagem que não é mais realidade devido a forma em que a usamos, que em minha opinião, é a forma religiosa. A imagem atual é chamada “ciência”, “medicina”, “psiquiatria”, “psicologia” e “psicanálise”. Essa imagem é composta, assim como as imagens cristãs e judaicas eram constituídas, em parte, de aspectos que são demonstráveis e também falseáveis racionalmente e, segundo esse critério, são verdadeiras. Mas a relação subjetiva que temos com as ciências, em parte é composta de crenças e sentimentos não-rationais, inverdades, porque muitas delas são consideradas prescrições, mandamentos de como as pessoas deveriam viver. Se alguém te fala como você deve viver, você não pode argumentar se é certo ou errado. Ou você obedece ou desobedece. Eu espero que vocês concordem comigo, pois esse é um ponto essencial. Deixe-me repeti-lo de uma forma mais simples. Digamos que alguém diz: “essa toalha de mesa é verde”. É uma afirmação. Essa afirmação pode ser verdadeira ou falsa, se eu disse que essa toalha de mesa é vermelha e vocês poderiam dizer “não, não é verdade, não é vermelha, é verde”. Vocês podem argumentar sensatamente se essa afirmação é verdadeira ou falsa. Mas digamos que eu diga para alguém: “Por favor, leve essa toalha de mesa!”, tua resposta só tem duas possibilidades: ou você a leva ou a deixa. Se eu disser: “Por favor, leve essa toalha de mesa”, você não pode responder: “Sim, é verdade”. Não faz nenhum sentido. Agora, muitas coisas na religião e na psiquiatria lidam com “façam isso, não façam isso”. Prescrições, regras que devemos seguir. Essencialmente, toda a teoria freudiana da sexologia, em minha opinião, é desse tipo. Não é verdadeira, nem falsa, é como os Dez Mandamentos, quer você goste ou não. E aqui é onde o confli-

to entre a sexologia moderna e o freudismo se torna aparente. O feminismo moderno tem ainda outro conjunto de regras. Freud disse: “É assim que você deve ser sexuada”. Agora as pessoas dizem: “não seja sexuada dessa forma, seja sexuada desta outra”. Bem, a verdade é que não há limite em quantas formas você pode ser sexuado ou não. E todas elas têm umas vantagens para algumas pessoas e algumas desvantagens para outras pessoas. Tudo se resume a isso. Agora, como a mitologia da doença mental surgiu? Quero contar algo para vocês que não está em nenhum dos meus livros, mas que depois que eu falar o que eu penso, vocês podem compreendê-los bem melhor, claro que a maioria de meus livros já foi traduzida para o português. Então não faz sentido vocês me ouvirem falar sobre o que está em meus livros. Gostaria de contar uma história que não está nos meus livros. Parece-me uma história bem interessante, acerca de como a mitologia da doença mental surgiu. É claro que eu, com essa história, não pretendo desapontá-los, prefiro intrigá-los e provocá-los. Um dos meus heróis, e eu não tenho muitos, é John Stuart Mills, um filósofo e cientista político inglês. Pois bem, esse grande filósofo disse que se você for confrontado numa controvérsia importante, um conflito fundamental, se você não compreender ambos os lados da contraposição, você não compreenderá nada. Então, em minha opinião, se vocês disserem que é terrível trancafiar pacientes mentais, que eles deveriam ser soltos – que foi o que eu sempre acreditei – essa afirmação é muito simples, pois é como dizer que a escravidão não deveria ter existido. Agora, vocês tiveram um longo período de escravidão no Brasil. Então se vocês dizem que é indiscutível que a escravidão não deveria existir, a pergunta que surge de imediato é: por que houve escravidão aqui por tanto tempo? Por que pessoas de grande valor no mundo eram a favor da escravidão? Por que a escravidão foi inventada pelas igrejas, executadas pelos governos monárquicos, justificadas por biólogos e por médicos? Por que tantos escravos foram explorados, torturados e mortos

por soldados, com a anuência de padres, e médicos? Muitos deles acharam que faziam isso pelo bem da expansão da civilização. A similaridade da pergunta agora é por que muitas das melhores pessoas no mundo hoje pensam que há doença mental? Por que as pessoas hoje estão convencidas que a melhor coisa para se fazer é tratar medicamente a doença mental? Desculpem se chego a tantalizar vocês. Portugal, o idioma e a cultura portuguesa, têm uma conexão interessante com essa mitologia. Isso me ocorreu quando eu estava vindo para cá. Só houve um homem na história do século 20, apenas um homem que ganhou um prêmio Nobel pela psiquiatria. Não foi Hitler, nem Stalin, nem Mussolini, nem Mengele, nem Lombroso, foi Antonio Egas Moniz, que no ano 1935, ganhou o prêmio Nobel de Medicina psiquiátrica por ter inventado e praticado a lobotomia nos enfermos mentais. Ora, ele foi premiado com o maior prêmio para benfeitores da humanidade por “curar”, com um procedimento invasivo e irreversível, uma doença que, em minha opinião, não existe. Por curar uma doença, ademais, que muitos de seus contemporâneos (para bem ou para mal) não considerava que existisse como tal. Alguns supunham que era produto da má educação, da posse demoníaca, de uma má alimentação etc. Mas, como a maioria das pessoas e os jurados do prêmio Nobel estavam convencidos de que essa carnificina era uma coisa bem razoável de se fazer? Então, permitam-me dizer: isso tem a ver com a definição do que é ou do que não é uma doença. Sabemos que certa sintomatologia mental obedece a lesões devidas a causas infecciosas, traumáticas, tóxicas etc. Mas vejam, porque é importante que alguém possa dizer, num sentido lato, que a enfermidade mental, que a doença mental sem causa conhecida, uma forma peculiar de ser considerada arbitrariamente uma doença é uma metáfora autorealizada? A menos que você tenha ideia clara do que seja uma doença. É a metáfora do tigre que eu usei antes. Por exemplo, vamos dizer que alguém afirma que o Rio de Janeiro é uma “joia” de cidade. Embora seja uma boa metáfora, você

não pode colocar uma cidade em um anel. É uma metáfora. Mas vocês não entenderiam essa metáfora a não ser que vocês saibam o que é uma joia. Agora vocês compreendem? Eu não quis incomodar ninguém, mas vocês entendem o que é uma doença cuja causa não se conhece, ou na qual a relação entre possíveis causas e a síndrome correspondente não estão demonstradas? Em minha opinião, ninguém mais sabe o que é uma doença, por um ótimo motivo. Há uma religião, um conjunto de crenças que lidera, de alguma forma, a medicina. E tais ideias não podem ter o efeito indiscutível, a influência que chegam a ter, se elas forem claras. Elas têm que ser mistificadas. Uma vez que elas forem desmistificadas, elas perdem o poder. Parece que as pessoas só podem ficar unidas (e isso é outro assunto que não será tratado hoje), mas parece que historicamente as pessoas não podem ficar unidas por uma ideologia comum se ela for clara. A ideologia compactuadora, unificante, tem que ser obscura, ambígua, mística, indemonstrável, nunca clara. Mas a doença ideal é uma entidade muito obscura. Isso vai bem além da psiquiatria. Deixem-me dar uma ilustração disto. Vocês podem ler nos jornais, e ver como o conceito de doença é uma noção extremamente obscura para o texto de qualquer jornal. Hoje de manhã eu peguei uma cópia do *Brazilian Herald*, que é um jornal local em inglês, na sua edição de hoje. Vamos ler uma passagem desse jornal. Imagino que se trata do tipo de coisa que vocês podem ler em qualquer jornal do mundo. Eu vou ler para vocês. Agora, isso é apenas uma amostra, é como a água no oceano. Não tem fim. É um artigo sobre o problema do crime no Rio de Janeiro e São Paulo e fala sobre a banalidade adquirida pelo crime; pouco depois tem a seguinte frase que, vou ler para vocês: “Um total de 70% de todos os crimes, todos os crimes, do Rio e São Paulo estão relacionados com as drogas”. Tudo bem? Eu farei meu comentário em um minuto. Aqui disse que o total de 70% de todos os crimes estão relacionados às drogas, e bem abaixo, a 5 milímetros de distância em folha, tem uma gran-

de manchete. O título da manchete é “Propostas para a construção de destilarias de álcool”. Eu estava esperando algumas risadas da parte de vocês. Se vocês não veem qual é a questão aqui, então eu já estou fazendo-lhes perder seu tempo. Pois isso é uma estupidez total. O que “relacionado às drogas” quer dizer? Ou melhor, que essa frase serve para não dizer? Dizem “relacionado às drogas”, porque eles não querem dizer “relacionados à proibição das drogas”. Se você pudesse comprar ópio da forma que compra gasolina ou água mineral, então não haveria crime relacionado com a droga, ou a relação de muitos crimes com a droga seria posta em dúvida. E na verdade a pergunta é: por que o ópio é proibido e o álcool permitido? Querem minha resposta? É pelo mesmo motivo que o catolicismo romano foi permitido e o judaísmo proibido, ou o judaísmo permitido e os cristãos crucificados. Exatamente o mesmo motivo. Não há justificativa farmacológica para isso. Uma é uma droga não-oficial e a outra é oficial. Toda cultura tem sua própria droga oficial. As de vocês e as dos Estados Unidos são o álcool e o tabaco. Estas são as oficiais, e as antidrogas ilegais são o ópio, a maconha e por aí vai. Agora, eu não apoio nenhuma dessas drogas, da mesma forma que não apoio nenhuma religião em particular. Mas estou tentando lhes mostrar que o problema é a definição de uma doença. Mas através dessa conexão, eu deveria lhes contar – e eu estou indo além do que eu queria lhes falar – mas nas últimas semanas foram publicados vários artigos sobre isso. A American Psychiatric Association, que sabemos que é uma grande associação, de todos os psiquiatras americanos, agora está fazendo uma nova classificação de doenças mentais, que é a definição oficial do que é a doença mental. Como sabem, como deveriam saber, há alguns anos, pelo fato de homossexuais estarem fazendo manifestações contra os psiquiatras (seus diagnósticos, tratamentos e atestados que desqualificam os homossexuais) e realmente ameaçando de machucá-los fisicamente, principalmente por estas razões, a American Psychiatric Association



decidiu um dia apagar a “homossexualidade” como uma doença mental. Então a homossexualidade não é mais uma doença mental. Foi eliminada, não é legal? Não é mais uma doença. Mas, obviamente eles não irão retirar essa linha de qualificativos, por assim dizer, pois a psiquiatria necessita de doenças. Porque isso lhe dá poder. Desde então, eles criaram diversas novas doenças e agora eles acabaram de criar uma em especial. Provavelmente não chegará ao Brasil nos próximos 10 anos, por que este é um assim chamado país subdesenvolvido. Sabem que doença é essa? Fumar! É chamada de transtorno por uso de tabaco. Transtorno por uso de tabaco. É uma nova doença mental nos Estados Unidos da América, conforme definida pela American Psychiatric Association. Vocês acham engraçado? Não é diferente do que Freud fez. O que eram as doenças mentais até então? Eu falarei sobre isso. Mas vou lhes contar outra história. Era um jovem e uma jovem, eram casados e não se gostavam. Eles foram criados de uma forma que os confundiam sexualmente e eles não podiam ou não queriam ter relações sexuais entre si. Então, o fato de o homem não querer ter relações sexuais com sua esposa era chamado de impotência. O fato de a mulher não querer sexo com o seu marido era chamado de frigidez. Isso é uma doença? Em minha opinião, impotência e frigidez são os equivalentes sexuais de um judeu que não come um sanduíche de presunto, ou um católico não comer carne na sexta-feira, que agora já é permitido. Essas são proibições, mas, se vocês as tornarem suas, elas serão parte de seu comportamento. Ainda não expliquei para vocês, e eu quero explicar, o que é doença e por que as pessoas não entendem mais o que é doença. Isso vai bem além da psiquiatria e eu quero dar mais alguns exemplos para lhes mostrar o que eu acho que seja a dimensão do problema antes de voltar para a doença mental. Eu não sei qual é o status do aborto no Brasil. O aborto é legal no Brasil? É proibido? Então vamos dizer que você vai ao psiquiatra (católico praticante) e ele diz que você vai cometer homicídio. Você pode fazer um

aborto? Um aborto clínico, porque você engravidou por casualidade e um filho, neste momento da sua vida, vai arruinar sua existência? Não. Apenas para tratamento de alguma enfermidade causada pela gravidez. Tudo bem. Ok. Vamos tomar pegar esse exemplo. Agora, vamos pegar o aborto. Creio que vocês vão compreender (como eu dizia antes) por que o estudo da história é tão belo e importante. Até 10 anos atrás, vamos pegar o estado de Nova York, até 10 anos atrás, é bem recente. Até 30 de Junho de 1968, o aborto era ilegal. Tudo bem? Era um crime. Então, se um médico fizesse um aborto, ele iria para a cadeia. Certo? Era 30 de junho. No dia primeiro de julho, depois da meia-noite, um minuto depois, o que era o aborto então? Um tratamento pago por companhias de seguro Blue Cross, Blue Shields, Medicaid (firmas americanas de seguro de saúde); em outras palavras, pago pelo contribuinte. Por todos os contribuintes usuários desses planos de saúde. E se o contribuinte era católico, apostólico, romano, tinha que pagar o aborto como tratamento. Mas olhem, vai além disso. Se o aborto é um tratamento, isso torna a gravidez uma doença. Vocês estão rindo, todos estão rindo. Mas o aborto é agora um tratamento em todos os países civilizados. Agora, eu sou contra isso, mas sou pró-aborto. Meu ponto é que nem tudo que é ruim no mundo é uma doença, e nem tudo que é bom é um tratamento. Mas isso é muito simples, pois se você não chamar a coisa boa de tratamento, então as pessoas irão dizer “é bom para você, mas eu não quero”, e daí você terá conflito. Então os católicos dirão que judeus e protestantes podem ter o aborto, mas nós os católicos não queremos. Especialmente, não queremos pagar por isso. Então, os governos perderão coesão política, os médicos e os planos de saúde perderão clientes. Para que isso não ocorra, você terá que chamar o aborto de tratamento. Da mesma forma que as drogas, algumas pessoas podem dizer: “eu não ligo, por que o ópio deveria ser proibido? Eu não uso. Deixe para lá”; e alguém vai dizer: “você não usa, mas alguém irá usar. Então temos que proibí-lo”.

Mas para poder obter unanimidade sobre o assunto, temos que chamar o consumo de drogas de doença, e com o prestígio que tem a medicina, ninguém se atreverá a apoiar a liberação do uso de drogas. Então usar ópio é uma doença, chamada de abuso de drogas, vício por drogas. Usar maconha é uma doença, tabaco não é uma doença, álcool não é uma doença. Certo, deixem-me dar outro exemplo. Na verdade, eu sei que os médicos brasileiros são bem famosos por isso. Trata-se da cirurgia estética, exclusivamente praticada com fins de embelezamento. Não é um tratamento, mas não é proibido e é muito popular. A questão é que tem muito dinheiro nisso. Digamos que você seja uma linda mulher e quer ficar ainda mais bonita. Esse procedimento é um tratamento? Bem, todo mundo diz que é. Ser feia é uma doença? Vamos, além disso. Ser velho é uma doença? Como você distingue o envelhecimento das doenças? Quando você fica mais velho, algumas coisas começam a acontecer com você. Por exemplo, você precisa de óculos. Isso é um tratamento? Eu não estou respondendo à pergunta. Eu vou responder mais tarde. Eu estou tentando lhes mostrar que os conceitos de doença e tratamento, uma vez que eles são retirados do universo exclusivo da relação médico-paciente (onde as definições, os objetivos e os recursos estão terminantemente estabelecidos), uma vez que se pensa com um conceito social e político, manifestam-se como uma questão de lucro, de poder e de prestígio. Espero ter deixado claro para vocês que não pretendo desmerecer a importância e a eficiência da medicina (e também não da psiquiatria). Estou convencido de que determinar seus limites, e suas deformações, só pode contribuir para torná-las mais científicas e humanas.

# MESA REDONDA: A SOBREVIVÊNCIA DA PSICANÁLISE

*Armando Suarez*

*Félix Guattari*

*Robert Castel*

*Chaim Katz*

*Betty Milan (Participa como plateia)*

## **Chaim Katz**

– A mesa redonda de hoje diz respeito ao tema de hoje: “A Sobrevivência da Psicanálise”. Se vocês notaram, as quatro pessoas que vão falar têm posições bastante distintas entre si. Não se trata de estabelecer um confronto gratuito ao modo de um espetáculo, mas apenas de colocar posições, umas diante de outras. Eu queria dizer porque nós talvez tenhamos alguns conflitos que poderão aparecer, mas os conflitos fazem parte da ciência, apesar de alguns epistemólogos acreditarem que não. Não obstante, Nietzsche ensinava que a verdade era uma faísca que surgia do choque entre duas espadas. O primeiro a falar será Armando Suarez, depois Guattari, em seguida Castel e depois eu. O público poderá intervir quando terminarmos. Nós gostaríamos que se fizesse uso do microfone que está à disposição. Pediríamos que, por uma questão de ordem, as pessoas se levantassem e se expressassem imediatamente. Se quiserem interromper um dos oradores, se acharem que é muito importante, também poderão fazê-lo. Com a palavra Armando Suarez.

## **Armando Suarez**

– Boa tarde, caberá a mim abrir este diálogo que poderá derivar, não necessariamente degenerar, em um debate. Vou tratar de ser breve e clarificar, em primeiro lugar, a mim mesmo e depois a vocês e com

vocês, a problemática que subjaz ou designa o título da sessão de hoje. O título poderia ser quase uma adivinhação, poderia ser um convite, se não, uma tentação à profecia. E, se aceitarmos delinear alguns dos aspectos maiores do problema, talvez possamos evitar esse impasse. O futuro da psicanálise, invertendo a ordem dos termos, poder-se-ia pensar que se entende por psicanálise, já que se trata de seu futuro. E o que é psicanálise? É a primeira questão de delimitação extremamente difícil. Segundo Freud, que tinha alguma razão em saber do que falava, já que fundou a psicanálise, dá-se o nome de psicanálise, primeiro, aos métodos para descobrir, tornar inteligíveis, certos fenômenos mentais, psíquicos, dificilmente acessíveis por outro caminho. Em segundo lugar, uma técnica terapêutica para o tratamento de determinadas afecções mentais, transtornos psíquicos. E, em terceiro lugar, uma doutrina elaborada, uma teoria construída a partir dos dados obtidos pela aplicação do método, privilegiadamente no campo clínico de sua aplicação terapêutica. Supondo que essa definição, que já dá três sentidos cujas articulações entre si são questionáveis, esteja omitindo uma quarta definição da psicanálise que é tão importante quanto – se não, mais do que – as outras três, que é a dimensão da psicanálise em prática social, prática social essa desenvolvida por agentes sociais que têm um lugar na sociedade, que são produzidos como tais agentes executores dessa prática, produzidos mediante métodos de treinamento, de habilitação, de consagração, inclusive, e que estão em certas instituições que, por sua vez, estão relacionadas a outras instituições em uma rede das mesmas. Instituições que pertencem a uma ou várias formações sociais articuladas de alguma forma e que necessariamente, inevitavelmente, têm uma imanência com a estrutura sócio-político-econômica da sociedade. Depois, pelo menos essas quatro dimensões da psicanálise deverão ser consideradas para questionar o futuro da psicanálise, porque este porvir poderia ser o da teoria, do método, ou a técnica, ou o das suas aplicações terapêuticas. De qualquer forma, a quarta

dimensão entra necessariamente nas outras três, já que as práticas teóricas, metodológicas e terapêutico-clínicas, se dão em um espaço social, institucional, em relações de poder. Qual é o futuro das quatro dimensões e de cada uma delas? Bem, o problema da antecipação do futuro é assunto dos profetas, no mau sentido, habituados à palavra, quer dizer, aqueles que predizem e determinam o que ocorrerá no tempo, a respeito de um processo, de um acontecimento, ou de uma estrutura. Pode-se pensar em curto, médio e longo prazo. O futuro, desde que se trata de uma prática social, está inegavelmente ligado ao futuro da sociedade onde essa prática se dá. Creio que não podemos pensar no futuro da psicanálise em longo prazo, a menos que nos dediquemos à especulação do futurismo. Falo de longo prazo, pelo menos além de minha morte (que não está muito longe, não me dou mais de vinte anos de vida, mais será ganância), porque tudo depende do futuro do mundo. Evidentemente, se houver uma conflagração atômica, regressaremos todos à barbárie, tudo o que é psicanálise, uma porção de coisas não sobreviverão. O problema do futuro da psicanálise seria então algo que, em médio prazo, 20, 30, 50 anos, seria considerado indissolúvelmente ligado ao que será a evolução do mundo. Refiro-me ao mundo dos homens, do nosso planeta, se vamos para o socialismo ou ao ultracapitalismo, se vamos regressar à barbárie ou continuar na luta por uma civilização democrática. Mas creio que o problema assim delimitado pode ser explorado em um prazo médio e curto, só se tendo em conta essas quatro dimensões. E os psicanalistas, levando em conta essa quarta dimensão, estão incumbidos de ter o método, a terapia e a teoria psicanalítica como algo viável e que possa sobreviver às mudanças históricas que a psicanálise não vai certamente produzir e fará bastante se não as obstaculizar. Sua ingerência segundo creio, ainda que não desdenhável, não é portadora de nenhuma revolução social, embora alguns psicanalistas se arroguem esse papel, que diz mais acerca de sua megalomania que dos títulos que a psicanálise

possa reivindicar para si mesma. Então, há necessariamente que realizar um trabalho, e para isso estamos aqui, dialogando com vocês, representantes de posições divergentes a respeito da psicanálise, tendo definido formalmente, como fazia Freud, que a psicanálise, as teorias psicanalíticas, os métodos, as terapêuticas psicanalíticas, também são múltiplas. A esse respeito, o estatuto da psicanálise, com todas as instâncias que se há de conservar e enfatizar, pode-se dizer que tem certas analogias com a sorte do materialismo histórico, que pretende ser um método inteligível da história, que afirma também ser um instrumento de transformação, que elabora uma teoria das metamorfoses sociais, mas que dá lugar historicamente a uma série de movimentos não idênticos, cada um dos quais reclama para si o título de representar a verdade do marxismo e que dá lugar a práxis sociais diferentes que estão em curso, sem que nenhuma vez tenham chegado à conclusão, nem nos países em que aparentemente têm triunfado. Desde o momento em que algumas correntes propugnam uma sociedade democrática direta, até os que interpretam essa doutrina e esse método como uma indicação para tomar o poder do Estado, dentro de cada formação social capitalista, para transformar, desde aí, as estruturas da sociedade. Creio que por agora a tentativa de delimitação que tentei do problema, que segundo espero, merecerá que os outros participantes a questionem, a completem ou a matizem, é uma primeira contribuição que eu pude fazer, talvez a menos provocadora possível de polêmicas frontais e estéreis.

### **Félix Guattari**

– Se vocês querem notícias da psicanálise, posso dar as dos Estados Unidos da América do Norte e da França, mas não as da América Latina. Enquanto mistificação, como doutrina e prática de recuperação, a psicanálise vai muito bem. Entretanto, é preciso dizer que há problemas que concernem à análise do inconsciente, análise do inconsciente no campo social, e essa análise vai muito mal, ela está bal-

buciendo, mesmo se todos os habitantes do mundo estamos confrontados a problemas seriamente importantes. A psicanálise, que nas suas origens, trouxe formulações para compreender o fenômeno do desejo, o surgimento da singularidade, das perturbações ligadas a todas as espécies de situações de impasse e de repressão, pouco a pouco se devorou a si mesma, se fagocitou. Ela se deixou recuperar ao serviço do controle social na medida em que se desenvolvia. É a primeira vez que uma doutrina, que fazia uma grande promessa do ponto de vista revolucionário, foi completamente desviada de seus objetivos. Foi sempre muito delicado falar de problemas de um continente a outro, pois eu poderia falar de devastações da psicanálise, da psiquiatria de inspiração psicanalítica na França; é penoso falar de pessoas que são formadas pela psicanálise, especialmente psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, trabalhadores da saúde mental, e cada vez mais pessoas que trabalham em toda espécie de domínio, que creem realmente que a psicanálise lhes vai dar meios de intervenção e que caem em um impasse teórico e prático. É muito delicado falar disso aqui, pois vocês poderiam objetar que ainda há muitos perigos muito maiores, que se chamam behaviorismo, comportamentalismo, técnicas carcerárias de aprisionamento, e que ainda há hospitais psiquiátricos no Brasil. O que quer dizer criticar a psicanálise aqui? Vocês vão dizer que é um progresso, que é uma coisa muito diferente que se procura oferecer às pessoas, outra prática. Por isso eu insisto no fato de que as críticas que faço correspondem só ao território que eu conheço. É provável que aqui, pessoas que se inspirem no freudismo, procurem ter outra prática filo-psicanalítica, e mesmo que ela contribua para mudar a situação penosa em que se encontram, podem até mesmo tirar proveito observando e avaliando em que se tornou a psicanálise em países como França, Reino Unido e outros. Podemos observar, em primeiro lugar, que a psicanálise se tornou cada vez menos uma prática com pretensão terapêutica e cada vez mais algo que procura introduzir um acesso



a um inconsciente que permitiria entrar num mundo inteiramente diferente dos outros, uma espécie de iniciação a um mundo secreto e abstruso que daria um poder particular. Ainda com risco de ser categórico demais, preciso dizer as coisas de maneira simples, falar sobre as pessoas que conheço, sobre a circunvizinhança. Segundo venho constatando, a psicanálise é uma mistificação completa, pois o que a cura psicanalítica consegue é que seus usuários cheguem, pouco a pouco a se voltar para si mesmos, para a sua própria subjetividade. Especialmente, na concepção estruturalista da psicanálise na França, trata-se de uma sofisticada versão do autocentrismo. Esses analisandos pagam muito caro para se deitar no divã prestigioso e falar durante anos para alguém que nunca lhes responde, ou que só intervém com monossílabos. A interpretação quase sempre é um único jogo de palavras, e depois... o silêncio. E cabe enfatizar que, apesar de sua sobriedade, é uma intervenção extremamente violenta. Ela é um troco quase que sardônico para o dinheiro e as expectativas que o analisando bota nela. Em resposta de qualquer coisa que a pessoa possa dizer, há uma anulação permanente de todo o explícito e o miúdo urgente que ela traz. Trata-se de uma tentativa de eclipse da realidade de alguém para abordar uma relação pura com a linguagem, uma relação destilada com outro sintático de um modo suposto inteiramente diferente do que aquele que encontramos no resto dos membros de uma sociedade. Essa pura escuta introduz uma espécie de distância invisível em relação a todas as significações e a todos os engajamentos práticos sociais e políticos. É uma espécie de investimento religioso, em um sentido muito particular e muito moderno, que pretende conferir uma espécie de inviolabilidade sectária àquele que dela se beneficia. Vou tomar como exemplo, algo paradoxal que me parece muito significativo: os psicanalistas que trabalham em instituições para crianças, pelo fato do trabalho analítico que fazem com crianças não poder ser puro, porque tem que intervir na vida concreta do estabelecimento,

as tratam com tendências educacionais muito discutíveis; por outra parte, se sentem superiores e pretendem controlar os educadores do estabelecimento por vezes com uma violência e grosseria incríveis. Então a psicanálise saiu do divã. Nós a encontramos não somente nos hospitais psiquiátricos, no setor de equipamentos extra-hospitalares, mas também como ideologia de referência em numerosos lugares, em algumas empresas e, sobretudo na França, na mídia de massa. Os psicanalistas estão todas as manhãs dando conselhos às mães de família para tentar quase que ditar o que devem ser as ações das mães em relação às suas crianças, ou com respeito às relações dos casais. Os psicanalistas são devotos de uma teoria que funciona hieraticamente na sua prática individual específica, e se torna uma baboseira moralista nas suas práticas “aplicadas”. Estamos diante de uma espécie de dogma defendido por uma Igreja bastante poderosa, por muitas sucursais. É muito característico que todas as cisões, todos os conflitos havidos no seio dessas igrejas psicanalíticas se devam, sobretudo, a problemas de formação dos analistas. Pois, o que é muito importante: o controle das pessoas que estão investidas como psicanalistas para assegurar-se de que sua formação e seu comportamento institucional e social assegurem a identidade e os privilégios de uma casta de psicanalistas. É preciso não haver misturas, que nem qualquer pessoa, agente, profissão ou especialidade se misturem com a psicanálise. Alguém uma vez me tratou de “psicanalista selvagem” porque eu tentei trazer uma abordagem diferente das que são habituais aos critérios psicanalíticos. É preciso que vocês saibam que é muito perigoso ser “analista selvagem”, porque se trata de alguém que se mistura com poderes secretos e pode fazer destruições terríveis. É como se alguém nessa sala se declarasse cirurgião e começasse a operar o inconsciente. Isso também é uma mistificação extraordinária que implica a definição de inconsciente, numa prática de acesso ao inconsciente que está pura e simplesmente a um peculiar serviço do controle social. Mas as psica-

nálises ortodoxas se tornam verdadeiramente perigosas quando, por razões prevalentemente mercadológicas, se estendem pelas redes do “aplicado”. Assim, seus prolongamentos teóricos e práticos podem ser infinitos. A psicanálise tem uma teoria reacionária da sexualidade feminina, uma teoria reacionária da sexualidade infantil, uma teoria reacionária da homossexualidade, uma teoria reacionária das identificações no campo social, uma teoria reacionária das relações entre certa concepção da biologia, da linguagem e da cultura. Ela reduz tudo a uma espécie de mecanismo essencial do inconsciente, a um complexo puro e duro, que não apodrece nunca, que atravessa toda a sociedade, toda a história, que pode responder aos problemas de toda natureza; eles lhe chamam narcisismo, complexo da mãe, complexo do pai, complexo de castração, em suma, complexo de Édipo. É claro que essa versão mitológica trágica do Édipo já está demasiado vulgarizada. Tiveram que criar formulações de novo estilo abstrato bastante complicado, toda uma lógica matemática do inconsciente que traduz o Édipo a um formalismo esotérico que ao final leva aos mesmos resultados adestradores. Às vezes é bom rir dessas superstições. Podemos brincar com tudo isso, mas na verdade não é nada engraçado. Não é divertido para as pessoas que têm toda uma esperança no encontro com o psicanalista, que gastam toda sua energia, todo seu dinheiro, para fazer uma cura que geralmente não leva a nada. Isso não é uma objeção que se deva fazer ao analista, porque há uma espécie de regra implícita entre os psicanalistas que, quando as expectativas não se realizam e nada se passa, é prova de que acontece alguma coisa. Quanto menos a coisa acontece, mais a coisa acontece. Então, eles dizem que é uma fase do inconsciente, isto prova que toda essa paralisia é muito importante. Não é nada engraçado, porque também esteriliza as pessoas que querem encontrar um meio de entendimento e de intervenção sobre seus problemas. Então, não somente o psicanalista faz um mau trabalho no domínio prático, como também impede que haja um verdadeiro traba-

lho de renovação teórico-conceitual sobre esses problemas do inconsciente. Estou convencido, não de que os psicanalistas deveriam ter uma teoria social para fazer uma revolução e mudar o mundo. Mas estou persuadido de que eles estão errados e monopolizando um território cognoscitivo em que os problemas teóricos são bastante importantes para outros domínios. É muito necessário que uma teoria do inconsciente possa ajudar pessoas que querem trabalhar com crianças emburrizadas nas escolas, com trabalhadores explorados, com mulheres vítimas de violência, com exilados e com tantas outras. São indispensáveis teorias do inconsciente que possam instrumentar os que trabalham em todos os diversos níveis do campo social, para saber montar o que meus companheiros e eu chamamos de agenciamentos coletivos de enunciação e maquímicos de corpos. Mas para mim é muito importante a definição do desejo como força libertadora, da vida inconsciente como produtiva, do cotidiano como lugar para as micror-revoluções, para que venha a enfrentar toda uma crise que encontramos no meio social. O que assistimos agora? Certos marxistas abrem os braços e saúdam os psicanalistas, e os psicanalistas fazem a mesma coisa com teorias marxistas mais dogmáticas. Por exemplo, haverá em breve um congresso de psicanálise na URSS. O dogmatismo faz referência a outro dogmatismo, e vice-versa. Entretanto, existem problemas essenciais que estão abertos no campo do marxismo e no campo da psicanálise que implicam o questionamento profundo dos fundamentos de ambos. Não digo somente que essas questões pertençam aos especialistas de um e de outro campo, mas essas questões pertencem a todo mundo. E é por isso que estou escandalizado contra as pessoas do poder psicanalítico, contra os burocratas da psicanálise e também contra aqueles que querem burocratizar a teoria marxista, a teoria revolucionária. Trata-se de formações de poder que são cúmplices, e que devem ser destruídas, se possível for, para que possamos, na medida do possível, progredir.

## Robert Castel

– O que se diz depende bastante da ordem em que se diz. Guattari acaba de dizer coisas sobre e contra a psicanálise. Várias coisas que eu diria, foram ditas. O que não quer dizer que eu teria dito a mesma coisa. Mas eu não quero continuar de modo unicamente polêmico, porque no fundo trata-se aqui de um debate e eu suponho que, em lugar de se falar de sobrevivência da psicanálise, seria melhor falar da fascinação pela psicanálise. E, efetivamente, eu creio que as pessoas que aplaudem o discurso antianalítico são as mesmas que aplaudem o discurso analítico e reciprocamente. Isso depende muito do momento histórico, de qual é o discurso que primeiro se apresenta. Reitero que acho que devemos refletir sobre essa fascinação. Cada um deve fazê-lo e analisar as razões pelas quais está nascendo no Brasil essa espécie de ambivalência. Reencontro aqui uma situação que há cinco anos vivemos na França. Suponho que fui convidado a participar deste debate porque há muito tempo escrevi um livro que foi motivado por essa fascinação (*O psicanalismo*). Era a época da hegemonia da psicanálise na França, e nós podemos garantir que verdadeiramente a psicanálise na França calou muita gente. O que é paradoxal para um discurso que pretende libertar a palavra. Mas estou no Brasil, e cinco anos depois e, portanto, não desejo pura e simplesmente exportar uma análise que pode ter sentido num outro contexto. Não creio ser obcecado pela antipsicanálise. O que me interessa é a crítica a certo número de mecanismos. Eu acho que a psicanálise se integra perfeitamente nesses mecanismos, e tem uma função outra, diferente da função meramente psicanalítica. Eu não penso que se possa ver, como disse Armando Suarez, que exista uma quarta dimensão que seja uma dimensão social, ainda que seja necessário compreender a psicanálise como um mecanismo produtor e executor de poder, quer dizer, que gera imediatamente efeitos sociais. Na sociedade brasileira há vários mecanismos de poder para militarizar o campo da medici-

na mental. Existem certas técnicas que disputam o mesmo mercado e algumas dessas técnicas são tão inquietantes quanto a psicanálise; penso no condicionamento de comportamento que não é nada engraçado. Há uma situação que é preciso analisar conjuntamente e vocês talvez estejam em situação privilegiada com relação a esse domínio da medicina mental. Parece-me que existe algo de interessante, quer dizer, a chegada de muitas coisas simultaneamente e coisas que na Europa chegaram em ordens diferentes. Por exemplo, eu não digo que a psicanálise está chegando, mas sim que a psicanálise está explodindo, chegando a um limiar de expansão, e chega também certa crítica à psicanálise. Seria importante discutirmos juntos sobre isso e talvez de uma maneira diferente daquela sobre o fascínio ou o antifascínio. A questão que mais me interessa é entender a situação histórica que induz a fascinação e a antifascinação. Por isso eu desejaria somente que a gente continuasse o debate.

### **Chaim Katz**

– E queria dizer que enquanto Guattari falava fiquei com vergonha. Sou psicanalista e tive medo de engolir vocês todos. Porque ele colocou mais ou menos a psicanálise como produtora de monstros e os psicanalistas como monstros produzidos por essa produtora. É claro, as palmas são muitas. É o único jeito de nos vingarmos do alto preço das sessões, no mínimo. Eu não quero ser analista de ninguém, mas pelo menos não nisso de imposições hierárquicas, de ser obrigado a me sujeitar ao silêncio intolerante das organizações psicanalíticas brasileiras, do silêncio que impõe a teoria oficial, dos livros que inexistem, do debate calado desde sempre. Então a gente bate palmas, e depois, amanhã, temos sessão. A questão é: a psicanálise é tão importante? Ela pode tanto? Eu queria dizer em primeiro lugar, e já que nós prometemos, como bons heraclitianos, ter um bom debate, vamos levá-lo à prática. A guerra sustenta todas as coisas, dizia Heráclito. Então a primeira questão é: O que impede outras teorias de produzi-

rem o inconsciente na vida social? De terem um determinado tipo de resposta para as questões da vida social? Quem sabe, no campo que nós estamos explorando, pensa-se que Freud foi o primeiro a falar do inconsciente. Mas é mentira, muito antes dele, Nietzsche já falava com um brilho extraordinário do inconsciente dentro da vida social, com uma inteligência incrível, que não sei se Freud conseguiu alcançar. Certa aliança histórica atravessa o sucesso da psicanálise. É a aliança com certo marxismo que sempre viu Nietzsche como um nazista, o pai do super-homem. É a leitura de orelha de livro. Nesse caso, a psicanálise, ao mesmo tempo em que ficou a salvo de certos ataques, se tornou alvo dos mesmos ataques. Daí as palmas e o divã de pessoas que batem palmas. Há motivos históricos. Quando se fala do poder da psicanálise, eu gostaria de tomar a coisa ao nível do que sabemos hoje em dia sobre o que é o poder. Há algum saber sem poder? Destruir o poder da psicanálise como tal, destruir o seu saber específico, significa exatamente o quê? Eu gostaria de considerar estas perguntas indagando: existe algum saber sem poder? Existe alguma teoria que não reduz a um plano inferior os seus agentes selvagens? A sociologia tem os seus sociólogos selvagens, a economia tem seus economistas selvagens. Aqueles que, ao passar de determinados limiares estabelecidos por normas colocadas dentro de seu campo científico que, ao serem ultrapassados, são considerados à margem, fora, e por isso são selvagens, sempre. O problema do poder e da sobrevivência do saber é algo que se inscreve em qualquer formação teórica. Não é nada específico da psicanálise. Se estivéssemos aqui falando de qualquer outro saber, teríamos que enfrentar o mesmo problema. Eu só não entendo o porquê desse tom tão agressivo com relação ao poder da psicanálise. Eu perguntaria: existe alguma relação sem poder? Eu não conheço, e sigo nosso mestre Foucault que nos ensinou isso enfaticamente. Os burocratas da psicanálise, os burocratas do marxismo. A URSS na opinião de alguns, é o anti-marxismo; para outros, é o mar-

xismo. Vai se pegar todo o saber marxista e jogar fora porque a União Soviética é uma burocracia, é um capitalismo de Estado? Vamos tomar todas as conquistas da psicanálise, abertura para o questionamento do inconsciente na vida social, do desejo na vida social, somente porque queremos ver a psicanálise de uma maneira única, como uma teoria que, juntamente com outras teorias, a partir especialmente da Primeira Guerra Mundial, entra em um processo de conservadorismo, de reação, um processo de se fechar em sociedades cada vez mais rígidas e com saber cada vez mais fechado? É isso que é a psicanálise? Ou é também este Simpósio aqui? Se este Simpósio é também psicanálise, a psicanálise sobrevive. Queria agora contar outra história. A partir de 1968, no Brasil, por motivos que ainda não foram estudados, mas que são objeto de uma tese que está sendo desenvolvida por certos colegas, começa-se a praticar aquilo que eu chamaria de psicologização da vida teórica e da vida social, ao mesmo tempo em que se impõe mecanismos daquilo que se denominaria a despolitização da vida teórica. Assim, é um exame – eu gostaria de dizer que é uma tese, que esteve em minhas mãos e que, infelizmente, não pude continuar a trabalhá-la, de modo que não tenho muitos dados – mas gostaria de dar a ideia geral, mesmo superficial, do número de faculdades existentes na chamada área das ciências humanas e sociais, que nos mostra que estas diminuíram. Os cursos de política praticamente foram extintos no Brasil, os cursos de sociologia diminuíram e hoje se quer juntar quatro ou cinco divisões e se fazer uma salada sociológica delas. O curso de história se tornou quantitativo, descritivo, num nível empírico burro, ao mesmo tempo em que aumentaram violentamente em todo o país os cursos de: psicologia, criados oficialmente, antes na Universidade de Brasília (1966, 1967) e depois no Rio de Janeiro e em São Paulo (1967 e 1968\*\*\*\*); de comunicação; de assistência social.

---

\*\*\*\* NRT: As datas aludidas estão equivocadas, os primeiros cursos de psicologia foram criados na década anterior no Rio de Janeiro e em São Paulo.



Quem se der ao trabalho de examinar, como eu e outros colegas pudemos fazer, os currículos da faculdade de medicina, verão que os temas tradicionais da medicina foram substituídos. Quer dizer, Anatomia, Fisiologia, Patologia, são paulatinamente substituídos por temas que diziam respeito a uma psicossomática. Não sei bem o que é isso, porque nem os professores sabem. Mas entra ecologia, a situação do corpo na vida cotidiana, higiene mental etc. Politicamente o que isso significa? Significa que há cada vez menos, na formação teórica do estudante brasileiro, elementos para pensar a situação política de nosso país seriamente elaborados. O operário do metrô dorme mal, arrebenta os alojamentos, não porque ganha mal e trabalha muito, faz dois turnos, mas porque ele está com saudades da mãe, está com problemas edipianos, está desajustado. As crianças reagem mal, estão irritadas, não porque os apartamentos têm menos espaço, cada vez seus pais as veem menos, cada vez mais colocam elementos que servem de intermediários, substituindo a comunicação entre eles, como a televisão e companhia limitada. Não é isso, as crianças estão com problemas edipianos, nostalgia do útero materno, do pênis paterno, e é isso que deve ser tratado. Isso aparece no jornal diariamente, a televisão diariamente nos informa exatamente nesse mesmo vocabulário. Ora, essa psicologização da vida social, eu queria apenas falar dessa faceta, e desse aumento desses agentes produtores desses saberes que precisavam, necessariamente, de uma determinada aplicação, porque não se pode formar psicólogos no vácuo. É preciso dar-lhes trabalho, é preciso que os assistentes sociais ampliem seu campo de ocupação. E assim criaram-se novas categorias. Patologizou-se um determinado nível da produção social. Criança com problema não precisa mais falar com o pai e com a mãe, vai para o analista. O casal que tem problemas não precisa mais discutir, não fica bem porque as paredes são finas, cada vez mais se vai à terapia de casal, e assim por diante. Teoricamente, criaram-se novas modalidades de corpo, novas modalidades

de relações sociais, todas elas sob a égide da psicologia. Nesse exato lugar, a psicanálise ocupa o cume, o privilégio entre todos os saberes psicológicos. Porque é indiscutível que com o seu surgimento, atende a uma determinada força de trabalho especializada, não aquela força de trabalho, por exemplo, para a qual se dirigia a medicina do trabalho, criada entre 1948 e 1950, mas a uma determinada força de trabalho que custa caro, que significa um investimento de muitos anos de estudo, de muito dinheiro, de muito poder social, de muita posse dos meios de produção social. A psicanálise veio também para poder tratar essas pessoas. Então ela se torna o modelo por essa faceta. Não estou ainda discutindo sua faceta teórica. Ela se torna o modelo para os outros saberes psicológicos, e assim, ela é elevada a um grau de dignidade tão grande que ninguém chega lá. Os psicólogos, meus colegas, falam mal de todas as sociedades psicanalíticas, então, uma vez, em uma reunião com vinte psicólogos perguntei: quem é seu psicanalista? A resposta foi: “Ah, o meu psicanalista é membro da Sociedade Internacional, mas eu sou eu, eu tenho meus problemas”. Quem é seu supervisor? “Também é da Internacional, porque eu não vou aprender besteira”. O psicanalista é atacado, batem-se palmas contra ele, mas se vai exatamente a ele. Esse é o lugar dele. Esse lugar não é produzido pela consciência intencional. Trata-se de uma produção política, de uma produção social que está sujeita a determinadas leis e que se nós analisarmos esse acontecimento fora de suas determinações históricas, o máximo que vamos fazer é uma piada, que é sempre de bom agrado para aqueles que no momento manipulam para si a maior parte do poder social. Desse esse ponto de vista, eu queria dizer que a tendência da psicanálise no Brasil é sobreviver. Ela vai sobreviver porque a psicologização da vida social é cada vez maior e o lugar da psicanálise como um poder é cada vez maior, mais separado, e a reação das pessoas não é adequada às condições históricas, não é passada por um crivo de uma análise social mínima, a não ser aplausos ou vaias. In-

felizmente, na nossa área, falta-nos um instrumento com o qual pudéssemos pensar o significado da psicanálise e com isso poder colocá-la em outro campo de conhecimento. Eu queria agora terminar e dizer que o que Guattari fez foi psicanálise. Pode-se trocar o nome e dizer: é preciso pensar a questão dos investimentos na vida sexual. Eu não sei por que pensar isso fora da psicanálise. Se for por ojeriza do nome psicanálise, creio que seria melhor transformar a psicanálise, elevar-se até esse lugar que eu queria dizer que não é só dele. É nosso também, acredito que de toda a mesa. Acho que Castel colocou bastante bem a questão. É preciso pensar que o homem não é apenas o animal do trabalho, como geralmente se pensa. Ele é também o animal do desejo, do sofrimento, da alegria. De modo que há sempre um lugar. Se se quiser trocar o nome é preciso saber que não basta trocar o nome para que se mude a coisa. Não basta chamar o cardeal de papa para que ele se modifique. É preciso que nós possamos trabalhar essa realidade da psicanálise, para que ela não seja apenas uma sobrevivência com relação a uma necessidade de despolitização da vida social. E por isso é preciso politizar a psicanálise e não ter medo de seu nome. Essa é a minha proposta. Obrigado.

### **Betty Milan**

– Face à questão que o Chaim deixou: Existe um saber sem poder? Eu gostaria de colocar o seguinte: Se é verdade que o poder é o pressuposto possível do saber, se ele é o pressuposto atuante nas sociedades psicanalíticas, não é verdade que o pressuposto do saber analítico, na prática analítica, seja o poder. Isso quer dizer o seguinte: o analista está em posição de exercer o poder, mas quando ele o exerce, ele abusa de sua posição. Eu gostaria por isso de estabelecer uma diferença aqui entre o que Lacan chama discurso do mestre, o discurso do poder, que é o discurso próprio das sociedades psicanalíticas, o discurso analítico. Essa questão me parece ter sido largamente tematizada no discurso lacaniano. O segundo ponto que eu gostaria de

discutir aqui é o da sobrevivência da psicanálise pela psicologização da vida cotidiana. Não, a psicanálise não subsiste pela psicologização da vida cotidiana, muito pelo contrário. A psicanálise só subsiste, na medida em que cada analista puder reinventá-la, isto é, não sendo integralmente transmissível, ela só subsiste na medida em que exista a possibilidade de teorizar a prática da psicanálise. Terceiro ponto, a politização da psicanálise. Não sei se aqui se trata da politização da psicanálise ou da antipolitização da psicanálise. Em todo caso, a politização da psicanálise é precisamente a postura das sociedades psicanalíticas. É porque, de certa forma, ao nível de sua organização estrutural, essas sociedades não puderam fazer vingar o que se chama de discurso do analista, mas precisaram se valer do discurso do mestre, que as sociedades psicanalíticas são politizadas, isto é, que elas se fundam numa hierarquia exclusiva. Era o que eu tinha a dizer.

### **Interlocutor não identificado**

– Primeira questão. Eu gostaria de pensar alto com o que eu ouvi nesta mesa e na anterior, psicanálise e antropologia. Chaim Katz apontou o aumento do psicologismo a partir de 1968. Eu estava me lembrando do aumento da procura por religiões nessa mesma época. Então, muitas pessoas, conhecidas minhas, pessoas da classe média, partiram para buscar o espiritismo. Nós fomos buscando as várias psicoterapias, mesmo a psicanálise. O povão, não sei, não tenho suficiente contato. O que eu queria saber é se não se trata, aqui nesta mesa, sobre a sobrevivência da vida mental, na medida em que tivemos uma época aí, me parece, que impôs a separação do indivíduo biológico enquanto fato empírico (como se falava na mesa anterior), da possibilidade do indivíduo simbólico-político. Encontrou-se nesses lugares o espaço para a sobrevivência da vida mental. Segunda questão: eu gostaria de saber se existe psicanálise sem Édipo.

### **Chaim Katz**

– Acho que o Guattari gastou 600 páginas de seu livro para mos-

trar que sim. A mesa, até quando tem boa vontade, não é sempre capaz de dar algumas das respostas que seriam muito difíceis de serem resumidas aqui. Por exemplo, a questão da psicanálise com ou sem Édipo, eu acredito que a gente poderia se cingir mais ao tema sobrevivência da psicanálise, apesar de entender a curiosidade e o interesse.

### **Félix Guattari**

– Penso efetivamente que certa prática da análise não apenas encontra o Édipo, mas quando não o encontra põe o Édipo lá dentro. Isso é muito sensível, em especial, na antropologia. Psicanalistas que foram a Dakar, e trabalharam em um grande hospital, estavam muito surpresos de não terem encontrado o conflito edípico nas pessoas que eles trataram. E pensavam que eles mentiam, que escondiam alguma coisa. Certo, há sempre o Édipo e há por toda parte. Mas como vocês querem controlar o desenvolvimento das crianças, se elas não assumem, não só a autoridade do pai, e é mais sutil, se elas não interiorizam o valor simbólico, o valor do poder, do qual os pais não são senão, os delegados e suportes. Isso não se dá só nas famílias, mas em toda parte. Existe, portanto, uma forma de edipianização que é essencial ao controle social. Mas desse ponto de vista os psicanalistas são apenas crianças de colo. Quando se pensa no trabalho das mídias de massa para fazer com que nossos respectivos presidentes da república se tornem pais da nação e, finalmente, sejam os árbitros de tudo o que se passa nesse país, vê-se que esse problema da edipianização é considerável. Em toda parte, vê-se personalizar problemas que, de modo algum, vêm ou dependem da ordem do indivíduo. A cada vez que se diz que alguém é o porta-voz de alguma coisa, de certo modo se encontra sempre um mecanismo de edipianização. De outro modo, a forma mais geral do Édipo é a que consiste na imposição de mediadores entre os indivíduos, há problemas que escapam completamente a esse tipo de mediação. Eu penso que a psicanálise, tal como se estruturou na sociedade, não poderá funcionar sem o Édipo e seu confrade, o com-

plexo de castração. Tudo o que se deve perguntar é se possível fazer um trabalho do inconsciente que faça o trabalho contrário, que desedipianiza, que recusa essa confiança que se faz na imagem do outro, que não aceite formações de poder que caiam sobre você cegamente, que não aceite o poder enquanto mediatizado por outros meios. E por que não meios democráticos, ou meios de autogestão da vida cotidiana? Por que o primado do falo, primado do pai como entrada no simbólico? Será que outros meios de análise não puderam ver outros meios de vida familiar senão esses? Uma vez mais eu repito, os ataques que faço contra a psicanálise visam essencialmente aos psicanalistas, suas sociedades e sua hegemonia. Mas eu o faço em nome de uma verdadeira análise do inconsciente que, a meu ver, deve ser constantemente levada a todos os divãs da sociedade.

### **Interlocutor não identificado**

– Gostaríamos que explicasse melhor, com mais detalhes objetivos, o que é o questionamento do desejo do homem na vida social.

### **Chaim Katz**

– Nós atravessamos uma grande época, e hoje, especialmente, estamos em plena revolução tecnológica, e fala-se de produção sempre ao nível do trabalho. Eu acredito que a psicanálise, o que ela pode trazer de novo, e o questionamento que Guattari fez agora, é dizer que o investimento do homem não é só ao nível do trabalho. Qualquer investimento é sempre, e também necessariamente, ao nível do desejo. Por isso, questionar o desejo é questionar a sociedade, deste modo como estamos colocando. Pensar a questão apenas em termos de investimento no trabalho, de luta de classe e divisão social e deixar de lado toda a questão do desejo, me parece amputar o homem, pensá-lo à maneira da IBM. Eu acredito que tudo o que nós pudemos dizer, por mais divergências que tivéssemos, é que para nós é uma questão de pensar o desejo na vida social.

### **Interlocutor não identificado**

Fiquei na dúvida, a psicanálise funciona como um agente atenuador de conflitos provenientes da realidade social, ou é uma fonte de renda para um grupo ou uma categoria profissional?

#### **Chaim Katz**

– Uma coisa não elimina a outra.

#### **Robert Castel**

– Eu queria responder à questão, mesmo que não fosse essa. A questão, tal como eu a compreendo é: quando a psicanálise age como atenuadora de conflitos, será que a própria psicanálise está em questão? Qual é a responsabilidade de um grupo ou de uma categoria especial de psicanalistas? Acredito que entre as pretensões psicanalíticas, entre as quais é essencial criticar, é que há uma natureza diferente entre as diferentes escolas de psicanálise. Devo dizer isso porque ouvi agora há pouco um discurso, que soava lacaniano, sobre os perigos da exportação dos produtos ocidentais. Acredito que devemos desconfiar, principalmente da pretensão lacaniana. Primeiro, porque é uma mistificação extraordinária. Os lacanianos na França impuseram sua hegemonia em nome de um discurso que se pretendia totalmente sem história. Eles levaram por toda parte seus interesses em nome dos interesses inconscientes. Isso é o exemplo do mais belo sucesso da mistificação intelectual desde há muito tempo. Porque esses lacanianos puros e duros são os mesmos que encontramos em todos os lugares, em todas as instituições onde queremos denunciar o caráter repressivo dos instrumentos que eles chamam de captura ou de recuperação da psicanálise. Para avaliar a psicanálise é preciso realmente tomá-la como um todo. Não é preciso dizer, ou é preciso especialmente não dizer, que há usos puros e usos recuperadores da psicanálise. Existe um contínuo de práticas inspiradas na psicanálise e por cujo contínuo a psicanálise é responsável. Essa formação da psicanálise ocupa um peso na vida social. Na França esse peso pairou e é esma-

gador. No momento, ele não é tão pesado na sociedade brasileira, mas ele vai crescer, e acredito que a apreciação da psicanálise na sociedade brasileira deve ser feita de acordo com a produção de outros tipos de efeitos concorrentes. Eu falei do tratamento do behaviorismo, mas, sobretudo, não se trata de tentar pensar o problema sempre religiosamente, porque um homem que se chama Freud, ou Lacan, ou qualquer outro, traz ao Brasil ou a qualquer outro lugar, certa verdade relativa a essa questão.

### **Interlocutor não identificado**

– Gostaria que se discutisse o problema colocado: a sobrevivência da vida mental em um período histórico de repressão e morte do pensamento e das práticas políticas. Estamos discutindo a sobrevivência da psicanálise como produto gerado por uma determinada categoria social.

### **Betty Milan**

– Gostaria de retomar dois pontos do discurso de Castel. Em primeiro lugar, quando eu estabeleci a diferença do discurso do analista e do discurso do mestre, foi precisamente para dizer que, em todas as escolas psicanalíticas vigora o discurso do mestre, ou seja, o discurso do poder. Em segundo lugar, dizer que importar lacanismos é uma forma de mistificação, é não dizer nada, não fosse o fato que é igualmente mistificador importar essa forma de questionamento, na medida em que aqui nós importamos quase tudo. Como dizia Corbisier, nós importamos o ser e exportamos o não ser. Obviamente, a questão que se coloca para a psicanálise no Brasil é a de reinterpretar os fatos da nossa realidade com significantes que ela põe à nossa disposição, sejam eles vienenses, ingleses, franceses, ou quaisquer que sejam. Agora, privilegiar a crítica à importação do lacanismo é igualmente mistificador. Claro que o problema com o qual nos defrontamos é o da importação da cultura.



# MESA REDONDA: O FUTURO DE UMA ILUSÃO OU O MAL ESTAR NA CULTURA?

*Betty Milan*

*Thomas Szasz*

*Eduardo Mascarenhas*

## **Eduardo Mascarenhas**

– Eu queria em primeiro lugar, lhes trazer alguns dados que são realmente impressionantes. Os Estados Unidos despendem atualmente 7% do seu Produto Nacional Bruto na área da saúde; metade dos quais na área da saúde mental. No ano 2000, a prosseguir a taxa de investimento nessa área, será despendido cerca de 10%, ou seja, perto de dois trilhões de dólares na área de saúde. O que significa, do ponto de vista social, alguma coisa irrelevante. E tal situação tende a não se alterar significativamente por conta dos elevados preços desse tipo de tratamento. Um consultório psicanalítico custa cerca de cinco mil cruzeiros por mês, logo, digamos assim, um psicanalista ou um psicólogo poderia ganhar cerca de vinte mil cruzeiros por mês, de modo que ele estaria equiparado ao salário dos médicos que trabalham no serviço público. Isso dito ainda sobre análise individual. Se ele tiver três pacientes, sete pacientes, com três sessões por semana e cobrar 200 cruzeiros por sessão ganhará cerca de dezessete mil cruzeiros por mês. Trabalhando oito horas por dia, poderia cobrar cento e cinquenta cruzeiros por sessão e ganharia vinte e cinco mil cruzeiros por mês. Nesse caso, o tratamento custaria para cada paciente cerca de mil e seiscentos cruzeiros por mês, o que ainda assim torna-o inacessível a significativas camadas da população. Quer dizer, para se ter uma ideia de extensão do problema de saúde mental, se calcula que cerca de dez

milhões de brasileiros encontram-se gravemente lesados, quer pelas esquizofrenias, quer pelo alcoolismo, quer pelas toxicomanias e quer pelas neuroses graves. Quer dizer, um atendimento que possa alcançar no Rio de Janeiro sete mil pessoas, poderia alcançar no Brasil inteiro talvez trinta mil pessoas. Para dez milhões de pessoas dá uma distância, uma diferença realmente enorme. Talvez no Rio de Janeiro, umas 500 mil pessoas necessitassem de atendimento psicoterápico. Agora tem uma situação que é interessante: formam-se atualmente no Rio de Janeiro cerca de 700 psicólogos por ano. No ano 2000, a continuar essa taxa, nós teremos cerca de 20 mil psicólogos no Rio de Janeiro. Suponhamos que esses profissionais constituídos, porque o IBRAPSI, o Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições pleiteia começar a formação de terapeutas de grupo e em grupo. Eu queria então assinalar a importância que têm, do ponto de vista social, as psicoterapias de grupo. Suponhamos que dos 20 mil psicólogos existentes no Rio de Janeiro no ano 2000, 5mil se dedicassem à psicoterapia de grupo. Suponhamos grupos terapêuticos de dez pessoas cada um, sessões de uma hora de duração, duas vezes por semana, um psicólogo trabalhando 30 horas por semana, poderia atender, por consequência, de 10 a 15 grupos, ou seja, de 4 a 6 grupos por dia, atenderia então de 100 a 150 pacientes. Dez mil psicólogos atenderiam de 1 a 1,5 milhão de pacientes, 5 mil psicólogos, de 500 a 750.000 pacientes. Se cada psicólogo ganhar 20.000 cruzeiros líquidos por mês, se tiver 15 grupos, cobrará de cada grupo cerca de 1.400 cruzeiros por mês, ou seja, 140 cruzeiros por mês, por paciente. Então, há um custo de 140 por mês, seria possível, como uma ilusão para o futuro, atender de 500 a 750 mil pessoas no Rio de Janeiro, que então deveria contar com cerca de 10 milhões de habitantes. Eu falo dos psicólogos, mas poderiam ser médicos, antropólogos, sociólogos, enfim, qualquer um que desejasse fazer uma formação psicanalítica de grupo. A mim me parece que seria ideologicamente melhor que a atenção grupal não fosse restrita ape-

nas aos psicólogos, mas isso é um assunto para outra mesa no qual eu não desejaria entrar nesse momento. Um fenômeno interessante, que pode ter diversas explicações sociológicas, é que nos últimos anos o Brasil tornou-se um centro crescente das práticas psicoterápicas. Talvez no eixo Rio-São Paulo seja o lugar onde essa abundância é mais ostensiva. Se não é o lugar onde mais se pratica psicanálise de grupo, pelo menos é o lugar onde mais a psicanálise de grupo cresce. Eu não sei quantos terapeutas existem praticando terapias de grupo, talvez muitos estão neste auditório, talvez Betty Milan possa dizer quantos conheceu em Paris, e o Doutor Szasz pudesse dizer quantos em Nova York, seguramente existem muitos em Buenos Aires, mas parece que agora bem menos, e no Rio e São Paulo têm certo auge; o certo é que esse tipo de prática cresce de uma forma realmente significativa. As consequências de uma extensão nessa medida da psicoterapia de grupo, atingindo de 500 a 750 mil pessoas, somente no Rio de Janeiro, teria consequências políticas e ideológicas bastante relevantes. Aí eu perguntaria ao Chaim Katz se ele acredita que quando isso acontecer, se vier a acontecer, continuará crescendo a psicanalitização individual da universidade brasileira, ou então haveria que examinar que tipo de terapeuta de grupo seria formado, para que ele pudesse continuar praticando em forma pertinente esse tipo de terapia. Então, nesse sentido, esses dados fazem a gente crer que a psicanálise, no que diz respeito à sua ampliação e à sua extensão, particularmente pelo uso dos grupos, vai de vento em popa. Refiro-me à questão de se essa expansão prosseguirá ou não – e se isso vai depender da situação política e ideológica geral do país e do tipo de terapia de grupo que será praticada. Sabemos que tanto é possível que se trate de um crescimento “sadio” ou se poderá implicar numa ampliação significativa e substancial dos mecanismos de controle social, de preservação do poder dominante, ou poderia ser alguma coisa que gerasse objetivamente um autêntico mal-estar na cultura capaz de deflagrar transformações.

**Thomas Szasz**

– Talvez eu não devesse dizer nada, já que vocês estão aplaudindo. Mas eu direi. Deixem me dizer novamente que é um prazer estar aqui neste Simpósio. Aprecio muito esta oportunidade. É um prazer estar aqui, e eu gosto muito especialmente de estar neste painel para falar sobre psicanálise, não vejo nada de ilusório nele. Eu não sei se direi o que direi para me gabar ou ter pena de mim mesmo, mas posso lhes dizer que eu tenho trabalhado com a psicanálise por mais de 30 anos, que é mais tempo, eu acho, que a maioria dos psicanalistas que praticam a psicanálise na América do Norte. Nos Estados Unidos, há cerca de 20 anos, assim que a psicanálise se tornou bem conhecida – e seus agentes se chamam de psicanalistas, geralmente eles não atendem somente seus pacientes, habitualmente eles fazem algum tipo de trabalho burocrático. Agora, eu vou chegar num minuto ao que eu entendo por psicanálise, porque acho que é importante que cada um explicita essa definição. O que eu pretendo fazer é falar brevemente, eu realmente não tenho muito que falar sobre esse problema em particular, mas eu quero dizer sinteticamente algo sobre o passado da psicanálise. Algo direi sobre o presente da psicanálise, especialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, que é onde eu já estou bem familiarizado. Depois gostaria de dizer algo sobre o futuro da psicanálise. Antes de eu dizer qualquer coisa sobre o passado da psicanálise, deixem-me fazer uma pergunta, deixe-me ver o quanto vocês sabem sobre isso. Quantos de vocês sabem sobre o que realmente aconteceu com o primeiro paciente de psicanálise? Eu me refiro ao paciente que descobriu a psicanálise, pois o próprio Freud admitiu em seus momentos mais modestos, que ele não descobriu a psicanálise. A psicanálise foi descoberta por uma paciente mulher e seu médico. A paciente era Anna O. E o médico era Joseph Breuer. Agora, quantos de vocês sabem o que aconteceu com Anna O? Depois da análise, no resto de sua vida? Alguém? Ninguém sabe? Bem, deixem-me dizer o que aconte-

ceu com Anna O. Porque eu acho que com ela culmina a trágica ambivalência em que tem sido construída a psicanálise desde o começo. Anna O era uma jovem moça de uma família bem rica, que desenvolveu o que era chamado de – e o que muitas pessoas ainda chamam – conversão, sintomas histéricos. O médico da família era Joseph Breuer, outro psiquiatra. Ela era uma mulher muito atraente. Breuer tinha seus próprios problemas conjugais e sexuais, como se soube. Breuer apaixonou-se por essa jovem e caiu no hábito de visitá-la naqueles dias que os médicos passam para ver os pacientes. Algo que por si só vale a pena ter em mente. Essas visitas aconteciam na casa de Anna O e não na casa do médico. Breuer a veria praticamente todos os dias e ficaria uma ou duas horas, e o que ele fazia? Ele escutava Anna O. Esse é um erro fatal, do qual as pessoas já tomaram ciência, e o certo é que cada profissional na sua própria carreira habitualmente tem que passar por isso. Se você ouvir muito tempo a alguém transtornado, saberá que é algo bem perigoso, pois rapidamente o que ele ou ela te dirá fará sentido para você, e esse alguém não mais parecerá louco, o resto do mundo parecerá louco. Isso é o que aconteceu, basicamente. Breuer deu sentido para o que estava errado com Anna O, e Anna concluiu corretamente que Breuer era um homem muito bom, então ela se apaixonou por ele e desenvolveu o que Freud depois chamou de “transferência” ou “rapport”, que em inglês significa amor. Tecnicamente só é chamado de transferência esse amor que desenvolve o analisando para com seu psicanalista, e com outras figuras benévolas e importantes. Anna também desenvolveu o que psiquiatras então chamavam, e agora também chamam pseudociese. Mas agora, isso já está fora de moda. Em certo momento, Anna chegou à conclusão de que estava grávida. Bem, nós não sabemos o que ela quis dizer. Que ela estava apenas gestando um filho de Breuer?... Quem sabe o que ela quis dizer? De qualquer modo, nessa hora, Breuer pensou que isso já tinha ido longe demais. Ele estava preocupado com o efeito que essa

situação poderia ter sobre seu próprio casamento. Então Breuer fugiu, parou o atendimento, e devido a isso, Anna teve um surto psicótico, sendo que, enquanto ela estava apaixonada por Breuer, todos seus sintomas tinham desaparecido. Ela tinha ficado totalmente curada! Esse fenômeno foi denominado posteriormente por Freud “cura na transferência”. Vejam, Freud tinha uma nova palavra para cada coisa. Ela achou algo para o que viver, tudo bem. Anna passou por essa grande piora depois de suspenso o tratamento, então parece que sua mãe e seu pai a levaram a um hospício, onde ela se recuperou! Agora vem a história interessante! Essa moça dedicou o resto de sua vida à defesa dos direitos das mulheres, e estou feliz que a senhorita Shere Hite esteja aqui nesse Simpósio, porque Anna O foi uma das primeiras feministas austríacas. Ela dedicou o resto de sua vida à luta contra a pena de cadeia para a prostituição, que tinha vigência desde a Europa oriental até a Europa central. A sede dessas cadeias era um tipo de prisão de escravas – e foi assim que Anna a denunciou. Essa é uma história longa, eu não posso entrar nela, senão levarei a noite toda. Mas a questão é que ela se tornou uma mulher politicamente ativa, muito inteligente e bem-sucedida. Mas ela guardava um forte ódio contra Breuer e depois contra Freud e a psicanálise. Esse ódio grande contra Breuer até se compreende. Agora, o que ela tinha contra a psicanálise? É uma questão de conjecturas. A vida de Anna foi escrita, e eu estou tirando o que lhes conto da biografia de Anna O. Eu creio, e tenho bons motivos para acreditar, que o que ela tinha contra a psicanálise era o que era chamado de teoria psicanalítica, que é em minha opinião, uma obscenidade, pois a teoria psicanalítica é, primeiramente, uma degradação das mulheres, através do tão badalado “Três ensaios sobre a evolução psicosexual”, que é nada mais que uma versão abstrata da sexologia assim como era dada culturalmente, no final de 1900. Bem, essa foi uma forma para sofisticar a suposta inferioridade natural e intelectual maternal-feminina (aprisionadora) – que tinha vigência na

época – atribuindo-a a uma assimetria na sua constituição enquanto sujeito psíquico, por relação à função masculino-paterna (o legislador que liberta). Já naquela época, quem queria sabia que essa assimetria não era ética nem hierárquica, e que não obedecia a nenhuma lei natural, nem antropológica, nem linguística, nem a lei nenhuma! A não ser certa moral cultural e religiosa assim como certas leis jurídicas. Anna deve ter percebido que os escritos psicanalíticos tinham uma forte inclinação para serem uma erudita tentativa de implantar no campo do psiquismo as injustiças do falocentrismo da cultura, da religião e da justiça desse tempo e lugar. O ponto de vista freudiano foi particular, patriarcal, vitoriano, repressivo e médico do sexo. Não há dúvidas na minha mente de que Freud sabia o que era ter prazer sexual. Não é apenas “Esse é Freud”, “Senhor Freud”, “Doutor Freud”. Ele tinha 41 anos, e se gabava de que ele nessa idade já era muito velho para ter prazer sexual. Ele se gabava sobre isso com os seus colegas. O que é que ele estava fazendo? Porque era tão bom falar sobre isso? Então qual é a ambivalência da psicanálise por relação à sexualidade? A ambivalência que eu vejo é que a psicanálise era originalmente, e ainda é, em algumas mãos, eu presumo, uma redescoberta da importância de ouvir o paciente e a redescoberta da ideia essencialmente deontológica de que o doutor, o terapeuta, ou o psicanalista são, dito no melhor dos sentidos, agentes servidores do paciente. Agora, a palavra “agente” tem um sentido muito poderoso em inglês, sentido moral e legal. Eu não sei se tem o mesmo sentido em português, mas quando você é o agente de alguém, significa que você é leal e está ao serviço daquela pessoa. Um bom exemplo de agente é um advogado de defesa, digamos, nos Estados Unidos. Se você tem um advogado de defesa, digamos que você cometeu assassinato de primeiro grau, você matou alguém, o advogado deverá te defender e deverá fazer uma alegação empregando toda sua competência e sua energia para demonstrar que você é inocente, mesmo você tendo-lhe dito que você matou al-

guém. Eu acho que essa é a essência da liberdade humana, que todos deveriam ter seu próprio agente, pois a vida é um permanente conflito: na família, em todo tipo de serviços e na sociedade. Então há apenas duas coisas que você pode fazer: ou propiciar que todos tenham seu respectivo agente, que pode ser uma união ou aliança entre todos para prevenir os delitos, ou ter um sistema mais ou menos patriarcalista, no qual você tem alguma autoridade com o poder, como o juiz, ou certos médicos que são os agentes de todos nas famílias, os maridos, as esposas, os filhos, simultaneamente. Se esse for o caso, isso é simplesmente uma institucionalização a mais da hipocrisia, ocultada por uma terminologia complicada. Acho que isso foi construído na psicanálise desde o começo. A psicanálise foi, é e será, um aparelho contraditório, um complexo teórico, técnico, e clínico falocêntrico, em princípio para classes médias e altas, machista, ocidental, judeu-cristão, branco etc. A grande coisa sobre a psicanálise, na minha opinião, é que foi um dos poucos modos de intervenção psiquiátrica em que houve um incidente que se tornou público, foi impugnado e com o qual a psiquiatria teve que lidar... Claro, Freud não era um psiquiatra, talvez isso fosse mais óbvio para as pessoas no Brasil. Se eu desse uma palestra para uma plateia como esta nos Estados Unidos, e dissesse que Freud não era um psiquiatra, todo mundo olharia para mim como se eu tivesse dito que Freud era um esquimó. Mas Freud não era um psiquiatra. Um psiquiatra naquela época era um médico trabalhando num hospital psiquiátrico. Pouquíssimos psiquiatras tinham consultório privado. Freud era um neurologista e se tornou algum tipo de psicopatologista. Mas ele precisava de dinheiro para casar-se. E ele foi o primeiro psicanalista. Ele criou uma nova profissão para ele. Agora, ele era um profissional autônomo independente, um profissional que está por conta própria e, portanto, estava trabalhando para os pacientes, e não para outra pessoa. Esse é um aspecto trabalhista e de empreendedorismo pouco pesquisado na história da psicanálise. É um serviço sem mediações



prestado por um profissional “liberal” autônomo. Eu acho que isso será uma relação importante para a terapia em grupo e para as psicanálises feitas em estado de relação empregatícia. Ao mesmo tempo, à medida que a psicanálise foi se desenvolvendo e se tornando aceita, institucionalizada, então se transformou numa questão sobre a teoria, a metodologia e a técnica da psicanálise, e a afirmação freudiana de que a psicanálise era abstinente e que nunca seria uma concepção do mundo era ilusória. Muitos compreendem e outros compreenderam, que a especificidade que se sustenta sobretudo na teoria da psicanálise, em muitos outros aspectos, cada vez mais dissimulados, era uma sistematização da opinião particular de Freud acerca de como a vida é e de como deveria ser vivida. Agora, eu acho que essa imponente e sisuda concepção tem pouco a ver com a questão de ouvir e falar com alguém e tentar fazer algo por ele. Qualquer um pode aprender a escutar perspicaz e afetuosamente, e pode usar esse método sem necessidade de embrulhar-se em teorias, nem se analisar durante dez anos. A Freud não lhe escapou esse “perigo”. Por algo escreveu sobre a “Psicanálise silvestre”, e isso é o que eu chamaria de “desmistificação da psicanálise”, mas, ademais, é uma defesa contra o que pode competir com ele. Segundo a justiça contemporânea, um acusado é inocente, mesmo você achando que ele matou alguém. Acho que isso tem pouco a ver com a questão de ouvir e falar com alguém e tentar fazer algo por ele. Você pode praticar esse método sem essa teoria. Isso é o que eu chamaria de “desmistificação da psicanálise”. Aqui poderia usar uma analogia científica: Einstein poderia fazer física sem apelar a Newton. E isso não é chamado de “antifísica”. Isso é a física de Newton desmistificada. Newton não é a última palavra em “como o mundo foi criado”. Bem, Freud não é a última palavra em como as pessoas “foram criadas”. Ninguém pode dizer a última palavra acerca de como as pessoas foram criadas, pois como as pessoas foram criadas depende das crenças sobre como isso foi feito. Então, eu acho que isso foi a

tragédia construída na psicanálise; o presente da psicanálise, como eu entendo, como eu vejo, é bem complicado. Em minha opinião, a psicanálise, nos EUA, está bem morta. Mas é como o conhecido cavaleiro no seu cavalo, que levou um tiro na cabeça, mas ele é um cavaleiro tão bom que não se mexe muito e não caiu ainda. O que matou a psicanálise, em minha opinião, na América do Norte, foi que desde o começo, nos últimos 30 anos, se tornou completamente fundida com a psiquiatria. Então, nos EUA é impossível notar a diferença entre a psiquiatria, até mesmo alguns aspectos da psicologia, e a psicanálise. A psicanálise se tornou completamente fundida em um tipo de psiquiatria caótica, na qual nós não conseguimos identificar quem é o agente de quem. Por essa conexão, deixem-me lhes dizer isso. Que eu saiba, nem Freud, nem Jung, nem Adler, por mais que se diferenciavam entre si por uma longa carreira – e eu já li tudo que já escreveram e também tudo o que foi escrito sobre eles em inglês, não eram psiquiatras. Não há evidência de que essas pessoas, por exemplo, Jung, depois que ele deixou o hospital, já trataram alguém que não quisesse ser tratado por eles. Não há um psicanalista atualmente, na América do Norte, exceto eu, que possa fazer essa afirmação. Pois os psicanalistas-psiquiatras trancafiavam as pessoas, lhes dão choques elétricos, lhes dão drogas, fazem tudo isso. Então como se pode dizer quem eles são? Para mim, um psicanalista é alguém que apenas fala com alguém, que prevalentemente ouve alguém, e se esse alguém não quiser vir, o psicanalista o deixa ir. Ele não é alguém que, se você não vem, te prende e te dá choques. Se ele fizer isso, ele não é um psicanalista. Agora, na América do Norte, todos os psicanalistas fazem psiquiatria geral, se fizeram psiquiatras, a menos que façam apenas política ou administrem hospitais psiquiátricos. Pensem em alguém como Karl Menninger. Karl Menninger foi um dos psicanalistas americanos mais famosos. Mas ele era um homem de negócios. Ele administrava um manicômio em Topeka. Ele administrava uma grande clínica psiquiátrica. Era um bom homem,

não tenho nada contra ele, mas ele não é um psicanalista, no sentido em que eu estou empregando essa palavra e que penso que Freud a usava. Isso nos traz outro problema. Um problema muito importante que o Doutor Mascarenhas abordou na intervenção muito feliz que ele fez. É um problema econômico. A psicanálise no início, em Viena, Budapeste ou em Berlim, até os anos 30, era uma proposta econômica bem viável por duas razões: havia relativamente poucos analistas, o custo de vida era extremamente baixo e havia pessoas bastante ricas das classes alta e média que estavam dispostas a comprar essa commodity, que era muito útil para eles. Então os psicanalistas podiam, de fato, viver com dois ou três pacientes abastados. E se você ler sobre a biografia de alguns dos primeiros analistas, alguém como Theodor Reik, em algum ponto de sua vida tinha apenas um ou dois pacientes. E ele conseguia viver em Viena com um ou dois pacientes, pois aquela era a estrutura econômica. Agora, isso mudou completamente. Atualmente, nos Estados Unidos, não é possível viver – como Mascarenhas mencionou – não é possível sobreviver bem fazendo só psicanálise individual. Então o que os psicanalistas fizeram? Primeiramente, segundo a tradição, você atenderia uma pessoa por uma hora. Talvez até três ou quatro vezes por semana. Por quê? Freud tinha sua própria mágica sobre isso, na qual eu não acredito, mas eu acho que há algo racional por trás disso. Suponhamos que alguém de 30 anos ou 40 anos procura tratamento com você. Ele viveu por 30 anos e teve uma vida complicada. É impossível descobrir o que essa pessoa quer – ou o que ela é – se você for vê-lo uma ou até três vezes por semana. Você não sabe o suficiente sobre ele ou ela. Leva muito tempo para conhecer alguém, tanto na amizade, como no namoro, ou no casamento. Você não consegue conhecer alguém em algumas horas. Ninguém pode fazer isso! Ou como os americanos costumam falar sobre isso: “Leva 9 meses para você ter um bebê” e isso não pode ser acelerado. Agora, a intimidade humana tampouco pode ser acelerada. A psicaná-

lise é um procedimento íntimo. Então o que aconteceu, de fato? A hora se tornou cinquenta minutos, cinquenta minutos se tornaram quarenta e cinco minutos. Então os psicanalistas têm consultas a cada 45 minutos. Começam as sete, ou às oito horas, e vem uma pessoa a cada 45 minutos. Bem, você pode imaginar que após eles terem visto três ou quatro pessoas, eles estão completamente mortos mentalmente. Você não pode fazer psicoterapia desta forma. Você não pode atender 10 pessoas desde a manhã até à noite e relacionar-se com alguém. Então isso já acabou com a psicanálise. E depois veio a outra mudança. As pessoas não têm condições de vir 3 ou 4 vezes por semana. Então vamos fazer duas vezes por semana, uma vez por semana, uma vez a cada duas semanas. A frequência é determinada por quanto dinheiro o paciente tem. E daí eu acho que vem a terapia em grupo. Se uma pessoa não consegue pagar o que eu cobro, então que venham todos. Agora vamos tornar isso bem claro, eu não tenho nada, a princípio, contra a terapia em grupo. Eu acho que a terapia em grupo pode funcionar, tem sua lógica, tem sua legitimidade, assim como a terapia individual. Mas, de novo, eu tenho uma vocação e uma paciência tremenda para ser preciso, claro e concreto. Eu acho que um dos problemas que as pessoas trazem para a terapia tem a ver com a vergonha pessoal e a culpa. Especialmente a vergonha. Bem, o pudor pelas coisas íntimas torna difícil identificar uma pessoa. Às vezes, torna impossível conhecer uma pessoa. Por isso eu estou convencido de que a terapia individual pode fazer coisas que a terapia em grupo não faz e nunca fará. É uma “confissão” totalmente diferente. Uma operação totalmente diferente. Você pode fazer coisas na terapia em grupo que você não consegue fazer na terapia individual, porque, de alguma forma, a terapia de grupo é uma diluição da intimidade. Ou seja, você ganha algo e também perde algo. Mas em minha opinião, a psicanálise em grupo é uma metáfora. Psicanálise mesmo é a psicanálise individual. A psicanálise em grupo não é psicanálise, é outra coisa! Não quer

dizer que seja ruim, mas não é psicanálise. Agora, qual é o futuro da psicanálise? Bem, o que queremos dizer com a psicanálise? Se por psicanálise nós queremos dizer “uma profissão discreta”, “reservada”, quando falamos em terapia de grupo nós temos em mente um conjunto de pessoas que faz uma coisa, em certa forma, pública; então, eu acho que esse procedimento não tem futuro, se é que já não tem um presente. É claro que talvez por razões econômicas, ou outras razões sociais e ideológicas, talvez a terapia de grupo persista. Como quer que seja, eu acho que a psicanálise foi uma ótima ideia! E você não pode matar boas ideias. As boas ideias irão ser difundidas e eu acho que muitas boas ideias andam por aí. Eu penso que assim que pararmos de reduzir essas ideias como de Freud, Jung ou Adler, melhor estaremos. Boas ideias não necessitam de autores específicos. Nós não associamos todas as boas ideias no mundo com Voltaire, com Sócrates ou Jesus, Moisés ou qualquer outra pessoa. Essas são propriedades comuns da humanidade. E isso me leva ao meu comentário conclusivo: e como ou com que vamos ajudar um monte de pessoas? Presumindo que você realmente queira ajudar um monte de pessoas. Eu não tenho tanta certeza de que alguém queira ajudar muitas pessoas. Eu sou bem cético com relação à vida. Mas vamos dizer que gostaria de tornar a psicoterapia disponível para muitas pessoas. Há uma forma bem simples de fazê-lo. E eu já aludi a isso na minha palestra que dei mais cedo. Você tem que simplesmente desprofissionalizá-la. Você não precisa de um psicanalista profissional. O método da psicanálise, a escuta da psicanálise, da psicoterapia, são algo verdadeiramente complexo. Algumas pessoas sabem de coisas que outras pessoas não sabem. Ninguém sabe de tudo. Não é algo que você possa acordar amanhã e fazer. Mas pode ser aprendido. Em minha opinião, as pessoas que poderiam aprender psicanálise em algumas semanas são professores de inglês, professores de idiomas, professores de religião, antropólogos, sociólogos. Praticamente, qualquer

escritor inteligente, críticos de teatro, praticamente qualquer pessoa, historiadores, praticamente qualquer pessoa que tenha conhecimento de como as pessoas vivem, poderia aprender as habilidades de um psicanalista ou de um psicoterapeuta, e poderiam exercê-las clandestinamente por alguns trocados, por uma quantia relativamente pequena, porque esses agentes não seriam dependentes apenas dessa renda. Eu, pessoalmente, estou convencido de que alguém não pode praticar uma boa psicanálise em tempo integral; é por isso que Freud colocava seus pacientes no sofá. Não era porque isso ajudava a psicanálise, é porque você não pode – como ele disse – você não pode olhar alguém na cara por oito horas por dia. É muito difícil para o terapeuta. Mas se nós quiséssemos tornar a psicoterapia disponível livremente, ou não livremente mais acessível para as massas, nós iríamos fazer isso que se faz atualmente e que é completamente idiota, porque ninguém quer isso de trabalhar 10 horas por dia ouvindo desgraças. Se quer dar uma solução ao problema da multiplicação da demanda de tratamento, trata-se de desprofissionalizar a psicanálise. Mas, atualmente, todos querem profissionalizar tudo. Desde consertar um carro, a cortar seu cabelo. Toda a humanidade se torna um profissional. E cada grupo de profissionais faz um negócio, faz uma associação profissional etc. A resposta para tornar algo mais acessível exige outro caminho. Um serviço se torna mais barato se todos puderem fazê-lo, pois nesse caso haverá uma competição ilimitada. Por que você tem que pagar uma tarifa tão alta por carros europeus? Porque eles são mais baratos e melhores que os carros do Brasil. E por que as concessões da Coca-Cola são altamente tributadas em todas as partes? Porque é um produto americano e não local. Na economia, o fenômeno das “tarifas” é tão velho quanto a humanidade. As tarifas (os impostos que pesam sobre as concessionárias locais) são uma maneira de manter os preços dos importados lá em cima e proteger certos produtores que são do país. E as profissões são a mesma ideia, trata-se de manter

certa mística exclusivista para poder vender algo mais caro do que outras pessoas não institucionalizadas conseguiriam vender. A psicanálise não está livre desse problema. Obrigado.

### **Betty Milan**

– Devo lembrar aos presentes que o que não é simbolizado retorna desde o real. Eu digo isso porque eu tendo a achar que é o real desse congresso o que acaba de eclodir. Real está aqui dito no sentido de que há uma falha que se introduz no encontro, uma falha que conta muito mais do que o eventual sucesso decorrente desse evento. Essa falha é a falha que nos concerne enquanto psiquiatras, psicanalistas, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiras, antropólogos, espero não ter esquecido ninguém. Temos aqui até mesmo literatos brasileiros. É questão propriamente da importação da cultura pela qual a psicanálise entrou necessariamente em todos os países a partir da Áustria. É evidente que os significantes da psicanálise, os significantes com o qual ela trabalha na sua prática e na teoria, eram originariamente os significantes de Freud, portanto, vienenses ou austríacos. A questão é que no desenrolar dessa prática, essa teoria do significante recebeu muitas contribuições. Através dessa prática, esses significantes que originariamente eram significantes de Freud passaram a existir como significantes efetivos de um saber que podia dar conta de certa realidade, a realidade do sintoma, isto é, a realidade do real daquilo com o qual acabamos de nos confrontar, na medida mesma em que esse problema não tem sido suficientemente tematizado. A questão é, pois, de saber o que se importa, qual é o critério da importação, qual é o critério que pode orientar uma triagem dos produtos ofertados. A questão é de saber – e só a prática pode esclarecer esse ponto – se efetivamente os significantes da psicanálise em língua francesa, lacanismo, em língua inglesa, kleinismo, em língua americana, psicanálise do ego, são significantes que podem dar conta do nosso sujeito, ou seja, o sujeito da língua brasileira. Isso posto, eu gostaria de passar a analisar tematizan-

do outra ilusão que atravessa, a meu ver, o discurso desse congresso. Uma ilusão cujo porvir teria efeitos não menos nocivos do que os efeitos da religião. Isto é, de exacerbar o mal-estar na cultura impondo, a meu ver, o retorno ao texto freudiano. Assim, eu gostaria de sublinhar que a minha fala não visa a uma revolução, mas antes a uma subversão de valores da mesma ordem que a subversão operada por Freud pela análise da dialética do desejo, isto é, a subversão de valores suposta pela passagem necessária do poder à autoridade, do dogmatismo à meia verdade, dado que a verdade só se diz pelo meio; também gostaria de tocar o tema do edipianismo e do anti-edipianismo, o Édipo como mito da psicanálise, mito cujo correlato não é a castração, pois a castração de que se trata para a psicanálise é a castração simbólica e nada tem a ver com a função materna e paterna. Essa ilusão é uma ilusão que eu poderia chamar de ilusão da cultura desejante, pondo termo à teoria das máquinas desejantes e do culto do desejo sem lei. Independentemente da crítica a que esteja sujeito *Totem e tabu*, o importante é que Freud reconhecia que com a Lei e o crime começava o homem. Depois de ter demonstrado na clínica que as significações da lei e do crime eram um suporte até da forma mesma do indivíduo, não apenas no seu valor para o outro, mas na eleição de si mesmo. A ninguém é permitido ignorar a lei. Essa forma transcrita do Código de Justiça exprime a verdade onde se funda a nossa experiência. Com efeito, nenhum homem a ignora, nos diz Lacan, nenhum homem a ignora porque a sua lei é a lei da linguagem, desde que as primeiras palavras de reconhecimento presidiram os primeiros dons. A lei do homem sendo a da linguagem, a palavra determina já antes do seu nascimento não só o estatuto do sujeito, mas a vinda ao mundo do seu ser biológico. O homem fala, pois, mas é porque o símbolo o fez homem. As regras da aliança ordenando o sentido no qual se realiza a troca de mulheres, presidem uma ordem preferencial cuja lei, implicando os nomes de parentesco, é para o grupo como a linguagem, imperativa nas suas for-



mas, mas inconsciente na sua estrutura. Ora, nessa estrutura o teórico encontra toda a lógica das combinações, assim, as leis do número que rem dizem do símbolo mais puro, aparecem como imanentes ao simbolismo original. Sendo válida para as estruturas elementares do parentesco, essa lógica de combinações o é também para as estruturas de parentesco ditas complexas, onde a estatística já deixa em prever que não é ao acaso que a liberdade de troca se realiza e que se as estruturas complexas da aliança, sob cuja lei vivemos, obedecem, contrariando as aparências, a uma lógica combinatória, é que uma lógica subjetiva as orienta nos seus efeitos. É nisso que o complexo de Édipo marca para a disciplina psicanalítica os limites da subjetividade, isto é, o que é dado ao sujeito conhecer sobre a sua participação inconsciente no movimento das estruturas complexas da aliança. A lei primordial é, portanto, aquela que regulando a aliança superpõe o reino da cultura ao da natureza, e o reino da cultura sendo o reino no qual fica inscrito o inconsciente e, portanto, fica inscrito na semiótica da cultura. Esse reino implica necessariamente um invariante que é o Édipo, na medida em que a Lei da proibição do Incesto é fundante da cultura. Não se trata do Édipo enquanto mãe, pai e filho, mas enquanto a lei através da qual o desejo se estrutura. Assim, sujeito da lei, o homem da psicanálise é uma figura tão contrária às ilusões libertárias, quanto às inquietudes dos moralistas. A pergunta do velho carcamano: “Deus está morto?” “Então, tudo é permitido?” A resposta será, Deus está morto, mas nada é permitido, ou seja, Deus está morto e o suposto cultural que a psicanálise revelava é o do superego. Noção que de idealista não tem nada, pois ela se inscreve na realidade da miséria fisiológica própria aos primeiros meses da vida humana, exprimindo assim a dependência genérica do homem em relação ao seu meio. Assim como o superego é o suposto da cultura, a lei é um suposto do desejo, que se metonimiza na fala ou se exprime metaforizado no sintoma, este, não sendo mais do que a metáfora onde a carne ou a função são captadas enquanto signi-

ficantes, é onde se fixa a significação inacessível à consciência. Sendo realização metonímica ou metafórica, o desejo se apresenta, entretanto, como autônomo em relação à Lei, pois é dele que a Lei se origina, pela inversão do incondicional da demanda de amor em que se está sujeito ao outro, inversão esta em que o desejo faz do outro a sua condição absoluta, onde condição absoluta significa também possibilidade de destacamento. Assim sendo, e precisamente por se articular à Lei, o desejo é a garantia única da liberdade e, se a coerção é indissociável da cultura, é porque na paixão da ignorância o homem ignora a Lei, que por não ser simbolizada, irrompe desde o real, manifestando-se nos seus efeitos coercitivos. O saber de que interdição, proibição e privação engendram, como dizia Freud, a cultura, é o saber que recusa a identidade entre a Lei e a coerção. Assim, “desimaginarizando” a Lei se antepõe aos seus efeitos reais; é o saber do analista que em nada se confunde, eu repito, com o saber do mestre. Ou seja, a psicanálise “desimaginarizando” a Lei pela castração simbólica, reatualiza a dívida simbólica pela qual se é responsável enquanto sujeito da palavra. Solução que permite passar do poder à autoridade, do poder enquanto instância da coerção e do capricho, à autoridade que, submetida à Lei, deve simbolizar e assim permitir escapar aos efeitos coercitivos reais do poder, que só dão vazão à demanda incondicional do amor para reiterar o próprio desejo, o de ser o único desejo e de objetivar todo o outro. Todo-poderoso, o poder faz apelo à demanda e reforça a crença no engano que a sustenta, o da sua satisfação possível, aliena o sujeito em uma relação de completude imaginária e conseqüentemente numa luta de prestígio, luta que o poder ganhará pela força ou pela força da sugestão. Pela atividade simbólica, a autoridade esvazia o imaginário e garante o desejo, função de “desimaginarização”, ela atrasa a palavra do pai simbólico. Pela Lei, o homem escapa da arbitrariedade do poder, capricho necessário da mãe absoluta. O mal-estar se perpetua, contudo, na cultura; é a lei da diferença dos sexos que faz o amor, o desejo

impossível de ser um, impossível, pois há dois sexos.

### **Coordenadora**

– O Doutor Eduardo Mascarenhas agora vai referir-se à exposição do Doutor Szasz.

### **Eduardo Mascarenhas**

– Eu recebi aqui uma pergunta que dizia respeito à questão da profundidade da análise de grupo em relação à análise individual. Responderei essa pergunta, mas antes queria fazer alguns comentários sobre a colocação que o Doutor Szasz fez no que diz respeito à psicanálise de grupo – não deveria receber o nome de psicanálise, se bem que ele a respeitasse como uma prática psicoterapêutica. Também, quero referir-me ao problema das dificuldades que teria um paciente, afetado de um acentuado grau de vergonha (sendo que a vergonha seria um dos sentimentos fundamentais da subjetividade humana) para incluir-se e beneficiar-se com uma entrada num grupo de terapia; como um integrante envergonhado poderia movimentar-se dentro de uma circunstância grupal. Creio que cabe perguntar-se se o teor da intimidade no colóquio bipessoal, sem qualquer outra testemunha, seria o único âmbito possível e factível para que alguém pudesse superar esses impedimentos. Quanto à questão do que deve ser chamado de psicanálise: os psicanalistas kleinianos, por exemplo, dizem que existe uma psicanálise autêntica e genuína... a qual, evidentemente, seria a psicanálise kleiniana. Os lacanianos dizem que os psicanalistas americanos que fundaram e praticam a psicologia do ego fazem “human engineering” e, portanto, não fazem psicanálise. Os analistas que fazem a psicologia do ego, dizem que os lacanianos podem tecer considerações muito interessantes num arabesco intelectual de palavras, mas que efetivamente a “good old psychoanalysis” não se faz assim e que aquilo não passa de um colóquio intelectual para exhibir o grau estético ou literário daqueles que dele participam, mas que nunca traz nenhuma consequência e resultado terapêutico. Então, esse negócio

de saber quem adere a tal marca, a qual grife psicanalítica pertenceria, é uma questão que está visivelmente marcada pelos desejos e pelos interesses das diversas tendências. A minha posição a esse respeito, consiste em que eu chamaria de psicanálise a toda prática que levasse como consequência da sua ação a uma “desrepressão” do inconsciente, que trouxesse os conteúdos inconscientes ao nível da consciência. Mediante essa operação se possibilitaria algo que constitui uma definição fundamental de Freud; trata-se de que haveria uma transformação elaborativa pela movimentação parcial de uma instância subjetiva sobre outra na efetuação dessas transformações. Quer dizer, aquilo de que “onde o id estava, e ego deve advir”, embora essa não seja a tradução que Lacan dá do texto, no entanto ficou assim na maioria das traduções, ou seja, que onde está o Id o ego se irá instalar. Quer dizer, toda prática, seja ela qual for, que tenha por consequência trazer para a consciência o inconsciente, possibilitar a sua transformação elaborativa com consequências tais como a desapareição duradoura de sintomas, incremento das capacidades de procurar e sentir prazer e trabalhar produtivamente... para mim, mereceria o nome de psicanálise (se lhe serve para algo). Como as terapias de grupo possuem, na minha experiência, efetivamente essa possibilidade, para mim, elas mereciam ser chamadas de psicanálise. O Doutor Szasz disse que ele tinha trinta anos de experiência como terapeuta, mas eu não sei se ele tem experiência como terapeuta de grupo, talvez tenha, porque uma coisa é quando se tem e outra muito diferente quando não se tem essa bagagem. Isso é algo que eu gostaria de perguntar a ele, porque alguém que não tem experiência em psicanálise individual, tampouco acredita que duas pessoas que se enfurnam em um ‘blá, blá, blá’ interminável, possam conseguir qualquer tipo de transformação. Quer dizer, a minha experiência como psicanalista de grupo que já se estende por 7 ou 8 anos, me revela que se eu avalio um paciente ao fim de cinco anos de análise individual e ao fim de cinco anos de análise de grupo, e faço

efetivamente um balanço das transformações que se realizaram na sua personalidade, eu não sei se a psicanálise de grupo deixa alguma coisa a dever à análise individual. Eu queria lembrar que alguém, já no final do século passado, dizia que os filósofos estavam até então interpretando o mundo – e que o que cumpria doravante era transformá-lo. Então, se numa psicanálise individual nós temos toneladas de palavras intercambiadas entre analista e analisando, eu queria saber efetivamente qual é a eficácia transformacional que ela tem em comparação com a análise de grupo. Quanto ao problema da vergonha, a minha experiência como analista de grupo não coincide com a afirmação que o Doutor Szasz fez. Eu acho que uma das experiências que mais favorecem a superação desse sentimento não é a reclusão de parceiros num colóquio de intimidades, inclusive porque esses colóquios de intimidades também se apresentam nas análises de grupo. Um grupo é composto por pessoas que sistematicamente se reúnem para abrir seus corações durante anos e anos e anos a fio, sendo que todas as suas resistências, todas as suas ansiedades e aflições são auxiliadas pela interpretação do psicanalista. Um dos fatores que mais favorece a ultrapassagem dessas resistências é o sentimento – que em análise individual sempre também se tem – de que só se o relato desses analisandos contivesse alguma coisa de extremamente terrível e que mereceria, por isso, elevada carga de vergonha, é que então se poderia ficar tímido e resguardado na apresentação da mesma. Quando alguém entra em um grupo, passa rapidamente a vivenciar que a sua subjetividade, naquilo que ela tinha de mais secreto, de mais clandestino, de mais aflitivo, é alguma coisa que tem uma universalidade espantosamente maior do que na própria reflexão pessoal e íntima a subjetividade supunha. Essa unanimidade favorece enormemente a apresentação de vários conteúdos subjetivos, cada um dos membros do grupo efetuando um trabalho de favorecimento nos outros para a ultrapassagem desse e de outros temores. Não seria esse o inconve-

niente das análises de grupo. Quer dizer, se algumas personalidades não são propícias para a análise de grupo, seguramente não é por conta da presença dos outros e da vergonha perante eles. Um tema sobre o qual nos poderíamos estender é sobre a indicação de análise individual e de análise de grupo. Agora, uma das coisas que, por exemplo, eu tenho observado na minha prática clínica com grupos (e eu dispendo metade do tempo trabalhando com grupos), é que alguns pacientes, particularmente os pacientes que poderiam ser diagnosticados como neuróticos obsessivos e que são tão resistentes à psicanálise individual, mostram uma particular sensibilidade aos efeitos da terapia de grupo. Os pacientes histéricos, que são o “filé mignon” dos psicanalistas de divã, efetivamente obtêm o mesmo resultado na análise individual e na análise de grupo. Então, o problema ficaria, no meu modo de entender, mais particularmente limitado a certos pacientes que apresentam alguns quadros muito particulares de fobia e alguns quadros de psicose, mas no que diz respeito à psicose, será que a análise individual efetivamente faz alguma coisa pelos pacientes com esse quadro, quer dizer, qual é a eficácia da psicanálise ortodoxa na psicose? Freud dizia que a psicanálise não era indicação para esses quadros. Não obstante, alguns psicanalistas continuam tentando, mas quais são efetivamente as consequências da análise individual no concreto da psicose, é um mistério. Quer dizer, que os analisados tenham uma gratificação narcisista na análise individual, pelos relatos sistemáticos e permanentes exclusivos da sua problemática, um fomento da voracidade, uma dificuldade da elaboração da competição e da inveja, esses são elementos que também poderiam ser pensados nos inconvenientes que seriam intrínsecos a uma análise individual e como é que essa análise individual efetivamente possibilitaria a superação dessas questões. Então, eu queria deixar aqui, respondendo a uma pergunta que recebi, que eu não vejo nenhuma diferença, em princípio, quanto aos resultados terapêuticos entre análise individual e análise de

grupo. O que vejo é que uma custa cinco, seis vezes mais do que a outra e atende a um número infinitamente menor de pessoas. Eu gostaria de saber por que a primeira é considerada mais efetiva do que a segunda – e quem são as pessoas que dizem isso. Porque o que eu vejo é que poucos terapeutas no Rio de Janeiro se tratam e praticam análise de grupo, e que a maior parte das pessoas de dentro da psicologia, de dentro da psiquiatria e de dentro da psicanálise que criticam o grupo, fazem-no sem ter qualquer formação concreta adequada, ou se o tiveram foram muito mal-sucedidas na sua prática. Então, essas pessoas, no meu modo de entendimento, não estão qualificadas a fazer qualquer pronunciamento sobre essa terapia, simplesmente porque não a conhecem.

### **Coordenadora**

– O Doutor Thomas Szasz agora vai responder ao Doutor Eduardo Mascarenhas

### **Thomas Szasz**

– Freud era um prestador de serviços como todos os médicos e, em particular, os psiquiatras. Deixem-me explicar de novo algumas questões. Eu não estava tentando fazer uma comparação desfavorável entre a terapia em grupo e a psicanálise, ponto número um. O segundo ponto é sobre o que deveria ser chamado de psicanálise. Eu não quero ficar muito tempo nisso. Pessoalmente, eu estou feliz, pois as ideias não podem ser patenteadas. É uma questão do que pode ser chamado de Coca-Cola ou do que pode ser chamado de carro Ford. Agora, essas podem ser patenteadas ou serem nomes comerciais, mas não há grandes diferenças entre um Ford e um Chevrolet. Mas esses são objetos materiais e seus nomes podem ser patenteados. Você não pode colocar esse nome registrado a outro produto, a menos que tenha sido autorizado pelo proprietário específico, a menos que você o tenha feito em conformidade com critérios legalmente certificáveis. Agora, ideias não podem ser patenteadas. E isso me leva ao

que pode ou não pode provocar um pouco de discordância. Mas por favor, tenham em mente que eu não estava tentando dizer algo ruim sobre terapia em grupo e algo bom sobre a psicanálise. Eu subscrevo todas as afirmações que o Doutor Mascarenhas fez sobre como a terapia em grupo pode, em alguns casos, ser mais efetiva que a psicanálise individual. Eu concordo com ele. Mas isso não muda nada para mim, pois, por que deveríamos falar sobre terapia em grupo e psicanálise? Que tal terapia de comportamento? Que tal Carl Rogers? Que tal o movimento de libertação feminina? Que tal se tornar um negro muçulmano? As pessoas podem se realizar por todos os tipos de experiência humana! Que tal alcoólicos anônimos? Eu não tenho dúvida de que há pessoas que são alcoólatras que não tenham sido ajudadas pela psicanálise, mas elas podiam ter – e têm – mais ajuda nos alcoólicos anônimos. Isso é uma evidência clínica que não pode ser negada. E o que isso prova? Isso constata para mim, apenas, a enorme diversidade dos seres humanos, e o fato de que a psicoterapia não é um procedimento científico – não é como a penicilina para a dor de garganta [inaudível]. Não é um procedimento de um objeto rigorosamente definível. Agora, o que é psicanálise? Eu não posso deixar de comentar a afirmação que o Doutor Mascarenhas fez acerca de que a psicanálise é qualquer procedimento que auxilia a pessoa a tornar consciente o que é inconsciente. “Onde o id estava o eu deve advir”. Bem, Freud era um grande poeta. É lindo! Como alguém pode discordar disso? Agora: eu discordarei disso! Eu lhes direi o que há de errado nisso. Talvez eu seja um grande empirista britânico da Hungria. Esse não é um problema abstrato. Como você sabe, qual inconsciência se tornará consciente? Deixem-me dar um exemplo dos escritos de Freud. Entre tantas coisas que Freud escreveu, eu poderia escolher qualquer uma delas, mas eu estou pensando num escrito em especial, por conta da apresentação da Srta. Shere, mais cedo. Sabem, Freud escreveu um artigo muito interessante sobre Dostoiévski, “Dostoiévski



e o parricídio”. Quantos de vocês já leram isso? Bem, eu não quero entrar em detalhes, mas é um artigo muito interessante, em que Freud fala sobre o célebre escrito de Dostoiévski *Crime e castigo*. Agora, eu não o citarei apenas para zombar de Freud, mas eu irei fazer isso também, pois o humor é um dos grandes temas da psicanálise. Freud não gostava de Dostoiévski, por razões que não vou mencionar. A análise de Freud sobre o caráter de Dostoiévski é baseada no evento histórico de que o pai de Dostoiévski foi morto de forma brutal por seus servos em sua fazenda. Então, Dostoiévski foi sentenciado à morte pelo czar e foi perdoado no último minuto, momento no qual teve um ataque epilético, justo após o seu perdão. Uma história bem dramática. A partir dela (e de outros casos), Freud chega à conclusão de que todos somos inconscientemente culpados por ter matado fantasiosamente nosso pai. Agora, o que há de errado com a análise de Freud? Uma coisa bem pequena: que o pai de Dostoiévski não teve uma morte violenta, não foi assassinado por seus servos, mas morreu na cama. A história que ele foi morto por seus servos foi inventada por parentes excêntricos para tornar a vida de Dostoiévski mais interessante. Freud não sabia disso. Ponto pacífico. Então o que é inconsciente? Vamos além. Dostoiévski era viciado em jogos. Agora vocês sabem como Freud analisou isso? Por que Dostoiévski jogava? Era seu impulso masturbatório reprimido. Porque, segundo Freud, brincar consigo mesmo, e jogar e apostar são o mesmo tipo de coisa. Eu estou parafraseando Freud, essa é uma equiparação totalmente imbecil! Mas isso era o que Freud pensava que era ignorado pela consciência. Meu ponto aqui é que isso não é um descobrimento objetivo. Nesse caso, eu acho que Freud estava errado. Em vários outros casos, tenho certeza de que ele estava certo. Mas interpretar a inconsciência não é um procedimento objetivo. Não é como olhar um slide de um câncer no seio, ou de câncer de próstata. Se um freudiano olha para isso, ou um junguiano olha para isso, se um adleriano olha para isso, cada um

deles terá uma interpretação diferente com seu respectivo fundamento teórico e suas próprias intervenções empíricas. Isso não implica que eu esteja demonstrando algo de muito novo. Então, o que é essa inconsciência que é interpretada? Repito: isso não é algo objetivo. Isso não pode ser a base de um procedimento científico, mesmo com os descobrimentos da microfísica contemporânea. Agora, deixe-me ir além. O que aconteceu com essa ideia de que vamos ajudar o inconsciente a se tornar consciente? Na América, você vê o que acontece com as ideias. Ideias não são bases seguras para uma definição, pois são corrompidas facilmente. Na América os [inaudível] Valium, Librium etc vêm sendo vendidos nos últimos 20 anos, com propagandas que ocupam muitas páginas inteiras em jornais psicanalíticos. Nessas publicações, afirma-se que se você der Valium para um paciente resistente, vai tornar a sua análise mais fácil, aumenta o poder da psicanálise. Tudo bem? Se isso não for suficiente, que tal colocar num hospital psiquiátrico? Mudar o contexto. Se ele não gostar, prenda-o. Isso irá torná-lo mais analisável. Se isso não funcionar, dê um eletrochoque nele. Isso o tornará mais analisável. O paciente deve ser “preparado” para sua análise, porque a psicanálise sozinha, com toda sua onipotência, não dá conta da psicose. Eu não inventei isso, são exemplos reais de como você torna o inconsciente consciente mais facilmente, e isso me faz voltar ao que a filosofia empírica britânica chama de “definição operacional”. A definição tem que ser de senso comum e tem que se relacionar não a outras ideias, mas a ações. Isto é: o que as pessoas na sala fazem quando praticam um tratamento psicanalítico? Eu vejo a psicanálise como o encontro entre duas pessoas numa sala onde elas apenas falam e escutam. Sem drogas, sem choque, sem comprometimento. Só são duas pessoas que falam e ouvem. Falar, ouvir, duas pessoas. Mas, a psicanálise diz que isso é livre associação e atenção flutuante. Supõe-se que isso dará como resultado que uma delas saberá mais acerca de si mesma, mas para que isso aconteça

é preciso que os dados da realidade do analisando sejam suficientemente conhecidos. Mas poucos psicanalistas entendem que uma história clínica detalhada é radicalmente necessária. Por outro lado, isso não quer dizer nem que a psicanálise seja preferencial, nem que todo o resto seja uniformemente ruim. E tampouco o inverso. Isso quer dizer que, em última instância, a psicanálise é como é, e que, segundo os casos, pode ser preferível indicar outra coisa. E isso é o que eu quis dizer.

### **Coordenadora**

– Se alguém quiser dirigir alguma pergunta à mesa, por escrito. Caso contrário, poderíamos dar por encerrado.

### **Betty Milan**

– Gostaria de responder uma questão que foi encaminhada à minha pessoa. Atenção, quero perguntar, por minha vez, por quem está dirigido o pedido de uma intervenção minha com respeito ao discurso teorizante lógico-formal. Quero que a coordenadora pergunte à plateia se meu discurso despertou interesse, e se foi compreendido pela maioria. Bom, eu gostaria de responder essa questão teoricamente, precisamente porque a luta de prestígio não é o que me interessa. Gostaria de construir minha resposta baseando-me em duas palavras que no enunciado da pergunta me chamaram a atenção. Em primeiro lugar, a palavra compreensão, em segundo, a palavra maioria. Em relação à palavra compreensão, eu gostaria de dizer o seguinte: o analista faz do seu saber o sintoma da sua ignorância, quer dizer, ele suspende o seu saber por que ele sabe que é só depois que a compreensão é possível. Assim, eu espero que também nesse caso venha a existir um depois para a verdade. Em segundo lugar, a questão da maioria: o discurso que visa à maioria não pode, em princípio, ser um discurso teórico. O discurso que tem como objeto a maioria, e se mascara através da teoria, é um pseudodiscurso teórico que na verdade é um discurso político.

### **Eduardo Mascarenhas**

– Eu queria, com relação a essa questão, se a coordenação me permitir, tecer também umas palavras. É que esse congresso, se eu entendi bem o discurso da Betty, no que me consta, é um congresso dirigido a psicólogos, antropólogos, sociólogos e a pessoas ligadas às ciências sociais. O discurso que a Betty proferiu é um discurso, no meu modo de entendimento, um discurso de orientação lacanianana. Eu acho que aquelas pessoas que não entenderam esse discurso poderiam ficar um pouco mais interessadas em começar a estudar os textos lacanianos que representaram um avanço gigantesco dentro da teoria psicanalítica. Trata-se de uma linguagem absolutamente nova, uma linguagem revolucionária, que ultrapassa e supera enormemente a retórica do bacalhau tão a gosto da popularidade.

### **Interlocutora não identificada**

– Eu gostaria de colocar uma questão para o Doutor Szasz para saber se ele é objetivo mesmo, porque na medida em que ele fala em nome da objetividade é preciso saber se ele o é. Freud não teria sido objetivo ao estabelecer uma identidade entre a masturbação infantil e o jogo, o que possivelmente é verdadeiro. Na medida em que o Dr. Szasz fala em nome da objetividade, seria sustentável a posição que na interpretação que Freud fez, só teria aquilo que – supostamente – é da ordem do erro? Quer dizer, seria essa uma posição objetiva face à leitura de Freud? Vou colocar a questão de novo. O Doutor fala em nome da objetividade, Freud teria se enganado ao estabelecer uma identidade entre uma masturbação infantil e o jogo de cartas. Bom, queria saber se o Doutor Szasz é objetivo no seu juízo do que Freud fez, que só releva, que só coloca em destaque, o que seria da ordem do erro.

### **Betty Milan**

– Enquanto se discute aí do lado, eu me proponho a responder uma questão que me foi dirigida sobre os caminhos para entender a relação entre a ideologia e o inconsciente. Eu acho que seria útil,

nesse sentido, procurar... Não estou habituada a essa máquina [referindo-se ao microfone] pouco desejante da minha perspectiva. Mas para pensar a relação entre ideologia e inconsciente, eu acho que seria talvez mais adequado colocar a questão em termos da relação entre ideologia e consciência. Eu acho que a ideologia é uma produção da consciência. O inconsciente é um saber ao qual a ideologia de certa forma é estranha.

# PAINEL: A DOENÇA MENTAL NO BRASIL

*Gregorio Baremlitt*

*J. A. Guilhon de Albuquerque*

*Luis Fernando de Mello Campos*

*Sergio Arouca*

**Gregorio Baremlitt** (Intervenção escrita pouco tempo depois de ocorrido o painel, a partir de uma gravação feita por um interlocutor não identificado)

– Esta introdução tem, necessariamente, o caráter de um “post scriptum” e, o que é ainda pior, é uma “scripta post verbum”.

Estou aludindo a certo prurido que acomete este participante ao produzir um texto que, ao não se resignar a ser singelamente um comentário, se arrisca a tomar as dissertações dessa mesa como pré-textos. E bem, pruridos à parte, prova disto é alguém que me está lendo, não deixarei de me justificar apelando para a certeza da tolerância dos participantes. Por outra parte, as vicissitudes da história real do campo da saúde mental, acontecida depois desse debate, ao mesmo tempo em que destacam sua oportunidade e visionária importância, demandam sua atualização e avaliação conjuntural. Permitam-me dizer que esses três discursos que vão ser ouvidos, a meu modo de ver, representam claramente três posições caracterizadas e ressonantes frente aos problemas que nos ocupam. Sua coincidência inegável, que é pertinente enfatizar, está centrada numa sede de justiça, de solidariedade, num implacável sentido crítico e um propósito de ação que permite pressentir em sua retórica uma convicção pragmática. Mas outras diferenças, conjuntural e gentilmente apagadas, creio que existiram e não têm deixado de se demarcar posteriormente no panorama da saúde mental. O resultado do trabalho realizado pelos expositores

em prol desse objetivo compartilhado de transformação, tem sido todo delimitado pela consciência que sua magnitude fazia prever; mas é justamente essa proeza que exige uma reflexão em torno do porquê as concordâncias não têm conduzido a uma maior sinergia num combate em que o inimigo comum parecia claramente detectado. Não pretendo realizar aqui uma análise, que já fiz (em outras partes) e que continuarei fazendo em outros escritos, sobre a tessitura dessas posições. Basta mencionar que as diferenças, ao nível de cada um dos itens mais importantes das propostas, são conceituais, e podem ser pontualizadas a partir da sua definição. “Defina e não discutirão”, diziam os teólogos da Idade Média.

Cabe perguntar-se conspicuamente: Que é a loucura? Um modo de ser admissível e até útil desperdiçado por um mundo no qual não tem cabimento? Um produto distorcido por múltiplos mecanismos causais operantes, cognoscível e modificável para torná-lo aceitável à sociedade em que vive? Um dos tantos sofrimentos, mais ou menos inespecíficos, que pode até desaparecer por si mesmo quando as determinações universais que ocasionam tais padecimentos mais radicais e abrangentes são solucionadas? Essas determinações são as mesmas ou similares às da criminalidade, marginalização ou patologização de certas diferenças? Um conjunto aberto de signos (mais ou menos sofridos), cujas origens hierarquizadas e articuladas, são bio-sócio-político-econômico-culturais? Tem alguma dessas causas que seja *sine qua non*? O acaso tem um papel contingente ou essencial nesse fenômeno? Trata-se de uma reação inadequada ao nível desumano no qual vive a maioria da humanidade e que as minorias do poder-saber tentam classificar e neutralizar por meio de um espectro de recursos e manobras de anulação ou de reciclagem? E no caso dos paladinos defensores, dos que não querem para os loucos nenhuma etiqueta de anormalidade, senão, mas uma ajuda para afirmar-se como anomalia: que, como, quando, quanto fazer? Contribuir para aperfeiçoar os

recursos “macios” com que o Estado reforma suas monstruosidades sobre a questão? Arremeter, agora mesmo, contra toda e qualquer forma de opressão, dominação e mistificação que inclui os loucos simplesmente porque os valores dominantes abrangem entre suas vítimas a todos os que são “descapacitados” para bani-los, recluí-los ou adotá-los? Construir para os chamados “loucos” um programa cotidiano paradisíaco num país no qual uma porcentagem considerável da população morre de fome e de sede, “internada” no hospício colossal que é um país do terceiro mundo? Elaborar um plano de políticas públicas e privadas conjugadas oportunamente, enquanto saibamos racionalmente como fazê-lo, depois de havê-lo investigado com os instrumentos que correspondem no seio de práticas pertinentes? Atacar toda instituição específica enquanto instrumento do império, incluindo, em primeiro lugar, a disciplina em questão e os experts no assunto? Pois bem, sobre essas perguntas transcorreu um dos temas do evento que o IBRAPSI promoveu: populista ou “careta”, festivo ou propiciatório, eclético ou fanático, implicado ou reformista, elitista ou multitudinário etc (A fábrica de boatos da concorrência institucional não para, até agora, de segregar versões contraditórias ou censurantes, que são o reconhecimento de um impacto). Dízíamos, pois, que esse evento marcou um dos começos de uma era de luta, na que me atrevo a dizer que nenhum dos atos subseqüentes alcançou esse nível de transcendência conjuntural. Será que as diferenças nas posturas acima elencadas eram tão importantes? Ou será que o inimigo faz parte variável de cada uma das citadas posições e conspira contra a união com base a linhas ressonantes, que seria uma vez mais, o que dá força? Obrigado.

### **José Augusto Guilhon de Albuquerque**

– Quero primeiro avisar que este doutor que lhes fala, não tem nada a ver com medicina. Eu falarei sobre doença mental no Brasil e escolhi o seguinte subtítulo: “A causa é social, mas o efeito é econômico”. A doença mental no Brasil não só é um tema extremamente vasto,



mas perfeitamente desconhecido, como, aliás, tudo o que é importante neste país; de tudo o que tenho visto, lido e ouvido, sobra muito pouco: cifras, discussões teóricas e planos. Infelizmente, a estratégia dos modelos dos planos nacionais é uma coisa que pegou; e pegou tanto que muitos de nós acabamos nos iludindo com esses modelos da realidade como se fosse a própria realidade do modelo. Gostaria de deixar claro que, em minha opinião, a construção e a discussão, e mesmo a eventual crítica, ou a proposta de modelos alternativos para a atenção à doença mental, fica irremediavelmente presa a essa estratégia discursiva; acaba fazendo parte dessa imensa barragem falatória que, em realidade, impede o conhecimento dos problemas concretos assim como, por exemplo, a construção, a discussão e a crítica de modelos alternativos de produção e distribuição de renda. Esse planismo é um verdadeiro obstáculo. Enquanto se esquentava a goela falando essas coisas abstratas, não se conhece as condições concretas de exploração dos trabalhadores, nem as suas estratégias de sobrevivência. Acho que toda essa discussão sobre psicanálise e psicoterapia, da qual confesso ter por vezes participado apaixonadamente, é também uma grande barragem discursiva que corre o risco de nos impedir de falar do problema concreto do sofrimento mental no Brasil, ao qual se deu ou não a etiqueta médica de doença. A prova é que estamos aqui, nesse momento, a “carentice” nacional, símbolo do setor mais reacionário de nossas classes dominantes, exigindo discussões em torno de algo que é, afinal, irrisório e que inclui a nós mesmos, ou seja, menos de 1% da população. Pois este é o raio de alcance possível da psicanálise, da psicoterapia e de técnicas alternativas. Aliás, se examinarmos o número de apresentações, discussões etc deste colóquio, todas extremamente importantes, vemos que há ao todo cerca de 100 cursos, seminários, painéis e, de todos eles, apenas 3, ou seja 5% dedicados ao problema específico da saúde mental no Brasil. Nós discutimos teoria, discutimos alternativas técnicas, e deixamos o exame concreto da si-

tuação concreta dos doentes mentais de lado. Não que não se deva falar disso tudo, psicoterapia, psicanálise etc, pois, na realidade, tudo isso envolve uma categoria bastante ampla de profissionais e que poderá, estou convencido, representar um papel decisivo nas lutas sociais que – eu ia dizer – se anunciam, mas que na verdade estão aí, debaixo de nosso nariz. Pergunto-me se apenas os profissionais da área da saúde têm se manifestado. Mas virá o tempo em que se vai ouvir a voz dos próprios usuários, destratados, oprimidos nas filas, intoxicados por medicamentos caros e inúteis e quando não, nocivos, os mutilados e mortos por cuidados que a própria estrutura do serviço tornou necessariamente precários, apesar da boa vontade ou da competência dos agentes médicos. Será decisivo o papel dos profissionais, desde que abandonemos a ilusão e a empáfia de falarmos em nome de nossa própria competência e da nossa própria legitimidade, e dermos voz a quem está louco e sofrendo em silêncio. Dar-lhes voz não significa construir modelos pretensamente científicos, como se uma política de saúde fosse uma questão de ciência e não justamente uma questão de política. Dar-lhes voz significa pesquisar a situação concreta da população e, sobretudo, pesquisar com a população, abandonando a nossa pretensão, aliás, ilusória – a não ser do ponto de vista da ordem dominante – de reivindicar uma posição privilegiada de saber. Dentro do vasto campo da doença mental, a situação da população brasileira é extremamente estratificada em termos de medicalização. Não se trata de uma estrutura relativamente integrada e centralizada com a política psiquiátrica de setor, como na França, nem de uma diversificação multicêntrica como nos EUA, mas de uma estratégia extremamente desigualitária. Na base da pirâmide temos uma camada inteiramente não medicalizada, para o bem ou para o mal, e que é impossível contabilizar; não sabemos quem são, nem quantos são, nem como são cuidados, nem por quem. Certamente aí se encontram desde os deficientes mentais, mal ou bem integrados na vida rural, e as categorias

popularmente assimiladas, como os surdos-mudos e outros, até pessoas enfurnadas, acorrentadas, sabe-se lá Deus como e onde. Disso só temos notícia quando vem à tona nos jornais. Próximos a eles estão os delinquentes medicalizados, os indigentes medicalizados, ao menos em termos de etiqueta, estacionados nos hospitais psiquiátricos públicos, cujas condições de existência, se não são piores, sem dúvida não são melhores do que as dos primeiros. Fala-se, frequentemente, em desospitalização; resta ver se há uma massa de capital imobilizada nesses hospitais, imobilizados como indigentes. Vejam só: não demora e se vai encontrar uma solução para fazer circular esse capital e investi-lo no setor privado de saúde. Setor que tem demonstrado uma vitalidade incrível, sem dúvida, oposta à mortalidade de sua clientela. Vai-se encontrar uma solução para mobilizar esse capital e vai-se chamar isso de desospitalização. O que será dos indigentes, nem quero pensar, o processo análogo que ocorreu e que continua ocorrendo nos EUA teve efeitos repugnantes, como demonstra R. Castel, no livro que está terminando sobre o modelo norte-americano de saúde mental. Ou seja, esses doentes são desospitalizados e depois ficam vagando nas ruas, ou são retomados em asilos para indigentes. A faixa seguinte é a que está, de algum modo, integrada à força de trabalho e se beneficia, com todas as aspas possíveis, da previdência social. Nessa faixa, uma nova política de medicalização dos doentes mentais já está em curso e, curiosamente, o que mais falta é justamente uma perspectiva propriamente médica. Veremos por quê. A previdência social se deu conta de alguns efeitos contraditórios de sua política de atenção médica, dentre os quais, o superfaturamento e a política de internação limitada, promovida pela rede privada às suas custas, ou melhor, às nossas custas, com dinheiro do assalariado. Com isso, estabeleceu uma norma para internações curtas de 90 dias, pressionando a rede hospitalar para devolver o mais rápido possível os “doentes mentais”, de novo com aspas, ao trabalho e à família. Sabemos hoje que as internações por doença

mental atingem o segundo lugar nas estatísticas da previdência social. E, quando pensamos que o primeiro lugar é ocupado pelos acidentes de trabalho, estatística que se tornou uma espécie de orgulho nacional, o Brasil é o campeão mundial, absoluto, moral, invicto, dos acidentes de trabalho. Quando pensamos nisso, nesses números inquietantes, é desses doentes mentais para os quais as redes hospitalares privadas logo descobriram um meio de medicalizar sem perspectiva médica, mas com base numa categoria extremamente vaga e facilmente manipulável de sociopatia. É dessa doença mental no Brasil que quero falar rapidamente. Existe também a doença mental de luxo, que está ao alcance de todos os bolsos aqui presentes, isto é, pouco menos de 1% da população. Não falei das práticas terapêuticas não medicalizadas, das chamadas terapias populares, porque não me parece, pelas poucas pesquisas de que se tem notícia, que seja algo à parte, mas, sim, um setor paralelo alternado e alternativo. Ou seja, as mesmas pessoas se tratam num setor medicalizado e no setor não medicalizado com terapias populares; às vezes, como em certas clínicas espíritas, a medicalização e a terapia paralela se confundem inteiramente. O pouco que posso dizer sobre a medicalização da desordem dita mental na força de trabalho, vem de uma pesquisa feita por estudantes de graduação, algo mais disto, mas extremamente significativo, e cabe aqui honrar o empenho desses estudantes em observar as condições concretas da população, em lugar de discutir modelos para o Brasil. Seus nomes são: Ana Maria Boniconte, Elizabeth Adame, Nair Paiva, Luiz Henrique Pitombo, Priscila Herval, Cirlene Bodalose e Lucia Beatriz Rodrigues. Não precisam guardar esses nomes, eles provavelmente não irão se integrar nessa massa obscura de profissionais das ciências sociais exploradas e anonimizada em nossas grandes pesquisas de dimensões industriais e jamais serão convidados a deitar sabedoria em festivais de cultura ou de ciência. Em primeiro lugar, trata-se de um hospital privado que recebe da previdência social uma população de

270 internos medicalizados por problemas aparentemente banais: o trabalhador que só aguenta o tranco se embriagando e batendo na mulher, o operário que depois de dobrar serões começa a quebrar tudo à sua volta, no trabalho ou no botequim, o imigrante que não sabe andar na cidade e prefere não sair de casa. O caminho mais geral é a polícia ou o pronto-socorro e, quando se trata de previdenciário, o hospital psiquiátrico privado. O hospital não assume qualquer responsabilidade no que diz respeito à internação. É a família, o patrão, a polícia quem aciona o dispositivo. E o fundamental é que exista uma guia do INPS encaminhando o paciente. Não há qualquer preocupação com diagnóstico ou pré-diagnóstico no momento da internação, apenas confinamento a um setor de triagem. Triagem que consiste na verdade em medicar brutalmente o recém-chegado e cumprir todos os rituais de despojamento e despersonalização que já foram tão bem descritos por Goffman, ensinando-lhes a rotina do hospital. A verdade é que após 5 dias de confinamento e medicação embrutecedora de triagem, o paciente sai ou entra perfeitamente medicalizado; suponho que seria o caso de qualquer um de nós. De que doença mental se trata afinal de contas? Da administradora do hospital à enfermeira chefe, passando pelos médicos, existe uma estranha unanimidade em sociologizar a etiologia da doença mental. Nós estamos o tempo todo falando em psicologização da sociedade, sendo que os psicólogos podem acusar os sociólogos que vão interrogar os psiquiatras que sociologizam a doença mental. Será preciso escrever um novo livro: O sociologismo. Com exceção do auxiliar de enfermagem, o único a empregar categorias psiquiátricas para etiquetar os pacientes – e que, aliás, por ser auxiliar de enfermagem, é proibido de utilizar essas categorias, para que somente os médicos detenham a legitimidade do discurso. Com exceção dos auxiliares de enfermagem, todos se referem aos baixos salários, às péssimas condições de trabalho, ao ambiente humano deteriorado, à desagregação da família conseqüente à emigração, como

sendo as verdadeiras causas dos distúrbios mentais. A doença é social, ou melhor, a sociedade é doente e a doença mental seria meio ou efeito dessa situação. Isto é, isto são as palavras dos médicos, enfermeiras e administradores do hospital psiquiátrico investigado. E o doente, o que vem a ser? Quem ele é? O doente, antes de tudo, é representado como vítima da sociedade ou do trabalho, da família, em suma, de algumas dessas instituições doentes de uma sociedade doente, com o que o hospital psiquiátrico aparece automaticamente como o lugar da normalidade, como instituições próteses destinadas a recuperar as deficiências das outras instituições. Vítima sim, mas vítima culpada, o que curiosamente corresponde à visão dos próprios internos, que sempre fazem questão de declarar que estão ali sem qualquer culpa. Eles sabem muito bem que estão encarcerados. Vítima culpada sim, pois na verdade, se ali está o médico, não somente é capaz de aguentar o stress provocado por essa sociedade doente, também é capaz de tomar conta dos cidadãos chamados normais. As outras vítimas, não estão aí nas ruas outros milhões de trabalhadores que aguentam o trabalho, aguentam a família, aguentam a agressão urbana? Não estaria o pesquisador, que aguenta tanta tolice, tanta besteira, mais enfermo do que parece? O doente mental é um fraco, cuja debilidade está ali disponível para receber o impacto das agressões sociais e afundar na loucura? A prova é que são pessoas dependentes, apegadas, pegajosas. A primeira coisa que se diz ao pesquisador quando entra em um hospital psiquiátrico é: cuidado, vão te pedir cigarro o tempo todo. Coisa que, quando faltar cigarro nesta mesa, o que será que nós vamos fazer? A prova é que muitos se sentem protegidos pelas muralhas do hospital, ao saber a hora em que vão comer, a hora em que vão dormir, o que fazer, o que vão sofrer a cada hora do dia. Não é o caso desse emigrante nordestino que tinha medo da cidade, de se perder, e que efetivamente se perdia? Agora, ele não precisa ter medo de se perder, já se achou. Não seria o caso desse motorista de ônibus, especializado

em trajetos e percursos, que de repente larga tudo e perde o caminho de casa, se perde na mesma rua que percorreu dezenas de vezes por dia? Um hospital psiquiátrico abre as portas, mesmo que seja para fechá-las em seguida, porque se propõe a acolher essa gente. Quem não tem competência não se estabelece. O que é da cura? O que é dos tratamentos? Curiosamente, não se trata de cura, muito menos de tratamento. Curiosamente, nova unanimidade, enquanto a enfermeira chefe, os médicos, mesmo mantendo o discurso genérico, sublinha aspectos diferentes dos doentes, a enfermeira insistindo mais na sua irracionalidade e o segundo dando mais ênfase à debilidade social do candidato a interno, aqui a indistinção das discussões é total e completa. Não há condições para o verdadeiro tratamento. Os internos são enviados de fora, porque são rejeitados por suas instituições de origem, incapazes de aceitá-los. Quando entram é porque ultrapassaram o limite do tolerável, provocando sujeições e rejeições do ambiente familiar ou profissional. Isso configura para eles a crise, não a situação de crise em que o especialista intervém preventivamente, mas crise do doente, crise sintoma da invisibilidade da vida social. E tudo o que se pode fazer é controlar essa crise num ambiente mais tolerante e medicalizado para depois devolvê-lo, mesmo sabendo que a família ou o tratamento provocarão novas crises. Se o hospital psiquiátrico, no entender de seus próprios agentes, não é capaz de fazer um verdadeiro tratamento, o que seria a verdadeira cura? Aí se cruzam duas táticas discursivas, ambas destinadas a eximir a instituição psiquiátrica, privadas de qualquer forma de encargo efetivo da doença mental. A verdadeira cura seria mudar a família, mudar a empresa, mudar a vida urbana, mudar a sociedade. Isso não se pode fazer, ou pelo menos foge à competência do psiquiatra. A alternativa será a cura psicoterápica, eventualmente, com intervenção mais ampla na família, no trabalho etc. Ora, os pacientes previdenciários, os trabalhadores, não têm dinheiro para isso, e a previdência social, de tão previdente, não prevê outra possibilidade

que a internacionalização. Com isso, as internacionalizações de curto prazo continuarão propiciando uma alta rotatividade de clientes, numa população praticamente ilimitada, paga com o bolso do trabalhador; isto é, do nosso bolso e destinado ao setor privado. Os patrões se verão livres desses “malucos” que não aguentam o tranco, sem ter que indenizá-los, pois são assumidos pela previdência social; isto é, novamente pelo dinheiro dos assalariados. Todos, nos lavamos as mãos. Num país em que o ministro da fazenda tem a desfaçatez de se proclamar socialista, e as autoridades usam argumentos marxistas para impedir o acesso popular à liberdade política, desconfiamos sempre dos discursos que enxergam em tudo uma causalidade econômico-social genérica, pois é uma nova forma de boa consciência.

### **Luis Fernando de Mello Campos**

– Eu gostaria de começar tentando costurar um pouco as ideias, que tive de anotar rapidamente, na medida em que esta substituição se fez em cima da hora. Primeiro, responder uma coisa ao Guilhon, com relação àquilo que ele colocou como sintoma deste Simpósio: só três palestras ou painéis acerca da doença mental no Brasil. Problemas específicos do Brasil foram conseguidos com muito esforço, porque mais de três foi muito difícil, foi impossível. A carência de pesquisa sobre doença mental no Brasil é algo assustador e, encontrar pessoas que se disponham a falar sobre experiências reais e concretas e teorização sobre essas experiências, é mais difícil ainda. Eu queria começar estabelecendo uma distinção que me parece importante, para que possamos prosseguir, que é a diferenciação que René Lourau faz entre nível de análise e nível de intervenção. Uma das coisas que mais molestam àqueles que se propõem, por uma ou outra razão, a se colocar no assim chamado campo dos trabalhadores da saúde mental, é certa ansiedade em saber que seus instrumentos teóricos são bastante insuficientes, na medida em que são programados, pré-fabricados, elaborados com vistas a obscurecer certos pontos importantes. Nesse sen-



tido, como psicanalista, fica difícil para qualquer um pensar a saúde mental no Brasil. Ontem à noite, no painel sobre eficácia simbólica em psicanálise e em antropologia, Roberto da Matta colocou muito bem que, enquanto o antropólogo vai às estruturas, o psicanalista é procurado pelas estruturas. Nesse sentido, é bom colocar que o psicanalista aí está sendo visto, não como aquele que pratica uma ciência, mas como o técnico colocado em uma determinada situação restrita de aplicação da psicanálise, que implica uma consultorização da psicanálise. A psicanálise então é vista como uma coisa que se passa exclusivamente no consultório, como se disséssemos que a química é uma ciência que só passa a existir num laboratório. É importante fazer outra distinção: a psicanálise enquanto ciência se propõe a constituir o seu objeto formal abstrato e aplicá-lo sobre o real para produzir conhecimento concreto. E uma aplicação determinada, muito mal utilizada que é o atendimento individual em consultórios restritos a uma parcela da população, talvez 0,5% e não 1% da população. Como então um psicanalista pode pensar modelos sociais, ou modelos brasileiros de doença mental? Não pode, porque nesse sentido a dimensão do socius, a dimensão política, a dimensão nacional de algum problema que tenha alguma repercussão, ou alguma origem no psiquismo, não está estabelecida na teoria psicanalítica até hoje. O que acontece com os psicanalistas? Eles simplesmente se calam. A produção teórica brasileira em matéria de psicanálise não vai daqui até ali: em matéria de livros se são 30 ou 40 livros, é muito. Esse silêncio é altamente sugestivo, porque significa o não ver, o não saber; quem sabe, fala, fala até do que não sabe. Essa falta de contato com a realidade nacional, esse esoterismo da psicanálise realizada exclusivamente em consultório, leva a não poder falar. Ou então, o discurso psicanalítico proveniente dessa prática clínica poderia ser publicado na Finlândia, sem o menor problema, porque ele não teria nada de caracteristicamente brasileiro. Então, quando me proponho aqui a falar de doença mental no Brasil, tenho

que fazer um caminho dialético e abandonar meu instrumental psicanalítico. Abandoná-lo por enquanto, e recorrer a outro tipo de instrumental que se dispõe, no caso a minha experiência como psiquiatra, como professor universitário e como terapeuta de família. Nesse caso, a experiência dentro do hospital de clínicas da UERJ e, depois, no hospital da UFRJ, me levou a ter um contato mais próximo com uma camada da população que não chega jamais ao consultório psicanalítico. Não só isso como, em vez de atender um paciente que traz uma história e que é o veículo entre a sua história e o psicanalista, ele traz a sua família, ele traz um microcontexto social do qual participa, no qual adoce e esse mesmo microcontexto o segrega, o interna. Nós temos sido cúmplices dessa segregação e dessa internação. Vemos no hospital psiquiátrico, Guilhon tocou de leve, o problema do diagnóstico e da assistência. Não existe diagnóstico psiquiátrico, a psiquiatria não é uma ciência, a psiquiatria é uma ideologia de manutenção do status quo através da identificação de certo tipo de desvio, de certo tipo de pessoa que se torna intolerável para um determinado grupo e essa identificação, esse cerimonial de degradação de que fala Laing, é compartilhado por aqueles que levam o doente, pelo técnico que o assiste. Então, essa pessoa é rotulada, ela é castrada, porque a camisa de força foi substituída por uma camisa de força química. Mas é a mesma coisa, um doente que é medicado com haloperidol passa a ter uma privação de movimentos, ele é impregnado, não pode se mover. E, fora outro tipo de ataque às suas funções, ele é hospitalizado. E, quando nós pensamos o que acontece com o grupo do qual esse doente proveio, temos nos defrontado, principalmente no caso de famílias – e para mim foi bastante interessante a experiência, principalmente no hospital de clínicas da UERJ, porque havia convênio com a SURSA –, nós atendemos de 50 a 100 famílias de lixeiros, por exemplo, nos colocamos em contato com várias coisas. Em primeiro lugar, a absoluta incapacidade de compreender outros sistemas de articulações, outras

estruturas familiares, outras estratégias de sobrevivência que não as da classe média. Era um longo trabalho se despir dos valores ideológicos da classe média, de entender que família é pai, mãe, babá e empregada. E entender que existem outros tipos de família, com outros tipos de organização, portanto, com outros tipos de constituição de problemas. Outra pesquisa realizada é bastante modesta, também realizada por estudantes de graduação, sobre o famoso problema da adolescência. A famosa adolescência que foi muito vendida como a idade dos lutos e verificou-se que os adolescentes da classe operária não passam por lutos, porque têm de entrar muito cedo no processo produtivo. E então não têm tempo de ser adolescentes, adolescência é um luxo, ao qual só se podem dar àqueles que têm tempo para isso. Que é o nosso saber em relação a isso que chamamos doença mental? Possivelmente, é um saber para ignorar, e um ignorar para conservar. Nesse sentido, esse tipo de conservação tem um valor político, um valor de manutenção do status quo, no qual, através da psicologização das tensões sociais, rotula-se de doente, consegue-se convencê-los de que são aquilo que, rotulamos. Uma de minhas experiências mais estranhas ao ingressar no hospital psiquiátrico foi ver que um dos pontos capitais era que se o doente aceitasse que era um doente, era um índice de melhora: fulano já aceita que é doido. Esse tipo de rotulação, independente do tipo de problema que a pessoa possa ter. Esse tipo de rotulação é feita de forma tão vaga, tão sistematicamente ignorante que nos coloca de início uma primeira pergunta: O que significa rotular? Significa a prática de um saber científico, a da identificação de um determinado tipo de distúrbio, ou significa simplesmente, como também coloca Goffman, um ritual de estigmatização, no qual se identifica socialmente uma determinada categoria, e que essa categoria se atribui um papel, se atribui uma função a ser desempenhada? Uma das experiências importantes que também tivemos, foi a de atender famílias de imigrantes e perceber que essas famílias que perdiam seu dis-

curso original, que perdiam a inserção na sua localidade, inserção essa que lhes dava identidade, que lhes dava algum equilíbrio no sistema de trocas, no sistema de interação. Essas famílias ao imigrar perdiam completamente a possibilidade de se manterem como grupo autodefensivo, autopreservativo. Resta uma pergunta: neste momento em que nos preocupamos com a doença mental no Brasil, o que nos falta? Falta-nos teoria, falta-nos aceitar as contribuições que vêm de fora, como neste Simpósio, apenas como um detonador, apenas como alguma coisa que nos deve levar a refletir sobre o que é isto aqui, é isso, não é isso? Será que nos faltam possibilidades de repensar toda a formação que tivemos, que nos leva a estigmatizar, a reduzir, a ignorar? Nesse sentido, me parece que não sabemos, como psicanalistas, responder o que é saúde mental no Brasil. O instrumento psicanalítico, tal como foi desenhado e tal como é praticado, ainda carece de inúmeras dificuldades. Freud não tem uma visão de sociedade; embora embriariamente se tenha proposto a tal, não conseguiu desenvolver uma ideia da importância do social, na medida em que, para ele, era obscura a importância dos modos de produção, das forças produtivas, dos esquemas de dominação e exploração. Nesse sentido, o que nos falta, aos profissionais de saúde mental? Primeiramente, saber o que é essa saúde mental. É saúde? É mental? No momento em que assistimos à psicologização das tensões sociais, cabe a nós pensar o quanto precisamos saber da não psicanálise, daquilo que está além da psicanálise, da sociologia, da antropologia, da linguística, das ciências penais, da ciência da história e, enquanto não fizermos isso, estaremos replicando ideologicamente aqueles valores que levaram a que essa mesma doença mental fosse produzida de forma a não perturbar, a que essa assistência ao doente mental seja realizada de forma a poder recuperá-lo parcialmente como força de trabalho, para que continue a ser explorado, dominado e maltratado. Enquanto não soubermos dessas coisas, não temos o direito de nos intitularmos psicanalistas.

### **Sergio Arouca**

– A primeira questão que me surge é a da minha própria presença. Eu acho que, num congresso em que se encontram psicólogos e psicanalistas, a presença de um sanitarista tem, necessariamente, que ter um sentido. E a presença de alguém especializado na área do que se chama saúde coletiva, não diretamente ligado a essa divisão do trabalho da saúde mental, não conhecedor das práticas psicoterápicas e da teoria psicanalítica. Mas uma pessoa ligada ao problema da saúde coletiva. Eu não acredito que, ao nível do próprio convite, possa ter havido inconsciência, mas deve ter existido, necessariamente, o sentido. É o sentido, pelo menos na minha interpretação, que traz ao debate a noção de que coletivo é abandonar, afastar-se da noção de indivíduo, dessa relação simples do profissional e paciente e colocar no debate direto a questão da população, a questão do coletivo e, portanto, a questão política. No meu entender, a primeira sensação que tive foi chegar para vocês e assumir a posição do especialista na distribuição das doenças da população, da epidemiologia, começar a dizer dos dez milhões de pessoas que, pelas estimativas epidemiológicas, poderiam ser catalogadas em alguma condição de doentes mentais. Mas no mesmo instante em que poderia começar por essa cifra, a pensar essa cifra, dez milhões de pessoas que estariam na cifra de psiconeuroses, neuroses, alcoolismo, isto assumido do ponto de vista do discurso oficial... No mesmo instante, comecei a pensar que esses dez milhões também estão sofrendo de doença de Chagas? Que são de oito a dez milhões assumidos neste país. Seriam aqueles mesmos 20% de habitantes de um estado contaminado pela doença de Chagas? Uma doença que simplesmente mata quase que na imagem poética da morte súbita, daquele que morre sem sofrer. Daquele indivíduo que, não estando participando do processo produtivo, ao chegar aproximadamente à idade de 25 a 30 anos, em um instante, como num suspiro, morre. Daquele indivíduo que mora na casa do hospedeiro que lhe

causa a doença, e não na sua, que quando nós chegamos a ir trabalhar com essa população dos chagásicos e nos perguntamos: será que por acaso nesta casa existe barbeiro? Simplesmente, uma criança se encosta à parede e sobre as suas costas é possível coletar centenas e centenas de barbeiros. E que se vê sempre essas pessoas que têm a morte súbita, têm o mesmo destino, algumas carregam bolos fecais no seu intestino porque simplesmente não conseguem evacuar. E aí eu comecei a me perguntar: é dessa saúde mental que nós estamos falando? É da saúde mental dos oito milhões de esquistossomóticos que teriam, talvez, no campo da psicanálise uma solução perfeita do complexo de Édipo? Que seria a fecundação do masculino pelo esquistossoma Manzoni, o desenvolvimento de uma gestação até a morte? Será que são desses oito milhões que estamos falando? Será que estamos falando desses dois milhões de tuberculosos, de sua euforia quando, diante de um processo de depauperação, são submetidos a tratamento e passam por uma fase eufórica de alegria e excitação sexual diante da estreptomocina e da hidrazida? Será que estamos falando da viagem da hipoglicemia diante da fome? Da desnutrição, da morte pelo sarampo? É neste instante que eu vejo, que eu começo a ver que não é bem isso por onde estamos passando. Não é da população brasileira que estamos falando quando começa a ver a possibilidade de falar da libertação sexual, da utilização social do corpo, que são pontos fundamentais para serem pensados, sem a menor dúvida. Mas quando vejo vocês com esses olhos ávidos de conhecimento, me olhando e olhando esta mesa, eu começo a pensar em uma cena mais dantesca, da utilização do corpo de nossos desnutridos, dos músculos consumidos pela falta de proteína, nos exercícios corporais, no jazz, frequentando os consultórios psicanalíticos e discutindo as máquinas desejanter. Aí eu começo a pensar que talvez não seja bem esse mundo de que estamos falando. E talvez eu tenha aqui o sentido de meu convite, talvez seja um pouco o de vir trazer para vocês a culpa, ou vir

assumir, se vocês quiserem, o papel do emprego. Mas é que o meu problema, e hoje o dia inteiro que estive aqui, frequentando com vocês, e que de alguma maneira esta mesa começa a me recuperar, nas falas do Guilhon na manhã de hoje e agora na de Luís Fernando. Tem que se inverter a colocação: antes de pensar na catalogação das doenças, antes de pensar no problema do asilo, antes de pensar o campo de concentração dos nossos catalogados, antes de pensar o problema de saúde dos profissionais da saúde mental, que eu acho um absurdo, nós temos que pensar as condições de saúde dos trabalhadores e, simplesmente, nos itens desta exposição. Porque, na prática o que vocês estão fazendo, no tipo de organização social do trabalho da psiquiatria, no saber que está sendo desenvolvido na psiquiatria é impossível pensar a condição da classe trabalhadora. Não existe o espaço necessário para esse campo, a não ser que a resposta à crise que está passando, que o Luis Fernando estava colocando de maneira bastante concreta, seja aquele abandono da discussão no interior da psiquiatria e imaginar que a solução, a discussão da saúde mental, só se pode dar na questão da condição política que passa pela reformulação dessa sociedade, geradora dessas condições, que gera dez milhões de esquistossomóticos, que gera a viagem dos tuberculosos, que gera a morte poética dos chagásicos e que gera essa psiquiatria alienada que vocês em vão praticam.

### **José Augusto Guilhon de Albuquerque**

– Gostaria de esclarecer aqui algumas coisas que não sei se não percebi bem na exposição do Arouca, mas tenho a impressão de que não me fiz entender perfeitamente. Eu absolutamente não desconheço que a realidade da loucura é um tipo de desordem provocada por uma estratégia de poder, um tipo de desordem que é intolerável muitas vezes para as famílias, que é intolerável para os guardiões da ordem pública. E é evidente, o que parece evidente é que a psiquiatrização des-

ses perturbadores, perturbados, essa psiquiatrização é uma forma de compromisso, é uma forma de conúbio entre a instituição psiquiátrica e essas instituições. O que eu quis denunciar foi o álibi que essas instituições se dão utilizando uma linguagem falsamente sociológica, mas estou totalmente de acordo com o Arouca de que a solução é política.

### **Sérgio Arouca**

– Só quero esclarecer que nem por um instante achei que você disse o contrário. Aliás, eu estou de pleno acordo com tudo o que você disse, tanto hoje de manhã como agora à tarde. E o que eu estava dizendo é que suas exposições da manhã e da tarde e a do Luís Fernando colocaram a questão no ponto correto. Eu também estou de acordo com tudo o que você disse.

### **Luis Fernando de Mello Campos**

– Ao contrário do que tem sido veiculado por altas autoridades, estamos de acordo e não abrimos.

### **José Augusto Guilhon de Albuquerque**

– Essa primeira pergunta diz o seguinte, além de criticar as formas de tratamento para os doentes mentais entre aspas, o que todos têm feito, qual seria a forma de tratá-los, já que, como você disse, ou o tratamento é muito caro ou as pessoas são tratadas como gado; seria a mudança total do regime? Será que nos outros regimes isso não acontece?

Eu acho que, para começar, haveria que evidentemente mudar o regime; no entanto, isso não resolve o problema do tratamento da doença mental, pelo simples fato, como eu estava dizendo, que se trata de um tipo de perturbação, um tipo de desordem que se torna intolerável para qualquer sociedade institucionalizada. Ontem à noite em uma discussão, Basaglia dizia que na sua experiência concreta na Itália, uma das dificuldades que ele teve foi que muitas vezes a classe operária era mais reacionária no tratamento da loucura, e que era preciso



que ela entendesse, e só depois entendia, que aquilo que acontecia com o outro, com o louco, podia acontecer a qualquer momento com qualquer operário, quando se estourasse no trabalho, se arrebetasse na luta urbana, então ela passava a entender melhor a loucura. Portanto, não é só uma mudança de regime político, é mais do que isso, porque sabemos que mudando o regime político, como na URSS, o papel de corolário da instituição psiquiátrica com outras instituições de poder permanece real. Qual seria a forma de tratá-los? Eu seria contra tudo o que estou dizendo se eu tentasse dar uma resposta a isso. Eu não sou especialista nisso, e não creio que alguém seja. A forma de solução é um tipo de solução política, como disse Arouca, só que talvez não seja um tipo de solução política em termos de planos políticos, em termos de modelos políticos, mas em termos de uma modificação dos termos de relações que se estabelecem dentro da sociedade. E parece que é a presente sociedade que tem de assumir formas de tratar os chamados loucos de outra maneira, como em certas sociedades primitivas, por exemplo, em que as pessoas que seriam chamadas loucas nas nossas sociedades, de alguma forma lhes são confiadas não só funções aceitas, como até funções valorizadas. Não quero dizer que tenhamos que valorizá-las, não estou defendendo nenhuma hipervalorização da esquizofrenia, como acontece com outras pessoas, mas quero dizer que não há razão para excluir os loucos, nem para oprimi-los.

### **Luis Fernando de Mello Campos**

– Uma pergunta que me chegou às mãos diz: O que a psicanálise contribui, efetivamente, para a diminuição ou abolição da doença mental no Brasil? A psicanálise pode ser aplicada na prática social, ou ela continua não gostando do cheiro do povo?

Eu acho que esta pergunta demanda alguma coisa que não é específica da psicanálise e que eu me reporto ao que eu disse no início, isto é, nós temos que discriminar, muito claramente, em vez de análise, modos de interconexão, de aliança para a Intervenção. Senão, não se

tem um nível de análise compatível com o nível de intervenção que se vai praticar. Vai-se praticar uma intervenção distorcida, alienada, benéfica ou “humanitária”. O que não significa que, por se ter um nível de análise amplo, teria que haver uma intervenção igualmente ampla. O nível de análise deve ser o mais amplo possível, a intervenção é necessariamente restrita, não sei se deixei claro. Um psiquiatra deve, enfim, conhecer toda a realidade, ou o máximo de realidade em termos do que a sociologia lhe dá, em termos do que a antropologia lhe dá, em termos do que a ciência da história lhe dá, mas isso não significa que ele vai intervir em todos os domínios do real. Para responder esta pergunta, eu queria colocar que nós teríamos que entender o que é ciência, sem o que nós vamos considerar a ciência como a mesma coisa que uma prática oriunda dessa ciência. Prática essa que pode ser profundamente ideologizada, deturpada e distorcida. Quando pensamos na ciência, há duas maneiras de pensá-la, de maneira idealista e de forma materialista. Uma visão idealista diria que ciência é algo que se passa no mundo das ideias, alguma coisa esotérica, do astral superior, que não tem qualquer relação com os problemas concretos de uma sociedade. Uma visão materialista dirá que ela é uma prática social, que ela se dá dentro de uma sociedade concreta, em momento histórico definido e, portanto, ela é assunto social. Existem verbas, existem lutas por verbas com destinação específica e políticas dessas verbas. Portanto, quem pensa a ciência como algo esotérico, parabéns. Nesse sentido, há outra pergunta a se fazer, independente de ciência como prática social, independente do sentido político, desse sentido social da ciência, existiria uma reflexão acerca do valor da ciência enquanto produtora de conhecimento, isto é, uma leitura epistemológica da ciência. A ciência é capaz de produzir conhecimento? O conhecimento que ela produz por si só se valida? Em si, a ciência tem todos os requisitos para se validar, para saber que seu objeto de análise está sendo corretamente revalidado? Parece-me que não, que nenhuma ciência

pode, exclusivamente com seus instrumentos técnicos, se validar. Ela necessita, permanentemente, de um intercâmbio, de uma articulação com as demais ciências para que ela possa perder certa onipotência e perceber seus limites. O que tem acontecido com a psicanálise em sua história é exatamente a onipotência. Nós chegamos a ter psicanalistas ilustres – esses “ilustres” podem ser lidos como se quiser – que escreveram artigos sobre “tensões sociais” explicadas psicologicamente... Regimes inteiros eram descritos a partir do seio da mãe, ou qualquer acrobacia do gênero. Uma vez, uma greve de mineiros foi descrita a partir de que os mineiros, quando visavam as picaretas para cavar túneis, se sentiam simbolicamente agredindo o ventre materno; ao não aguentar isso, faziam greve. Nunca se perguntou a esse analista se ele se perguntou quanto é que ganhavam os mineiros e suas condições de saúde. É importante discriminar que qualquer ciência, sendo uma prática social, está sujeita a todas as tensões sociais e, ao mesmo tempo, é uma prática social e, ao ser uma prática epistemológica, é uma tentativa de apropriação cognoscitiva do real que não pode apreender todo o real. Portanto, a ciência está permanentemente sujeita à influência de outras ordens do real na constituição do seu discurso. Se a psicanálise vai continuar exclusivamente atendendo a uma determinada elite, não significa que ela seja psicanálise nesse momento. Não confundir uma ciência, que é uma apropriação cognoscitiva do real, com a prática derivada, e por vezes nem isso, mas rotulada como derivada, como ciência. Pode ser que a psicanálise tenha problemas olfativos sérios, que não goste do cheiro do povo e prefira outro, mas isso é um problema que só vai poder ser resolvido na medida em que os psicanalistas realmente se disponham a pensar a psicanálise como ciência, como alguma coisa que tem de ser feita a partir da teoria, a partir de reformulações, de retificações, a partir da articulação com as demais ciências, e principalmente da aplicação desse corpo teórico, desse instrumento formal-abstrato, a uma realidade concreta, no caso

a realidade brasileira.

### **Sergio Arouca**

– Tenho duas perguntas, uma é em relação a se eu não acharia que a melhoria das condições sanitárias deve caminhar juntamente com a melhoria das condições mentais? Sem dúvida nenhuma, mas o problema é que existem condições materiais de existência, que eu acho que são básicas, que elas devem anteceder qualquer coisa, para que, inclusive, a própria realização do indivíduo como ser humano seja viável. Eu acho que, antes de qualquer coisa, o indivíduo tem que ter o poder de comer, de poder viver, de ter água sem que ela seja uma mercadoria. Tem que ter acesso ao mínimo de bens sociais que ele está produzindo, antes de se pensar em qualquer outra coisa. Acho que se pode correr junto, se pudéssemos destruir a exploração trabalhadora e simultaneamente criar condições para sua realização afetiva, do seu corpo, de sua sexualidade, do seu afeto, acho fantástico. Mas tenho a ligeira impressão que as classes dominadas, exploradas, só poderão conseguir realizar seu corpo, seu afeto, no instante em que seus exploradores acabarem.

# POLÍTICA E HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS

*Roberto Machado*

*Neuma Aguiar*

*Jurandir Freire Costa*

*João Romildo Bueno (Não se registrou sua intervenção)*

## **Roberto Machado**

– Há quase 150 anos, um dos criadores da atual Academia Nacional de Medicina, descreveu o perigo que representa um hospital. Vejamos o que ele diz: “As instalações e os miasmas que nele se geram, infectam não só o hospital como toda a cidade, constituindo-se em foco de epidemia e de contágio”. E o texto continua: “chamo atenção especial sobre os hospitais porque, de todos os grandes estabelecimentos, eles são os que podem ser mais danosos à saúde pública e, porque, de todas as emanações prejudiciais, nenhuma há que mais o sejam do que as que dos corpos que já existem em estado morboso”. Essa constatação de 150 anos atrás é nova e cada vez mais se repete a partir desse momento. É que o início do século XIX vai assimilar o momento em que o hospital, pela primeira vez na história, é percebido como um fator patogênico, como causa de doença e de morte e, portanto, incompatível com a medicina moderna. Até então o hospital não é uma instituição médica, mas uma entidade assistencial religiosa destinada aos pobres doentes, aos forasteiros, aos soldados, aos marinheiros. Quer dizer, não existe uma assistência médica, ela dá unicamente uma assistência religiosa. O plantão, por exemplo, não é feito por médico, mas por um padre, um capelão chamado “capelão da agonia”. A arquitetura do hospital não obedece a nenhum critério médico e, em terceiro lugar, também não existe nenhum médico na sua administração. Quer dizer, a assistência hospitalar é menos uma assis-

tência à doença do que uma assistência à miséria na hora da morte e, além disso, é parte integrante de uma ação caritativa da Santa Casa da Misericórdia que inclui crianças abandonadas, indigentes e prisioneiros. É nesse tipo de espaço onde se encontram os loucos no começo do século XIX. Isso quando eles não vagam pelas ruas ou então, quando eles são ricos, são contidos pelas próprias famílias. Ora, quando o louco está nessa época num hospital, eles se encontram como se estivessem numa prisão. Está trancado, mas até mesmo preso em um tronco que serve durante o dia para prender os escravos. Quer dizer, não é considerado um doente, não recebe tratamento, não está distribuindo espécies, não tem médico ou enfermeiro específico e vive sem nenhuma higiene. Quer dizer, ele pode ser considerado um louco, mas não é ainda um doente mental. No século XIX, a medicina coloniza o hospital. O que é uma ruptura com o passado que pode ser compreendida, me parece, a partir tanto de transformações médicas advindas, nessa época, com transformações econômicas e políticas. Não é, portanto, um acontecimento que se esgota nele mesmo, mas é uma peça de transformações econômicas advindas da abertura dos portos, da intensificação do comércio, da implantação de manufaturas, como também transformações políticas que modificaram o Rio de Janeiro, depois de 1808, e integraram ainda mais o Brasil na nova ordem capitalista internacional. É nesse contexto que os médicos desempenharam um papel fundamental, tanto pelo tipo de análise que fazem, análises geográficas, topográficas, estatísticas, higiênicas, quanto pela elaboração e aplicação de planos de gestão da vida social. O objetivo de tudo isso me parece claro, trata-se de combater uma desordem social, o perigo tanto dos homens quanto das coisas que aparecem como uma decorrência da não planificação da distribuição do funcionamento e do crescimento da cidade. A partir desse momento, a medicina começa a se interessar por tudo que diz respeito ao social. Ela passa a não ter mais fronteiras, o seu imperativo é que ela deve pene-

trar em tudo. Quer dizer, ela é parte integrante das medidas de polícia, como se entendia na época. Ela é uma peça importantíssima de uma nova tecnologia, de uma nova estratégia política de controle tanto dos indivíduos, quanto das populações. Essa nova racionalidade político-administrativa, que caracteriza essa medicina, que os próprios médicos da época já batizavam como sendo uma medicina política e que vai pouco a pouco, não sem lutas e resistências, impregnar o próprio aparelho de Estado. Quer dizer, é essa nova racionalidade que vai se interessar por instituições como a escola e o quartel, a prisão e o bordel, a fábrica e a família. Que vai propor transformação desse hospital patogênico, como é percebido na época e propor a criação de um estabelecimento especializado na loucura, quer dizer, o hospício ou o hospital psiquiátrico. Primeiro imperativo dessa estratégia: expulsar o hospital como também outras instituições da cidade, para que o perigo, que nele se encerra, não se alastre, não contamine. Segundo imperativo: é preciso dominar esse perigo que grassa no seu interior e para isso não basta deslocar o hospital, é necessário transformar tanto o seu espaço, quanto o seu funcionamento e assim destruir a falta de higiene, o aglomerado humano, a ociosidade, a devassidão, a promiscuidade, o vício que estão inscritos no seu próprio corpo. Trata-se de uma intervenção que tem dois aspectos, tanto um aspecto negativo, quanto um aspecto positivo, quer dizer, o que se quer é não somente conseguir com que se morra menos, o que já se tentava desde o século XVIII, com a criação do hospital militar, mas, fundamentalmente, de produzir a cura. O hospital é um operador, a partir desse momento, terapêutico, quer dizer, é uma máquina de curar, para usar essa expressão de um médico francês. É essa mesma política que preside, em 1841, a criação no Rio de Janeiro do primeiro hospital psiquiátrico brasileiro. Ele é também o produto da existência de uma crítica higiênica e disciplinar às instituições de enclausuramento. Essa crítica começa, nesse momento, quando há possibilidade de medicalização de

um setor específico da população que começa a se perceber como sendo desviante e que insere o louco naturalmente. Ele entra assim, entendido como entidade médica, o louco como doente mental, nos objetivos de um tipo de medicina que começa a existir a partir dessa época, e que nós chamamos de medicina social. Quer dizer, o hospício não é uma forma neutra, o hospício é uma instituição, desde o seu início concebido medicamente, que tem como objetivo realizar o projeto da psiquiatria nascente. Quer dizer, em primeiro lugar, isolar o louco da sociedade e, em segundo lugar, organizar esse espaço interno aonde ele deve estar recluso, e a distribuição dos indivíduos, preservando um tipo de convivência que é vista como sendo regular e ordenada. Em terceiro lugar, a vigilância; é preciso vigiar o alienado, o louco, em todos os momentos e em todos os lugares, através daquilo que foi chamado de uma “pirâmide de olhares”. Pirâmide que é composta por médicos, por enfermeiros, por funcionários, por serventes. E, finalmente, distribuir o tempo dos internos, submetendo-os à realidade do trabalho como principal norma terapêutica. Quer dizer, é o clássico tratamento moral que vingou na psiquiatria em todo o século XIX. Curiosa ou terrível máquina de curar, que Esquirol já caracterizava afirmando que “no hospício aquilo que cura é o próprio hospício”. A medicina psiquiátrica do século XIX não se dá fundamentalmente numa relação dual, médico-paciente; o fundamental é essa relação da medicina com a hospitalização. E é o efeito da hospitalização que deve agir sobre a loucura, produzindo a cura. Quer dizer, pelo uso da sua própria estrutura, por seu próprio funcionamento, o hospital psiquiátrico deve ser um operador de transformação dos próprios indivíduos que nele se encontram enclausurados, quer dizer, ele deve agir sobre aqueles que abriga, deve atingir seu corpo, deve objetivar pelo conhecimento, deve modificar o seu comportamento. Em suma, o hospital é parte de uma nova forma de poder, ele é o resultado de uma luta que é ao mesmo tempo intrinsecamente médica e política e que impõe, e



isso a gente percebe, a gente percebe na própria carne, cada vez com mais peso, essa presença normalizadora da medicina que é, segundo me parece, uma das características essenciais da sociedade em que vivemos, quer dizer, da sociedade capitalista. Parece-me que a partir dessa nova forma política que caracteriza o projeto dessa medicina do espaço social – dessa medicina sem fronteira que atua no sentido em que tudo pode ser causa de doença – é a partir desse momento que a loucura e prevenção vão estar para sempre ligadas. Ainda não no sentido, é verdade, de uma intervenção sobre a loucura, antes mesmo que ela ecloda. Quer dizer, a grande pretensão da atualidade da psiquiatria preventiva, mas, enquanto a loucura é caracterizada medicamente como doença mental e, portanto, é um comportamento anormal. E isso no momento em que, formulando uma etiologia social da doença, a medicina urbana detecta diversos perigos que podem ameaçar esse tipo novo de sociedade que pouco a pouco se implanta no Brasil. Quer dizer, coube à psiquiatria uma espécie de divisão de “águas”, uma divisão de tarefas: coube à especialidade psiquiátrica, como é essa instância específica de controle nascida com a medicina social, a tarefa de isolar preventivamente os loucos; não para realizar a sua prevenção, mas prevenção justamente com relação aos outros que não deviam ir para o hospício. Isolar então preventivamente o louco com o objetivo de reduzir o perigo e impossibilitar o efeito destrutivo que essa medicina viu caracterizada na loucura, na doença mental. Quer dizer, se essa psiquiatria, não é ainda uma medicina preventiva, ela é claramente um instrumento de prevenção. Mas nem tudo são flores. O hospital psiquiátrico, desde o seu início, nunca esteve isento de críticas. Ao contrário, as críticas sempre o acompanharam, desde sua origem. Não é um fenômeno recente, é só um fenômeno que se intensifica, cada vez mais. O que é curioso, é que neste primeiro momento, as críticas não são externas, de fora da psiquiatria, de quem já foi internado, de parentes, da família, crítica de quem se sentiu injusti-

çado e pretende denunciar a psiquiatria. Elas são, principalmente, críticas internas, quer dizer, críticas dos próprios médicos, dos próprios diretores dos hospitais psiquiátricos. Como, por exemplo, a gente encontra na passagem do século, nas pessoas ilustres de Nuno de Andrade, de Teixeira Brandão, de Juliano Moreira, que atacam primeiro sua organização arquitetônica, que atacam, que criticam a subordinação do médico ao pessoal religioso, ou então que criticam a ignorância, ou então a maldade dos enfermeiros, sobretudo, policial, jurídico, muitas vezes baseados no favor dos afilhados da Santa Casa, ou então criticam a falta de uma lei nacional de alienados e de um serviço de assistência organizado pelo Estado, inclusive a própria estatização do hospício. O que é curioso é que não se trata de críticas que pararam aí, depois de um problema resolvido, mas são críticas que perduraram durante todo o século XX, chegando ao estado em que elas se encontram hoje, feitas mais ou menos por todo mundo como sendo uma obviedade, um lugar comum. Pedir a morte do hospício, que já está morto há muito tempo. Mas, justamente, me parece que essas críticas são importantíssimas e eu gostaria de partir delas para procurar desvelar a própria natureza, não só do hospital psiquiátrico, mas ousadamente, da própria psiquiatria. Eu diria que o significado dessas críticas é duplo. Por um lado, parece que claramente, se a gente as toma a sério, elas explicitam o fracasso da psiquiatria como uma instância terapêutica. Quer dizer, esse processo de crítica e de proposta de reforma, ele não é novo, ele é uma constante da história da loucura, entendida como doença mental. Significa que se a medicina mental oferece a cura como sua aquisição científica fundamental, até hoje ela não deixou de reconhecer o seu “lado negro”. Só se entra no hospício para nunca mais sair, ou então, na melhor das hipóteses, para logo mais voltar. Por outro lado, me parece que essas críticas explicitam a exigência cada vez mais forte de medicalizar aquilo que paradoxalmente já tinha sido criado como sendo o próprio espaço de medicali-

zação, o hospital psiquiátrico. Essas críticas mostram a dificuldade que tem tido a psiquiatria para impor seus objetivos. Elas tornam claro que resistências dentro do próprio espaço, dentro de sua própria cidade, sempre estiveram presentes impedindo que o modelo médico-político da psiquiatria e da medicina social se impusesse, mas de uma curiosa estratégia de maior poder da medicina, que mesmo atestando incapacidade, impossibilidade terapêutica, longe de pôr em questão, como vocês próprios sabem, a própria psiquiatria, ela serve fundamentalmente de apoio a uma exigência de maior medicalização, de maior psiquiatrização. Ação política da psiquiatria que, além do mais (veremos isso claramente na exposição do Jurandir), nunca se limitou ao hospital, mas que há muito, desde o século XIX, penetrou outras instituições e outros setores da vida social e que cada vez mais refina, purifica, cientificiza seus conceitos para quantitativamente e qualitativamente atingir novas faixas da população, numa evolução que vai do doente ao anormal, bem como hoje em dia nas técnicas mais sofisticadas, ao próprio normal. E tornar a sociedade como um todo, quer dizer, a totalidade da vida social, numa espécie de asilo sem fronteiras, uma espécie de asilo ilimitado; identificar o hospital psiquiátrico e sociedade. Me parece que a questão política da psiquiatria é muito mais extensa e enraizada do que habitualmente se pensa. É daí a questão na qual eu gostaria de centrar esta comunicação. Será que essas transformações contemporâneas propostas à prática e à teoria psiquiátrica, mesmo aquelas bastante sofisticadas que vão vestir de psicanálise seus conceitos básicos, que se intitulam mesmo sem perceber, a tautologia que isso implica, se intitulam psiquiatria social? Será a psiquiatria tal como ela existe desde o século XIX, quer dizer, como uma instância político-científica de controle, mas de um tipo de controle específico da vida social? Que é um controle normalizador que ela expressa através da medicalização, através da psiquiatrização e que acompanha, desde a época de seu nascimento?

### **Jurandir Freire Costa**

– Eu queria partir do ponto que o Roberto já levantou. Um dos tipos de análise possíveis da influência, da pertinência, da natureza, da função política do hospital psiquiátrico é analisar a instituição em si. Um outro é tomar essa instituição e tomá-la no seu funcionamento, natureza, ou estrutura, um capítulo, por assim dizer, de uma política mais vasta, que o Roberto chamou de uma psiquiatrização da sociedade. E que historicamente ele caracterizou, seja no momento de seu início, seja na modalidade de suas práticas concretas de efetivação, como aquele momento no século XIX, em que na sociedade brasileira começa a surgir e se instalar um novo agente social de controle e disciplina, que é a medicina social, através, sobretudo, da prática de higiene. Uma das estratégias manifestadas ou explicitadas pela higiene no controle da sociedade foi a colocação em confinamento desses loucos, desses vagabundos, desses mendigos, desses resíduos da sociedade no hospital. Além dessa política, uma política específica tomou caracterizadamente como objeto a família. Não qualquer família, é preciso imaginar que no século XIX família era sinônimo de família latifundiária, de família colonial, a única que no concreto, na sociedade, tinha até então podido existir no Brasil. Com as transformações econômicas e sociais sofridas pelo Brasil, com a chegada da corte, com a entrada do Brasil na ordem do capitalismo internacional, a cidade precisava ser domesticada, precisava ser domada e entrar na nova ordem da produção além mar, do consumo, da exploração. Aqui no Rio de Janeiro, sobretudo, sede da corte. É em função, a meu ver, dessa estratégia mais global de conversão da família, da conversão dos indivíduos pelo Estado implantada no início pelo Estado português, em seguida pelo Estado agrário, a partir da abdicação, com hegemonia da elite rural... e em função dessa estratégia, que começa a política higiênica de medicina doméstica que vai definir, que vai criar um certo número de necessidades no interior da família, no seio dos

indivíduos, homens, mulheres e crianças, intimamente ligada à função psiquiátrica, à função do hospital.

Esse número de necessidades começou a surgir com a higiene moral, física e mental da família, que procurava antes de tudo destruir toda forma, toda organização familiar autoritária, arcaica, conservadora do patriarcado colonial. O ruralismo de costumes das famílias nativas a partir dos latifúndios dos engenhos, das fazendas, nos seus feudos econômicos, onde importaram a dominação do meio todo e do eixo familiar, impondo-a dessa forma aos setores médios urbanos.

Do pressuposto de onde eu parto rapidamente aqui, é o de que a família citadina, a família organizada, mesmo aquela que pertencia aos setores médios da população, era aquela que equivaleria ao que hoje a gente poderia chamar do senhoreado. Enquanto elite, com o poder político na mão, eles impuseram essa organização familiar, que com a instalação do novo poder, tornava-se inoportuna.

Por que inoportuna? Inoportuna, em primeiro lugar, porque era descomprometida com o poder central. Era uma família voltada para si, era uma família que não tinha convicção nem ideia de que devia funcionar em benefício da sociedade, de que devia criar filhos para a espécie, para a raça e para a sociedade. Essa família era uma família autorreferente, centrada na propriedade, na obediência ao pai, nos deveres para com o pai. A higiene bombardeia essa família, em primeiro lugar para convertê-la a esses novos objetivos sociais. Em segundo lugar, por uma causalidade menos proeminente, mas não menos completa, que era o papel que essa família tinha na própria insalubridade urbana, na anti-higienização urbana. Era a família, por exemplo, que não respeitava a cidade, que construía suas casas onde queria e como podia, que lançava seus dejetos, excrementos e urinas no meio das ruas; era a família que, para proteger os costumes coloniais, fechava as mulheres nas alcovas; guardavam dentro de casa, escravos que amamentavam os filhos. Essa família então era responsável ao mesmo

tempo pela insanidade da cidade, pela insalubridade e mortalidade dos próprios filhos, da própria família. A família colonial habitante da cidade era uma família doente, segundo a higiene. Ela era uma família doente porque os membros dentro de casa não faziam exercício, tinham um corpo flácido, as mulheres eram gordas e amareladas, os homens eram pálidos, apáticos, morféticos ou escrofulosos, segundo a terminologia da época. As crianças tidas, elas eram franzinas, raquíticas, doentes, nenhuma delas tinha aquele corpo que a higiene vai instaurar. Um corpo rígido, atlético, sadio, um corpo que equivaleria *ipsis litteris* ao corpo burguês. A gente vai ver como isso vai se passar.

Uma das intervenções da higiene que se fez dentro da família foi converter esse corpo que era prototípico no tipo ideal do corpo funcionante de uma sociedade de consumo. Esse corpo então, que vai ser o da mulher, o da criança, vai começar a ser forjado através de uma série de estratégias. A primeira delas atingia as crianças. Quando os higienistas observavam que havia uma enorme mortalidade infantil, buscando as causas disso, eles viam em primeira instância que era a amamentação através de escravos. As mulheres do século XIX não amamentavam os filhos, era uma mulher que os higienistas catalogavam como desnaturada, chamavam de mundana. Era uma mulher cuja vaidade, cujo luxo, cujos costumes mundanos lhe impedia de amamentar. Essa mulher mundana, diga-se de passagem, era a mulher criada pela urbanização. A mulher colonial era mulher de alcova, era mulher de fachada naquele tipo de cômodo da residência antiga, que mal respirava o ar pelo ciúme do patriarca, e em segundo lugar, porque em casa era ela que geria a pequena propriedade familiar.

É útil relembrar que a casa tinha outra função na colônia. Ela era uma pequena empresa. A maioria dos víveres, dos utensílios domésticos e dos alimentos que uma família necessitava, era fabricada em casa, e o gerente, o caixeiro, o capitão do mato, se vocês quiserem, do marido, era a mulher. Ela plantava em casa e tinha que gerenciar tudo isso.

Com a urbanização, o que acontece é que começa a se implantar a moda francesa, e o consumo de artigos ingleses. A mulher de casa começa a ser tangida para ser mulher da rua, essa mulher que eu chamaria de “burguesa”, já que seria a categorização sociológica que não se aplicaria totalmente ao contingente social da época. Mas essa mulher burguesa, antes trancada, começa a ser expulsa, ela vai frequentar a Rua do Ouvidor, vai começar a utilizar os banheiros e as privadas inglesas, vai deixar as tinas, ela tem motivos para sair à rua para o comércio, ela começa a ser solicitada, a frequentar bailes, saraus, reuniões e tudo aquilo que está classicamente estabelecido e que a gente tem lembranças para contar. É a mulher que fala francês, toca piano, suspira romanticamente. Essa mulher começa no século XIX, e é a mulher mundana que a higiene vai atacar. É essa mulher mundana, dissoluta na sua vida, inervada e nervosa todo o tempo, que não amamentava, que entregava os filhos a escravas para gozar sem escrúpulos dos prazeres da vaidade do mundo. Essa mulher então é posta em casa, trancafiada em nome da preservação da infância, em nome do direito materno, e vai servir ao mesmo tempo de controle em relação aos próprios filhos.

Outra estratégia de modificação da família através da higiene social foi a domesticação do corpo das crianças. O corpo do menino colonial, do menino antigo, era absolutamente livre do que a gente caracteriza hoje em dia como sendo a boa disciplina infantil. O menino de hoje em dia, polido, higiênico, disciplinado, contido, constipado, esse não existia. Era uma criança entregue no dia a dia à mistura com porco, gato, cachorro, galinha, escravo, negro, doente nos quintais. Era uma criança mais ou menos livre, que não tinha uma escolarização, nem o ritmo que foram imprimidos aos colégios particulares do Rio de Janeiro, a partir de 1831, com a tomada do poder pela elite agrária. Nesses colégios privados, onde a higiene se instala em nome do corpo burguês, se começa a insuflar na educação infantil esses valores. Vo-

cês vão ver que começa a ser combatida essa moral desregrada das crianças, o sexo desregrado e o intelecto desregrado deles. A sexualidade começou a ser combatida, sobretudo, a partir da masturbação, o grande fantasma e o grande espanto do médico. As crianças começaram então a habitar esses colégios em que à noite nos dormitórios tinha sempre uma lamparina acesa, em que os bancos não podiam ficar juntos uns dos outros, porque um começa a bolinar reciprocamente o vizinho, roçando a perna, onde todos eles tinham que ficar sistematicamente separados por idade; onde, sobretudo, as crianças eram proibidas de frequentarem as famílias. Encarceradas nesse colégio, verdadeiro laboratório de formar o pequenininho burguês, o menino que tivesse essa moral absolutamente controlada. Porque, sobretudo, é preciso dizer que a técnica da moralização desses colégios abominava o castigo corpóreo. Esses castigos corpóreos punitivos, para os médicos, segundo eles diziam, não funcionava, porque uma vez que o juiz ou a pessoa que aplicava a pena se afastava da criança ela voltava a reincidir. Começa a se aplicar no colégio a tríplice forma de instalação moral, ou de assimilação moral do outro controle. A primeira técnica, isso que eu falo, está escrito nas teses médicas, consistia no que eles chamavam de dissolução moral, através dos atos contrários às propensões viciosas. Traduzindo isso: se a criança fosse preguiçosa, dava-se mais trabalho, se elas fossem doentes, mais exercício, se elas fossem preguiçosas ou não quisessem obedecer a regra do grupo, no sentido de ser indisciplinada ou no sentido de ser comilona, ou no sentido de ser falta de apetite, a cada um desses vícios você aplicava o ato contrário; eles diziam que a educação nada mais era que a formação de hábitos. Essa era a primeira estratégia.

A segunda estratégia alimentada dentro dos colégios dessa assimilação era a da integração moral dessa punição, era o que eles chamavam de julgamento coletivo. Eles apanhavam a criança, colocavam na mesa junto ao professor e faziam com que os outros coleguinhos



julgassem se ela estava com razão ou não. O que acontecia com isso é que os colegas assimilavam o ponto de vista do professor, condenavam o colega infrator e ele via o julgamento da coletividade como bem fundado, porque havia sido dito por todos. Em suma, havia uma terceira, uma quarta e uma quinta maneira de se domesticar uma criança, mas o fato é que a partir da apropriação dos colégios, a partir da apropriação da mulher, vocês veem a higiene formar em todo o século XIX um indivíduo extremamente preocupado com sua saúde física, com sua saúde moral e sexual. Esse indivíduo é, ao mesmo tempo, extremamente introspectivo e começa a ter um cuidado extremo com a história pré-mórbida, com a anamnese pessoal, com a história da família, examinar o que se passou atrás, como ele foi educado, como ele foi nutrido, como ele foi moralizado, como ele foi instruído. Um indivíduo que começa a ver e a explicar toda a sua interioridade, não mais a partir daqueles parâmetros externos a si, não mais a partir de uma ordem de causalidade que encontrava, sobretudo na ética religiosa, nos mitos de religião católica a explicação para todos seus defeitos. Esse indivíduo começa pouco a pouco a centrar na história individual, nos defeitos do corpo, defeitos do sexo, a doença que ele vai apresentar como adulto. Essa domesticação da família, formou, internamente ao núcleo familiar, uma coesão entre pais e filhos muito mais forte, que era para se proteger do ambiente mórbido e para controlar preventivamente as futuras doenças; além da conjugação e da nuclearização da família, essa família vai ser a clientela ideal da higiene da medicina doméstica.

Isso acontece no século XIX, mas o que eu queria trazer para discussão e debate com vocês, é o que se passa atualmente. Faltam-me dados, como eu desejaria em sã consciência, para postular tão categoricamente a hipótese que agora eu estou apresentando a vocês a respeito do papel da higiene na dissolução da família antiga, nas convenções dessa família e na família nuclear que é a nossa. Família nuclear que cria o corpo burguês com todas essas características que

estou tentando mostrar a vocês: uma intimidação intensa, uma culpabilização interna enorme, um cuidado excessivo com a dor e com o prazer, uma exigência extrema com o bom funcionamento do sexo, um grande cuidado com o bom funcionamento moral. Isso eu afirmo para o século XIX. Eu me pergunto: em que medida isso está sendo transposto para nós e para a gente que está vivendo hoje em dia? Conste que não estou tentando afirmar absolutas identidades, apenas estou tentando chamar a atenção para possíveis analogias, ou possíveis identificações. Quando a gente vê atualmente o frenesi do cuidado com o sexo, quando a gente vê atualmente o frenesi e essa sofreguidão com o bom funcionamento psicológico, eu me pergunto se isso é sintoma de liberação? Sintoma de liberdade? Ou se isso não se inscreve novamente em uma tática de diferenciação do corpo burguês? De um corpo que se quer opulento com relação ao corpo miserável, de um corpo que no Brasil começa a surgir junto com essa mesma parcela dos opulentos, por uma concentração econômica e política que não é desconhecida da maioria e que se instala, sobretudo a partir desses anos, em que surge a elite beneficiada com essa verdadeira corrida para essa saúde. É assim que vocês veem esse cuidado do corpo que vai desde a sauna ao Cooper, desde a massagem ao yoga, desde a macrobiótica à droga. Em tudo isso, o que interessa é fluir, é explorar, é gozar o corpo que efetivamente é esse corpo absolutamente distinto do corpo do favelado, do marginal e do pobre que parece, a essa altura, uma pífia característica, um simulacro de gente, uma ficção de liberdade com relação a esse corpo maravilhoso, dinamicamente desenvolvido que é esse corpo burguês. Esse é o corpo que tem o sexo pleno, absolutamente livre, ao contrário da sexualidade escrava, o oposto daquela sexualidade falsa que é a sexualidade pobre - é esse corpo que consegue gozar em todas as circunstâncias e para o qual o orgasmo continua sendo uma das grandes preocupações. É esse corpo ainda que, extremamente preocupado com qualquer frigidez, com

qualquer desvio psicológico, continuamente corre e embarca em todo tipo de terapia, de psicoterapia e de psicanálise, para poder propiciar tudo isso.

Paralelamente à formação desse corpo, o que a gente vê é uma invasão, a meu ver bastante clara, de todos esses colégios e de todas essas instituições desestabilizando a família. Em nome da criança, hoje em dia, como no século XIX, os pais também são nefastos, absolutamente incompetentes, diante da psicologia, de um teste ou de certa teoria psicanalítica (me parece que eu faço já uma distinção, estabelecendo certa medida e essa indicação é adequada); mas essa profissionalização nos faz ver como se nenhum pai é competente, nem uma mãe é capaz. Novamente, aqui se manipula as crianças, para fazer do adulto um consumidor de serviços psicológicos, quando não de brinquedos da “Estrela”, quando não da diversão da Rede Globo. Em nome desses mesmos valores, a meu ver, esses indivíduos começam a surgir. É a questão que justamente eu coloco a vocês, é essa liberdade e seus equivalentes que a gente vê como uma forma de inscrição diferenciadora, de colocação à disposição do Estado ou do poder que ele articula com a cumplicidade dos interesses profissionais, dessa família que novamente perplexa, inquieta, aflita, que não sabe mais o que fazer.

Efetivamente, para articular com o problema que aqui nos ocupa, essa família, a meu ver, é uma das grandes nutridoras do hospital psiquiátrico, o estabelecimento que é mantido para instilar nelas o medo, e aceitar o serviço psicológico preventivo. O hospital psiquiátrico é mantido para dar às famílias a impressão de que o psiquiatra tem um *locus* científico que lhe dá a caução moral e científica para intervir na saúde mental dessas famílias. Finalmente, a família é funcional porque depois de psicologizada e psiquiatrizada, passa a não aceitar mais quem se desvie da norma que ela aceitou. Então, as famílias exigem do hospital encerrar os próprios parentes, as pessoas com quem ela

convive e de quem ela é responsável e que talvez poderia cuidar, se tivesse maior solidariedade e convicção de que pode protegê-las.

Grosso modo, contando com o tempo que eu tive, são esses os problemas que eu quero colocar.

### **Neuma Aguiar**

– À diferença dos meus companheiros de mesa, eu vou falar aqui sobre a situação atual dos hospitais psiquiátricos e a relação que eles mantêm com o sistema público.

O hospital para mim não é uma organização fechada em si mesma, mas é parte de uma burocracia pública e as políticas de contratação de serviços dessa burocracia pública, o qual traz consequências para o tratamento dos pacientes e para as práticas terapêuticas, ou não, que são exercidas pela instituição.

Eu entendo o hospital não apenas como lugar onde se dá uma prática médica, mas como uma instância do serviço público. Há um conceito que foi cunhado na sociologia para analisar os hospitais, o de instituição total, desenvolvido por Goffman, vocês terão a ocasião de ouvi-lo nesse Simpósio.

O conceito de instituição total pode ter duas conotações: uma é a ideia de uma instituição fechada dentro de si mesma, uma organização que se isola do mundo por suas paredes, por seus muros. *Muros* aí, nesse caso, tem um significado não apenas físico, uma delimitação de espaço social, mas também tem o significado simbólico. Outra conotação de *total*, aí no caso, é a instituição totalitária, é aquela não apenas fechada em si mesma, mas é um lugar onde se dão práticas totalitárias. A instituição total, dentro do conceito de Goffman, foi criada pela sociedade liberal, quer dizer, aquela sociedade onde as pessoas podem se locomover livremente, elas podem almoçar em um lugar, jantar em outro lugar diferente, têm a sua casa onde vivem, elas têm essa casa em um lugar e trabalham em outro lugar distinto, se locomovem, passam parte do tempo em um lugar, parte em outro, adquirem coisas que

desejam, compram todo tipo de artigos etc. Então Goffman procura diferenciar a vida na sociedade liberal, na sociedade de mercado livre, da vida dentro do hospital.

No entanto, a minha perspectiva aqui é de adequar a análise de hospitais à situação brasileira. Nós não vivemos em um país liberal, nós vivemos em uma sociedade autoritária, em um sistema político autoritário. Então, que diferença faria isso para uma análise dos hospitais nesse contexto? Quer dizer, longe de ver o médico como todo poderoso, esse poder médico se exerce dentro dos limites que são estabelecidos pelo Estado. Então, não é o médico que pode tudo, mas o que o médico pode é delimitado por esse poder mais amplo.

Outra questão relacionada com isso é que, dentro dos hospitais públicos, há uma determinada política de contratação dos serviços; nós temos visto demais aqui na nossa sociedade brasileira esta questão, as dificuldades que existem em termos da contratação de profissionais médicos. Dentro dessa situação de insuficiência da contratação de serviços médicos, como é que os hospitais psiquiátricos públicos organizam os seus serviços? Quer dizer, dentro desse parâmetro, dessa perspectiva, dessa limitação colocada pelo Estado, de não contratação dos serviços, como é que os mesmos são exercidos dentro do hospital?

Com essa pergunta na cabeça, não vendo a instituição apenas como totalidade, como um fechamento dentro de um sistema, mas como parte de uma máquina mais ampla, é que procurarei analisar essas formas de desempenho de serviços dentro do hospital. Então a política de contratação dos serviços permite diferenciar dois estratos dentro do hospital. Nesse que me referi ainda há pouco, Goffman, quando vai falar do hospital psiquiátrico, ele fala de dois estratos. Um é o estrato que tem acesso ao mundo lá de fora, que ele denomina de “*staff* psiquiátrico”. O *staff* psiquiátrico, aqui no caso, compreende todas as pessoas, não apenas os médicos, mas todos os serviços ad-

ministrativos, serviço psicológico, todo o pessoal que atende dentro do hospital.

Agora, dentro da situação brasileira nós podemos distinguir dois estratos bem distintos, quer dizer, aquele era um estrato em que as pessoas tinham acesso. O outro estrato é daquelas pessoas que vivem permanentemente dentro do hospital, quer dizer, os pacientes. Na nossa situação, todavia, nós podemos distinguir o funcionalismo público como aquelas pessoas que possuem vínculo empregatício burocrático estatal e, portanto, dentro desse serviço burocrático possuem uma posição social mais elevada. E os especialistas, que tendem a possuir um status educacional mais alto, porém, não pertencem ao quadro de funcionários, com algumas exceções. E os pacientes, nesse caso, que provêm de status econômico baixo, nos hospitais que eu analisei, eram as pessoas que provinham do status socioeconômico mais baixo de toda a sociedade, porque eram pessoas que não tinham emprego, não tinham vínculo empregatício fixo com instituição alguma.

Dentro dessa composição, podemos distinguir várias situações. Uma das situações que podemos distinguir é aquela onde há poucos médicos e os médicos não frequentam muito o hospital, não vão muito ao hospital. Então se temos por um lado um modelo de sociedade liberal, quando os médicos deixam de ir ao hospital, as enfermarias assumem também um caráter de *laissez-faire*, quer dizer, elas se distribuem em termos de organização social, de acordo com as características das pessoas que lá estão. Assim, as pessoas que têm mais dificuldades de comunicação são aquelas que encontram as piores condições de existência no hospital, frequentemente ficam nuas no pátio sem o menor atendimento e com as enfermarias piores. Aquelas pessoas que às vezes são internadas por distúrbios alcoólicos e que então não têm condições de beber dentro do hospital, que logo se recuperam, elas, então, têm acesso às enfermarias melhores, têm mais poder de barganha e assim se distribuem dentro do espaço hospitalar de uma forma

mais vantajosa. Uma segunda possibilidade, em termos de um pequeno número de médicos, em outro país, na Inglaterra, começou a haver uma perspectiva de tentar envolver os próprios pacientes nas formas de tratamento. Quando isso teve origem, denominou-se de comunidade terapêutica. Isso ocorreu, devido à Segunda Guerra Mundial, as pessoas tendo ido para a guerra, havia poucos médicos ou pouco pessoal disponível para desempenhar o serviço dentro do hospital. Dessa maneira, começaram a organizar serviços de forma com que os pacientes comesçassem a servir como auxiliares no sentido de aumentar o número de contatos entre eles mesmos, de aumentar a comunicação e deles mesmos administrarem o hospital, porque não havia pessoas que pudessem exercer essas funções. Como consequência disso, o que se começou a descobrir é que as pessoas podiam logo deixar o hospital. E na primeira situação que eu descrevi, na primeira forma, as pessoas permaneciam muito tempo no hospital; e nessa segunda forma, as pessoas começaram a deixar o hospital rapidamente.

Aqui no Brasil, não com esse sentido de haver poucas pessoas disponíveis, mas pela própria forma imposta pelo serviço público, começaram a ser feitas também experiências em termos de comunidade terapêutica. Quer dizer, começou-se a administrar socialmente o espaço dentro do hospital, partindo do ponto de vista de que os próprios pacientes podiam fazer isso. E o papel do terapeuta nesse caso, seria de prover uma circulação das pessoas dentro das enfermarias, de tal forma que as que tivessem melhores condições não ficassem com os melhores lugares, mas que houvesse certa distribuição social dos escassos recursos disponíveis dentro do hospital.

A experiência que tivemos aqui no Brasil, uma vez que se começou a falar de comunidade terapêutica, foi que várias pessoas começaram a se interessar por isso e essa questão também começou a ser acionada com a penetração da ideologia psicanalítica dentro dos hospitais. Naquele primeiro momento ao qual eu me referi, os médi-

cos possuíam uma atitude mais organicista, quer dizer, colocavam o distúrbio dentro das pessoas como um mal orgânico, então havia pouca perspectiva em termos de interpretar socialmente as questões dos pacientes. E como havia pouca perspectiva de análise sociológica, nesse caso então, a situação era aquela de *laissez-faire*. No segundo momento, a situação de comunidade terapêutica, as questões sociais começam a aparecer em termos da própria distribuição do espaço. No terceiro momento, nós temos uma associação entre essa ideologia psicanalítica e os grupos das comunidades terapêuticas. Como havia um número baixo de pessoas e como essa questão começou a surtir efeito, a comunidade terapêutica tornou-se uma forma de resolver as dificuldades pelas quais os hospitais psiquiátricos brasileiros estão passando agora.

Então, havia uma carência de pessoal. Dessa mesma forma, a fim de conseguir outras pessoas que exercessem esses serviços, começou-se a lançar mão de bolsistas, de estagiários, de pessoas que poderiam prestar serviços ao hospital a baixo custo. Para que isso ocorresse, um atrativo tornou-se necessário. O atrativo era exatamente os serviços que seriam oferecidos, não apenas como serviços, mas como instituição. As pessoas aprenderiam assim a tratar os pacientes, e essa aprendizagem se daria dentro de uma prática psicanalítica. Dessa forma, as pessoas que participavam dessa comunidade, depois poderiam exercer essas funções fora da comunidade. Na verdade, o vínculo dessas pessoas era muito tênue e essas pessoas também se tornaram, quer dizer, um movimento liberalizador dentro do hospital. Naturalmente, como o vínculo dessas pessoas era tênue em relação ao serviço público, as experiências tiveram uma limitação e logo cessaram de ter existência, quer dizer, uma vez que o serviço público, pudesse dizer “damos bolsas ou não damos bolsas”, já colocava então a impossibilidade daquele movimento tomar conta de todo o hospital. Essa situação não diz respeito apenas a essas asso-



ciações de práticas psicanalíticas com práticas psiquiátricas dentro do hospital. As limitações se apresentam mesmo que elas sejam exercidas de uma forma não psicanalítica, na medida em que outro movimento aparece. Também, no segundo hospital público que nós analisamos, foi a constituição de um sistema de ambulatório. Muito embora por vezes copiando as práticas psicanalíticas, frequentemente são baseadas apenas na aplicação de drogas. Então, mesmo com serviços ambulatoriais, baseados principalmente no uso de drogas, uma vez que esses serviços tenham sido apresentados à população como uma forma de diminuir o número de internamentos, nem assim essa movimentação em termos de crescimento de ambulatórios, pode se dar, uma vez que, para atender ambulatorialmente, também é necessário um grande número de pessoas disponíveis, para o exercício desse serviço.

De alguma forma, o crescimento dos serviços, ou que o próprio sistema psiquiátrico possa atender à população que solicita, encontra uma limitação que é exatamente colocada pelo sistema público, na medida em que esses profissionais não são contratados. O que ocorre então é que há uma passagem desses profissionais pelo hospital, mas com o sentido de exercer a sua própria carreira. Por outro lado, os hospitais ainda mantêm as suas funções de emprego nos sistemas públicos. Tendo como exemplo, em 1965 (todos os dados da época subsequentes são os mesmos), um dos hospitais que analisei tinha 189 pessoas, eram nove médicos psiquiatras, seis clínicos, um acadêmico, nove enfermeiros, dois assistentes de enfermagem, trinta e cinco serviços, quatro cozinheiros, uma nutricionista, três barbeiros, quarenta e seis guardas, trinta e cinco atendentes, um auxiliar de práxis terapia, dois dentistas, dois assistentes sociais, dezesseis assalariados por verbas especiais, dois auxiliares de enfermagem, um prático de farmácia, dezesseis auxiliares de portaria, três alfaiates, três escriturários, cinco escreventes de datilógrafos, um trabalhador sem função específica, quatro enfermeiros auxiliares e cinco caldeireiros. Para vocês verem, é

essa a população de um hospital psiquiátrico, que é imensa. E também havia uma enorme resistência, quer dizer, qualquer iniciativa que se tomasse dentro desse tipo de situação as pessoas ficavam imensamente ameaçadas, porque iria acabar o hospital psiquiátrico, e terminando esse serviço, também cessaríamos os empregos dentro dos hospitais.

Então essa resistência na verdade é gerada por todas as pessoas que já estão vinculadas ao sistema público. Até hoje nós encontramos pessoas sendo internadas, o número de leitos diminuiu, mas o número de reinternações também tende a aumentar. Se não no mesmo hospital, através de uma carreira padrão de circulação de pacientes, dentro de vários hospitais. Essa é a carreira dos pacientes.

#### **Interlocutor não identificado**

- Como você localizaria este enfoque, a nova corrente que preconiza a volta do médico de família?

#### **Jurandir Costa Freire**

- Eu acho o seguinte: penso que a colocação do médico de família teria que ser extremamente desmembrada, porque na verdade por este termo, eu acho, se entende uma pluralidade de figuras de profissionais incrível. Dentro dessa categoria de médico de família, você vê, em certas correntes de medicina social, que preconiza a ideia de médico de pés descalços a título do que se fez na China e em certos países da África, ou seja, um técnico em saúde que não seja necessariamente um profissional formado na universidade com seis anos de curso, até a ideia de que o médico clínico voltasse a exercer um tipo de profissão liberal que ele tinha exercido e que começou a se implantar no século XIX.

Bom, em relação à ideia do técnico de saúde, do médico de pés descalços, ao atendimento da população, eu particularmente acho que é uma ideia simpática. Simpática não no sentido de bonitinha, mas uma ideia que poderia ser eficiente. Os modos de viabilizar essas coisas são outros. Eu acho que retirar do médico a tutela ou a única capacidade

de tratar as doenças na família é uma coisa que eu vejo como desejável para a sociedade brasileira no nível da população carente. Com relação ao médico de família, eu acho que a partir do que a gente vê no sec. XIX, ele foi o protótipo do começo da medicina, ele foi o começo da intervenção do Estado dentro da família. O começo foi através da medicina doméstica, como eu tentei dizer para vocês, que começou esse tipo de disciplinarização. Eu vejo hoje em dia, essa coisa que era tão invisível, porque em função da especificidade e do valor da técnica e da ciência, eu acho que dificilmente a família vai acreditar nesta ideia de que esse médico poderia saber tudo, como eu não vejo isso como uma alternativa possível; isso aparece ao você tentar automatizar e retirar essas pessoas dessa tutela, dessa suposta ciência, ou dessa influência intrinsecamente política, ou dessa política científica. É isso o que eu poderia dizer em relação a isso.

### **Interlocutor não identificado**

Um professor meu me disse: “Não existe doença mental, o que existe são conceitos”. A minha pergunta é a seguinte: O senhor concorda? E se concorda qual seria então a função dos hospitais psiquiátricos?

### **Jurandir Costa Freire**

– Eu não sei o que esse professor quis dizer com isso, ele pode ser um professor positivista racionalista, que acha que o fato não existe, só existe o construto abstrato e que os objetos são uma mera percepção, uma mera superfície, cuja única realidade é a inteligência ou a inteligibilidade racional que eles emanam à consciência de quem observa. Se for nesse sentido, eu acho que é uma discussão metodológica; eu respeito esse ponto de vista, não teria nada a responder. Bom, eu acho que é uma opinião que eu prefiro abordar de outra forma, historicamente, mas acho que é uma modalidade de pensamento da racionalidade científica ou não, que existe. Está aí Bachelard, está aí Comte e todos os seguidores dele. Agora, se ele quer dizer que o fato

da loucura ou de certo modo de existir psíquico não é doença, então, eu acho que negar isso não estou de acordo. Acho que empiricamente, mesmo quando você vê o estatuto social que o louco, ou essas pessoas perturbadas, digamos, que funcionam de uma maneira diferente dos outros. Trata-se, eu acho, de um fato empírico observável. Eu pelo menos não nego a percepção que de meus sentidos emana, porque é uma diferença que eu posso ver. Agora, se é doença mental, aí eu acho que é uma questão que eu preferiria não discutir porque ela é muito complexa. Eu não estou me subtraindo, mas o termo doença mental foi criado dentro da psiquiatria, de maneira que ele vem conotado com toda essa carga histórica que a gente acabou de analisar agora. Eu digo a gente, porque o Roberto e eu tentamos falar da situação de agora. Você caracterizar doença mental ao mesmo tipo de modelo orgânico, eu acho que não é aceitável. Acho que a nosografia organicista que ainda subsiste e a que vem por aí, não tem nada a ver. Se você caracteriza a loucura como um disfuncionamento psíquico, nesse caso se torna passível de ser objeto de uma intervenção terapêutica; aí a minha posição pessoal é que é aceitável, porque no meu ponto de vista o que existe não é a falta de opção de você simplesmente deixar isso de mão, ou imaginar que isso pode se solucionar por si só apenas, uma vez que o paciente fica integrado no estatuto social menos repressivo, menos discriminador, menos classista ou menos racista. O que suponho e adoto é que este modo alterado de funcionamento particular, quando ele já atinge certo nível, certo limite, ele é desarmônico para a próxima pessoa, se traduz em sofrimento, e obviamente essa pessoa necessita de auxílio. Então, neste sentido, que você chame de doença mental ou não, eu acho que pela minha profissão, consiste em dispor-se a auxiliar.

### **Interlocutor não identificado**

– Que modelo teórico prático você proporia, se é que pode existir, levando em consideração a situação sociopolítica no sentido do

tratamento das enfermidades mentais em uma instituição psiquiátrica evitando a iatrogenização médico-institucional?

**Jurandir Costa Freire**

– Nada, não existe. No modelo socioeconômico que a gente tem vai ser sempre iatrogênico, como é, em certo modo, iatrogênica toda a maneira que a psiquiatria, psicologia e a psicanálise são exercidas. Quem é profissional como eu, está marcado em uma situação em que pessoalmente só vejo uma saída, com a modificação total da sociedade. Fora da barca não tem a salvação; eu sozinho, o bloco do eu sozinho não existe nesse carnaval. Ou muda a coreografia toda ou então não muda nada; a escola vai continuar lucrativa e analfabetizante e a medicina iatrogênica.

**Interlocutor não identificado**

– Jurandir, dentro de suas hipóteses apresentadas, todo hospital se mantém como necessidade de controlador social, como intervir nesse mecanismo?

**Jurandir Costa Freire**

– Eu acho que já respondi antes, a meu ver só com uma reformulação política e econômica da sociedade. Eu não sou cientista político, mas vocês entendem, ou muda tudo, ou assim não dá.

**Interlocutor não identificado**

– Jurandir, parece que a psiquiatrização da sociedade se inscreve como um caso particular na distribuição e organização de algo mais abrangente, talvez como o modo de produção vigente. A psiquiatrização é como que a explicitação de determinado espaço em certa dimensão do social, de certa dinamização do poder. Considera a ideologia da psiquiatria como autônoma, ou inscrita nesse algo que ainda não é claro?

**Jurandir Costa Freire**

– Como a pessoa que acaba de falar, para mim também não é absolutamente claro, eu não me considero apto para fazer uma análise

política, social e econômica absoluta da situação do Brasil. Mas eu não considero a ideologia psiquiátrica como autônoma. Eu acho que ela tem um caminho particular que a gente precisa estudar, mas eu não sou dos que acreditam em um poder médico, que virasse essa espécie de metafísica, ou que caminhasse completamente à parte do poder de Estado. Eu não acho que ele é uma emanção completamente à parte do poder do Estado. Eu acho que ele é uma emanção, não é uma emanção simples, mecânica, intencionalista, finalista, como às vezes em certas análises mais simplórias se quer ver, acho que há interesses próprios e interesses entre eles, o poder estatal e a ordem política econômica. Existem contradições que é preciso analisar para a gente perceber o caminho interno, mas no fundo, a meu ver, em última instância, eu não acredito que se trate de uma dependência direta.

Como aproveito para dizer de antemão que não acredito que a alternativa contra a ordem repressiva do poder médico seja a desordem sistemática, nem a simples transgressão individual. Com essa maneira de gestão se corre o perigo da instauração de outra ordem pior que a anterior, mesmo que a gente esteja disposta a correr o risco de ter depois que rever dialeticamente um curso da história que começou revolucionário e venha se tornar repressivo. Mas que muitos componentes da psiquiatria são tentáculos do Estado e do Capital, não tenho dúvidas.

#### **Interlocutor não identificado**

– Por que as críticas aos hospitais psiquiátricos são feitas principalmente pelos próprios psiquiatras, e assim sendo, por que não se tomam as providências necessárias, e quais seriam essas providências?

#### **Interlocutor não identificado**

– Parece-me que a questão não é transformar o hospital psiquiátrico em comunidade terapêutica e outro sistema, e sim acabar com o hospital. O hospital por si mesmo seria uma instituição repressora, certo? Em termos práticos, supondo que há que acabar com os comportamentos de custódia violentos ou ameaçadores, pré-julgando um

diagnóstico, que faz com que uma pessoa esteja presa por uma possível doença mental. O que você sugeriria para o tratamento, se é que poderia chamar assim a qualquer intervenção que se tornasse uma relação respeitosa com essa pessoa?

### **Interlocutor não identificado**

– O movimento que está havendo no trabalho psiquiátrico com doentes mentais consiste na não internação dos mesmos. Até que ponto, ao invés de ser um trabalho em favor do cliente, não seria um trabalho imaturo no sentido que essa pessoa vai ter que conviver com uma sociedade discriminatória que poderá até utilizar a posição do poder da normalidade para influenciar negativamente a vida deste ser diferente?

### **Roberto Machado**

– Eu começaria em relação à questão das providências. A impressão que me dá, é que uma das tendências da gente é criticar o fato de providências não serem tomadas e, sobretudo, de criticar determinadas medidas avulsas. Não parece que essa posição, digamos, esgote a problemática que aqui foi elaborada. Quando a gente analisa o problema historicamente, me parece que uma série de providências foram tomadas, eu tentei mostrar algumas. Na situação catastrófica dos loucos, na Santa Casa de Misericórdia, uma providência importantíssima foi tomada, a construção do primeiro Hospital Psiquiátrico do Brasil; depois, no final do século, digamos na passagem do Império para a República, a gente vê claramente que os médicos exigiram providências concretas que foram efetivadas, por exemplo, a expulsão das irmãs da Santa Casa de Misericórdia, depois a estatização do hospício, e a tomada do poder total do médico sobre o estabelecimento que antes ele compartilhava e ainda hoje em certos lugares compartilha, com os irmãos da Santa Casa. Em seguida, a criação de clínicas privadas. Esses estabelecimentos privados não são de hoje, desde o século XIX elas existem e foram criadas como opção para as classes que podiam

aí entrar, como opção para um hospício que cada vez mais se tornava repressivo. Ainda a gente encontra as colônias, as colônias agrícolas que foram pedidas como uma providência baseada numa nova racionalidade científica da psiquiatria. Quer dizer, eu ousaria dizer para você, que me parece que a única crítica possível da psiquiatria, não é a crítica dos abusos da psiquiatria, da irracionalidade ou mesmo da repressão, da violência policial. O que é pior, talvez mais do que isso, é que as próprias alternativas, as próprias providências tomadas ou sugeridas pelo poder psiquiátrico vão numa determinada direção e só num determinado sentido, que é de reforço de um específico, digamos, poder psiquiátrico que se exerce como controle de todo tipo de população.

Agora, quando a gente analisa historicamente o fenômeno, é curioso notar o seguinte: o psiquiatra não é basicamente um policial. Isso é importante porque implica a possibilidade de resolver um problema que foi colocado pela sociedade burguesa na Europa. Trata-se da sociedade advinda da revolução francesa, da qual a psiquiatria nasceu. É que é justamente a partir do momento em que a loucura não podia ser um caso de polícia sem infringir um dos postulados básicos da sociedade burguesa, que é nesse nível uma sociedade liberal, do contrato social, onde o louco aparece como perigoso. Mas ao mesmo tempo ele aparece como inocente, ele aparece como alguém que não infringiu o contrato por sua vontade. O louco é alguém que não é passível de medida de polícia sem que você caia num regime repressivo, de arbitrariedade, de arbítrio real.

Veja bem, a situação da psiquiatria em nossa sociedade moderna capitalista é fundamental, justamente porque ela é uma alternativa ao caso de polícia, é uma possibilidade de você enclausurar o louco, não só dentro das normas, mas também dentro das regras, dentro das leis de uma determinada sociedade. Então é justamente o resultado de uma luta. Isso é que é curioso, é lutando contra a medida repressora



do antigo regime que a sociedade liberal, a sociedade do contrato, a sociedade que instaurou essa ideia que hoje no Brasil nós exigimos ainda, de direitos e deveres do homem, foi a que pediu a psiquiatria.

Pinel, ele é visto como libertador do homem. O que a gente nota, quando faz uma análise histórica, é que aquelas pessoas que estavam enclausuradas naquele regime repressivo do antigo regime, todas elas foram libertadas, menos o louco. E para que o louco continuasse em um lugar fechado de repressão foi preciso que fosse criada toda uma teoria psiquiátrica que justifica, a partir da medicalização da loucura, essa possibilidade legal do internamento. Quer dizer, um novo estatuto do louco como o doente mental, da possibilidade de que a medicina como órgão técnico-científico, órgão médico-político, pudesse continuar atuando sobre ele. Então, veja como é uma espécie de paradoxo histórico que se deveria considerar, é que quando a gente experimenta, vê ou pensa sobre a realidade do que é um hospital psiquiátrico hoje, sobretudo no Brasil, a gente vê claramente que o que impera lá é o regime o mais repressivo possível. A situação do louco em um hospital psiquiátrico, em um asilo, em uma comunidade agrícola etc são desesperadoras. Ora, que certa transformação foi operada historicamente, quando você pensa que os forenses psiquiatras do século XIX, quando você pensa quem foi Pinel e quem foi Esquivel etc você vai ver o seguinte: eles foram o suprassumo de um saber bastante elaborado cientificamente sobre a loucura. E não é só isso, eles estavam na vanguarda de todas as medidas assistenciais propostas em relação aos desvalidos, propostas em relação a toda franja de população que começava a ser vista como delirante, como marginal. É isso que eu acho que a gente deve pensar, a psiquiatria nascente do século XIX foi uma vanguarda assistencial no sentido em que ela se inseriu no movimento filantrópico e ela deu uma possibilidade científica para essa filantropia da burguesia que se realiza em relação a toda uma classe que estava surgindo, que era o operariado. É justamente na sua origem, a psiquia-

tria, como a própria medicina, foi um dos fatores principais para a criação desse proletariado. Foi necessário tomar esse marginal, tomar esse desviante, trabalhar sobre ele (Jurandir mostrou muito bem isto), fabricando um novo corpo, que primeiro foi o corpo burguês e pouco a pouco se enraizou no proletariado. Isso foi feito justamente a partir da ideia de que o trabalho aparecia como conceito básico da economia, aparecia como uma fonte de todo o valor, como a origem de toda a produção da riqueza. Então, há toda uma transformação econômica da sociedade que faz com que no nível político, surgisse uma série de técnicas, que são técnicas políticas, mas são procedimentos que têm índices de cientificidade. Veja bem, isso é o que eu acho importante, a psiquiatria nasceu na égide da cientificidade e, se ela foi para o hospital, foi porque ela quis decalcar o modelo de assistência médica fundamental da época que era o hospital. Agora o que tentamos mostrar é que a psiquiatria nunca se restringiu ao hospital, e cada vez mais a gente chega à conclusão de que o hospital, ao invés de curar, ele é produtor da loucura. Veja bem, criticar hoje o hospital não exige muita coragem, mas também não é nenhuma obra revolucionária, é uma constatação feita pelo próprio governo. Então veja bem, o que eu acho importante, é que no momento em que o hospital se encontra como se encontrava antes da própria psiquiatria, um hospital não médico, um hospital religioso, mas que era justamente uma entidade repressiva, que pedia o nascimento do hospital psiquiátrico, hoje é o próprio psiquiatra que aparece como o novo Pinel, criticando o próprio hospital psiquiátrico e oferecendo alternativas que são ainda psiquiátricas, embora não estejam subordinadas mais ao hospital psiquiátrico. Quer dizer, o que nós vemos hoje é que para a própria psiquiatria, o hospital é visto como uma carcaça, uma velha carcaça que antes de ser um instrumento político da psiquiatria, ele é o empecilho para que a psiquiatria se realize. E é justamente nessa nova percepção que a própria medicina criou, que se coloca um difícilíssimo problema, que justamente

acho que norteia todas essas perguntas, é a questão da alternativa. Parece-me que nessa análise histórica que fizemos, que defende que a saída do hospício não é uma alternativa para a psiquiatria, não era tão válida justamente no século XIX, quando a psiquiatria era ainda bastante incipiente. Será no Brasil até o começo do século XX, quando realmente aparecem os grandes representantes da psiquiatria, os grandes clínicos e aqueles que conjugavam um novo tipo de prática com um novo tipo de saber. Hoje o hospital psiquiátrico tendo falido, toda uma nova teoria psiquiátrica, importada, sobretudo dos Estados Unidos é vista como uma opção, como uma alternativa da própria psiquiatria ao hospital psiquiátrico. Não quero dizer que um seja melhor que o outro, isso não me interessa. Acho que politicamente o abuso e a repressão do hospital psiquiátrico, devem ser eliminados, e essa é uma palavra de ordem fundamental: lutar pela destruição dessas casas, que são mais recintos de morte do que dispositivos de saúde ou terapia. O que eu acho importante é que a gente não pode ficar nisso, essa palavra de ordem não pode ser caucionada por outra teoria psiquiátrica que opõe a crítica desse espaço de internamento, uma saída que ainda se quer psiquiátrica, porque fica no nível de uma psiquiatria comunitária, de uma psiquiatria de setor, de uma psiquiatria preventiva. Ora, me parece que a situação é muito mais complicada. É muito mais complexa porque não basta denunciar a própria repressão, mas me parece que também é importante denunciar esse novo exercício do Estado, que, de um lado, reprime, mas que não contenta somente em reprimir. Eu gostaria de dizer que no Brasil o poder só reprime quando ele não pode normalizar, quando ele não pode medicalizar, quando ele não pode atuar positivamente sobre um comportamento. Quer dizer, o importante é tornar a gente responsável, e não é a repressão que fundamentalmente faz isso, mas uma série de aparelhos, sejam eles estatais ou situados fora do Estado, que vão pouco a pouco mudar o nosso corpo, mudar os nossos hábitos, mudar o nosso comportamento e fazer com

que nós possamos ser úteis a toda uma estratégia da burguesia. Toda uma estratégia do capitalismo que não se interessa em punir ou mutilar, ela só faz isso quando a gente não é bem responsável, quando a gente transgride justamente de uma maneira absoluta esse projeto político normalizador. Ora, nesse sentido, parece que a psiquiatria pode ser criticada não somente como repressiva, mas ela também deve ser criticada como normalizadora. Para reprimir você não precisa de um sofisticado saber, não é necessária nenhuma ciência, a repressão é cega, mas para essa transformação do comportamento que nós tentamos analisar, tanto diretamente nos hospitais, quanto na família, ela precisa de todo um saber e é aí que a psiquiatria, a medicina e uma série de saberes científicos vão atuar na sociedade, procurando transformar o comportamento e transformar a gente em pessoas não só úteis, mas dóceis politicamente. Ora, esse é o terrível dessa questão, porque no fundo nós não temos resposta, ao menos eu não tenho resposta, eu que não sou psiquiatra, psicanalista, sou somente um rele filósofo e um historiador da ciência. Então, o que me interessa fundamentalmente é estudar a origem, a gênese desses novos mecanismos de poder para dar uma dimensão histórica à luta de todos nós, quer dizer, o que acho que é importante, é que nós descobrimos que muitas vezes as palavras de ordem dadas pelas pessoas que costumam fazer uma crítica radical da psiquiatria e da medicina, são nada mais e nada menos que a repetição das palavras de ordem que os médicos do século XIX já davam aqui no Brasil, quando tentavam implantar essa medicina social, essa psiquiatrização do hospício, essa psiquiatrização da família. Então para finalizar, queria dizer somente que essas questões aqui são terríveis para nós, mas são questões para todos nós que devem orientar a luta de cada um de nós e, sobretudo, daqueles que são especialistas psi, que estão dentro do hospício, dentro de seus consultórios, que estão nessas comunidades terapêuticas. Parece-me que uma linha de trabalho é conjugar uma crítica global, radical ao sistema

de nomeações de nossa sociedade, com pequenas experiências concretas que procurem dar conta da doença, da questão da loucura sem cair nessa cilada, nem nessa arapuca de normalização da medicalização ou da psiquiatrização.

### **Interlocutor não identificado**

– Trabalhei cerca de 3 anos em uma comunidade terapêutica aqui no Rio de Janeiro e, como todas as outras de meu conhecimento, foi extinta, retornando ao sistema clássico psiquiátrico. Penso que entre outras razões do uso do poder político da cúpula, de graves problemas financeiros no país, de pouco respeito à saúde e educação, há também outra explicação que me parece ser pertinente à explicação dos extermínios das comunidades terapêuticas. Penso que as comunidades terapêuticas que têm como objetivo principal ressocializar o paciente e colocá-lo de volta no âmbito social ativamente, isso implicaria em termos de neguentropia ao próprio extermínio da segregação, do enclausuramento e da doença mental. E como esse enclausuramento satisfaz a necessidade da sociedade de depositar a doença e enclausurá-la, então as comunidades terapêuticas iriam impossibilitar cada vez essa deposição. O que pensam disso? E o que acrescentam se concordam?

### **Neuma Aguiar**

– As comunidades terapêuticas não terminam com o sistema de internamento, o que houve foi uma tolerância maior por parte das pessoas que faziam parte da comunidade terapêutica com relação aos hospitais, então houve um alto índice de fugas. Observando os dados vimos que aumentou o número de evasões de forma incrível e ao lado disso o de reinternações, porque o número de leitos é delimitado pelo Estado, então esses leitos estavam constantemente sendo ocupados. Isso não quer dizer que ela tenha eliminado o sistema de internação, apenas se apresenta de forma mais tolerante para facilitar essa circulação dos pacientes no hospital, aceitava que as pessoas fugissem

ou que saíssem, mas também aumentou o número de reinternações. Esses dados serão publicados no próximo número da revista “Dados”.

# CURSO: INTRODUÇÃO AO ANTI-ÉDIPO

*Félix Guattari (Aulas 1 e 2\*\*\*\*).*

## **Félix Guattari (Aulas 1 e 2\*\*\*\*).**

– As teorias, e muitas vezes as intervenções no campo das Ciências Sociais, as chamadas Humanas, as Políticas, as Semióticas etc, com certa lamentável predominância, trabalham exclusivamente com palavras.

Comecei enfatizando para vocês que, como poderão observar que, hoje em dia, para tratar das coisas importantes no mundo, não se pode, ao tomar em conta questões de palavras, nem por meio de palavras. Nesta exposição não poderemos mais que exprimir-nos, colocar os problemas e as saídas em termos de palavras. Acrescentemos que em tudo quanto tratemos, há participação de máquinas. Existe uma realidade e modos de abordá-la que remete às máquinas. Para mim, essa questão das máquinas acontece não só num encontro internacional como este, mas será encontrada em todos os ramos de produção, quer seja na produção mercantil ou de qualquer outra natureza, por exemplo, na produção cinematográfica, na produção artística, mas também, na produção de desejo. Eu penso, junto com meu amigo Gilles Deleuze, que o inconsciente está povoado de máquinas e é cada vez mais povoado de máquinas. Com a condição de que tenhamos uma ideia um pouco diferente da que habitualmente temos do que é uma máquina. A máquina, no sentido mais comum é algo que tem engrenagens, pêndulos, pensa-se, pois, em uma bicicleta, em um relógio. Mas há também máquinas de outra natureza, bem mais estranhas e inquietantes, como

---

\*\*\*\* Nota da RT. Por problemas na transcrição, juntamos a aula 1 e 2.

\*\*\*\*\* Nota da RT. Por problemas na transcrição, juntamos a aula 1 e 2.

os computadores, por exemplo. Há também máquinas econômicas, se diz, e com justiça, que a bolsa de valores é uma curiosa máquina.

Para saber exatamente o que é uma máquina, é preciso compreender que nunca se trata apenas de engrenagens materiais, mas de um funcionamento que põe em jogo formas, coloca em jogo sistemas de signos e, no fundo, trata-se de algo que implica certa adjacência de um indivíduo com a máquina. Em toda a tradição humanista queixa-se de que a máquina vai absorver o indivíduo. Mas de fato não é verdade que as coisas se passem desse modo; creio que são os indivíduos que absorvem as máquinas. É verdade que sistemas sociais transformam os indivíduos em engrenagens de máquinas. Mas são máquinas velhas, alienantes, que se servem dos indivíduos não como produção saudável, mas como engrenagens de velhas locomotivas.

Então, toda questão é que os indivíduos se servem das máquinas e não são, de modo algum, alienados pelas máquinas. De modo que vamos começar recusando toda ideia de retorno à natureza contra o maquinismo. Quando, com Gilles Deleuze, falamos em máquinas desejantes, não era para dizer que o desejo é mecânico, e sim para tentar mostrar que a essência do maquinismo pode ir no sentido de liberação do homem do desejo. Então, sobre essa máquina, não importa qual seja, com a qual lidamos, sem dúvida devemos saber quem a emprega, quem a utiliza, que tipo de relação social ela impõe, em que tipo de relação social ela está imbricada. Relações (rappports) sociais e relações (rappports) de produção, noções que são perfeitamente bem definidas no quadro do marxismo. A relação é mais ou menos como uma “torta de chantilly” que se encontra facilmente em todas as partes, mas deixemos isso de lado.

Portanto, creio que importa saber, por um lado, para que serve o maquinismo, para que tipo de exploração ele serve, e como este maquinismo pode funcionar no inconsciente; por enquanto, vamos falar assim, como ele pode ter um caráter liberador. Mas isso implica



também que o maquinismo não seja compreendido como um objeto material, mas o que na máquina funciona em um registro que chamaremos de semiótico. Ou seja, aquilo que na máquina funciona como signo, como relação de linha, relação de forma, aquilo que Sanders Peirce chamou de diagramatismo. Diagramatismo é simplesmente o fato de que, por exemplo, um avião célebre como o Concord não teria existência sem os planos, os desenhos, sem toda a aparelhagem semiótica que permitiu elaborá-lo. Mas ele também não funcionaria sem a aparelhagem semiótica que lhe permite voar, todos os sinais que as ondas hertzianas veiculam. Por outro lado, ele também não funcionaria por muito tempo, devido à semiótica econômica à qual está submetido, da qual ele depende.

Vocês sabem que na física teórica atual fala-se em partículas que vivem muito pouco tempo, milionésimos de segundo, ou que se transformam em outras. O fator tempo, o fator vida e morte fazem parte da existência. Se decidirmos, por exemplo, tratar a questão do avião francês Concord, acharemos a mesma coisa, esse enorme avião é como uma partícula muito precária, ele nasceu não rentável.

Como vocês seguramente sabem, se fabricaram na França um número limitado dessas máquinas maravilhosas, mas depois houve um brusco silêncio. Não se falou por muito tempo no Concord, e depois se publicou a notícia de que não iria mais ser fabricado. Isso não aconteceu só por ter havido um acidente ou no Concord haver alguma inconsistência semiótica de fabricação, ou por sua dificuldade de circular no espaço aéreo; ele tem uma doença semiótica de outra natureza, uma doença semiótica econômica, pois não é economicamente viável. Pois bem, eu diria que de qualquer objeto, eu preferiria falar de objeto de agenciamento, noção que nos permite englobar não só objetos, mas indivíduos, sujeitos, pessoas, relações. Qualquer agenciamento põe em jogo todo tipo de componente semiótico. Desses componentes semióticos devemos reter o fato que são um tipo de máquina que

deles têm a chave. Chamo essas máquinas de máquinas abstratas ou máquinas desterritorializadas.

A máquina desterritorializada do Concord é o conjunto de equações, planos, desenhos, mas é também o conjunto de sistemas de controle, de submissão, semiótico e mecânico, as torres de controle dos aeroportos. O maquinismo abstrato do Concord é também o fato dele não ser economicamente viável. O objeto Concord pode ser localizado nas coordenadas espaço-temporais; ele foi produzido em tal ou qual fábrica na Inglaterra, na França, hoje em dia há uma vintena de exemplares que existem e estão em tal ou qual linha aérea, no nível da máquina material visível do Concord. Mas, no entanto, a essência do agenciamento Concord se joga também nas bolsas de Londres, Nova Iorque e Paris, e o maquinismo abstrato que funciona nessas bolsas é igualmente essencial. Ele é tão essencial quanto o combustível que se põe no Concord, quanto o sistema que lhe permite voar e aterrissar.

Então, se vocês aceitarem essa distinção entre as máquinas reais ao nosso entorno, tais como o microfone, a câmera fotográfica, e o que chamo de máquina abstrata, vocês verão que nossa existência, nos seus mais mínimos detalhes cotidianos, está inteiramente aprisionada no interior dessa máquina abstrata. Pela manhã quando tomamos o café de manhã, no quarto ou na sala, cada um de nossos atos é de algum modo teleguiado e aprisionado em um campo de relações semióticas que faz as vezes de máquina abstrata. Disseram-me que o melhor café do Brasil não é consumido pelos brasileiros, pois bem, e mesmo o que vocês pensam em suas cabeças, em sua solidão, em sua intimidade, com seu cônjuge e algo passa pela cabeça de vocês, mas de onde isso vem? Frequentemente vem da mídia, de algo que vocês viram ontem, e isso reenvia vocês para além do seu contexto familiar, doméstico.

Pois então, chegamos a um ponto em que eu gostaria de colocar

a seguinte questão: se consideramos que noções como o inconsciente, por exemplo, é algo essencialmente ligado a objetos intrapsíquicos, é alguma coisa determinada por certos fatores que aconteceram na infância em um determinado momento, se pensamos que o inconsciente é o que há de mais íntimo na intimidade, então o inconsciente não tem nada a ver com as máquinas abstratas de que falei, não tem nada a ver com essa interpenetração que faz com que estejamos sempre em adjacência de mil, cem mil máquinas que funcionam por vezes a 10.000 km de nós. Por vezes nossa sorte é decidida em Washington, nosso destino econômico, o fato de fazermos uma ou outra atividade, mas também o que pensamos, mas também nossos sonhos e nossos fantasmas.

Digo o seguinte, o modelo de inconsciente que foi proposto por Freud e pelos freudianos foi elaborado por pessoas que viviam ainda em um mundo em que havia o sentimento, a ilusão de sermos nós mesmos por nós mesmos, é um inconsciente de profissão liberal. Mas é cada vez menos um inconsciente para pessoas como nós que estamos neste turbilhão, que faz com que o mercado seja globalizado, e também a produção. De modo que nossa sorte está ligada a esse conjunto do sistema produtivo que se joga ao nível planetário. Hoje em dia, não há um problema político e econômico local que não ponha em jogo problemas demográficos, ecológicos, problemas de luta de classe e problemas de relações de força, problemas de escolha tecnológica que de fato são colocados em escala internacional.

Então, creio que é insuficiente se entrincheirar por trás dessa velha definição de inconsciente, ou de fazer outra escolha que seria a de dizer: “bom, já que essa definição de inconsciente não nos permite compreender o mundo tal como ele, o mundo em que estamos, então vamos deixar de lado tudo o que nos foi dado pela psicanálise”. Eu penso simplesmente que o problema do inconsciente, o problema da análise do desejo, é algo essencial ao nosso funcionamento, à nossa

vida, mas não podemos deixar de lado nem a teorização, nem a prática, e deixar isso para psicanalistas que ficam agarrados ao modelo liberal da psicanálise, ao modelo humanista da psicanálise, do qual eu não quero fazer nenhum julgamento moral, mas que não corresponde de modo algum à nossa realidade atual. Bom, dir-se-á que essas são críticas que já fiz com Gilles Deleuze. Não quero ficar nesse ponto de vista crítico. Mas, no entanto, tampouco tenho vontade de respeitar o título dessa exposição que, se bem compreendi, seria uma explicação do *Anti-Édipo*. Na velocidade em que as coisas correm o *Anti-Édipo* é um livro superado, um livro velho. Portanto, creio que seria melhor tentar falar de coisas que nos preocupam atualmente, posto que, infelizmente há atividades de exegese, de comentário, e coisas deste tipo a propósito do *Anti-Édipo*. Atividades que consistem frequentemente em impor aos estudantes uma atividade de exegese, em lugar de um trabalho que poderia ser mais criativo. Eu vou deixar essa exposição referente ao *Anti-Édipo* para os universitários. O que eu gostaria de explorar com vocês nas três conferências que vou fazer, não é um ponto de vista crítico, mas tentar ver como podemos razoavelmente considerar uma teoria e uma prática do inconsciente em ruptura com essas antigas definições. Não é fácil, pois nos achamos diante de problemas em que é preciso buscar e forjar ferramentas, tentar encontrar novas abordagens mais práticas, com todo caráter precário e derrisório que as experiências têm em um novo campo. Por um lado, há a enorme montanha bibliográfica dos autores em voga e, por outro, alguns conceitos, alguns exemplos, pequenos murmúrios, portanto eu lhes peço indulgência. Não basta dizer, embora muita gente já o diga, que os problemas intrapsíquicos, que o problema do desejo, os de sexualidade têm algo a ver com o campo social, isto não é uma grande novidade. Há muitos psicanalistas, dos mais ortodoxos, que dirão: “mas isso sempre foi dito, no entanto, é preciso fazer certa divisão de trabalho, nós nos ocupamos da escuta analítica”. Há uma palavra, que não sei se

vocês a conhecem muito bem, mas que no momento faz furor em Paris, todos se ocupam dos matemas do inconsciente. O inconsciente em Paris já não é mais apenas estruturado como linguagem, mas estruturado segundo matemas à maneira de uma linguagem. Retomarei esta questão, talvez não hoje. Vamos refletir sobre as condições semióticas que estão no fundamento do estruturalismo psicanalítico, mas por enquanto deixo de lado esta questão.

Retomando, um psicanalista diria: “mas eu não desprezo de modo algum o campo social, mas não é nossa especialidade”. Então é especialidade de quem? Ah! Isso depende, pode ser a especialidade de um político, de uma assistente social, de um trabalhador social. Portanto, para deixar de lado essa primeira dificuldade, vamos estabelecer o fato de que tudo que diz respeito ao inconsciente, que diz respeito ao desejo, à sexualidade, não está constituído de tal modo que um especialista possa dizer que é seu domínio. Tomemos, recuperando um termo da Idade Média, não há qualquer universal, a história e os problemas sociais atravessam o inconsciente, mas atravessam de tal modo o inconsciente que não sobra qualquer universal.

Então, para fazer essa demonstração seria preciso mostrar que o que foi apresentado como universal no inconsciente é algo que está bem ligado a certa condição histórico-social, por exemplo, certo status da família, certa concepção puritana da sexualidade, certa concepção da educação das crianças, certa condenação da “perversão”, como por exemplo, o homossexualismo. Portanto, toda uma série de atitudes micropolíticas que serviram de moldura às interpretações freudianas. No entanto, é preciso ir mais além, tentar compreender que os modelos de representação que serviram para fazer uma topologia, uma tópica do inconsciente, são datados. Não somente nas coordenadas históricas, mas também naquilo que eu chamaria de sistemas de coordenadas relativas à percepção, relativas à correlação com o corpo, relativas à vinculação ao movimento.

Mais precisamente, tomemos o exemplo da identificação, o sistema de identificação tal como foi proposto pelo freudismo, para dizer de maneira simplista, foi posto em jogo antes da televisão e antes do cinema. Em virtude do que eu disse anteriormente, por exemplo, as representações que fazemos do rosto têm uma relação muito importante com os meios de comunicação de massa. E podemos nos perguntar se os rostos que vemos na televisão não modificam os rostos que vemos na realidade. Tomemos uma criança pequena de um país desenvolvido. Para que ele não chateie o pai e a mãe, se possível, põe-se um tranquilizante na sua mamadeira, e isso que digo é verdade, acontece. Mas nos casos normais põe-se a criança diante da televisão. Sem dúvida, ela vê muito mais os rostos da televisão do que o rosto de sua mãe. E então podemos nos perguntar se ela não vê a mãe como uma locutora de televisão. É preciso estudar muito isso, eu tentei fazê-lo num livro que está no prelo. Mas, em lugar de falar em identificação como um mecanismo geral, eu vou empregar uma expressão que lhes parecerá bárbara, falarei de componentes de rostidade. E esses componentes de rostidade eu não diria a priori que eles não têm nada a ver com o rosto do pai e da mãe, mas eu diria simplesmente que eles também têm muito a ver com a televisão. E como, pelo menos na França, o pai e a mãe, têm muito a ver com a televisão, eu diria que os componentes de rostidade, em lugar de reenviar a fixações arcaicas, cristaliza na atualidade mesma coisas em que existe, sem dúvida, o pai e a mãe, mas também os sistemas de modelização veiculados pelas comunicações de massa.

Poder-se-ia dizer, muito bem “senhor Guattari”, mas a nós, psicanalistas, o que nos interessa são as identificações relacionadas ao polo simbólico representado pelo pai, por exemplo. O resto é importante, mas do ponto de vista da análise é acessório. E aí vemos a encruzilhada, porque o que é importante nos leva a certa prática da análise e o que não é importante é lançado para fora do campo da análise.

Encontramos o mesmo problema nos estabelecimentos especializados em crianças. Um analista crerá que seu problema diz respeito à transferência, por exemplo. Eu me lembro de um educador que me dizia: “o psicanalista que trabalha no nosso estabelecimento me disse a respeito de uma criança da qual me ocupo bastante: “pare de se ocupar dessa criança, porque você está atrapalhando a minha transferência!” É preciso escolher, há a via real de acesso ao inconsciente que é a transferência, e depois todas essas coisas de animação, de atividades, de grupos sociais, que nada têm a ver com o inconsciente, como nós sabemos. Esta escolha, esta opção, é micropolítica, porque o próprio psicanalista do exemplo também, de algum modo, vê televisão e, portanto, está capturado nesse campo de significados e valores dominantes. Então, não há primazia a ser dada nos componentes de rostidade àquilo que está ligado ao problema do pai e da mãe. Podemos dar outros exemplos e talvez eu retorne a isso, que é sobre a estruturação do tempo. Simplesmente não vivemos em uma categoria universal de tempo, vivemos em cristalizações do tempo, em semiotizações do tempo que são completamente diferentes de um país a outro, que é inteiramente diferente quando passamos de um bairro rico para uma favela, mas que é também diferente quando passamos do sono à vigília. O que nos faz marcar a medida do tempo? Não são também os universais, se estamos capturados em máquinas abstratas que marcam o tempo; é o fato de que estejamos aprisionados no que chamo de ritornelo do tempo. Há gente que ao acordar liga o rádio, outro se lembra de um ritornelo e vai seguir num certo ritmo de tempo como se estivesse marcando o ritmo do tempo. Depois, se vai ao trabalho em seu automóvel, ele vai mudar de registro de temporalização. A organização da subjetividade e de sua relação com o tempo e sua relação com as imagens vai mudar de velocidade. Ele vai entrar em outro tipo de estilo de temporalização, talvez, bruscamente se um obstáculo surge adiante, ele muda de registro e outro tipo de agenciamento se-

miótico aparece. Sabemos muito bem que não vivemos o mesmo tipo de tempo quando vamos ao cinema, quando datilografamos, quando estamos com alguém de quem gostamos muito. A vivência do tempo muda radicalmente quando estamos com alguém que detestamos. Essas máquinas de marcar o tempo, elas também, estão totalmente em interação com o conjunto de maquinismos que nos circunda.

Do mesmo modo que eu dizia que a rostidade habita o inconsciente, e com cada rosto problemas micropolíticos e microsociais entram na nossa subjetividade, igualmente se passa com relação ao tempo. E o que há de mais íntimo que nossa relação com o tempo? Tudo isso é completamente habitado por esse modo de ritmização do tempo. Eis então considerações que talvez nos permitam avançar em direção a aspectos mais construtivos.

Quando os freudianos procuram analisar um sintoma, uma inibição, uma angústia, eles buscam o ponto de origem, a origem. Eles, no pior dos casos, tentam encontrar um traumatismo infantil. Depois as coisas vão melhorando, e eles se perguntam que tipo de chave significativa causou aquela derrapada. Mas eles vão sempre atribuir os começos a uma série de mecanismos universais. Em um caso, falarão de estado inconsciente, de regressão, de fixação; em outro caso, falarão de renúncia de imagéticas familiares e se fará referência a um tipo de matemática estrutural do inconsciente, se empregará algoritmos, se falará da função, da função pequeno a. Mas, para o problema que coloco, isso não muda nada, nós buscaremos uma origem precisa dos sintomas da angústia, da inibição. Bem, talvez seja preciso considerar que as coisas se passam de outra maneira. O fenômeno da angústia todos nós temos e constantemente, por vezes são microangústias que não detectamos de modo manifesto. Em lugar de atribuímos à intrusão de tal ou qual objeto, de uma imagem, de uma ameaça, talvez seja preciso ver um funcionamento diferente. Eu vou propor uma categoria extremamente geral, que deverá permitir ao componente histórico-so-



cial encontrar suas vias de acesso. Em lugar de fazer o que se faz, modificar a realidade histórico-social para que ela se adapte aos nossos conceitos e teorias, eu vou propor um termo extremamente abstrato e geral, porque, se vocês aceitarem, não vou sair de uma opção quanto ao funcionamento do inconsciente.

Em geral, vou buscar meus exemplos na física, longe do campo das ciências humanas. Falo de máquina, de revolução molecular, mas desta vez não vou buscar meus exemplos na microfísica, senão na astrofísica. Falarei dos fenômenos de buracos negros, mas se vocês não gostam deste exemplo, podem deixá-lo de fora e buscar outro para seu uso próprio. O que vou dizer agora não pretende nenhuma cientificidade, mas simplesmente mostrar com que tipo de ferramenta estou trabalhando, todavia não pretendo fazer exportação deste tipo de ferramentas. Pois bem, por que buraco negro? Porque a meu ver trata-se de um fenômeno no inconsciente que atrai para si todos os fenômenos de corte, de bloqueio. Um buraco negro não é em si nada de positivo, é um fenômeno de eco, de ressonância em toda uma série de bloqueios de inibições. Se vocês quiserem, é como o exemplo de outro dia, a passagem de um exército sobre uma ponte. Se os soldados marcharem com passo marcado haverá um fenômeno de ressonância, e é possível que a ponte desmorone, aí temos o buraco negro. Se a marcha tem o passo rompido, havendo então diversidade de marcha, uma heterogeneidade de relações, de modos, de ritmos, não haverá buraco negro.

Vamos falar em exemplos simples, estamos em um balcão, uma varanda, a grande altitude e um processo mental ocorre em vocês: Eu poderia cair. O próprio enunciado traz em si, no nível de seu conteúdo, uma ameaça de morte, uma possibilidade de morte, é o buraco negro por excelência. Este pequeno núcleo semiótico, esse pequeno enunciado que gira: cuidado, eu poderia cair! entra em eco com outros componentes, garganta seca, câimbra no estômago. E poderia mesmo

haver componentes visuais, componentes perceptivos contaminados. Não se vê mais a borda do balcão do mesmo modo, não se sente o solo da mesma maneira, vocês talvez conheçam a experiência de vertigem, é o que há de pior. Não é a vertigem que se sente por si, mas a vertigem que se sente pelo outro: cuidado, não chegue perto! Não se pendure! A relação com o outro é contaminada pelo fenômeno do buraco negro.

Então, piedade! Façamos com que os freudianos se afastem. Economizemos as explicações desse tipo: Qual é o desejo inconsciente que lhe habita? Não terás um desejo de morte? Não preenchamos o inconsciente com interpretações, simplesmente o que há é um fenômeno de eco, de buraco negro. Nós poderíamos multiplicar todos os exemplos da 'Psicopatologia da vida cotidiana': medo, o medo do escritor, o medo do artista, o pânico, o medo da impotência. Eu digo que temos interesse em proceder dessa maneira, porque deixamos entrar todo tipo de componente semiótico em sua heterogeneidade, abrimos caminho à análise para todos os componentes que não poderiam ser considerados na análise clássica. O que é importante não é de modo algum fazer uma redução behaviorista e dizer: vou levar em conta apenas aquilo que posso ver, aquilo que posso medir. Eu ficaria muito zangado se pensassem que estou dizendo isso. O que é importante é limpar o espaço do inconsciente para que possam entrar componentes que antes não havia.

Se quisermos levar em consideração componentes econômicos, urbanísticos, múltiplos componentes de poder, escolar etc, é preciso não falar no lugar dos outros, é preciso deixar entrar num agenciamento. Não é preciso, por exemplo, pensar a priori que o professor representa o pai, há casos em que é o pai quem representa o professor. Na França, com a dita liberalização da educação, quando o professor não passa um dever para os alunos, é o pai e a mãe que passam o dever. De modo que a coisa caminha nos dois sentidos. Se quisermos fazer

entrar novos componentes semióticos, não é para empobrecer o inconsciente, mas sim para enriquecê-lo. Minha crítica ao inconsciente freudiano é que ele é redutor, ele é determinista, ele só tem uma via de acesso privilegiada, o protocolo da análise. Há no inconsciente a detectar, a encontrar, a analisar, a pôr em obra, componentes que antes não havia.

Para resolver o problema da angústia, de uma inibição, não é necessário encontrar alguma coisa que está lá no fundo do inconsciente. É preciso encontrar algo que vem em adjunção ao inconsciente. Eu critico a teoria analítica, mas sou muito prudente quanto à prática dos analistas; porque em alguns casos sua prática é eficaz, a despeito de toda mistificação das teorias existentes. Porque, quando eles pensam estar avançando por meio da interpretação, encontra-se algo que já estava no inconsciente por sua própria relação com o paciente, pela intrusão enorme que representa o fato de ir à análise 3, 4 vezes por semana, pagar somas colossais, falar de um modo todo particular que faz com que qualquer coisa que a pessoa diga nunca leve a um diálogo normal, em que se tem uma resposta normal. É um acontecimento curioso. Digo que é o diálogo normal que leva à normalidade. É um filme novo, um filme diferente dos que vemos normalmente.

Então, ir à análise representa uma mudança considerável, principalmente quando vem associada à sensação de uma promoção, entramos na categoria dos analisandos e quem sabe talvez um futuro analista, mesmo que seja do porteiro. Os grandes clubes, como o Jóquei Clube, não sei se funcionam bem, mas o clube de analistas e analisandos funciona muito bem. E as pessoas que têm problema de dinheiro deveriam ter consciência dessa coisa, que para entrar nesse clube há que pagar muito caro; se todos pudessem ser sócios do Jóquei Clube não haveria graça. Então é de fato um acontecimento, a análise realmente funciona, ela modifica completamente a paisagem

subjetiva. Conheço dezenas, talvez centenas de pessoas, que só pensam na análise. Ou seja, a análise não deixa de ter seu efeito. Conheço muitos em que ela faz uma destruição enorme; pessoas que não têm problemas do tipo Jóquei Clube, e pessoas que vão à análise para mudarem sua vida, não para normalizarem, para se curarem, para poder viver, para se articularem ao mundo. E, em lugar de chegarem ao mundo, a um modo de funcionamento que lhes abra a este mundo, para potencialidades, progressivamente, a terapia analítica funciona como uma droga, uma droga pesada.

E, progressivamente, há um investimento de todas as outras potencialidades, tudo passa pela análise. Quantos analistas, por exemplo, são tirânicos em relação às férias: “Você vai tirar férias no mesmo período que eu”. No princípio o despotismo ainda era mais assustador, pois havia aquela ideia da abstinência generalizada durante a cura. As curas duravam de 3 a 6 meses, agora as curas duram de 4 até 10 anos.

Então, essa teoria do inconsciente e para certas práticas, nem todas, eu não quero lançar o descrédito sobre as práticas dos analistas, é preciso fazer a distinção entre a prática real das pessoas e o seu tipo de teorização. Digo que infelizmente certas teorias e também determinadas práticas conduzem não apenas a levar em consideração apenas elementos pobres, como também a reduzir o inconsciente. Por exemplo, ali onde havia uma problemática cristalizada em um casal sobre a imagem do outro, ali onde o mundo já havia encolhido a uma relação de despotismo, de ciúme, o analista em alguns casos conseguirá transferir isso para a própria relação analítica. Com efeito, há um progresso, enquanto que a vida se fecha, como na peça de Sartre, *Huis clos*, sendo que agora são dois personagens, ou mesmo um, em lugar dos quatro originais. Pois, se pensarmos bem, não há duas pessoas na cura analítica clássica, há apenas uma; é uma escuta que desaparece cada vez mais, é um *Huis clos* de uma só pessoa.

As pessoas que são drogadas pela análise acabam trabalhando

em horário integral, dia e noite. Digo que essa política tem um sentido político maior. É incrível esse poder de neutralizar as pessoas a ponto de que elas pensem apenas em sua interioridade. Há que se considerar que há um pequeno modelo experimental em um pequeno laboratório, um novo tipo de poder. Fazemos um pouco de ficção científica. Ao invés de uma ordem policial, uma ordem militar, para controlar a força de trabalho, imaginemos que possamos fazer com que todo mundo faça análise. Isto ajudaria muito para resolver os conflitos de trabalho, para solucionar as tensões sociais. No dia em que alguém tiver a ideia de que o essencial do que se passa com ele no campo do desejo nada tem a ver com componentes histórico-sociais ao seu redor, mas tem a ver com algo que se passa no seio desse inconsciente solitário, fechado sobre si mesmo, fechado sobre o passado, dobrado sobre a linguagem, nesse dia haverá um tipo de micropolítica que entra em interação com as políticas reacionárias.

Amanhã falarei mais detalhadamente sobre em que direção a que tipo de inconsciente se orienta a sociedade atual.

### **Félix Guattari (aula 3)**

– Eu ontem procurei mostrar que o freudismo trouxe um processo que diminuía, que reduzia o inconsciente à formação do inconsciente. Nós vamos ver agora por que fazer entrar os problemas sociais no inconsciente, para evitar essa redução.

Primeiro, vou tomar um exemplo microsocial, antes de falar dos problemas sociopolíticos de outra escala. Como é que Freud enfrenta o problema da sexualidade infantil no livro que vocês todos conhecem, eu suponho que todos vocês conhecem esse assunto, por isso tomei isso como exemplo. O pequeno Hans tem sintomas fóbicos, e é um tipo de fantasia de agressão que entra o animal, o cavalo. Eu não quero descrever nada, apenas estou lembrando vocês o que acontece. Durante toda essa monografia nós vemos o pai e o professor pai, professor Freud, que intervêm na criança. Para explicar a criança

e a natureza das perturbações que ela sente, vê-se que a dupla pai e professor Freud intervém na mãe, a mãe é acusada de ser demasiadamente terna, na teoria de Édipo, de ser muito edipiana, de ter um comportamento incestuoso, e, por vezes, vemos a mãe mudar de repente a sua atitude e intervir quanto à masturbação da criança. Por vezes vemos a criança se revoltar contra o que diz o pai, principalmente quando a ideia de que a ideia fóbica tem uma relação com o pai. O aspecto do cavalo é um desejo de agressão da criança em relação ao pai, a criança se revolta, discute, não está de acordo e finalmente cansada a criança cede. Tudo que faz Freud é muito rico do ponto da expressão, ele tem muito cuidado justamente com essas descrições; aliás, isso não acontece com os outros psicanalistas, pode-se fazer outra leitura desta monografia com outro ponto de vista, outra perspectiva. Vemos que aparece sempre uma série de problemas, problemas ambientais, o menino Hans, por exemplo, um dia se enamora de uma vizinha. Como o pai do menino Hans está muito interessado pelos problemas freudianos, isto é ouvido muito atentamente. Há, portanto, todo um jogo que estabelece aí quanto ao amor do menino Hans pela vizinha. Até o dia em que Hans “pega a escova de dente” e diz: “eu vou dormir com a menina”. Ali a piada já toma um aspecto mais sério, naturalmente não se trata disso, e o pai diz ao menino para voltar para casa e deitar. O menino Hans não se dá com a vizinhança por motivos sociais, não é gente de bem. À medida que o menino quer atravessar a rua, quer sair, acontece justo o contrário, o espaço diminui cada vez mais e ele fica cada vez mais preso ao círculo familiar. Ele não tem muitos amigos, ele muda sempre de amigos, ele tem muitas dificuldades, ele acaba gostando das coisas que estão perto dele, como exemplo as carícias quando a mãe dá banho nele. Ele gosta de entrar na cama dos pais, mas como agora nesta família já se conhece os perigos do incesto, o pai intervém. O espaço dele, portanto, diminui cada vez mais, o espaço agora já diminui mesmo dentro de casa, porque ele já não

pode ir ao leito dos pais. Então, ele se fecha sobre si mesmo e se dá à masturbação. Mas mesmo aí há uma opressão, porque naquela época a masturbação era considerada como algo de muito grave. Freud não tinha aceitado as teorias da masturbação que existiam na época, mas ele tinha imposto outras, o território diminui cada vez mais, a criança não se masturba mais com o pênis, ele se masturba na cabeça, ele assume essa repressão num sistema fantasmático, que permite a ele virar todas as relações micropolíticas, todas as relações de poder. Desta vez ele tem uma fantasmática que vai envenenar toda a família, ele agora já não tem mais o desejo de ir ao exterior, ele recusa ir ao exterior, e toda a família vai se concentrar em cima desse objeto “des-territorializado”, que é a fantasia. Eu tomei essa ilustração para mostrar que o que é atribuído ao complexo de Édipo, ao complexo de castração, é uma montagem pré-estabelecida, é uma montagem cibernética no psiquismo. Isso se une com a entrada de outros componentes, os vizinhos, o tipo de educação que se dá nesse meio, o componente corporal de carinhos, carícias, o poder despótico do pai sobre a mãe, as relações de saber entre o professor e o pai etc. A monografia do professor Schreber também mostra outro universo, permitindo dar interpretações inteiramente diferentes. Para mim, o problema é saber se a análise vai no sentido do reducionismo ou no sentido de abertura de entrada de componentes heterogêneos. Temos um inconsciente redutor e homogêneo que depreende de certas fórmulas, de certos tipos, um consciente heterogêneo que aceita todas as entradas possíveis e todas as possibilidades de intervenção possíveis, porque nós podemos fazer uma interrogação a respeito do menino Hans em vez de uma psicoterapia por pessoa interposta. Teria sido mais interessante ocupar-se da vida microssocial do Hans, do círculo desse menino que não encontrava saída para todos os seus problemas sociais, sexuais etc. Os psicanalistas de crianças, hoje em dia, não agiriam absolutamente desta maneira, mas eu estou certo que eles ainda fariam bem pior.

Mas vamos deixar isso de lado, agora vamos passar a uma escala maior, sobre o que é o modelo do inconsciente que convém à nossa sociedade hoje em dia. Aí nós temos um paradoxo, que apareceu ontem em uma discussão, em um dos painéis. O modelo do freudismo tal como apareceu naquela sociedade rica vienense é inteiramente ultrapassado, ele não nos permite, por exemplo, compreender o que acontece na Melanésia, nas pessoas que moram na favela do Rio, mas também ele não nos permite compreender o que acontece nas elites, e como é que essa teoria ultrapassada então tem tanto sucesso? E, aliás, é porque ela é ultrapassada que ela tem muito sucesso, porque a sua função está inteiramente invertida, ela não tem mais uma função de descoberta e de exploração. O inconsciente, de acordo com o que estudei durante minha formação psicanalítica, nos países da Europa, ele tem uma função de adaptação, de encerramento, de fechamento, isso, aliás, está perfeitamente explícito na psicanálise norte-americana. Aliás, esses fenômenos nada têm de excepcional, o caráter criador do marxismo nas suas origens foi transformado pelos poderes de Estado, numa teoria que absolutamente não apresenta enriquecimento de espécie alguma, foi transformado num dogma que, pelo contrário, impede qualquer exploração teórica. O freudismo, portanto, é atual porque é ultrapassado. Ele propõe um modelo familiar, que serve de inspiração para reconstituir um tipo de família, em que a evolução socioeconômica já varreu todos os modelos de família. O inconsciente não está cheio de representações como, por exemplo, as tragédias de Sófocles. Eu não creio, tampouco, que o inconsciente esteja estruturado segundo chaves estruturais, de chaves matemático-poéticas. Ele é povoado de outras coisas, por coisas que são fabricadas pelos equipamentos coletivos, por formações de poder que procuram controlar os indivíduos. Quando se fala com crianças, as crianças não falam de conflitos edipianos, é preciso forçá-las, manipulá-las para que elas falem de conflitos edipianos. Na França elas falam de índios, de cowboys,



elas falam de guerra, elas falam de tudo que aprendem pelos meios de comunicação de massa, falam de motocicletas, de automóveis, carros, e por mais que se diga a essas crianças que a motocicleta é o falo, não, na verdade o que elas têm na cabeça é o carro, é o automóvel. Ela volta a falar no que ele falou ontem, os maquinismos abstratos que são trazidos pelos automóveis. Como é que nós vamos unir tudo isso aos polos familiares? O inconsciente como a família não se relaciona mais com o mundo privado, nem mesmo com uma sociedade civil. A família tornou-se uma fábrica, um ateliê, um ateliê indispensável ao funcionamento das nossas sociedades, tão indispensável quanto as fábricas, escritórios, as escolas, as prisões, os hospícios. O que se fabrica nessas fábricas? Fabrica-se a reprodução da força coletiva de trabalho. Temos a impressão de que essas fábricas estão dispersas, mas elas não estão dispersas, elas estão em concentrações urbanas, que são elas mesmas uma única fábrica, elas estão apanhadas num sistema de interação, através da subordinação monetária, através da vigilância mútua que é exercida pela vizinhança, através dos meios de comunicação de massa, os equipamentos coletivos. As famílias são, portanto, elementos de uma imensa máquina; nessas fábricas, há algo de inconsciente que é fabricado, o que se fabrica de inconsciente é certo modelo de pai assalariado, de mãe educadora que está num mundo doméstico, de utensílios domésticos, de criança que é apanhada em toda uma trajetória que é destinada a adaptá-la em sociedade, e o papel não desprezível de fabricar isto para o consumo, fabricar o consumo para fabricar a produção. Isso, aliás, não é original, porque Marx já disse isso. O que eu descrevo diz respeito a certa parte da força coletiva de trabalho, a parte que diz respeito aos setores dos mais vitais, com a família como elemento coletivo, propomos um modelo, um modelo que só é atingido nos cinemas, nos filmes, propomos um modelo de referência. Na verdade, o capitalismo mundial integrado não tem nenhuma intenção de propor esse modelo, ao conjunto da

humanidade, o que ele quer controlar são as forças do trabalho no bastião do capitalismo. Quanto ao terceiro ou quarto mundo, segundo o caso, emprega-se a força brutal, nós temos exemplos terríveis de coisas que aconteceram no Irã, na Nicarágua; em outros casos, temos sistemas de assistência, de bem-estar na escala internacional para pegar todas aquelas margens que não participam dessa fortaleza do capitalismo internacional. Se quisermos avançar, progredir nessa questão, não podemos nos contentar sobre generalidades quanto à importância da sociedade, quanto a esses problemas do inconsciente. Na verdade, estamos nesse momento em uma esquina decisiva que cada vez mais vai colocar na ordem do dia a questão da mudança do modelo do inconsciente.

O freudismo propõe ser um sistema de referência para tudo que diz respeito àquilo que escapa ao comportamento normal, às significações dominantes, tudo que diz respeito a uma singularidade do desejo; ele está na descoberta da sexualidade infantil, da homossexualidade, do discurso da histeria. E ao mesmo tempo ele forjou categorias nosográficas que são muito mais ricas que as da psiquiatria clássica e implicam uma concepção inteiramente rica do psiquismo, mas que nem por isso deixa de contribuir para situar esses problemas de margem, esses problemas de singularidade em relação ao novo tipo de normalização. Normalização muito menos repressiva do que a que existia, mas normalização moderna para a época, perfeitamente adaptada a um novo tipo de abordagem desses problemas. No entanto, o problema das normas das marginalidades se apresenta de uma maneira inteiramente diferente. Imaginemos uma estatística que abranja os últimos 150 anos e que nos levaria a pensar que na sociedade industrial desenvolvida há sempre, grosso modo, o mesmo tipo de porcentagem de marginais. Por vezes colocamos alguns em categorias que os levam à prisão ou ao hospício, por outro lado eles vão para os ambulatórios ou então vão para clubes de férias, mas no fundo, nas sociedades desenvolvidas há

sempre um grande número de inadaptados, inadaptados muito perigosos que vão para a prisão ou então para o hospício, ou o inadaptado brando com quem se utiliza o cinema, os meios de comunicação de massa. Para cada uma dessas categorias de inadaptados, há equipes especializadas, equipamentos especializados e créditos, pede-se créditos para essa gente que, afinal de contas, tem direito de viver.

Há grande reivindicação humanista para o direito dessas minorias. Mas há fenômenos inteiramente diferentes, vemos minorias de outras naturezas, no seio daquelas antigas minorias, há minorias que já dizem um discurso inteiramente diferente, nos homossexuais, tem gente que diz: “mas eu não quero defender meus direitos, como se eu fosse um desviado, um monstro; deixe-nos viver”. Eles dizem: “não, para nós o homossexualismo é uma coisa que diz respeito somente a nós”. Aliás, isso diz respeito a toda a sociedade também. As minorias feministas que provocavam no início da década, aqueles que iam com as bandeirinhas pedir para votar, não somente elas reclamavam direitos elementares, elas não queriam ser perseguidas, exploradas, violadas; elas punham em questão, além disso, o conjunto da sociedade, o conjunto das hierarquias da organização social. Eu não continuo nesta enumeração, eu poderia falar dos doentes mentais, dos estudantes. Ao lado desta modificação que trabalha as marginalidades vemos aparecer novas marginalidades, algumas são involuntárias, independem da vontade das pessoas. São milhões de desempregados, são milhões de estudantes inteiramente sem perspectivas que sabem que aquilo não vai dar em nada, milhões de trabalhadores e migrantes que são jogados de um lado para o outro numa deportação que lembra muito bem o tempo do nazismo. Na França, de um dia para o outro, pega-se uma carta de identidade de um trabalhador estrangeiro, rasga-se a carta de identidade e manda-se ele para um país com regime de repressão. Esta nova categoria não entra naquelas estatísticas antigas, porque na crise econômica, na crise de reestruturação do capitalismo, essas mar-

gens são gigantescas, há regiões inteiras condenadas como o Sul da Itália, a Bretanha, a Córsega.

O capitalismo além de ter devastado as economias tradicionais, as tentativas de industrialização que foram feitas em um lugar e no outro caem e fica uma nova situação de marginalidade. E há um terceiro tipo de marginalização que é o que mais apaixona ultimamente, são as pessoas que recusam simplesmente, recusam qualquer tipo de sociedade, qualquer tipo de trabalho, são pessoas que trabalham ou não, mas que recusam todo tipo de trabalho que lhes é oferecido. Ficou bem claro nos debates que tiveram lugar na Itália ultimamente, que os “emarginati”, como se diz, eles se arranjam para sobreviver de uma maneira ou de outra, mas eles recusam todas as finalidades de trabalho que lhe são propostas, há um novo tipo de luta operária em que se engajam, que se lançam em uma concepção de trabalho inteiramente diferente daquela que existia hoje. O que o movimento comunista tinha feito entrar na subjetividade da classe operária é que os melhores militantes, os melhores dirigentes deveriam ser também os melhores trabalhadores. Agora nós temos um novo tipo de subjetividade nos trabalhadores. Não há razão para respeitar esse tipo de ideal, moral do trabalho já que todas essas finalidades do trabalho se destinam unicamente a um estado repressivo, a uma organização estratificada da sociedade, a uma sociedade falocrática, a devastações ecológicas imensas. Quando juntamos os três tipos de marginalidades que foram mencionados a vocês, temos algo de extraordinário. Porque vemos que as marginalidades não são mais minoria, elas estão se transformando em maioria. No curso de sua vida passa de uma posição a outra; num momento do dia, vocês estão do lado do poder, no outro momento você passa para outro tipo de marginalidade. Essa frente de luta nessa economia do desejo não está muito bem desenhada, é preciso uma lógica que nos faça compreender essa dinâmica constante. O militante operário é aliado numa certa situação, numa

outra ele é um tirano doméstico, o burocrata por vezes representa um papel muito importante em uma luta e, num outro nível, ele perde a expressão das pessoas.

Essa nova posição das marginalidades, essa nova posição das normas não nos permite mais impor sistemas de leis sociais tais como existia antigamente. Nem de leis morais tal como existiam antigamente, nem de superegos como existiam antigamente. Trata-se de um sistema de leis a outro, constantemente, nessa situação, nesse agenciamento social, nesta composição social somos uns necrosados; também podemos nos tornar perversos, podemos nos tornar hiperadaptados, mas não há um critério intrínseco para fazer uma categorização. Diante do aparecimento dessas novas marginalidades, o capitalismo tem que dar respostas urgentes; de um lado, ele propõe modelos de reconstituição familiar por todos os meios, ele estabelece sistemas de modernização consideráveis, sistemas de controle permanente. A educação da criança começa na idade mais tenra possível, e para cada ato da vida há uma referência de trabalhador social. O importante é que haja estratificação, segregação social para evitar que uma frente de luta possa se estabelecer por fora da bateria de controle do capitalismo mundial integrado. Nesse sistema deve-se, portanto, preservar uma oposição maniqueísta homem/mulher. É indispensável preservar a oposição entre gerações, entre os trabalhadores técnico-científicos e os trabalhadores manuais. Reproduzir mesmo de maneira muito sutil as relações racistas, e para esse trabalho não funcionam apenas as forças visíveis do poder do Estado, há também aquelas forças tradicionais da esquerda e dos movimentos revolucionários. Porque aí é preciso recuar um pouco, se é verdade hoje em dia que a produção mundial está integrada em vários territórios, um elemento produzido depende de coisas que são agenciadas em diversos países. Mas paralelamente a essa integração mundial, há uma integração molecular, que faz com que não se possa produzir um valor mercantil numa fábrica, em uma loja, sem

que se leve em consideração o trabalho de semiotização que é feito nas escolas, nas universidades. E também naquelas famosas famílias fábricas. Se para qualquer produção há uma integração em todo esse campo social, então devemos saber até que ponto esse tipo de reivindicação salarial, por exemplo, se tornou tradicional. Eu me lembro que houve uma época que os sindicatos não admitiam um pré-salário para os estudantes. Eu me lembro também de uma época em que foi dito, quando começou a ser dito que o salário, que o trabalho das mulheres devia ser assalariado como o trabalho dos homens, o trabalho doméstico. Por que os fluxos monetários devem ser canalizados para os homens? Pelo pai de família? Resta saber se o pai é um assalariado, se o assalariado é um pai; para o psicanalista, o que conta é que é o pai. Mas o pai em nível do inconsciente, ele não é o delegado de um sistema de segregação social? O delegado de um sistema de segregação sexual? O delegado de um sistema de segregação entre as diversas idades, entre as raças, entre as regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas? Num dos últimos Congressos de Psicanálise que eu participei na Escola Freudiana de Paris, discutiu-se a função do dinheiro na psicanálise. De repente, eu coloquei: “Os psicanalistas estão de acordo que a psicanálise é um trabalho, no sentido profissional do termo?” E o que acontece quando se fala, por exemplo, no sentido do trabalho do sonho (elaboração)? Se o analista faz um trabalho, o analisando (o seu “aparelho psíquico”) faz um trabalho também. O analista recebe (e se recomenda que receba) os honorários pela sua tarefa. Cabe então se perguntar: por que não há um salário para quem faz esse “outro” trabalho elaborativo? Afinal de contas é um trabalho social como qualquer outro. A resposta que recebi foi da ordem de que a análise gratuita apresentava sérios problemas, ou “Você sugere que o analista pague para trabalhar”? Essas réplicas não responderam as minhas perguntas. Obrigado.

# MESA: FORMAÇÃO DE COORDENADORES DE GRUPO

*Chaim Samuel Katz*

*Eduardo Mascarenhas*

*Oswaldo Saidon*

*Edgardo Musso*

## **Chaim Samuel Katz**

– Vamos começar mais um painel, e o nosso tema é a formação de coordenadores de grupo. Teremos aqui perspectivas diferentes e vamos debatê-las. Naturalmente, sendo esse um tema técnico, deverá levantar algumas dificuldades que, provavelmente, não teremos condições de responder no decorrer de um painel. Assim, espero que o público, que vai ter toda a liberdade de interromper quando tiver alguma dúvida, possa compreender que um tema desses, que traz tantas inquietudes para o trabalho clínico de cada um, dificilmente poderá responder todas as dúvidas em um painel de duas horas.

## **Eduardo Mascarenhas**

– Eu queria começar fazendo uma introdução geral sobre a ideia da problematização da constituição do sujeito humano. Podemos dizer que a análise de grupos, ou seja, a preocupação da constituição do homem por conta da sua inscrição social teria, num certo sentido, se iniciado no século XIX com Hegel. Este acreditava na existência de um espírito comunitário do gênio de um povo. Cada nação possuiria algo que estava acima dela e que seria alguma coisa viva, pensante, desejante, com ideais próprios, com astúcias e maquinações, com desejos e capaz de influir de forma bastante significativa sobre todos os membros daquela nação. Existiria como que um ente vivo, pensante, desejante, capaz de amor e capaz de ódio, capaz de aprovação e

de reprovação, capaz de glorificação e de menosprezo de qualquer um dos membros que daquela comunidade participasse. Nós poderíamos falar de uma brasilidade, das sagradas tradições brasileiras. Isso seria alguma coisa que pairaria acima de cada um de nós, o gênio do povo brasileiro, o espírito brasileiro, a mentalidade brasileira, da qual nenhum brasileiro pode escapar porque ele se encontra, desde o seu nascimento, sob o peso de sua influência, e organiza sua subjetividade a partir desses elementos. Não sei se isso está claro. Existe um espírito, uma mentalidade, e essa mentalidade é uma mentalidade desejante; aquelas pessoas cujos desejos se afinarem com os desejos comunitários serão engrandecidas, aquelas pessoas cujos desejos desafinarem dos desejos comunitários terão destinos menos felizes e, por vezes, até bastante sinistros.

Um segundo analista, que despontou no século XIX, foi outro alemão, Karl Marx. Em princípio, ele não discordava dessa colocação hegeliana, porém fazia uma distinção: a existência de mais de um grupo dentro da comunidade. Haveria subgrupos, cada um dos quais se definindo por conta de suas condições materiais, concretas e objetivas de existência. A prática, a vida cotidiana de cada um, seu grau de acesso por conta de sua riqueza material, aos bens simbólicos, aos bens culturais existentes dentro da comunidade, lhes outorgaria um poder distinto daqueles que não tivessem o mesmo grau de acesso. Então se constituiriam, como que no interior de uma grande grupalidade, subgrupos, cada um com seus desejos próprios e cada um pretendendo, da melhor maneira possível, satisfazer esses desejos socialmente organizados. Evidentemente, o subgrupo que detivesse os meios de produção, que detivesse a maior parte da riqueza material existente na comunidade, com muita probabilidade teria maior poder de influência sobre a totalidade social e, em nome do atendimento a seus desejos, reprimiria os desejos sociais interferentes e conflitantes com os seus. Utilizando essa linguagem, poderíamos dizer que, do conflito, dos de-



sejos socialmente organizados, dos grupos sociais, depende toda a marcha da história. A luta dos desejos sociais organizados é o motor da História. E esses desejos se organizam em função da organização do sistema da produção dos bens materiais. A razão pela qual o sistema de produção de bens materiais é um ponto nuclear para a constituição dos desejos grupais é que ele ocupa, seguramente, mais de 70% do tempo de vigília de mais de 70% da população de qualquer comunidade, assim como na distribuição dos rendimentos sociais, e fará marcas diferenças entre os grupos de indivíduos que, como consequência, teriam desejos distintos de outros grupos.

Na psicanálise, curiosamente, um psicanalista que não aprova as terapias de grupo, e que problematizou muito bem a situação da subjetividade humana, é Jacques Lacan. Lacan vai dizer que a cultura é desejante, que toda linguagem, todos os códigos sociais apontam na direção dos desejos sociais, e que os desejos humanos vão se constituir poderosamente influídos por esses desejos comunitários, isto é, os desejos individuais seriam constituídos poderosamente por influência dos desejos da comunidade onde esses indivíduos se encontram inseridos. É evidente que, conforme o desejo de cada um, conforme o tipo de desejo, irá se constituir também o pensamento que é subsidiário do desejo; no pensamento, o desejo aponta a certos objetos. Então, os desejos seriam o elemento, o estado mental que organiza a atenção para determinados objetos e, como consequência, seriam os responsáveis pela produção dos desenvolvimentos reflexivos conforme os objetos de preferência. Por exemplo, uma pessoa que deseja tocar piano, e se aproxima do teclado de um piano, vai desenvolver um discurso musical melhor do que aquela cujos desejos não estão dirigidos a esse objeto. O objeto do desejo, por extensão, vai então determinar todo o desenvolvimento da sensibilidade e do pensamento humano.

Quem pratica a análise de grupo fica realmente surpreendido com a importância do grupo sobre a produção da subjetividade dos

seus membros. Não sei se vocês conhecem um jogo em que todos em volta colocam o dedo sobre um copo, e o copo começa a se movimentar. Eu realmente nunca fiz esse tipo de jogo, não sei se é verdade, mas se não for, fica como ilustração daquilo que quero dizer. É que o copo, para se movimentar, precisa de dedos, mas o dedo algum sozinho determina o movimento do copo. Assim também, a existência do grupo pressuporia a existência dos indivíduos que constituiriam aquele grupo. Contudo, constitui-se uma mentalidade grupal que não é idêntica, nem é a somatória, de qualquer das mentalidades dos indivíduos que compõem aquele grupo. Quando se faz análise de grupo, verifica-se que há duas instâncias em interação dialética. Uma instância invisível, impalpável e imaterial, chamada por alguns especialistas de mentalidade grupal; e a mentalidade de cada um dos indivíduos que ali se encontra. Inclusive a mentalidade individual (não precisamos falar dos grupos psicanalíticos) é profundamente influenciada pelo lugar em que ele se encontra. Para haver grupo basta haver mais de uma pessoa. Sabemos perfeitamente que muda completamente o nosso pensamento, os nossos sentimentos, a nossa inteligência, o tipo de ideia que nos ocorre, o tipo de tensão, quando estamos frente a pessoas diferentes. Algumas nos tornam descontraídos, relaxados, inteligentes, sensualizados, graciosos. Outras nos fazem ficar paralisados, tímidos, burros e canhestros. Isso é um fenômeno que ocorre não só nos grupos bipessoais, mas em qualquer grupo. É certo que já se tenha instalado uma mentalidade grupal – não só por estarmos no Brasil, na atual circunstância política brasileira, por estarmos em um congresso organizado pelo IBRAPSI, por estarmos aqui reunidos, por estar eu aqui falando. Essa mentalidade coletiva possibilita o aparecimento de outros sentimentos, de outras ideias e de outros desejos, dificulta o aparecimento de outros sentimentos, de outras ideias e de outros desejos e, rigorosamente, esteriliza, impossibilita o aparecimento de alguns sentimentos, ideias, pensamentos, desejos e comportamentos.

Não é que reprima externamente, reprime inclusive internamente, é impossível pensar certas ideias nesse contexto em que estamos aqui reunidos, e é extremamente difícil não pensar outras ideias dentro do contexto em que estamos aqui.

Mais ou menos apoiado nessa situação, nesses pressupostos que estou descrevendo em linhas bastante gerais, surgiu, mais ou menos acidentalmente, aquilo que veio a se tornar posteriormente o que alguns chamam de psicoterapia, e outros, psicanálise de grupos. Não sei exatamente a história disso, talvez alguns membros da mesa saibam melhor do que eu, mas me parece que isso foi constituído em termos de hospitais de tuberculosos, que são os doentes parnasianos, os doentes líricos, os doentes românticos. Sabemos que a tuberculose é uma doença cujo germe não é exatamente o agente da doença, mas sim um determinado tipo de resposta do organismo àquele germe. Pode-se ter o germe da tuberculose no pulmão e nada acontecer se o pulmão não responder a ele de algumas maneiras específicas. Então, com os tuberculosos reunidos em grupo, começa-se a observar uma significativa melhora e transformação desses pacientes. E, a partir daí, foram sendo desenvolvidas ideias de que seria possível romper o tabu de que as práticas psicoterápicas devem se restringir a um colóquio bipessoal, a um nível de intimidade em que só duas, e não mais de duas pessoas, pudessem dele participar. Isso representa a ruptura de um violento nível de preconceito, quer dizer, a suposição de que certas intimidades, certos níveis de suposição da mente, pudessem ser expressos publicamente, no interior do grupo, que é um pequeno público.

Quando se começa a trabalhar com grupos, a presença de uma mentalidade grupal desejante é algo extremamente marcante para a observação de qualquer operador de grupos. Por exemplo, eu trabalho com grupos há sete ou oito anos, e o faço com oito grupos. Cada grupo possui uma problemática que, sistematicamente, se desenvolve, possui um corpo e um conjunto de sentimentos que sistematicamente se

apresenta. É um caleidoscópio de uma mesma problemática, problemática essa que é bastante diferente da problemática de qualquer outro grupo. Acontece outro fenômeno interessante, independentemente da entrada ou saída de pacientes – podem sair sete ou oito de um grupo de dez – a problemática e seu desenvolvimento caleidoscópico permanece mais ou menos sendo dirigido pela mesma orientação que foi, em algum momento, por alguma razão, estabelecida e, de uma forma poderosíssima, sustentada. Eu queria colocar isso como uma introdução geral à situação dos grupos. A análise do terapeuta vai poder se centrar em cima da mentalidade grupal, dos tipos de desejos, aflições, resistências. A mentalidade grupal funciona quase exatamente como a psicanálise descreve a mentalidade individual, tem os mesmos mecanismos de defesa, as mesmas malandragens, os mesmos sentimentos de simpatia, antipatia, amor, ódio. Em alguns momentos alguns dos pacientes são enaltecidos, se tornam graciosos, fecundos, enquanto outros são massacrados, esterilizados, paralisados, inibidos e, na medida em que a dinâmica evolui, pode haver, e geralmente ocorre, uma transformação desses papéis que a mentalidade soberana do grupo outorga e distribui, como uma espécie de deus onipotente que paira acima de todas aquelas cabeças.

A problemática da análise de grupo seria conhecer como cada pessoa, cada mentalidade individual, se articularia com aquela mentalidade comunitária e como esta se articularia com cada uma das mentalidades individuais. É um problema bastante interessante como cada indivíduo é, de certa forma, constituído pelo grupo e como o grupo, em certo sentido, é constituído por cada um dos indivíduos. Ou seja, há uma interação dialética entre indivíduo e grupo, grupo e indivíduo. Em alguns dos meus grupos não consegui observar isso com muita clareza, porque tal grupo está articulado no interior de outro grupo, que é o grupo social brasileiro. Mas um dos grupos trazia uma problemática tal que parecia que eu estava lendo o Jornal do Brasil, não no sentido

do noticiário informativo, mas no sentido da oscilação da mentalidade nacional. Certos tipos de problemática que, em termos comunitários, começavam a aparecer, apareciam dentro da linguagem desse micro-grupo de forma espantosamente semelhante, e ia variando conforme as próprias variações da mentalidade brasileira, que dá para se acompanhar com uma relativa velocidade nos últimos três ou quatro anos. Ou seja, se houve uma estabilização bastante grande das estruturas sociais brasileiras nos últimos dois ou três anos, alguma coisa parece agitar a comunidade brasileira como um todo, o que foi chamado de aberturas políticas, sociais, ou tensões sociais que levaram a essas aberturas, ou coisa dessa natureza.

Do ponto de vista dos resultados terapêuticos, o que tenho constatado é que, fazendo uma contabilidade rigorosa das verdadeiras transformações das subjetividades, ao se comparar pacientes, há cinco anos em análise individual com pacientes, há cinco anos em análise de grupo, eu diria que os resultados são absolutamente equivalentes. Inclusive, em alguns pacientes há vantagens da análise de grupo sobre a análise individual, e as razões para isso eu poderia discutir posteriormente no debate com o público. Então, essa situação de se dizer que a análise de grupo é mais superficial, e que a indicação deveria ser feita porque é mais barata, existe por ignorância ou por alguma outra motivação presente na mentalidade dos terapeutas do Rio de Janeiro. Quero dizer que poucos terapeutas trabalham com grupos porque é uma terapia que exige uma formação, uma habilidade política no manejo das interpretações, e que não permite um determinado nível de impostura e de prática de poder que a análise individual, sem testemunhas, favorece. A análise de grupo exerce sobre o terapeuta um tipo de solicitação e de exigência que nem todos os terapeutas suportam. É o que vejo acontecer em alguns terapeutas que tentaram trabalhar em grupos e foram mal sucedidos, assim como outros, por essa ou aquela razão, nem chegaram a tentar. É exatamente desses,

que não têm nenhuma experiência com grupos, que vejo surgir este tipo de afirmação de que a análise individual é a “*true psychoanalysis*”, é a análise profunda – e que a análise de grupo não passa de algo que tem um efeito modesto sobre as personalidades e seria uma terapia de segunda categoria.

Ainda, desde o ponto de vista social, queria fazer referência a alguns dados que, há algum tempo, Chaim Katz me ofereceu e que motivou algumas reflexões; ontem pela manhã fiz algumas contas e achei bastante interessante. Chaim me disse que, atualmente, se formam entre 700 a 750 psicólogos por ano no Rio de Janeiro. Isso significa que no ano 2000 teríamos, só no Rio de Janeiro, 20 mil psicólogos. Suponhamos que desses 20 mil, um quarto se dedicasse à terapia de grupo. Suponhamos que cada psicólogo atendesse grupos de 10 pacientes, cada grupo tivesse a duração de uma hora, e a frequência fosse de duas vezes por semana. Ao fazer esse cálculo, poderíamos dizer que cada psicólogo, trabalhando seis horas por dia, poderia atender a 150 pacientes. Eu, pessoalmente, porque faço na metade do tempo análise de grupo, e na outra metade, análise individual, atendo a 80 pacientes e não me seria difícil atender a 150. O cérebro humano tem de nove a dez trilhões de neurônios, o que é mais do que suficiente para coordenar essas situações que, inclusive, são muito organizadas, muito sistematizadas por aquele fenômeno que citei, a perseverança, o desdobramento caleidoscópico das mesmas problemáticas em cada grupo. É muito fácil poder fazer isso, desde que se esteja, de alguma forma, preparado para isso. Então, se um psicólogo atendesse a 150 pessoas, e houvesse cinco mil psicólogos, teríamos 750 mil pessoas atendidas no Rio de Janeiro que, apesar de ser um importante centro cultural brasileiro, é um lugar em que se padece, não só de miséria econômica, mas também de uma forma grave de miséria poética; o nível da população, em termos de capacidade poética, erótica e estética é baixíssimo. Quando era psiquiatra atendi a mil funcionárias públicas,

nenhuma das quais era capaz de alcançar o orgasmo, nenhuma, 0% tinha capacidade erótica, orgástica. Logo, existe miséria poética, erótica e estética, não só na constituição anatômica, porque a beleza não depende desse fator, a beleza depende da articulação coreográfica da sexualidade, acima de qualquer coisa.

Então teríamos um atendimento por análise de grupo a 750 mil pessoas no Rio de Janeiro. Se um psicólogo quisesse ganhar Cr\$ 20 mil por mês, poderia cobrar Cr\$ 150 de cada paciente por mês, o que alargaria enormemente. Quer dizer, uma análise de grupo custaria a cada paciente cerca de Cr\$ 100 a Cr\$ 140 por mês, valor atual da moeda, o que nos faz ver o quão importante é isso que o IBRAPSI, que é uma organização de formação de terapeutas de grupo e interventores de organizações, pretende fundar. A importância política e social do desenvolvimento dessa terapia é algo que somente o futuro poderia nos dizer.

Quanto aos itens da formação de terapeutas de grupo, é evidente que teriam que estudar todas as teorias de grupo, o que implica estudar teoria das ideologias, materialismo histórico, sociologia do conhecimento e psicanálise, isso do ponto de vista teórico. Do ponto de vista prático, implicaria submeter-se a uma psicanálise de grupo e, de preferência submeter-se também a outras terapias que abranjam algo mais do que a espiritualidade, e que nelas fosse incluída a situação do corpo, sem a qual não pode haver psicanálise alguma, sexualidade alguma. Ou seja, o corpo mantido estático, debruçado sobre um divã, pode falar muito de sexualidade, mas, na realidade, vai transformar muito pouco a mesma.

### **Oswaldo Saidón**

– Bem, para falar do tema de que nos ocupamos hoje, Formação de coordenadores de grupo, ocorreu-me tomar como ponto de reflexão este Simpósio. Há pouco, Chaim Katz dizia em um painel que este era o Simpósio mais desorganizado do Rio de Janeiro. Eu diria que,

apesar de ser o Simpósio mais desorganizado do Rio de Janeiro é o Simpósio mais numeroso do Rio de Janeiro. E creio que essa é a forma como se reflete o problema da formação dos que trabalham em saúde mental, pelo menos nessa cidade e em outros países que conheço da América Latina. Ou seja, que temos nesse problema da formação uma maioria desorganizada que tenta se formar. O caminho a que se recorre, em geral, é procurar filiar-se a alguma escola, instituição ou hospital em que se procura essa formação, dependendo dos recursos que tenhamos, ou que tenham nossos pais.

Creio então que este Simpósio terá um sentido formativo, na medida em que tomarmos consciência de que aqui somos muitos, e desorganizados. E que a única maneira de procurar uma formação não é ir a qualquer das instituições psicanalíticas oficiais, mas sim, fundamentalmente, tomar o problema da formação como direito inalienável que tem todo trabalhador de formar-se naquilo que faz. Creio que, na medida em que se possa ir transformando essa desorganização de tanta gente em grupos, e disso se trata aqui, em indivíduos, em instituições que sejam capazes de transformar o problema da formação em um problema de luta contra a deformação que as instituições de formação propõem, esse é o único caminho para se realizar a formação. Formação essa que, sem dúvida, vai ser desorganizada porque vai ter de enfrentar a organização formal que se preocupa com a formação de todos nós.

Na mesma mesa em que se disse que este Simpósio era desorganizado, se disse o que eu escutei, foi que a proposta deste Simpósio foi a única proposta real sobre esse tema até agora, e que foi uma proposta com um determinado tipo de organização. A presidenta da Associação Profissional dos Psicólogos do Rio de Janeiro conclamou os psicólogos a se unirem de alguma forma a esta iniciativa como classe profissional que são. Não nos ocorre outro caminho que não este para reivindicar soluções para o problema da formação. Creio que,



na medida em que os trabalhadores da saúde mental permaneçam esperando a formação dos já formados, somente ajudarão a construir os mitos de impossibilidade ou dificuldade de se entender Freud, do complicado que é Lacan, do difícil que é, do anárquico que é Guattari etc etc etc. E realmente, na medida em que não tomem em suas mãos esse problema da formação – e tomar em suas mãos significa que, enfrentando-se com as exigências da prática grupal cotidiana, se busquem formas organizativas acessíveis e singulares de implementar os recursos para realizar a formação requerida.

Hoje estou citando muito a Chaim Katz, mas como quer que seja, é o psicólogo institucional que conheço e, lendo o último capítulo de seu livro, ele diz que: Realizar toda a análise institucional do que significa o pensamento, a teoria e a prática psicanalítica no Brasil abre a esperança, todavia não muito clara, de procurar modos organizativos, instituições, escolas, mas não aparece aí uma proposta muito clara que possa dar realmente um marco diferente à nossa formação. (KATZ, Chaim Samuel. *Ética. Graal*, 1984)

Cito isso porque tomaria esse último capítulo como umas páginas que temos que escrever todos os que hoje participamos deste Simpósio, e que operamos grupalmente nos hospitais, no trabalho etc. Se assim não for, a forma mencionada nesse capítulo escrito por Chaim será, outra vez mais, um mito com o qual se forma.

Bom, o segundo ponto que queria tratar, era sobre os coordenadores de grupo, ou seja, o problema da formação dos coordenadores de grupo. No título não está muito claro se são coordenadores de grupos terapêuticos. Poderíamos supor que sim. Mas creio que, se esse tema surge nesta mesa, não é determinado apenas pela escolha dos organizadores do Simpósio. Trata-se de que neste momento no mundo, nesta etapa do desenvolvimento socioeconômico deste país, aparece como muito importante formar coordenadores de grupos. Para Freud, no final do século XIX, interessava fundamentalmente a psicolo-

gia individual, os mecanismos que regulavam o sujeito. No final de sua vida, com os movimentos de massa começando a surgir na Europa, na URSS, com o nazismo, e na própria Europa ocidental, ele também se preocupou com os fenômenos de massa e escreveu livros que a interpretação das distintas escolas psicanalíticas, por razões que não cabe aqui analisar, tem esquecido frequentemente. São eles *Psicologia das massas e análise do ego* e *O mal-estar na cultura*. Basicamente, o que nos é dito aí, resumindo muito, é que um grupo é formado pelos enlaces libidinais entre seus membros e que os mesmos estão dados pela identificação que cada um deles tem em relação ao líder desse grupo. Identificação que se consegue através da colocação do ideal de ego nesse coordenador. Ora, diz Freud a seguir, o ideal de ego é a soma das restrições que são impostas ao ego, e essa soma de restrições impostas ao ego está instaurada por todo o sistema social dominante, através das estruturas econômicas, das estruturas ideológicas, das instituições, do pensamento religioso, do pensamento universitário, das ciências e das artes. Então, quando falamos da formação de coordenadores de grupo, eu proporia, em primeiro lugar, que se formem grupos e, segundo, que se esteja muito atento à formação desses coordenadores, para que não se transformem simplesmente em lugares de representação do ideal do ego de seus coordenados. Proponho que, simplesmente, se formem, aprendam, estudem aquelas teorias, aquelas ideologias, aquelas ciências que estão preocupadas em revelar quais os sistemas que compõem esse ideal de ego.

Queria terminar todas essas ideias, que supostamente exigiriam um desenvolvimento mais profundo, dizendo, como dizia Eduardo Mascarenhas, que o grupo não é importante somente na medida em que rompe com a instituição do individual. É importante na medida em que abre um novo modelo de funcionamento institucional. Se não chegarmos a ele com práticas que revelem o mecanismo de produção do grupo, dificilmente vamos fazer outra coisa que inventar, como dizia

Freud que fazia ciência, os narcóticos e algumas expressões artísticas, uma nova técnica para evitar sofrimento, e nada mais.

### **Edgardo Musso**

– Primeiramente direi que sou coordenador de grupo há 14 ou 15 anos, em diferentes tipos de grupos, grupos relacionados à educação, os chamados grupos operativos, mas, fundamentalmente, minha experiência é com grupos terapêuticos. Mas também tenho trabalhado com grupos políticos, ou seja, como coordenador de grupos de militantes, num determinado momento da minha vida. Agora acho importante fazer alguma reflexão sobre certas coisas que pude perceber que parecem ser mensagens fundamentais que se manifestaram no grande grupo que é este Simpósio. Mensagem que eu poderia definir mais ou menos desta maneira: primeiro se falou da sociedade como um grande conjunto que adocece muitos dos seus integrantes, tratou-se de romper com o mito da doença como produto individual, da doença enxergada desde o ponto de vista intrapsíquico, ou da doença considerada exclusivamente sob um ponto de vista psicoafetivo familiar. Então, a maioria dos participantes falou da sociedade como sociedade adoecedora. Também falou uma pessoa que respeito muito, Franco Basaglia, com quem tive oportunidade de conversar muito no México sobre a experiência que ele estava realizando na Itália. O que Franco falou foi dos “psi” como aparato repressivo. Acho que falar do “psi” como aparato repressivo só tem sentido dentro da problemática em que Franco Basaglia está vivendo, e com todo o processo que poderíamos caracterizar como eurocomunismo. Ou seja, onde existe a possibilidade de transformar determinada política para ser o eixo fundamental da produção dita em qualquer sentido, no sentido dos bens materiais ou no sentido dos bens culturais ou ideológicos.

Também se falou sobre os produtos do discurso científico como sintoma da situação, ou seja, que o produto do discurso científico não acontece na “cuca” de um sábio genial, uma pessoa que prontamen-

te tem um *insight* e descobre, de maneira sistemática e organizada, um elemento que pertencia só à natureza e, mais que à natureza, à ingenuidade com que certas pessoas podiam enxergar a natureza. Então, os produtos científicos serão entendidos como sintomas, ou como emergentes de uma situação econômica, de uma situação política e de uma situação ideológica. A quarta mensagem que pude enxergar é que este Simpósio possibilitará um corte no discurso científico tradicional. Eu não acredito nisso de jeito nenhum, mas eu gostaria mesmo que assim fosse. E por que não acredito nisso? Porque, para acreditar nisso, teria que supervalorizar o papel dos intelectuais no processo de mudança da sociedade global. Vou falar aqui desde um ponto de vista gramsciano, ou seja, vou falar desde o ponto de vista de um teórico do marxismo que se chama Antonio Gramsci, quando ele trata, fundamentalmente, das relações que existem entre infraestrutura e superestrutura.

Entendemos infraestrutura como a base econômica fundamental de uma formação econômico-social, a modalidade com que se exerce o sistema produtivo e a modalidade com que se distribui a riqueza. Agora, sob um ponto de vista economicista, muitos marxistas pretenderam enxergar os produtos culturais, as atividades dos intelectuais só como um reflexo dessa infraestrutura, ou seja, o nível ideológico, o nível das ideias, o nível da cultura seria somente um reflexo do que acontecia no sistema produtivo. Gramsci foi o teórico dentro do marxismo que permitiu encontrar a relação dialética entre o sistema infraestrutural e as chamadas superestruturas ideológicas. Para isso é preciso determinar nosso papel no processo de transformação global da sociedade, ou seja, nós somos intelectuais. Intelectual não significa a idealização pequeno-burguesa da produção do intelecto, da produção de ideias, e sim que, quando falo em intelectual, falo de um trabalhador no campo da cultura. Então, aquelas mudanças que podem ser produzidas no campo da cultura e, aquelas mudanças que, em nosso caso, se podem

produzir em tudo que seja cultura, dentro de um campo delimitado que é saúde mental, nunca vão poder estar isoladas das outras classes. Ou seja, nós somos trabalhadores da cultura, formamos parte de uma classe social, mas as mudanças que podemos produzir na sociedade global não vão ser determinadas só por nossa capacidade produtiva, mas também por aquilo que Lênin chama de instinto de classe. O instinto de classe seria aquele impulso dessas massas camponesas, aquelas massas operárias que vivem e sentem sua situação real de exploração e, a partir desse instinto (ou intuito) de classe, podem compartilhar uma consciência para que, organizadamente, utilizando todo tipo de instrumentos, incluída a força, possam modificar o sistema de exploração. Então, o que acontece?

Creio que este Simpósio é um emergente, de uma situação brasileira, sem dúvida nenhuma, na qual, eu me permitiria dizer, existe uma pequena abertura democrática, depois de muitos anos de repressão ao nível das ideias, ao nível da organização de massas – e este Simpósio é útil – ou seja, pertence ao conjunto de forças (do qual formamos parte) que está tentando levar a coisa para frente, no sentido de uma transformação histórica, no sentido de uma modalidade diferente de exercer o sistema de produção, de governar, no sentido de uma maior possibilidade de criar ao nível das ideias. Mas este Simpósio é emergente, como eu dizia antes, de uma situação na qual seria muito perigoso pensar ilusoriamente, porque seria um fracasso muito grande, invalidaria todo esse esforço que os organizadores do Simpósio realizaram, em que o esforço econômico de vocês, e o esforço intelectual dos expositores, da preparação de nossas palestras, nossos cursos etc, foi investido. Mas temos de enxergar este Simpósio, a meu modo de ver, como algo que realmente vai produzir uma mudança radical ao nível das instituições. As instituições tradicionais que fazem a formação dos trabalhadores da cultura tiveram um determinado sentido até este momento. Neste momento de iminência de abertura democrática, a

forma de constituição, de organização dos trabalhadores da cultura e de sua relação com as classes produtoras vai ser necessariamente outra.

Por exemplo, Eduardo Mascarenhas dava índices econômicos que, lamentavelmente, minha memória não pôde reter, porque tenho que conviver com minha ansiedade por desandar a falar frente a vocês quando estão falando os companheiros de mesa; os dados proporcionados por Mascarenhas me inspiram ideias novas que estão surgindo neste momento. Então repito que não posso lembrar exatamente quais foram os dados estatísticos que Mascarenhas colocou. Mas, a partir desses dados, eu poderia dizer que foram muito interessantes, porque significariam a proletarização dos trabalhadores da cultura. Quando existirem tantos trabalhadores no campo da saúde mental, como Mascarenhas falou, não vai haver mais muito lugar para as expectativas dos agentes “psi” que ingressam no campo da saúde mental, só enxergando o benefício econômico a partir de uma concepção individualista da sua condição de profissional liberal autônomo ou independente. Então, a partir dessas estatísticas, acho que necessariamente, nós, nos proletarizando, vamos entrar a fazer parte desse conjunto das classes precarizadas, vamos sofrer várias mazelas do sistema de exploração do qual, até agora, muitos privilegiados intelectuais de extração pequeno-burguesa estavam imunes e desconheciam. Porque os intelectuais, que a rigor são trabalhadores da cultura, tendem a atribuir um significado fetichizado à sua produção de ideias e à sua prática social, que não é um fetiche muito diferente de qualquer outra mercadoria produzida no trabalho cotidiano de qualquer trabalhador.

Por exemplo, as ideias, os produtos culturais e os serviços que elas inspiram, funcionam como fetiches quando se lhes atribui um valor em si e por si mesmos, valor esse que não expressa o investimento de força de trabalho não paga neles escondido, quando não têm uma potência produtiva, ou seja, quando as ideias e serviços não adquirem

sua validade senão a partir de sua capacidade de mudança revolucionária. Então, podemos ficar muito tempo estudando Lacan, metapsicologia, linguística, narcisismo, a função do aparelho psíquico na conduta do homem individual e numa situação grupal, não que eu faça críticas a esse estudo, de modo algum. Mas o que acontece é que, se isso fica só ao nível das ideias, essas ideias e serviços de luxo adquirem um caráter fetichista redundante. Enquanto essas ideias não sejam postas à prova, forem aplicadas, não provoquem transformação no mundo real e concreto, na prática cotidiana, em nós como trabalhadores da cultura, em nossos clientes que são também companheiros de trabalho, essas ideias não vão ter nenhum sentido. É muito interessante estudar, eu acho muito importante; além disso, provoca muito prazer. Mas esse prazer pode chegar a um nível que eu chamaria de masturbatório, enquanto não seja uma ideia estudada, trabalhada para provocar um ato de fecundação, para promover uma situação de mutação no encontro dessa ideia com a realidade a transformar.

Agora, o que trato de questionar é que o objeto de nossas ideias e de nossa prática, de nosso objeto concreto como trabalhadores da cultura, não é a metapsicologia, não é a linguística estrutural, não são as religiões. Dito numa perspectiva muito ampla e não especificada, nosso objeto de trabalho são as numerosas modalidades da alienação. A alienação está sistematicamente definida, fundamentalmente, na perspectiva histórico-científica, por dois autores que marcam dois eixos que modificam totalmente o discurso da época. Um é Marx e o outro é Freud. Então, falo que nosso objeto de trabalho é a alienação, embora possa parecer a sintomatologia de alguma enfermidade psíquica. Por exemplo, nalguma época, a definição de cura consistia em adquirir acesso à chamada posição depressiva. À posição depressiva, em termos da teoria das relações objetais de Melanie Klein, se reduzia a poder assimilar que onde está o bem, também existe – e se pode enxergar – o mal... e que onde o mal existe e se pode enxergar o bem,

ou seja, cumpridos esses requisitos vamos poder entrar numa relação de objeto total. Isso implicava também uma integração da relação com nosso próprio self. Tratava-se de reconhecer e moderar, tanto o bom como o ruim de todo ser com o qual nos relacionamos, e dentro de nós mesmos, admitir e avaliar não fantasmaticamente as perdas que sofreremos e que ocasionamos, os danos que infligimos e nos infligem. Fazer o luto devido ao que já não temos e a reparação correspondente pelos danos que fizemos, nos fizeram e nós fizemos. Os amigos e aliados existem, mas não são incondicionais, não se pode pedir-lhes o que acham que não podem dar. Os inimigos existem, mas não podem ser drasticamente atacados, porque eles têm aspectos benévolos resgatáveis. Ou seja, a construção de um mundo psíquico morigerado, harmônico, justo, realista, crítico e conciliatório. O contrário patológico dessa posição, a posição esquizoparanoide, consiste na dissociação dos aspectos bons e ruins (em nós e nos objetos), a idealização dos bons e a satanização dos ruins, o qual exacerba afetos como a dependência abjeta, a agressividade, a inveja, os ciúmes, as culpas impagáveis etc. Essa teoria, os valores nela implícitos, sua aplicação técnica e seus resultados, não se reduzem, mas têm radicalmente a ver com o momento histórico e o lugar onde foram cunhados e praticados. Uma Europa destruída pela Segunda Guerra Mundial, e uma confiança em que o modo de produção capitalista, um regime democrático e um sistema cultural burgueses seriam capazes de perdoar e perdoar-se pelas ferocidades cometidas, abandonar falsas ilusões e reconstruir o mundo ocidental liberal, cultivando as potências da modernidade e respeitando seus limites.

Mas o problema dessa doutrina (porque sempre as teorias da subjetividade têm o risco de se tornarem doutrinas) é que nesse mesmo momento se estava gestando a grande divisão do mundo que foi a guerra fria, nada mais evidente de que a doutrina em pauta era pouco mais que uma utopia religiosa. Pior ainda é o que aconteceu quando



essa doutrina foi exportada para os países do terceiro e quarto mundo, onde o inimigo de classe deve ser destruído por completo (dentro e fora do self), não se constringendo pelas suas supostas partes boas, para gerar um mínimo de condições para a sobrevivência de uma imensa maioria dizimada. Segundo a doutrina kleiniana esse imperativo seria a sintomatologia de uma posição psicótica – e não teria nada a ver com a realidade econômica, política, social, cultural... e subjetiva. Essa doença não seria causada nem seria solucionada pela permanência ou pela mudança das citadas condições históricas. É claro que, desde a versão materialista de diversas ciências sociais e humanas, a doutrina kleiniana é a defensora de um “estilo de vida” (“ocidental e cristão”, como diziam os criminais ditadores do século vinte), tão eminentemente alienado como o capitalismo de estado do outro lado da cortina de ferro...

Em função do dito até aqui, repito, nosso objeto de trabalho é a alienação, em todas as materialidades e modalidades nas que se apresenta (não é por casualidade que uma das dezenas de nomes que se dá à loucura é alienação), sem reduzir, nem confundir, nem unificar umas com as outras, mas sem supor que se pode eliminar por completo alguma delas, independentemente das demais. Essa luta provavelmente não se acaba nunca, mas tanto agora como nas próximas décadas ou ainda séculos, como começo de conversa a respeito, precisam-se de todas as filosofias, ciências, artes e saberes populares que sustentem essa definição de alienações e essas perspectivas de desalienações.

Isso inclui as psicologias e – por que não? – a psicanálise, sempre que jamais se perca uma posição crítica que permita resgatar o que cada uma delas tem para reproduzir ou para superar a alienação. O conhecimento e a intervenção sobre “o grupal”, assim como a formação dos operadores e terapeutas de grupo, tem obviamente a ver com um estudo e uma prática que se realize a partir do maior número

de contribuições no amplo sentido antes apontado.

Um exemplo menor, mas acho que significativo, foi o que aconteceu a mim mesmo. Eu fui psicanalista ortodoxo durante 7 anos. A possibilidade de aquisição de recursos heterólogos de mudança dentro de meu campo teórico e clínico de psicanalista ortodoxo, seja individual ou de grupo, foi mínima, insignificante mesmo. Eu me sentia vagamente como ganhando a minha grana através da ilusão dos meus clientes. Ou seja, o que eles me pagavam era o fetiche de que podiam mudar radicalmente a partir apenas de se analisarem comigo. Sigo esforçando-me por encarnar essa convicção de insuficiência, mas não se trata da insuficiência-em-ser como alguma das doutrinas psicanalíticas afirmam. Trata-se do grau de desenvolvimento e de colaboração que as terapêuticas têm apenas atingido até hoje, num mundo assediado pelas alienações.

Então, se as coisas são assim, o que tem que estudar alguém que quer se formar para trabalhar com grupos? Alguém que queira se formar em grupos tem de estudar tudo aquilo que consiga e que trate da natureza heterogênea da subjetividade, da sua condição historicamente alienada, e de tudo o que se pode fazer para sua desalienação. Houve uma época em que, se eu fazia isso, me sentia um traidor à minha formação psicanalítica. Estava muito mais alienado que agora. Neste momento me interessa tudo aquilo que possa promover uma real mudança no meu trabalho como terapeuta. Eu não sou mais psicanalista, sou um terapeuta, ou melhor, certo tipo de aspirante à desalienação minha e dos outros.

Meu objeto de trabalho até pode ser sobre o inconsciente, mas não é sobre o inconsciente de uma doutrina, mas sobre os aspectos inconscientes dos processos de alienação e de transmutação em desalienação.

De maneira muito parcial e incompleta, me permito recomendar a quem queira trabalhar com grupos, que apele aos recursos que pode

aportar-lhe as teorias e técnicas que se ocupam desde os mais diversos ângulos, do que acostumamos chamar de “mente”, “corpo”, “comportamento”, “comunicação”, “costumes”, “valores”, “sexo”, “vida” etc. Aqui e agora não consigo ser mais específico. Não posso negar que a teoria psicanalítica é bem fecunda, que intenta dar conta de muitos aspectos dos mencionados acima. Mas dar conta do homem e de seu destino, oscilando entre uma disciplina científica e uma doutrina, não significa, de jeito nenhum, que nossos pacientes vão sair modificados em termos da amplitude de sua situação de alienação. Também tem de haver um treinamento em grupos específicos, treinamento para os que querem ser terapeutas de grupo. Grupos de treinamento onde possam jogar *role-playing*, diferentes papéis através dos quais possam “tornar-se”, os infinitos “outros” de que está composto o mundo e a vida. Mas, além disso, rua, rua, mas muita rua. Rua de São Conrado, onde estou morando, mas também do Méier e de tantos outros pontos do Rio de Janeiro. Ser, falar da imensa paracidade das favelas. Nós na Argentina chamamos “esquina”, o contato com outros mundos, saber cada vez mais acerca da vida cotidiana de todo O Outro.

Desculpem se prolonguei demais a minha participação. Obrigado.

### **Chaim Katz**

– Eu gostaria de me colocar diferentemente dos meus colegas porque senti muito nos discursos deles, como se eles marcassem a origem dos grupos no trabalho deles. Chamou-me à atenção, quando Eduardo procurou um único lugar para a origem dos grupos. Então, ele falou de grupos de tuberculosos. A mim me lembra um pouco a ideia de Freud quando procura a mãe na mãe. Ele diz assim: A criança depende da mãe, e quem é a mãe? A mãe é aquela senhora que gerou a criança. Não é verdade. A biologia não é suficiente para constituir a mãe. Tal como o fato de tuberculosos se reunirem para trocar ideias, pelo fato de possuírem temperamento melancólico (naturalmente tuberculosos ricos, não? de sanatórios suíços). Isso não diz absolutamente

nada da fundação de grupos. Esbocei agora umas poucas linhas e só queria dizer o seguinte: Nunca estudei, não, mas é impossível pensar a fundação dos grupos sem pensar a fundação dos grupos em outras atividades da teoria da mesma época. Por exemplo, tenho em casa um trabalho de 1843 de um psiquiatra francês, Falret que fazia grupos na França. Então, ele reunia no asilo os chamados loucos e fazia grupos com eles. Depois, em 1848, ano que marcamos como o surgimento da medicina do trabalho, e a partir de 1800, 1820, temos o começo, ainda muito incipiente, daquilo que iria dar no fordismo, na linha de montagem.

Acho que esse momento é inseparável, pensar que os grupos começaram porque, num certo momento, um psiquiatra ou um psicanalista se sentou, como estamos fazendo aqui, e resolveu pensar: Eu faço isso, eu faço aquilo, na minha opinião é uma ilusão que deve ser destruída. É a recuperação, mais uma vez, do sujeito de nosso saber: Eu posso, eu faço e, em geral, sempre faço melhor do que os outros. Não. A teoria dos grupos nasce, ao menos, por dois tipos de necessidade. Uma, desde que vivemos em uma sociedade de produção coletiva, uma sociedade que se torna universalmente industrial, necessariamente o sistema de atendimento em grupos é um sistema industrial. Em vez de atender a uma pessoa, Eduardo fala em atender a 10 ou 15; na Alemanha se atendeu de 180 a 300. Fiz parte de uma clínica social de psicanálise, onde tivemos 160 pais no auditório da faculdade Cândido Mendes, nos gloriosos anos de 1971/1972. E duvido que vamos ficar com 10 ou 15. Aliás, já não estamos. Vamos ver já.

Mas há um segundo lado do grupo que em geral não é inscrito dentro da história, porque na história poderíamos procurar documentos como aquele de Falret, não? Mas existem também outras necessidades. É que as massas populares, na medida em que vão crescendo, também têm necessidade de se organizarem para poder reagir e realizar conjuntamente, comunitariamente, os seus desejos. Quer dizer,

não é apenas uma mediação de poder que vem de fora, que se impõe desde mecanismos de produção, mas também desde mecanismos desejantes que, em geral, até agora, pelo fato de quem mais tem estudado isso são os sociólogos e historiadores, que nem sempre têm um instrumento do inconsciente, tem-se deixado de lado essa faceta. Só para dizer a vocês como surge isso. Psiquiatras e psicanalistas, depois da Segunda Guerra Mundial, de repente se viram pensando em comunidade terapêutica. Foi porque eles eram bonzinhos ou porque foram internados pelos alemães em campos de concentração e passaram pelas mesmas situações que passavam os seus clientes? Se nós ignorarmos isso, pensando que com isso estamos fazendo a afirmação de uma subjetividade refletida, estamos esquecendo a questão do desejo na vida social, e pensando, mais uma vez, que os grupos só se reúnem em nome da produção do trabalho, produção de mercadoria objetificante. O desejo é também produção.

Bom, nesse caso, eu gostaria de dizer que, para pensarmos os coordenadores de grupo, teríamos que pensar em pelo menos um racha inicial, em duas modalidades: aquilo que chamaríamos de grupos terapêuticos e aquilo que chamaríamos de grupos institucionais. Os grupos psicoterapêuticos são aqueles em que uma pessoa faz um contrato voluntário: vai ao terapeuta porque se sente mal e quer ser atendida devido a um determinado sintoma. Gostaria de dizer que não é bem assim, mas vamos começar assim. O grupo institucional já não se dá assim, porque a pessoa é enviada ao grupo querendo ou não, ela é constrangida a ir ao grupo. Se eu pertencço a uma determinada fábrica que me obriga a participar de um grupo institucional, tenho que ir ou perco o emprego. Então teríamos o seguinte: grupos voluntários e grupos constritivos. Mas a pergunta é: existe sintoma voluntário na vida social? O sintoma que temos é voluntário? Se tomarmos a obra de Freud, se formos ler hoje os casos de histeria de Freud, é possível encontrar alguma histérica como aquelas? A não ser em casos mui-

to violentos, em porta de hospital psiquiátrico, e elas são internadas como psicóticas; já não são mais histéricas. Mas aquelas histéricas de Freud, que não andam porque o pé está mancando, papai botou a mão na coxa depois que ela foi ao baile com um rapaz gostoso, ou a mão que não mexe, ou não sei o que, eu nunca vi, nem na minha experiência pessoal nem ouvi de nenhum colega que tivesse visto, a não ser em hospital psiquiátrico, marcado com outro nome.

Assim, o sintoma pertence sempre também à vida social. Uma criança que, por falta de espaço, por falta de comunicação com os pais, por excesso de “televisite”, intermediária entre a sua linguagem e a procura de relacionamento com o outro, desde o momento em que procura expressar tudo aquilo que está contido nela de hostilidade, agredindo o outro, é, para seus pais, uma criança doente. Para seus professores é uma criança inadaptada e agressiva e, para seu psicólogo, alguém que precisa ser reformado. Contudo, até na maneira que tomei para descrever o que significa essa criança, sabemos que isso não é uma doença da criança, é uma doença da vida social. Então, haveria, ao menos nesse nível, certa proximidade entre os grupos terapêuticos e os grupos institucionais. Basicamente, para se poder pensar o significado da formação de grupos de psicoterapia e grupos institucionais, desse ponto de vista, teríamos de chegar a um determinado instrumento que fosse comum.

Bem, outra coisa é evidente, desde o momento em que a produção começa a se montar industrialmente, os grupos são um ótimo lugar onde se ganhar dinheiro. Se ganha dinheiro vendendo o Volkswagen, ganha-se dinheiro fazendo grupos. Essa é outra ilusão que eu gostaria de não deixar aqui em aberto, porque vou falar alguma coisa sobre o IBRAPSI: É não pensar que se vem aqui e se senta à mesa, que se vai lá unicamente pelo bem da teoria, pelo belo do amor, pela identificação com o próximo etc e tal. O grupo é um lugar de se ganhar dinheiro. Eduardo chamava a atenção de que quando se atende um

paciente individual se cobra entre Cr\$ 600 e Cr\$ 1.500, e de um grupo se cobra entre Cr\$ 3 mil a Cr\$ 5 mil pela mesma hora. Eduardo dizia que também com o mesmo investimento ou a mesma mecânica de investimento. Seria bom então considerar que isso também é importante para um coordenador de grupo: reconhecer seu desejo de ganhar dinheiro. Eu sei que não é muito bonito se falar disso, é melhor falarmos do bem que produzimos na vida social, mas a última vez que se tentou fazer isso no ocidente com certo sucesso foi na obra do jovem Platão. Platão coloca na boca de Sócrates o seguinte: “O mundo das Ideias é constituído pelas Ideias do Bem, do Belo e do Justo”. Aí um dia, o velho Platão reproduz um diálogo no seu livro *Parmênides*, em que Parmênides diz ao jovem Sócrates: “Mas Sócrates (que teria sido aluno de Parmênides), se no mundo das Ideias existe a Ideia do Bem, do Belo e do Justo, deve também existir a Ideia do Sujo, do Cinza e do Feio”. Sócrates então diz: “É, mas eu nunca havia pensado nisso”. Ao que Parmênides responde: “É porque és jovem, quando ficares velho pode ser que consideres isso. Eu, já não sendo tão jovem, tenho pensado sobre o assunto”.

Outra coisa é, na medida da entrada dos grupos, então nosso mercado se amplia, porque nós agora fazemos grupo, não só no sentido tradicional de atender grupos em asilos, em instituições, mas também em escolas. Os meninos agora, além de terem o aborrecimento dos professores, têm a aporrinhção dos psicólogos. Cada escola agora é obrigada a ter um SOE (Serviço de Orientação Educacional) e então, a criança, além de ter de se comportar bem pedagogicamente, e ter um critério de notas, tem também de se comportar bem psicologicamente, e ter um critério de comportamento de determinados valores, certa prevenção contra a sexualidade polimorfa que recém-surge nessa idade e quer se manifestar. De modo que tudo isso significa uma ampliação do mercado de grupos. Por exemplo, saiu uma lei há 2 anos, e que deve entrar em vigor agora, obrigando a todo estabelecimento

industrial com mais de 100 funcionários ter um serviço de assistência psicológica. Saiu uma lei agora, no Estado do Rio de Janeiro, obrigando todas as escolas, inclusive as públicas, a terem um serviço de assistência psicológica. De modo que o grupo é também uma maneira de reforçar o poder da vida social, e esse poder não se exerce das classes dominantes para as classes dominadas, mas começa exatamente dentro da classe dominante. O indivíduo vai ser articulado e trabalhado desde a sua classe, desde os seus interesses, depois ele vai poder exercer esses mecanismos nas classes ditas dominadas. E isso nós todos fazemos na medida em que usamos nosso instrumento de grupo. Pensar que dentro da vida social os grupos podem produzir mudança, como quer Musso, me leva a perguntar se alguém aqui paga para a mudança ou se a gente paga para se curar.

Quando vamos para um psicoterapeuta de grupo e gastamos por mês um sexto de nosso salário porque, em geral, apesar de concordar, respeitosamente, com o argumento do Eduardo de que o critério não deveria ser esse, ou seja, escolhemos grupo ou individual de acordo com certa sintomatologia e interesses, eu queria dizer que não é assim. Porque, infelizmente, quem faz individual pode fazer grupo, mas o contrário não é verdadeiro. A pergunta é: alguém gasta no grupo para mudança? Ou a gente gasta porque precisa se curar? Porque a vida social nos produz angústia num lugar socialmente determinado e nos coloca numa situação sintomal de maneira que ela possa controlar essa angústia; ela produz e ela controla, ela tira e ela dá de volta. A gente cobra pela mudança? A gente leva em conta a mudança? Não quero fazer disso uma discussão pessoal. Você cobra isso? Quem me fez uma vez uma dessas foi o Eduardo, e eu não gostei. O problema não é saber quanto cada um de nós cobra, mas perguntar: Nós cobramos pela mudança? Se fosse uma questão de mudança, provavelmente, o MDB e a ARENA talvez pudessem ser melhores instrumentos para a mudança do que nosso instrumento individual. A mudança que nos



propomos, é verdade, se dá desde uma resposta que não é resposta. Que não é uma resposta sincrônica à demanda de nossos pacientes, porque eles vêm a nós buscar a cura, e nós sabemos que não vamos atender à demanda, mas vamos investigar-lhes o desejo. Isso é uma resposta que damos para não sermos o espelho deles. Nós não queremos especular sobre o que eles nos trazem, mas a vida social imprime um ritmo que diz: procura sua cura, vai sentir-se melhor desse modo.

Eu lembro que o próprio Freud ensinava que a gente tem que suportar um pouco de incerteza. Nós sabemos que cada vez mais suportamos menos a incerteza, temos que ter respostas rápidas, temos que nos curar muitas vezes depressa, isso inclui todos vocês e eu também. O que Osvaldo disse é que seria impossível fazer uma teoria de grupos unitária como, por exemplo, a psicanálise pretende. O que é verdade, porque a psicanálise tem um objeto próprio, que é o sistema inconsciente, produzido de uma determinada maneira, e esse objeto próprio está hoje se estilhaçando. E Guattari, com *O anti-Édipo*, é um testemunho vivo disso, mas ainda temos o sistema inconsciente como objeto próprio. Mas já não acontece o mesmo em uma teoria de grupos, mesmo porque o grupo já é atendido, ao menos nesse nível diferencial. Há o grupo que vem a mim e há o grupo que eu vou a ele. Cada um deles tem interesses, composição social, relações de poder, relações de dominância que impedem que possamos pensar um instrumento único para poder apreendê-los e pensá-los. Estaria, então, de acordo com Osvaldo e Musso, de que o nosso instrumento deve ser bastante diversificado. Mas também me pergunto: se não colocarmos um determinado limite organizador nesse instrumento, não corremos o perigo do ecletismo? Não corremos o risco de que tudo vale para isso porque é social e é inconsciente? Acredito que isso tem acontecido muitas vezes.

Assim, eu diria que para a formação de coordenadores de grupo eu pensaria em três níveis. Primeiro, o nível dos desejos pessoais:

poder, dinheiro, interesses, prestígio, investimentos sexuais, porque claro, a gente também vai ser psicoterapeuta sexualmente, apesar de não poder se falar muito disso. Freud pensava que iria liberar depressa essa palavra da vida social, mas até hoje a gente não pode falar disso. Eu diria que isso inclui na formação de coordenadores de grupo todo esse tipo de desejo. Numa segunda linha eu diria: a conjuntura social, a análise daquilo que se quer mudar. Então aqui eu estaria de acordo com Musso, mesmo quando nós possamos receber o paciente de certa maneira, é preciso que procuremos pacientes de outra maneira. Um amigo nosso dizia que, muitas vezes, por sentimento de culpa, se via levado a procurar fora do consultório, a agir em instituições. Talvez sentimento de culpa seja mau, porque não deixa a gente trabalhar adequadamente, mas é impossível ficar num nível bovino desse saber e desse atendimento individual e ficar só acumulando dinheiro. Acredito que, pela formação do terapeuta de grupos, é preciso que ele seja ao menos irrequieto e descontente. Nesse nível, eu também pensaria no significado do mercado de trabalho e é indiscutível, num país em que a concentração de renda se faz cada vez maior, que o nosso mercado estará cada vez mais nos grupos, onde as pessoas podem pagar menos e serem atendidas, do que no atendimento individual. E por último, nesse nível, lembraria algumas coisas que venho falando nesse Simpósio, aquilo que é a psicologização da vida social brasileira, que é um fenômeno de transformar os problemas sociais em dados psicológicos e que, evidentemente, aumenta a angústia, produz cada vez mais angústia e obriga as pessoas a terem um atendimento de grupo. Por último, gostaria de dizer que, para isso é preciso lembrar que é necessário, de um lado, a teoria, porque sem isso não teremos uma formação profissional, por outro, eu estaria de acordo com Musso, de que seria impossível fazer uma análise de grupo sem tê-la experimentado em si mesmo. Acho que o princípio que Freud exigia para a formação individual vale também para a formação de grupo. E, por

outro lado, acredito que nós, desde nossa perspectiva, que é comum à mesa, mesmo com as divergências que possamos ter, é preciso que a análise de grupo, que as intervenções institucionais sejam também parte de um processo de transformação social. Que a nossa atividade, e que tenhamos coragem de dizer, não é apenas uma atividade psicoterapêutica, mas também uma atividade política. Acredito que com o IBRAPSI, que vai agora se fazer como instituto, nós nos dispomos a dar uma nova teoria. Nesta mesa com quatro integrantes, todos nós quatro vamos ser professores do IBRAPSI, com uma teoria que vai poder pensar o pensamento do grupo, novas técnicas de investigação etc. Mas nós não temos, em momento algum, a ilusão de que não estamos também procurando dinheiro, prestígio e ampliação de nosso poder na vida social.

#### **Interlocutor não identificado**

– Gostaria de saber o motivo da Sociedade Psicanalítica não incluir na sua formação a psicanálise de grupo.

#### **Eduardo Mascarenhas**

– Ambas as sociedades, e não estou aqui para defender nem atacar, ligadas à Internacional, inclusive porque pertencem a uma delas, mas no que diz respeito a isso as razões são apenas inocentes. É porque existem sociedades de grupo, dessas sociedades que são constituídas apenas por seus membros, mas que não param no mesmo lugar, mas que são sociedades, pelo menos oficiosamente, vinculadas a elas; quer dizer, elas possuem sociedades de formação de terapeutas de grupo. Se elas funcionam ou não é outra questão. Isso é uma questão de que elas se limitam, enquanto sociedades psicanalíticas de divã, a oferecer uma formação psicanalítica de divã. Acho que esses não seriam pontos que pudessem discutir a problemática das sociedades psicanalíticas, por aí eu não as pegaria.

Eu queria acrescentar que há algumas perguntas aqui. Uma coisa que o Chaim estava falando, que não existem só boas intenções, sa-

maritanismo, em nenhuma das pessoas aqui presentes e em nenhuma das pessoas que até hoje conheci. Podem haver outras pessoas que venham a ser canonizadas, mas eu ainda não tive o privilégio, prazer ou desprazer de conhecê-las. Uma das razões pelas quais, atendendo a interesses variados, de natureza pessoal, por exemplo, por que os terapeutas de grupo, que possuem grupos funcionando, estariam interessados em participar da formação de terapeutas de grupo, se com isso estariam alimentando seus concorrentes e, num certo sentido, aumentando a oferta de profissionais e diminuindo o preço dos atendimentos e dos seus rendimentos? Essa questão pode ser vista por muitos ângulos, mas focalizando na ótica que Chaim trouxe, que é a dos interesses particulares, e que são mais ou menos inconfessáveis, isto é, não são trazidos a público com a mesma frequência, a razão não é muito difícil de compreender. É porque esses terapeutas, por conta do lugar social que ocupam na própria prática de terapia de grupo, teriam rapidamente o monopólio da produção dos novos terapeutas e readquiririam um fluxo garantido de clientela porque se tornariam os novos psicanalistas didatas. Então, com isso, estariam preservados seus níveis de rendimento porque, evidentemente, uma psicanálise de grupo didática não seria uma psicanálise de grupo a preços populares, posto que seus clientes, sendo profissionais, poderiam pagar preços mais elevados e, posto que somente alguns poucos terapeutas estariam qualificados para realizar essa tarefa. E quem sabe se em vez de cobrar Cr\$300 ou Cr\$400 por sessão por paciente, eles pudessem até pagar Cr\$600 ou Cr\$700 e poderiam até aumentar seus rendimentos e aumentar seu prestígio social sob o ponto de vista didático, científico e coisas afins.

Agora, uma coisa que o Musso trouxe e que eu não tinha mencionado é que, na medida em que se alargasse a prática de psicoterapia de grupo, se houvesse uma proletarização do terapeuta e um acesso a outras camadas populares, isso traria, em primeiro lugar, o aumento da

oferta dos terapeutas de grupo “mirins”, porque haveria os didatas, os cardeais, mas haveria os terapeutas de grupo mirins que iriam atender as classes menos favorecidas. Provavelmente, será esse o quadro que se instalará. Haverá assim uma aristocracia dos terapeutas de grupo, haverá os duques, os condes, os barões etc, até lá embaixo, até chegar aos que atenderiam as camadas menos favorecidas da população, que poderiam ganhar Cr\$20 mil por mês. Mas isso traz, de qualquer maneira, dentro do movimento de terapia de grupo, um contato muito mais amplo com essa camada popular, de uma pressão a profissionais que estariam mais distanciados da renda de Cr\$ 200, Cr\$ 250, Cr\$ 300 mil por mês, dos terapeutas que seguramente não teriam, salvo alguma perversa pressão, posições ideológicas mais conservadoras e exerceriam uma pressão ideológica grupal sobre o próprio movimento de grupo.

Outra coisa que eu pensava que Chaim fosse dizer é que nessas instituições, o IBRAPSI, sendo uma instituição de psicanálise de grupo e de instituições, talvez seja uma dessas instituições em que em seu próprio interior se pudesse sistematicamente realizar uma análise institucional, o que possibilitaria com seus membros, uma melhor circulação do poder institucional, e com isso afetar de uma forma mais exuberante a própria ideologia institucional. Quer dizer, se isso fosse praticado, haveria então um *feedback*, uma influência recíproca mais ampla entre os cardeais e os mirins. Esse negócio que o Chaim não falou, ou eu poderia ter lido na sua fala, eu queria que o Chaim me respondesse de onde ele tirou que o inconsciente é alguma coisa bipessoal, que tem por vocação aparecer no plano do *setting* da análise individual. Não estou dizendo que ele falou isso, mas enfim ficaria uma pergunta que algum dia eu gostaria de fazer. De onde foi tirada essa ideia, que teoria é essa de supor que o inconsciente seja alguma coisa que tenha realmente uma predileção particular de aparecimento nos contextos bipessoais. O que nós sabemos, pelas próprias análises,

longe de serem duas as pessoas que dela participam, é que ela está povoada de um grupo de fantasmas bem maior do que dois fantasmas existentes. Há os fantasmas públicos, coletivos e comunitários que são a ideologia, tanto do paciente quanto do psicanalista, acrescido a essa multidão de pessoas, de parentes; se encontram ainda presentes os fantasmas individuais de cada um, em toda sorte de variações e combinações de composições. Então, não existe análise individual, existe efetivamente análise de grandes grupos, haja 2, 3, 10, 20, 50 sujeitos empíricos presentes em uma situação. A transferência se dá em qualquer circunstância. A possibilidade de sua leitura reivindica uma estabilidade das circunstâncias porque senão não é possível ser lida. O necessário é que haja um *setting* sistemático, invariante e prolongado para que ela possa se processar. Oferecido esse *setting*, seja ele na análise individual ou de grupo, teremos claramente demarcada a problemática da neurose de transferência sobre a qual Freud se referia.

Tenho uma pergunta aqui: o desenvolvimento de uma problemática própria de cada grupo não poderia retardar ou influir negativamente na exploração de um maior número de segmentos da personalidade, tal como acontece na análise individual? Isso não faz com que o crescimento individual na análise de grupo seja tendencioso? Em primeiro lugar, não sei se a maior parte dos segmentos da personalidade aparece numa análise individual, porque ela fica rigorosamente subordinada, primeiro aos mecanismos de defesa do paciente. Freud dizia que, em algumas circunstâncias, só seria possível evocar para a consciência certos níveis do inconsciente se o paciente ficasse doente ou se alguma desgraça ocorresse em sua vida, ou se ele rompesse seu casamento, porque nenhuma técnica interpretativa seria capaz de mobilizar seus níveis defensivos. Então, em primeiro lugar, uma análise individual não é capaz disso. Em segundo lugar, se você fizer análise, a mesma problemática que aparece na análise de grupo acontece na análise individual. Às dez horas da manhã sou uma pessoa que pensa

certas coisas e que só são problematizadas certas coisas com determinado paciente. Às onze horas da manhã sou outra pessoa, com outras ideias, com outros sentimentos, outros desejos, outra aproximação, outra técnica, e me ocorrem ideias que absolutamente inexistiam às dez horas da manhã e que inexistirão ao meio-dia. Ao meio-dia acontece de novo a mesma coisa. Na análise de grupo aparece esse fenômeno, mas aparece uma possibilidade de mobilização de certas resistências e certos mecanismos de defesa, porque o sujeito individual em questão é evocado primeiro, porque o nível de análise da resistência, que é possível de ser efetuado na análise individual, é amplo, é perfeitamente possível de ser efetuado na análise de grupo. O resto não passa de um mito capitalista, de um individualismo e de uma posição de querer tudo para si. Isto é, uma posição de egoísmo, mas que é rapidamente dissolvido ao longo do percurso de uma terapia de grupo. Então, os mecanismos de defesa propriamente individuais são amplamente trabalhados nessa situação e os mecanismos de defesa que são dificilmente trabalhados numa análise individual, porque não vêm na associação livre. A associação de ideias não é livre, é marcada pelos mecanismos de defesa. Então, os mecanismos de defesa mais intensos não permitem que apareçam, nem em sonhos nem em sintomas, nem em lugar nenhum, certas manifestações do inconsciente, salvo, como dizia Freud, se o sujeito ficasse doente, rompesse o casamento e certas situações mais. Porque o que o sujeito vê numa análise de grupo é provocado por outros elementos a participar dessa situação; o que favorece enormemente o aparecimento e a possibilidade de trabalho elaborativo de certas circunstâncias.

### **Edgardo Musso**

– Agora há uma pergunta que se faz acerca de qual seria a melhor forma de fomentar, tendo como objetivo a maior eficácia do trabalho terapêutico com grupos. O que seria melhor fomentar? Coesão, cooperação ou competição entre seus membros?

Para responder a essa pergunta teríamos de esclarecer várias coisas. Primeiro, o que seria melhor fomentar? Eu diria que na realidade seria melhor não fomentar coisa alguma, nem competição, nem cooperação, nem coesão. Ou seja, o trabalho que amamos fazer não vai consistir em fomentar seja cooperação, seja competição, porque o grupo não é uma situação muito diferente do que acontece num nível da vida cotidiana. Na vida cotidiana existe cooperação, existe competição, ambas pertencentes à vida e são fontes de progressão ou de regressão. Agora, na realidade não seria fomentar, num nível, e sim interpretar, analisar quais os fantasmas que estão presentes, seja nessa competição, seja nessa cooperação. Agora, ao que eu queria me referir, porque essa pergunta dá para fazer essa reflexão, é a problemática do poder dentro de uma situação grupal. Ou seja, dentro de uma situação grupal há uma problemática do poder que está dada num caráter transferencial, ou seja, porque está colocada num grupo é diferente de uma situação individual, a situação transferencial é múltipla. A situação transferencial não está colocada sobre a pessoa do terapeuta, mas sobre os diferentes corpos que são depositários dos fantasmas de cada um dos membros que fazem parte da situação grupal. Então, num nível, seria a interpretação. Agora, acontece também, depende do modelo do grupo com o qual você vai trabalhar. Entre os diversos modelos do inconsciente grupal existe discordância e discussão. Aí é uma competição que acho útil, que seria aquela que provém da análise, não do corpo real presente na situação grupal, mas dos fantasmas, dos mundos fantasmáticos que povoam a situação grupal. E disso dá conta a interpretação. Mas também depende de uma determinada estrutura para que essa situação transferencial não seja neurótica nem psicótica. Ou seja, quando aparece uma situação de competição com a figura do coordenador, não é somente porque aparece investido de alguma figura paterna, por exemplo, mas que a própria colocação do coordenador a partir da concepção da estrutura grupal e de cura que esse



terapeuta tenha, vão facilitar ou não a infiltração, ou seja, o processo de deslocamento de uma problemática social dentro da situação grupal. Por exemplo, um coordenador que trabalha com um modelo que pensa que ele é efetivamente uma tela projetiva do que está acontecendo no grupo, e é só um depositário do fantasma do cliente, eu diria que está trabalhando numa perspectiva errônea. Ou seja, sob o ponto de vista terapêutico, falso. Ou seja, que é falso numa teoria de transferência que admite a existência de um depositário, de um depositante e de um depositado que não seja necessariamente psicótica. E nisso nós fomos formados numa escola, de E. Pichon-Rivière, que admite que, salvo na transferência psicótica, o terapeuta só é depositário daqueles conteúdos transferenciais, quaisquer que sejam, por parte dos diferentes membros do grupo. É uma coisa que não é real, nossos clientes não necessariamente passam por momentos psicóticos ou são psicóticos, e sim que nossos clientes vão colocar sobre determinados corpos de diferentes investimentos. Então, um coordenador que não coloque sua própria carência numa situação grupal, acho que isso vai dar para falar mesmo, necessariamente vai promover investimentos de caráter onipotente que vão provocar um deslocamento da luta política ao nível do sócio-político no campo da clínica. Nesse sentido, é esse tipo de competição que entendo como descabida. Obrigado.

# CURSO: LOUCURA E SOCIEDADE\*\*\*\*\*

*Armando Bauleo*

## **Armando Bauleo**

– Pensar aqui em reconstruir a história da loucura e das sociedades a que a adjudicamos (necessário, mas muito ambicioso), que tem na obra de Foucault um de seus mais conspícuos expoentes (mas de longe não o único), implica pesquisar um nome polívoco, para um objeto multiplicatório. A história é a história das interpretações da história. Nada nos garante que o poliverso que hoje denominamos vagamente como loucura seja a mesma coisa que aquele que as tribos mongóis nômades designavam como certo tipo de “maneira de ser” na sua comunidade. No feudalismo, em que se julgava formalmente os porcos, decidir exatamente o que configurava e era sancionado como loucura e o que como heresia, apostasia, infidelidade, traição etc é uma tarefa muito delicada. Que em todos os casos, sempre se tratava de uma modalidade de pensamento, vontade, afetividade e comportamento, não cabe a menor dúvida. Apesar de que nem todas essas “diferenças eram iguais”, não cabe a menor dúvida, e saber em que consistiam, menos ainda. Mas que, em todos os casos, era e é a “sociedade” (entidade também muito variável, especialmente em função de quem era considerado membro pleno da mesma e quem não) que decidia qual dessas diferenças era algo como o que hoje diagnosticamos como loucura, e qual delas não é. Por outra parte, sempre houve, dentro de cada sociedade, um setor qualificado (pelos atributos que fossem) que tinha o direito especial de fazer essa qualificação. Afirmar que a qualificação e a indicação de certo “trato” (e não digo só tratamento): nas comunidades primitivas (que nunca são iguais entre si) era melhor ou

---

\*\*\*\*\* Nota da RT. Este curso apresentava muitas lacunas na transcrição, as quais foram reconstruídas pelo organizador desta obra.

pior que nas hordas bárbaras, no modo de produção despótico, nos impérios antigos, nos gregos e romanos, na Idade Média, nas soberanias absolutas, nos precoces começos do capitalismo, nas revoluções burguesas, na modernidade e no capitalismo planetário globalizado... é uma tarefa gelatinosa.

Por outra parte, não é menos importante conjecturar que o citado “trato”, nas variadas formações sociais, especialmente a variação das qualificações e as medidas que desde a atualidade retrospectivamente rotulamos de acordo com o que entendemos como mais “justo”, “piedoso”, “racional” (de acordo com a definição e procedimento que os respectivos saberes e metodologias usavam), era (e é) muito mais para preservar seu status que para melhorar a condição e o manejo das chamadas loucuras... é uma asseveração, segundo o contexto de enunciação, tão óbvia quanto difícil de avaliar precisamente. Que todo saber (e esse e qualquer campo) é imanente a um poder, a um prestígio e a um lucro, e uma constatação difícil de relativizar; não obstante, mais problemático ainda é avaliar o que, para que, porque, quanto, quando, como, onde esse poder-saber-prestígio-lucro mereceu e mereceria sempre e segundo que escala de valores, ser eliminado por completo. Especialmente quando não se sabe dizer com “razoável” exatidão qual seria seu substituto, e porque este seria melhor – para o “louco” e para a “sociedade”. Essas qualificações e decisões, submetidas aos mesmos argumentos contextualizáveis antes expostos, mereceriam ser matizados, de maneira abundante, pela conservação modificada de certos recursos aparentemente ultrapassados, e pela crítica e exclusão de outros, aparentemente mais aceitáveis para a razão disciplinária dominante contemporânea. Talvez uma prova do que estou postulando, seja o “fato” de que muitos “loucos” (“psicóticos”, “desarrazoados”, “desviantes”, “forcluídos”, “delirantes”) na atualidade (como nos impérios antigos) são governantes, consagrados, admirados e milionários, tanto quanto como a grande maioria são po-

bres, ainda que alguns deles sejam sacerdotes, médiuns ou profetas. Iguamente os que se “melhoram” com um procedimento ou com uma inspirada combinação dos mesmos, não se beneficiam com o uso de outros ortodoxos, exclusivistas e aparentemente bem fundados.

Talvez uma boa recomendação a respeito seja uma paráfrase ampliada de um enunciado de Enrique Pichon-Rivière que recomenda o uso “instrumental, situacional, heterogêneo, combinável e inventivo da maior quantidade de meios disponíveis”.

Agora, é certo que tenho sido durante toda minha vida profissional um entusiasta estudioso, pesquisador e aplicador da Psicologia Social de Pichon-Rivière e de José Bleger (que são alternativas à psiquiatria convencional) e embora respeite muito o movimento de reforma psiquiátrica mundial, há alguns, digamos, exageros, que não compartilho. Por exemplo, não entendo muito bem e não consigo aceitar a ideia dos que condenam a psiquiatria como um todo e pretendem eliminá-la por completo de seu lugar na medicina. É claro que isso não significa que aceite o diagnóstico de todo e qualquer fenômeno humano como enfermidade mental, mas, fazendo um pouco de humor, me parece uma “loucura” negar que existem síndromes infecciosas, tóxicas, degenerativas, imunológicas, tumorais, vasculares, traumáticas, involutivas, heredogenéticas e também psicossociogênicas e – porque não? – idiopáticas, criptogenéticas e iatrogênicas. Nenhum deles é do domínio exclusivo da psiquiatria, nem sequer da conjunção das denominadas (a meu ver corretamente) ciências médicas. Mas excluir a psiquiatria e todos seus recursos atuais (usados com infinito cuidado, como deve ser) me impressiona como um excesso, produto do calor da discussão em defesa dos direitos humanos de todo paciente – ou ignorância ou demagogia. Muito obrigado.

(As perguntas a Armando Bauleo não foram registradas).

# CURSO: "PSIQUIATRIA INSTITUCIONAL"

*Franco Basaglia*

## **Franco Basaglia**

O funcionamento deste congresso é muito denso, o que faz deixar um pouco sobrecarregado de modo institucional.

Foi-me dada a tarefa de falar da psiquiatria institucional, eu acho que antes de tudo devemos falar, sem nenhuma polêmica, da instituição do congresso ou Simpósio no qual nós estamos.

Podemos sentir institucionalizados neste congresso ou, em vez disso, podemos ser livres de expressar aquilo que é o resultado de nossa opressão. Se nós, por exemplo, analisarmos o que aconteceu hoje, eu acredito que podemos considerá-lo um pouco como aquilo que acontece em um manicômio aberto<sup>\*\*\*\*\*</sup>. Pois bem, uma comunidade terapêutica é própria assim, fechada. Isso faz com que o relacionamento – as relações com o povo brasileiro – fique muito empobrecido. O Brasil é feito de muitas coisas, e feito de tantas raças, não é? Aqui tem uma, somente uma raça, a outra raça está do lado de fora, não participa deste congresso. Eu quero dizer que não coloco exaustivamente em evidência o problema, mas expressarei tudo o que penso, porque não tenho motivo para calar, porque não fui convidado para dizer que tudo está bonito.

Então partindo deste ponto de vista, eu acho que para falar da situação institucional devemos saber qual é a nossa posição institucional, qual é o nosso relacionamento com o outro com o qual convivemos. Porque nós somos obrigados pela organização social na qual vi-

---

<sup>\*\*\*\*\*</sup> N do RT. *O conferencista se refere a certos problemas organizativos do evento.*

vemos a existir constantemente em um círculo infernal de instituições.

Por experiência, temos uma divisão bem clara das instituições que se consideram livres e instituições que se consideram fechadas. A Revolução Francesa, o Estado liberal, nasce com este novo tipo de organização, e nasce também a nova ciência. Nasce a ciência e nascem as disciplinas que são delegadas a enfrentar e dar socorro ao homem na sua situação de cada dia. Então a psiquiatria com Pinel era a expressão de uma ciência humana que deveria dar resposta ao sofrimento mental, ao desvio mental, colocando o homem onde poderia ser curado.

É verdade que as intenções eram boas, ou seja, dividir para socorrer. Porém o Estado liberal burguês fez dessa instituição exatamente o contrário. A divisão técnico-social do trabalho, que é necessária à sociedade liberal burguesa, era aplicada integralmente, mas também e, sobretudo, as instituições que faziam o cinto do Estado. O Estado liberal burguês na sua revolução deu nascimento e início ao mundo industrial, e esse mundo industrial, como é notório, deu origem à divisão em classes sociais. Essa divisão deu origem e codificou diretamente a diferença bem precisa entre uma classe que tem e uma classe que não tem, e contemporaneamente criou toda uma composição, uma rede assistencial que teria o poder de proteger as pessoas que, por diversas deficiências, não podiam produzir nesse mundo burguês liberal capitalista.

Pois bem, se nós olhamos a fundação e a evolução do manicômio e observamos aquilo que foi a conceitualização científica que surgia para justificar o manicômio, percebemos que o manicômio, criado para curar, no final absorvia uma tarefa social bem precisa que era aquela de controlar um desvio doentio. Mas se nós procurarmos ver qual era esse tipo de desvio doentio, percebemos que este controle era aplicado somente ao pobre doente, ou seja, ao desvio não produtivo. Esse objetivo era claro, porque contemporaneamente existia toda uma faixa

institucional, que era o patrimônio da classe que estava no poder.

Eu diria que, no século passado, nós vimos que existiam dois tipos de asilos, o asilo para os ricos e o asilo para os pobres, ou seja, via-se como uma classe executiva, a classe no poder organizava uma rede institucional, que era delegada a recuperar a situação de afastamento da sua própria classe, porque esta precisava reproduzir; mas também se criava todo outro círculo institucional, que devia cuidar, em vez disso, de um comportamento desviante que não produzia. Com isso não quero dizer que não exista o problema do sofrimento psíquico, e que a doença mental não existia, que era uma pura invenção de Philippe Pinel ou de Jean-Étienne Esquirol ou de tantos outros psiquiatras. O problema consistia em que os psiquiatras eram encarregados de curar essa conduta desviante, curar a doença que, no senso latino da palavra, quer dizer ter preocupação com alguém, ser para alguém, responder à necessidade de alguém.

Se observarmos como foi a evolução do manicômio, percebemos que foi uma instituição que nunca respondeu às necessidades do desvio e que sempre serviu àquelas do controle social e que esse poder era delegado ao psiquiatra dentro do manicômio; em outros termos, o manicômio vinha a ser um lugar de discriminação e controle social, e não de cuidado. E isto era assim já nos tempos de Pinel. No nosso tempo nós vemos uma grande reclamação do manicômio, junto com uma ressonância, digamos, do poder do Estado e das classes dominantes, que globalmente se unem com o coral dos rebeldes dizendo que o manicômio deve ser abolido. Trata-se de algo realmente estranho, porque hoje o discurso de destruir os manicômios não é mais aquele nosso do profissional rebelde que quer dar a quem é portador de certo sofrimento um novo tipo de cura etc. Hoje o projeto da destruição do manicômio, eu diria, é uma consigna que foi recuperada verbalmente pelo poder.

Como exemplo, eu darei passos muito longos, por não termos

muito tempo de exposição. No ano de 1963 Kennedy assinou uma lei, a lei dos centros de saúde mental, na qual se diz textualmente: “Os nossos técnicos estão convictos de que as doenças mentais, incluindo as mais graves, como a esquizofrenia, podem ser curadas, não nos manicômios, mas nos centros de saúde mental”.

O que isso quer dizer? Quer dizer que o poder percebeu que o manicômio não serve mais para controlar e que precisa inventar outro tipo de controle social que possa vigiar e manejar a sociedade na sua totalidade. O que isso quer dizer? Que os manicômios existiam e funcionavam como sentinelas de controle, especialmente pelo medo que infunde esse tipo de controle, “serviam”, eram “curativos”. A esse respeito cabe ressaltar que todos os que estamos aqui temos medo do manicômio, mesmo se somos profissionais desse ofício. No momento em que nós dizemos para alguém: “Você é louco, olha que vou te mandar pro manicômio”, essa já é uma “maneira de curar”, porque a única maneira de curar no manicômio é o medo da punição e a punição em si mesma.

Pois bem, tudo isso, hoje eu afirmo isso para todos os lados, tanto para os países em desenvolvimento econômico avançado, como para os denominados “menos favorecidos”, “subdesenvolvidos” e etc. O manicômio não é mais um aparelho eficiente de controle social, em parte alguma, mas quando eu dizia isso, me referia especialmente à sociedade industrializada e pós-industrializada americana que precisa inventar um novo tipo de instituição que possa compensar a determinada e complexa incompetência como instrumento de controle do manicômio. Porque, vejam bem, hoje o problema é que as pessoas internadas não entendem nem aceitam mais a internação. Por exemplo, se nos referirmos à prisão, hoje na Europa os presos se revoltam, são insurreições assustadoras, nos Estados Unidos incessantemente os presos se revoltam, eu diria que é como se fosse um manicômio generalizado no qual todos se rebelam. Isto é praticamente o que aconteceu quando a ideologia



da punição é aberta mostrando suas intenções e suas contradições. Então quando as contradições mostram abertamente suas verdades e sua fragilidade, precisa-se encontrar outra ideologia cientificista que as encubra, assim como ontem o manicômio era a maneira de encobrir a contradição de classe. Essa organização poderia assim reinventar nela mesma as evidências de que os desvios chamados psíquicos e os estabelecimentos destinados a “recuperá-los” eram uma montagem para proteger uma sociedade injusta de certo tipo de dissidentes.

Hoje o problema é que os manicômios e outras maquinações não servem mais para controlar a sociedade. Então no lugar da psiquiatrização, inserida no manicômio, se insere a psiquiatria diretamente na medicina, e se faz de tudo uma coisa só, de maneira que a sociedade seja totalmente medicada. Se nos Estados Unidos nós falamos de destruição dos manicômios ninguém se maravilha, a situação mais interessante era que os estados mais reacionários, por exemplo, em Alabama e Califórnia, foram abolidos os manicômios, fecharam os prédios e os internos foram jogados na rua; outros, mais velhos foram para os hospícios. Isso ocorreu exatamente quando se constatou que o custo do manicômio era muito superior ao benefício que dava como instrumento de manipulação social.

Então eu diria que o problema aparece mascarado, o poder tira suas aparências e diz abertamente que o manicômio não serve, porque uma cidade de dez milhões de habitantes como Nova York pode conter contemporaneamente mais de cem mil pessoas doidas, mas eu posso controlar em outras maneiras a situação desse desvio. Porque vejam, o problema do surgimento do manicômio era próprio daquele em que era criticamente preciso controlar o desvio. O manicômio surge em um momento histórico bem preciso que é a época das grandes lutas de massas que se insurgiam. Vocês pensam, por exemplo, que um grande cientista italiano, infelizmente, aquele tal de Cesare Lombroso, que codificou cientificamente o desvio, o manicômio e, não só o

manicômio, mas também o manicômio criminal.

Lombroso dizia que os loucos eram nascidos loucos, que o criminoso nascia criminoso, além de dizer que as mulheres e crianças eram inferiores. Ou seja, biologicamente essas pessoas eram incapazes de poder dar contribuição alguma à sociedade e então deveriam ser guetizadas. Em seguida a ciência com seu camaleonismo ideológico muda, de uma hora para outra, de uma visão tipicamente organicista ou biologicista da doença mental para qual não se tinha outro recurso além de recluir o desvio mental em outra forma de segregação.

Ocorre em um momento no qual Freud diz que a sua mensagem, eu penso ter compreendido muito bem, no qual a concepção das suas ideias nem sempre era verdadeira. Tratava-se das razões que o homem não conhece, porque não se conhece a si mesmo, trazem a consequência que a pessoa se expresse de uma maneira desviante, então precisa dar-lhe suporte de maneira diferente. Mas Freud só podia ser compreendido e aceito quando era interpretado positivista-mente num sentido lombrosiano, digamos, porque aquela era a lógica daquele tempo e só por isso era possível aceitar que a doença mental tinha uma origem psicológica.

Então, é sobretudo por esse acréscimo ideológico dessas “ciências”, cujo corpus nunca foi capaz de destingir entre seus componentes propriamente científicos e os ideológicos que lhes eram inerentes, que se gera uma falsa mudança. Porque se baseando em ciências que desde sua origem estão somente a serviço do poder é que se criam as instituições aparentemente novas, porém não com a finalidade do cuidado, mas sim com a finalidade de criar novas formas de controle social.

Pois bem, se nós viermos ao nosso século, aos nossos anos, nós veremos que do lado do vírus biológico e do vírus psicológico, nasce outro vírus que é o vírus social. Hoje tudo é social, a doença mental é social, antes era biológica, depois foi psicológica e todos nós estamos

sempre nesse círculo infernal pelo qual somos taxados de deficientes. Isso parece evidente, porque no momento que não compreendemos o que quer dizer ser doente, evidentemente iremos ao médico não para sermos curados, mas para sermos medicalizados, ou seja, para sermos controlados, no momento em que nós somos considerados seres determinados e lineares, somos conduzidos por outra entrada ao círculo infernal que continua a ser, em resumo, sempre o mesmo.

O autêntico problema, acredito, é outro: trata-se de que a compreensão de um sofrimento vem – não do profissional que faz uma ciência “pura” mas – daquele profissional que consegue transpor na sua linguagem aquilo que é a luta pela sobrevivência de quem não tem o direito de viver; se o profissional não compreende isso, inventará sempre uma nova teoria e uma nova técnica – e me desculpem pela palavra, que servirá para foder o próximo.

Não tem alternativa, se o profissional não compreende que a “doença” não é um fato objetivo determinado pelas causas de cada uma das doutrinas que a tratam. Se o profissional não entende que a chamada loucura é um produto histórico complexo e multideterminado, nós estaremos sempre em busca, como Diógenes, vivendo dentro de um barril e com um farolim buscando um “homem honesto” ou um “sadio”, ou talvez estaremos sempre em busca do problema da “demanda” e do “desejo”, porque se sabe que uma pessoa que sofre dentro do manicômio não interessa absolutamente nada a ninguém, interessa somente aos conferencistas maneiristas para falarem de uma maneira muito difícil, que ninguém entenda, mas que ao final todos digam ter entendido.

Desse modo se cria uma linguagem esotérica que serve somente para dar às pessoas outro modo de repressão e ficar contente de ter adquirido justamente esse. Então quero ressaltar que não fiz um discurso assim, cifrado, nem pretendo sugerir que meu discurso conduza como consequência inevitável a acreditar que o poder tem tanta força

que nos reprime por completo e sempre.

Então é inútil fazer nada, porque se era para destruir os manicômios, eles foram destruídos? Fazer a psiquiatria territorial, não é? Estamos felizes, não é? Então está bem, melhor irmos todos à praia de Copacabana, porque realmente o que estamos fazendo aqui é nos masturbando, me desculpem pelo palavrão outra vez.

Eu acredito que a tarefa que estamos realizando é, sobretudo, a crítica que estamos fazendo; mas é preciso lembrar que Marx nos ensinou outra coisa, que a crítica não é suficiente, que se precisa fazer a crítica da crítica. Quer dizer a autocrítica. No momento que nós realizamos essa análise, eu diria que ela ainda não é dialética, mas desenvolveu um sentido só, devemos buscar o outro polo da dialética. Então eu diria, que o outro polo da dialética está propriamente em ver qual é a organização social em que prestamos serviços, perguntar-nos se nós profissionais respondemos às necessidades das pessoas que vieram nos perguntar como enfrentar os seus sofrimentos.

Na história e nos percursos que eu fiz me parece que fica evidente que o profissional, de Pinel em diante nunca respondeu às necessidades dos internos. Porque o mesmo fato de dizer internado já dá uma conotação à pessoa em pauta, de que tiramos a pessoa de uma situação e não colocamos em outra da mesma ordem, mas em um não lugar.

Então, quando nós procedemos como se trata de uma coisa, pegamos uma pessoa e a colocamos em outro lado sem seu consentimento, nós fazemos um ato muito preciso que consiste em desvirtuar uma pessoa e colocá-la como coisa na situação de confinamento em função da uma condição específica, a da doença. Eu acredito que o problema surge no momento que realmente enfrentamos o conflito da marginalização social, e como profissionais liberais autônomos ou empregados que não fizemos revolução nenhuma, nós só poderemos compreender as coisas no momento em que entendermos a lógica institucional do

manicômio dentro de uma sociedade com determinadas características classificatórias. Quando uma pessoa entra em um manicômio, em qualquer manicômio do mundo, que pode ser no Brasil ou nos Estados Unidos, vemos as mesmas brutalidades; não tem nenhuma diferença entre um manicômio do Brooklin (Estados Unidos), ou Juqueri de São Paulo. Eu posso falar assim porque eu vi todos os dois, é a mesma idêntica coisa, aparecem para gente pessoas que tem só um diagnóstico, a miséria. E a miséria é a verdadeira doença padecendo da qual a pessoa não pode viver, porque a miséria é somente um modo de sobreviver.

Então eu acho que o médico psiquiatra percebe que esta pessoa, além de ser doente – porque é louca, porque é maluca, porque é aquilo que vocês queiram – é também uma miserável. O psiquiatra deve se colocar de frente a um problema mais preciso e perguntar-se “eu respondo às necessidades desta pessoa?” Evidentemente não, porque no momento que eu respondo a necessidade dessa pessoa, dando fármacos, eletrochoque, aplicando insulina ou psicoterapia de apoio genérica, certamente não respondo às necessidades dessas pessoas. Porque essa pessoa precisa de amor, de afeto, de dinheiro, de trabalho, de relacionamentos cotidianos como todos, incluindo é claro, relacionamentos sexuais. Então, evidentemente essa pessoa é uma pessoa pela metade, é metade da pessoa, é uma pessoa que tem nela mesma a possibilidade de sobreviver, mas não aquela de ser. Isto é muito importante, então eu diria que o discurso é muito simples, porque vejam, fazer a revolução é de uma simplicidade incrível, porque quando alguém tem consciência de uma situação deve enfrentar a situação, e então, se essas pessoas são miseráveis, precisa-se dar a elas a retomada de consciência de suas misérias e precisa-se fazê-lo de modo que o miserável saiba de sua miséria. Porque por exemplo, nas favelas que existem no Rio de Janeiro, as pessoas não têm nenhuma consciência das suas misérias, de uma maneira lúcida, e vivem uma vida anti-institucional que é aquela do roubo, aquela da prostitui-

ção etc. Porque é a única maneira, digamos, de sobreviver, esse é o mesmo modo de sobreviver de uma pessoa internada dentro de um manicômio, o mesmo modo de sobreviver que é por exemplo, um dos elementos cardeais do problema e das soluções sexuais forçadas do manicômio: a homossexualidade. Em tal caso, por exemplo, veremos que nos livros de psiquiatria está escrito que determinados tipos de doentes têm tendências homossexuais.

Pois bem, quando nós enfrentamos o problema sexual do “doente de cabeça” do manicômio, não podemos fazer outra coisa que liberá-lo do manicômio, porque nesse momento a pessoa pode começar a aprender a escolher viver cotidianamente a própria sexualidade, pelo menos, como nós a vivemos.

Por exemplo, quando abrimos o manicômio nós notamos, pouco a pouco, que existem dois sexos, masculino e feminino, ou seja, que existe a realidade, não existe a esquizofrenia masculina ou aquela feminina, mas existe a esquizofrenia de todos, então se precisa dar ao esquizofrênico uma maneira de viver a própria vida, não como esquizofrênico, mas como Antônio, como Armando, como Franco etc. Desse modo, se essa pessoa vive a doença na sua identidade, pode cuidar de sua doença e depois podemos falar o que quer dizer cuidado. Então, o problema é que quando nós notamos que tinham dois sexos em um hospital, ficamos com um medo terrível, porque nós compreendemos que nós éramos padrões do corpo de dois sexos, e que quando se abriam as portas esses sexos podiam se encontrar e fazer coisas abomináveis. Pois bem, é interessante que quando se começou a discutir o problema do sexo, começaram a florescer relacionamentos de amor entre os internados, relacionamentos de amor muito bonitos, muito reais, muito humanos, porque o homem e a mulher se reapropriavam do próprio corpo e faziam aquilo que queriam. O problema é que nós como médicos nesse momento arriscávamos a nossa representação, porque, por lei, entre um internado e uma internada não pode haver

relacionamentos sexuais, porque se tem relacionamento sexual o incriminado é o médico, porque é responsável pelo corpo dos dois.

O problema é que nesse modo se começava a ter uma situação de representação de responsabilidade e da perda da própria delegação. Eu me lembro, por exemplo, que o primeiro processo que eu tive foi porque uma paciente engravidou e teve um filho no manicômio. Pois bem, esse filho que nasceu no manicômio foi uma coisa que foi discutida por todos, e todos deram suporte a essa pessoa que estava grávida e que deveria dar à luz. Quando deu à luz, esta pessoa foi, como todas as mulheres, ao hospital geral e eu me lembro de uma coisa muito bonita que era a fila de gente que ia do manicômio ao hospital geral para ver como estava a sua companheira, ou seja, em suma, o manicômio se abria junto com a vida.

Eu tive um processo por tudo isso, fui absolvido, porque, sabem, tem um provérbio italiano que se diz “cane non mangia cane” (Pessoas más evitam o confronto com quem é como elas), ou seja, que no processo eu fui condenado em primeira e segunda instância e na terceira fui absolvido.

Condenar um profissional que também é rebelde é uma coisa muito perigosa para o Estado, porque pode dar entrada a uma rebelião; pois bem, nós usamos esse processo para levar à opinião pública o problema da sexualidade no manicômio, corremos o risco. Nós levamos essa situação para fora do manicômio porque o relacionamento sexual, a gravidez e o parto são atos normais que pode ter mesmo uma pessoa esquizofrênica. Quando a gente começa a pensar que uma pessoa esquizofrênica pode dar à luz, identifica-se com ela, ou seja, com o ato normal de uma pessoa, então o relacionamento sexual não é mais obsceno, mas é um relacionamento sexual que é de todos. Como eu tenho vários exemplos e o sexo está na moda, então eu parti desse elemento para que seja mais claro aquilo que eu quero dizer.

Pois bem, daí que nasce o porquê se devem abrir os manicômios,

o manicômio não pode ser aberto por decisão nacional, por decisão do Estado, porque no momento em que o Estado decide abrir os manicômios evidentemente tem uma solução de substituição, ou melhor, tem uma ideologia de substituição, a ideologia de substituição que eu dizia antes. Muitos de vocês escutaram os ensinamentos de Robert Castel. Castel, de maneira mais sociologicamente e talvez de maneira mais precisa, falou de todos os momentos do nascimento do manicômio etc e, portanto, eu acho que vocês podem estar conscientes daquilo que é a lógica de controle institucional e de como se pode sair, pular fora dessa lógica. Eu diria que a única maneira de pular fora dessa lógica é poder conhecer quais são as necessidades das pessoas que são oprimidas. Eu diria que tudo aquilo que começa com “Psi” é opressão, eu acho que este congresso é um congresso contra a opressão. Nós como “psi” começamos da psi, os outros começarão de outra parte. Então eu digo que a acusação que se faz de toda a minha posição prática de ser um empírico e de não saber aquilo que eu faço, pois bem, eu praticamente demonstro aquilo que faço: é dar a possibilidade à gente de se expressar. Os teóricos que me acusaram que eu não sei aquilo que eu digo simplesmente porque não tem a verificação prática de sua ideologia, é puramente uma construção teórica de alguma coisa. Eu digo: não posso fazer ciência no sentido tradicional da palavra. Porque não conheço a base para fazer essa ciência. Porque se eu fizesse ciência não faria a reciclagem da ciência precedente, porque as necessidades de antes são sempre as necessidades da classe dominante. Quando eu me situo como encarregado das necessidades de um segmento da classe oprimida, pois bem, começo a entender, a ver a radiação através da qual eu posso construir uma nova ciência, caso contrário ciência e ideologia serão sempre um todo. Eu, hoje ao dizer para vocês a teoria da minha ação, o problema é que ela nasce conjuntamente com as pessoas com as quais eu converso. E aqui lhes dou outro exemplo: antes de vir para cá, estive em Moçambique, um país



que está livre há três anos e que tenta viver de uma maneira socialista. Pois bem, eu encontrei nesse país aquilo que se chama, vocês vão entender certamente por que falam português, aldeias comunais, ou seja, são comunidades na qual muitas famílias que vivem dispersas são convidadas a viver juntas. São africanos e estão em situação de extrema miséria, pensam por exemplo que essas aldeias comunais têm como objetivo de planificação nacional criar latrinas para todos, não existem banheiros, não existe toailete, existe somente a infecção. Pois bem, a primeira coisa que, digamos, o chefe, o responsável das aldeias fez, foi pegar-me pela mão e me levar em uma espécie de recinto e me disse “esta é a latrina para os hóspedes”. Era evidente que é uma coisa muito importante, porque queria fazer acreditar que tinham o conhecimento de que coisa eram as latrinas e para que serviam.

No momento em que se abre o manicômio todos vão defecar de uma melhor maneira, é evidente, porque a latrina é feita para aquela finalidade, eu acredito que a psiquiatria, se reduz a tudo isso. Porque se a pessoa não tem formulado e solucionado suas próprias necessidades é inútil falar do desejo lacaniano, porque não serve absolutamente para nada. Então eu digo que, em primeiro lugar, devo dar toailete para os internos, porque então imediatamente isso cura aquele que tem tendência de fazer as necessidades no próprio corpo, é evidente, então ele se torna uma pessoa com a qual se pode ter uma relação. É uma pessoa que está mal, esse é o problema, e todos nós estamos mal. Então é preciso ver como podemos estar menos mal juntos, em suma, um pouco menos. Então, no momento em que damos a possibilidade dos outros poderem se expressar, os outros manifestam suas necessidades.

Outro exemplo que eu trago das aldeias comunais é que falei para eles que me maravilhava que conseguiram viver juntos, enquanto eram todos divididos por toda uma cultura secular de individualismo camponês. O que acontece quando vocês não estão de acordo? Então

me responderam: discutimos. E se mesmo depois da discussão, ainda não estão de acordo? Continuamos a discutir. Então, eu diria que é a mesma coisa que aconteceu no momento no qual se liberou o manicômio onde eu trabalhava, começou-se a discutir, começou-se a discutir de tudo, qualquer coisa. Isto foi muito importante, não porque as pessoas perceberam que sendo ou não doentes eram pessoas, e assim a opinião pública compreendeu como praticamente as coisas podem ser mudadas e não ideologicamente. Praticamente as famílias dos internos entenderam o que queria dizer a internação do próprio familiar, isso é fundamental e viram esse familiar se recuperando devagar. Não porque tomava remédios ou porque não se fizesse mais o eletrochoque, mas porque começavam a ter consciência dos relacionamentos cotidianos, e tudo isso é de uma capacidade incrível de produzir subjetivação. Pois bem, o problema é que quem não estava de acordo com esse tipo de liberação, era simplesmente o poder, quem tinha o poder não estava de acordo com aquilo que fazíamos, porque isso implicava tirar-lhes a máscara e mostrar a opressão total a que se submetia os internados.

Então, o mundo universitário psiquiátrico e a justiça italiana começaram a fazer um movimento contra a gente para frear a nossa fúria libertadora, a nossa revolução. Mas nós mostrávamos a eles cientificamente que a única maneira de resolver o problema dessa gente internada era dar para elas uma resposta às suas necessidades. Teve uma campanha enorme nos jornais e a mesma continua em muitos lugares na Itália, por isso hoje os jornais italianos aprenderam que no momento em que a pessoa doida faz um ato absurdo, esse não é apenas um impulso. Os jornais italianos hoje publicam, por exemplo: “operário milânês se suicida”, e o comentário que faz é maravilhoso porque o jornalista faz a anamnese clínica do suicídio de uma maneira muito melhor que aquela que faz o psiquiatra, ou seja, o jornalista diz por exemplo: “O senhor XY, siciliano, veio para Torino procurar trabalho com a sua família, foi trabalhar, foi demitido, a sua mulher começou a se prostituir,

os filhos foram espancados com bastões, e esse homem não consegue encontrar trabalho, aí o homem se suicida”. Eu agora não digo que este relato consensual seja a razão do suicídio, não importa, mas o contundente é que o jornalista focalizou o suicídio não como puro fato, ou como enfermidade, mas como produto histórico social. Isto é importantíssimo, ter uma educação através das ações práticas que se desenvolvem, dia após dia, na situação da saúde mental.

Vejam, aquilo que é importante é aquilo que aconteceu no mesmo tempo: em 15 anos na Itália nosso movimento de liberação coincidiu com todos aqueles movimentos de liberação que nos anos sessenta foram importantes em todo o mundo, ou seja, antes de tudo, os partidos políticos e a classe operária se conscientizaram e assumiram para si o problema da liberação dos manicômios e começaram a pensar um outro modo de organização alternativa.

Em 1968 encontrou-se o movimento de abolição dos manicômios com o movimento estudantil italiano, e ambos levaram adiante uma ação que era uma reação em cadeia, porque quando se livra o manicômio, ou quando se liberam outras instituições, esse é um acontecimento que, além da especificidade das instituições, é uma onda que envolve todas as situações institucionais, todo o mundo institucional. Então nós vemos como do manicômio se passa outra vez à prisão e da prisão se passa para a universidade e da universidade às famílias etc. Esse movimento não para na nossa ação e nosso campo, mas é uma ação geral de revolta, de enfrentamento à opressão. Pois bem, a comunidade terapêutica que era, por assim dizer, um recurso técnico para sedar a ansiedade de alguém que pensa que o que fazemos é uma ação selvagem, então usamos técnicas que vinham de outros países; em resumo, essas técnicas nos deram a consciência política do nosso trabalho, nos fizeram entender politicamente o que é o manicômio e o que é a repressão do manicômio. Pois bem, no momento que atingimos o grande ápice de Gorizia, que foi a primeira realização

concreta de uma comunidade terapêutica, desencadeou-se contemporaneamente uma grande repressão do poder que de maneira indolor nos expulsou de Gorizia.

Depois de dez anos que nós trabalhamos em Gorizia, de maneira muito edulcorada, fomos eliminados, não sei se alguns de vocês já leram *Crimini di pace* [Crimes de paz], que já foi traduzido em espanhol, onde tem um pouco de toda a história, por assim dizer, de maneira mais precisa, de como acabou Gorizia. Mas eu diria, como se dizia durante as monarquias: “Rei morto, Rei posto”. Eu diria que a morte de Gorizia foi uma vitória de Gorizia, porque desde lá houve uma diáspora das pessoas que trabalharam nesse estabelecimento que se disseminaram por outras situações institucionais italianas – e começaram uma grande luta em unidade com representantes das forças operárias, com representantes de todos os grupos, também daqueles que se chamavam de ex-parlamentares, e assumiram mesmo um discurso, segundo o qual o técnico profissional não era mais o profissional oficial porque haviam mudado a concessão de poderes, porque os mesmos eram delegados pelo Estado; o profissional havia descartado a representação e havia aceitado a nova delegação, que era a vontade de certos partidos políticos, da classe operária, e dos movimentos libertários.

O segundo ato do nosso processo foi aquele de superar as limitações da comunidade terapêutica; eu acho que a comunidade terapêutica ou outros tipos de liberalização do manicômio sejam um passo necessário pelo qual passar antes de pensar em destruir todo o manicômio, porque caso contrário, acontece a mesma situação que aconteceu nos Estados Unidos, nos quais por ordem de Estado se destrói o manicômio, não se entende nada, ninguém entende nada, porque imediatamente a gente entra em uma nova lei, em uma nova lógica de organização social, uma nova modalidade de controle no lugar da organização manicomial, implanta-se a organização territorial, que toma posse das pessoas, psiquiatrizando e medicando todo o território.

Então nós pensamos que o nosso objetivo era eliminar o manicômio e transitoriamente fundar comunidades terapêuticas cujas funções eram possibilitar um relacionamento novo com a comunidade (dito num sentido amplo), porque toda a comunidade deveria tornar-se uma comunidade terapêutica, ou seja, deve entrar, afiliar-se, a esse movimento. Entendíamos que a comunidade terapêutica deveria compreender o que quer dizer ser sadio, o que quer dizer ser normal. Porque se alguém não entende o que é ser normal, não pode entender o que é ser doente. A alienação da norma é a alienação da doença, que é o mesmo. Então, por exemplo, começamos a ter um relacionamento com o comitê do bairro, isto é, na Itália há um regime democrático, ou seja, há os Estados, as regiões, as províncias, as cidades e o bairro. Todos têm um comitê, um governo, por assim dizer, que é a representação de várias forças políticas e sociais que existem no território.

Pois bem, quando nós dávamos alta, demitíamos as pessoas do manicômio, discutia-se com o bairro, e discutia-se com o bairro se esta pessoa deveria retornar à comunidade. Isso foi muito importante para a comunidade, porque entendeu aquele processo que nós havíamos desenvolvido em Gorizia liberando o manicômio, entenderam que as pessoas que saíam do manicômio não eram só doidas, mas seres que tinham fome, que não tinham dinheiro, que não tinham amor, que não tinham afeto.

Então veio, estranhamente, uma situação, que nós provamos na prática, que o doente que saía se identificava com a comunidade, e a comunidade se dedicava ao doente, assumindo, englobando-o dentro de si mesma. O processo de identificação era completo. Quando digo isso, um amigo aqui presente diz que eu sou psicanalista, se isso quer dizer ser psicanalista, eu sou um psicanalista.

Diria que isso é um processo, por assim dizer, de integração social que salva a individualidade de cada um. Por exemplo, eu vi aqui no Rio de Janeiro uma comunidade, a Cidade de Deus, que é a recicla-

gem da favela, digo de propósito, reciclagem. Nele o governo quer dar um lugar de viver melhor que aquele que era o problema das favelas onde as pessoas só podem expressar-se com a delinquência e a criminalidade.

Pois bem, eu falei muito com as pessoas que trabalham nessa comunidade e acho que é um trabalho muito importante, mas o risco de tudo isso é que aconteça uma integração dessas pessoas ao que as políticas de Estado pretendem e que, portanto, ocorra uma diluição da indignação geral; o importante dessas iniciativas – e nisso estiveram de acordo mesmo as pessoas que ali trabalham – é integrar as pessoas mantendo suas individualidades: se é um criminoso continua criminoso, se é um delinquente continua delinquente, se é uma puta continua puta. O problema é seu e devem resolvê-los quando se tem um relacionamento com a comunidade. Essa situação que eu chamaria de sístole e diástole, dá a possibilidade de uma abertura de consciência da contradição que é a doença, porque como repito: a doença não é um dado, mas um produto histórico social. É uma contradição aberta, e o problema é que se deve viver com essa contradição, porque não se pode eliminar a contradição, porque quando eliminamos a contradição formamos sempre os novos guetos.

Não digo que expressarei a continuação por demagogia (porque tem muita mulher aqui na sala), mas o problema da internação, em suma, é o mesmo problema das mulheres em casa. O problema é que a família é um manicômio do qual o diretor é o homem, a mulher e os filhos são os internos, evidentemente; o problema é que, por sorte, com a liberação dos loucos também vai acontecendo a liberação das mulheres. Assim sendo, eu digo que, por exemplo, numa família é melhor que se desagregue, que se destrua, que o marido tenha outra mulher, que a mulher seja uma vadia, que o filho seja homossexual e aquilo que vocês quiserem. É muito melhor assim que o contrário, que o lar da família funcione para segurar essa situação com o fecha-

mento de um manicômio. Porque as contradições irão expressar-se de qualquer maneira; o problema é que o homem depositário do poder não consegue viver a contradição com a mulher, ou seja, no momento em que a mulher coloca os direitos da sua própria individualidade, o homem a descarta e a ataca porque a vive como injusta reivindicação. Então, evidentemente se chega a uma situação de impossibilidade do casal de conviver. Em seguida se cria uma nova reciclagem, uma nova ideologia segundo a qual mulher torna-se homem, então o movimento feminista se castra e retoma outra vez a situação inversa na qual o homem se submete à mulher.

Pois bem, eu acho que não existe a liberdade da mulher e a liberdade do homem, existe somente uma liberdade, que é uma unidade na diversidade. O problema é que existe normal e o anormal, que existe o louco e o sábio, o problema é que nós devemos aceitar essas divisões naturais não criando uma ideologia para o normal e para o louco.

Nós devemos criar instituições reais via contradição e isso é muito difícil. Por isso tem o Fidel Castro e o Augusto Pinochet etc. Porque a própria contradição não se pode viver, então é preciso que exista qualquer coisa de autoritário que supera a contradição e que a encobre com uma quantidade enorme de razões, o homem é assim encarregado de cobrir essa contradição com o autoritarismo do chefe da família. Eu acho que, diante de tudo isso, que a única possibilidade da liberação será, como sempre foi, historicamente, a missão do oprimido, porque só ele é quem se liberta da situação; quando o oprimido se revolta, dá elementos novos para criar uma escolha de liberação, ou seja, como dizia justamente o meu amigo Ronald Laing, ou nós encontramos o elemento na liberação como dialética, senão a liberação será uma palavra totalmente vazia, absurda. Então eu diria que quando nós entendemos o significado da opressão do internado, da mulher e de tantos outros, eu acho que sempre será um elemento que fará emergir uma contradição e será um elemento libertador extremamente impor-

tante. Se a mulher se liberta, e o homem não se liberta, a mulher será ainda uma vez mais oprimida; então a liberdade chega no momento no qual o homem e a mulher vivem a contradição da própria liberdade – e viver na liberdade é muito difícil – é difícilíssimo viver a liberdade, porque é muito mais fácil viver na opressão que na liberdade.

Pois bem, caros amigos, eu gostaria de terminar esta longa conversa dizendo isto, que eu odeio os intelectuais e os cientistas, seu pessimismo da razão, e toda a sua cientificidade coincide sempre com certo pessimismo segundo o qual não se tem nada a fazer. Eu aceito, ao invés, eu diria uma verdade empírica, mas que, porém, é da parte de quem é oprimido, com a qual o oprimido vive, e vive na esperança de liberar-se, porque ele tem potencialmente algo muito precioso nele mesmo, que é o otimismo da prática.



# CURSO: IDEOLOGIA E SAÚDE MENTAL: PSICANALISMO, IDEOLOGIA E POLÍTICAS DE SAÚDE

*Carlos Villamor*

*Robert Castel (Não foi registrado)*

## **Carlos Villamor**

– O curso sobre “O psicanalismo”, teria a primeira sessão hoje dada por mim, e as duas posteriores por Robert Castel. Eu estive conversando ontem com Castel, e nós achamos que seria um desdobramento inútil, no fundo, do mesmo assunto. Nós achamos, assim, melhor, reunir o pessoal dos dois cursos, mesmo porque para o curso sobre psicanalismo, tendo em vista que para o autor de um livro sobre o psicanalismo que dará suas palestras na sala em frente, não havia mais que oito ou dez pessoas. Então eu sugeri que os participantes que fossem chegando para o curso de psicanalismo viessem para cá – e o Castel preparou um tema, que, aliás, tinha sido previsto para mim. Esse tema era “Saúde mental e ideologia”, um assunto excessivamente geral e extenso para que eu pudesse falar, uma vez que minha área é “Ideologia e políticas de saúde”. Desse ponto de vista o Castel preparou uma dissertação sobre “Ideologia e saúde mental”, que é uma questão que ele trabalha há muito tempo; nós combinamos então que o que se relacionasse com problema de psicanalismo numa visão mais ampla do que o próprio livro dele, a gente poderia incluir nas discussões, e eu poderia também participar. (Amanhã eu viria fazer parte do curso dele de psicanalismo, que ele exigiu que fosse assim para suprir o curso de psicanalismo que não foi dado hoje, e que foi reunido à “Ideologia e à saúde mental”).

Bom, antes de começar a discussão, apenas repetirei, para informar à pessoa que chegou atrasada ou que se dirigiria para o curso

de psicanalismo, que seria em princípio exposto por mim, queria relembrar que nós resolvemos reunir o pessoal dos dois cursos nessa sala e tentar discutir – uma vez que o Castel é o autor do livro “Psicanalismo” e que ele trabalha mais concretamente sobre esse campo, – discutir conjuntamente isso hoje e, amanhã, eu viria para expor os aspectos que eu colocaria mesmo do psicanalismo, que se referem muito mais ao quadro sócio-político, no qual aparecem as críticas de estilo institucional à psicanálise, à psiquiatria etc. Agora, outra coisa que nós combinamos é que, nesse caso, quando as perguntas se referissem a esse aspecto, eu poderia então ajudar no debate. E não sei se justamente por conta disso, talvez algumas pessoas que se inscreveram no curso de psicanalismo fossem aquelas que eventualmente não falassem perfeitamente francês e que podem, por terem chegado depois, ter ficado sem o aparelho de transmissão direta de tradução e terem sido eventualmente prejudicadas por conta disso. Então, na discussão, a gente tentaria esclarecer um pouco mais os aspectos que ele colocou só para esse pessoal não ficar realmente prejudicado nas opções que fez. Outra coisa é lembrar aqueles que não são intimamente ligados à reflexão de Castel, ao pensamento dele, que não se trata de uma crítica psicanalítica da psicanálise, não se trata de uma análise sociológico-institucional da psicanálise, mas que ele se coloca muito mais de um ponto de vista sócio-político, de socioanálise da psicanálise, e que isso poderia talvez trazer também certo choque naqueles que, antes de estarem nesse auditório, não conheciam esse tipo de reflexão que ele faz. Digo isso simplesmente para explicitar a diferença com as abordagens que se fizerem num contexto mais de análise da psicanálise propriamente dita.

### **Coordenadora não identificada**

– Vocês querem proceder ao debate perguntando diretamente ou trazer questões à mesa? Como vocês quiserem colocar as questões podem iniciar.

### **Henrique Escobar**

– A questão que eu coloco é a seguinte. Eu estou de acordo com a opção do Castel de colocar em termos sociais e no nível de aparelhos e dispositivos todo o problema da loucura tal como está formulado no espaço psiquiátrico. A minha pergunta é só essa, se existe uma entidade chamada loucura, ou se ela é apenas uma denominação histórica, quer dizer, que diz respeito a outros tipos de discriminação no interior da história. Caso exista uma entidade que se chama loucura, seria indicado correlacionar sua existência com outras entidades contemporâneas – e assim entraríamos em uma série de diversos problemas, isto é, se a tal entidade complexa chamada loucura é totalmente recoberta pelo espaço psiquiátrico, ou espaços análogos. Então, que espaço específico é esse da loucura? É uma posição? É uma interpretação da história? É um lugar? Evidentemente isso é indiferente à problemática da psicanálise em termos de consciente e inconsciente. Dá para entender a minha questão?

O que eu pergunto é se a loucura é só uma denominação da história, ou se ela tem um espaço específico. E se ela tem um espaço específico, que espaço é esse? Como é que ela fala da história, como é que ela fala da psiquiatria? Estou invertendo as coisas.

### **Robert Castel (Intervenção não registrada).**

#### **Coordenador não identificado**

– O senhor considera respondida a sua questão?

### **Henrique Escobar**

– Eu tenho a impressão de que a primeira parte da pergunta, sobre se existe essa entidade loucura foi perfeitamente respondida. Agora essa segunda parte, essa inversão, realmente confesso, não teria apreendido. Você está colocando qual seria a relação que a loucura teria com um contexto histórico determinado, que se dizia da loucura e que a loucura dizia acerca desse contexto? Quais são os dispositivos

que fizeram ou fazem tal ou qual loucura em determinados momentos.

**Robert Castel. (Intervenção não registrada)**

# MESA REDONDA: OS GRUPOS DE INTELLECTUAIS BRASILEIROS

*Sergio Arouca*

*Eduardo Mascarenhas*

*José Guilhon de Albuquerque*

## **Coordenadora não identificada**

– O tema desta mesa se denomina: “Grupos de intelectuais brasileiros”. Houve uma mudança, que é a presença do Dr. Sérgio Arouca, sanitarista, no lugar de Roberto Gomes.

## **Eduardo Mascarenhas**

– Eu sou psicanalista e sou formado em medicina. Cursei a formação psicanalítica na sociedade psicanalítica pertencente à Internacional Psychoanalytical Association. Aqui neste Simpósio, pertencentes internacionais talvez tenha só o Dr. Szasz e eu. O Gregório Barembliitt, Emilio Rodrigué, Armando Bauleo e outros dela se desligaram, ou a ela nunca pertenceram por divergências ideológicas e políticas. Eu, pelo menos na apresentação gostaria de falar sobre o grupo de intelectuais brasileiros com os que eu tenho maior familiaridade e depois, no debate, eu poderia me estender para outros grupos intelectuais, mas em primeiro termo eu me referirei ao grupo dos psicanalistas. Para nós podermos compreender melhor quais são as características gerais desse grupo, nós teríamos que compreender primeiro como são, em geral, as instituições de formação que produzem psicanalistas. Ou seja, as sociedades psicanalíticas, sejam elas vinculadas ou não à internacional, possuem uma estrutura administrativa, organizativa e curricular que são, sob muitos aspectos, semelhantes. O grupo Plataforma internacional se fundou na Itália, depois de um congresso psicanalítico. Logo depois Hernán Kesselman e Armando Bauleo (que

foram nomeados representantes do mencionado movimento internacional) fizeram uma convocatória que deu como resultado a fundação do grupo Plataforma, que se separou da Associação Psicanalítica Argentina (APA); esses dissidentes renunciaram a seus cargos e condições numa tentativa de romper com a estrutura organizacional dessas instituições. Essa ruptura incluía razões teóricas e técnicas, mas foi motivada principalmente por razões político-ideológicas (Argentina estava sob uma das ditaduras mais criminosas do planeta). Um ano depois, por outras razões, o grupo se autodissolveu. Essas instituições, cada uma com a sua orientação, foram historicamente fundadas para preservar a existência da psicanálise e formar seus agentes, os psicanalistas. Essa era uma das maiores preocupações de Freud quando ele produziu e aplicou o saber psicanalítico, preservá-lo das resistências sociais e das dissidências internas que se levantavam frente a esse novo saber. Então, Freud resolveu organizar de início um célebre grupo de estudos a partir do qual se fundaram posteriormente aquilo que vieram a ser as sociedades psicanalíticas. Para preservar a sua doutrina, ele colocou o poder político e administrativo dessas instituições na mão daqueles que maior confiabilidade mereceram. Depois, como desdobramento, surgiu a figura do analista didata, um analista experiente e, frequentemente veterano. Dentro dessas instituições, e como parte essencial da formação havia a exigência de que os novos candidatos se submetessem a uma análise pessoal porque o saber psicanalítico seria impossível de ser apreendido se uma das instâncias formadoras não fosse para sentir a psicanálise na “própria carne”. Melhor dito, na própria subjetividade inconsciente. Esse saber sobre vicissitudes e peripécias do desejo, implicaria vivê-lo nas circunstâncias e condições psicanalíticas propriamente ditas. Historicamente ficou constituída uma figura que atualmente recebe o nome de psicanalista didata, que é o analista dos analistas; quer dizer, todo psicanalista que pleiteie uma formação, para vir a ser psicanalista terá que se sujeitar a uma

psicanálise individual de no mínimo 500 horas, ou seja, de 5 a 6 anos pelo menos. Mas para se chegar a ser analista didata geralmente a duração dessas análises era de oito, nove ou dez anos, com um desses analistas que já receberam o nome e o título de psicanalistas didatas. Esses psicanalistas didatas são mais antigos e eles têm algumas características particulares, que eu gostaria de vir a descrever, porque os mesmos, ademais de deter o saber e o fazer psicanalíticos, costumam ser os hierarcas burocráticos da organização psicanalítica. Essas inserções lhes possibilitam ser os que detêm, em rigor, o poder específico, profissional e burocrático das instituições de formação, pesquisa, publicação etc. Em primeiro lugar porque a eles, e somente a eles, compete o estabelecimento do currículo que a formação segue; a eles, e somente a eles, compete a seleção dos candidatos a psicanalistas, a carreira organizacional dos membros e a administração da análise didática a todos os candidatos em formação psicanalítica. Há todo um sistema de promoção hierárquica dentro da sociedade que é determinado pelo colegiado dos analistas, encarregado da reunião dos psicanalistas didatas. Esse grupo burocrático delibera e executa todas as decisões relativas à condução da organização, que também tem uma comissão formal com um presidente, secretários, administrador, tesoureiro, vocais etc. Esses dois grupos exercem o poder de vigilância ético-científica sobre os membros e candidatos, sendo que esses poderes incluem a aplicação de diversas sanções sobre todos os integrantes. Essa parafernália normativa inclui medidas tais como a advertência, a suspensão e culmina com o direito à expulsão dos membros, especialmente dos candidatos que estão em formação. É claro que essas medidas raramente são aplicadas, porque prejudicam a imagem da entidade perante a comunidade. Os psicanalistas didatas, de modo geral, não ultrapassam o número de dez, doze ou quinze por sociedade. Muitos dos membros desse grupo são membros fundadores da sociedade, e a grande maioria deles são senhores de mais de 55, 60, 65 anos de

idade. Então, o monopólio do poder, nas sociedades psicanalíticas, encontra-se na mão de uma espécie de conselho. Se quisermos usar uma expressão algo pejorativa, que o governo é patrimônio de uma espécie de conselho de anciãos, uma espécie de senado, uma espécie de colégio de cardeais. A expressão colégio de cardeais se aplica particularmente bem a um alto clero que não tem propriamente um Papa, mas tem um poder colegiado de conceber e realizar suas deliberações. Algumas das características desse colégio de psicanalistas didatas é que eles têm um mandato vitalício; eles, tal como os cardeais da igreja católica, serão cardeais para sempre e, se não me engano, não consta nos regulamentos societários que eles percam o direito a voto a partir de determinada idade, diferente do que acontecia, segundo consta numa bula do Papa Paulo VI, de acordo com a qual os cardeais demitiam os colegas anciãos depois de certa idade. Tem outra característica dos membros didatas das associações psicanalíticas “ortodoxas”: como existe uma procura crescente de candidatos à formação psicanalítica, e eles terão inevitavelmente que fazer análise com os psicanalistas didatas. Assim sendo, os psicanalistas didatas, além de terem um mandato vitalício e o poder societário, eles apresentam outra característica, talvez mais favorável da que usufruíam os proprietários de cartório; ocorre que eles têm um fluxo tal de analisandos que eles não têm nenhuma necessidade de consegui-los empenhando-se em nenhum tipo de competitividade no mercado porque eles têm garantida a sua clientela psicanalítica por conta do número de candidatos que os procuram. Então, como a procura de candidatos é muito maior que a oferta de psicanalistas didatas, eles têm um número de selecionados analisandos que são os candidatos à formação psicanalítica e que podem pagar um preço bastante elevado pelas suas sessões. Os candidatos geralmente são médicos formados que já praticam a medicina, psiquiatria, psicoterapias, ou outras atividades afins. Podemos calcular que uma sessão com um psicanalista didata não custaria menos que



150 dólares, com raras exceções. Então, se nós fizermos o cálculo de que um psicanalista didata começasse a trabalhar na sua própria casa às 08:00h da manhã e terminasse de trabalhar às 14:00h, ou seja, que ele trabalhasse seis horas por dia, o resto de seu tempo poderia desfrutá-lo com a sua família, com arte, esporte, diversões, outros negócios etc. Podemos nos perguntar quando estudam, pesquisam e escrevem acerca da sua especialidade. A resposta é muito relativa, porque eles não têm nenhuma obrigação estatutária de escrever ou apresentar nenhum trabalho científico uma vez ungidos com o título de psicanalista didata. Então, ele, a partir de 14:00h estaria na plenitude de gozar de seu tempo tendo trabalhado durante seis horas, o que significaria um faturamento profissional de aproximadamente 1000 dólares por dia, o que dá, trabalhando cinco dias por semana, 5000 dólares por semana, ou seja, 20.000 dólares por mês, com uma garantia absoluta desse rendimento até o último dia de sua vida profissional. Outra característica desses psicanalistas didatas é que todos eles são senhores casados; na sua maioria, casados há 20, 25, 30 anos e que preservam, portanto, as sagradas instituições matrimoniais sendo que raríssimas vezes recorrem ao desquite ou à lei do divórcio, recentemente implantada no país. Pouquíssimos são os celibatários e pouquíssimos são aqueles que percorreram mais de uma aventura ou desventura matrimonial. Não é preciso, portanto, tecer considerações muito agudas ou muito finas para adivinhar qual será a postura ideológica prevalente desses psicanalistas didatas. Se o voto não fosse secreto, nas próximas eleições nacionais, provavelmente, nós saberíamos em quem haviam votado. Eu disse acima que, na sua esmagadora maioria, os candidatos são médicos, e detêm uma carregada mentalidade médica. Também, como adiantei, no currículo de formação dos psicanalistas consta claramente que o mesmo é administrado, coordenado e formulado pelos psicanalistas didatas – e que consta fundamentalmente dos textos clássicos da psicanálise: são 12 textos de Freud que são escri-

tos clássicos: *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, *O ego e o id*, *Inibição, sintoma e angústia*, *A interpretação dos sonhos*, *Os instintos e suas vicissitudes*, *Introdução ao narcisismo* etc, enfim, esse tipo de texto clássico. Incluem-se também alguns textos kleinianos, porque a escola inglesa consegue deter a primazia e a hegemonia da mentalidade psicanalítica carioca e da brasileira em geral. Não sei exatamente por quais razões, mas apenas muito recentemente, brisas lacanianas começaram a soprar desde Paris, trazendo com elas um surto estruturalista. Uma das razões possíveis pode ser certa moda aristocratizante e exclusivista, devido a um estilo gongoriano e a uma sofisticação formalista, que é própria do lacanismo. É interessante que a reflexão lacanianiana não veio propriamente através dos psicanalistas, ela veio fundamentalmente através de outros intelectuais brasileiros – e por meio deles – atingiu indiretamente alguns psicanalistas. Talvez uma das razões pelas quais a citada escola inglesa de psicanálise tenha sido preferida é a seguinte: para ser um profundo conhecedor de Freud, há que se ler 22 volumes de 300 páginas, ou seja, 6 mil páginas, e para se conhecer a obra lacanianiana nós temos 900 páginas dos escritos e mais 22 seminários de 300 páginas, significando 7 mil páginas. É diferente o que ocorre na escola inglesa de psicanálise, que é uma orientação que se apoia numa epistemologia empirista, e cujo saber decorre fundamentalmente da experiência dos seus praticantes. Para se considerar conhecedor do kleinismo, basta se praticar a psicanálise clínica e talvez ler o livro da Hanna Segal, *Introdução à Obra da Melanie Klein*, que tem cerca de 100 páginas; já aí nós quase deteríamos a totalidade do saber kleiniano – pelo menos nos seus fundamentos básicos. Esse deve ser um dos motivos pelos quais se tornou extremamente popular. Não estou com isso querendo desmerecer o aporte kleiniano, que constituiu o núcleo da minha e que efetivamente produziu resultados bastante eficazes na minha clínica. Mas eu queria apenas salientar esse dado acerca de que o volume de estudo necessário para aquisi-

ção do conhecimento kleiniano é infinitamente menor do que o necessário para se adquirir com profundidade o acesso à obra freudiana e à lacaniana. Uma vez prevalecida a escola Inglesa de psicanálise, que dá uma ênfase particular à problemática da agressividade, a sexualidade ficou praticamente tirada de cena. Na psicanálise brasileira, pelo menos até agora, não existe a sexualidade, a sexualidade é alguma coisa que geralmente é vivida como o que os psicanalistas chamariam quase que de um *acting out* da agressividade e da inveja, da voracidade e da competição. Quer dizer, uma incontinência do ego que, no momento de relutância às suas outras atividades, entraria nos desmandos de uma sexualidade perverso-polimorfa. Eu não sei exatamente por que a sexualidade foi tão tirada de cena dentro da teoria e da prática psicanalítica brasileira, mas talvez não seja muito difícil compreendê-la. As instituições psicanalíticas iniciaram-se no Brasil numa época em que não haviam se estabelecido as transformações da mentalidade e das práticas sexuais, quer dizer, ela se introduziu antes da revolução química dos produtos anticoncepcionais e antes do movimento hippie. Se nós observamos particularmente a formação dos psicanalistas há alguns anos atrás, constatamos que eles teriam obrigatoriamente que fazer um curso de medicina; após essa longa e difícil formação, eles teriam que ter alguma prática profissional para poder arcar com os elevados custos da formação psicanalítica. Então, ingressavam nas sociedades psicanalíticas pessoas já casadas, com uma, eu não diria disciplina corporal, mas com uma imagem corporal que comparada, por exemplo, com a esbelteza geral dos jovens da contracultura, era penosa. Seriam homens e mulheres de 32, 33 anos que começariam a sua formação, já casados, com filhos e que provavelmente teriam tido uma precária prática sexual anterior ao matrimônio. A essa altura já bastante comprometidos social e familiarmente, eu não sei se lhes seria muito interessante colocar a problemática da sexualidade nessas alturas, e particularmente pertencendo a sociedades de membros mo-

noêmicos que implicitamente condenariam certas práticas sexuais. Enveredar-se a essa altura da sua existência, já com 35, 36 anos, não havendo tido provavelmente, durante sua adolescência, certa familiaridade com a sexualidade, é provável que não lhes seria interessante acolher uma teoria que pudesse estabelecer certa promoção da problemática erótica. Então, é uma coisa que ficou sabida, se a psicanálise como dizia Robert Castel, no seu livro *O psicanalismo*, trouxe grandes transformações sobre a teoria da sexualidade, ela obteve transformações mínimas sobre a prática da sexualidade. E nós podemos até dizer que, na psicanálise brasileira, a perspectiva quanto à sexualidade encontra-se num estado muito mais conservador que em outros ramos e grupos de intelectuais. Quer dizer, ela apresenta quase que um culto e uma exortação a uma monogamia culposa, que deve ser “reparada”, o que implicaria certo nível de conservadorismo à sexualidade. Não é incomum se ouvir, por exemplo, e aqui eu me lembro da introdução de um livro de um proeminente kleiniano. Esse texto dizia que a moralidade psicanalítica, apesar dos cínicos e dos hipócritas, existia apenas uma, e isso era dito sem preocupar-se em investigar qual era a moralidade da sociedade que produzia aquele sentido moral. No currículo de formação dos psicanalistas, como já disse anteriormente, constam os textos freudianos clássicos, mas se nós lemos todos os seus textos com cuidado, verificaremos que sua vida sexual se interrompeu aos 40, 41 anos de idade, quando ele resolveu investir a sua libido em níveis mais sublimados, ou seja, sobre a teoria da sexualidade muito mais do que sobre a prática da sua sexualidade. Isso consta numa carta da correspondência privada de Freud, dito por ele mesmo. Creio que também se pode intuir sempre nos textos freudianos mais diretamente vinculados a esse tema, algo como um horror vitoriano ao sexo, sobretudo quando ele descrevia seus casos clínicos, ou as contratransferências eróticas. Quem leu os textos de Freud pode verificar o que acabo de sugerir mais no estilo que nos conteúdos de seus textos. O

judeu Freud (na Viena aristocrática e filogermânica) fala da existência realmente com uma coragem extraordinária se levarmos em conta que 1910, 1912, 1915, anos nos quais ele escrevia, constataremos realmente um rigor, uma ousadia, uma capacidade de transgressão enorme no que dizia respeito aos valores estabelecidos da época. Freud sofreu 10 anos de ostracismo por conta dessas ideias, exílio esse que ele chamava do seu “esplêndido isolamento”, mas que custou a ele existencialmente preços bastantes elevados, pelo menos durante um período da sua vida anterior ao reconhecimento que ele veio a ter a partir de 1915, 1920 em diante. Por exemplo, o artigo de Freud sobre a guerra mostra uma posição valente com respeito a esse horrendo fenômeno que quase sempre é acompanhado pelo nacionalismo e o fascismo. Essa intrepidez não aparece quando Freud trata muitas singularidades sexuais como se fossem enfermidades a serem tratadas e curadas. Outro ponto que eu queria mencionar é sobre outra problemática mais local e contemporânea, quer dizer, a psicanálise aqui no Brasil. A psicanálise brasileira tem uma noção teórica e prática que é bastante difundida que é a chamada do *acting out* (que já mencionei anteriormente), literalmente traduzida essa expressão quer dizer “agir para fora”. Na linguagem psicanalítica ela significaria uma incontinência da capacidade do pensamento de conter os impulsos e os desejos; devido a isso, o pensamento, ao invés de pensar livremente, se tornaria como que uma espécie de intelectual que prestaria serviços aos impulsos e aos desejos inconscientes perversos atuados pela subjetividade. O pensamento seria como que um jornalista, para o qual os sentimentos e os desejos, os impulsos, seriam como um editor de um jornal. Então o editor mandava: “Fulano, escreve aí um artigo elogiando o governo”, então o jornalista escreve um editorial racionalizado que demonstra inequivocamente as maravilhas desse governo. No dia seguinte o jornal muda de linha (provavelmente por uma mudança de patrocinadores), e o editor ordena: “Agora escreve outro artigo espi-

nafrando o governo”. Então, o jornalista vai e escreve com a mesma habilidade, astúcia e capacidade essa situação, ou seja, o sujeito não estaria exercendo sua faculdade de pensar, mas estaria sendo apenas manipulado e expressivo por outras forças que não seriam propriamente as forças que promovem o conhecimento dos fatos. Por sua parte, a ação, os corpos executariam esse pensamento sem resistência nem crítica alguma. Esse pensamento então seria um cogito que viabilizaria os impulsos e desejos, mas não pensaria sobre a pertinência nem sobre as consequências dos mesmos. Agora, é interessante que a própria palavra *acting out* acaba por tornar pejorativa todo agir (o que Freud chamava respeitosamente de “ação específica”), mas eu nunca vi na teoria dos psicanalistas atuais, a menção das perturbações que a função do pensamento exerce no que diz respeito à sua determinação do não agir, à omissão, à demissão, à imobilidade, à estabilidade, à acomodação, à mudez cúmplice com o que deve ser denunciado, como se não fossem eles também movidos por impulsos, sentimentos e desejos inconscientes, que poderiam ter a mesma natureza do que aqueles que estariam levando a ação. Há um silêncio teórico com relação a isso, com evidentes consequências político-ideológicas sobre a teoria e a prática psicanalítica. Esse tema funciona perfeitamente constituindo outro fator que eu queria retomar ainda – é aquilo que diz respeito à ideologia dos psicanalistas, que consiste em que não somente eles recebem uma influência poderosa das instituições de ensino, mas porque lá eles ficam 5, 6 anos em análise individual e 4 anos em seminários teóricos e clínicos. Nessa ambiência (que foi por mim descrita em termos um tanto quanto caricatos, mas que não se afastam muito da realidade objetiva dessas instituições), vigora amplamente a inibição, a omissão etc. Porque os candidatos que tivessem uma divergência político-ideológica com essas instituições: ou eles não as procurariam, ou se o fizessem não seriam por elas acolhidos. Se fossem aceitos teriam que viver simulando, ou seriam por elas transformados, quer

pelo seu poder de persuasão, quer pelo seu poder de intimidação, posto que elas possuem o poder de expulsão e exclusão dos membros que seriam divergentes e que facilmente poderiam ser rotulados de psicopatas e delinquentes, caracteropatas e outros rótulos a mais que servem para marcar, caracterizar os divergentes com a força do dialeto institucional. Quer dizer, todo sistema de poder estabelecido denomina os seus divergentes de psicopatas, delinquentes, criminosos e coisa mais assim, e com isso os mantém excluídos dentro do sistema de glorificação social e pública. Mas eu queria dizer também que a seleção de médicos e ultimamente de psicólogos, contribui e colabora para o estabelecimento da mentalidade do grupo de psicanalistas brasileiros. O modelo médico é um paradigma que se apoia fundamentalmente nas premissas do funcionamento anatomofisiológico do corpo. Então, por conta do próprio modelo médico haverá consequências teóricas, clínicas, ideológicas e políticas na constituição, tanto da estrutura em funcionamento institucional como na subjetividade dos membros docentes e dos didatas e na dos candidatos a psicanalistas.

### **José Guilhon de Albuquerque**

– Eu não sou psicólogo e, em primeiro lugar, eu queria expressar que hesitei muito sobre o que poderia dizer aqui, por causa do título, não consegui entender muito bem o que ele significava, mas eu constato agora que acabou acontecendo certa convergência. Quando falamos em grupos de intelectuais, nós pensamos logo nos intelectuais de Ipanema, em certos intelectuais paulistas ou algo do gênero e, na verdade, eu tenho a impressão de que se trata realmente de falar de algum tipo de inserção social dos intelectuais no Brasil, pelo menos foi assim que eu entendi da exposição de Mascarenhas.

Bom, então, para falar desse tema, acho que a primeira coisa seria tentar afastar de cara algumas besteiras que se diz sobre o assunto, como, por exemplo, o de tentar taxar a nós todos os intelectuais de pequenos burgueses. Trata-se de uma incompreensão pelo menos

por parte daqueles que sabem muito bem de que estão falando, de uma indefinição muito grande do que seja a pequena burguesia e o que seja a implicação no trabalho dos intelectuais. Talvez o professor Arouca possa falar depois sobre um aspecto muito importante dessa problemática que é a significação, por exemplo, das greves de médicos ocorridas recentemente. Creio que isso mostra pelo menos um sintoma muito claro (peço perdão por usar essa palavra, sintoma), mas, digamos, um indício, um indicador muito claro do que vem a ser, do que está se tornando cada vez mais a inserção dos diversos profissionais intelectuais na sociedade brasileira. Bom, digamos que quando se fala nos intelectuais se tem em mente um modelo que é o paradigma clássico de intelectual, que trata o seu objeto de trabalho sob a forma do artesanato. É esse tipo de modelo ao qual se faz alusão quando se diz que, em geral, os intelectuais são pequenos burgueses, ou seja, um tipo de trabalho em que o trabalhador opera individualmente. Algo assim como o pequeno produtor agrícola independente. Além disso, ele trabalha com instrumentos que são apropriados individualmente por ele. Quer dizer, algo assim como um produtor agrícola independente, que não precisa de nenhum equipamento coletivo para trabalhar, da mesma forma que o artesão, ele produz seus próprios instrumentos, ele trabalha seu objeto com instrumentos que ele maneja suficientemente de maneira individual, sendo que para exercer essa função ele não está ligado com nenhum tipo de instituição. Esse modelo do artesanato, que é o da produção independente, é aquele para o qual o trabalho é alguma coisa não somente individual, mas qualitativamente único, e que não se confunde com a qualidade do trabalho de um marceneiro quanto à qualidade do trabalho no couro, ou de um serralheiro etc. Cada trabalho do artesão é único, qualitativamente diferenciado, e os objetos que ele produz também são únicos, podem ser apropriados individualmente e tratados com instrumentos que podem ser operados individualmente.



Bom, aparentemente essa é a forma de trabalho, esse é o tipo de inserção do intelectual no trabalho. Eu digo aparentemente porque, na realidade, isso pertence a um modelo que não só é ultrapassado na prática, como talvez represente hoje apenas franjas muito pequenas do trabalho intelectual. Isso em algumas profissões já ficou claro, eu acho que talvez por uma dessas ironias a profissão que serve de modelo para todas as outras é a medicina. Os médicos já se deram conta antes que outros de que esse modelo liberal está ultrapassado. Não obstante, continua-se tratando de aplicar essa matriz, não sei por que, a todas as outras profissões que talvez já a tenham ultrapassado até antes que a medicina. Bom, o que ocorre com, na realidade, com a maioria dos profissionais intelectuais que trabalham hoje em dia? Parece-me que o que ocorre é uma transformação de todas essas relações a que eu estava me referindo. Em geral o seu objeto de trabalho não é mais apropriado individualmente, mas coletivamente, quando se pensa, por exemplo, em um tipo de pesquisa de opinião, como se faz nacionalmente, ninguém poderia imaginar que um trabalho do individual pudesse fazer uma pesquisa desse tipo, ela implica necessariamente um trabalho coletivo e ela implica, por outro lado, em equipamentos ou instrumentos, ou o que vocês quiserem, que são também apropriados coletivamente. Não é possível se fazer um tipo de pesquisa de opinião dessas nacionais, dessas que servem para encobrir a realidade das opiniões, não é possível fazer esse tipo de pesquisa sem recorrer, por exemplo, a equipamentos eletrônicos, extremamente sofisticados, sem equipamentos coletivos. O tipo de trabalho que está aí exercido, embora ainda que guarde certa instrumentalidade teórica, metodológica, que fica nas mentes das pessoas, esse tipo de trabalho, na realidade, está cada vez mais passando para o próprio instrumento de tal forma que o trabalho enquanto tal tende a se transformar em alguma coisa de quantitativo, e não mais qualitativo como o trabalho de serralheiro ou do marceneiro quando trabalham em série etc. E não só é quanti-

tativo como inteiramente intercambiável. Quer dizer, tirar um auxiliar de pesquisa e colocar outro, tirar um técnico e colocar outro, tirar um entrevistador e colocar outro, apenas para dar um exemplo no campo das ciências sociais, não muda absolutamente nada no tipo de pesquisa nem seus resultados. Só vai mudar se tirar a pessoa que faz o relatório final. É possível que mude um pouco, mas justamente é a relação contratual que essa pessoa que faz o relatório final tem com o “dono” desse trabalho (e igualmente, também, com a equipe chefiada por esse relator) o que vai definir (mais ou menos perceptivelmente) os dados e os “arranjos” dessa pesquisa. Falando na propriedade desse trabalho, tem outra que não é a da equipe e não é a do coordenador. O que mais pesa sobre a liberdade do pesquisador, seja empregado ou especialmente quando é um especialista liberal autônomo, é o interesse, o intuito do empresário, do gestor de pesquisa, de quem paga a pesquisa. Bom, então, o que ocorre com o conjunto dos trabalhadores intelectuais, e o que está tendendo a ocorrer cada vez mais, mesmo naquelas profissões que aparentemente por serem extremamente abstratas, por terem um objeto que é totalmente intangível, nós, “os mortais” temos que resignar-nos a que não se pode saber claramente qual é. Por exemplo, nas profissões científicas, ou que aspiram a ser científicas, o que está ocorrendo é que a maioria desses intelectuais especialistas liberais autônomos está se tornando trabalhadores assalariados, cujo trabalho é predominantemente quantitativo e influenciável; ou seja, que perderam o controle, não só dos meios de produção, mas também sobre a realidade do objeto do seu próprio trabalho. Como se perde esse controle? Ele pode ser perdido de duas maneiras, seja pela própria maneira como se processa esse trabalho; eu dei alguns exemplos. Quer dizer, se qualquer um de nós quiser fazer uma pesquisa, por exemplo, no campo da física, que envolva equipes e equipamentos que exigem grande investimento de capital, o que vai ocorrer é o seguinte. Esse especialista terá que depender da existência de uma

equipe e de equipamentos, o que supõe uma organização coletiva de trabalho e supõe também algum tipo de investimento da instituição, de capital de Estado ou privado, que possa bancar esses custos. Portanto, o próprio desenvolvimento do processo do trabalho, quer dizer, o próprio desenvolvimento da técnica que vai ser utilizada, faz com que o controle do trabalhador individual, independente, esteja quase totalmente perdido. Você pode pensar, por exemplo, que um médico possa hoje simplesmente pensar em tratar certo tipo de doença que depende, por exemplo, do seu diagnóstico ou para o seu tratamento, de equipamentos sofisticados. Então, evidentemente, aqueles que ainda possam manter uma clientela privada, se não usam esse instrumental teriam que perder seu paciente. Outra impotência é o controle que o pesquisador tem sobre a escolha de objeto e de objetivo, que é feito por pessoas que, por serem proprietários, se supõe que sabem o que compram. Por exemplo, vamos tentar fazer um tipo de pesquisa sobre a eficiência de um medicamento caro, e o laboratório nos pede para pesquisar se é eficiente, a pesquisa também é cara, só esse grande laboratório pode pagá-la. Como se fosse algo do que devem viver, os pesquisadores aceitam esses trabalhos e sabem que dará um resultado aceitável, mas inferior ao de outro medicamento do mercado, mas cumprem com sua encomenda. Seja uma pesquisa psicológica, seja uma pesquisa sociológica massiva, por exemplo, sobre opiniões, ou sobre atitudes trabalhistas. Evidentemente, sem contar com a anuência das empresas, será impossível ter acesso a esse objeto de pesquisa. Mas também ocorre em outros países, em que os sindicatos são bastante fortes, que se tem que pedir a anuência não só da empresa, é preciso que haja o acordo e muitas vezes acompanhamento dos próprios sindicatos.

Então vejam, a relação do trabalhador intelectual, com o próprio objeto do seu trabalho, não é mais aquela em que ele podia se sentar na sua mesa e tirar da gaveta uma série de livros, lápis e papel,

e começar a trabalhar esse objeto. A coisa mudou completamente, o controle do trabalhador intelectual sobre seu próprio trabalho fica subordinado a esse controle que passa a um departamento especializado da organização ou a um setor dos sindicatos dos trabalhadores envolvidos. Bom, parece, entretanto, que isso só se aplica a algumas, ou talvez mesmo a maioria das categorias de trabalhadores intelectuais, mas tem algumas outras que resistem e que parece que resistem heroicamente a essa mudança. Pelo menos, por exemplo, (o Prof. Arouca conhece isso bem melhor do que eu), na consciência de muitos médicos, essa transformação ainda não se passou. Tanto que alguns de nós temos visto o tipo de chicanas com que o Conselho Federal de Medicina, por exemplo, tenta colocar obstáculos à transformação democrática e popular dos conselhos regionais. Isso dentro da ideia de que a medicina ainda deverá manter o seu padrão de trabalho liberal. Parece que o mesmo ocorre com a psicologia, há pouco tempo eu estive discutindo com um grupo de psicólogos em São Paulo, e justamente esse problema foi colocado. Nesse grupo constatei que a maioria dos psicólogos ainda espera que finalmente poderá atender individualmente e/ou em grupos em seus consultórios etc, e que esse tipo de modificação não teria se passado lá. Eu estou colocando isso no condicional porque me parece que isso aí implica em duas tendências, a primeira consiste em identificar totalmente o exercício da psicologia com a clínica, a segunda consiste na expectativa de ganhar seu dinheiro sendo seu próprio patrão. Ora, excluindo parcialmente a prática, é bem provável que, para grande parte dos trabalhadores psicólogos, a mudança para o trabalho assalariado já tenha ocorrido de fato, ou seja, que eles se transformaram em uma espécie de trabalhadores obedientes das empresas. Resta então algo da saída pela clínica, mas será que isso é verdade? Para discutir isso um pouco eu vou falar de algo que eu conheço melhor, embora também não muito, que é a situação em que um grupo de trabalhadores independentes,

proprietários do seu próprio trabalho, na realidade funcionam em torno de uma grande empresa multinacional. Trata-se da produção agrícola do fumo no Rio Grande do Sul, que funciona exatamente dessa maneira. Todo o processo produtivo do fumo enquanto tal, antes dele chegar às empresas de transformação, se faz em pequenas propriedades individuais, das quais os plantadores, os produtores, são proprietários, são proprietários da terra, são proprietários, enfim, dos instrumentos de trabalho, são proprietários da sua força de trabalho. Bom, na realidade quando se vai tentar estudar o processo de produção e o processo de comercialização desse pessoal, a gente se dá conta de que a manutenção desse regime de propriedade é apenas uma ficção, mantida pelas empresas multinacionais, para que esses trabalhadores continuem a se sentir como proprietários e não reajam, nem se organizem, como simples trabalhadores assalariados. Isto é, o estilo da produção é absolutamente controlado pelas empresas, as sementes são financiadas, fornecidas e escolhidas obrigatoriamente pela empresa, a comercialização já foi desde o início assumida pela empresa, o processo é tal que mesmo a plantação, digamos assim, de subsistência (para o consumo dos próprios agricultores e de suas famílias) ou para uma venda ao varejo, para completar os pagamentos insuficientes dos empregadores, desaparece, porque por contrato ninguém pode concorrer com a empresa em determinado território do mercado. O que não for vendido para a empresa é ilegal e não tem valor comercial. Em consequência, o agricultor não tem como completar seu salário para sobreviver. Devido a isso começa um processo de endividamento que decorre daí, assim como um processo de maior controle, que resulta numa total apropriação da produção por parte da empresa que talvez elimina essa diferença entre esses trabalhadores autônomos, proprietários independentes, que funcionam segundo o modelo da pequena burguesia, são os simples assalariados. Haveria uma diferença entre os profissionais liberais autônomos e os empregados. A mesma con-

siste em que os trabalhadores empregados têm um salário fixo, com carteira assinada, aposentadoria e alguns outros benefícios, enquanto que, no caso dos autônomos, esses trabalhadores dependem de uma série de coisas e, entre outras, as que fazem a sua sobrevivência e a da sua família têm que ser garantida por eles mesmos. Ou seja, a situação deles acaba sendo pior. Contudo, quando se diz que pelo menos a psicologia clínica escapou desse processo, que nós podemos representar pelo nome de assalariamento, temos que fazer uma ressalva. Assalariamento em si não é significativo, não é o assalariamento que define a alienação dos trabalhadores independentes, e sim a relação com o objeto de trabalho. Vejamos se isso é verdade com o que ocorre com a psicologia clínica. Bom, a formação clínica começa nas próprias escolas de psicologia já com o tipo de trabalho gratuito, ou seja, o trabalho de estágio. Quando esse trabalho de estágio não se limita apenas às escolas, ele continua também como trabalho gratuito ou como um trabalho semigratuito, em uma série de instituições. Durante todo o período de formação – que é uma temporada sem limites, ou pelo menos cujo limite ninguém é capaz de estabelecer –, durante todo esse período essa forma de trabalho semigratuito continua, porque, de acordo com o que Mello afirma, segundo estou informado, mais de 50% do dinheiro que se obtém com esse trabalho (ou às vezes até mais de 100%) passa para as mãos de outras colegas, mais experientes, que supervisionam esses profissionais iniciantes. Ora, se isso não é uma apropriação do fruto do trabalho de jovens trabalhadores, através de certa rede ou modalidade de funcionamento institucionalizado; se isso não é exploração, eu não sei o que seria isso, isto é, se isso não é um tipo de apropriação de mais valia eu não sei o que é apropriação de mais valia. Dessa forma, os profissionais psi da alta burguesia ganham muito.

Ora, o que ocorre é que se criou em torno do trabalho clínico a ideia – que eu não vou discutir – é uma ideia teórica e realmente, para

esse aspecto teórico, eu estou absolutamente me lixando. Mas a ideia de que esse trabalho é um trabalho que ele só pode ser feito na medida em que ele seja feito sobre o próprio trabalhador também, que é um trabalho que exige um tipo de supervisão contínua, o que significa que o próprio trabalhador, se ele precisa de “super visão” é porque ele tem uma “subcegueira”. E essa supervisão e essa subcegueira vão durar paralelamente, provavelmente pelo resto da vida. Ora, vejam bem o que ocorre com a maioria dos clínicos principiantes. Eles são supervisionados por clínicos já, digamos, menos principiantes, que por sua vez são analisados por psicanalistas principiantes e supervisionados por outros psicanalistas principiantes. Esses últimos, por sua vez, são supervisionados e analisados por outros psicanalistas etc. Ora, se for seguir a rota, que esse dinheiro, esses 80%, esses 100 ou 120% que saem da mão do psicólogo clínico iniciante, passa para a mão do clínico com um pouquinho mais de experiência, que por sua vez passa para a mão de etc. Vamos ver que esse bolo de dinheiro vai dar nas cifras de que Eduardo Mascarenhas falava. Em certo irônico sentido, essa quantidade é barata. Porque hoje, de fato, é muito menos, por exemplo, do que ganha, sei lá, um diretor da Petrobrás etc. Bom, provavelmente deve ser muito mais que isso. Não sei. Bom, mas um general de exército não é acionista e nem diretor de uma grande empresa multinacional, e também tem um salário “respeitável”. Ora, o que me parece é que, na verdade, ainda não só se mantém como também se reforça essa ilusão do trabalho liberal, essa miragem do trabalho de consultório, como se os clínicos só fossem responsáveis diante deles mesmos; na realidade o que há é uma forma de assalariamento disfarçada, que não tem todas as contrapartidas que tem o assalariamento quando ele é mais ou menos protegido pela legislação social que, apesar de proteger muito mais o capital, protege também, numa certa medida, o trabalho. Ora, eu creio que disso aí deve decorrer uma vontade de desfazer essa ilusão. Eu não sei se isso é possível e verdadeiro, se é necessário esse

tipo de paralelismo entre supervisão e subcegueira; se for, muito bem, então, que se assuma as consequências disso, que se reivindique, não sei, um tipo de assalariamento menos disfarçado. Mas me parece que é fundamental que se discuta essa forma de ilusão, e que em função disso se passe a organizar reivindicações, organizar formas alternativas de trabalho para a psicologia. Era disso que eu queria falar.

### **Sérgio Arouca**

– Se o frio aí estiver idêntico ao que está aqui, não deve estar brincadeira (Risos!). Pelo menos aí tem mais gente e fica mais quentinho. Estão me oferecendo um abraço aqui. Sou sanitarista, professor de Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública, e tenho na realidade muito pouco a ver com o trabalho mais especializado com o trabalho na área de saúde mental. Então, acho que o interessante para poder ser colocado é tentar ver as mudanças que aconteceram em termos de relações de trabalho, principalmente na área médica e como que essas transformações estão dando no momento atual variações extremamente significativas desde o ponto de vista da organização política desses profissionais. É evidente que as mesmas têm a ver com um contexto político mais geral pelo qual está passando a sociedade brasileira como um todo. Em princípio coloquemos a seguinte ideia: esse tipo de relação caracterizada como liberal – esse encontro que o médico estabelecia com seu paciente – tinha, em princípios do século XIX, certas precisas características. O médico quase sempre visitava o paciente no seu domicílio, e o que tinha que ser feito em primeiro lugar era todo o necessário para formular um diagnóstico; depois era feita uma intervenção clínica. Essas operações eram praticadas com os instrumentos que o médico levava na sua maleta. Tudo se dava numa relação de troca de observações, conhecimentos, habilidades, entre o saber do médico e os próprios do reino do paciente. Esse tipo de organização da prática, do trabalho médico, na realidade tinha como contrapartida, em primeiro lugar, uma organização política que expressava também esse



tipo de relação. Não se pensava em nenhuma organização a qual o paciente pudesse eventualmente levar reivindicações porque todo o fundamental, toda a problemática dessa prática, eram questões que deviam ser resolvidas a dois, entre o médico e o paciente. Não devia nunca aparecer a perspectiva de algum terceiro que intermediasse essa relação. Em segundo lugar, o que era fundamental, era estabelecer simplesmente normas para que a relação entre os profissionais se desse numa competição ética. Então, a organização típica para esse tipo de trabalho eram as associações médicas. As mesmas cuidavam de que toda atuação médica devia se dar com total respeito ao chamado Código de Ética, que nada mais colocava normas para que a medicina pudesse continuar como liberal. Desde esse ponto de vista, também a visão do mundo e da sociedade que tinham os médicos, era uma leitura que partia dessa relação a dois. A dimensão do coletivo, do social, estava presa, amarrada ao próprio vínculo de trabalho entendido como o encontro de indivíduos. Então, a meu entender, a definição institucional mais essencial da medicina como uma prática de natureza liberal não vem por esse caminho. Pelo contrário, a grande maioria das vezes essa medicina foi extremamente conservadora. Por outro lado, é muito diferente abordar essa questão a partir de outro tipo de organização, de outro tipo de prática, que é a da saúde pública. O tema da saúde pública que começava a desenvolver uma visão mais crítica e social, tanto das práticas ligadas à área de saúde, como da influência da sociedade como um todo sobre as condições de saúde. Se nós recorremos, por exemplo, a alguns textos da década de 40, ou 50, escritos sobre o problema de saúde pública, naquele período já se discutia o problema das condições de organização dos trabalhadores, das condições da reforma agrária, para que isso pudesse resolver problemas das grandes endemias rurais, problemas da socialização da medicina e para que ela pudesse atender as necessidades de saúde da população, e não servir como um campo de valorização de capital ou de simples apropriação

da renda e de mercantilização da saúde. Assim sendo, era como se existissem dois lados, quer dizer, de um lado uma prática liberal cuja representação política era a associação médica que, simplesmente baseada nos seus códigos de ética, tentava manter a medicina como uma prática liberal, figura socio-jurídica que defendia os privilégios dessa profissão. Do lado da saúde pública temos a perspectiva, ou pelo menos o nascimento quase que de uma semente do pensamento crítico-social. Essa área da saúde pública, principalmente nos últimos 14 anos (e eu acho que esse fato é o que interessa mais), foi extremamente golpeada. Foi atacada, em primeiro lugar, pela cassação e aposentadoria dos principais intelectuais dessa área que existem no Brasil. Por outra parte uma das, por exemplo, valiosas organizações que nessa área nós tínhamos aqui, era uma das escolas mais importantes ligadas à saúde pública: a escola de parasitologia, ligada à Universidade de São Paulo e coordenada pelo professor Samuel Pessoa. Depois de 64, essa escola praticamente foi liquidada com a aposentadoria e expulsão do país dos principais pesquisadores que hoje são diretores de grandes centros de pesquisa, seja na França, Estados Unidos ou países da Europa. Mas não foi só por aí, centros de pesquisa e estudos populacionais ligados à escola de saúde pública praticamente foram liquidados. E nos anos mais recentes é a famosa censura branca, ou cassação branca, estabelecida através dos órgãos de segurança, que simplesmente recomendavam às instituições públicas a não contratação de um grande número de profissionais que tivesse a ver com a saúde pública. Por outro lado, esse mesmo modelo, nesses últimos 14 anos, simplesmente fez uma devastação da saúde pública diminuindo os recursos aplicados à área. Nós chegamos, por volta de 1975, à evidência de que os recursos destinados à Saúde Pública eram idênticos, idênticos ao que era destinado por volta de 1950. Durante esse período, também foi montada o que nós estamos caracterizando como medicina tipicamente capitalista, uma medicina que mudou completamente as relações de

trabalho dos profissionais médicos. Essa transformação ocorreu da seguinte maneira: mudou através de assalariamento, mudou através da constituição de grandes aglomerados hospitalares onde o médico deixou também de ter essa relação simples, diretamente com o paciente, mas passou a fazer parte quase de um trabalhador coletivo, mudou através da introdução de outras práticas, de outras formas de prática. Aparece a chamada empresa médica ou medicina de grupo, que funciona como uma empresa que assalaria profissionais e recebe recursos da previdência social para atender a certo número de trabalhadores. O panorama mudou através da constituição de um grande fundo que é o INAMPS, que compra serviços através das chamadas unidades de serviços, a qual cria fatores incontroláveis de corrupção. Essas mudanças se operaram também através do que está se chamando da “democratização” da formação universitária, ampliando tremendamente a formação de médicos a ponto de estar se formando hoje 8 mil profissionais por ano. A transformação se deu também através da superconcentração de recursos no eixo Rio/São Paulo, assim como em outros centros urbanos. Tudo isso ocorre de tal maneira, que nesses últimos 14 anos, ocorrendo mudanças tão profundas nesse tipo de relação de trabalho, foi que começaram a aparecer, principalmente nos grandes centros urbanos, mudanças também ao nível da consciência política, que começa a se expressar no que Guilhon de Albuquerque chamou atenção. Em primeiro lugar, no surgimento de movimentos sindicais. O sindicato deixa de ser a organização secundária, que tinha anteriormente na prática liberal e passa a ser a organização praticamente fundamental do trabalho dos profissionais desse setor. Deixa de se reivindicar simplesmente o retorno a uma prática liberal não existente e passa-se a reivindicar melhores condições de trabalho, e de assalariamento. Passa-se a reivindicar simplesmente que os profissionais de saúde também tenham acesso aos direitos trabalhistas que, como diz Guilhon, defendem mais o capital do que o trabalhador, mas que para os médicos nem esses

direitos estavam sendo colocados. E também, quase que por decorrência desse tipo de reivindicação, que os médicos começaram a participar de outro tipo de organização política, que é a prática sindical, e começou-se também a colocar em questão a maneira como está organizado o serviço de saúde nesse país. No Brasil o serviço de saúde está atendendo, coerentemente com o resto do modelo que foi montado, muito mais aos interesses empresariais, ou seja, atendendo muito mais os interesses do capital do que aos interesses do trabalho. Os serviços de saúde estão simplesmente voltados para os interesses de acumulação, para os interesses de uma medicina de classe e não encaminhados para equacionar, ou tentar resolver, as necessidades de saúde da população. A impugnação dessa orientação não está sendo fácil; surgem para isso movimentos como aquele de São Paulo, um movimento de oposição sindical que logo se amplia para o Conselho Regional de Medicina. Igualmente se forma um movimento de oposição sindical no Rio de Janeiro, e também no Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, sendo que atualmente esse movimento militante termina com a intervenção do Conselho Federal sobre o Conselho Regional, impedindo a posse da diretoria desse conselho, apesar de ele ter sido escolhido com praticamente 70% dos votos dos médicos do Estado do Rio de Janeiro. Esse tipo de luta é extremamente interessante, porque de um lado está a ideologia que é inculcada através da escola médica, nos profissionais médicos e nos profissionais liberais em geral; que trata da ideologia de que é o sucesso na profissão o que mede a realização médica e determina que algum dia ela possa ser exercida em forma estritamente liberal. O médico, para se sentir como vencedor, deveria chegar a poder exercer sua profissão em termos estritamente liberais. Isso se inculca de tal forma que a passagem pelas outras relações de trabalho seria como pagar uma dívida no purgatório antes de chegar ao céu da medicina liberal. Então, a passagem pela medicina de grupo, pelos plantões, pelas empresas, pelo assalariamento, seria nada mais

do que um tempo a ser pago para em certo momento da vida chegar como vencedor à medicina liberal. Então, esse tipo de movimento médico também é extremamente conflitivo, porque a aspiração liberal persiste ao mesmo tempo em que ele começa a exprimir reivindicações trabalhistas, e começa a assumir sua luta sindical. É no mesmo questionamento da luta sindical de outros setores de trabalhadores, que o médico começa a se preocupar com o problema da liberdade sindical, com o problema do atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, com os problemas da intervenção do Ministério do Trabalho ao nível dos sindicatos. Mas ao mesmo tempo, no seu interior, quando o médico começa a tentar discutir a organização da sua prática, ele entra em conflito. Ou seja: como discutir ao mesmo tempo um plano nacional de saúde, que atenda aos interesses de saúde dos trabalhadores e não os dos empresários, mas que simultaneamente esse plano tenha que levar em conta o problema da sua participação trabalhista, da sua participação profissional, em termos da prática da medicina liberal, que seria o indicador do plano de “realização” de seus médicos. Então, é um tipo de movimento político conflitivo, extremamente emergente e abrangente, que está se espalhando para outros lugares do Brasil, e que está começando a colocar em questão não só o problema das condições de exercício do trabalho, das condições de assalariamento, mas também das condições de exercício e de organização dessa prática. Mas ao mesmo tempo em que se coloca isso, começam a surgir dentro dele os mecanismos próprios da divisão desse movimento. E a contradição-divisão acontece no instante em que ele ainda não consegue equacionar a sua relação com uma organização do trabalho que atendesse prevalentemente aos interesses da população e não aos seus próprios. Parece-me que esse tipo de movimento só está sendo possível no conjunto de todos os movimentos sociais que estão aparecendo nesse instante da sociedade brasileira e que tem como ponto fundamental esse repensar sobre os habitantes de nosso território. Nesse

ponto, toda vez que se discutem questões relativas a profissionais médicos, agentes de outras especialidades e intelectuais em geral, é preciso inevitavelmente tratar o problema da anistia. Impõe-se uma anistia para esses prestadores de serviços exilados ou refugiados no exterior. Mas terá que ser uma anistia que leve em conta também, não só o retorno de todos os pesquisadores ligados à área de saúde e todas as áreas, assim como todos os intelectuais que foram afastados do Brasil nesse período, mas que também leve em conta a discussão desse problema da censura branca, da cassação branca, de tal maneira que pensar a questão do intelectual, eu acho que é pensar a questão da liberdade de expressão, de publicação etc. Trata-se de pensar nada menos que o problema da reforma e reconstrução da sociedade brasileira, da articulação do intelectual com os grupos sociais que pretendem transformar essa sociedade é, fundamentalmente, pensar, fomentar e integrar esses movimentos que estão se reorganizando, reestruturando e colocando a questão do profissional hoje num debate político.

#### **Coordenadora não identificada**

– Eu queria saber se tem alguém que gostaria de fazer alguma pergunta.

#### **Eduardo Mascarenhas**

– Aqui chegou uma pergunta dizendo: quem atribui aos analistas didatas os seus títulos, estão eles ou estiveram originalmente ligados a uma determinada entidade? Quer dizer, isso é uma questão novamente de dinastias históricas? Quem atribuiu o primeiro título de analista didata? Foi o próprio Freud. Ele constituiu um pequeno grupo de discípulos os quais são como que o Adão e a Eva de toda a população psicanalítica mundial. Então, como é que se estabeleceram as sociedades psicanalíticas brasileiras instituídas pelas sociedades psicanalíticas internacionais?

Nós importamos dois psicanalistas didatas da Alemanha. Esses estavam ungidos pela internacional, com a possibilidade de analisar

candidatos e vir a lhes outorgar o título de psicanalista didata. E assim foi se constituindo toda a dinastia dos psicanalistas didatas. Quer dizer, tudo partiu de Freud. Tenho aqui uma pergunta, quero ver se a entendi bem. De que forma a psicanálise não esclerosada, ou seja, a psicanálise realizada por aqueles que não trocaram a prática da teoria da sexualidade pela teoria da sexualidade, daqueles que permitem vivenciar suas emoções impulsivas, poderia então oferecer a nós cidadãos uma ajuda existencial, uma ajuda que não seja apenas presa a conceitos psicologizantes? Quer dizer, uma das maneiras de se colocar essa questão é que a psicanálise seja capaz de reconhecer seus próprios limites e que não pleiteie substituir a análise pela única terapia que efetivamente conta, como dizia um psicanalista inglês chamado Winnicott, que é a própria prática da vida. Consiste em saber que viver a transferência, experimentar certas emoções na transferência, não implica em renunciar à própria prática do seu existir e cumpre ao psicanalista mostrar os limites da prática psicanalítica. Sexualidade se aprende na própria prática concreta da sexualidade e não na prática transferencial da psicanálise. A psicanálise serve para remover obstáculos, resistências, inibições e possibilitar a emergência dos impulsos, dos desejos e dos sentimentos até a consciência. Cabe a cada uma das pessoas viabilizarem esses impulsos e desejos na sua própria prática da vida e conseguir que a psicanálise não seja um estorvo para que essa situação possa se materializar.

**Interlocutor não identificado. Pergunta para o Dr. Guilhon de Albuquerque**

– Minha pergunta é a seguinte. Você começou a sua exposição referindo-se à besteira de identificar o intelectual ao pequeno burguês. Porém em nome de sua fala referiu-se ao modelo artesanal do pequeno burguês, pequeno comerciante, dono do seu próprio trabalho etc. Mas se pensarmos em pequeno burguês referenciado à questão ideológica, seu pensamento não seria modificado? A fala do Arouca

se referiu ao ideal do modelo clínico em conflito, suponho ser modelo liberal, em conflito com as reivindicações trabalhistas. Bom, eu acho que a palavra besteira aí é uma simples provocação, na verdade não é uma besteira, quer dizer, é uma maneira de não pensar, uma maneira de desconhecer a própria prática. Ou seja, aqueles que têm uma prática que não é mais a prática liberal como mostrou bem o Arouca, na medida em que eles tentam pensá-la como prática liberal, eles estão apenas tentando, se esforçando de alguma forma para desconhecer essa realidade.

### **José Guilhon de Albuquerque**

– Isso aí é o que nós poderíamos chamar de ideologia, que nome vocês quiserem dar, o importante é que existem presentes na sociedade milhares de mecanismos desse tipo, que para fazer reconhecer alguma coisa, por exemplo, para fazer reconhecer que se eu trabalhar na minha vida toda como assalariado eu vou no fim montar meu consultório de médico, para poder fazer reconhecer isso pelas pessoas é preciso fazer desconhecer essas condições concretas de existência. O que eu quis dizer com besteira não é que isso não estivesse presente nas pessoas, não é que isso aí não estivesse de certa forma, mesclado com a prática e com a experiência fazendo com que certos tipos de reivindicações como essas que o Arouca apontou, ao invés de despontarem entre os profissionais, ficassem abafadas. O que me parece é que é preciso fazer todo um trabalho de reflexão, de discussão, e que esse trabalho não deve contar com especialistas em sociologia, ou em economia, ou sei lá o que seja. A reflexão que deve partir dos próprios profissionais interessados, porque não há especialistas nisso, isso aí trata da vida cotidiana, cada um de nós é especialista nisso; é um tipo de reflexão e de discussão que leve a acabar com essas formas de não pensamento, a acabar com essas formas de desconhecimento e que emerja da nossa prática.

### **Interlocutor não identificado**



– Outras duas perguntas. Primeira pergunta, até que ponto os intelectuais brasileiros são chamados de pequenos burgueses, já que apesar de uma posição talvez das mais difíceis entre as classes dominantes e a dominada, na maioria das vezes fazem uso do discurso dominante? Segunda pergunta, gostaria que o professor Guilhon de Albuquerque explicasse esse conceito de subcegueira, porque o problema parece ser que, quando se lida com o subjetivo – e especialmente quando está gravemente comprometido – é difícil prescindir de uma ajuda através do apoio de uma supervisão.

### **Guilhon de Albuquerque**

– Bom, vou tentar adiantar uma resposta para a primeira pergunta. Eu não sei se corresponde falar num discurso dominante assim, em geral, como se fosse uma coisa acabada, uma coisa muito sistemática e etc, é um pouco vago. Existem várias formas de discurso dominante, e essas várias formas impregnam todas as classes. Embora não seja verdade que a ideologia é sempre a ideologia da classe dominante, também se fala de ideologias revolucionárias. Não é muito difícil encontrar trabalhadores que façam uso do discurso dominante, ou seja, operários, por exemplo, que sustentam crenças pequeno-burguesas ou até fascistas. Ontem mesmo em uma discussão o Franco Basaglia dizia que as pessoas mais reacionárias no tratamento dos loucos na Itália eram justamente os operários porque tinham totalmente introjetado o pensamento dominante. Bom, é evidente que a classe operária como um todo não introjeta, para usar a palavra do Basaglia, todo o discurso dominante, ou seja, não existe um bloco de discurso dominante que faça com que as pessoas pensem automaticamente de uma forma ou de outra. Existem conflitos dentro do pensamento social, é a isso que eu estou me referindo e esses conflitos incluem formas contraditórias de pensar e vivenciar a realidade. Bom, então o fato de que partes – eu não concordaria com que na maioria das vezes os intelectuais brasileiros façam uso de discursos dominantes.

Parece-me que algumas fatias da intelectualidade brasileira, o fazem. Eu me refiro, sobretudo, aos intelectuais que são na realidade tecnocratas alternativos, que são, digamos, tecnocratas de oposição, mas que uma vez chegados ao poder fariam exatamente a mesma coisa que os capitalistas, pensariam no lugar do povo como preconceituosamente pensam, e obram os burgueses. Mas também me parece que se há uma coisa que não foi ganha, que não foi vencida pelo poder dominante no Brasil nos últimos anos foi a luta ideológica. Parece-me que ainda que faça uso de vários modelos do discurso dominante, não se curvou. Bom, a segunda é sobre a questão da subcegueira, (é apenas uma provocação), quer dizer, se alguém precisa de supervisão é porque ele não enxerga suficientemente. Então, isso supõe uma espécie de incompetência ou de impossibilidade de ver naqueles que precisam de supervisão. Não esqueçam que essa palavra supervisão está ligada à organização industrial do trabalho, ou seja, supõe-se que o trabalhador precisa de supervisão, porque se sabe que ele não faria aquilo que se espera dele sem essa supervisão. E por que não faria? Porque ele está sendo explorado. Eu não estou querendo discutir a utilidade psicológica, técnica, teórica, do que se chama de supervisão, quer dizer, a referência a, digamos, outro, nessa prática. Eu não estou querendo discutir esse aspecto, o que eu estou querendo dizer é que qualquer que seja o valor teórico, técnico, explicativo dessa relação ela vai acompanhada de outra coisa que é essa suposição de subcegueira que é essa expropriação do fruto do trabalho da grande maioria dos trabalhadores psicólogos clínicos para as mãos de uma meia dúzia de pessoas. Será que não seria possível pensar nessa referência a outra realidade que não seja, digamos, o poder individual do clínico? Será que essa referência não seria possível sob outras formas de organização desse tipo de ajuda que não suponha uma subcegueira dos que precisam de uma supervisão? Será que não seria possível uma “intervisão”, por exemplo, entre iguais? Eu não sei,

isso é um problema técnico que não me diz respeito. O que eu estou querendo dizer é que haveria, talvez, outras formas de resolver um problema técnico que não significasse necessariamente uma forma de exploração do trabalho.

### **Interlocutor não identificado**

– Eu tenho duas perguntas mais ou menos entrelaçadas e que por conta do tempo terei de respondê-las rapidamente, são as seguintes: “Eduardo Mascarenhas, pelo que entendi de sua colocação, a formação dos psicanalistas se apresenta inadequada sob vários aspectos; que tipo de formação você teria a propor? Quais os ingredientes básicos para a formação desse bolo que se propõe estabelecer relações de ajuda, nos chamados psicoterapeutas ou psicanalistas? Você falou sobre a dessexualização da psicanálise no Brasil e a atribuiu a fatores da conjugalidade dos psicanalistas didatas. Essa perspectiva de justificação, a meu ver, falha em não penetrar mais profundamente no problema”.

### **Eduardo Mascarenhas**

– Em uma intervenção minha anterior, falei da formação-doutrinamento que sofrem os psicanalistas na sua carreira. Falei das características da ambiência nas associações psicanalíticas, ambiência que foi por mim descrita em termos um tanto quanto caricatos, mas que não se afasta muito da realidade objetiva dessas instituições. Também falei de uma responsabilidade compartilhada, porque se um candidato tivesse uma divergência ideológica com essas instituições ou ele não as procuraria ou, se o fizesse, não seriam por elas acolhidos, ou se fossem admitidos não tardariam em ser transformados por elas. Isso aconteceria quer pelo seu poder de persuasão, quer pelo seu poder de intimidação, posto que elas possuem o poder de promoção, exclusão e expulsão dos integrantes que seriam divergentes e que facilmente poderiam ser rotulados de psicopatas e delinquentes, neuróticos de caráter e outros rótulos a mais que servem para marcar, e estigmatizar

os divergentes. Quer dizer, esse sistema de poder estabelecido denomina os seus divergentes de psicopatas, delinquentes, criminosos e coisas pelo estilo, e com isso os mantém afastados do sistema de glorificação social e pública. Mas eu queria dizer que a seleção de médicos e ultimamente de psicólogos, contribui e colabora para o estabelecimento da mentalidade típica do grupo “oficial” de psicanalistas brasileiros. O modelo médico é um dos modelos que se apoia fundamentalmente nas premissas do funcionamento fisiológico do corpo. Então, por conta do próprio modelo médico haverá consequências teóricas, clínicas, ideológicas e políticas na constituição dos psicanalistas. Uma ênfase maior no constitucional, no aspecto inato, biológico, congênito da subjetividade, marcará o adestramento dos psicanalistas com uma carregada formação médica. Ou seja, para a medicina o homem é um animal cujos impulsos, desejos e características de personalidade são fundamentalmente marcados pela própria natureza constitucional do seu corpo. Assim sendo, o homem da medicina é um ser bastante fechado a qualquer influência social ou histórica, mais do que um animal social é um animal biológico e seu destino já está predestinado pelas próprias marcas da sua natureza. Evidentemente, quer dizer, um branco nunca será um negro e um negro nunca será um branco. É claro que há certa flexibilidade quanto às transformações que o ambiente pode sobre ele exercer. Quer dizer, uma pessoa franzina por natureza, por exemplo, se bem alimentada, poderá ter algum tipo de desenvolvimento corporal, mas jamais será um Hércules. Ou um Hércules biológico, se não tiver cálcio, vitamina D e sol na infância poderá degradar-se em um raquitismo fisiológico. Mas já existiria uma forte predestinação genética das forças da natureza sobre o modo de ser da subjetividade do homem. Essa posição é uma atitude que levaria na prática a clínica da psicanálise a uma postura severa, mais moralizadora do que compreensiva, mais decifradora que empática. Quer dizer, diversas escolas psicanalíticas tratam os pacientes com uma severidade quase

farmacológica. As interpretações, fixações de honorários, ênfases no supostamente maligno, interrupções bruscas da sessão, haverão de adquirir um grau de aspereza mais intenso do que se outras teorias sobre a edificação da subjetividade humana prevalecessem. Desde esse ponto de vista político, a sociedade humana importa muito menos do que a natureza humana. A natureza humana nunca seria fortemente marcada pelos movimentos da sociedade humana. Então, como consequência, seria preciso primeiro mudar o homem para posteriormente mudar a sociedade. Quer dizer, os problemas da sociedade decorrem da natureza humana e a natureza “humana” não decorreria dos problemas sociais. Então, a sociedade teria pouca influência sobre os indivíduos e essa questão seria um assunto politicamente menos importante do que outras noções da constituição do sujeito humano. Quando nos introduzimos nessas convicções vemos que se trata de posicionamentos simultaneamente muito amplos e muito minuciosos. Tem uma coisa que eu me esqueci de dizer quando falei no currículo das sociedades psicanalíticas; além daqueles textos clássicos da psicanálise, evidentemente que informações acerca de outras disciplinas, como os textos de epistemologia, materialismo histórico, sociologia, filosofia, não figuram na formação dos psicanalistas. Por razões que não são muito difíceis de compreender, se nós introduzirmos o psicólogo na formação psicanalítica, então, a questão que se apresenta é saber se a psicologia que os psicólogos aprenderam ultrapassa ideologicamente as crenças feudais do modelo médico aplicado à subjetividade humana. Em outras palavras, haveria como que uma herança de sangue do modelo médico numa espécie de aristocracia psicológica. Quer dizer que o psicólogo as vezes é como alguém que, pós 1789, está de acordo com os princípios fundamentais da Revolução Francesa. Os indivíduos, todos os homens, nascem iguais, ideia mais ou menos inspirada em Rousseau; os homens nascem iguais – é o convívio com outros homens o que imprimiria nesse bom selvagem as suas

marcas, quer as da corrupção, quer as de um desenvolvimento ético e moral ilibado. Mas o problema da psicologia (e também da psicanálise, que não tratarei aqui) é que é uma ciência míope, ela é uma disciplina que tende a enxergar apenas aquilo que se encontra no imediato da sua visão, não fazendo certas variações de pontos de vista. A psicologia afirma que “o homem é criado pelo homem”, mas não se pergunta o que cria o homem. Quais são as condições sociais, políticas, econômicas e ideológicas que possibilitam a produção desse homem que produzirá homens. A família, como é uma instituição empiricamente bem mais próxima da visão do que essa abstração chamada sociedade, cultura e história, será o centro das suas atenções e no centro da atenção da família ficará a figura da mãe. Quer dizer, a mãe produz o filho, mas quem produz a mãe? A mãe da mãe. E aí nós não saímos mais desse estreito circuito doméstico/familiar que representa, por consequência, um vigoroso mecanismo de defesa, porque enquanto a atenção se preocupa sobre certas coisas, evidentemente haverá outras acerca das quais não pode estar se preocupando. Enquanto nós estamos perdidos no estreito espaço dos peitos e das mamadas, a psicologia não pode pensar nos rios de sangue e de leite da própria história. Então, política e ideologicamente, isso também trará consequências de natureza conservadora. Porque, pensando nesses termos, a sociedade, a história, e suas influências se apresentariam cronologicamente apenas posteriormente às da família, que assim se torna o centro das atenções como se fosse uma entidade natural, eterna e ubíqua, mas que deixa perguntar-se em que condições sociais é produzida essa própria família. Então, haveria como que uma hipertrofia da família como determinante da subjetividade. Clinicamente a postura psicológica é mais doce, mais suave, menos severa do que o modelo médico inspiraria, posto que o homem não é pela sua própria natureza responsável pelos seus males, mas foi vítima de determinadas circunstâncias doméstico/familiares, e como tal deve ser tratado com benevo-

lência. Então, há uma tendência à benevolência. Eu estou falando sempre em condições tendenciais, eu não quero dizer que os médicos tenham necessariamente que ser assim, nem que os psicólogos necessariamente são assim, estou falando em termos de inclinações. Então, do ponto de vista da postura clínica há uma menor severidade e uma maior tendência a um humanismo benevolente. Mas no que diz respeito às posturas políticas e ideológicas pouca diferença haverá com relação ao modelo médico. A sociedade, a história e a cultura, são pouco importantes na constituição, na produção da subjetividade humana e o que importa é um aprimoramento das famílias, talvez mediante uma exortação carismática de que os pais e as mães devem cuidar melhor dos seus filhos, mas sem se perguntar o que significa melhor em função dos determinantes não estritamente familiares e qual é o papel das famílias na estrutura e funcionamento da sociedade em cujo seio se geram e existem esses grupos familiares. Quer dizer, frequentemente o discurso psicológico é de natureza ética e moral (a boa família e má família) do que propriamente um discurso polívoco que visasse às diferentes instâncias da estrutura global da sociedade, única circunstância possível para viabilização de qualquer uma das práticas sociais, inclusive as práticas familiares. Então, certas leituras e intervenções psicológicas, desde o ponto de vista ideológico, político etc, têm uma posição liberal/democrática, ao gosto das ideologias norteamericanas, mas que não teria maior consequência e reflexo sobre uma transformação mais densa e profunda das estruturas e processos históricos (dito num sentido muito amplo). Depois, se for o caso, eu poderia tentar fazer uma narrativa que seja ilustrativa sobre o tema, mas esse relato seria mais produto de uma experiência clínica e de convívio com as pessoas, e se enriqueceria muito com o aporte dos sociólogos, dos antropólogos e dos semióticos.

Como os chamados neopsicanalistas tentaram fazer, trata-se de esvaziar a psicanálise de seus aspectos mais revolucionários, ou

seja, da importância da sexualidade e a repressão que exerce sobre a sociedade nesse aspecto. Trata-se então de ideologia num sentido amplo e não de prática sexual dos psicanalistas didatas. Quer dizer, eu acho que na questão das transformações das instituições psicanalíticas vigentes, o problema vai por conta da sua própria estruturação de poder. Trata-se de um processo de transformação extremamente lento porque, como eu disse, existe um colégio de cardeais, com mandatos vitalícios, que só elege os seus sucessores na medida em que forem abrindo novas vagas, o que contribui para tornar praticamente impetráveis essas transformações. Outro aspecto que me parece importante para esse problema é a relação entre as instituições psicanalíticas oficiais ou, melhor dizendo, oficiosas de formação psicanalítica com o governo brasileiro, que não as reconhece formalmente. Eu tenho a impressão que as considerações no que diz respeito à relação da ideologia com a prática sexual dos psicanalistas didatas é correta. Nós não podemos fazer uma distinção taxativa entre o tipo de pessoa que o analista é na sua vida privada e uma definição ampla de ideologia. A prática técnica de uma profissão obedece (é claro) a uma ética própria da sua especialidade, mas por mais específica que seja, nunca estará dissociada do conjunto de práticas existenciais concretas; ou seja, que a prática profissional é uma atividade na qual é impossível separar uma espécie de deontologia, própria da disciplina, dos valores morais, éticos, eróticos e estéticos, da própria prática concreta e existencial da vida de cada agente. Também, o que eu acho que seria possível de se fazer, seria algo, por exemplo, do que o IBRAPSI tenta fazer, que é a constituição de novas organizações, de novas instituições de ensino e da prática da psicanálise. Nessas instituições se introduziria uma reflexão transdisciplinar mais densa e profunda sobre todos os valores éticos, estéticos, eróticos, da sociedade, ou seja, alguma formação que tivesse introduzido no seu currículo questões como a sociologia do conhecimento, a teoria das ideologias, a epistemologia, o materialismo



histórico, a formação da consciência nacional e coisas dessa ordem. Quer dizer, como é que os grupos humanos, as sociedades humanas vão constituindo seus valores e que eles se tornam convenções históricas a serviço dos interesses históricos dominantes, e não reflexos da essência da natureza humana. Essa seria uma das colocações de uma transformação possível da formação dos nossos psicanalistas. Agora, isso do ponto de vista teórico, do ponto de vista prático, haveria que haver uma... ainda do ponto de vista teórico, uma desvinculação porque o que se observa nas práticas psicanalíticas concretas existentes no Rio de Janeiro não é um compromisso com o inconsciente, mas é um compromisso fundamental com as instituições matrimoniais. Quer dizer, um psicanalista luta mais pela preservação dos casamentos, do que pela verdade das pulsões do inconsciente. E então essa questão do mito, da preservação matrimonial seria uma das questões bastante importantes do ponto de vista ideológico. E na questão da formação dos terapeutas, que houvesse uma inclusão de várias práticas que incluísse a participação do corpo. Por exemplo, que houvesse mais laboratórios do corpo e que fosse desfeita não só a miséria poética, como a miséria coreográfica e a miséria erótica dos psicanalistas na sua grande maioria. Que fossem introduzidas dentro da formação dos terapeutas... O Jung, por exemplo, já dizia que o psicanalista para poder efetivamente exercer sua prática psicanalítica deveria ter o largo e prolongado convívio com o que ele então chamava do “*bas fond*”, quer dizer, com outras atividades algo marginais, para que ele não pudesse ficar tão aprisionado dentro da oficialidade ética e moral vigente. Então, laboratórios do corpo, talvez a possibilidade de desenvolvimento coreográfico do corpo, poderiam ser alguns dos elementos associados a uma reflexão da formação social dos valores, alguma coisa que pudesse melhorar a qualidade dos psicanalistas existentes.

# MESA REDONDA: A SAÚDE MENTAL E SUAS INSTITUIÇÕES

*José Augusto Guilhon de Albuquerque*

*Robert Castel*

*Franco Basaglia*

*Eduardo Malfé foi substituído por José Augusto Guilhon de Albuquerque*

## **José Augusto Guilhon de Albuquerque**

– Confesso que estou com medo desta multidão, estou acostumado a proferir conferências, mas para mim um público desse tamanho é novidade, de modo que se meu desempenho não for dos melhores se deve ao medo. Intitulei minha intervenção de: “A instituição da doença mental”. Ao se falar de saúde mental e de instituição é preciso dizer, desde logo, uma palavra sobre o que eu entendo por instituição; ou seja, qualquer conjunto de relações sociais que tende a se reproduzir legitimando, ou que se legitima reproduzindo. O que quer dizer que nesta sala nós nos encontramos em uma situação institucionalizada, já que há laços sociais, que estamos estabelecendo agora, e que se reproduzem. Evidentemente, nós não mudamos de lugar e se eu fosse para aí para a platéia, não sei se teríamos uma grande desinstitucionalização, porém é provável que precisaríamos mudar uma série muito heterogênea e complexa de normas, regras, instrumental etc. O que me importa destacar é que o ordenamento das relações institucionais é reconhecido e seguido por todos, (com muitas excepcionais e notáveis exceções). Em nosso caso, por exemplo, se supõe que o público tem que prestar atenção e os expositores obrigados a falar, a destilar verdades. Foi dito há pouco que nós iríamos talvez produzir conhecimento, ou seja, parece que estamos aqui implicados nessa tarefa. Evidentemente isso é um pouco pretensioso enquanto vocês estejam aí passivamente para escutar, ou eventualmente para colocar

questões bastante bem-comportadas. O problema é que nós conferencistas chegamos com um conhecimento mais bem pronto, e de supor que não haverá invenções muito mais longe do que nós determinamos como limite com a forma, o conteúdo e os valores que damos a nossa exposição. Portanto, e exagerando um pouco na comparação, não é necessário que haja cárceres e asilos para que se constitua uma instituição.

O que nos interessa aqui é entender como uma determinada posição, certa militância, se apropria das relações sociais que certos contingentes sociais entendem por loucura, instituindo sobre essa base uma verdade. Essa verdade pode ter todo tipo de fundamentos, justificações, racionalizações, mas o certo é que toda verdade tem um fundo de pensamento mágico. Portanto, duplo efeito, efeito da apropriação da loucura, dos direitos e mesmo dos corpos dos loucos e efeito de instituição de um monopólio de verdade que, evidentemente, ultrapassa o saber da loucura, para se erigir em certo saber sobre o homem, certa verdade sobre o homem. Ainda agora falaram na verdade que Freud descobriu sobre a natureza humana, há muita arrogância nessa pretensão da verdade. Para compreender esse processo é preciso se questionar sobre o objeto institucional, ou seja, a espécie, o tipo de relações sociais que está sendo legitimamente apropriado por uma instância que detém o monopólio de decidir sobre o que é verdadeiro, o que é justo e bom, naquilo que diz respeito àquelas relações sociais. Como é que esse processo tem lugar, como é que ele opera? Existe uma estratégia em que se supõe o estabelecimento dessas relações sociais numa certa unidade abstrata e indefinível, indefinível o mais possível. Assim, as relações sociais, como as que Foucault chama de ilegalismo popular, são travestidas em delinquência, relações sociais como as condutas morais são travestidas em pecado, e assim por diante. E é evidente que é a instância institucional da verdade que decide sobre aquele que é justo, sobre aquele que é pecador, sobre aquele

que é bom cidadão, aquele que é delinquente, aquele que é normal, e aquele que é louco.

Para isso, além de uma estratégia de organização, de coordenação das relações sociais, é preciso também um sistema de classificação das condutas, e de classificação dos homens; evidentemente, para saber quais são os justos e quais os pecadores, quais os normais e quais os loucos. A estratégia, portanto, produz um efeito de ordem, ela está lá para isso, para produzir ordem. Ordem que implica a subordinação e a submissão a essa ordem. Uma vez conhecida e reconhecida como tal, como ordem, permite pensar o que lhe escapa ou o que lhe resiste como desordem, como desregramento. O conhecimento da ordem social e, através dele, a capacidade de qualificar, distribuir, adjudicar valores, em suma, coordenar, são as características de todo saber disciplinar. Nesse sentido, a sociologia é, portanto, em princípio, prerrogativa do poder de ordenar, o que pressupõe práticas de classificação, de vigilância e de controle das categorias sociais que são assujeitadas à ordem em questão. Essas categorias, que são reproduzidas por efeito das relações de poder, devem ser pensadas como categorias naturais, isto é, elas devem ser substancializadas em entidades reais. Assim, as transformações da economia agrícola e a desestruturação parcial da indústria semiartesanal urbana nos séculos XVI e XVII provocam grandes deslocamentos populacionais que vão constituir as chamadas massas marginais, que serão objeto das estratégias disciplinares no século XVIII e XIX. Essas massas marginais nada mais são que o produto de uma mudança estratégica, de uma desordem que é imanente à nova ordem. Entretanto, as ciências sociais vão chamar essas massas, essa categoria, de anômicas. Assim são atribuídas a elas características intrínsecas de desordem, definindo-as como massas anômicas, indefesas e estranhas a qualquer ordem social, quando não são senão o produto do deslocamento das estratégias de poder anteriores.

O mesmo ocorre com o ilegalismo popular, que muda de figura em consequência das transformações econômicas e dos deslocamentos da população. Agora, a estratégia judiciária não visa mais o ilegalismo do direito, o contrabando, a recusa de imposto, a recusa ao recrutamento militar, a violência contra as pessoas, mas, ao contrário, ela visa, sobretudo, o legalismo dos bens, o roubo, o desvio de mercadorias nas manufaturas, a vagabundagem etc. Novas sabedorias erigidas em delinquência, que são novas porque resultam de novas condições de vida das massas deslocadas e são novas porque resultam do deslocamento das estratégias de poder, que coloca sob o enfoque da justiça práticas que antes eram toleradas e práticas que são indissociáveis da antiga ordem social. O delinquente nasceu e passa a ser conhecido e reconhecido como portador de uma qualidade intrínseca de ser delinquente que propicia a desordem. O que as categorias do delinquente e da delinquência desconhecem é a existência de uma estratégia que torna passíveis de justiça certas práticas que, antes disso e por outro lado, são na realidade a única opção existencial para coletividades inteiras. A estratégia de sujeição é pensada metaforicamente em termos de ordem. A estratégia é a ordem e tudo que lhe é contrário é desordem. A sociologia pensa a estratégia do deslocamento das massas rurais com a metáfora da consciência coletiva e da solidariedade orgânica e por oposição da anomia e da solidariedade mecânica, e assim por diante.

No nível das novas categorias sociais deslocadas e constituídas pela nova estratégia de poder, o mecanismo é o da metonímia: toma-se o efeito pela causa, substancializando o efeito como se fosse um sujeito imanente da desordem. O que existe, e deve ser normalizado, é o marginal, o delinquente, o louco, a suposta sede do desregramento, e não a estratégia que faz dele sujeito inelutável da desordem que ela mesma produz. Esse processo é no início bastante grosseiro, como a estratégia do grande enclausuramento que confunde todas as categorias da marginalidade. Um estudo rigoroso de Robert Castel sobre

a institucionalização do sistema asilar, mostra justamente como a categoria da loucura se presta a uma especificação muito mais refinada do que a categoria mais geral do desregramento. Especificação que é paralela à tecnologia social e política do tratamento moral. O papel do contexto psiquiátrico nesse processo, como o papel dos saberes e conceitos a respeito do homem, está intimamente ligado à necessidade de melhor classificar diferentes categorias sociais sujeitas a diferentes estratégias de normalização. Essas especificações retiram de fato a categoria mais geral e originária da pobreza, objeto das primeiras legislações que visam as chamadas classes perigosas. O saber e a prática que lhe corresponde são o saber e a prática da legislação, ou seja, mais precisamente da polícia. Polícia, na idade clássica, quer dizer, honrando seu radical grego, polis, ela tem muito mais a ver com urbanidade, civildade, do que com crime. A polícia é o saber e o poder sobre as regras necessárias do viver em sociedade, é a ciência do governo das massas reunidas na cidade. Em um estudo extremamente estimulante sobre dois policiais no século XVII, Bernard de Remand cita essa passagem de um dos criadores da ciência policial:

“O único objeto da polícia consiste em conduzir o homem à mais perfeita felicidade que ele possa gozar nesta vida. Portanto, trata-se de uma ciência política em torno da felicidade do homem. Ciência por excelência que engloba todos os bens de que o homem dispõe e aos quais ele aspira, os bens da alma, os bens do corpo e os bens da fortuna”.

Mas o interesse da polícia pelos bens do corpo se define em relação às categorias que permitem classificar esses corpos, não enquanto corpos naturais, por assim dizer, mas enquanto corpos políticos, corpos policiados, corpos organizados. De acordo com a fortuna, as pessoas são divididas em titulares da ordem e as que devem ser submetidas à ordem. Essa classificação se vincula, como seria de se esperar, à definição do objeto específico da polícia, isto é, os pobres, aqueles que devem ser submetidos à ordem. Pois a fortuna define uma

espécie de espaço da ordem onde se inscrevem as categorias sociais que possuem a fortuna. A ordem é necessária à fortuna e, portanto, a ordem é imanente à fortuna. Não se polícia a ordem, mas sim aquilo que escapa à ordem. Como Edelman (Jurista) sublinha com muita razão, a questão da polícia é a questão social, e seu objeto são aqueles que não possuem bens e, portanto, não participam da ordem imanente à fortuna.

Nos seus primórdios a polícia adquire como pano de fundo doutrinário a teologia e é desse policial, Jacques Bossuet, que fala Edelman. Bossuet formula uma economia da salvação, fundada numa bela metáfora da acumulação primitiva, ou seja, o legado acumulado de Cristo na cruz. Da partilha dessa herança cada um tira como resolver o problema de sua própria salvação, ou seja, seu resgate. Os pobres são resgatados pela sua própria pobreza, não possuem nada a não ser o privilégio de aceder ao reino dos céus. Os ricos, por sua vez, devem se resgatar por meio de suas obras. A aliança do sangue parece colar muito bem com outra, a herança da fortuna que se reveste de uma complementaridade perfeita própria à ordem divina. Uns são definidos pelo que eles não têm, os pobres. Os outros são definidos pelo que falta aos outros, os ricos. O ser do rico é definido pela fortuna, cuja falta define a necessidade dos pobres. Reconhecidas essas duas posições, a mensagem é clara, o resgate dos pobres só é possível na medida em que eles mudem de polo e, portanto garanta ao mesmo tempo, o resgate dos ricos. O pobre que furta ao rico a oportunidade de se resgatar pelas suas benfeitorias, aumenta a sua própria dívida. Nessa economia da salvação, dívida e resgate se entrecruzam como em uma conta corrente em que, quem dá aos pobres, empresta a Deus, mas se sobrar a Deus, se empresta aos ricos. Portanto, temos estratégias de coordenação que se articulam ao conhecimento positivo das leis da obediência seguida por aqueles que servem àqueles que se intitulam, por sua fortuna, afortunados,

os “mais favorecidos”.

Essa estratégia, como vimos, é pensada em termos de ordem, e com isso chegamos à ordem dos conceitos. Ordem que se explica no livro da doutrina. Essa primeira estratégia, ainda grosseira, em que não se consegue distinguir as categorias mais refinadas entre os pobres, o conceito que explica o ocultamento da ordem é o conceito de resgate, o que é propriamente dito, o cúmulo da especularidade. Essa estratégia, que produz a pobreza, e correlativamente produz a riqueza, é o deslocamento da economia e das populações. Em nome da razão e da salvação a metáfora se inverte novamente para que a representação econômica irrompa no conceito de realidade. Quando as estratégias se refinam, as representações também se refinam, e com elas os conceitos se refinam sem, no entanto, abandonar esse deslocamento para cima da economia de suporte para a salvação das almas. Foucault demonstrou muito bem que a estratégia das punições se desloca de uma estigmatização dos corpos – no suplício do antigo regime – para a estigmatização simbólica das almas, por meio da disciplina carcerária e o conceito de delinquência, que faz da transgressão uma propriedade intrínseca ao sujeito transgressor.

Vejamos agora como com a estratégia do tratamento moral, a primeira tecnologia psiquiátrica instituiu, ao mesmo tempo, o fenômeno da insanidade dentro da doença mental e a prática psiquiátrica como disciplina científica. Foucault já havia mostrado que a categoria da loucura na época clássica estava mesclada a uma categoria mais geral que assinalava a desordem: a loucura estava ligada a certo grau de paroxismo, a um grau último de desregramento. Com isso os loucos eram equiparados a todas as categorias portadoras de desordem. Robert Castel assinala em seu artigo sobre o alienismo que a possibilidade de ação da psiquiatria, na medida em que seu campo de aplicação já estava recoberto pela jurisdição dos tribunais e da polícia, dependia da legitimação de sua própria estratégia temporal, demonstrando sua especificidade



com relação às estratégias penitenciárias, com as que então estavam em competição. Na sua pesquisa exemplar sobre a constituição do sistema asilar, Castel emprega a noção de monomania que desempenha um dos papéis principais na instituição de uma espécie de distinção-concorrência entre feudos num terreno antes pertencente à justiça.

O importante, do ponto de vista da análise da função social da doença mental, é que o exemplo torna patente que a distinção da doença mental não decorre, nesse caso, nem do quadro teórico, nem muito menos da prática experimental em medicina. Mas, ao contrário, da inclusão ou não de um objeto, no caso a loucura, o louco, particularmente, no raio de alcance institucional, no âmbito de atuação da justiça ou da psiquiatria. A importância dessa noção, nesse contexto, é que ela dá lugar a um deslocamento da representação da estratégia, deslocamento que é análogo ao que tem lugar no caso da noção de tratamento moral, que segundo Castel, consiste numa disciplina do corpo, cujo efeito seria a submissão do doente a uma ordem encarnada pelo alienista. Ordem e regularidades às quais a loucura, na concepção psiquiátrica de então, escapa por definição. Desordem da vontade, está aí toda a questão da obediência, questão que está no seio da discussão da vida política e, com ela, a questão do caráter livre e racional da vontade que é base do livre arbítrio. Os loucos fariam parte de todas essas categorias das massas sem lei, sem regra, sem remédio e sem governo, as quais todo pensamento político da época tenta resgatar. O desregramento, a desordem da vontade, liberando o louco dos tribunais e das prisões, prometem não a cidadania, mas, ao contrário, destinam o louco a uma nova forma específica de minoridade moral, social e política. Mais humana? Sem dúvida. Mas sem as formas e a especificidade de que se reveste o ato judiciário que, de certa forma, submete os loucos ao controle dos cidadãos. Muito obrigado.

### **Robert Castel**

– Eu gostaria de dizer algumas palavras acerca de um tema que

está muito em moda hoje em dia na literatura que versa sobre a doença mental: trata-se da questão da desinstitucionalização. Todos falam dela, sociólogos, médicos, administradores, todos se regozijam de uma inexorável abertura, de uma liberalização quanto à incumbência em relação à comunidade. Todos se alegram quanto à progressiva assunção da responsabilidade social que economizará a institucionalização, pelo fato da comunidade se encarregar dos problemas de saúde mental. Só há um inconveniente: isso não é verdade. É isso que vou tentar rapidamente mostrar. Eu gostaria de sublinhar que, embora o conceito de desinstitucionalização seja de hoje, os movimentos que o recobrem não são recentes. A Convenção, a assembléia revolucionária mais radical francesa, já havia erigido todo um programa de desinstitucionalização; já havia começado a reorganizar a assistência em torno de domicílios de socorro, e havia começado a aplicar essa prática afastando as congregações que se ocupavam das grandes instituições da época. Chega de asilos, chega de hospitais! Essas palavras deveriam ser varridas do vocabulário republicano, são palavras de Bertrand Barère. Curiosamente, assiste-se a uma espécie de renovação da institucionalização no começo do século XIX; o hospital psiquiátrico, o asilo e a prisão se constituem como novas instituições. Não se pode falar de instituição total, segundo o termo de Goffman, senão como uma sobrevivência. Poder-se-ia antes dizer que essa instituição total, ou totalitária, se desloca e se renova e assume certo número de funções comuns através dessa transformação.

Com o começo da psiquiatria, a institucionalização abre um novo cargo, como por exemplo, através da tecnologização. Isso quer dizer que Pinel salvou a instituição totalitária, os hospitais gerais do antigo regime, ou pelo menos uma de suas partes, um de seus pilares, ao instituir uma técnica nova, moderna. Não falarei disso, pois José Augusto já falou, mas poderíamos dizer que ao longo da história a instituição sofreu uma série de episódios de atualização, cujo último episódio é

a psicoterapia institucional analítica. Poder-se-ia dizer, evidentemente, desde uma perspectiva unilateral, que a psicoterapia institucional analítica foi a última forma dessa atualização no interior do espaço de clausura, uma vez que nesse espaço fechado se pode falar livremente e assim liberar os fantasmas. Creio que o exemplo típico da permanência da instituição totalitária seria nos EUA. Diz-se, repetidamente, que o hospital psiquiátrico nos EUA é uma instituição falida. Isso não é de modo algum verdadeiro; o que, sim, é verdade é que o número de pacientes hospitalizados se reduziu à metade desde 1956, quando começa o movimento de desinstitucionalização. Mas, esquece-se de observar que há nisso dois mecanismos que desempenharam um papel importante, o primeiro foi a renovação da operação de Pinel, no início do século XIX. Isto é, o hospital psiquiátrico moderno se tornou um novo hospital geral, a saber, um lugar onde se acumulam, indiferentemente, não só os doentes mentais, mas igualmente, os velhos, os indigentes etc.

Ora, o que se fez foi simplesmente jogar fora os indesejáveis; e quando digo jogar fora é a pura verdade, pois se encontram nas grandes cidades norte-americanas, pelas ruas, nos hotéis miseráveis de assistência, doentes que vagam sem destino. Faz-se o que Pinel fez, isto é, especializando melhor a instituição encontrou-se a sua verdadeira vocação, que é a de tratar ou enclausurar determinadas categorias da população que não tinham lugar em outra parte. E assim se vê que a proporção de certos doentes, classificados como psicopatas violentos, aumentou, e não diminui, depois de dezenas de anos no interior dos hospitais psiquiátricos. Do mesmo modo, há muito mais jovens internados do que havia há vinte anos. E, ao contrário, há menos velhos, pois eles são jogados para fora. O segundo mecanismo é aquilo que podemos chamar de instituições totalitárias. Não é preciso dezenas de milhares de prisioneiros para fazer uma prisão. Existem milhares de velhos enclausurados em pequenas instituições privadas com fins lucrati-

vos, crianças que foram encerradas em locais batizados de centros de tratamento. Existem as comunidades terapêuticas para dependentes químicos que reinventaram a fórmula moral coercitiva do século XIX.

O que eu quis mostrar, ou melhor, sugerir com essas considerações é que o novo não espanta o velho: o novo se superpõe ao antigo, que assim funciona como novo no novo dispositivo. Isso quer dizer que há agora um leque mais amplo de instituições que se aderem ao fundamento da velha instituição totalitária. Nessas novas instituições um número crescente de pessoas encontra lugar, uma quantidade em aumento de pessoas é posta a cargo dessas instituições. Creio que é preciso ver que não é apenas um crescimento quantitativo, mas é também um modo cada vez mais preciso de definir os casos, ou seja, as indicações, às quais corresponde uma tecnologia precisa. Se for verdade que todos esses dispositivos, que poderíamos aqui detalhar longamente, se aderem ao fundo do enclausuramento, se é esse espaço fechado que serve de fundamento ao desdobramento de todos os outros dispositivos, talvez a primeira urgência, ainda hoje, para uma crítica prática da medicina mental, seja atacar essas novas formas de enclausuramento. Em todo caso, se não houver prioridade absoluta, há que não ceder à tentação do modernismo: a de ver as formas mais novas e sofisticadas de se encarregar da doença mental e dos cuidados terapêuticos psíquicos para compreender que essas novas formas funcionam, simultaneamente, dentro de um mesmo dispositivo, em conjunto com as formas mais antigas. Não é então menos moderno atacar esses neoarcaísmos. Muito obrigado.

### **Franco Basaglia**

– Atenção! Aqui dentro estamos cheios de institucionalização! Sobretudo porque, a meu ver, somos devotos da instituição língua e estava dizendo nestes dias, durante os quais estou falando várias línguas, não somente porque falo português, italiano, francês ou inglês americano. Mas, sobretudo porque várias pessoas que falaram, expressaram

diversas teorias para compreender essa institucionalização da parte na qual estamos conectados e cada uma dessas pessoas tentaram impor as suas habilidades, eu não sei no final das contas qual seja o lado desta verdade e, sobretudo não sei se neste Simpósio seremos capazes de desinstitucionalizar aquilo que institucionalizamos.

Aquilo que é importante no meu ponto de vista é o fato de que este Simpósio tenta colocar um ponto de interrogação na cabeça de quem está escutando, para que possa abrir questionamentos sobre as instituições que interessam à teoria deste Simpósio de um modo geral.

Pois bem, as duas pessoas que falaram antes de mim, disseram quase tudo. O primeiro dos oradores fez uma análise pontual daquilo de como são as instituições e como nasceram as instituições, o segundo, prevenindo o problema da instituição psiquiátrica demonstrou que existe uma reciclagem dessas instituições para que elas continuem sendo sempre as mesmas. Parece-me que, não tendo muita possibilidade, estamos dentro de um círculo infernal no qual é difícil progredir, estamos dentro da lógica de produção capitalista pela qual cada objeto se produz como objeto e não como um argumento. Eu tenho impressão que continuando a pensar sobre o tema em termos da análise institucional, acredito que não poderemos sair desse círculo infernal. Então o problema é poder ver como praticamente se possa tentar sair além daquilo que é uma imposição de uma originalidade institucional esperando o mesmo resultado. Eu dizia que o problema é a jornada dessa transformação institucional, ou seja, se na realidade esta instituição não pode mudar e não pode responder àquilo do início de seus significados e de seus escopos.

Nós pegamos, por exemplo, duas instituições totalitárias como disse Goffman, a prisão e o manicômio. Desde que nasceram todas essas técnicas adestradas para administrar precisam ser transformadas, porque já não respondiam a seus objetivos. Porque, pelo menos verbalmente, todos os psiquiatras e todos os criminólogos diziam que a

prisão produzia criminalidade e o manicômio doença mental.

Pois bem, isto já foi falado há pelo menos dois séculos, e a prisão e o manicômio continuam a funcionar. Há vinte anos atrás, mais ou menos, era moda falar de psiquiatria, prisão e instituição, não tem nenhum congresso realizado por nenhuma disciplina que não fale de tudo isto. Acredito que hoje a instituição está no momento mais requintado no qual se possa falar como se fosse moda. Todos os estados de todos os lados dizem que sempre precisam defender as instituições democráticas, para as instituições democráticas existem também as prisões e os cárceres.

Naturalmente todos os políticos dizem também que é preciso transformar as instituições repressivas e, de fato, nós vemos muito bem como estão sendo transformadas, vemos muito bem como é transformada a polícia, de fato a polícia é muito eficiente, vemos bem como transformaram o manicômio num tipo amaciado de cárcere, em comunidade terapêutica ou em presídio protegido.

O fato é que a meta institucional continua a mesma, eu acredito que não é possível transformar nada e quem transforma é sempre a mesma pessoa, ou seja, não acredito que nenhuma instituição boa ou má possa responder às necessidades de seu conteúdo, se não é o mesmo conteúdo que muda a instituição.

E então, se nós vemos qual é o conteúdo da instituição carcerária ou do manicômio, o conteúdo dessa instituição é a marginalidade dividida, ou seja, a classe oprimida, o proletariado e o subproletariado. A classe dominante não vai nem no manicômio nem no cárcere, então como podemos pensar que a classe dominante, que tem a instituição nas mãos quer mudar algo? Ou nós mudamos a classe dominante ou nós mudamos a instituição.

É muito fácil fazer poesia, mas infelizmente esta não é uma demagogia, é a verdade destilada, sobretudo porque é uma verdade, como diria Marx, praticamente verdadeira. Eu dizia que para mudar a insti-

tuição precisa-se que o seu conteúdo mude e seu conteúdo, como eu disse, é a classe oprimida e seus diversos segmentos, que está submetida dentro e fora da instituição. Fora, ela é organizada, regulamentada, por exemplo, pela organização de trabalho; dentro ela é organizada e controlada pela normatividade dita científica da ideologia dominante.

Neste momento, tem várias organizações que se interessam pelo problema do tratamento “científico” que é dado aos “loucos” internados. Uma das organizações que se preocupam com isso é a dos trabalhadores, mas frequentemente se encontram perplexas, não sabem o que dizer ou fazer, porque se o citado tratamento é dado por uma organização “científica”, na modernidade a ciência domina as instituições – que são aquilo que são. Então, é evidente que se precisa mudar essa “ciência”, mas a “ciência” é uma das instituições mais poderosas, que não se muda facilmente.

Eu dizia que se precisa mudar a “ciência” ou, no menos complexo dos casos, se precisa mudar o uso que as classes dominantes fazem dela. E isso é uma tarefa colossal. Se prestarmos atenção nos discursos de todos os autores e oradores que falaram aqui nestes dias, verificamos um contínuo esforço que todos fizeram para transmitir uma mensagem alternativa, ou seja, para dar a possibilidade às pessoas que estão aqui presentes, profissionais e estudantes, de perceber aquilo que nós falamos, não só o conceito de poder como também o de saber.

Eu não sei quanto conseguimos transmitir dessa mensagem, eu acho que cada um de nós tem sempre uma deformação profissional que impede tudo isso. Se eu fizesse um discurso radical, eu teria que dizer que, para transformar uma instituição psiquiátrica, seria necessário que eu pegasse um maluco e trouxesse ele aqui e dissesse para que ele falasse o que é uma instituição psiquiátrica. Eu acho que isso seria a coisa mais justa, informativa e verdadeira.

Eu dirigi uma instituição psiquiátrica por um longo tempo, mas nunca a vivi como um interno, portanto é muito difícil dizer o que é

uma instituição psiquiátrica, apenas posso criticá-la. Para citar mais uma vez Marx, não se pode fazer a crítica se essa crítica não tem outra crítica, ou seja, se não se faz a autocrítica. Isto é, que, em outras palavras, a gente não consegue passar e falar para a outra parte. Eu acho que enquanto o profissional não recusar a representação do poder constituído, ele sempre fará uma falsa ciência e manterá as instituições no mesmo ciclo, ou serem recicladas da mesma forma. Porque, vejam bem: é muito fácil fazer um discurso marcusiano que no final reitera que não tem nada para fazer, porque o homem é unidimensional, tridimensional, mas no final é sempre aquilo que é oprimido se for pobre e opressor se for rico.

Bom, eu acho que é necessário mudar a instituição, porque sem um cinto institucional o Estado não pode sobreviver, não podemos criticar a instituição e depois fazer uso dessa instituição. É necessário fazer autocrítica de nós mesmos como instituídos e essa autocrítica se faz apenas na prática, como diria uma das grandes pessoas deste último século que morreu há 20 anos. Essa pessoa dizia que para perseguir uma utopia, é necessário partir da prática e depois passar para a teoria do que se realiza – e passar para a prática novamente – e depois dessa prática passar de novo à teoria, eu acho que vocês entenderam de quem eu estou falando.

Muito bem, chegamos a um ponto que infelizmente nos leva a dizer que nossa organização social não é exatamente igual ao que disse esse senhor, mas, desgraçadamente ela é aquilo que é. E nós devemos fazer dessa escassez uma abundância, diz um provérbio que sem dinheiro não se pode fazer nada, mas só com dinheiro, tampouco. Se não existe vontade política não se pode fazer nada e isto na realidade é falso, porque partindo do nada se pode adquirir vontade e transformar tudo, mas é necessário ver o que é esse nada; porque esse nada é a miséria onde a morte vive, e a pobreza impera.

Precisamos transformar essa escassez em abundância, ou seja,



é necessário dar a possibilidade ao 3/4 do mundo que morre de fome contra um 1/4 que vive na opulência (ou, pelo menos, como nós, em certa suficiência). Nossa missão consiste em demolir a opulência em abundância transformadora. Agora tenho que fazer referência a uma maneira prática. Eu acho que nós que fizemos certa formação institucional, se não tivéssemos tido o contexto dessa miséria, não teríamos transformado absolutamente nada, não teríamos reciclado mais uma vez. O que é estranho, deu-se a notícia por todo mundo que o manicômio havia sido destruído, esta é a razão pela qual os amigos brasileiros me trouxeram “à força” para cá, para dizer exatamente como aconteceu esse milagre.

Eu lhes asseguro que não foi uma obra de um psiquiatra, foi através do trabalho de militantes que refutaram a delação do poder constituído e assumiram a representação da miséria, uma miséria não genérica, nem abstrata e teórica, mas uma miséria organizada, a miséria da classe operária, a miséria da marginalização social. Isto nos deu a possibilidade de abrir o manicômio, de dar um apoio político para aquilo que nós chamamos de uma luta anti-institucional, nós não temos uma técnica, muito menos uma receita para dar a vocês para que possam transformar as instituições.

Aquilo que eu gostaria de dizer de uma maneira muito precisa, repetindo o que eu disse aqui ontem à noite, que nós não somos teóricos, não somos intelectuais muito menos velhos intelectuais, nós somos pessoas que não temos os pessimismos da razão que é próprio dos teóricos formados. Nós somos pessoas que se unem organicamente, como dizia Gramsci à classe oprimida, nós agimos em nome dela para ela; não com o ponto característico que é próprio da ciência, mas de uma maneira bem precisa, com uma frase que não é retórica, isto é, com o otimismo da prática.

O otimismo da prática ocorre porque nós estamos armados pelas massas, parece que estou falando de um país que parece pa-

radisíaco, de um país que até encontrou a maneira de enfrentar suas próprias contradições, mas eu venho de um país horrível que se chama Itália. Um país no qual a corrupção, poder etc. oprimem a classe operária, onde a esquerda tem a sua responsabilidade. Desse país e nesse país, existe uma coisa muito importante que representa aquilo que se chama o carma italiano, na Itália existe uma grande luta de classes, entrando nessa luta nós podemos com o otimismo da prática transformar de verdade as instituições.

# MESA REDONDA: A LINGUAGEM REPRESSIVA NAS INSTITUIÇÕES

*Cidmar Pais*

*Arthur Lavigne*

*João Paulo Monteiro*

## **Cidmar Pais**

– Eu queria dividir a minha exposição mais ou menos em duas partes. Em primeiro lugar eu gostaria de apresentar, do ponto de vista da semiótica, um modelo teórico das estruturas de poder do discurso, das modalidades do discurso, das modalidades persuasórias e outras que intervêm nos discursos linguísticos. Em seguida, quero apresentar algumas combinatórias dessas modalidades e, a título de exemplo ou de ilustração dos sistemas de dominação exercidos pelo discurso, eu vou falar daquilo que eu conheço de uma instituição neurótica e repressiva que se chama Universidade. Então, comecemos dizendo o que é um universo de discurso. Universo em termos matemáticos é o conjunto de todas as partes, quando eu falar então, por exemplo, do universo do discurso jurídico, estarei entendendo por isso o conjunto de todos os discursos manifestados, de todos os textos jurídicos. Quando falar em um universo de discurso científico estarei falando do conjunto de todos os textos, teses, monografias, ensaios, artigos, revistas científicas. Eu queria aclarar que não tenho a intenção de apresentar aqui uma lista exaustiva dos tipos de discurso, vou apresentar cinco modelos de discurso, rapidamente, e outro que invade esses cinco, que é o discurso tirano. Todos os discursos se definem por modalidades em termos de lógica modal. O discurso científico e todos os discursos são enunciados que sustentam e se sustentam numa estrutura de poder. O discurso científico será então o resultado

de uma combinação e modalidades de discurso que poderiam ser assim resumidas. O discurso científico é um poder fazer saber. O discurso tecnológico um poder saber fazer. O discurso jurídico um poder fazer dever. O discurso político um poder fazer querer. Um discurso publicitário que também é um poder fazer. Eu vou colocar essa lista na lousa, assim podemos trabalhar com ela depois. Bem, continuemos então. Eu vou repassando um por um agora. O discurso científico tem o poder de fazer saber, isto é, o emissor do discurso científico é alguém que tem o poder de fazer com que outro saiba alguma coisa. Portanto, ele não é o discurso da verdade, mas é o discurso de construção de uma verdade. Por isso mesmo esse discurso tem pelo menos quatro tipos de sustentação ideológica. Em primeiro lugar, como todo discurso linguístico, ele é dito por um falante que tem uma língua natural como código, língua à qual corresponde uma ideologia subjacente, uma visão de mundo própria daquela língua, daquela cultura e daquela sociedade. Então, o discurso científico é ideológico em primeiro lugar porque é linguístico. Claro que essa ideologia é inconsciente, subjaz ao discurso. A partir de uma língua que constrói uma visão de mundo, o discurso científico constrói uma visão de mundo segunda, isto é, é um discurso ideológico de um discurso ideológico. Ele constrói uma visão de mundo segunda e, portanto, uma ideologia segunda. Isto acontece, na verdade, com todos os discursos, não só com o científico e, nesse plano, todos se assemelham. O discurso científico tem ainda mais duas ideologias; uma, nós chamaremos de ideologia contingente: é aquela que o autor de cada discurso assume mais ou menos conscientemente. Digamos assim, que poderia haver um linguista marxista, um linguista protestante, um linguista budista etc. Essa ideologia que é assumida como corpo de doutrina teórico, é consciente e controlável pelo próprio discursante, mas o discurso científico tem também uma ideologia necessária e essa ideologia necessária consiste no dizer verdadeiro.

Na ciência positivista do século XIX propunha-se que a ciência descobrisse a verdade do objeto, isto é, uma verdade objetiva, exterior ao pesquisador. A ciência do século XX destruiu essa concepção. É verdade que muitos professores universitários brasileiros ainda não descobriram isso e continuam no século XIX. Mas a ciência do século XX não é a ciência do objeto exterior ao homem, mas é uma ciência de interação sujeito/objeto. É por isso que pode haver muitas verdades científicas, na medida em que qualquer “objeto” é na realidade definido pelo modelo, pela linha teórica, pelo enfoque segundo o qual o sujeito pesquisador o aborda. Por isso o dizer verdadeiro que é a ideologia necessária do discurso científico, no século passado seria um discurso que constituiria uma verdade, a qual, a longo prazo, substituiria aquele ser onipotente, onisciente, onipresente que no século XIV se chamava Deus e que, no século XIX, passou a ser uma divindade dupla: a ciência e a tecnologia. A longo prazo, segundo a proposta do século XIX, a ciência levaria à onisciência e a tecnologia à onipotência. Isto é, nós chegaríamos a um poder fazer saber tal que poderíamos ter um correspondente poder saber fazer. Por isso, todas as soluções poderiam ser científicas e não poderiam ser estéticas, filosóficas, afetivas etc. A ciência do século XX é bem mais modesta, ela só pode tratar de uma parte dos dados do homem, de uma parte dos dados observados e, portanto, há problemas que não têm solução científica, mas que terão solução política, ou serão resolvidos afetivamente, ou de outra forma. Portanto, esse dizer verdadeiro é hoje conhecido como algo bastante mais perigoso, o discurso científico não é o discurso que diz a verdade, mas é o discurso que faz com que as coisas ditas sejam consideradas verdadeiras, o que é um pouco diferente.

O discurso tecnológico é o discurso do poder saber fazer. É claro que é preciso saber para fazer, portanto, atrás de toda práxis tecnológica está ou deveria estar uma práxis científica da investigação. Nenhum de vocês consultaria um médico, que é um técnico, se soubesse que

esse médico não tem conhecimento de biologia, de anatomia e fisiologia humana, por exemplo. O médico seria um técnico, o biólogo um cientista. Um linguista seria um cientista, um professor de português um técnico. Um físico seria um cientista, um engenheiro um técnico. Não pode haver engenharia sem física, não pode haver medicina sem biologia, ou melhor, não poderia. Na verdade, às vezes há. Quando nós temos, sobretudo nos países mais dependentes, um divórcio entre esses dois discursos complementares, que se sustentam mutuamente, o científico do poder fazer saber e o tecnológico do poder saber fazer, nós ficamos em uma situação terrível. Nós temos um fazer técnico ao qual lhe falta o saber. Isso nos impede de fazê-lo bem, e nos impede de reformular criticamente esse fazer na medida em que nós não temos o saber que conduza a um novo fazer. Por outro lado, como a tecnologia é toda importada, e quem vende ou aluga a tecnologia não gosta de vender ciência, porque senão a gente faz a própria tecnologia, o discurso da universidade gera um saber que nunca é testado nem falseado, nem validado porque não é usado, porque o fazer repousa em outro saber que não é o produzido pela instituição que supostamente produz o saber, a universidade. Então, ficamos com uma tecnologia dependente e uma universidade ociosa, que está permanentemente em crise porque não serve para nada.

O discurso jurídico é um discurso também persuasivo, como o científico e o tecnológico. É um discurso que cria um dever, ele tem o poder de fazer que alguém deva algo. Perdoem-me os especialistas presentes, que vão falar talvez sobre isso; na Constituição há uma cláusula que diz assim: “ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, a não ser em virtude da lei”. Portanto, não há nenhum dever que preceda o discurso jurídico. O discurso jurídico cria um dever fazer que é aquilo que é obrigatório, por exemplo, pagar imposto de renda, e o discurso jurídico cria aquilo que é proibido, isto, o dever não fazer, como estacionar o carro onde tem uma plaquinha com um E riscado.

Então, o discurso jurídico trabalha com as modalidades do obrigatório e do proibido, do facultativo e do permitido.

O discurso político é um discurso do poder fazer querer. O emissor tem o poder de fazer com que os outros queiram, quando um candidato se apresenta a um comício, ele apresenta aquilo que ele chama a sua posição ideológica ou o seu programa, as suas ideias sobre os problemas do país. E faz assim: apresenta o que ele propõe como política, de tal maneira que o eleitor depois de ter ouvido falar quatro, ou cinco políticos, escolhe o candidato de acordo com o programa que ele, eleitor, quer. O que o eleitor não sabe é que o discurso político não é o discurso que apresenta uma série de programas para que o eleitor escolha aquele que queira, mas é o discurso que faz com que o eleitor queira um programa – e o eleitor pense que é ele que está escolhendo, mas na realidade foi o discurso político que criou o querer. O discurso político tem o poder de fazer com que os outros queiram tal candidato ou tal programa. Nesse sentido o discurso publicitário é muito parecido. O discurso publicitário também é o poder fazer querer, todos nós compramos as nossas coisinhas, automóveis, cigarros, relógios. Havia até aquela piada do Millôr Fernandes que diz: “Ela não me quis e até hoje eu não sei qual foi o automóvel, o relógio ou a gravata que eu não usei”. Então, o discurso publicitário cria um querer. O fabricante ou o comerciante não encosta um revólver na cabeça para que as pessoas comprem, mas ele tem o poder de que as pessoas façam aquilo que “querem”, ele tem o poder de fazer com que as pessoas queiram comprar algo. E as pessoas ficam muito felizes porque estão fazendo aquilo que supostamente querem. É a liberdade plena que lhes dá o discurso publicitário. Agora, existe outro tipo de discurso que não é persuasório como o mencionado até aqui.

Nós vimos que o discurso científico, tecnológico, jurídico, político, publicitário, são discursos que possuem um poder que se baseia (em graus diferentes), na persuasão. O discurso chamado tirânico é um dis-

curso muito pobre em modalidades lógicas, ele possui apenas o poder de fazer, ele faz fazer, pode-se perguntar: “se ele é um discurso tão pobre, por que ele domina os outros?”. Ele domina os outros porque o discurso científico e o discurso jurídico têm um poder que é o poder do discurso. Assim também o discurso publicitário, ao passo que o discurso tirânico tira o seu poder de fora do discurso, de uma instância inferior ao discurso. Por isso mesmo, o discurso tirânico pode invadir todos os outros. Mas antes de falar nisso demos um exemplo de discurso tirânico “puro”, que é o discurso burocrático. Algum de vocês já tentou discutir com o homem do guichê? Vocês estudam na mesma faculdade, o funcionário já conhece vocês, vocês estão no 4º ano, já se matricularam quatro vezes e ele exige: “firma reconhecida e carteira de identidade”. “Mas Juca, você não me conhece? Eu estou aqui o ano inteiro”. “Eu te conheço, mas firma reconhecida e carteira de identidade, são coisas que o regulamento exige”. É inútil discutir com o poder de fazer. Ele tem o poder de fazer com que nós façamos, e nós fazemos. O discurso tirânico pode invadir o discurso científico, quando o discurso científico se converte então em discurso dogmático e não científico. É aquele orientador de pós-graduação que diz: “você tem plena liberdade de pesquisar, mas aqui estão os livros que eu escrevi, eu prefiro tal autor e tal linha, e eu quero uma coisa de muito bom nível”. Isso se entende, se não vier de acordo com a teoria pregada pelo mestre, a tese não é aprovada, se arrasta 10, 15 anos. O discurso tirânico pode invadir o discurso tecnológico, em geral invade, assim como pode, de maneira mais disfarçada, invadir o próprio discurso publicitário. Isto é, aquele discurso publicitário que faz com que não só a pessoa queira comprar algo, mas faz com que a pessoa se sinta profundamente diminuída socialmente, por exemplo, se não comprar algo. Ele se sente como que mutilado e com vergonha dos seus concidadãos. Essa é uma pequena tirania que se instala no discurso publicitário. Afinal, você é um homem tão bem-sucedido na vida e ainda não trocou seu Fusca? Então, essa é



uma pequena invasão do discurso tirano.

O discurso jornalístico é um pouco mais complicado, porque ele tem duas modalidades, ele é ao mesmo tempo um poder fazer saber, e um poder fazer querer. Na medida em que ele informa ele não informa apenas, mas ele informa de certa maneira, para que as pessoas queiram certas coisas a respeito daquilo que ele informa. Isto é, é um discurso altamente manipulatório, e por isso ele tem dois níveis de persuasão, ele tem o poder fazer saber, e o poder fazer querer, a partir desse “saber”. Esses discursos se combinam naquilo que chamaremos as “sobremodalizações”, por exemplo, o discurso científico pode modular o discurso publicitário. Uma descoberta de uma nova fórmula de pasta de dente feita em laboratório, que deixa os dentes mais brancos e mais perfumados, é primeiro expressado científica e tecnologicamente e depois passa para o discurso publicitário: “Tenha dentes mais brancos e conquiste seu amor usando tal coisa”. É claro, que o discurso jornalístico também pode invadir o científico. As páginas de jornal que lidam com as pesquisas científicas e tecnológicas; não lhes cabe julgar, no foro íntimo (consciente ou inconsciente) de ninguém, uma filtragem que pode influir na direção da ciência, tornando certas pesquisas mais atraentes ou menos atraentes e fazendo com que os próprios cientistas dirijam essas pesquisas de acordo com aquele discurso jornalístico.

O discurso científico sobre a política seria o discurso da ciência política em primeiro lugar. Em segundo lugar, um discurso científico pode levar a uma mudança do discurso político. Se existe um projeto, por exemplo, que se baseia em certa ciência e tecnologia, que é superada, um discurso científico “neutro” sobre aquela ciência e tecnologia gera um saber que pode mudar o querer, se o projeto científico está cientificamente ultrapassado, por que é que nós vamos gastar tanto dinheiro com ele? Então, o científico-tecnológico, que é um poder saber-saber e saber fazer, leva a uma mudança do querer, um novo saber conduz a um novo querer. Vocês poderiam pensar em alguns projetos

desse tipo que andam por aí.

O discurso político sobre a ciência cria um querer a respeito do saber, são as famigeradas prioridades. Por exemplo, um discurso político estabelece uma política da ciência e faz com que certas disciplinas, certas matérias ou certos campos, ou certos problemas, sejam considerados socialmente desejáveis, fornecedores de dinheiro e de status, o que fará então com que os nossos pós-graduandos procurem aquele tipo de coisa. E assim, uma pesquisa sobre outro campo igualmente importante, é ou eliminada ou reduzida às suas mínimas proporções.

Como vimos, as estruturas de linguagem são estruturas que estabelecem e mantêm relações de dominação. A dominação é discursada, mas nunca nomeada no discurso. Jamais um cientista dirá: “eu estou apresentando esse modelo para dominar os meus pós-graduandos”. Jamais a publicidade dirá: “você é obrigado a comprar tal coisa”. Essa dominação que só vige no discurso, que só existe no discurso nunca é nomeada – e geralmente é negada. Num discurso científico se diz sempre: “Eu sou um sujeito muito aberto a todos os campos, desde que você faça um trabalho sério, você pode trabalhar em qualquer teoria”. Isso é o que aparece na estrutura manifesta. Ora, acontece que se a dominação se instaura e se mantém pelo discurso e no discurso, realmente se os candidatos entrarem numa universidade não encontrarão ninguém de revólver atrás dos assistentes, ou nenhum assistente atrás do catedrático com um fuzil. Todo o seu combate se faz em termos de discurso verbal, falado ou escrito em papéis ofício, circulares, em reuniões de colegiado de amplo debate. Então, a estrutura de poder se manifesta ao nível de uma persuasão, às vezes uma persuasão violenta, mas sempre na manifestação muito civilizada, por um discurso de elite. Portanto, o conhecimento da norma daquele universo de discurso corresponde ao conhecimento dos meios de dominação. Por isso, os dominantes são possuidores de um

discurso que permite manter os outros sob sua tutela.

Digamos agora que um jovem assistente, auxiliar de ensino, se sinta dominado, descubra que é dominado e diga: “Vou libertar-me disso”. Para que ele possa ter acesso ao poder na universidade, ele precisa subir na carreira, precisa participar dos colegiados e para isso ele precisa aprender a discursar, o seu mestrado, o seu doutorado, a sua livre docência – e discursar nos colegiados é discursar nas provas de concurso e nas aulas. À medida que ele vai aprendendo esse discurso, ele vai aprendendo as estruturas de dominação desse discurso - e um dia ele se torna um não dominado ou liberto.

Mas também vira mais um dominante, porque ele não se libertou totalmente, ele aprendeu o discurso da dominação e agora é o novo dominante. É a história do ex-assistente que agora é o mais ferrenho catedrático. Aos 30 anos ele era contra a cátedra; agora, aos 50, ele é o instrumento de manutenção dela. É porque para libertar-se da dominação, como ele queria, ele teve que aprender o discurso dominante e aquele discurso passou a ser o discurso dele, ele agora é dominante e há outros dominados que o sucederam. Eu colocarei um pequeno esquema na tela. Esse esquema compreende dois termos contrários e contraditórios: dominante e dominado são os dois termos contrários da dominação, um não existe sem o outro. O contraditório de dominante é não-dominante, e o contraditório de dominado é não-dominado. O percurso dialético da revoluçãozinha pessoal de cada um é o seguinte: ele se sente dominado, então ele faz um esforço para livrar-se da dominação. E ele vai de dominado a não-dominado, mas quando ele vai de dominado a não-dominado (quando adota o discurso do dominador), ele vem a ser dominante e o antigo dominante passa a ser dominado. Então, como diria Greimas, mudam os atores, o actante permanece o mesmo, isto é, o dominante pode ser o Juca, o João, e o dominado o Pedro, o Antônio, mas todos eles, mesmo na sua luta de libertação individual, podem fazer um discurso que reitera a dominação e mantém

a dominação.

Espero que tenha ficado claro esse modelinho, que mostra como, na realidade, a dominação é sustentada por um discurso e que, dialeticamente, o discurso da dominação é sustentado pelos dominados. São os dominados que discursam de tal maneira que sustentam a dominação. É claro que eles não sabem isso. Portanto, é um círculo vicioso, mas tem a saída de não se identificar com o dominador.

Eu vou terminar agora, mas gostaria de lembrar dois ou três exemplos de certas coisas típicas de uma estrutura bastante neurótica em que caminha talvez para a esquizofrenia, que se chama universidade. Um colega meu dizia o seguinte: quando a faculdade de filosofia descobriu que eu tinha valor, eu já era estável. Já era estável, não podia ser mandado embora. A estrutura de poder na universidade é atribuída a um saber; aqui fora, no mundo dos livros normais, o poder é político, militar, é econômico etc. Na universidade atribui-se o poder hipoteticamente a um saber. Acontece que é muito difícil medir o saber, nesse ponto o mercado imobiliário tem uma vantagem sobre nós, ele já criou a UPC dos imóveis, a universidade precisa também de uma UPC, isto é, Unidade Padrão de Conhecimento. Como ela não existe, o saber é medido em termos de títulos: auxiliar de ensino, mestre, doutor, livre docente, adjunto, titular etc. Então, como o poder repousa sobre um saber, é claro que toda pesquisa é o discurso de produção de um novo saber e, portanto, ameaça o capital de saber acumulado; aqueles que detêm o poder, detêm o poder segundo um saber que é o seu capital acumulado. Toda “tesezinha” de mestrado ou doutorado, por mais ingênua que seja, ameaça esse poder, esse capital acumulado, ameaça-o de obsolescência. Portanto, a Universidade que se sustenta nele, que é paga para fazer pesquisa, finge isso que valoriza o novo saber, mas na realidade, entre outros obstáculos, existe toda uma máquina montada de bancas, comissões de pós-graduação, regulamentos e outras coisas, não falo de todos os orientadores, seria uma injustiça, mas

de muitos, no sentido de que, em nome da seriedade, arbitram toda classe de dificuldades. Trata-se de fazer com que mestrados demorem 10 anos e doutorados 15, e reprimir toda pesquisa que realmente pode levar a uma descoberta, a um novo saber. Assim, fazem-se teses de 400 páginas, mas são as que passam com nota 10 e com louvor porque são aquelas que reiteram o saber do dono do poder, e aquelas que são reprovadas, ou então passam com nota bem baixa, e o autor ainda sofre uma “esculhambação” diante da banca, que é uma espécie de Santa Inquisição; são justamente aquelas que estão ameaçando o saber acumulado. Eu terminaria mencionando uma classificação universitária segundo a qual existem quatro tipos de professores, talvez vocês possam encontrar isso noutros sistemas repressivos.

Haveria quatro tipos de professores: aqueles que produzem muito, publicam, vão a congressos e que são do nosso grupo, são dinâmicos; aqueles que não produzem nada, que não escrevem ou escrevem um artigo de 30 em 30 anos, e são do nosso grupo, são ponderados, reflexivos; aqueles que publicam e vão à congressos, que são do outro grupo, são carreiristas; e aqueles que não produzem nada e nunca vão a congressos, são do outro grupo, são ociosos, são parasitas do Estado. Afinal, como diz a frase que está na torre da Universidade de São Paulo, “No universo da cultura o centro está em toda parte”, e então, por que não na minha cadeira? Obrigado.

### **Arthur Lavigne**

– Depois dessa brilhante colocação do professor Cidmar Pais, realmente nos deixa, assim, um pouco acanhados. Mas quando o professor Cidmar Pais coloca o problema da dominação na universidade através do saber, e passa a palavra imediatamente, nos deixa assim, um tanto constrangidos, porque afinal de contas nós vamos aqui e agora exercer certo poder, na medida em que nós detemos um saber; pelo menos se presume que se me deram lugar nesta mesa é porque se cogita que sou eu quem sabe. Eu acredito aqui que tal coisa não ocorre;

pelo menos não os casos em que o Cidmar Pais explanou.

Mas especialmente em termos desse Simpósio e dessa mesa em que se fala de repressão nas instituições, tendo em vista o meu tipo de atividade profissional como advogado me sinto realmente convidado a falar algo que penso também ser muito importante. Não se trata só da repressão nas instituições, mas eu pretendo dizer alguma coisa a respeito da própria instituição da repressão, a instituição que aparece de maneira mais contundente, de maneira, pelo menos constante na nossa comunidade e em todas as comunidades. E dentro do tema geral da repressão tem um campo fundamental. Trata-se do assunto da prisão; nós todos estamos intimamente ligados à ideia de que o castigo, pelo menos o castigo institucionalizado, será a prisão. A ideia de castigo e de prisão está de tal forma ligada que nos deixa quase com uma certeza de que a prisão sempre foi, através da história, a forma de punição mais vigente. Mas, historicamente isso não ocorreu, a prisão como forma de punição data de 150 anos, talvez até pouco mais de 200 anos. Toda a história da humanidade mostra que a prisão como forma de pena não existiu desde os mais antigos tempos. Só desde uns 150 anos para cá, aliás, surgiu ela como parte de um movimento que parecia humanitário, um movimento que seria substituir aquelas penas tão rigorosas como eram as penas de amputação, de castigos corporais, como eram as penas de flagelo de açoitamento, de banimento, de degradação. A prisão surgiu como uma ideia de que nós poderíamos, de repente, humanizar a pena. E os nossos avôs tiveram uma esperança que realmente naquele tempo despertou um interesse muito grande nos cientistas, porque eles conceberam a possibilidade de punir os delinquentes impondo-lhes uma pena de reclusão, um tipo de punição à prisão que seria muito menos violento que os que se aplicavam nesses tempos. Esse recurso penal apresenta, visa a efetuar duas operações fundamentais. Um primeiro objetivo seria punir, e o segundo propósito seria o de regenerar os detentos. Mas desde umas três a quatro

décadas, tanto o estudo como o uso da prisão – que se achava em pleno apogeu –, se encontra atualmente num pleno e veloz declínio. Por quê? Por que a experiência da prisão acabou sendo vista e entendida como uma forma de punição muito mais severa, às vezes, do que a pena de banimento, do que a pena de degredo, do que a pena até de açoitamento? Por que a prisão se tornou uma punição, de tal forma terrível – que ela já não funcionou mais de acordo com a ideia do crime/castigo, mas como forma de retribuição? Não existe mais uma proporcionalidade entre o crime praticado, entre um mal causado e a pena. Esses estudos a respeito da prisão, que tomaram uma forma mais teórica, mais estruturada, mas também todos sabemos, não só por estudos ou pelo “ouvi dizer” que a experiência diária da vida numa prisão, ainda que seja por uns poucos dias, é uma terrível tragédia. Essa instituição e essa experiência foram teoricamente estruturadas num estudo de um sociólogo americano, Donald Clemmer. É a partir do trabalho desse autor que eu gostaria de contar para vocês como se dá uma vida carcerária, qual é o cotidiano carcerário e quais são as bases teóricas em que estão assentadas as premissas da afirmação de que a prisão é uma instituição e pena absolutamente insustentável. Donald Clemmer teve em consideração o seguinte: dentro de uma prisão havia um regulamento, um sistema formal que deveria regular as relações entre os presos e os guardas, entre a direção da prisão e os internos. Mas Clemmer observou que junto com a existência desse regulamento, paralelamente tinha vigência entre os prisioneiros – e com participação dos guardas – um sistema informal, que evidentemente tinha uma força e que, a rigor, era esta força a que regulava a vida carcerária. O mencionado autor observou, por exemplo, que qualquer coisa dentro de uma prisão pode ser mais ou menos admitida pelos presos, salvo a delação de um companheiro. O preso pode admitir que se o espanque, ou que seja roubado, que se faça com ele qualquer tipo de espoliação e de dominação dentro de uma prisão, mas não tolera ser denunciado às autoridades.

des carcerárias por outro preso. E segundo a prática do mencionado regulamento informal, nenhum castigo é tão severo quanto o castigo pela delação por um companheiro. Se um companheiro – um detento – comparecer à direção de uma prisão e disser: “fulano, meu colega, fez isso ou aquilo contra o iniciado no regulamento formal da instituição”, ele estará fatalmente assinando o seu atestado de óbito. A punição da delação dentro da prisão é imediata, ela vem de toda a comunidade carcerária, instantaneamente. Por outra parte, poderia dar-lhes um exemplo muito especial: se, digamos, um psicopata, seja lá o que for, for preso, e ele mata um companheiro, dependendo dos motivos dele, de um modo geral em 99% dos casos ele não sofre punição dos seus colegas; o conflito e seu desfecho mortal são considerados um problema entre os dois que será resolvido entre os dois. Se esse mesmo prisioneiro furta algo de outro, para o consenso, também fica nessa área, a da esfera pessoal dos dois envolvidos. Se um preso violenta o outro, também se entende como um problema privado. Mas quando este preso procura a direção da prisão e faz qualquer comunicação que implique uma contribuição com a direção da prisão, é um perjúrio para a comunidade dos detentos, - ele é imediatamente punido, ele é imediatamente punido pelos outros prisioneiros com uma escala de castigos que pode chegar à morte. Vocês perceberão que existe uma desproporção muito grande entre punir tão drasticamente porque houve delação e não se punir porque se matou, porque se estuprou, porque se violentou. Por que a delação é de tal forma importante? Por que ela se sobressai tanto mais quanto qualquer outro tipo de conduta do preso? Clemmer então levantou duas hipóteses: a primeira delas seria a de que o prisioneiro tem, extramuros, um comportamento tido como antissocial, ele é visto pela sociedade como tendo infligido determinadas regras de conduta que justificam perante a comunidade a sua permanência dentro da prisão. Assim sendo, ele já tem normalmente, ele já tem na sua forma como se apresenta na comunidade extramuros uma colo-



cação de contestação. E levá-lo simplesmente para dentro da prisão, seria continuar todo esse processo de contestação social. Essa teoria evidentemente não foi provada porque pode se observar que ao lado desses comportamentos antissociais, desses comportamentos do preso de enfrentamento à sociedade, havia outros valores que aqui fora também são aplaudidos. A bondade, a generosidade, a forma de se comunicar, a simplicidade são todos valores que os presos no seu cotidiano também aplaudem dos seus companheiros, da forma como nós também aqui fora o fazemos. Então, surgiu a outra hipótese. Por que seria que um detento, na instituição prisão, por que o preso não admite como Artigo número 1 do Código do Recluso não formalizado seria exatamente o fato da delação, da contribuição, da colaboração com a direção? Por que tem o preso um horror tão grande à contribuição com a direção? Qual é o mecanismo, qual é a forma, o que acontece nessa comunidade intramuros que coloca o presidiário, que coloca o detento, que coloca o punido com um ódio tão grande à direção e à sociedade extramuros? E aí evidentemente Clemmer enveredou por um caminho muito árduo, a desproporção evidentemente é muito grande, punir por uma mera delação com penas tão rigorosas como é uma estocada à noite entre as costelas que ocasiona morte instantânea e não fazer nenhum tipo de punição com a morte feita, com o homicida, feita entre colegas. Esse processo me parece, que Clemmer teria detectado, me parece muito importante, pelo menos para a grande maioria aqui que poderá entender muito melhor do que eu, esse processo que se ocasiona dentro da comunidade carcerária. E ele foi colocado nos seguintes termos: o preso sofre ao entrar na prisão de um esmagamento de penalidade e físico jamais concebível em qualquer cérebro, por mais satânico que seja.

Para começar, quando ele chega à porta do presídio para cumprir a sua pena, a primeira coisa que acontece com o preso, é a perda imediata da sua identidade, é a perda imediata da sua posse. Ele não

tem mais nada, ele perde de saída o seu nome e ganha um número, ele não chama mais fulano de tal, ele é o número tal. A sua roupa é deixada na portaria e retorna para sua casa com seus familiares e ele ganha um uniforme igual ao dos outros, que ele não escolheu, que ele não quis; é imposto a ele um uniforme que provavelmente é usado também pelos outros. Então, os seus objetos, cada um de vocês que estão aí usando um relógio, uma pulseira, uma camisa, evidentemente é um fruto da escolha de vocês. O preso não tem o direito a essa escolha dos seus objetos de uso pessoal. A perda da identidade, a perda dos seus objetos pessoais, a perda da sua roupa, a perda de qualquer relação com os valores a que ele foi habituado, pelo menos os valores que eram aplaudidos extramuros. Por exemplo, o preso quando transpõe o portão, ele é submetido a um rigoroso ensinamento de obedecer às ordens instantâneas da direção, as ordens instantâneas dos guardas, através de apitos. Ele recebe um apito. A tal hora ele terá que comparecer ao refeitório, a tal hora ele terá que comparecer no pátio, sobre um alarme, sobre um apito qualquer as luzes são imediatamente apagadas, àquela hora determinada pela direção é a hora em que ele tem que se submeter para comer, é a hora que ele tem que se submeter para dormir, é a hora que ele tem que se submeter para não conversar mais e esse ensinamento o torna, evidentemente, um objeto dentro da prisão. É algo muito mais do que achar que a sociedade carcerária seria uma miniatura dos valores extramuros. Um desses livros de um criminólogo americano, ele narra o relatório da angústia de um preso quando ele não está interpretando bem um apito, não sabia, depois de ter corrido pela galeria, se ele deveria entrar ou não entrar na cela dele, ele ficou parado sobre o umbral da porta da sua cela. Ele não saberia se ele deveria entrar na cela, a angústia que ele ficou tomado pelo não saber qual era o significado daquele apito, “devo entrar na cela ou não devo entrar na cela”? É uma narrativa realmente muito viva, e muito contundente para se poder ter uma ideia do que se faz no

esmagamento da personalidade dentro da prisão. Ao lado da perda da posse dos seus objetos, ao lado da perda da identidade, é incrível a privação e a castração do detento do seu status de adulto, ele é remetido a um status de criança. Quais são os valores extramuros em que nós fomos criados, acostumados, quais são os valores aplaudidos e quais são os valores recriminados? Você trabalha para obter o seu sustento, você trabalha mediante uma remuneração, a criança recebe dos pais o alimento e a vestimenta, e também recebe dos seus pais, dos seus familiares os seus alimentos, a sua manutenção. O adulto trabalha para obtê-la. O que acontece com um adulto que ingressa num presídio, ele imediatamente não trabalha, o seu sustento através do presídio, da instituição prisão virá certamente. Ele não vai evidentemente escolher a comida, mas ele não tem que fazer absolutamente nada para merecê-la. O tipo de competição que nós temos aqui, extramuros, é completamente diferente do tipo de competição intramuros. Nós sabemos até esses comentários interessantes que se faz a respeito das crianças, que as crianças usam suéter quando a mãe sente frio. O preso, ele usa aquela roupa quando a direção acha que ele deve usar aquela roupa, ele é remetido imediatamente ao status infantil. Então, vejam só os sofrimentos na ordem que foram enumerados por Clemmer. A perda da identidade, a perda da posse, a perda do status de adulto, a perda da segurança. Nós todos estamos acostumados com determinados pontos e referências com relação à segurança pessoal, mas se dentro de uma prisão não se pode sob pena de ser morto, não se pode buscar o auxílio com a direção, com a guarda, não se pode escolher os amigos que você queira se unir dentro de uma cela. Aqui, evidentemente os que chegaram mais cedo e chegaram em grupo, escolheram os lugares em que se sentaram junto dos seus amigos, dos seus colegas. Dentro de uma prisão você tem que viver anos e anos à fio, com pessoas que você não conhece, não conhecia, se simpatiza ou não simpatiza, não foi escolha sua. É imposto e colocado dentro de

uma cela sem que você tenha absolutamente nenhuma possibilidade de saber se poderá ou não contar com ela. A perda de segurança dentro de uma prisão por parte do preso só pode ser imaginada quem tenha realmente uma vivência da vida de prisão. Em quinto lugar, dentre esses sofrimentos enumerados por Clemmer, está a relação sexual “anormal”. Raríssimo preso não tem relação homossexual. É interessante o sistema das relações sexuais dentro da prisão – e nós vamos ter aqui amanhã uma mesa do Basaglia e do professor Nilo Batista a respeito de sexualidade nas instituições, que vai ser focado pelo professor Nilo Batista. Como dizia, raro é o preso que não tem uma relação homossexual dentro da prisão. Ele quando entra num presídio é imediatamente escolhido e imediatamente determinado para servir de mulher a outro preso e passa a ser objeto desse preso, que pode até vendê-lo ou negociá-lo.

Essa posição humilhante e terrível permanece durante anos, às vezes o preso, na medida em que ele vai se adaptando à prisão, ele pode passar a ser nesse sistema de dominação um dominante dentro da prisão. Mas normalmente ele é submetido a uma condição de mulher, a uma condição de ser mulher submetida a outro preso, até que ele possa obter esse status. Dentro das inúmeras humilhações que ocorrem constantemente na prisão, está a de que o preso de repente é examinado onde ele esteja, ele é vasculhado. O preso vai andando num pátio, e o guarda diz: “Pare que eu vou revistá-lo”. Imediatamente ele é revistado. Ele anda mais cinco metros e novamente: “Pare que vou revistá-lo de novo”. Não importa que ele tenha acabado de ser revistado, deve novamente se submeter a ser revistado. Assim também o preso não tem nenhum momento, um único instante de intimidade, a arquitetura da prisão, a própria janelinha colocada na porta, é feita de uma maneira que a guarda possa ver todo o interior da cela, até o aparelho sanitário. A narrativa do livro de Dostoiévski conta que em dez anos de prisão ele jamais conseguiu um único momento em que

estivesse sozinho, um único momento em que ele pudesse ter a sua intimidade, que ele não tenha que dividir com todos. Pois muito bem, preso que é a todo o momento vasculhado, sem nenhum direito à sua intimidade, que é examinado, que é humilhado, que é espoliado, que se sente uma coisa subumana, que é empurrado, maltratado. Dá para perceber que ele é nada, que ele não tem nenhum significado como pessoa dentro da instituição penitenciária. Isso sem falar de que os presídios estão frequentemente 100% ou mais sobrelotados, que a comida e a higiene são péssimas e que também existe a solitária, onde é possível passar várias semanas. Por isso Clemmer levantava a seguinte hipótese que, segundo me parece, seria a mais acertada para explicar o que o preso sente acerca da sociedade. Seria a seguinte: “Se essa sociedade me rechaça, me infringe sofrimentos de tal ordem, se essa sociedade me coloca numa jaula, se essa sociedade me maltrata dessa terrível forma, seria desastroso, insuportável para mim, ter que cooperar com essa sociedade, de colaborar (dentro ou fora da prisão) com a comunidade”. A reação do preso então é a de se colocar contra a direção, contra os guardas, contra uma gangue rival, contra qualquer parte e contra o todo do sistema de dominação que o submete a um tormento de tal magnitude. Sua atitude é, exatamente, a de rechaçar aquele que o rechaça, de não aceitar aquele que não lhe aceita. Vocês podem entender muito bem, especialmente porque a maioria dos participantes deste Simpósio está ligada à saúde mental, o processo de degradação que ocorre dentro da prisão, e como, ademais de destruí-lo psicologicamente como pessoa e como cidadão, lhe é exigido que “tenha boa conduta” e que colabore com a organização que é a representante da sociedade, (e com a sociedade mesma), que lhe inflige sofrimentos de tal ferocidade.

Por todo o dito é que a prisão, a instituição prisão, deve ser objeto de nosso encontro de hoje, de um profundo estudo sobre o sistema penal e outras questões que lhe são conexas. Vocês podem, provavel-

mente, estar pensando: bem, o Brasil é um país pobre, os recursos que nós temos para a instituição prisão são insuficientes. Pois vou dizer a vocês, o Brasil gasta, por exemplo, x cruzeiros por preso/ano. O índice de reincidência dos penados que saem da prisão e cometem novos crimes, não são reincorporados à sociedade adequadamente, reincidem e retornam à prisão, é de 67%. Os Estados Unidos da América do Norte gastam 4 vezes o que nós gastamos por preso, e o índice de reincidência deles é de 67%. A Suécia gasta 3 vezes o que gastam os Estados Unidos, 12 vezes o que nós gastamos por preso. Lá tem psicólogo, psiquiatra, advogado, linguista, professor, assistente social, tem tudo lá dentro da prisão. Vocês sabem qual é o índice de reincidência na Suécia? 75%. Como veem, posso encerrar provisoriamente esta exposição sobre o gravíssimo problema das prisões com uma citação de George Bernard Shaw que diz que para se punir um homem é preciso injuriá-lo, para recuperá-lo é preciso melhorá-lo, e ninguém pode ser tratado e melhorado através de injúrias.

### **Coordenador não identificado**

– Eu quero lembrar que as perguntas podem ser encaminhadas à mesa e que a seguir o professor João Paulo Monteiro vai comentar as exposições aqui feitas.

Têm chegado aqui muitas perguntas, nós temos pouco tempo. Uma grande parte delas, a maioria diz respeito a prisões, penitenciária etc, se dirigem ao Arthur Lavigne. E algumas são endereçadas a Cidmar Pais e ele vai primeiro tentar respondê-las. Mas antes ele quer fazer alguns comentários sobre o que foi falado pelo professor João Paulo.

### **João Paulo Monteiro**

– Parece que minha função aqui seria assumir, por uma espécie de “calo” profissional, uma posição oposta à dos meus dois predecessores. Ocorre que eu estou tão fundamentalmente de acordo com eles, com suas duas posições, que esse papel não vai poder ser assumido

por mim inteiramente. De qualquer maneira eu vou aceitar o desafio e assumir a atitude de alguém que está aqui para criar dificuldades, para inventar problemas a meus colegas expositores e para vocês, participantes. Então, a finalidade principal é fazer que todo mundo aqui participe do debate. É isso que eu gostaria de tentar. Em primeiro lugar, em relação às palavras do professor Cidmar, pensando sobretudo na ideia do discurso como discurso de poder, como discurso repressivo, eu queria lembrar que no século XVIII houve um grande filósofo que distinguiu dois tipos de linguagem. Ele disse que há uma linguagem quando nós dizemos que alguém é meu inimigo ou meu rival, ou que não gosto dele. Eu estou usando um tipo de linguagem que naquele tempo se chamava linguagem da paixão. A linguagem do meu sentimento, eu só estou dizendo algo que é válido para mim apenas. Outro tipo de linguagem é aquela que eu uso quando eu digo que alguém é vicioso, condenável moralmente, pecaminoso. Nesse segundo tipo de linguagem eu estabeleço com meu ouvinte uma relação completamente diferente, eu não estou mais apenas dizendo o que penso, eu estou procurando acordo do meu auditório. Então, quando alguém diz que fulano é condenável moralmente etc, ele está usando outra linguagem; nessa época se dizia simplesmente que essa era a linguagem da moral.

Bom, coloco isso para tentar formular alguns problemas na exposição sobre a linguagem repressiva, na simples medida de que parece que toda linguagem que nos coloca problemas de repressão é uma linguagem de segundo tipo. A linguagem se torna repressiva quando ela procura o acordo do auditório, quando ela se pretende universal. Aparentemente então nós seremos acusados de usar um discurso repressivo toda vez e sempre que nós visamos obter uma aceitação universal para o nosso discurso. Agora eu me pergunto se essa concepção não nos poderá levar longe demais. A primeira dificuldade que eu pretendo tentar levantar para o Prof. Cidmar é a seguinte. Reparem bem: será que não é verdade que o discurso científico tem muito em comum com

o segundo tipo de linguagem aludido? Quando eu enuncio uma proposição científica é claro que eu estou esperando também o acordo do meu auditório. Eu estou pretendendo a validade universal daquilo que estou dizendo. Ora, a possibilidade de certo discurso ser uma forma de exercício de poder, não nos deve, a meu ver, permitir imediatamente qualificar esse discurso como sendo simplesmente ideologia. Quer dizer, acho que é preciso distinguir um tipo de discurso intermediário, situável entre a linguagem da paixão e a linguagem da moral, que não é o plano do que se chamaria, num sentido restrito, ideológico. Tratar-se-ia de um discurso para o qual não estou pretendendo que tenha uma validade universal como na linguagem moral, ou como na linguagem científica, mas também não estou dizendo algo que é válido apenas para mim, ou como também ocorre na linguagem da ideologia, eu estou dizendo algo que é válido para aqueles que são do meu grupo. Ora, me parece que é essa a linguagem intermediária que encerra maiores riscos de repressão. Quer dizer, quando o meu discurso é um discurso que, sempre fingindo ser universal, na realidade é o discurso que defende os interesses do meu grupo profissional, ou do meu grupo social, da minha classe, quer seja uma classe no poder, quer seja uma classe com aspirações ao poder, não faço diferença. É nesse sentido que o discurso, que então se torna o que eu chamaria de discurso político, pode atingir o nível de repressão maior. Quando nós apresentamos proposições de caráter ideológico, normalmente elas tendem sempre a serem muito mais perigosas do que as proposições do primeiro tipo ou do segundo, da linguagem da paixão ou da linguagem da moral. Nesses casos nós tendemos a excluir o outro, excluir aquele que não partilha da nossa convicção ideológica no sentido restrito e não no sentido genérico da ideologia. Isto se liga a um problema também relacionado à nova concepção da ciência que o Cidmar mencionou. É claro que é correto dizer que no século XIX se acreditava ingenuamente no conhecimento inteiramente objetivo, mas que hoje se trata de conce-



ber o objeto científico como produto de uma interação entre o sujeito e o objeto. Mas é claro que essa nova concepção da ciência do século XX não conduz inteiramente a uma pura subjetividade. O mencionado enunciado seria um caso em que o locutor que se dirige a um auditório espera que o mesmo concorde com sua proposição, isto é, a de que atualmente em ciência, se caracterizam os conhecimentos adquiridos como sendo produto da interação entre o sujeito e a suposta realidade exterior. Mas creio que é importante destacar que essa proposição também supõe uma universalidade do sujeito, se dá por certo algo em comum entre o locutor e todos os seus ouvintes. Isto é, espera-se que o auditório seja coincidente com o locutor em tudo aquilo que é relevante para o contexto daquele discurso. Nesse sentido é preciso distinguir entre dois sentidos de ideologia, para tentar conter um pouco a crença, hoje dominante, de que todo discurso é necessariamente ideológico. Parece-me que é importante distinguir ideologia como visão de mundo, concepção do mundo, cada época e toda sociedade tem a sua e é claro que hoje é inegável que toda ciência parte não de modo compacto, direto e neutro, dos objetos, com a realidade, como pensavam os positivistas, mas a ciência parte de uma rede de conceitos que é histórica, que é própria da época, que é de cada país, de cada civilização. Mas é claro que existe outro sentido de ideologia que não pode ser confundido com o exposto, que é o sentido marxista de ideologia. Refiro-me à ideologia como discurso que exprime interesse de classe, tema que não desenvolvemos mais no nosso diálogo. Esse tema foi discutido ontem no painel da tarde. Acho importante sempre, e esse é um problema que eu estou colocando ao Cidmar, nós devemos distinguir sempre entre os dois níveis de ideologia, porque senão parece que, como toda ciência não surge de um contato direto com as coisas, elas partem de uma rede que é uma concepção do mundo, isso pode dar a impressão, o que não é normalmente a convicção de quem fala assim, de que toda a ciência é produzida por interesses de classe, o que nunca foi afirmado

por ninguém com seriedade.

Há um pequeno ponto, completamente distinto desse que é em relação ao discurso jurídico. Cidmar disse que não há uma obrigação preexistente ao discurso da lei, no caso o discurso jurídico. Bom, isso é assim para o positivismo jurídico do século XIX, era assim também para o filósofo do século XVII chamado Hobbes, autor do *Leviatã*; só a lei produz obrigação. No entanto há uma tradição mais antiga ainda que é a tradição do direito natural, que não é uma tradição velhinha e morta, hoje está muito viva quando se fala de direitos humanos. Eu particularmente, por convicção pessoal, acho muito importante que ao falar de direitos humanos em qualquer país, se está implicitamente aceitando a velha ideia do direito natural, que é anterior à lei escrita, ao código positivo. Esse é um aspecto que eu gostaria só de lembrar muito lateralmente em relação à proposta do Cidmar.

Quanto à proposta do Lavigne, há só dois pequenos pontos que eu gostaria de tocar. É claro que a realidade prisional é uma das realidades mais terríveis das sociedades atuais. Também é claro que a esperança que surgiu há 250 anos de humanizar inteiramente a punição apenas com encerramento foi uma ilusão que está sendo fracassada com muita amargura; no entanto eu me pergunto se há alternativa, acho que isso é uma coisa que nós iremos enfrentar com coragem, quer dizer, quais são as alternativas? Há uma que é proposta por um psicólogo chamado Skinner. Ele propõe que ao invés de termos essa coisa terrível que é a punição, que é sempre a introdução de um novo mal, que não vai diminuir aquilo que foi feito pelo comportamento criminoso, em vez disso devemos planejar a sociedade toda de modo que nunca, ou quase nunca ocorram os comportamentos puníveis. Acontece que o quadro, a proposta do Skinner, me parece muito pior do que a atual realidade da nossa sociedade com os efeitos que ocasiona o tremendo defeito da instituição prisional. Vocês vejam, por exemplo, “O mito da liberdade”, e outros escritos que são obras onde ele

nos apresenta o quadro de uma tirania incontrolável, uma tirania de psicólogos, que pode agradar um ou dois psicólogos, mas creio que não agrada nem a maioria dos psicólogos. A maioria dos especialistas planejará a sociedade de modo tal que não precisasse ser controlada. Que nunca nos tornássemos criminosos. Eu acho isso pior ainda. Então, essa alternativa não me parece viável, mas eu acho isso um tema polêmico, eu acharia interessante que alguém defendesse as técnicas de controle do comportamento, que eu chamo a engenharia da conduta, que possa criar uma sociedade melhor, onde o crime ocorra menos e onde, portanto, nós não tenhamos o quadro terrível que Lavigne, de uma maneira tão impressionante, nos transmitiu aqui. Parece-me que há uma alternativa para os crimes menores, que tem seus defensores, que é uma proposta séria à da prisão albergue, isto é, não é necessário o encerramento para qualquer pequeno crime, é claro que não, o preso pode ficar numa casa onde tem que voltar todas as noites, mas durante o dia pode trabalhar. Eu acho isso interessante, mas é claro que não pode ser visto como solução geral para todo crime, sobretudo para os crimes mais graves. Então, parece que a prisão está conosco para ficar, e acho que toda discussão do problema deve partir de uma proposta de alternativas. Um último aspecto da exposição do Lavigne também é o problema da falta de proporção entre o crime e a pena. É tremendamente correto o que ele diz. Hoje se perdeu um pouco a ideia da retribuição do crime pela aplicação da pena. Isso é a meu ver um sintoma também de uma crise filosófica, quer dizer, tradicionalmente existem duas linhas de justificação da punição. É muito importante para nós justificar as nossas punições tal como nossos comportamentos individuais, alguma mania que os homens têm de conseguir escapar à responsabilidade, justificar o que fazem.

Bom, como se justifica filosoficamente a existência da criação de um mal para tentar compensar outro mal. É outro mal, temos dois males, além do crime ainda temos a punição. Bom, classicamente existe a

justificação retributivista e justificação utilitarista. Justificação retributivista diz simplesmente que o criminoso recebe a pena porque a merece, porque ele é responsável e justifica a punição como uma decorrência da responsabilidade de todos nós. Mas eu não creio que isso possa derivar a responsabilidade penal da responsabilidade moral. Eu creio que são esferas separadas. Historicamente essa justificação é uma justificação predominantemente kantiana, ela perdeu credibilidade e com isso, é claro, se dá esse desaparecimento da ideia da retribuição. As consequências de uma retribuição como essa são, por exemplo, confessadas pelo próprio Kant; ele diz que supondo que uma sociedade esteja para se dissolver, era muito natural no século XVII e XVIII, a ideia da época do contrato social, toda sociedade se baseia em um contrato, esse contrato pode ser desfeito e cada um ir para o seu lado. Kant diz essa coisa terrível que mesmo que uma sociedade esteja para se desfazer e houver um último criminoso na prisão, o último ato dessa sociedade tem que ser a punição desse criminoso. Esse criminoso tem que ser morto antes que essa sociedade se dissolva. Isso me parece uma ideia totalmente monstruosa. Mas é uma consequência inevitável, não vou aqui gastar tempo com a prova dessa argumentação, mas se nós aceitamos a concepção retributivista da punição, temos que aceitar consequências como essa que é repugnante, especialmente no caso de uma sociedade que se desfaz; numa situação assim é claro que esse criminoso deve ser deixado em paz, porque a sociedade cuja lei ele violentou não existe mais, então não tem mais sentido a punição. A concepção utilitarista, que seria a alternativa, tem também dificuldades terríveis. Se nós justificamos a punição em nome do interesse social, então, não podemos evitar a consequência de que essa lógica justifique então qualquer sistema que sirva ao interesse social. Trata-se de implantar um sistema social que cuide de seus interesses com um procedimento de punição periódica de inocentes, que toda a sociedade saiba que são inocentes, aos fins de que sirvam como

exemplo. Assim se atinge o mesmo objetivo que com a punição dos culpáveis, que é intimidar o conjunto dos membros de uma sociedade para que respeitem as leis que garantem sua unidade e subsistência. A justificação utilitarista leva a isso também. Se nós aceitamos que a punição se justifica em nome de interesse público, então nós temos que aceitar também que se houver sociedade que institua a punição de inocentes como sistema, se isso servir ao interesse público, então se justifica também. O que também repugna. Nesse sentido, o problema que estou levantando agora é o do impasse das justificações da punição, é uma situação trágica, ao mesmo tempo não me parece haver argumento capaz de mostrar a possibilidade de eliminar a punição ou de eliminar a prisão desde já, mesmo em médio prazo, sendo que, por outro lado, as tentativas clássicas de justificação disso falham. É uma situação de impasse. Devo lembrar-lhes que eu estou aqui só para criar problemas, e não para resolvê-los, o que é muito cômodo.

### **Cidmar Pais**

– Em primeiro lugar eu quero dizer que concordo inteiramente com as colocações do professor João Paulo. Ele pensou que talvez por dever de ofício, deveria criar um problema, mas eu devo dizer em público que ele é uma das poucas pessoas que até hoje nunca me criou nenhum problema. Eu tenho muitos problemas, é claro, mas ele não é a fonte deles. Em primeiro lugar é importantíssimo fazer a distinção que o João Paulo fez entre ideologia no sentido marxista e a noção de ideologia que nós, os animais da semiótica, usamos. E realmente quando eu falo em ideologia no discurso seja ela a ideologia subjacente, inconsciente, seja a ideologia “suprajacente” afirmada, estou pensando em uma visão de mundo e o mundo construído como um sistema de signos no qual nós nos inserimos como um signo. E é claro que desse ponto de vista o discurso científico é um discurso ideológico. Não no sentido de que ele seja desviacionista, que ele pretenda isso, mas no fato de que ele se sustenta numa visão de mundo e sustenta uma visão

de mundo. É preciso também, me parece, fazer uma distinção entre o modelo de discurso científico ou o discurso da ciência com a comunidade acadêmica e o discurso dos cientistas. O discurso da ciência é ideológico no sentido de visão de mundo, mas “pode haver cientistas” e há, talvez a maioria, que façam, com o pretexto de seu discurso ser científico, o ocultamento de uma dimensão ideológica de que fala o João Paulo. E aí isso se liga à minha exposição quando eu apresentei modelos de discursos que são teóricos. Na verdade, esses discursos interagem e se misturam todos nos textos manifestados. Por exemplo, o discurso coloquial, esse de todos os dias, tem todas essas modalidades, é um discurso que nos informa de alguma coisa, fazer saber, é um discurso que pode nos ensinar a fazer. Quando uma dona de casa ensina uma receita de bolo à outra, está fazendo discurso tecnológico; quando alguém nos informa sobre uma descoberta ou sobre alguma coisa que aconteceu na Europa, está fazendo saber. E com isso, em geral, nós temos e conseguimos provocar um querer nos nossos interlocutores, portanto, o nosso discurso também é político e publicitário no sentido amplo. E todos nós temos uma série de ideias a respeito de um dever que, em geral, não está escrito, mas que está escrito em nós, de modo que é muito comum que nós tentemos também fazer com que os outros devam cumpri-lo. Quando a gente chega, por exemplo, em uma universidade, em uma reunião de congregação e diz: “Mas é inadmissível que professores se conduzam assim”. Isso é um fazer dever que não está na constituição nem nas leis. Por isso mesmo me parece que isso se liga a outro aspecto que o João Paulo levantou muito bem, a questão do direito natural, do direito daquilo que nós chamamos dever, antes que o dever seja datilografado e saia no Diário Oficial. É que todos nós, no próprio discurso coloquial, mantemos uma estrutura do fazer, do saber, do querer e do dever. Nesse discurso jurídico amplo, o fazer, o poder, fazer, dever, da lei não escrita é também uma forma de discurso jurídico que invade o coloquial, porque na realidade o discurs-

so de todos os dias é o discurso de todos os discursos. E para terminar quanto a isso, é preciso não esquecer que todos esses discursos se manifestam na medida em que o discurso coloquial pode ser – e que muitas vezes é – o mais tirânico de todos. Agora eu tenho uma pergunta muito importante e que mereceria uma conferência, mas eu prometo não pronunciá-la. Diz o seguinte: “Como se relaciona a educação com o discurso da dominação?” Refiro-me à educação considerada como desenvolvimento íntegro do indivíduo. Gostei da palavra íntegro, se parece com o que é integral. Bem, como eu disse, o discurso da dominação é feito de tal maneira que se infiltra por todos os lados. De tal maneira que é o dominado que sustenta a dominação, sem saber que o faz. A educação, nesse caso, se apresenta como um discurso que levará o educando a discursar sempre de tal maneira que ele sustente os valores e a ideologia subjacentes e que ele, mesmo como “cidadão-zinho”, como pessoa, reputa como perigoso e intimidador. Ele adota tudo aquilo que ameaça o sistema que o domina, no que ele julga que é o sistema que o protege e o defende. Nesse sentido existe uma coisa que a maioria dos leigos considera muito inocente, vou citar como exemplo, muita gente diz que o indivíduo mais besta e mais neutro do mundo, que faz um trabalho apolítico, é o professor de português. Não é verdade. A língua é um instrumento de pensar o mundo, quando alguém aprende a falar, mas também aprende a ver o mundo, a construir o mundo, a ter do mundo uma visão que não é o “mundo real”, mas é uma visão de mundo. Por isso quando nós ensinamos alguém a falar o português do Brasil, ensinamos a ele, sem que às vezes o professor saiba que está ensinando, todos os ideogramas da nossa visão do mundo, toda a ideologia subjacente à nossa cultura. A partir daí, como tudo que nós pensamos é linguisticamente discursado e pensado, nós só podemos conceber e ver aquilo que o código que nos foi ensinado permite ver e conceber. Por isso mesmo, o ensino de certa língua ou de certo padrão em registro linguístico acaba fazendo com que todo o

falante, por mais que se diga contestador, seja o falante que sustenta o sistema no qual ele aprendeu a pensar e discursar.

Bom, se pensa na educação considerada como desenvolvimento integral do indivíduo, me parece que aí já vejo uma impossibilidade. Se nós desenvolvêssemos o indivíduo integralmente, não sei em que direção, em uma dessas direções poderia, talvez, haver a ruptura do sistema. Ora, outro dia argui uma tese de um psicólogo que falava sobre a criatividade e sobre os processos possíveis, utilizáveis para desenvolver a criatividade, e apresentava a criatividade como desejável, então eu fiz uma pergunta retórica a ele: “Mas a criatividade é desejável ou ela é punitiva? O sistema quer seres criativos?”

### **Interlocutor não identificado**

– Minha pergunta primeira é a seguinte: a ideia é que o domínio mantém e sustenta a dominação, ao lado da enumeração de tantos discursos opressivos que tanto podem, deve levar-nos à pergunta: onde está a saída? A outra pergunta é mais ou menos parecida: em sua opinião, é verdade que o estudo universitário no Brasil é estruturado para levar estudantes à alienação?

### **Cidmar Pais**

– A verdade é que essas perguntas não têm uma resposta só, mas se a dominação é estabelecida pelo discurso, a única possibilidade de sair da dominação, é discursiva. Um discurso só pode ser destruído por outro discurso. Quando um discurso científico, de um autor contesta a tese de outro discurso científico, de outro autor, embora conteste a tese, ele reitera o discurso científico como discurso. Por isso, o discurso científico não pode destruir o discurso científico. O discurso político não pode destruir o discurso político, mas um discurso poético pode destruir um discurso científico, como o discurso científico pode destruir o político, ou o político pode – e o que geralmente tem feito – destruir o científico. É na interação dos discursos que pode haver, não a supressão completa da dominação, porque não existe



sociedade sem dominação, mas uma modalização e uma dispersão da dominação de maneira que todos sejam dominantes e dominados dentro de certos respectivos limites de seus discursos. Por exemplo, como arguidor de tese de um candidato meu, eu posso me apresentar como dominante, mas quando vou pegar o avião no aeroporto que me exigem a carteira de identidade, eu sou o dominado. Se todos tiverem condições de discursar vários discursos é possível, não eliminar a dominação, porque a dominação é própria do sistema social, mas modalizá-la de maneira que ela não seja uma dominação de fonte única, mas que ela seja uma dominação que pela sua dispersão nos discursos mantenha um equilíbrio estável, dialético entre eles.

No que se refere à universidade, ela é apenas uma das instituições da sociedade, que simplesmente reflete e participa, talvez de um modo mais sensível, essa estrutura. Portanto, a resposta para a desalienação da universidade seria a mesma que para a comunidade. Não sei se a universidade leva só à alienação, na maioria das vezes ela leva a uma neurose, não aquela neurose que é a saúde, mas aquela neurose violenta, que pode levar à esquizofrenia. Quando se instala um sistema repressivo na instituição universitária, cria-se imediatamente a contrarrepresão. Quando se estabelece uma censura, cria-se a contracensura, e muitas vezes aquele que afirma certas ideias ditas libertárias, usa para sustentá-las, para ter uma faixa de poder necessária para promover a liberdade, instrumentos que pertencem justamente ao discurso “fascistóide” que ele condena. Então, nós temos fascismo contra fascismo, e o povão e os estudantes, no meio.

### **Arthur Lavigne**

– Bom, já prevendo a fria que vocês iam me colocar, é que eu comecei aqui a minha colocação dizendo que eu não pretendia de maneira nenhuma fazer uma análise de poder na universidade nem no sistema carcerário. Realmente eu sinto muito ter de frustrá-los, mas eu também não sei a resposta. Quer dizer, eu acho que cada um pode

examinar esse assunto sob o aspecto da conveniência de cada um, ou da ideologia de cada um, mas eu posso dizer que efetivamente eu também não tenho respostas a esse problema da prisão. Algumas premissas são evidentemente verdadeiras, não é possível haver uma sociedade sem punição. Isso é inevitável. Não é possível, no momento, que consigamos acabar com a prisão, o que eu posso dizer a vocês, é que o movimento mundial e que nós percebemos em todos os congressos é de mitigar, é de diminuir um pouco a forma de punição da prisão, é só suavizar um pouco a prisão. O movimento mundial é no sentido de que a prisão venha sendo abolida na medida do possível. Tem uma pergunta aqui que diz que se um sujeito assalta uma família e os integrantes perdem sua identidade, perdem suas posses, perde tudo, esse sujeito não pode ficar solto. Eu estou de pleno acordo que não pode ficar solto, principalmente se ele está rondando a minha casa. Agora, não se queira também dizer que nós estamos esperando recuperá-lo colocando dentro da prisão. Nós temos que assumir realmente que a prisão é um exercício de vingança nosso e não de recuperação. Então, por isso vemos a sociedade ser tomada de culpas no final do ano, e fazer festinha de levar bolo e angariar fundos para os presos, das senhoras da alta sociedade, como se isso fosse caridade; evidentemente isso que digo não traz um conteúdo de reprovação, nada disso. É lógico que a prisão tem que existir ainda e, como eu dizia a vocês, o movimento é tentar terminá-la como pena e deixá-la como medida de segurança. Ou seja, a única coisa que se vai implantar, lá para o ano 5000, será a medida de segurança, quer dizer, se tomaria uma série de medidas para que os delinquentes fiquem presos como medida de segurança, mas não como pena. Essa ideia de que a pena é recuperativa, de que a pena pode reintegrar na sociedade – reintegrar em que sociedade? Em que tipo de sociedade exatamente é que ele se coloca contra, da qual ele se considera uma vítima, que implica reintegrá-lo a essa mesma sociedade? Bom, no

problema de prisão, o que é certo é que não existe sociedade sem punição; é igualmente certo que as pessoas que praticam crimes têm que ficar segregadas, isso é verdade. Os substitutivos penais seriam diminuir e evitar, ao máximo possível, a violência punitiva. Isso está já sendo feito, inclusive entre nós, a nova legislação penal que vocês têm visto aí no jornal às vezes, a exclamação: “Como é possível, um sujeito matou o outro, mas como ele tem bons antecedentes e etc e tal, ele está na rua”. Bom, isso justamente vem atender primeiro a diminuição da prisão preventiva, o agente só ficaria preso depois de condenado; diminuir as penas de pequena duração e que elas não sejam feitas na prisão. Ou seja, se o sujeito furtou um rádio, fez uma bobagem do estilo, evidentemente é preciso arrumar um substitutivo penal, outro tipo de sanção, quer dizer, a sociedade, teria que inventar uma nova forma de punição. Por exemplo, a multa. Vocês vão dizer: “Bom, em um país com um índice de pobreza como esse, que ninguém pode pagar multa. Os ricos que são culpados não se importarão com esse castigo”. Eu estou de acordo, mas aí também, argumentando com a miserabilidade, nada dá certo, nem a doença, nem a prisão e nem nada. O fato é que nas cidades pequenas, a instituição prisão funciona com muito mais eficácia. De um modo geral, em uma cidade pequena, os presos não ficam tanto tempo presos, eles conseguem sempre uma aquiescência do delegado etc e tal, e podem circular pela cidade. A própria sociedade, pelo fato dele estar já estigmatizado, o sente como punido. Dentro da cidade grande é absolutamente impossível qualquer tipo de solução. No gigantismo da cidade o problema da punição, o problema do transporte, o problema da alimentação, qualquer tipo de problema torna-se absolutamente difícil de analisar sendo muito difícil encontrar uma solução. Eu não gostaria de deixar algumas dessas perguntas sem resposta, nosso tempo é curto, mas eu gostaria apenas, só encerrando aqui, de não deixar sem resposta a intervenção de Paulo Monteiro. O problema do caráter retributivo da pena, consiste em que

no nosso sistema a pena seria proporcional ao mal causado. Filosoficamente e politicamente eu acho que nós não temos outra saída, o caráter da pena terá de ser retributivo porque veja só, essa ideia de que o crime deve ser previsto em lei antes da prática do crime, está incluída exatamente na ideia dos nossos antepassados de fugir ao absolutismo, ou seja, ao poder do Monarca de determinar qualquer tipo de pena. Aí eu entendo o direito penal como delimitando a repressão que já existe sobre o homem. O direito penal é posterior à repressão, o homem já reprimia antes que houvesse o direito penal delimitando a punição. Entendo o direito penal como uma forma racional de você justamente deter a repressão que está na mão daqueles que estão no poder, daí se desprende que temos que cumprir rigorosamente a legislação. Passo agora a uma pergunta acerca do trabalho dos psicólogos dentro da prisão. Eu acho que o trabalho do psicólogo dentro da prisão é um assunto que, evidentemente, com a carência de cuidados do penado que nós temos, a presença do psicólogo na prisão é muito importante. Mas ele tem um problema que dificulta esse trabalho, se trata de que a segurança é colocada dentro da prisão como um fator mais importante do que a recuperação. A lei diz que os presos deverão ser recuperados, etc e tal. Eu nunca vi um diretor de prisão, um funcionário da prisão ser punido porque fulano cumpriu a pena e não estava recuperado. Agora, aí do guarda, do pobre do guarda que tem família, que tem um emprego, se foge um preso. Nós mesmos aqui somos os primeiros, e tem uns noticiários todos os dias mostrando o alarme que causa a fuga de um presídio, a preocupação que causa no nosso meio. Do próprio guarda exige-se principalmente a segurança; quando foge um preso, que ocorre imediatamente? Ele tem que responder a um inquérito, tem uma apuração, e ele está passível de sofrer uma punição. Então, evidentemente, o psicólogo tem como seu pior inimigo o medo do guarda de que esse tipo de serviço venha a enfraquecer a segurança. Lamento finalizar, mas o conferencista das

11 horas parece que já está aqui. Só uma questão a mais.

Existe um problema de ordem social que eu gostaria de colocar; tem uma pergunta aqui que diz o seguinte: criticar o sistema de prisão é esquecer o problema social, a miséria, a fome, a incapacidade financeira das pessoas, o que leva, direta ou indiretamente à prática do crime. Esse problema é muito amplo, mas eu pessoalmente tenho uma visão que não está muito de acordo com essa observação; eu acho que dentro das estigmatizações das classes menos favorecidas, está exatamente a de que ele é criminoso, de que ela é criminosa, porque pertence a uma classe social pobre; trata-se do que antigamente eram chamadas pelos ingleses de classes perigosas. Eu acho que o crime existe tanto nas classes ricas quanto nas classes pobres. Apenas que nas classes ricas ele não é punido, enquanto nas classes pobres ele é punido demais. O pobre é um cliente do sistema prisional, não tenho a menor dúvida. Mas não é porque sua pertença a uma classe proletária ou subproletária seja um fator criminógeno determinante. Não é porque a pobreza o leve a um comportamento antissocial, apenas se trata de que o crime que ele cometeu é sempre punido, o que raras vezes acontece com os delitos dos ricos. O crime contra o patrimônio, por exemplo, um moleque do morro, um jovem sem nenhuma instrução, qual é o crime que ele pode praticar contra o patrimônio? Um furto que exige dele destreza, ou é o roubo que exige dele a violência, evidentemente você não vê ninguém da classe mais favorecida praticar um assalto, mas e os estouros financeiros? E os crimes econômicos? E a sonegação do imposto de renda que é crime? Esses crimes evidentemente não são punidos, mas isso não quer dizer que as classes pobres sejam mais criminosas, e que esse seja um fator criminoso decisivo nos ocupantes da prisão. Se você conversar com qualquer advogado do Banco Central, ou com qualquer funcionário do Banco Central, você verá a angústia desses advogados e funcionários por não conseguir processar criminalmente esses estouros financeiros. Os trambiques fi-

nanceiros se sucedem e seus autores não são presos. Essas pessoas às vezes se apoderam do erário público de bilhões de cruzeiros, então, se vocês somarem todos os furtos que estão povoando o presídio, não chega às quantias de um estouro desses. Os próprios funcionários, os próprios promotores não conseguem elevar a mão punitiva contra eles. Então, eu não acredito que a classe menos favorecida, que a pobreza seja um fator criminógeno. Eu acho que o crime existe de igual forma na classe rica e na classe pobre, apenas um é punido e o outro quase nunca o é.

### **Coordenador não identificado**

– Infelizmente algumas perguntas endereçadas ao professor Cidmar vão ter que ficar sem resposta para que o professor Lavigne possa atender ao grande número de solicitações que foram feitas.

### **João Paulo Monteiro**

– Bom, a conferência do professor Becker está prevista para as 11 horas, já passou bastante da hora, eu acho que seria uma atitude repressiva continuarmos aqui. As perguntas que me foram dirigidas eu terei muito prazer em responder lá fora, uma sobre direitos humanos e outra sobre linguagem repressiva nos manicômios. Podemos conversar lá fora, vou continuar também essa excelente conversa com Lavigne. Encerremos aqui. Muito obrigado.

# PAINEL: SEXUALIDADE NAS INSTITUIÇÕES

*Nilo Batista*

*Carlos Villamor*

*Shere Hite*

*Franco Basaglia*

## **Nilo Batista**

– O convite formulado a um professor de direito criminal para participar de painel num congresso de psiquiatria, psicologia e psicanálise deveria inquietá-lo no sentido de que sua intervenção pudesse ingressar nos trabalhos mais na perspectiva de objeto do que de sujeito das reflexões conjuntas que ora nos reúnem. Essa justa inquietação não seria abrandada de todo pela constatação da evidente proximidade de nossos campos de aplicação, demonstrados seja pelo surgimento histórico comum dos manicômios e das prisões, seja por sua identidade estrutural, tão bem avaliada por Goffman, seja por uma já secular colaboração que poderia encontrar no pioneirismo de Benjamin Rush o sinete do seu compromisso. Assumida a ideia de converter essa intervenção em singela exposição de dados objetivos, optei por fazê-la em três níveis, no primeiro apresentaria com a brevidade merecida uma descrição das preocupações legais com a sexualidade nas prisões, isto é, das regras existentes a respeito. No segundo nível, apresentaria resultados de pesquisa empírica realizada sobre o assunto. Por último, traria a debate um caso individual, aproveitando-nos aí das impressões e vivências de uma determinada experiência de encarceramento.

Três grupos de conduta polarizam os problemas da sexualidade nas prisões: a homossexualidade, a masturbação e a agressão sexual. A tentativa de controle sobre essas manifestações também influenciou em certo momento a própria arquitetura da prisão, como não passou

despercebido pela recente leitura que Foucault empreendeu do Panóptico de Bentham. Um instrumento que alguns sistemas legais procuram opor a essa situação, com a finalidade quiçá fantasiosa de normalizar as coisas, é a chamada visita íntima, ou visita conjugal. Só muito recentemente a visita íntima obteve acesso a algumas legislações; sobre sua conveniência e eficácia dividiram-se os juristas entre o otimismo mais ingênuo e as restrições menos generosas. A variante na permissão de saída não é geralmente utilizada para esses fins, certamente por questões de segurança penitenciária. A visita íntima é ainda adotada por poucos países, e não está presente nos documentos internacionais a respeito de tratamento de prisioneiros, como as regras mínimas da ONU. Por outro lado, não foi estendida às mulheres, face especialmente aos problemas que seriam criados pela gravidez. O Brasil não dispõe de uma lei federal sobre a execução penal que venha a ser, dessa forma, matéria sujeita às diversas legislações dos Estados da Federação. Entretanto, já foram produzidos quatro anteprojetos de uma Lei Federal sobre Execução Penal e poderia ser esclarecedor examinar a posição da visita íntima nesses anteprojetos. O projeto de 1933, de autoria de Cândido Mendes, Lemos Brito e Heitor Carrilho, expressamente proibia a visita de mulheres nos estabelecimentos destinados a homens e vice-versa. O anteprojeto de 1957 contemplava, no capítulo das recompensas de concessão condicionada ao merecimento do recolhido, o recebimento de visitas com vestuário particular. Como a exposição de motivos não abordou o assunto, ficamos sem saber que programas subjaziam a eufemística forma legal. O anteprojeto de 1963, de lavra de Roberto Lira, afirmava em sua justificção que: “a visita íntima na prisão é contraproducente sob os aspectos moral, fisiológico, psicológico, familiar etc, além de inacessível à mulher ou companheira presa”. E sugeria que as visitas ao lar, “no cumprimento de deveres”, não excluía aquilo que no mundo do direito continua sendo chamado de *debitum conjugale*. Por fim, o anteprojeto de



1970, devido a Benjamin Morais Filho, prevê expressamente a visita íntima no elenco das regalias de gradativa concessão aos sentenciados. Como visto, a tendência legal é considerar a visita íntima como recompensa ou regalia de concessão limitada e gradativa e isso significa que ela é enquadrada pelo legislador menos na perspectiva de reduzir a perene insatisfação do preso, e mais na de conferir à administração penitenciária um novo instrumento disciplinar que opera não por via punitiva e sim premial. Nessa ordem de ideias, a visita íntima está fadada a uma limitação consciente e manipulada, pois é essencial à sua natureza de favor legal a carência do favorecido. No Estado do Rio de Janeiro, a visita íntima, prevista como favor gradativo pelo regulamento penitenciário, foi objeto de minuciosa regulamentação em Portaria do Diretor-Geral do Departamento de Sistema Penitenciário. Pode o favor ser concedido aos presos de comportamento bom, ótimo, excelente e excepcional, que o requeiram, desde que comprovem ser casados ou companheiros com mais de dois anos de convivência antes da prisão, ou ainda após oito meses de visita comum, contínua a contar do requerimento. A visita íntima pode ser realizada quinzenalmente com duração de três horas ou semanalmente com duração de duas horas. Nas penitenciárias que operam com parlatórios especiais, naquelas que dispõem de cubículos individuais, o horário e frequência é fixado pela administração. Isso ocorre no Rio de Janeiro apenas nos estabelecimentos Lemos Brito e Milton Dias Moreira, nos quais a visita íntima se dá aos domingos das nove às dezesseis horas. O preso rebaixado de comportamento perde o favor e somente poderá renovar seu requerimento após 180 dias. As mulheres presas não dispõem, no Rio de Janeiro, da possibilidade de obter visitas íntimas, a própria previsão legal expressamente se refere a visita íntima da esposa ou companheira. Há hoje nos presídios do Estado uma população de aproximadamente 8.700 internos, distribuídos por 13 estabelecimentos, um dos quais é destinado às presas. Dos 12 estabelecimentos masculinos, 4

não possuem sistema de visitas íntimas. No Instituto Penal Milton Dias Pereira, tomado como exemplo, estão recolhidos 550 sentenciados, há 1590 casais inscritos para visita íntima, e no último mês, setembro de 78, efetivamente se visitou 147. O número de inscrições invariavelmente supera as condições materiais de realização das visitas, de sorte que existe uma autêntica fila na burocracia dos presídios. Essa fila, aliás, guarda notável coerência com a natureza de privilégio e instrumento de controle que, a essa altura creio estarmos de acordo, em conferir a visita íntima. Abordada a visão legal e institucional do problema, passemos ao segundo nível proposto e examinemos alguns resultados da pesquisa empírica. Ao contrário do que se sucedeu nos Estados Unidos e Europa, só muito recentemente se iniciaram no Rio de Janeiro trabalhos de pesquisa empírica junto às prisões com adequada metodologia. Neste momento se encontra em fase de relatório um trabalho realizado em 1976 por Yolanda Catão e Elizabeth Sussekind – que estão presentes, aliás, pesquisadoras do Instituto de Ciências Penais do Rio de Janeiro – sobre 300 presos. Nesse trabalho foram obtidas informações valiosas sobre homossexualidade e agressão sexual. A despeito da grande resistência que os entrevistadores encontraram por parte da população examinada em responder direta e francamente sobre a matéria, pois os respondentes temiam ver-se identificados como homossexuais, os resultados foram bastante expressivos. Uma pergunta do questionário indagava se a maioria dos presos é homossexual, e foi respondida por 286 internos. Destes, 151 (52,8%) responderam que sim à opção são homossexuais, mas não a maioria das vezes, foi adotada por 43(15,0%). E não houve resposta de 92 (32,2%). Alguns detentos relacionaram o problema a antecedentes homossexuais em outras instituições totais como reformatório de menores e colégios internos. Outros mencionaram as limitações da visita íntima que não atende senão uma faixa limitada de internos e ainda está sujeita à concordância da esposa ou companheira, que, segundo revela-

ram, nem sempre se dispõem a enfrentar as condições de semi-publi-  
cidade do encontro em parlatórios; ou, ainda, a espera de possibilidade  
material, a questão fila. Um sentenciado afirmou: “a pessoa se torna  
homossexual na cadeia por necessidade, não sou santo e o único jeito  
é este”. Afirmou outro: “mesmo quem não pratica esses atos lá fora,  
passa a praticar na prisão”. Diz um terceiro: “cheguei novo, solteiro,  
com necessidades”. Por outro lado, patenteou-se que relações ho-  
mossexuais se estabelecem na prisão comumente estimuladas por  
presentes, cigarros, objetos, certas regalias notadamente em celas co-  
letivas, e proteção contra agressões físicas ou espoliações materiais.  
Percebeu-se que em certos casos alguns presos assumem, com res-  
peito a seu par, o papel que tradicionalmente se reservou à mulher,  
lavar o cubículo, cuidar da roupa, providenciar alimentação etc. Em  
contrapartida, outros assumem certas responsabilidades característi-  
cas da posição masculina numa relação convencional; a proteção do  
outro diante de frequentes brigas, a produção e riqueza para o casal  
etc. Nessa linha foram detectadas relações estáveis e relatados casos  
que envolvem fidelidade, ciúme e até morte. Observou-se ainda que,  
no sistema de valores dos internos, a posição do pederasta passivo é  
negativamente enquadrada, de sorte que ainda quando um preso, res-  
peitado pela sua valentia – os chamados faqueiros, ou matadores –, a  
pratique, o seu parceiro deverá absorver a fama. Uma pergunta objeti-  
vava conhecer a opinião dos presos a respeito da conduta homosse-  
xual, 105 deles, ou 35% a consideraram normal, 33% sugerindo que  
deveria receber tratamento, ou (2%) orientação; 124, 41,3%, opinaram  
que não deveria ser punida tal conduta nem caberia qualquer espécie  
de interferência social; entre o grupo que reagia punitivamente, 17,3%,  
consideraram infração, 5,7%, se inclinavam no sentido de castigar-se  
apenas a homossexualidade masculina e, entre esses, 4% sugeriam  
nada menos que a pena de morte. Esses números fornecem uma indi-  
cação do que possa ser um angustiante trânsito do preso entre seus

preconceitos, machismo, força, dominação e a experiência sexual que lhe é possível, lá onde o desvio é o parâmetro de si mesmo. A questão da agressão sexual costuma ser minimizada porque os penitenciariistas habitualmente creditam um episódio na conta da violência e nada lançam na conta da sexualidade. Entretanto, enfocar tais ocorrências, como o atentado sexual de vários presos contra um velho interno durante crise epilética, que nos relata Manoel Marcos, do ponto de vista de um comportamentismo neutro, parece uma redução canhestramente equivocada. Dos 300 presos investigados na pesquisa que é apreciada, 117 (39%), responderam afirmativamente sobre a ocorrência de agressões sexuais nos presídios; 40 (13,9%) responderam que isso acontece às vezes, mas não com todos; 24 (8,3%) afirmam que hoje em dia não ocorre mais; 107 (37,2%), negaram o fato e 12 se recusaram a responder. Diversos casos foram relatados e o modelo mais frequente é o atentado sexual cometido contra o recém-internado, que deve interessar ao processo de sua subjugação pelos esquemas prisionalizados de poder. O problema do xerife etc – alguns atribuíram tais episódios à existência de celas coletivas predominantes no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Examinaremos a seguir um caso individual, a pessoa entrevistada esteve presa aproximadamente 12 anos num estabelecimento do Rio de Janeiro, no qual ingressou em 1966. Foi alojado inicialmente em cela coletiva com capacidade estimada em 10 homens, porém que abrigava quase 50. Mais tarde dividiu cela com outro preso e, por fim, recebeu um cubículo individual. Na cela coletiva a homossexualidade era praticada à vista de todos, o que pode vincular-se ao grande número de casos do exibicionismo da crônica presidiária. Bem como agressões sexuais: “geralmente por três contra um, sem que ninguém ousasse intervir”. Mencionou que na triagem dos presos novos havia suborno aos guardas para que destinassem rapazes bonitos para determinadas celas. Esclareceu que a maioria dos crimes praticados na prisão é devido a ciúmes, “adultérios”, e desres-

peito às relações homossexuais. Ao contrário do que muitos pensam, o homicídio de Gregório Fortunato não teve conotação política e foi motivado por seu interesse sobre o parceiro, chamado na linguagem presidiária garoto, de um sentenciado de nome Ceará. Referiu-se a um caso muito conhecido nos presídios, ocorrido há 30 anos. Havendo ingressado no sistema prisional para cumprir pena de reclusão de 2 anos, por estelionato, um condenado de alcunha Ramiro do Ralo foi violentado por três internos, os quais por vingança sucessivamente matou, daí decorrendo condenações que totalizaram 64 anos. Descreveu o comércio de garotos cujo preço pode oscilar de um rádio de pilhas a um aparelho de televisão, preço este que é pago ao dono do garoto – este último não tem como opor-se à negociação. Descreveu, o entrevistado negou ter entretido relações homossexuais, o que pode ser verdadeiro, embora extremamente duvidoso, ou debitável ao receio de estigmatização, pois se encontra em liberdade, em processo de reconstrução pessoal em nível social. Confessou, todavia, a prática reiterada de masturbação. Existe também um comércio de revistas e calendários com estampa de mulheres nuas. Sobre a visita íntima, sua opinião foi abertamente favorável e consignou uma redução no volume de crimes passionais após a vigência daquela medida que foi implantada durante sua longa permanência. Todavia, observou que a visita íntima não exclui a prática da masturbação, nem em todos, da homossexualidade. Salientou que muitos presos são ligados às prostitutas e, da prisão, através da visita íntima mantêm a mesma relação de dominação. Confirmou-nos uma informação que foi obtida de um alto funcionário no sentido de que os presos acreditam que a mulher grávida não trai e fazem tudo que está ao seu alcance para engravidar as esposas e companheiras através da visita íntima.

Como se viu, não foi objeto de nossa atenção, à míngua de elementos concretos, o problema da sexualidade nas prisões femininas. A literatura penal reputa da maior qualidade, inclusive porque normal-

mente, segundo registram alguns trabalhos realizados, não no Brasil, existe com muito maior incidência a participação das guardas femininas no problema da homossexualidade feminina das prisões. E curiosamente as regras mínimas da ONU impõem, em especial a regra 53, número 3, que a guarda de prisão feminina seja feita por mulheres. Também fugiu à nossa apreciação a questão paralela de certas experiências, como, por exemplo, a inglesa do tratamento de condenados por crime sexual através de implante hormonal. Desculpem-me por essas omissões, invocando como defesa o muito escasso tempo de que dispus para o preparo dessa intervenção, que de resto apenas almejou – na tradição de um dos criadores do penitenciarismo, John Howard – humildemente recolher material de autenticidade indisputável e submetê-lo ao estudo de quem disponha do correspondente instrumental teórico. Muito obrigado.

### **Carlos Villamor**

– O tema que nos convoca é o sexo nas instituições. Há que se pensar nisso que Freud chamava o mal-estar na cultura. Nesse título e nesse dito de Freud se encontra um dos pontos dessa contradição entre ideologia e ciência. Freud disse que é um mal-estar na cultura na medida em que quanto mais os homens acumulam poder e saber, mais profunda se faz sua insatisfação, a insatisfação de seu desejo. Freud apresenta isso como uma perspectiva pessimista para a espécie humana. O homem vai perdendo sua capacidade de ser na medida em que pode mais, que sabe mais, que domina mais a natureza. Se pensarmos que esse conceito de cultura tão ambíguo é o modo como articula uma sociedade no conjunto de suas relações de produção e de suas relações sociais, e que essas relações sociais estão regidas por um conjunto de sistemas e normas que vão definindo distintas regiões institucionais. Surge esse problema de que o domínio do homem sobre a natureza do homem e sobre si mesmo, dizia Freud, que vai produzindo uma progressiva insatisfação, que para o pensamento

deste, seria sem saída. Para Freud, o domínio próprio da ideologia foi para dizer-nos que essa cultura é a cultura própria da formação de uma determinada sociedade e que essas sociedades estão regidas por um modo de exploração do homem pelo homem, que conhecemos como capitalismo. Nós pensamos que esse silêncio ideológico tem sido um dos silêncios fundamentais sobre como se originou toda a teoria e toda a prática psicanalítica. A cultura não é universal. A cultura é a cultura que se pauta em distintas formas institucionais, é sempre a cultura de um sistema de classe, de um sistema de propriedade, de um sistema de produção. Para pensar essa relação a respeito do sexo e as instituições, deixo o registro imediato da insatisfação do desejo cada vez maior, dessa aparição de sintomas cada vez mais fortes de insatisfação do desejo. Nós temos que nos remeter a um contexto teórico para analisar a sociedade, que não seria esse contexto teórico naturalista, produtor de uma noção da essência humana, que a universalidade do conjunto das relações produtivas, que não dão uma imagem de homem em cada uma das sociedades que analisamos. E pensamos então essa limitação dizendo que vamos nos referir a uma sociedade cujas instituições estão pautadas por essas normas de poder, por essas normas de relações sociais, por esse sistema de relações produtivas e de propriedade, que são as instituições na qual estão se constituindo desde o nascimento até a sua morte, o processo da formação do homem. Vamos todos à primeira instituição, a instituição da família e que essa instituição nessa sociedade que estamos analisando, a instituição da família é aquela instituição na qual se constitui física e sexualmente o rito humano desde antes do seu nascimento. A família se constitui em um conjunto de gerações que irão ocupar um lugar sexual e um lugar nas práticas produtivas sociais. A família então é produtora de seus ritos determinados, posição de classe de agentes produtivos sujeitos a uma relação de produção e a uma relação de propriedade e de sujeitos sexualmente determinados por uma normatividade própria dessa

sociedade. Podemos argumentar que o conceito de sexo é um conceito confuso que requer diversas determinações. Na concepção naturalista, essa ideologia naturalista, que trata de encobrir a problemática fundamental da sexualidade humana, afirma que o sexo é um puro determinante biológico instintivo, que homens e mulheres estão determinados por sua constituição biológica a ocupar um conjunto de lugares sexuais diferenciados. Contudo, o aporte científico da psicanálise nos remete que não. Que a sexualidade humana é diferente essencialmente dessa sexualidade biológica, que o desejo é um desejo que se apoia em questão da constituição biológica genital do corpo, que diferenciaria exclusivamente o sexo para naturalismo. Então, nós encontramos que o sexo psíquico, elaborado por um conceito da psicologia psicanalítica, ou pela psicanálise, que esse sexo psíquico é sexo diferente, mas que será do sexo social, que está pautado institucionalmente em um conjunto de normas, pela qual o sujeito irá receber a marca de seu sexo da formação social que lhe dá seu destino, antes do nascimento. Essa instituição marca a diferença entre os dois sexos.

Dessa maneira a família é um aparato ideológico, reproduzidor de agentes sociais produtivos, introduzido a partir da limitação do sexo social, desse conjunto de pautas facilmente visíveis, por quais se define o lugar do homem e o lugar da mulher em uma formação social. O sexo se institucionaliza a partir destas pautas. Em uma sociedade opressiva as pautas institucionais do sexo são as pautas que produzem esse profundo mal-estar que registramos em todos os homens contemporâneos com o desejo. As pautas da marca social, da diferenciação sexual no lugar do homem e no lugar da mulher são aquelas que ditam que homens e mulheres ocupem lugares que são sítios de alienação. Nesse sistema, as formas de produção e as formas sociais gerais da relação humana nessa estrutura da família, que podemos apresentar com a produção teórica do pensamento antropológico, as estruturas de parentesco, estão determinadas como efeito das formas sociais



produtivas sob as relações de propriedade. O que vemos apresentar-se na teoria antropológica, a partir das investigações sobre as estruturas parentais que se desenvolveram nos últimos anos, é que esse sexo como sexo social está determinado no curso dos distintos modos de produção que se sucedem na história por marcas, que são marcas sociais. Convém levarmos em conta esses conhecimentos, todos aqueles cuja prática está articulada nesse domínio chamado de saúde mental. Essa definição de sexo social, essa caracterização que determina nossa prática segundo as determinações normatizantes sociais e convenções vigentes, uma vez questionada, nos confere certa liberdade. Se a família não ocupa exclusiva ou predominantemente esse lugar, se não é a principal estrutura desde a qual, a partir da resolução do chamado complexo de Édipo, emerge o sujeito que deseja, a família não é esse lugar institucional onde se produzem as marcas da normatividade sexual de uma formação social. As crises histórico-sociais da sexualidade estão vinculadas – e claro – com as crises da família. Mas essas crises são parte de processos históricos muito mais amplos. O processo de liberação do desejo passa por um questionamento dos lugares, da estrutura familiar clássica, mas por essa condição de clássica é importante que tenhamos em conta a análise do problema do sexo como instituição e nas instituições. A “família” (dito em sentido lato) não é esse lugar onde ocorre a relação da menina e o menino, do papai e da mamãe. Tampouco as diversas correntes estruturalistas afirmam que essa estrutura onde papai, mamãe e criança são os lugares materiais de um conjunto de funções estruturais esgotam a constituição do sujeito sexuado. Além disso, papai e mamãe estão representando para a criança as formas pelas quais se vai articular como agente que ocupa um lugar determinado no mundo da produção. A condição social, a condição de classe vai marcar os determinantes sociais da sexualidade do sujeito. O psiquismo, o sexo psíquico e o sexo desejante estão transpassados de um modo contínuo pelas marcas sociais da sexualidade. Temos en-

tão que, para falar de sexo, não serve apenas essa distinção, apesar de que não é uma posição ideológica encobridora, entre sexo biológico e sexo psíquico. Além disso, teremos o terceiro elemento, o sexo social cujas determinações incidem, fundamentalmente, em que a adaptação sexual do sujeito psíquico, a canalização do seu desejo pelo sistema das relações sociais se articula segundo o imperativo de que a vida sexual existe para produzir como resultado um efeito procriativo. É preciso levar em conta que integrar-se à série de gerações como ser social para produzir filhos, obedece que essa produtividade se encontra predestinada, numa sociedade em que as relações entre homens se apresentem como relações entre coisas, a adquirir um caráter fetichista. E esse caráter fetichista faz com que as marcas sociais do sexo, a procriação, como a procriação normativizada, como forma de adquirir a normatividade sexual, se converta em uma relação calcificada onde o filho é uma coisa. Pensemos em um conjunto de conceitos interessantes construídos pela teoria psicanalítica, por exemplo, a teoria das representações que constituem os valores eróticos máximos em cada etapa do desenvolvimento do psiquismo e que se equivalem entre si. Todos sabemos que numa etapa, numa fase, a fase anal, Freud descobre, através de um rico material clínico, uma equivalência inconsciente entre fezes e dinheiro, que está marcando que a analidade, como fase erógena do desenvolvimento psicosexual, se articula ao conjunto das relações monetárias, que confere um valor erógeno ao equivalente geral dinheiro que é o operador central da formação social na que o sujeito se constitui como sexuado. Mas essas equivalências não são correspondências igualitárias. Para a mulher aparece uma equação simbólica mais interessante ainda, porque as fezes na fase anal não se igualam a dinheiro, a analidade não é marca psíquica de diferença entre sexos. Na mulher essa equivalência se dá com o filho. Mas essa diferença não aparece totalmente clara na teoria freudiana, o que parece ser um efeito ideológico, próprio de alguma negação da divisão

do trabalho reprodutivo do capital nos começos do século vinte. Um limite ideológico interessante, segundo que se perde uma sutileza na percepção de uma diferença. A produção do sujeito psíquico masculino, se articula em um conjunto de relações sociais onde o homem só tem valor (tanto na economia social como na libidinal) na medida em que tem força de trabalho e cuida de vendê-la por dinheiro; se torna assim (ou não) proprietário de algum capital monetário, no qual se espelha e com o qual goza. Para a mulher, esse espelho é o filho, que será, por sua vez, produtor de outros filhos ou de dinheiro (segundo o sexo social) que articulados numa economia liberal adquirem o lugar de um fetiche, como o valor erótico de uma mercadoria. Esses tipos de conceitos são fundamentais para analisar e discutir a relação instituições/sexo, como as instituições se articulam na sociedade onde esse equivalente geral, que é o dinheiro, as relações apresentem a forma das relações entre coisas e que essas relações entre coisas articulam a sexualidade como uma coisa. Acredito que nessa nuance da teoria psicanalítica nos encontramos com conceitos perfeitamente articuláveis, como o do papel do dinheiro no capitalismo, que são próprios da ciência dos modos de produção econômica ou material. Pensando nesses conceitos, é possível entender uma assimetria, uma polaridade histórica sobredeterminada na constituição da sexualidade masculina e feminina, mas que, em última instância remete a um modo de normalizar a sexualidade em relação à produção, intercâmbio, mais-valia e acumulação de dinheiro, que é o amado do modo de produção capitalista. Muito me interessa discutir com vocês, e aproveitar a palavra dos companheiros que tanto nos fornecem, só como um exemplo, me refiro ao dito por Franco Basaglia. Agradeço e vou terminar minha intervenção aqui.

### **Shere Hite**

– O que eu queria deixar claro é que nós vamos agora falar sobre o sexo como uma instituição. É que da maneira como fomos

educados, nós estamos acostumados a utilizar a palavra sexo em singular como eufemismo. Para definir sexo haveria que empregar várias palavras diferentes, algumas das quais existem (embora não sinônimas) – e algumas haveria que inventá-las. Por exemplo: que relação de significação existe entre sexo e sexualidade, erotismo, homem e mulher, masculino e feminino, masculinizado e feminilizado, virilidade e feminilidade? Pode-se ser um homem feminino, isso é o mesmo que um homem afeminado? Ou uma mulher viril é o mesmo que uma mulher masculinizada? O que é um ser humano assexuado? Como se denomina um ser humano sexuado e sem erotismo, ou sem prazer? Porque as pessoas costumam fazer confusão entre espécie e gênero? Como se define convincentemente a diferença entre sexualidade ativa e passiva? Quando se define intersexual ou transsexual no nível de caracteres sexuais primários, secundários e terciários inextricavelmente misturados e expressos em mínimas manifestações, é possível definir cada uma dessas combinações? O voyeurismo, o fetichismo, o sadismo, o masoquismo, o exibicionismo, o bestialismo, a necrofilia, podem ser definidos precedentemente como masculinos ou femininos, ou cada um deles é um sexo?

O sexo em si é uma instituição, as pessoas dizem que sexo “é aquilo que os animais fazem, ou seja, é biológico”, mas elas estão dizendo que o sexo da maneira que nós conhecemos é que costumeiramente é definido. Existe uma feminista nos Estados Unidos que diz que a forma como você fala de seu corpo é como você se define intimamente e isso é o que importa. E isso inclui a forma em que você se dá ao orgasmo. O sexo como nós o conhecemos, vem da ideologia da reprodução, que é derivado de uma ideologia patriarcal. Nós não sabemos exatamente a idade do patriarcado, mas dizem que deve ser uns 3000 anos. Fatos de pesquisa dizem que a história volta atrás uns 40.000 anos, nesses 40.000 anos a maioria dos períodos não foram totalmente patriarcais, algumas pessoas dizem que antes foi matriar-

cal. Não se sabe o suficiente sobre essas sociedades arcaicas, mas muitos afirmam que foram patriarcais. Há mais ou menos 3.000 anos atrás quando as etnias hebréias retornaram do exílio egípcio, fizeram uma lei por escrito, pela primeira vez na história que nós conhecemos, que dizia que qualquer coisa que envolvesse o ato sexual puramente hedonista era contra a lei. Isso era muito estranho em relação ao fato de que as etnias vizinhas tinham variadas práticas sexuais e as mesmas não eram consideradas pecaminosas. Por exemplo, a história que preconiza que o destino de Sodoma e Gomorra foi um castigo divino, seguramente não foi escrita por um desses “devassos”. Mas alguns acadêmicos já afirmam que essas sociedades tinham uma espécie de indiferença (que sabemos propriamente feminina) com as distinções sexuais genitais taxativas – portanto, tinham uma sexualidade diferente – não especialmente orientada num sentido reprodutivo de nenhum valor que não fosse o prazer. No entanto, uma aldeia pequena, 3000 anos atrás, parece que pode incrementar o seu poder através da produção de filhos. Então, fazia bastante sentido outorgar essa lei. Não sabemos por que, mas o fato é que os homens estavam passando a exercer o poder sobre os filhos, então eles queriam possuir os filhos. Naquela época então os filhos eram a base do poder da família, da sociedade. Hoje em dia é a tecnologia, o armamento e o dinheiro. Para que então os pais pudessem possuir os filhos, e com eles diversos tipos de continuidades, foram instituídos o casamento. Isso não significa que pessoas que não casassem não se amassem também. O casamento foi constituído como uma instituição político-econômica, segundo a qual o homem teria posse do corpo da mulher, e de seus produtos, os filhos. As leis que existem na maioria dos países e nos Estados Unidos seguem essas leis, ou seja, que está proibido o adultério dentro do matrimônio. A mulher, em muitos países, tem que conseguir a permissão do marido para ter uma conta bancária, ela não tem direito sobre o nascimento dos filhos ou controle dos filhos, ou

para praticar, por própria decisão, um aborto. A maioria das relações de parentesco são patrilineares – ou seja – tanto a esposa como o filho recebem o nome do pai. Isso sem falar de certas comunidades do Oriente Médio, onde as mulheres são, literalmente, escravas. Então, foi instituído um padrão conjugal praticamente de reprodução física; a ideia de que você pode relacionar-se integralmente com uma pessoa é totalmente perdida. Se as pessoas não se comportam seguindo determinados padrões, tendo sexo em determinadas horas e formas, elas devem consultar um médico, e todos dizem que as mulheres devem sentir o orgasmo através do estímulo correspondente e na forma em que os homens o sentem. Por exemplo, não é bem visto que as mulheres, durante o coito, sintam o orgasmo com o uso masturbatório das mãos. Está claro que qualquer mulher pode ficar grávida (que é o que a sociedade espera dela) sem orgasmo, então por que é lógico dizer que ela tem que ter um orgasmo com um coito convencional? No entanto, repetidamente nós notamos isso ocorrendo todas as vezes. A própria terapia sexual já é uma instituição que diz que, por exemplo, se o homem não mantém a ereção dele o necessário para manter um intercurso sexual convencional, ele deve consultar um médico também. Todo o pensamento de Freud foi derivado também de pressupostos patriarcais. Então, para concluir agora esse ponto, devemos encarar a questão sexual nessa perspectiva histórica e perceber que não existe nada de errado com outros tipos de relações físicas, só que elas foram proibidas para exclusivizar a reprodução, e que temos que mudar radicalmente, não para ter uma nova definição da sexualidade, mas para não tratar de definir mais, senão para “desdefinir” o que é sexo (especialmente “normal ou “anormal”). Ou seja, que as relações pessoais eróticas deveriam ter um vocabulário pessoal. Mas eu não sei se é possível chegar a esse ponto, porque, será que é possível eliminar as instituições? Espero que sim. Isso envolve lutas e discussões. Obrigada.

## **Franco Basaglia**

– Eu vou falar por último e estou em uma situação de incerteza, sobretudo porque devo falar do problema sobre sexo com a presença de uma feminista. Acredito que todas as pessoas que falaram antes de mim, fizeram a sua parte de acordo com as suas especificidades. O jurista examinou o grave e horrível problema da prisão e toda brutalidade sexual que acontece na prisão e das atuais legislações, através de técnicas bem precisas, ou seja, evidentemente que essa lógica premia o castigo e isso determina, no problema do sexo na prisão, a permissão de relação sexual. Eu diria que é uma crueldade ainda maior a não permissão de relação sexual, pois se forma um comércio sexual que é muito similar à lógica capitalista, à lógica do lucro. O amigo argentino falou de maneira muito precisa do problema sexual referindo-se ao problema da família e disse outras coisas com as que se pode concordar menos, de acordo com a interpretação, porém falou de espaços bem precisos.

Impressionou-me uma coisa que disse Shere Hite, que nós não podemos fazer nada menos que uma desconstrução e que se precisa encontrar uma maneira de criticar a lógica da opressão institucional através uma liberação que seja um processo também sexual.

Eu sou psiquiatra e, portanto, falo do problema psiquiátrico de sexo no manicômio. E eu digo que me envergonho de falar dessas coisas feministas, porque sou obrigado a fazer um discurso feminista. É a pior coisa que um homem pode fazer. É uma das coisas piores, porque pareço como um padre progressista, ou seja, o pior portador da liberdade dessa situação, porque na lógica de relação homem e mulher, o homem consegue apropriar-se também do problema de libertação da mulher.

Pois bem, eu estou falando do problema do hospital psiquiátrico, dos manicômios. Vou dizer coisas muito notadas, banais. Que a homossexualidade é a regra como na prisão. As instituições fechadas

determinam um desvio sexual que é a homossexualidade; no mundo “livre” a homossexualidade está virando uma escolha, perde o conceito de doença e vira uma escolha de parceiro. O problema da homossexualidade como pecado, desvio etc é velho como o homem, e é somente um meio de controle social, ao qual os homossexuais se rebelam. Mas que também é um grande elemento de loucura, para quem não é homossexual. É evidente como a homossexualidade no manicômio não é uma escolha, mas é um fato oficialmente produzido por situações que não respondem as necessidades dos internos. Se nós prestarmos atenção ao que a ciência diz sobre a homossexualidade na prisão ou no manicômio, veremos, por exemplo, que o doente tem uma intersexualidade, que devem de qualquer modo descarregá-la. Eu gostaria de ver se o Dr. Emil Kraepelin fosse internado dentro de um manicômio, se ele viraria homossexual ou não.

O problema principal, por exemplo, é que quando existiam muitos tuberculosos, quando tinha uma internação conjunta entre os dois sexos, acontecia que essas pessoas no interior da comunidade de tuberculosos tinham relacionamentos sexuais. Os médicos que estudaram infectologia, pelo menos os que têm mais ou menos a minha idade, dizem que na tuberculose existe uma intersexualidade. O que pode fazer um homem e uma mulher que estão juntos todos os dias esperando um evento amoroso que não acontecerá nunca? Eles têm evidentemente uma situação de privação da sua sexualidade que deve ser compensada naturalmente. Vejamos sem ir muito longe o horror do manicômio e da homossexualidade, vejamos o que acontece no momento no qual se abrem os manicômios, eu gostaria de demonstrar que isso é feito com técnicas particulares. A situação não muda absolutamente, mas se recicla.

Eu diria que nos manicômios acontecia, não sei se é assim em outro lugar, que quando o diretor gostava de algum doente, ele o deixava fazer uma caminhada pela cidade e dava dinheiro para a enfermeira



procurar-lhe uma prostituta. Dizia “pobrezinho, ele está em uma prisão, é uma pessoa boa, portanto vamos lhe dar uma prostituta”. Isso evidencia que para a reabilitação sexual desse homem é necessário que alguém pague pela sua liberação e naturalmente quem paga essa mulher se torna proprietário do homem que usufrui desse serviço. Quando se abre o manicômio e se libera o manicômio, acontecem muitas coisas interessantes, pois todos esperam por uma orgia sexual na qual os homens atacam as mulheres. Isso não acontece, porque começam a vivenciar uma relação particular nessa situação aberta na qual o sexo se socializa, então começam os relacionamentos, existe uma vida que lentamente se identifica com a vida “exterior”, diria que é significativo ver como o homem imediatamente se reapropria outra vez da mulher, como acontece nas melhores famílias. O problema do sexo é que, uma vez liberado desse horror da homossexualidade forçada, vemos que se repropõem os mesmos mecanismos contrários às expectativas da mulher livre. O homem e a mulher livres, repropõem os mesmos mecanismos de opressão que tinham na vida normal. Uma vida normal na qual institucionalmente existem dois sexos e se diz que existem só dois tipos de sexualidade. Isto é para mim uma greve de fome, mas profundamente falsa: existem duas sexualidades artificialmente produzidas, mas a sexualidade é somente uma. Nesse momento no qual nós procurarmos buscar uma natureza da sexualidade e não uma ideologia da mesma é quando se muda completamente, porque não tem mais o problema geral e vago da opressão sexual, tem-se o problema de duas pessoas no tribunal de uma opressão do homem sobre a mulher. No momento no qual se tem uma possibilidade de liberação recíproca, em torno de um escopo bem preciso, é que viver a diferença de ser homem e de ser mulher não torna uma contradição o fato de viverem juntos. Não acredito que nós devemos estar presos dentro de uma instituição matrimonial da qual nós não sabemos nos liberar; repito que nós não nos podemos liberar do sexo, mas podemos escolher sexo e

parceiro livremente. Repito o que eu disse outro dia em relação a uma situação geral, se nós não encontrarmos unidade na diversidade (o simples fato de que todos somos diferentemente sexuados), o homem e a mulher evidentemente serão diversos, mas segundo a diversidade contraposta com que a ideologia do poder nos envolve, que cria uma divisão dilemática altamente falsa. O problema da libertação da mulher não é só um direito da mulher, é um elemento muito importante para que o homem possa finalmente viver em harmonia com a mulher, mas também com sua própria sexualidade. É muito difícil, é muito complicado, mas é mais fácil que o relacionamento com o louco, porque essa condição coloca como inevitável uma relação de opressão-oprimido se nós não conseguirmos romper a lógica da ideologia dominante sobre a institucionalização dos relacionamentos entre “normais” e “anormais” Eu acabei. Obrigado.

### **Coordenador não identificado**

– Temos aqui uma pergunta para o Nilo Batista. Eu gostaria de fazer um apelo a vocês. É o seguinte: nós entendemos que a curiosidade é grande, que o acontecimento intelectual como o deste Simpósio se realiza muito raramente, que eu já vi algumas pessoas que eu estou conhecendo agora, que estão aqui atrás de mim desde domingo e que acabaram de passar, uma inclusive me fotografou. Quer dizer, a curiosidade é muito grande de todos os lados. Mas, contudo, nós estamos cansados, Basaglia disse que não está cansado, ele usou a expressão estou destruído porque tem três dias que nós estamos mais ou menos em uma maratona. Então, eu ficaria agradecido se apenas o Batista respondesse, se Villamor quiser falar alguma coisa e nós daríamos por encerrado porque realmente estamos bastante cansados.

### **Interlocutor não identificado**

– É uma pergunta só sobre: “Gostaria de saber como é encarado legalmente o problema da visita íntima em manicômio judiciário. Não há manicômio judiciário com direito a visita íntima?”

### **Interlocutor não identificado**

– Eu queria agradecer aos convidados nacionais e internacionais, mas especialmente queria dizer que deste Simpósio seguramente vai restar muita coisa; especialmente, como acontecimento cultural provocativo, um estímulo para outros futuros acontecimentos, nós devemos isso aos organizadores, aos convidados nacionais e estrangeiros (todos grandes nomes com grandes ideias), mas especialmente ao empolgado público. Obrigado.

# CURSO: “GRUPO OPERATIVO E GRUPO TERAPÊUTICO”

*Armando Bauleo*

## **Armando Bauleo**

– Na realidade, para começar a pensar este tema, devemos ter claro que provavelmente não falamos de “naturezas” grupais diferentes, mas de como esses grupos têm sido institucionalizados. Desde esse ponto de partida, talvez compreendamos que não se trata de colocar a questão em termos de grupo operativo versus grupo terapêutico, ou da importância de diferenças que, depois, talvez não resultem essenciais; o que também é importante é que, segundo se coloque o problema, isso pode situar-me como expositor, de um lado ou de outro, numa situação dilemática, ou conflitiva. Isso não é nem operativo, nem terapêutico. Por isso, tratarei, neste relato, de enfatizar as afinidades entre essas duas práticas para depois examinar se existem muitas diferenças e se elas são taxativas. Creio que a abordagem desse tema pode ser mais esclarecedora se partimos de um exemplo prático, que comentarei um pouco mais para frente. Mas, antes disso, procurarei responder a dúvida de um companheiro acerca de se a formação de grupos, com uma finalidade pré-definida, não torna essas agrupações muito artificiais.

É possível que tanto um grupo formado para funcionar como operativo, como outro integrado para ser terapêutico sejam, em certo sentido, artificiais. Mas antes de voltar a remeter-nos ao problema de como se define um grupo “natural” (por oposição à “artificial”): seriam “naturais” os grupos pré-formados ou os formados espontaneamente? Creio que não é nada difícil que cheguemos à conclusão de que não existe um grupo “natural” puro, que todos são constituídos, por assim

dizer, “para fazer algo”. E que chamamos de “natural” ou de “não artificial” nada mais do que aquilo que foi instituído e organizado há muito tempo e em muitos lugares, mas também com finalidades e normas bem definidas. Mas, por outra parte, no caso dos grupos operativos e terapêuticos, é verdade que se conserva certo limiar de artificialidade, que é instrumental e necessário para que os participantes se permitam e consigam extravasar suas mais reservadas fantasias, assim como suas mais veementes paixões, com uma certeza de que isso não será tomado rigorosamente como autêntico e não trará consequências “realistas” incontroláveis e irreversíveis. Esse “clima” semiartificial permite que os participantes dos grupos consigam observar como aprendem e como desaprendem, como amam, como odeiam e mudar essas modalidades produtivamente etc.

#### **Interlocutor não identificado**

– Essa situação ocorre na vida real também. Os outros são espelhos sempre; na vida real, também, não há grande diferença entre uma e outra situação.

#### **Armando Bauleo**

– Perfeito. Mas entre todas as diferenças com a vida real, é importante destacar que na vida real o que acontece é que os outros não se empenham em lhe observar para dar feedbacks sobre como você funciona, como na situação “artificial”, na qual um dos objetivos principais é esse; ademais, estar coordenado por alguém com uma dedicação exclusiva para fazer isso. É na situação “artificial” que você vai perceber como você repete, como você se maltrata e maltrata os outros, vai lembrar o que, sem você saber, não quer lembrar etc. O grupo e o coordenador vão marcar o que você está dizendo ou fazendo agora com o que você falou ou fez três meses atrás.

#### **Interlocutor não identificado**

– Seria mais flexível porque existe a possibilidade de correção,

de feedback, tudo é muito mais evidente e melhor explicitado, mas nem por isso deixa de ser um grupo real. A minha preocupação é com a realidade do grupo. Acho que o grupo, por não ter uma forte vertente experimental, deixa de ser também real. É importante o grupo ser real para ter as mesmas barreiras, para ter os mesmos problemas de todos os níveis de linguagem, de comportamento, de afetos que existem na vida real, senão a transposição da aprendizagem me parece que fica também artificial.

### **Interlocutor não identificado**

– O que me assustou foi que você estabeleceu um limite muito operacional entre produção dentro do grupo e produção fora do grupo. E eu acho que, inclusive, é a dúvida aqui do colega. Então, essa maneira operacional, será que o grupo é realmente alguma coisa tão atípica? Será que o indivíduo que passa pela experiência não tem alguma mudança existencial na sua vida contemporânea? Quer dizer, alguma coisa de concreto e de real não muda nessa pessoa que está passando pela experiência grupal? Então, como você pode medir realmente uma produção dentro de um grupo? Você terá que ter esse dom de detectar uma mudança dentro do grupo, mas também de reconhecer e avaliar aquela mudança na existência extragrupal? É a minha dúvida.

### **Armando Bauleo**

– Um momento, companheiro. Creio que não me expliquei bem. O que eu estava dizendo é que não é que o extragrupal é propriamente realidade e o grupal é inteiramente artificial, e que não se pode, e não se deve, correlacionar mudanças dentro do grupo com outras que acontecem paralela e correlativamente fora. Na verdade, duas coisas têm que ser destacadas: a primeira é que se o trabalho grupal não gera mutações fora, ele não serve para nada; mas a segunda é que, geralmente, no trabalho habitual de grupo, o coordenador só sabe das transformações fora através dos relatos das diferenças que os membros do grupo exprimem dentro – e nem sempre essas mudanças são

simultâneas – frequentemente o coordenador pode não se inteirar delas. Mas de que mudanças estamos falando? Por que temos que falar da mudança? Porque acontece ou não uma modificação que está ligada à realização de uma tarefa proposta no grupo que esteve sofrendo uma série de dificuldades ou porque se trata de um câmbio ligado com um problema colocado, explicitamente ou não, durante o percurso do grupo. Porque o dispositivo grupal serve para levantar ou evidenciar problemas, tanto quanto para resolvê-los. Porque chegam momentos determinados na vida grupal em que todos vão se conhecendo cada vez mais e se potencializa muito a capacidade de formular os problemas e de inventar soluções, tanto grupais como individuais. Sendo que essa diferença não tem demasiada importância, porque o funcionamento é sempre coletivo, e a individualidade tanto como a grupalidade também se inventam. Porém, o que acabo de dizer não se confunde com momentos da dinâmica grupal nos quais o grupo se percebe (ou não se percebe, mas está) sendo artificial. Cuidado, porque, nesse estado, o problema consiste nesse funcionamento ou nesse sentimento de artificialidade, de fingimento ou de inautenticidade. Mas o estado em si mesmo não é nada artificial. A questão é entender o que está ocorrendo, como isso vai continuar ou evoluir. Isso é outra coisa.

### **Interlocutor não identificado**

– Parece-me que houveram dois aspectos importantes aqui em termos de comunicação: um deles foi aquela frase que diz que pode chegar um momento no qual o grupo pode não servir para nada. Outro aspecto problemático foi quando foi dito que pode acontecer que o grupo esteja (digamos) artificial, ou se sinta como tal, e aí não está operando mais. Essas frases parecem que geraram um mal-estar porque se esqueceu de que a grupalidade ou o grupal é um processo de vir a ser constante. Em outro aspecto, acho que não ficou claro (por assim dizer) de que não é nada fácil controlar o fato de que uma luta com um *sparring*, ainda assim é uma luta, embora que protegida. De vez em

quando se apanha para valer.

### **Armando Bauleo**

– Pareceria que as relações grupais entre a artificialidade e a realidade ou naturalidade tocou bastante ao auditório. Por que será? Creio que pode haver uma ambivalência que oscila entre o desejo de que o processo grupal seja efetivamente intenso como para afetar a existência concreta dos participantes e, por outro lado, um medo que a chamada realidade invada o “como se” da vida do grupo e tenha consequências demasiado “realistas”. Pendula-se entre desejar um *spar-ring* que nos treine com cuidado para a luta do dia a dia, e outro que bata para valer, e transforme o treinamento numa briga de foice que nos “endureça” para guerrear em qualquer lugar e qualquer momento.

Mas, entre as condições que favorecem a diferença, sem diminuir a eficácia desse “treinamento”, estão os requisitos do contrato que se faz quando se começa um grupo, acerca de frequência, horários, lugar de reunião e honorários (se há). Por outra parte, se aceitamos usar uma terminologia própria do grupo operativo, o contrato inclui a clara estipulação da tarefa: aprender a definir uma tarefa e resolvê-la grupalmente. Provisoriamente, digamos que a tarefa, num grupo terapêutico é “curar-se”, seja como se defina esse objetivo. Entretanto, a tarefa num grupo operativo também pode ser pensada como uma “cura” dos sintomas que não permite a dupla tarefa de realizar a tarefa estipulada e a de constituir um grupo, que possa efetuar a tarefa como tal. Ou seja, o enquadre combinado, essas constantes são o que lhe dá “artificialidade” (ou “tônus”) ao funcionamento grupal, mas também o que possibilita uma segurança de que haverá limites que permitem confiar nas consequências positivas e efetivas da grupalidade. Como se interpretaria as vicissitudes de um processo grupal se não houvesse as garantias que, em parte, dão essas constantes. Por outro lado, se supõe que o coordenador tem uma formação que o capacita para ministrar o procedimento e um firme desejo de levá-lo para frente com



competência. Esse desejo se corresponde com aquele que, pelo menos em princípio e, conscientemente, os integrantes do grupo compartilham acerca de seus objetivos de tarefa ou de cura.

### **Interlocutora não identificada**

– Eu tive oportunidade de participar de um grupo operativo numa escola em que tinha uma hora fixa, uma vez por semana, de todo o corpo da escola, com uma equipe de psicólogos que também pertenciam à escola. E nesse grupo, que eles chamavam de grupo operativo, tentavam colocar todos os problemas que apareciam na escola, nas relações do pessoal daquele estabelecimento, naquela hora. O problema era que, cada vez que entre as professoras surgia alguma questão, ou era provocado um assunto que teria ocorrido mais ou menos despercebido durante o trabalho do dia, se esse assunto de alguma maneira vinha ameaçar as regras da instituição, do diretor, que era o dono da escola, o tema era cortado.

### **Armando Bauleo**

– Pergunto: o grupo estava formado pelos professores da escola?

### **Interlocutora não identificada**

– Professores, a equipe de psicólogas e o diretor e dono da escola.

### **Armando Bauleo**

– Vamos devagar. Era um grupo de professores que fazia um grupo operativo com o grupo de psicólogas da mesma escola? E o diretor onde estava? Formava parte do grupo? Ademais: quem pagava tudo isso?

### **Interlocutora não identificada**

– O diretor.

### **Armando Bauleo**

– Bem, porque é claro que o diretor tem que cuidar do sistema institucional, que, sendo uma propriedade privada, tem parâmetros e interesses que podem ser mais importantes para ele que o resultado de uma análise institucional feita com grupos operativos, e a influência que ele pode exercer sobre as coordenadoras, que são suas assalariadas, pode até inviabilizar um funcionamento correto dos grupos. Nesses casos, os coordenadores podem até conseguir analisar e corrigir suas implicações, podendo contar para isso com a ajuda dos mesmos grupos, que compartilham a tarefa; mas esse enquadre não facilita as coisas.

Por que isso é importante? As dificuldades que se apresentam têm a ver com o poder que tem alguém que paga as coordenadoras e com os integrantes do grupo também. Sua situação no grupo é duplamente privilegiada e, ao mesmo tempo, muito desfavorável, tanto para ele como para o grupo em relação à tarefa de incrementar a colaboração, o pertencimento, a capacidade de ser sinceros, de entender os outros e, em suma, o aperfeiçoamento da tarefa que os reúne e pelo qual decidiram trabalhar em grupo operativo. Dito de uma maneira pitoresca que provavelmente evoca o trato que se dá aos alunos: “Você tem que se comportar bem porque senão deixam de te pagar ou te mandam embora”. Mas esse problema, e muitos outros similares, se apresentam em todas as organizações: hospitais, comércios, fábricas, repartições de Estado etc. Por outra parte, a desigualdade pode não vir só do dinheiro, mas também do cargo, do saber, do prestígio, da idade, do sexo etc.

### **Interlocutora não identificada**

– Eu achei assim mesmo, o que me confundiu e me perturbou é que a equipe de psicólogas, pertencentes à escola, tinha certa autonomia no sentido de estruturar o que quisessem na abordagem psicológica dentro do estabelecimento. Foram elas que acharam que seria uma ótima criar um grupo operativo e provocavam situações de confli-

to que, na maioria das vezes, eram entre as professoras, com relação ao diretor. Então, era esse paradoxo que eu não entendia, porque, ao invés de solucionar os conflitos, criava e agudizava ressentimentos.

### **Armando Bauleo**

– Parece-me que esse problema aparece em toda instituição de um grupo operativo, mas também em toda contratação que tem uma deontologia (ou seja, uma ética específica e profissional própria desse trabalho). Isso ocorre, por exemplo, com os psiquiatras e os laboratórios de produtos medicinais, com os psiquiatras (ou psicólogos) que fazem peritagem de diversas especialidades tanto para organismos de Estado, como privados. Isso, que já é complexo no Estado de direito, se complica terrivelmente nos casos de ditaduras e/ou nos eventos característicos do terrorismo de Estado, nos quais o psiquiatra ou o psicólogo (e outros profissionais) chamado para participar não pode e nem deve escolher uma suposta neutralidade (que a rigor nunca existe) e não eleger (explícita ou secretamente) o lado dos dominados, oprimidos, explorados e injustiçados. Como quer que seja, um mínimo de cuidado é explicitar muito claramente suas condições para ser contratado, de forma que o contratante saiba perfeitamente o que pode esperar e cobrar do profissional. Isso não implica que o acordo vai ser cumprido. O que alguns psicanalistas denominam de “ataque ao enquadre” é uma das vicissitudes, digamos, patológicas ou antiprodutivas, previsíveis na dinâmica grupal operativa (e em muitas outras). Tampouco certas condições impostas no contrato são demasiadas “simpáticas”, mas se foram manifestadas e aceitas pelas duas partes têm que ser obedecidas. Brincando, diria que, quando, por exemplo, uma empregada chega a sua casa para ser contratada e ela diz que, para trabalhar (além de salário, horários etc): “Madame, só fico na sua casa se me der um quarto com televisão”. Mas isso acontece quando você promete a uma paciente absoluta reserva acerca do que ela expresse na sessão; ou quando você, como coordenador, recomenda aos

integrantes dos grupos igual sigilo com respeito ao que é declarado nas reuniões. O contrato deve ser claro, por exemplo, no trabalho operativo com um grupo pré-formado (digamos, um conjunto familiar). O mesmo deve ocorrer quando se trata de um grupo de pessoas avulsas, que se reúne em torno de um coordenador apenas por estar informado pelo seu reconhecimento profissional no ambiente. Quando vamos ser contratados para trabalhar em uma escola, um hospital, uma empresa, um banco etc, é preciso que se lembre de que se trata de uma organização que tem todos os vícios e virtudes das organizações no sistema no qual vivemos. O trabalho em grupos é um modo de intervir muito eficiente, mas tem contradições e conflitos que talvez não tenham solução “micro”, mas que exigem mudanças em escala muito maior.

O contrato é importante e a renúncia de qualquer das partes que não o cumpre não é apenas motivo de punições, mas de discussão para entendimento do porquê dessa transgressão. Está entendendo? Denunciar ao empregador quantas vezes ele não está cumprindo as nossas regras e permitir a ele que ele também denuncie quando nós não cumprimos as regras. Agora, o profissional fica em um dilema que também é bom que fique claro: eu posso trabalhar ainda nesse lugar mesmo cedendo algumas coisas. E deixar claro para o grupo com quem eu trabalho. Mas isso é válido até o momento em que em que as condições estão tão distorcidas que você não pode trabalhar mais. Esse é o tempo no qual as coisas ficam graves e não se pode seguir fazendo concessões. Quer dizer, flexibilizar a nossa posição até onde nós sabemos que não fique desqualificada e comprometida para os membros do grupo e, no caso no qual eles são subordinados nossos no organograma, é necessário que lhes seja dito honestamente porque estamos interrompendo a tarefa empreendida. As psicólogas de nosso caso aqui tratado devem deixar claro para as professoras o que podem fazer por elas, e o que elas podem fazer por si mesmas – tudo isso vigiando para que não exista a mínima manipulação. Todas as ci-

vilizações estão compostas por instituições, organizações, estabelecimentos, agentes, usuários e práticas. Todas se compõem de vertentes instituintes e instituídas, organizantes e organizadas, estabelecentes e estabelecidas etc. Os grupos, independentemente de que sejam internos a uma organização, também são instituintes, instituídos etc. E cada grupo tem suas singularidades próprias únicas e irrepetíveis. Vejamos, por exemplo, o caso da instituição da maternidade. À primeira vista, a maternidade nos parece uma entidade e uma prática completamente natural e espontânea, mas está cheia de leis, prescrições, regras etc. Se a gravidez foi desejada ou não, se é “legítima” ou “ilegítima”, se esperava homem ou mulher, se vai querer parir em casa ou no hospital, se vai querer e poder escolher o parto com anestesia ou não, com cesariana ou não, com presença do companheiro ou não, poder escolher o parto sem dor ou vai ser levada de qualquer maneira para uma cirurgia a qualquer hora. Se ela não vai poder escolher, eu vou dizer a ela: nessa maternidade você não pode escolher. Se vai querer ou poder dar o peito ou não, se as famílias maternas e paternas receberam bem ou não o recém-chegado. Se vai ter circuncisão, batismo, as duas coisas, nenhuma das duas. Para o que aqui nos interessa, especialmente, se a futura mãe vai querer compartilhar suas experiências num grupo de mães etc. O que estou tratando de enfatizar é que os operadores de grupo, ou nossos orientandos, têm que conhecer, antes de propor um grupo operativo, todas essas dimensões institucionais que vão estruturar o grupo. Não se trata apenas de uma escola com um dono diretor e um monte de subordinados.

### **Interlocutora não identificada**

– Os problemas que eram colocados no grupo operativo, eu não podia participar porque era apenas ouvinte. Então, os problemas que eram colocados se referiam também a questões de contrato. Agora, eu não conseguia ver a produtividade daquilo, uma vez que quando chegava ao clímax, que a coisa estava esquentando e se poderia con-

seguir resultados objetivos, a sessão acabava e, uma semana depois, quando era iniciado de novo o grupo, as pessoas que tinham colocado essas questões já estavam muito ressentidas e não queriam mais tocar no assunto. Eu não entendia a funcionalidade daquilo – estou começando a entender agora.

### **Interlocutora não identificada**

– Eu queria fazer duas perguntas. Você falou da relação de poder que havia dentro desse grupo que a companheira colocou. Realmente estava o poder econômico presente. Parece-me que dentro dessa realidade, se você está sendo pago pelo grupo que você está coordenando, o poder econômico não está também ali atuando.

### **Armando Bauleo**

– Sem dúvida, o problema do pagamento é um tema de enorme transcendência e não totalmente esclarecido. Tanto em tratamentos grupais como individuais, a questão dos honorários nunca fica de fora do processo analítico (ou como queiram chamar). No entanto, os respectivos procedimentos têm recursos para neutralizar por completo os efeitos distorsivos que o fato de haver uma prestação de serviços paga exerce sobre os objetivos mais específicos e, digamos, “puros” dos procedimentos? É preferível que os trabalhos de grupo operativo (e outros) sejam gratuitos? Importa que sejam públicos ou privados? Todas essas indagações são da maior pertinência, mas as respostas são muito complexas e discutíveis para desenvolvê-las no pouco tempo que nos resta. Apenas diremos que apresentarão dificuldades, mas que elas não são insolúveis e que os efeitos do trabalho com grupos operativos justificam que se passe por esses inconvenientes. Mas, de todas as maneiras, uma pergunta imprescindível quando se trabalha com grupos operativos não é apenas “quem fala?”, mas também “quem paga”? E que diferença faz esclarecer esse ponto.

Mas para que não se diga que a gente não diz algo a mais sobre o tema principal de nosso encontro, resumamos que o grupo operati-

vo, criação do mestre Pichon-Rivière, é uma teoria e um procedimento, predominantemente verbal (embora trate muito do corpo) destinado a descobrir os desejos, ansiedades, defesas e posições subjetivas inconscientes que se desenvolvem num grupo durante e perante a realização de uma tarefa definida e aspirada pelo conjunto, mas com a condição de realizá-la conjuntamente. Todos os componentes que acabo de mencionar podem, respectivamente, favorecer ou prejudicar a mencionada expectativa do grupo. Mas o processo de conscientização dessa dinâmica inconsciente é o que determina que o grupo possa elaborar as estratégias, táticas e técnicas destinadas a cumprir simultaneamente esse trabalho duplo de fazer a tarefa estipulada e *pari passu* a tarefa de construir a grupalidade que seja capaz de realizar o citado trabalho em conjunto. Mas experiência grupal operativa não se reduz a esse objetivo, mas inevitavelmente, se amplia para produzir um aprendizado da realidade, de como ela é, e de como conduzir-se com ela para ter uma vida sociável, produtiva e equilibrada. O grupo operativo, parte importantíssima da psicologia social pichoniana, bebeu em fontes marxistas, psicanalíticas, epistemológicas, literárias e, de uma maneira muito original, nas contribuições da psicologia social estrutural, funcionalista, de origem norte-americana, dos pequenos grupos, em especial, nas propostas de Kurt Lewin.

Como falei anteriormente, os grupos terapêuticos têm tido e têm atualmente seus momentos de muito auge. Existem a seu respeito numerosas correntes teórico-técnicas de muitas diferentes orientações e origens. É muito frequente que o psicodrama, as terapias existenciais e até as comportamentalistas se pratiquem em grupos. A bibliografia produzida sobre eles poderia encher qualquer biblioteca nacional. Na Argentina e por extensão em outros países latino-americanos, é muito difundida, aceita e praticada a terapia de grupo tal como foi exposta num já célebre livro dos psicanalistas Grimberg, Langer e Rodrigué, *Psicoterapia del grupo: su enfoque psicoanalítico*. Essas correntes têm

uma definição precisa, geralmente uma combinação de psicanálise (sobretudo freudiana e kleiniana), teoria da comunicação, psicologias sociais antes citadas etc, sobre o que é doença (individual e grupal), seus sintomas, inibições e angústias, de seu processos inconscientes e de sua cura; esta é também definida segundo os célebres parâmetros psicanalíticos: “fazer consciente o inconsciente”, “Onde o Id estava o Ego deve advir”, “Equilibrar os processos dependentes da pulsão de Vida e dos da Morte, a predomínio da primeira”, “Atingir a posição depressiva”, “Reparar danos reais ou imaginários ocasionados”, “Superar o narcisismo e o complexo de Édipo” etc. Na terapia grupal psicanalítica também se espera que os processos inconscientes determinantes da enfermidade e da cura sejam abordados grupalmente, e que a grupalidade seja uma capacidade que forma parte fundamental de certa definição específica de “normalidade”. Segundo me parece, a “tarefa”, no grupo terapêutico, não se enfatiza tão empiricamente como no operativo e, geralmente, o grupo operativo é menos permeável à mudança de composição de seus membros e de tempo de duração mais predeterminado. Os grupos terapêuticos costumam ser abertos à renovação periódica de membros e sua duração frequentemente é indefinida.

Muito obrigado.



# CONFERÊNCIA: SEXUALIDADE FEMININA (AULA Nº 1)

*Shere Hite*

## **Shere Hite**

– A terminologia relativa à sexualidade já é uma fonte de equívocos. A referente à sexualidade feminina é muito mais, e isso não é por casualidade. Por exemplo: se o ápice de um relacionamento sexual for conseguido por estimulação clitoriana e não houver penetração vaginal, é isso que se entende como orgasmo clitoriano? Mas acontece que algumas mulheres não se masturbam no clitóris. Algumas mulheres apertam suas coxas e têm orgasmos dessa forma. Então, eu acho que termos como “masturbação clitoriana” são antigos e que vieram de uma ideologia de tipo tradicional e até freudiano. A verdade é que existe um orgasmo na mulher e um orgasmo no homem. A diferença tende a ser de grau. Um orgasmo pode não ser forte, pode ser intenso, e isso depende do cansaço, da condição física, de suas emoções no momento; se você está com alguém, com quem você se importa muito, embora, algumas vezes, o orgasmo com uma pessoa é uma surpresa. Muitos e muitos fatores determinam que um orgasmo seja mais forte que outro, mas eu acho que a controvérsia sobre orgasmo clitoriano versus vaginal realmente acabou, dizendo que há apenas um tipo de orgasmo, mas que pode ser causado de várias formas e depende da configuração de seu corpo individual, de que tipo de estímulo você precisa, em que dia de seu ciclo se realiza a estimulação etc. É uma afirmação geral a de que se uma mulher pode ter um orgasmo, ela pode tê-lo com o marido dela, com outros homens e também sozinha. Perguntam-me se minhas afirmações têm algo a ver com o fato de que o governo brasileiro proibiu meu livro. Eu acho que não é só por isso.

Tenho certeza de que isso aconteceria de qualquer forma. Então, eu realmente não vejo o porquê de considerações como a que foi citada ser o tema que causou a proibição governamental de meu livro. Eu sei que existem muitos livros sobre sexo no Brasil, então eu não acho que o veto seja pelo fato de que meu livro discute sexo. Eu acho que o que incomoda é a dimensão política de meu livro. Meu livro discute sobre os direitos das mulheres e eu acho que esse seja o problema aqui. Tenho aqui uma pergunta sobre masturbação. Essa aqui é uma pergunta especialmente interessante. Diz assim: qual é a opinião acerca daquelas pessoas que se masturbam e não sentem vontade de fazer sexo com mais ninguém naquele dia? Creio que o fundo da pergunta é se isso é normal ou anormal. A resposta é que essa distinção não é algo que me preocupe. O importante é que a pessoa se deixe levar para um estado propício para desfrutar do sexo, mas fazer sexo com outra pessoa, homem ou mulher, frequentemente, implica que ele ou ela podem se sentir muito tensos(as) e, assim, é muito difícil ter um orgasmo. Por isso, às vezes, uma masturbação é preferível. Eu aposto que a pergunta se refira especialmente às mulheres, pois esse é um problema típico para a mulher. Muitas mulheres dizem que “Ao mesmo tempo, gostariam de ter um orgasmo de ambas as formas, com pessoas e sozinha”. Esse é exatamente um ponto muito válido. Eu acho que é muito difícil para as mulheres, às vezes, se sentirem livres quando elas estão com os homens, porque nos foram ensinadas tantas coisas negativas que é lógico que tenhamos muitas dificuldades. Nossa condição exige muita solidariedade, devemos unir-nos para ajudar-nos porque, de outra forma, não teremos nenhum direito. Por referência à questão sexual que estamos tratando, o sentimento básico das mulheres é que nós não temos o direito de incomodar o parceiro pedindo para ele o estímulo que precisamos. Quero dizer, talvez isso exigiria que ele parasse de fazer o que estivesse fazendo por um instante para nos ajudar. Isso não seria pedir muito ou forçar nada. Mesmo se racionalmente nós sabemos que

essas inibições estão erradas, é muito difícil superá-las depois de anos e anos de criação para sermos apenas ajudantes sexuais. Nós nunca somos as primeiras, não temos o direito de pegar o que precisamos. Nós apenas devemos ser educadas e não trazer muitos problemas. Assim sendo, a única resposta que eu tenho é se forçar a tomar a iniciativa e fazê-la algumas vezes. Você sabe, ranja seus dentes e diga: “Bem, eu posso ser horrível, mas isso é o que eu vou fazer”. E faça! Seguramente, depois que você fizer, algumas vezes, será mais fácil, embora você ainda tenha uma série de problemas, pois eles não desaparecem em dois minutos. Tenho aqui uma boa pergunta também: “O que você acha sobre o sexo em que a mulher não tem o orgasmo, mas se sente satisfeita? Isso é possível?” Sim, e muito. Há uma seção no meu livro sobre isso, é o caso de que o coito é muito satisfatório fisicamente. Mas acontece que não leva a um orgasmo e provoca o pensamento de que não ter um orgasmo e desfrutar dessa forma é insuficiente ou decepcionante. Para algumas mulheres, não é assim. O coito é muito satisfatório sem chegar ao orgasmo e ninguém realmente ainda estudou os motivos pelos quais é assim. Eu não tenho certeza a esse respeito. Inclino-me a pensar que um componente importante tem a ver com os diversos músculos envolvidos nos movimentos do coito. Mas a fricção, é claro, sempre é uma coisa relaxante. Eu não tenho certeza de como isso funciona, mas a maioria das mulheres relatou que elas sentiram também durante a relação como ao final dela. Algumas mulheres que não chegaram ao orgasmo disseram que se sentiram insatisfeitas depois do sexo. Outras relataram que ficaram plenamente atendidas. Elas não tiveram o orgasmo, mas se sentiram realizadas. Então, em outras palavras, é a mesma sensação que a do orgasmo, mas é uma sensação mais tranquila. Algumas mulheres gostaram e outras não. Algumas preferem ficar mais estimuladas. Elas não gostaram do fato de que o sexo as fez se sentir mais calmas sem ter chegado a um orgasmo. Mas é verdade, é uma sensação definitiva e muito interessante, embora não

seja muito simples entender os motivos disso. Alguém gostaria de fazer um comentário?

### **Interlocutora não identificada**

– A participante conta que uma amiga dela sente o orgasmo durante a masturbação, mas não o sente durante o sexo, seja ou não com alguma participação do marido; como quer que seja, ela se sente culpada porque não é durante o coito.

### **Shere Hite**

– Eu acho que esse é um pequeno problema. Mas talvez ela não queira ter prazer, ela não queira ter um orgasmo; não obstante, eles podem fazer sexo e ela pode não ter prazer e/ou orgasmo ali na hora, mas pode tê-lo em outro momento, não exatamente durante o sexo. Por que o homem em geral não tem disposição para fazer isso? A mulher de que falamos disse que quando acontece essa impossibilidade de desfrutar, o marido se sente culpado e incompetente. Eu creio que ele se sente egoísta em fazer sexo satisfatório para ele, se ela não tem o orgasmo. Em outras palavras, se um homem perceber que, ao contrário do que lhe foi ensinado, a maioria das mulheres tem orgasmo simplesmente através da penetração, se isso não acontece então alguns homens se sentem culpados porque não conseguem isso. Eu acho que é “muito legal” da parte deles se sentirem culpados, mas, você sabe, geralmente não depende dele, senão de cada mulher. Eu acho que a maioria das mulheres gosta simplesmente da proximidade. Mas é de considerar que, da mesma forma que a mulher gosta de dar prazer ao homem, (eu acho) os homens gostam de dar prazer às mulheres. Eu não acho que a sexualidade consista exclusivamente no orgasmo, não é verdade? E contanto que as mulheres tenham a escolha de terem orgasmos na forma que precisarem, eu não vejo isso como um conflito. Você vê? (Risos) Alguma pergunta a mais? Ok. Ela vai ler em português. Vá em frente. Sim, porque é muito longo. Essas são perguntas acerca da minha exposição? Alguém precisa escutá-las em inglês?

### **Interlocutora não identificada**

– Será que a mulher brasileira está preparada para sentir um orgasmo sozinha? Ela poderá se completar sem o próprio homem? Ou a necessidade do homem precede o todo, será o todo para a mulher no nosso país? Porque o amor ainda é a raiz do todo.

### **Shere Hite**

– Se eu compreendi a pergunta corretamente, acho que é um equívoco. Eu não acho que a pessoa que pergunta leu atentamente meu livro. Eu acho que é um mal-entendido. Eu estou discutindo o orgasmo. Esse é o foco da discussão hoje. Mas certamente não quer dizer que o amor não é importante. Por que alguém acharia isso? Só porque você está falando de matemática não quer dizer que você não acredita em termodinâmica. De qualquer forma, vamos à pergunta. A primeira parte diz: “A mulher brasileira está pronta para sentir orgasmo sozinha”? Tenho certeza de que a mulher brasileira sente frequentemente orgasmos sozinha. É a minha primeira resposta. “Ela pode se completar sem o homem?” Bem, eu entendi a pergunta, mas é difícil de responder numa forma universal e simples. Eu acho que as pessoas deveriam estar com outras pessoas. As pessoas querem amar outras pessoas, obviamente. Sobre o que estamos falando aqui não é sobre a separação entre amor e sexo; o que estamos falando aqui é acerca do fato de que as mulheres não tiveram e não têm atualmente os direitos que lhes correspondem como cidadãs. O fato é que as necessidades e desejos das mulheres referentes à sexualidade não foram contemplados pela sociedade, e isso acontece se estamos falando em economia, em política ou no que for. As mulheres têm sido limitadas a um papel bem estreito. E não há nada ruim sobre esse papel, o que é ruim é que as mulheres não tiveram escolha, as mulheres não foram consultadas e permitidas a se expandirem para contribuir plenamente na vida social. Então, eu não acho que o que eu estou falando seja uma redução ou um empobrecimento do tema, mas acho que tratar da sexualidade das

mulheres, em termos circunscritos e concretos, aumenta o conhecimento e o vocabulário de comunicação entre as pessoas. Eu espero que isso tenha sido compreendido pela pessoa que fez a pergunta. Eu acho que nós temos ainda alguns minutos de exposição, então responderei a mais algumas perguntas que já tenho por escrito. Mas se alguém tiver ainda algo a dizer, deveria ser muito forte, levantar-se e falar. Sim. Hemingway escreveu “A Terra moveu”. Eu falei sobre isso na minha exposição. Eu esperava que as pessoas fossem rir, mas ninguém riu. Mas talvez vocês não tenham me entendido. Tenho aqui uma pergunta que diz: “Hemingway escreveu “A Terra moveu”, é assim como você define o orgasmo?” Depende. Existem muitas formas para defini-lo. Mas o que eu achei que fosse importante para nós, mulheres, é poder dizer como nos sentíamos. Certamente, você pode definir o orgasmo pela medição da pressão sanguínea, pode defini-lo pelas contrações da vagina, você pode defini-lo de várias e várias formas como essas. Mas, nos meus trabalhos, eu achei, e acho, que o mais importante, por exemplo, em referência à masturbação ou ao orgasmo, era ouvir como as mulheres definiriam esses processos, porque elas são muito pouco escutadas. Então, essa parte do livro contém páginas e páginas de citações textuais de mulheres dizendo como elas sentiam esses fenômenos. E como eu disse anteriormente, essa é a primeira vez que dispomos de um livro assim. Antes disso, quando alguém perguntou “Como a mulher sente um orgasmo?” Eu respondi metaforicamente citando Hemingway: “A Terra moveu”. Vocês entendem? A descrição de Hemingway tem um sentido muito emocional. O fato é que o orgasmo para a mulher é físico-químico, fisiológico, corporal, dito nesse sentido, assim como para o homem, embora também, sem dúvida, intervenham componentes emocionais.

A pergunta seguinte que tenho aqui não é uma pergunta. Diz assim: “O orgasmo feminino e a masturbação variam de acordo com a classe social”. Bem, eu não acho que o orgasmo varia. Mas se uma

mulher se masturba ou não, isso sim varia. Mas eu não acho que varia de acordo com a classe, isso não foi parte de minhas descobertas. Parece que varia de acordo com a situação individual de cada mulher e também de algum tipo de “eu” indefinível, que decide ou não. Não acho que seja uma questão de classe, pelo menos não o foi em minhas descobertas.

Tem outra pergunta aqui: “Você acha que é possível propor uma teoria prática sobre o orgasmo para ajudar a educação sexual das meninas?” Eu acho que é possível, mas as escolas não estão prontas para isso. As escolas, pelo menos nos Estados Unidos, ou em qualquer outro lugar que eu fui, não discutirão a questão do clitóris com as garotas, de jeito nenhum! As escolas dirão apenas que você pode ficar grávida se fizer sexo. Essa é a coisa básica que eles falam na escola. Então, se você me encontrar uma escola receptiva, eu desenvolverei para ela um programa completo de educação sexual.

Aqui vem uma boa pergunta. Responderei a mais duas perguntas e eu acho que terminaremos. “Você pode comentar sobre o chamado músculo pubococcígeo? Eu nunca ouvi falar disso e, sabendo de várias mulheres que têm problemas em gozar, ter orgasmo, eu gostaria de ouvir algo sobre exercitar esse músculo. Ou, nesse sentido, como age esse músculo nas pessoas que não têm orgasmo?” Isso é interessante. Bem, o músculo pubococcígeo é um anel de tecido, que fica a mais ou menos esta distância dentro da vagina (a conferencista faz um gesto com os dedos). Esses são os lábios vaginais e o pubococcígeo é bem aqui (outro gesto). Algumas vezes, para você controlar a micção, um dos músculos a contrair é o pubococcígeo. Um, devo dizer, teórico homem, veio com a ideia de que se o exercitarmos, teríamos orgasmos por conta da pressão que o músculo exercita. Agora, eu não acho que essa seja a resposta. Eu acho que é bom estar em forma, fisicamente, mas essa não é a resposta. A pergunta é por que há essa insistência em que a mulher deverá ter orgasmos por conta da pressão? Biologi-

camente, eu não acho que exista qualquer lógica para essa insistência, pois o orgasmo feminino não é necessariamente para a gravidez. Portanto, por que o corpo deveria ser construído para que as mulheres tenham orgasmos por causa da pressão? Não é lógico. E como reagir a alguém que não tenha orgasmo, eu acho que você tem que falar com elas e descobrir como essas pessoas têm orgasmos, para que você possa incluir esse tipo de atividade quando estão em casal. Bom, eu acho que podemos ter apenas mais uma pergunta, pois está ficando muito tarde. Ok. Essa será a última pergunta. Estou um pouco cansada. Bem, essa pergunta é perfeita. Ela diz: “Você uma vez disse que estava interessada em uma mudança sexual em grande escala, quais são os pontos principais que você julga serem necessários para essa mudança?” Essa é uma discussão para amanhã, então espero que vocês todos venham. Obrigada. Tchau.

## A SEXUALIDADE FEMININA (AULA 2)

### **Shere Hite**

– Bom dia. Eu não peguei ninguém com cerveja a essa hora da manhã, então estou feliz em vê-los. Quantos de vocês estavam aqui na primeira palestra que eu dei? Ah, que bom. Então, você sabe do que estou falando e os outros estão tentando atualizar você. Eu cobri a primeira metade do relatório da alta cúpula no primeiro dia em que estava aqui. Ontem houve uma interrupção da discussão do relatório hite. Quantos estavam ontem aqui na conferência em que eu falei? Bem, para aqueles interessados em festa, eu tenho um livro que vocês talvez queiram dar uma olhada depois da palestra. Eu tentarei falar o mais alto possível. Eu acho que se eu falar mais devagar, também ajudará. Quantos de vocês nessa sala leram o relatório hite? Parabéns. Quantos de vocês nessa sala sentem que as mulheres são oprimidas? Um? (*Risos!*). Quantos de vocês nessa sala sentem que as mulheres são oprimidas sexualmente?



(Risos!). Eu gostaria que houvesse uma maneira em que eu pudesse sentar e ouvir as experiências de como vocês chegaram a essa conclusão. Eu acharia isso muito interessante.

### **Shere Hite**

– Qual é o problema? Eles não conseguem encontrar o canal. Mas então por que quando eu faço essas perguntas, todos levantam as mãos. Então, vocês entenderam, não foi? Se vocês não entenderem durante a palestra, levantem as mãos, porque eu não quero falar se vocês não conseguem entender. Minha pergunta final é: quantos de vocês acham que eu, enquanto mulher, sou oprimida? Ou vocês acham que eu escapei porque escrevi um livro? Se vocês também acham que eu sou, levantem a mão. Bom, vocês estão certos, mas, de qualquer maneira, eu estou muito contente em estar neste Simpósio.

O primeiro tópico do relatório hite, depois eu falarei sobre como o estudo foi feito, não é uma metodologia tradicional, lida com a específica definição de sexualidade que nós temos, que é reflexo de uma sociedade patriarcal; em outras palavras, nós temos uma definição do que é sexo, e eu sempre coloco esta palavra entre aspas, como uma atividade reprodutiva. O sexo teria uma primeira parte que consiste numa coisa que é terrivelmente descrita como jogos preliminares, o que significa que vem antes do principal evento. Então, em seguida, há a penetração vaginal, a relação sexual e toda a rotina é considerada finalizada quando o homem atinge o orgasmo dentro da vagina. Esse é, basicamente, um formato reprodutivo. Não existe nada de errado com o formato reprodutivo; entretanto, a nossa sociedade tornou isso tão banal e inclusive agora não temos mais outra escolha sobre o que fazer com o nosso próprio corpo e como compartilhá-lo com outra pessoa. Foi-nos dito que fomos programadas para acreditar que somente assim podemos nos relacionar de maneira próxima com outro ser humano. Não nos foi dito que isso é parte de nossa escolha, de como talvez gostemos de nos relacionar com outras pessoas de tempos em tem-

pos. Claro, a maior parte de nós usa algum tipo de método contraceptivo para combater a proposta da ideologia inicial que era ter o máximo de crianças possível. Uma das razões pela qual esse formato oprime as mulheres eu acredito que seja porque a maior parte das mulheres não atinge o orgasmo simplesmente como resultado da desconfiança durante o coito, isto é, movimentos de vai e vem durante a penetração na vagina que podem concluir em gravidez. Mas também porque não é por aí que cada uma de nós atinge o orgasmo. Entretanto, a maior parte das revistas ao redor do mundo, especialmente depois de Freud, tem insistido que nós devemos ter orgasmo dessa forma, dizendo que, se nós não conseguimos, devemos procurar o psiquiatra ou o psicólogo para descobrir qual é o terrível ressentimento que temos em relação aos homens. O fato é que, biologicamente falando, não existe explicação para que as mulheres tenham orgasmos durante a relação sexual. Por exemplo, não é preciso que a mulher tenha orgasmo para que engravide como todas nós sabemos muito bem. Então, por que insistir que a mulher tenha orgasmo em uma simples penetração vaginal? Parece que, já que o homem tem orgasmo na relação sexual, a mulher também deve ter. Apesar de dizerem isso, os entendidos dizem que as mulheres devem ter a mesma quantidade e qualidade de estímulos que os homens têm, o que é ilógico, mas a sociedade parece ser ilógica. Então, muitas mulheres durante toda a vida não tiveram orgasmos em relações sexuais durante o coito com seus maridos ou qualquer outra pessoa, exceto, talvez, ocasionalmente. Ok, claro, algumas mulheres têm orgasmo durante a relação sexual. No meu estudo, foram 30%. Eu acho que sempre será uma minoria das mulheres. Mas um padrão muito comum para a mulher é passar pela vida sem ter orgasmos, mas, talvez, se masturbar separadamente para ter orgasmo e também se sentir culpada por não ter atingido o orgasmo da forma correta durante a relação sexual. E também, sentir uma culpa extra pela masturbação, porque você não deveria fazer isso, é uma coisa terrível

etc. Então, eu encerrei o meu discurso no primeiro dia dizendo: a questão não é que, a partir de agora, as mulheres devem ser livres para se masturbarem, se isso significa estar sozinha. Eu acho que a questão é mudar a definição do que é sexo, incluindo os sentimentos das mulheres, a realidade dos corpos das mulheres e transformar isso em uma interação mútua, ao invés de alguma coisa diferente do que é o homem conquistador entrando para plantar a semente dele, que é como a relação sexual era vista, essa era a regra. Não acho que essa seja uma mudança muito difícil que todas nós podemos fazer. Não acho que seja algo que deva ameaçar os homens, embora, talvez, se eles não entenderem isso irá inquietá-los. Mas, de qualquer forma, eu acredito que o estímulo que as mulheres precisam deve ser incluído. Isso não significa somente que o homem deve dar à mulher a estimulação que ela precisa, mas também que, de tempos em tempos, a mulher deve se sentir livre para se autoestimular quando ela estiver com um homem. Vocês chamariam isso de masturbação? Sim? Não? Não, não existe nome para isso. Eu não chamaria isso de masturbação também. Mas não existe uma palavra para isso. Então, eu acho que a gente só tem como se referir a isso desse jeito desengonçado. E me refiro à masturbação feita por outro alguém. Talvez ninguém ache que isso soa muito romântico. Ok, eu adoraria receber cartas de todos vocês, de tempos em tempos, se vocês desenvolverem qualquer pensamento a respeito desse tópico, porque eu continuo desenvolvendo-o na minha cabeça. E eu posso dar o meu endereço. Está no meu livro, se for, em algum momento, relançado aqui. Mas eu posso passar o meu endereço para vocês no fim do dia. Agora, a segunda parte do livro, como eu disse no outro dia, lida com a crítica cultural sobre como a sociedade define sexualidade. Às vezes, se eu falar sobre orgasmo, é porque acho que é uma questão política para a mulher, dito no sentido de que as mulheres estavam tendo relações sexuais com coito sem orgasmo, as pessoas acham que quanto mais se coloca foco no orgasmo menos se redefine

a sexualidade. Na verdade, o orgasmo, não todo, é um tópico muito importante, e eu não me importo se as pessoas tiverem essa ideia. Você sabe, uma boa maneira de pensar sobre como têm sido as nossas relações sexuais é segundo uma frase que as mulheres dizem na Suécia: “as mulheres estão cansadas de servir aos homens com orgasmos como se fossem copos de café.” Vocês sabem, as mulheres eram – e ainda somos – as que devem servir café e chá se formos a secretária, a dona de casa, ou qualquer coisa parecida. Então, a forma com que o sexo tem sido definido é só a continuação do papel de ajudante da empregada do lar.

A segunda parte do relatório hite lida mais com os aspectos culturais limítrofes, as implicações de algumas das definições da primeira parte do livro. Existe um capítulo sobre lesbianismo que perpassa as opiniões generalizadas e que é uma forma alternativa de sexualidade. Kinsey, eu acho, fez uma das observações mais importantes sobre o assunto 20 anos atrás. Eu acho que a mais importante observação que ele fez foi: “A pessoa não é uma lésbica ou uma homossexual, mas existe atividade lésbica ou atividade homossexual. Em outras palavras, trata-se de um adjetivo e não de um substantivo”. Mas a nossa sociedade tem glorificado a heterossexualidade. Então, isso nos levaria à reprodução tão consistentemente que, claro, não nos parece haver uma opção. De qualquer forma, eu acredito que sexo, relação sexual com coito, relação física é meramente uma questão de vocabulário pessoal, de formas diferentes de nos relacionarmos com pessoas que nos são importantes, ao invés de algum tipo de modelo externo rígido que nos diz como nos comportarmos. Então, talvez vocês achem esse capítulo interessante, se vocês conseguirem um exemplar do meu informe.

A parte básica da segunda parte do livro foi discutir a tão famosa revolução sexual. Bem, a revolução sexual a qual me refiro é a suposta revolução que aconteceu nos anos 60 e ainda continua a acontecer. As pessoas diziam: “A pílula anticoncepcional revolucionou o mundo.

Agora, as mulheres podem fazer sexo com quem elas quiserem”. Claro que, por sexo, eles seguem entendendo a relação sexual com penetração. Eu não acho que a pílula anticoncepcional tenha revolucionado coisa alguma. Em outras palavras, passou a haver mais pressão sobre as mulheres para ter relações sexuais com coito genital mais frequente, mas não lhes deu a chance de incluir novos aspectos no conceito de sexo. Eu também não acredito que as pílulas anticoncepcionais foram a causa da revolução sexual. E quantos de vocês acham que houve uma revolução sexual? Bem, eu estou interessada em saber por que sim e por que não. Vocês sentem que há mais permissividade em relação ao sexo agora que antes? Sim? Vocês aprovam isso? Gostam disso? Acham que isso tem ajudado vocês pessoalmente? Não? Bem, eu concordo. Algumas pessoas no meu estudo sentiram – claro, essas são mulheres que vivem nos EUA – que aumentou a abertura e que agora elas podem falar e que o fato de poder falar sobre esses tópicos, essas questões, foi um bom começo. Entretanto, elas se irritaram profundamente com a pressão para que dissessem sim, o fato de que não lhes era mais permitido dizer não quando perguntadas se queriam fazer sexo. Elas também se irritavam com a forma pobre com que as relações sexuais eram tratadas na mídia etc. Vocês sentem pressão em dizer sim ao invés de não? Sim? Vocês conseguem me ouvir lá no fundo? Vocês sentem pressão para fazer muito sexo? Sim. Não. Eu vou dizer sim e não, ok? Vocês sentem pressão para fazer muito sexo? Sim? Não? Não opinar é a opção da maioria. Ok. Talvez, eu devesse me mudar para o Brasil. (*Risos!*). Ok. Como eu estava dizendo, eu não acredito que foi a pílula anticoncepcional em si ou qualquer outro método contraceptivo que causou essa chamada revolução sexual. Eu acredito que foram as mudanças de longo prazo na família que têm causado essas mudanças. Desde a Revolução Industrial, a família vem mudando drasticamente. E isso foi nos últimos 100 anos ou, até mesmo, 70 anos. Em outras palavras, antes dessa época, a forma básica de

riqueza na sociedade eram as crianças. O país que tinha muitas crianças podia ter um grande exército, que podia manter um grande território, mais recursos minerais etc. Agora, você não precisa de muitas pessoas, você precisa de tecnologia. Se você tiver capital suficiente e tecnologia suficiente, você pode controlar um enorme território. Pessoas hoje têm valor como consumidores. É esperado que compremos coisas e, dessa maneira, nós teremos muito valor. Digo isso no sentido de que, numa sociedade patriarcal, vamos dizer, nos últimos 300 anos, o papel básico da mulher tem sido gerar crianças. Nós éramos máquinas de fazer bebês. Nós éramos as que criavam essa riqueza. Nós éramos as trabalhadoras braçais. Nós que cultivávamos no campo. Mas, colocado em outras palavras, nós, apesar de trabalharmos muito, valíamos apenas porque tínhamos os bebês. Nós éramos reconhecidas até certo ponto. É claro, os dois lados da moeda: você era uma boa mulher se reproduzisse, você era uma mulher ruim se não reproduzisse. Então, se você fosse capaz de reproduzir, você seria casada, talvez você fosse feliz, talvez você não se sentisse oprimida. Entretanto, claro, se você depender economicamente de alguém, da mesma forma que se um país é economicamente dependente de outro país, isso não lhe permite ser livre. Então, alguns casamentos talvez tenham acabado felizes, mas, em todo caso, as mulheres não eram realmente livres para escolher o estilo de vida que gostariam de ter. Elas talvez quisessem casar e ter filhos, mas isso não era uma escolha. Agora, as mulheres estão perdendo esse pequeno respeito que a sociedade tinha por nós, porque a reprodução não é mais tão valorizada quanto antes. Agora, a tecnologia é mais importante, na verdade, que as crianças, que a reprodução. As mulheres estão nas ruas à procura de trabalho. No século XX, nós tivemos vários movimentos feministas e as mulheres estão se tornando gradualmente mais representativas no item força de trabalho. Entretanto, como todas vocês sabem, os empregos que as mulheres são capazes de conquistar costumam ser bastante marginais, mal

pagos e mais, suas atividades são sempre de ajuda a alguém, servindo cafés, sorrindo etc. Nos EUA, esse é um problema considerável, pois somente mulheres mais jovens são realmente contratadas. Mulheres de mais idade enfrentam dificuldade em encontrar um emprego. Muitas mulheres mais velhas estão se divorciando ou, talvez, os esposos delas preferiram casar com uma mulher mais nova etc, ou ela simplesmente gostaria de voltar a trabalhar porque os filhos estão crescidos etc, e elas não conseguem encontrar emprego. A sociedade não considera que as habilidades delas tenham valor. Apesar de terem trabalhado a vida toda, elas não podem sequer receber a aposentadoria do governo, o que significa que, quando você tem um trabalho reconhecido e atinge os 65 anos, nos EUA, você recebe pagamentos mensais do governo, mas, se você era alguém que trabalhava em casa, você não recebe nada. Na maioria dos casos, é claro, a menos que o seu esposo tenha contribuído por você. Então, eu acho que existem mudanças de longo prazo que estão acontecendo na família e, conseqüentemente, é claro, no papel da mulher. A questão é: onde vamos chegar, a partir de onde estamos? Sexualmente, eu acho que é uma coisa sobre a qual sempre podemos pensar. Já no aspecto econômico, talvez seja difícil, porque aí vêm a questão, muitas feministas nos EUA debatem essa questão. Bom, o que é que você quer? Você quer emigrar para ser força de trabalho em outro país? Ou você quer mudar a sociedade fundamentalmente e mudar a noção de trabalho? Eu acho que uma crítica feminista à sociedade envolve não somente os direitos para a mulher, mas também uma vida mais humana para todos, mulheres e homens e, é claro, isso envolve críticas à diferença de classes, a vários tipos de injustiças. É claro, nós ainda temos problemas raciais, até mesmo nos EUA tanto quanto aqui no Brasil. As feministas no EUA estão lutando por todas essas coisas. Não é só uma questão de que agora a mulher pode mostrar a cara. Então, vocês sabem que a principal luta que estamos tendo agora nos EUA é que a gente está tentando

passar uma emenda constitucional. É uma coisa simples, é uma emenda constitucional de igualdade dos direitos. A constituição, atualmente, só protege os direitos dos homens. Bem, nós gostaríamos que se respeitem os direitos das mulheres e dos homens, ou dos homens e das mulheres; nós gostaríamos que as mulheres não fossem discriminadas novamente com base no sexo. Isso parece ser uma questão simples a ser pedida, mas está sendo uma luta longa considerável para poder conseguir isso. Nós ainda temos 3 anos pela frente, mas a gente está chegando perto de conseguir isso. Claro, as coisas não vão mudar do dia para noite, mas é muito importante que se insista. Mas uma coisa sobre essa revolução sexual, essa chamada revolução sexual, é claro que não inclui todas as mulheres. Eu não sei o que é uma mulher mais velha. Eu não sei se aqui alguém se considera uma mulher mais velha. Eu acho que todas nós somos mais velhas depois dos 19 anos, porque as revistas de moda nos fazem começar a nos preocupar com as rugas (*Risos!*), se nós continuaremos sendo atraentes, se eles ainda vão nos amar, já que não somos mais tão belas quanto éramos antes. Eu não concordo com isso de forma alguma. De qualquer maneira, a revolução sexual disse: “Ah, sim, agora o sexo é ótimo”, mas isso quer dizer ótimo para as mulheres jovens. Em outras palavras, as mulheres seguem sendo objetos sexuais. Agora, existem vários estereótipos sobre as mulheres mais velhas, e as pessoas que pesquisam sobre sexo, em geral, estão plenamente de acordo de que, nos últimos 5 anos, esses estereótipos são desumanos e incorretos. Foi dito que depois da menopausa, as mulheres não tinham mais desejos sexuais. Ou que depois da histerectomia, as mulheres não tinham mais desejos sexuais. Mas isso é simplesmente falso, totalmente falso. Eu acho que isso fez crescer, mais uma vez, a ideologia reprodutiva, que dizia que sexo tem a ver com reprodução, então somente durante os anos reprodutivos, as mulheres são capazes de se sentirem sexuais. Então, não é esperado que as crianças tenham desejos sexuais. Pais vivem dizendo para seus



filhos, de uma maneira ou de outra: não se masturbem. E frequentemente, eles veem as crianças se masturbando e, claro, eles costumavam fazer com que seus filhos dormissem com as mãos por cima do cobertor. Então, o cobertor está até aqui e as mãos estão do lado de fora. Mas é óbvio que as crianças também têm desejos sexuais, mas durante a ideologia da reprodução, era-nos dito: somente as pessoas em idade reprodutiva têm desejos sexuais. Mas as mulheres mais velhas, frequentemente, depois da menopausa, têm os mesmos desejos sexuais que mulheres que ainda não chegaram lá, muitas vezes até mais fortes. Diversos pesquisadores têm dado várias explicações ou nomes racionais para isso. Eles dizem que poderia ser uma mudança no nível de hormônios, a diferente proporção de hormônios masculinos e femininos etc. Mas pode ser que seja porque você não tem mais que temer estar grávida e, aí, pode se deixar levar. Por outro lado, pode ser que seja porque, à medida que a mulher envelhece, ela sente que lhe resta menos tempo de vida, e algumas mulheres ficam simplesmente cheias de ficar por baixo, de estarem em segundo plano. Então, elas pensam: qual é o problema? Agora, eu estou nos meus 50 anos e eu quero tentar me proporcionar prazer nesse tempo que me resta. Existem no relatório de cúpula algumas poucas longas citações de mulheres que se sentem assim. Por outro lado, existem muitas mulheres que ficam, no final das contas, agradecidas com a chegada da menopausa, pois elas vinham sendo exploradas sexualmente, tendo relações sexuais com penetração vaginal durante a vida toda, claro, muitas vezes, na semana, talvez, todos os dias, sem ter orgasmo na maioria das vezes e, realmente, depois de um tempo, em que o fervor emocional da relação passa, elas não curtem isso mais. E é totalmente lógico que elas não curtam mais. Se for simplesmente uma questão de ajudar ao outro toda vez, então eu acho que elas se sentem bastante aliviadas de não terem mais que ter esse tipo de relação. Pessoas na minha família já me disseram coisas como essas, e pessoas que responderam ao

meu questionário, também. É uma opinião totalmente compreensível. Entretanto é muito ruim que, ao invés disso, nós não possamos mudar a sociedade do dia para noite. Se fosse possível, nenhuma mulher teria mais que sentir que a sua única opção é simplesmente parar de sentir desejos sexuais. A última mulher no capítulo de meu informe acerca de mulheres mais velhas é uma mulher com 78 anos de idade. Se você tiver tempo de dar uma lida nesse capítulo, se você conseguir um exemplar do livro, é muito interessante. O marido dessa senhora morreu há alguns anos, e ela entrou em uma espécie de hibernação. Mas, de repente, no último ano, ela experimentou o desejo de, como ela mesmo disse, viver de novo. Então, ela começou a fazer aulas de música, algo que ela sempre quis fazer, e até se animou com o professor de música, mas não quis ter nada com ele. Ela disse que também aprendeu a se masturbar e que isso foi bem legal! Então, eu acho que tudo é possível. Tudo é possível, é simplesmente uma questão de ter coragem de promover mudanças.

## A SEXUALIDADE FEMININA (AULA 3)

### **Shere Hite**

– No final da minha exposição anterior, eu tentei chegar ao aspecto mais difícil de minha pesquisa que é: para onde nós vamos a partir de onde estamos no que diz respeito à sexualidade? Vocês sabem, é difícil entender tão rapidamente. Eu levei cinco anos para escrever esse livro e eu não consegui entender tão rapidamente todas as ideias que as mulheres me passavam. Não se trata, nem muito menos, simplesmente de uma questão de orgasmo. É claro, as mulheres sabem disso desde sempre. A questão é: serão os homens capazes de entender que o orgasmo não é sempre o que você está procurando quando faz sexo? Eu acho que o objetivo, na maioria das vezes, talvez, é algum tipo de comunicação com a outra pessoa. Caso contrário, por que não se masturbar e ter orgasmo sozinha? Então, o que um faz

com outro parece depender da interação, e não de um modelo rígido que está lá no céu e que você tem que alcançar, e que, se você não conseguir, então, você deve procurar um psiquiatra ou um terapeuta sexual logo para colocar você de volta no rumo certo. Claro, eu venho desenvolvendo um estudo sobre homens por volta de cinco anos. Não é possível entender essa problemática senão estudando os dois lados.

E vocês sabem, o homem também se sente pressionado a ter uma ereção o tempo inteiro nesse modelo de sexualidade. Então, eu acredito que existam vários benefícios para os homens em ver que as atividades sexuais são inumeráveis, um amplo espectro de possibilidades e formas de se relacionar com outra pessoa. Você não é uma máquina. Não é uma questão de ter uma ereção instantânea como as revistas masculinas dizem que você deve ter quando está ao lado de uma mulher de uma determinada idade e que tem certas características corporais. Não é isso de maneira nenhuma! Eu acho que desejos sexuais estão conectados a emoções, e a maior parte das pessoas parece concordar com isso. Então, a questão é: como você para de definir sexo de uma maneira e começa a redefini-lo de outra maneira? Bom, na sexta-feira passada, eu disse que as mulheres estão criando os seus próprios orgasmos. Isso talvez seja embaraçoso na primeira vez em que você cria um orgasmo por si mesma e na frente de outra pessoa. Talvez seja algo muito, muito difícil. Mas é algo que você pode se forçar a fazer algumas vezes e, depois disso, se a outra pessoa reagir bem – e, na maioria das vezes, é isso que acontece, pelo menos é o que eu tenho ouvido –, então, provavelmente, não será mais tão difícil. Outra prática importante que eu acredito é falar com as pessoas, por exemplo, com a sua mãe. Quantas de vocês já discutiram, falaram sobre sexo com a mãe de vocês? Nossa, isso é bom. Isso não é nada mau! Embora sejam poucas pessoas. Eu acho que, algumas vezes, a situação principal que é discutida são os métodos contraceptivos, mas quantas de vocês sabem quando e como a mãe

de vocês tem um orgasmo? Por meio de que tipo de estimulação? (*Risos!*). Quantas de vocês acham que sua mãe tem orgasmos? Bem, vocês sabem, algumas vezes, palavrões são atrelados à palavra mãe em nossas culturas, mas as mães também são mulheres, então eu tenho certeza que a maior parte das mães de vocês têm orgasmos de alguma maneira. Então, talvez você fosse gostar de falar com ela sobre isso. Ou então, vocês sabem, podem falar com as suas irmãs, com as suas amigas. Por exemplo, quantas de vocês sabem se a sua melhor amiga se masturba? (*Risos!*). Eu não quero dizer que você deve forçá-la a falar se ela não quiser. Eu só estou apontando o quão restritas são as discussões sobre isso e como é estranho que, com as pessoas que consideramos mais próximas, não nós permitimos falar sobre coisas que talvez sejam muito importantes de serem discutidas. Se as mulheres já tivessem conversado sobre isso anteriormente, nós saberíamos, nós pensaríamos que algumas mulheres tiveram outras experiências, não que elas sejam todas semelhantes. Mas nós seríamos capazes de entender melhor os nossos próprios sentimentos, porque nós teríamos conhecimento de um espectro maior de experiências femininas, já que os trabalhos escritos sobre sexualidade foram majoritariamente feitos por homens. Então, comecem a conversar sobre isso, pois eu acho que será uma experiência interessante. Outra coisa para se refletir é essa questão da falta de vocabulário da qual as pessoas sofrem e da qual falamos no outro dia. Não existem palavras para diferentes tipos de toques. Por exemplo, se uma mulher abraça alguém, o seu corpo por inteiro é pressionado contra o corpo inteiro da outra pessoa. Essa é uma das experiências mais prazerosas. Acho que todos vocês vão concordar comigo. Mas não existe uma palavra para isso, e já que não existe uma palavra para isso, é difícil atribuir valor a isso. Todo o vocabulário é voltado ao ato sexual com penetração como já foi dito. Então, outras atividades não recebem a devida importância. Preliminares, em minha opinião, é uma palavra pejorativa para atividades importantes.

Ela não valoriza essas atividades suficientemente. Em outras palavras, se a pura estimulação fosse parte das preliminares, essa seria uma etapa meramente para deixar a mulher no ponto para a penetração, o que eu acho bastante cruel, pois só porque a mulher está quase tendo um orgasmo, a estimulação é cessada. Então, eu acho que vocabulário é algo muito importante. E só porque você não tem uma palavra para uma determinada coisa, não ache que ela é menos importante. Outra questão é que, nós, mulheres, realmente duvidamos que nós mereçamos ter direitos, nós chegamos a duvidar dos nossos direitos. Nós achamos que, se estamos pedindo ou pegando alguma coisa, estamos sendo egoístas. É muito fácil se sentir egoísta e aí se sentir culpada e tudo mais. Então é uma luta que todas nós temos que promover em nossas vidas. E esse é outro motivo para conversarmos, porque, ao comunicar-nos, conseguimos persistir na luta e não parar no meio do caminho. Para fechar essas considerações, eu acho que a importância dos amigos é também deturpada, porque é esperado que nós coloquemos todos os ovos em uma única cesta. Em outras palavras, espera-se que você tenha o seu amor romântico ou o seu casamento significando tudo. É claro que essa é uma das experiências humanas de muito valor, mas amizades são muito importantes, e eu acho que amizades com contato físico também podem existir. Vocês sabem, bebês têm mostrado que se eles não têm quantidade suficiente de afeição demonstrada fisicamente, algumas vezes, eles morrem. Em outras palavras, eles precisam ser ninados e sentir outros corpos ao redor deles. Mas, se você pensar nas nossas vidas como “adultos”, você se dá conta de que a única forma de termos afeto físico é através da atividade sexual com penetração. Eu acho que agora que a ideologia reprodutiva passou juntamente com o patriarcalismo, a gente pode pensar em como gostaríamos de estar próximos dos nossos amigos. Você pode se sentar junto de um amigo enquanto assiste à televisão. Isso deve fortalecer os laços de amizade. Então, todas essas questões são muito importantes

e, mais uma vez, eu queria enfatizar que não é apenas uma questão de redefinir sexo, mas de *desdefinir* e de fazer uma neodefinição. Então, o que queria transmitir é que os modos que adota a sexualidade são sempre produto de uma escolha individual, que você sempre pode dizer não, que você sempre pode fazer uma coisa diferente do que a outra pessoa está fazendo e que sempre pode falar sobre isso também. Então, muito obrigada.

# MESA REDONDA: "O SEXO COMO INSTITUIÇÃO"

*Félix Guattari*

*Gregorio Baremlitt*

*Armando Bauleo*

## **Félix Guattari**

– Eu não queria, eu realmente recusei o título desta mesa porque acreditei que se a gente circunscreve muito os problemas relativos ao desejo no campo social, a uma questão como a da sexualidade e a uma técnica particular, creio que se perde o essencial desse problema. Aí, podemos limitar-nos a uma tecnologia como a sexologia, a psicoterapia familiar, a de grupo, enfim dezenas de procedimentos desse tipo que proliferam na atualidade. Se, com Gilles Deleuze, nós tomamos o partido de nunca falar da sexualidade e sempre falar do desejo é porque nós consideramos que os problemas da vida, da criação, nunca são redutíveis a qualquer coisa que é diretamente subjacente ao corpo, a funções fisiológicas, de reprodução, de comunicação interpessoal. O desejo engaja tanto em elementos que ultrapassam o indivíduo, as pessoas e os sujeitos por todos os lados no campo social e político, assim como também as estruturas e complexos universais estereotipados que supostamente os determinam, segundo os psicanalistas. No campo social, o desejo remete a singularidades complexas que não podem ser etiquetadas e que estão aquém tanto das estruturas como de seus efeitos.

A evolução das sociedades capitalistas e outras assimiláveis, sociedades burocráticas, sempre tendem a desenvolver, a colocar o acento sobre dimensões cada vez mais amplas que transbordam ao indivíduo por toda parte; de um lado visam a generalizações que vão

até à mundialização da produção, da divisão internacional do trabalho, das representações na mídia, e isso faz com que os indivíduos fiquem presos nas engrenagens de uma gigantesca máquina econômica repressiva. Mas essas mesmas coiseidades, cada vez mais cavam no interior do indivíduo, tendem a assujeitar o indivíduo aquém das relações interpessoais e intersubjetivas, tendem a modelar sua maneira de perceber o mundo, sua maneira de perceber sua referência ao tempo, sua referência ao outro, ao corpo, às imagens etc. Logo, há uma espécie de expansionismo, de imperialismo do capitalismo que vai em dois sentidos contrários e complementares, sempre a mais peso social, mais controle social, mais repressão se articulando com formações de poder cada vez mais amplas. Hoje não importa qualquer problema local numa cidade, numa aldeia ou num país; nada pode encontrar solução para as questões mais importantes senão à escala internacional. Dá na mesma que se trate de uma escolha tecnológica, quer seja uma escolha política; existem sistemas de arbitragem sucessivas que não incluem forçosamente as capitais que se chamarão Brasília, Nova York, Moscou, mas que remeterão a toda uma rede, digamos, para esquematizar, que faz pensar, por exemplo, nas multinacionais, não sendo os únicos agentes neste caso. De outro lado, o imperialismo capitalista se desenvolveu por meio de um controle social cada vez mais íntimo, não somente sobre a vida social, a vida no bairro, as relações grupais, os círculos restritos; ele pretende reger o modo de relação do casal, a família, o modo de educação das crianças, senão o modo de relação consigo mesmo, com os sonhos, com as disciplinas.

A psicanálise, na origem, ensaiou instituir um discurso para abordar problemas que até então estavam colocados sob a responsabilidade da moral consuetudinária, a Igreja, o poder de Estado, todos os sistemas de leis que, de longa data, fixam a regulação do comportamento dos indivíduos nas suas relações sexuais, nas suas entradas nas diferentes idades, nas suas posições relativas a diferentes estratos e clas-



ses sociais. O freudismo apareceu a partir do momento em que havia uma falência generalizada desses sistemas normativos – no momento em que era ressentido em particular o caráter irrisório, insuficiente, das categorias psiquiátricas e psicológicas. Ele deixou, portanto, um campo imenso descoberto à exploração, mas tornou a fechar esse campo brutalmente, tornou a clausurá-lo muito mais inteligentemente que a psiquiatria e mais eficazmente que as brutais técnicas readaptativas behavioristas, ou que os diferentes métodos de assujeitamento que puderam existir naquela época. A psicanálise introduziu uma técnica refinada de controle social. No início, ele fez sua experimentação sobre os histéricos, as pessoas que eram qualificadas de neuróticas, não qualquer histérico ou qualquer obsessivo, mas os neuróticos ligados a um meio social bem particular, aos grupos de elite. O primeiro esquizoparanoico que foi analisado por Freud, não diretamente, mas sobre a base de um texto das suas memórias, foi o presidente Schreber, que era um alto personagem da justiça. Depois, pouco a pouco, esta experimentação, quase que verdadeiramente microscópica, tanto mais que passava pela psicanálise de Freud sobre ele mesmo, progressivamente ganhou terreno: a psicanálise, que se interditava de ser aplicada a psicóticos e a crianças, conquistou o terreno dos enfermos mentais graves, dos infantes, dos autistas e progressivamente a psicanálise se interessou pelos fenômenos de massa, a civilização etc.

Essa doutrina, que no começo era maldita, condenada, escandalosa, torna-se hoje uma espécie de referência, tão universal quanto uma religião, no domínio da psicologia, das ciências humanas e mais além. Essa prática confidencial, esse ritual de divã, para pessoas extraordinárias, ricas, continua com sua versão primitiva, com algumas transformações, em direção das elites; mas progressivamente procurou e soube se adaptar para fazer seu trabalho de normalização mediante outros métodos em camadas muito mais amplas da sociedade. Tanto é assim que existe atualmente um tipo de psicanálise de massas

que passa pelos equipamentos coletivos, os dispensários, os psicoterapeutas de crianças nas escolas (falo da Europa, não conheço precisamente a situação aqui no Brasil), mas eu penso que, desde esse ponto de vista, pode-se pensar que a evolução de um país como este pode ir nessa mesma direção, dado que já encontramos essa psicanálise nas revistas, na televisão, no rádio, em toda parte. Essa ciência confidencial e maldita tornou-se uma referência mais ou menos geral – em todo caso, nos nossos países europeus.

Então, por que esses êxitos? O que contribuiu para isso? Manifestamente a psicanálise não pode ser considerada uma técnica médica de simples cura. Os psicanalistas chegaram, com bom senso, a reconhecer que seu objetivo não podia ser o de curar e foram obrigados a admitir, na medida em que perceberam que, precisamente, não curam as pessoas, mas que, de uma maneira muito sutil, as adaptam; as adaptam, em primeiro lugar, à situação psicanalítica. As primeiras análises duravam umas poucas semanas ou alguns meses; hoje, as análises didáticas, as análises de ricos ou as psicanálises de gabinete duram anos. Na França, não é excepcional ver psicanálises que duram dez, quinze anos e ver um paciente passar de uma análise que durou vários anos para outro analista.

Isso se trata de algo muito diferente de uma cura, se trata de uma coisa que tende a modelar certo tipo de relação com a palavra, com o outro, com o campo social. A meu ver, trata-se, sempre nesse nível, de um novo tipo de formação de poder, de um novo tipo de subjetividade que tem por objetivo permitir aos indivíduos passar através dos sistemas de implicação social; a pessoa que está em análise, aos poucos, pega a maestria de sua relação com a linguagem, a sua relação com a fala mais íntima, mais interiorizada. Pouco a pouco, a pessoa em análise toma uma distância crítica em relação ao discurso cotidiano do meio, seu discurso se descola do discurso dos outros na sociedade. Isso não quer dizer que fica surdo, mas quer dizer que seu investi-

mento não está aí onde era tomado pela paixão, pela cólera, por todas as espécies de movimento de desejo. Progressivamente, seu desejo se desvia, se desterritorializa, e isso é uma perspectiva que funciona frequentemente; isso permite à pessoa que está em análise ter uma atitude muito mais distante: ela pensa que é mais objetiva em relação aos problemas sociais. Dito de outra maneira, o ideal de subjetividade capitalista é o de desapaixonar as relações com o meio microsocial, com o outro, com os problemas políticos etc.

Isto que eu exponho, a meu ver, é totalmente verificável caso se fale com as pessoas que estiveram em análise, ao menos certo tempo, porque isso que eu descrevo geralmente não acontece antes de cinco, seis a oito meses de análise. Então, pode-se dizer, por que não, no fundo, os sistemas de normalização, de controle social, sempre existiram, porque não é necessário empregar uma técnica ou outra para aceder a este tipo de ceticismo, esse modo de controle de si, das paixões, e, em particular, em todos os meios dirigentes, sempre existiu um tipo de formação rigorosa, notadamente, sobre as crianças que estavam destinadas a ocupar responsabilidades nos poderes dominantes. Logo, colocando-se na perspectiva do poder da burguesia, não há nenhuma crítica a se fazer à psicanálise. Ela é um modo de disciplinarização, um modo de formatação de um novo tipo de quadro, de chefe, e talvez finalmente muito melhor adaptado, mais eficaz que a antiga educação que consistia em montar a cavalo, em aprender a fazer esgrima e coisas do gênero.

Vejam só, eis que essa perspectiva, essa fascinação pela análise e também pelos psicanalistas (eu citarei de passagem), não visa somente a formação de elites, também visa ao controle de outras camadas sociais, visa trabalhar no mesmo sentido que as outras técnicas de recuperação e adaptação dos trabalhadores, das mulheres, das crianças ao sistema social dominante de maneira que as conversações que nós temos sobre a definição de inconsciente, sobre a posição do

analista, a questão da transferência, os temas da psicanálise, todas essas coisas que parecem ser joias de capela, assuntos de especialistas, de fato a meu ver colocam em jogo um imenso problema que não se refere somente às pessoas que se preocupam com a psicologia da higiene mental.

Esse problema é o de saber se o capitalismo, após ter devastado todos os modos de relações do mundo tradicional, todas as economias clássicas, depois de ter destruído os antigos tipos de família, a forma das relações pré-capitalistas arcaicas de ligar-se ao trabalho e ao tempo, aos antigos ritmos de vida, aos antigos modos de falar, toda uma série de cerimoniais, de comunicações, após haver reduzido os indivíduos a não ser mais que engrenagens, concentrados sobre o valor monetário de seus atos... consegue que eles correspondam ao mercado capitalista, se tornem cifras em relação ao equivalente geral do capitalismo. Todos esses indivíduos que são fascinados pela sua promoção. Cada signo de promoção lhes dá acesso a tal tipo de alojamento, a tal tipo de relação social, a tal tipo de prestígio. Após ter destruído todo um modo de vida, o capitalismo vai conseguir construir outro modo de família, de relação homem-mulher, de relação pai-filho, de outro tipo de relação com o tempo. Porque, nesse caso, é mister admitir que todos os projetos de transformação social, de revolução histórica, serão consideravelmente ameaçados. Nós temos visto imensas revoluções que derrubaram as antigas relações de produção, que expropriaram o poder da burguesia, que reencontraram quase que automaticamente, inconscientemente, mecanicamente, os antigos valores relativos à alienação da mulher, relativos a um certo tipo de família centrada no poder do homem, um certo tipo de alienação da criança, de hierarquização alienante da burocracia, uma motivação absurda para o trabalho que consiste em obrigar a trabalhar segundo finalidades que não correspondem a nenhuma sorte de interesses vitais, nem para a sociedade, nem para o indivíduo.

Logo, o que está em jogo é o seguinte: se existe uma possibilidade de salvar a espécie humana, pois creio que é assim, simplesmente, que devo dizer as coisas, de impedi-la de ir mais rápido em direção a essa espécie de fim catastrófico para o qual ela se encaminha, dessa espécie de destruição do meio ambiente, dessa sorte de conflitos mortais que estalam em todas as direções, às vezes, com objetivos rigorosamente absurdos, que não avançam em nada a situação dos oprimidos. Se a gente quer reorganizar a produção para os objetivos que permitam as pessoas no mínimo de viver, ser feliz... se a gente quer criar uma sociedade que permita criar verdadeiros – isso que chamei, em outras exposições – valores de desejos e, bem, eu creio que é necessário tomar consciência, o mais profundamente possível, de que uma drástica reorientação das lutas deve ser traçada. Não somente as lutas sociais devem ser levadas em grande escala pelos partidos, pelos sindicatos, pelos movimentos revolucionários, os movimentos de luta de toda natureza correspondentes às relações de força. Mas também essa mesma luta, essa mesma revolução, deve ser levada a todos os degraus das situações locais, aparentemente minúsculas.

Eu acredito que aquilo que conta é a construção de sistemas alternativos, microscópicos, por exemplo, de encarregar-se das pessoas que hoje são enviadas aos hospitais psiquiátricos, das pessoas que, na saída do hospital psiquiátrico, não encontram alojamento, nem trabalho, das pessoas que têm necessidade simplesmente de falar, porque é importante falar de certas coisas e impossível sair de certas situações dramáticas da vida se não há alguém, ou vários, para escutar ou para propor alguma outra coisa. E é pavoroso ter que pagar para falar com alguém nessas situações.

Bom, mesmo na escala mais microscópica, de próximo a próximo, alguma coisa pode ser construída, esse é o sentido de que tratamos de fazer na Europa com a rede alternativa à psiquiatria. Essa é a orientação de diferentes tentativas que são precárias, que não trazem

soluções definitivas, mas que são, talvez, os verdadeiros lugares onde os problemas podem ser colocados, não forçosamente contra os especialistas, mas sempre que eles aceitem falar nesses lugares, explicar que é que eles fazem efetivamente, como eles se desembaraçam das suas incertezas.

Eu desconfio fundamentalmente das sociedades psicanalíticas dos psicanalistas e de seus status nas sociedades; isso que digo não é nenhuma condenação a priori; é provável que uma reconversão seja possível, sobretudo em países como esse, onde os problemas estão colocados com uma acuidade, numa dimensão extraordinária. Eu desconfio do caráter elitista de uma reunião como esta aqui, porque eu tenho a impressão que isso que nós falamos, a linguagem que usamos, concerne talvez mais a todo o resto do Brasil que não esteja hoje aqui, toda a massa das pessoas que não têm terra, que estão numa miséria pavorosa, esses jovens que não veem nenhuma perspectiva para sua existência, todas essas pessoas que estão nos hospitais psiquiátricos etc.

Então, eu faço votos para que, após estes encontros, haja, por diferentes meios que caibam, (acerca dos quais eu não tenho nenhum tipo de ideias), possibilidades de que tudo o que foi dito aqui seja retomado, incluindo os níveis mais simples. Isso não quer dizer que estou propondo uma solução acabada, mas que, pouco a pouco, ouvindo uma orientação que nos inclua a nós mesmos, possamos adquirir certa confiança para inverter a orientação que nos é dada pela universidade, pela mídia e, assim, acharemos (estou convencido) verdadeiras soluções na medida em que inventemos novas práticas.

### **Gregorio Barembritt**

– Esta brilhante abertura feita por Félix Guattari vai me permitir ser menos redundante e basear-me nas definições que nos acaba de transmitir.

Há em português um belo refrão que diz: “O melhor é inimigo do

bom”. Quando se lê ou se ouve textos e discursos de crítica da função reprodutiva da psicanálise, aprende-se realmente muito, tanto de críticos que eu chamaria de moderados, como Robert Castel, quanto de radicais, como seria o discurso de Guattari. Esses estudos nos permitem, trabalhadores da saúde mental com formação psicanalítica (entre muitas outras), compartilhar uma profunda suspeita acerca da teoria, o método, a técnica, a clínica e a inscrição doutrinária dessa disciplina. Dão-se voltas até que se chega à conclusão de que definitivamente é assim: a psicanálise é uma maquinaria social que cumpre fielmente, homogeneamente, ou não desigualmente, a função de reprodutor do modo de produção (dito num sentido muito amplo). É muito possível que seja assim, mas na América Latina, quando se estuda quais são os sistemas psicológicos (ou não) dos quais se valem os equipamentos de Estado para criar um doutrinamento reprodutivo dos valores da vida cotidiana, encontramos, pelo menos do ponto de vista estatístico, uma absoluta insignificância da psicanálise. Justamente pelo chamado subdesenvolvimento dos instrumentos de controle disciplinares não são os mais “modernos”. Tanto como prática assistencial, pela capacidade de tratamento de pacientes que um psicanalista individual pode atender, ou ainda na análise grupal, ou na pseudoanálise institucional de inspiração psicanalítica, a quantidade de usuários é bastante limitada (veja se o levantamento de dados feito por Eduardo Mascarenhas neste Simpósio). Por outra parte, a inscrição do discurso psicanalítico como maneira de fundamentar as mensagens dos meios massivos de difusão, é muito superficial e bastante pouco frequente. Então, não se demora em advertir que a psicologia norte-americana, através de diferentes correntes de tipo multitudinário, é a que realmente funciona como aparelhos de produção de subjetivância na América Latina. Então, quais são essas correntes? Hoje mesmo comentava em outro curso que temos: as terapias comportamentalistas, a gestalt-terapia, o neo-reichismo bioenergético, a terapia centrada no cliente de Rogers,

o holismo, o transacionalismo, a teoria da comunicação, a sistêmica, a engenharia humana, o coaching, a qualidade total, a psicanálise existencial, a logoterapia, a terapia fenomenológica etc. Esses discursos e técnicas psicológicas não só são psicanalíticos, mas frequentemente são francamente antipsicanalíticos e seu conjunto hegemoniza toda a manipulação da subjetividade neste subcontinente. As pequenas elites universitárias, as pequenas burguesias assalariadas, funcionários ou comerciantes, e/ou a baixa grande burguesia que se psicanaliza mesmo é um número insignificante da população. É apenas talvez o 0,1% dos habitantes em geral. Quiçá na Argentina essa influência seja mais pronunciada.

Se aprofundarmos e ampliarmos um pouco mais a análise, as verdadeiras maquinarias de imobilização política de massas no Brasil são as religiões (com a única exceção da Teologia da Libertação). O Brasil é o país com mais católicos no mundo, além de evangélicos, pentecostais, protestantes, hebraicos, budistas, hinduístas, islâmicos e uma enorme quantidade de seitas esdrúxulas, sem falar dos complexos e contraditórios cultos afros.

Aqui, na América Latina, a psicanálise não é a parafernália predominante usada pelo conservadorismo, os fascismos e o neoliberalismo para o que poderíamos chamar pitorescamente de a “produção dos homens”, a fabricação de certos ideais do ego etc. A ética (a rigor, a moral) do discurso psicanalítico (geralmente cética, pessimista, resignada, dilatária, pseudolibertária etc) é contraditória demais. Apesar de ter inspirado movimentos subversivos em alguns países e momentos, os marcou com um individualismo que lhe é muito característico.

Mas o problema é que, como já foi observado claramente neste Simpósio, a produção de demanda de serviços psicológicos é colossal no país, e a formação dos trabalhadores da saúde mental pode ser tanto unilateral e fanática como saturada, confusa e dispersa.

Então, quando se quer planejar no Brasil estratégias de luta de-



mocrática que tenham certas prioridades, a saúde, em geral, e a saúde mental, em especial, são temas (entre outros) de imperiosa necessidade. Por certo que as micropolíticas populares autogestionadas sobre o particular são o fundo da questão, e é óbvio que seus agentes as protagonizarão de acordo com suas respectivas singularidades. Cada trabalhador da saúde mental tem uma, e tenho a convicção de que não se pode incitá-los a esquecer tudo o que aprenderam para a cada hora atuar com quem está do lado e fazer uma “boa ação” coloquial microrrevolucionária *full-time* completamente inespecífica. Isso lembra um pouco o slogan de “amar ao próximo” que inspira tanta desconfiança com a psicanálise. A tessitura microrrevolucionária não descarta certo planejamento de estratégias, táticas e técnicas, objetivos próprios de cada âmbito, hierarquizados e sempre provisoriamente calculados, segundo um estudo autoanalítico de conjuntura.

Mas, por outra parte, temos que considerar que os trabalhadores da saúde mental também são cidadãos, também têm direito a uma sobrevivência digna.

Como seu nome indica, eles têm que trabalhar para viver e, dificilmente, possam fazê-lo (embora desejável) fora da condição de profissionais liberais autônomos ou de assalariados. Diversas estatísticas mostram que mais da metade dos formados, nas diversas especialidades da saúde mental, não consegue trabalho ou, se consegue, frequentemente, é mal paga e exerce em condições de tarefa insalubre.

As organizações, sociedades científicas etc, aquelas em que esses agentes tentam dificilmente ingressar, mais que lugares de aperfeiçoamento da formação são equipamentos para aquisição de prestígio, conexões profissionais, encaminhamento de pacientes etc. Dificilmente essas instituições, organizações, estabelecimentos têm importantes polos instituintes que propiciem uma associação, formação e prestação de serviços variavelmente democrática, solidária e popular. Muitos têm um setor de “clínica social” gratuita, que costuma ser

uma engrenagem a mais para prender os candidatos nas supervisões. Não obstante, isso não justifica preconizar e convencer os trabalhadores da saúde mental (como afirma um ilustre participante desse Simpósio) de que toda instituição, organização ou estabelecimento cujo nome começa com “Psi” são reacionários.

Se assim fosse, se todo consultório, hospital, clínica, escola, consultoria ou gabinete psicopedagógico é exclusivamente repressivo e reprodutivo, então devemos aconselhar os trabalhadores da saúde mental: “Deixem tudo isso” e como dizia Hamlet a Ofélia: “Vai para um convento”, ou vai como voluntário trabalhar com os indígenas na Amazônia, ou com os Sem-Terra, ou como eu mesmo fiz nos meus bons tempos, com psicoterapia dos companheiros da luta armada urbana em bares e botecos. Lamentavelmente, a enorme maioria não seguiria esses “conselhos”. Essa maioria gastou cinco anos da sua vida e de seu salário ou patrimônio para formar-se. Não tem família opulenta, talvez queira reunir-se para formar outros tipos de associações autogestionárias ou cogestionárias, nas redes de saúde do terceiro setor, atender a usuários com poucos recursos etc. Cabe dizer **para todos** que deixem essas “malditas profissões e especialidades” e se dediquem ao microapostolado de dialogar com quem precise e não possa pagar nada? É uma sugestão corretíssima e emocionante, sem dúvida, não é para psicanalistas “abstinentes”, mas o mais provável é que não seja seguida. Um amigo me dizia que as emoções revolucionárias no capitalismo duram 15 minutos, que é o tempo que se leva para sair daqui e chegar em casa. Por outro lado, se eu lhes menciono que nas próximas crises cada vez existirão menos consultórios particulares, empregos em corporações ou em postos de Estado, se lhes explico que a única forma que têm de sobreviver dignamente é formar grêmios e sindicatos fortes, unir-se, integrar uma organização conjunta com todos os servidores da saúde mental – e ainda com todos os outros – para defender suas reivindicações trabalhistas, que têm que formar,

por exemplo, cooperativas de ensino, de pesquisa ou de prestação de serviços, até pode acontecer que muitos o façam.

Acontece que cada conjuntura é única e irrepetível, singular, isso me ensinaram Deleuze e Guattari, e que em cada encruzilhada (entre outras constatações) é preciso definir qual é o inimigo principal. Creio que aqui no Brasil, neste momento, na frente da saúde mental e na da cultura, o inimigo principal não é a psicanálise. E isso sou eu quem lhes diz, sendo que saí estrepitosamente de uma associação psicanalítica filial da Associação Internacional, por razões fundamentalmente ético-políticas, para poder desenvolver outro tipo de concepção e exercício possíveis em nome (ou não) da psicanálise. Não sei se encontramos ou não essas alternativas; inclusive, hoje, tenho sérias dúvidas sobre se é recomendável ou não, seguindo a crítica radical que fazia Guattari. Mas vi alguns resultados interessantes a esse respeito, entretanto tratava de inventar outras opções. Sem dúvida, considero que aqui o inimigo principal não é a psicanálise, apesar de que há três associações psicanalíticas afiliadas à Associação Internacional da Psicanálise, terrivelmente reacionárias. Mas é justamente por serem fechadas como são que se tornam “protetoras” do ponto de vista macropolítico. Mas a capacidade real que elas têm de mobilizar e aceitar profissionais ativos, ou pelo menos funcionar como promessa de ingresso, é minúscula. A massa de trabalhadores da saúde mental se orienta em outras direções, ligadas à medicalização de todo tipo de sofrimento humano. Então essas opções podem vir a ser o inimigo principal, assim nossa finalidade tem que ser a luta contra os aspectos mais alienantes e repressivos dessas outras direções. Mas, a partir de que teoria lutar? Desde as melhores, e uma delas me parece ser a que acaba de expor Félix Guattari. Há anos que estudo essa teoria e cada vez a compartilho e tento utilizá-la mais consistentemente. Microrrevoluções em todos os lados e, ao mesmo tempo, pequenas revoluções todos os dias. Em cada instante. Mas tenho, conjunturalmente, outra concepção estra-

tégica de como aplicar essa teoria, porque acontece que quando se propõem objetivos muito puristas e exclusivos, acaba-se por não fazer nada. A experiência de muitos, e a minha, me mostrou que, muitas vezes, o único que se pode produzir são agenciamentos, teorias e procedimentos aparentemente próximos ao que “todo o mundo” parece saber “que estão aí”. Se me permitem uma metáfora, diria que essa ideia lembra aquele lema clássico que recomendava “Partir da ideologia espontânea do proletariado” ou do segmento social que se procura conscientizar e ajudar a organizar-se.

Estou convencido de que, pelo menos aqui, na América Latina, temos que trabalhar, manifesta ou clandestinamente, em dispositivos criados ad hoc, ou “infiltrados” em todas as entidades do Estado, das corporações e da sociedade civil em geral. Esperamos que chegue um tempo em que tudo o que usamos como “camuflagem” poderá ser criticamente abandonado.

O que não podemos tampouco propiciar fazer, nestes tempos sombrios, é o suicídio da luta armada. Não porque não se justifique, mas porque a perdemos. Então, me parece que temos que propagar um tipo de organização ainda cogestionária, que simplesmente vai aproveitando os resquícios, as linhas de fuga, os desejos das formações anteriores. São os trabalhadores da saúde mental, dos hospitais, dos dispensários, das clínicas, das escolas, fábricas, de todos os lados, os que organizados sindical e profissionalmente, respeitado seu lugar na sociedade civil, que podem produzir algum efeito que os desalienem e que os ajudem na transformação do sistema segundo sua qualificação intelectual, profissional e científica. Tudo isso pode ser feito, ao mesmo tempo, micro e macropoliticamente, sem descartar outros territórios nos que se pode militar de maneira molecular, mas conspícua.

Acredito que as máquinas e equipamentos de Estado não são máquinas monolíticas; elas têm áreas de permeabilidade das que temos que analisar cuidadosamente as fendas e polos funcionantes que

podem ser intensificados. Todo hospital, escola, associação de bairro, clube esportivo etc pode ser um lugar de luta, de “infiltração”, como em algumas das suas obras dizem Deleuze e Guattari. Mas a “infiltração”, embora não possa seguir linhas duras, deve seguir também as linhas mais flexíveis que não estão ausentes nas figuras institucionais da profissionalização e da especialização. Como muitos autores já sustentaram, até uma sessão psicanalítica pode ser um lugar de “conspiração” ou de confrontação. Podem-se fazer simulacros de psicanálise e deflagrar linhas de fuga do desejo, desmolarizando pequenos dispositivos produtivos e desejantes nesse âmbito. O mesmo se pode fazer, com muitos limites, dentro dos grupos psicanalíticos, sem apologizar uma violência universal e simultânea. E quando alguém condena o discurso e certas práticas aparentemente psicanalíticas, é preciso que considere se o panorama político repressivo os justifica. Mudar um hospital psiquiátrico (que “cura” com reclusão e com eletrochoque) e torná-lo um lugar acolhedor para a proteção transitória de quem precisa: será que deixa de ser um espaço fechado? É possível, mas, ao mesmo tempo, pode ser um reduto salvo de reunião, um espaço de mútua conscientização, com psicoterapia familiar, grupal, assembléias etc. dentro de um panorama terrorista de Estado. Essa foi a experiência do grande institucionalista Tosquelles.

Concluiria dizendo, provisoriamente, que provavelmente haja uma diferença estratégica e tática em nossas concepções. Mas eu tenho a impressão de que aqui, neste momento, para a América Latina, precisa-se de um espectro amplo de opções. Fui testemunha da imensa importância (negativa) que a direita dá a uma modernização e humanização dos hospitais psiquiátricos. Para a ditadura militar argentina, um processo desse tipo, digamos, progressista, levado adiante no célebre hospital da localidade de Lanús (província de Buenos Aires), teve tanta importância que foi vítima de um feroz ataque com tanques e helicópteros. Por quê? Porque esse hospital, apesar de estar im-

buído de uma ideologia psicanalítica, comunicacional e sistêmica, era de fato mais democrático (e muito mais “infiltrável”) que os hospitais clássicos, que eram, simplesmente, um quartel a mais. Isso fica demonstrado porque, pelo menos aqui, nas ditaduras da América Latina, a repressão cai sempre sobre iniciativas que, em outra parte, talvez seriam integralmente modernos equipamentos de biocontrole. Então, encerraria estas palavras dizendo que do ponto de vista cultural e político, a psicanálise cumpre (apenas por enquanto) uma função ou bem insignificante ou bem aproveitável para sua infiltração por linhas conjuntamente subversivas.

Agora, do ponto de vista de seu porvir econômico, a psicanálise tradicional não serve para nada, porque tem a ver fundamentalmente com a renda dos analisados, o que não tem nenhum vínculo relevante com modificações profundas no nível das instâncias econômicas, se aceita-se chamar assim ao processo de produção de bens materiais. Porque a psicanálise “aplicada” incide muito pouco sobre a produção propriamente econômica, e não é praticamente utilizável, por exemplo, em nível do incremento da extração de mais-valia absoluta. O capitalismo industrial, por exemplo, produziu doutrinas e procedimentos técnicos que deram origem a vários ramos da Psicologia Social estrutural-funcionalista, ou comportamentalista, que nada têm de psicanalíticas, e que são bastante eficazes no sentido da produção de mais-valia, e do controle.

Terminaria dizendo, então que, se posso dar alguma mensagem, se posso fazer uma exortação, como diz Guattari (exortação que é para nós mesmos também), é que tudo quanto façamos no sentido hoje proposto o façamos juntos.

### **Armando Bauleo**

– Como não é bom que seja de outra maneira, gostaria de colocar minha intervenção em certa contraposição as de Guattari e de Gregorio, aos quais escutei com agrado e atenção. Pareceu-me que nas

exposições deles, ademais de outra série de contribuições, havia certa tendência à exortação. Em alguns momentos houve uma inclinação a dizer para a audiência “o que fazer”. Não há dúvida que os companheiros que estão aqui vieram para trocar ideias e experiências e também para aprender de mestres muito reconhecidos. Mas eu me perguntava se é preciso insistir tanto em “O que fazer” (como diria Lênin). Acaso os companheiros são crianças? Eles não têm sua própria experiência? Não sabem acaso qual é a função da crítica e da autocrítica? Embora essa mesa tenha derivado um pouco longe de seu tema principal (a sexualidade como Instituição), creio que é preciso ter muito em conta que, qualquer que seja a estratégia política que se tome, nesse caso de tipo profissional, para ser atuante, ela terá que estar animada por um desejo muito forte de autonomia, por uma quase voluptuosidade instituinte. Embora esplêndida, a fala de meus colegas de mesa pode ser recebida como uma advertência para o futuro, como uma prevenção de cuidado com um possível “porvir de uma desilusão”, ou como uma “desilusão **no** porvir”.

Claro que cada um dos expositores fala da sua experiência, e da maneira coerente com a que até agora conseguiu processá-la e o faz com a melhor das intenções. Não obstante, essa antecipação, se me permitem observar, apela muito à memória, tanto a dos expositores (que de um modo ou outro) contam o que lhes aconteceu... ou o que não lhes aconteceu), como requer também a memória dos membros da plateia que, como dizia Gregorio, correm o perigo dos poucos quinze minutos de lembrança do que ouviram prazerosa e empolgadamente. Mas o problema é que, dadas as características de um dispositivo como este das mesas redondas, o público não tem muita oportunidade de relatar o que pensa, sente e faz, como o faz e que gostaria de poder aprender a fazer a respeito dentro de uma linha transformadora. Então me parece difícil que alguém amanhã, voltando para suas ocupações habituais (o consultório, o hospital, a escola etc.) consiga lembrar o

que lhe foi sugerido com a apropriação que sua singularidade o requer. Daqui uma semana, um mês, é claro (como foi dito), o comparecimento a este belo Simpósio constará nos seus respectivos currículos (ao qual tem direito), mas não sei se vocês se dariam a oportunidade de criar dispositivos coletivos para seguir trabalhando grupalmente o que recolheram aqui. Por outra parte, pelo menos a mim, me dá muito prazer dialogar para a mudança. Pode ser muito erótico. Se concordarmos em prescindir da psicanálise, por ser um equipamento de controle social, tudo faz pensar que temos que substituí-lo por outras conversas. Se não, podemos cair em algum jogo perverso de prazer unilateral.

Isso que digo pode parecer um pouco provocativo, mas provocar não é um recurso retórico ofensivo. Não se pode provocar? Nossa sociedade proíbe provocar neste tipo de evento? Se nós, os da mesa, nos empenhamos em antecipar para vocês todas as alternativas possíveis, se não fica bem claro que estamos definindo-as desde nosso modelo de ruptura (seja bem-sucedido ou fracassado), desde nosso estilo de investimento de desejo e de vida, corremos o risco de propor-nos, igualmente aos psicanalistas, como padrões muito bem teoricamente dissimulados de identificação. Eu sei que vocês têm participado bastante perguntando, questionando e dialogando com os expositores, mas peço licença para sugerir que conversem muito conosco e também muito entre vocês.

No nosso tipo de sociedade é muito difícil ser sincero. Mas seria bom tentar.

Eu teria muito prazer se vocês me contassem, por exemplo, o que vivem no seu trabalho. Vocês têm medo? Vocês acreditam que nós não temos?

A mim me parece que um presente no qual realizemos a “realista ilusão” de um bom encontro é a melhor prevenção possível contra o futuro de uma desilusão. Muito obrigado.



# MESA REDONDA: A PSICANÁLISE: SEUS TOTENS E SEUS TABUS

*Luis Fernando de Mello Campos*

*Gilberto Velho*

*Erving Goffman*

*Howard Becker*

## **Luis Fernando de Mello Campos**

– Nesta mesa-redonda, eu, um psicanalista, participo ao lado de dois eminentes antropólogos e um importante sociólogo. Trata-se de Erving Goffman, que fez um profundo estudo acerca do significado e da organização das instituições totais, nosso valioso Gilberto Velho e o conhecido pesquisador Howard Becker, que trabalham com a noção de desvio da imposição da norma, da relação entre desvio e divergência na antropologia e na sociologia do desvio. Fiquei me perguntando sobre qual seriam as contribuições que poderíamos procurar fazer entre nós, e em comum, para a psicanálise, suas instituições, seus grupos, seus dissidentes etc. Fiquei a cogitar como desenvolver uma linha de pensamento em que pudessem integrar os conhecimentos dos meus colegas de mesa em algo que pudesse ser mais claro ou não sabido da psicanálise, sua ética, sua política, sua teoria, método, técnica e clínica, assim como sua relação com as sociedades no seio das quais todos esses aspectos se desenvolvem. Ao preparar o trabalho que eu vou expor, senti-me inspirado, não só pelas publicações dos colegas aqui presentes, como também pelas minhas próprias experiências e por tudo aquilo que tenho ouvido neste Simpósio. Surgiu-me a ideia de que talvez, ao falarmos da psicanálise, desde todos esses pontos de vista, mas especialmente de seus totens e de seus tabus, estaríamos de certa maneira indo ao âmago de tudo aquilo que foi visto, que foi ouvido, que foi discutido neste Simpósio. Porque no momen-

to em que nos propomos a uma psicanálise que realmente se constitua como uma ciência, uma filosofia ou até um saber e uma ação sui generis, é essencial para que possamos aceder a suas crenças, a suas proibições, tanto para entender por que lhe são necessários quanto para tentar expurgá-lo de seus vícios, de seus erros, de suas cumplicidades, de seus silêncios e de suas omissões. Por isso, é exatamente nesse momento, e para essa tarefa que necessitamos da colaboração daqueles que possam ver a psicanálise de “fora”, que possam mostrar-lhe as suas diferenças e as suas continuidades, que possam mostrar-lhe as suas imperfeições. A partir de 1964, como mostrou muito bem Chaim Katz noutra exposição, inicia-se no Brasil um lamentavelmente bem-sucedido processo de desmantelamento de todo tipo de liderança, movimento, pensamento e ação contestatórios ao regime. O aspecto mais visível, segundo Katz, é a eliminação das lideranças estudantis e de suas alianças com outros movimentos. Mas há um aspecto que não fica tão visível que é a progressiva demolição e enfraquecimento dos institutos de formação e pesquisa em filosofia, ciências políticas e sociais e daí por diante. Enfim, todos aqueles dispositivos onde eram produzidos agentes, saberes, ideias que pudessem impugnar o regime. Paralelamente a esse processo, intensifica-se a criação de cursos de psicologia, de cursos de psiquiatria, de cursos de serviço social. Tudo se passa como se tivessem se deslocando para um vocabulário e serviços psicologizantes e beneficentes, aqueles problemas que, por direito e por suas próprias realizações, eram da área da filosofia, da política, da sociologia e da antropologia. Entretanto, a psicologia, e em especial a psicanálise, não puderam ou não quiseram se aperceber disso, porque não incursionavam na psicologia social ou, como é o caso da psicanálise dessa época e lugar, não trabalhavam textos e recursos de intervenção de grandes precursores (como Reich ou Marcuse), seja por ignorância, por prudência ou por passiva (e não tão passiva em alguns tristemente célebres casos) cumplicidade com o regime

ditatorial. Os psicanalistas careciam ou negavam a possibilidade de se pensar enquanto participantes da organização social em geral e da que estava em vigência em particular, enfatizando e manipulando um dos seus totens, o da abstinência técnica, empregando-a como um de seus valores garantidos: aquele da sua apoliticidade. Um dos seus tabus foi e é relacionar-se com tudo aquilo que tenha a ver com a exploração e a dominação coletivas, na medida que supõe não dispor dos instrumentos para analisar tal conjunção. No entanto, se a psicanálise pretende ser uma prática específica de liberação, que permitiria nos livrarmos da repressão (dito num sentido amplo), era e é paradoxal encontrarmos, tanto no funcionamento das organizações psicanalíticas como na prática da transmissão e na clínica em geral, uma psicanálise repressiva, filtrada de todo engajamento, opressiva, aristocrática e cara. De que forma entender esse paradoxo? De que forma compreender que uma ciência que se propõe à libertação, em especial dos indivíduos, que aspira que os grupos humanos possam dispor de maiores e melhores condições de exprimir o seu desejo, de compreender suas mazelas, para poder, entre outras conquistas, de estender seus benefícios (se os há) ao maior número de pessoas possível. Encontramos toda uma mitificação, todo um conjunto de rituais de iniciação, e de promoção carreirista que degradam a autonomia e a dignidade dos(as) cidadãos(as), daqueles(as) que pretendem ser psicanalistas. As organizações psicanalíticas “oficiais” e suas autoridades se apresentam como uma aristoplutoburocracia com uma ostensiva estratificação hierárquica: do saber, do poder, do lucro e do prestígio. É claro que se apresenta também um processo de subjetivação no qual é constituído um exigente ideal de ego, indissolúvelmente ligado e justificativo dessa valorativa funcional à reprodução da organização. Esse processo se dá por meio de uma série de passos muito bem delimitados, através da mimetização especular inculcada pela análise didática; segundo ela, o jovem analisando se identifica com o seu preceptor, com aqueles valo-

res institucionais que lhes dizem para obedecer, para permanecer dentro da instituição, para não contestar. Através de uma metodologia pedagógica, hierática, transferencial, se identificam com os valores institucionais que nada têm a ver com os critérios de cientificidade (ou de excelência) que a disciplina proclama. Através de uma administração e de uma bibliografia selecionada e restrita (que diz muito por aquilo que omite, ou seja, que se denuncia por aquilo que deixa de ensinar), se faz o processo reprodutivo continuar. Através de filas de espera, de seleções leoninas, de vigilância e sanções disciplinares formais ou não, de aceitação ou rejeição, de ordálias de iniciação e de passagem, de progressivas manobras de estancamento ou de ascenso, de manipulação para a ocupação de cargos por parte do candidato dentro dos mencionados estamentos, de títulos e diplomas de reconhecimento etc. Enfim, todos aqueles rituais que fazem com que você se sinta (ou não) um eleito, um escolhido a penetrar no sacrossanto recinto onde receberá os ensinamentos sagrados que lhe permitirão ganhar bastante dinheiro e ser um sacerdote pertencente a uma egrégia igreja. Enfim, com todos esses recursos, a instituição psicanalítica oficial gera agentes que não a questionam e que não se questionam, e isso permite que a psicanálise vá progressivamente se afastando do público, da transparência e da justiça, embora mantenha oficialmente um discurso “democrático”, respeitoso da ordem constitucional e mantenha manifestamente a preocupação de uma disciplina aspirante à verdade libertadora. Essa psicanálise institucional vai progressivamente se afastando dos valores que (ético e epistemologicamente coerentes ou não) propugnava seu inventor, Sigmund Freud. Essa psicanálise se afirma na sua constituição como um artefato reprodutivo, como alguma maquinaria que forma parte da “natureza” dominadora, exploradora e mistificante da sociedade na que reside e prospera. Então, ao pensarmos nessa psicanálise institucionalizada (e também noutras) é que me voltei a perguntar (uma vez a mais), qual é o sentido deste Simpósio? Expurgar, criti-

car, questionar, discutir? Mas a partir de que instrumentos? Não poderíamos fazer essa crítica exclusivamente com instrumentos psicanalíticos? Não, porque exatamente são esses os instrumentos que, ou não são confiáveis (conhece-te a você mesmo da maneira que sigas sendo você mesmo), ou não foram suficientemente cultivados. A psicanálise não sabe como se psicanalisar (ou é melhor que não o faça); ela se pretende totalmente consciente, negando que ela é a disciplina que se funda a partir da postulação da existência do inconsciente; ela se nega a si própria, já seja a não pensar ou a pensar em se compreender exclusivamente com seus supostos recursos. Necessitamos sim de antropólogos, de sociólogos, de historiadores, de juristas, de linguistas e de todos aqueles que possam analisar a psicanálise, (assim como de tantas outras correntes culturais), retirá-la de sua onipotência e mostrar-lhe as íntimas (desconhecidas ou inconfessáveis) conexões que mantêm com a sociedade que existe. Essa psicanálise que se faz dentro de uma sociedade concreta, num momento histórico definido, precisa ser repensada e reavaliada, pontuada nos seus alcances, potenciada nas suas contribuições, mas expurgada de tudo aquilo que não é verdadeiro, justo e fraterno até o ponto de ter que abandoná-la.

### **Howard Becker**

– Eu gostaria de abordar os problemas que Luis Fernando colocou em um contexto mais amplo, num contexto sociológico, considerando esses problemas como sendo próprios a qualquer ocupação, ou profissão, que adquiriu certo grau de *status* e poder na sociedade. Estou muito surpreso com a maioria das discussões que ouvi neste congresso. Bom, não sei muito bem como dizer isto, não quero insultar a psicanálise, mas me choca que um paciente surja no consultório de um psicanalista falando da maneira como alguns de nossos colegas aqui relataram; eles podem ser considerados como se estivessem sofrendo de uma doença grave, a saber, delírios de grandeza etc. Isto é, nós ouvimos várias falas quanto aos terríveis perigos associados

à psicanálise, quanto mal a psicanálise pode fazer, obviamente isto é apenas a outra face da noção de que ela pode também fazer muito bem. Ou seja, que de fato a psicanálise tem um grande poder porque ela tem muito conhecimento, que é correto dizer, muito entendimento de como a mente humana funciona, porque é dessa posição tão importante que o que ela faz pode afetar grandemente o que ocorre no mundo, para o bem ou para o mal.

De meu ponto de vista, a psicanálise não tem essa espécie de poder, ela não pode afetar muito o que ocorre no mundo, de um modo ou de outro. Em parte, porque como disse Goffman, não temos o tipo de conhecimento que a psicanálise pretende ter; não sabemos de fato o que é verdade com relação à natureza humana no grau que a psicanálise supõe que saibamos. Portanto, não estamos na posição de ter esse conhecimento e sermos aptos a fazer tanto bem e, por outro lado, tampouco sermos capazes de fazer tanto mal. De fato, a psicanálise é, provavelmente, uma coisa relativamente inócua na sociedade contemporânea. Eu penso que, como qualquer outra profissão que alcança certo *status*, os psicanalistas que representam a psicanálise gostariam de sentir, de fato, que eles estão em condição de fazer um grande mal. Há muitos anos eu fiz uma pesquisa sobre estudantes de medicina em uma faculdade de medicina estadunidense, e uma das coisas que eles mais queriam era ter permissão para fazer, enquanto fossem estudantes, coisas que, se eles fizessem errado, matariam o paciente. Eles não queriam matar o paciente, mas eles queriam fazer coisas que implicassem tal grau de perigo, porque isso, ao mesmo tempo, significaria que eles podiam fazer um grande bem.

Pois bem, todo grupo de trabalho profissional ou ocupacional que tem um nome e uma organização, tal como tem a psicanálise, conta muitas histórias sobre si mesma. E a principal história que uma ocupação conta sobre si mesma é o quão importante é o seu trabalho, como a sociedade estaria totalmente perdida sem o trabalho de seus

profissionais. Parte do que está implicado ao contar essa história é, se fizermos errado, se o tipo errado de pessoas se tornar membro de nossa profissão, se usarem as magníficas técnicas de nossa profissão de maneira errada, há um grande dano sendo feito. Em certo sentido, sinto que eu estou fazendo a crítica mais fundamental que possivelmente se possa fazer à psicanálise, não que ela seja errada, mas que é trivial e irrelevante. Eu me lembro da experiência que os cientistas sociais estadunidenses tiveram durante a guerra do Vietnã. Vocês todos sabem do que se trata. Descobrimos que muitos cientistas sociais, antropólogos, cientistas políticos etc, estavam envolvidos em trabalhos com o governo dos EUA para ajudar no processo da guerra contra o Vietnã. O clima intelectual nos EUA mudou, a maioria dos intelectuais achava que a guerra era uma coisa vergonhosa, e quando o clima se modificou, as associações profissionais de antropólogos e de outras disciplinas das ciências sociais ficaram muito aborrecidas, como vimos pessoas aqui aborrecidas com a psicanálise, de como era terrível que nossa gente participasse no auxílio à opressão do povo vietnamita.

Eu, por minha parte, me sinto um tanto cético quanto a isso, porque eu sei que o que meu povo sabe não é muito. Acho que seria muito difícil que um cientista social pudesse ajudar a oprimir os vietnamitas, porque eles não sabem o suficiente para tal. Eu acho que isso é igualmente verdadeiro para a psicanálise. Se o que estou dizendo é verdade, ou seja, que essas disciplinas não têm o conhecimento que lhes permitiria participar nessas ações opressivas, então cabe perguntar: para que tanto estardalhaço? Por que está todo mundo tão aborrecido, se efetivamente nenhum dano está sendo provocado? É claro que os membros dessas profissões negariam isso, pois eles querem poder dizer que sua profissão é capaz de provocar grandes danos, do contrário ela tampouco seria capaz de produzir nada de muito bom.

Vou explicar-me sobre o assunto. Todos sabem que nos EUA e

no Brasil, e em qualquer país, a situação dos manicômios é uma desgraça, as pessoas são tratadas com eletrochoque, são hospitalizadas contra sua vontade, enfim, são encarceradas. Nós podemos culpar a psicanálise e a psiquiatria por esse estado de coisas? Quero chamar a atenção de vocês para um dos escândalos para o qual todo mundo aponta: nesses hospitais não há psiquiatria, nem psicanálise nenhuma. Dizemos que é terrível que nos manicômios haja quatrocentas pessoas e apenas dois psiquiatras, psiquiatras que não veem nenhum paciente, tudo o que eles fazem é assinar as prescrições de drogas tranquilizantes. Se a psicanálise é tão opressiva, então pelo menos os pacientes manicomialmente estão sendo protegidos da opressão dos psicanalistas, pois eles nunca veem ninguém.

Por que as pessoas estão tão aborrecidas com isso? Eu creio que a razão é de fato que essas profissões, psicanálise, sociologia, antropologia, são pequenos grupos que operam em sociedades muito grandes nas quais o poder reside nas mãos de pessoas completamente diferentes. São sociedades estratificadas em que há poder, que nós não temos, mas o que temos é certa vergonha profissional, porque os membros de nossa profissão agem de maneira, eu não quero dizer antiética, mas vergonhosa, na medida em que são capazes de coisas ruins, se elas conseguem ou não, em certo modo, é irrelevante. Quando eu perguntei a alguns cientistas sociais estadunidenses porque eles estavam tão aborrecidos com a participação de cientistas sociais naquelas atividades opressivas, já que sabiam não termos conhecimento suficiente para fazer algum mal, eles responderam que essa não era a questão, mas que era terrível que nossa gente fizesse uma coisa dessas! Em outras palavras, há certa questão de honra da guilda profissional. E, tenhamos ou não feito algum mal ou se trabalhamos de maneira não intencional nesse sentido, se nós fossemos bem-sucedidos teríamos de fato causado dano. Então, o que estou propondo de maneira muito breve, à guisa de conclusão, é que muito da autocrítica que tem



tido lugar nesse congresso é um tanto deslocada. Antes que este tipo de autocrítica ocorra é preciso que haja uma eficácia, resultados, em outras palavras, o trabalho deve mostrar ser capaz de obter o que as pessoas dizem que ele obtém. De certo modo, é claro que não sei o suficiente para dizer o que disse, eu não pesquisei o suficiente para estar seguro de que o que eu disse é verdade. Então, eu gostaria de sugerir que uma das coisas sobre as quais podemos pensar, nos EUA e no Brasil e em outros países em que esses problemas aparecem, é uma pesquisa séria que tenha a ver com a organização social dessas disciplinas e os reais efeitos que o trabalho dessas disciplinas têm na sociedade.

### **Gilberto Velho**

– De certa maneira, o que eu vou dizer dá continuidade a alguns dos raciocínios desenvolvidos pelo professor Becker. Gostaria de frisar inicialmente que este importante Simpósio que hoje vai terminar, precisa ser repensado, avaliado, necessita que haja uma reflexão em torno dele. Uma avaliação que seja, na medida do possível, equilibrada. Quer dizer, eu acho, como o professor Becker colocou, que não se trata de darmos sequência a rituais de autoflagelação e de expiação de culpas. Mas também gostaria de frisar que o que está acontecendo hoje, aqui, não é um fenômeno isolado, de certa forma isso ocorreu na reunião da SBPC, em outras reuniões científicas, acadêmicas, que têm se realizado no Brasil nos últimos meses. É muito mais uma tentativa de autoconsciência, de criação de um novo espaço, de uma redefinição da nossa posição enquanto acadêmicos e intelectuais, diante de uma sociedade brasileira que apresenta alguns sinais de mudança. Ora, qualquer mudança implica uma série de dificuldades e, principalmente, que os indivíduos que estão vivendo a mudança geralmente não têm muita consciência, não têm muitos elementos de juízo, não têm clareza para explicar, naquele momento, o que está acontecendo; muitas vezes podem superestimar e, outras vezes, podem subestimar

o seu papel dentro desse processo de mudança. O fato de estarmos aqui durante esses dias reunidos, psicólogos, psicanalistas, psiquiatras, cientistas sociais e um público geral, é, sem dúvida, um fato em si altamente positivo e temos que ter consciência da importância desse fato. Agora, não podemos deixar isso ficar por aqui, é preciso que haja realmente algum tipo de continuidade e sequência com essa preocupação de delimitação do nosso espaço, porque no processo de, com aspas ou sem aspas, uma eventual abertura da sociedade brasileira, não só os camponeses, os operários, as camadas mais sofridas de nossa sociedade vão ter que encontrar, de alguma forma, um espaço, mas também os estudantes, os acadêmicos e os intelectuais. Em algum nível vai haver uma especificidade para cada uma dessas áreas, não vai ser a mesma coisa, nem intra nem extra disciplinária. Nós temos que estar preocupados em saber qual é o grau de especificidade de nossa experiência enquanto acadêmicos, intelectuais, cientistas etc. Esse tipo de acontecimento, como este Simpósio, pode deflagrar, pode contribuir para deslanchar um processo altamente criativo a partir desse tipo de preocupação. Outro dia, por exemplo, durante o Simpósio, creio que foi ontem, já perdi um pouco a noção do tempo, discutia-se a relação entre a antropologia e a psicanálise, e uma das coisas que se disse foi que os analistas podiam analisar os antropólogos. É verdade o que se faz, muitos antropólogos fazem ou fizeram análise e isso faz parte de sua experiência que, certamente, é uma experiência, em geral, rica, não necessariamente satisfatória sempre, mas pelo menos rica. Agora, qual é o outro lado, qual é a volta que a antropologia e as ciências sociais como um todo podem dar à psicanálise? Em termos de aportar algo para essa reflexão, parece-me que a nossa contribuição enquanto homens de ciência é tentar refletir com os psicanalistas a situação, e a posição, da psicanálise. Quando eu falo da situação e da posição da psicanálise, eu não estou me referindo mais, já se discutiu isso muito aqui, à teoria psicanalítica propriamente dita,

a sua problemática epistemológica, aos aspectos mais teóricos propriamente em termos de relacionamento com outras disciplinas; esse tipo de discussão que evidentemente é importante. Mas existe outro lado, outra dimensão que poucas vezes realmente nós tocamos, em grande parte porque a psicanálise virou para nós alguma coisa mais ou menos sagrada. Quando digo nós, aludo a um pequeno mundo nas grandes cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, pequenos segmentos da sociedade brasileira. Não vamos nos iludir a respeito da relevância, como Becker colocou muito bem, da psicanálise para a sociedade brasileira como um todo. Ela é uma experiência restrita a uma elite muito limitada. Então, creio que é preciso colocar os pés na terra e tentarmos, de alguma maneira, pensar o que é a psicanálise não só enquanto teoria, mas enquanto realidade em termos de organização social. Nesse caso, a psicanálise é como qualquer outra ocupação, e nós vamos nos esforçar para tentar encará-la como qualquer outra ocupação, com seus limites e com suas dificuldades. Eu vou encaminhar para vocês algumas questões que eu encaminharia a qualquer antropólogo ou sociólogo que estivesse se propondo a fazer uma pesquisa sobre algum tipo de atividade, sobre algum tipo de ocupação. Não em relação a esse mundo analítico, falo especificamente do Rio, embora até certo ponto isso pudesse ser estendido a São Paulo. A primeira coisa que eu acho que nós podemos dizer – também não tem dados absolutos para afirmar isto – é uma impressão mais ou menos superficial, através de viagens, de estadias no exterior e de diálogo com outros colegas, é que sem dúvida a psicanálise dentro da elite do Rio de Janeiro tem uma importância muito grande comparando com outros centros e com outras elites. Ela tem um peso, uma relevância, uma significação realmente inusitada; basta ver como o vocabulário da psicanálise é incorporado e utilizado permanentemente nas situações mais diversas e, aparentemente, nas situações mais simples, e você utiliza as categorias do discurso analítico quase que espontaneamente.

Eu acho que há algumas razões para isso, que se relacionam em parte, e não quero ser mecânico, sempre critiquei esse tipo de mecanicismo, mas eu acho que em parte se relacionam com a situação sociopolítica do país. Em parte se relacionam com alguma coisa que nós podemos chamar de cultura brasileira, tem algo a ver até com o catolicismo e com a tradição da confissão. Há vários aspectos que combinados explicam um pouco a importância adquirida pela psicanálise. Agora, há algumas perguntas muito específicas que necessariamente teríamos que fazer se realmente estivéssemos interessados em entender o que se passa com isso que nós estamos chamando de psicanálise e com essas pessoas que nós vamos chamando de psicanalistas. Uma pergunta, de onde vêm os analistas? Qual a sua origem social? Sua origem de classe? Como foram educados? Como eram suas famílias em termos socioeconômicos? É evidente que nós temos algumas ideias gerais sobre isso, que em princípio os analistas, como a maioria dos intelectuais brasileiros, provêm de camadas médias, talvez camadas médias ascendentes. Mas isso é uma questão que nós temos que colocar no estudo de qualquer ocupação. Qual a origem dessas pessoas? Não precisa ser marxista para saber que o background sociológico dos indivíduos é fundamental para a construção da realidade através da qual esses indivíduos vão viver, que é fundamental para a construção das interpretações que os indivíduos vão fazer a respeito do seu mundo, a origem social não explica tudo, evidentemente, como eu vou mostrar, mas é uma variável essencial. O fato de ser analista ou antropólogo não coloca as pessoas pairando sobre a sociedade. Outra pergunta essencial que tem a ver, se não me engano, com o Simpósio, uma mesa redonda que houve aqui e que infelizmente eu não pude assistir, tratava de quem pode ser analista, como são recrutados os analistas, que também se prendem evidentemente à origem social. Quem tem dinheiro para poder ser analista? Quem pode fazer análise? Quem pode estar em condições de pagar um didata? Quem tem con-

dições de dispor de um tempo suficiente para se dedicar, como é necessário, a um tratamento analítico? Outra coisa importante: não é só o problema do dinheiro, é a rede de relações que nós sabemos muito bem, por experiência própria, que existe certa margem de manobra em relação a preços. Então, o que é fundamental? É a rede de relações, *network*, quem conhece quem, quem é capaz de indicar alguém para alguém, quem pode facilitar o pagamento ou não, que rede social é essa que permite que certos indivíduos sejam incorporados e que sejam capazes de, a partir de uma determinada época, se tornarem parte dela. Outra pergunta muito singela: como trabalham? Como se nós estivéssemos perguntando como trabalham os padres. Qual é a rotina clínica, consultório, como o tempo é dividido? Quantas horas trabalham por dia? Qual é o tipo de trabalho que fazem? Onde trabalham? Quanto tempo têm que levar para chegar ao trabalho? Como chegam ao trabalho? Vão a pé? Vão de automóvel? Provavelmente não irão de trem, são poucos casos no Rio de Janeiro. Tudo isso é fundamental para entender mecanismos de criação de um “determinado mundo”, que é o mundo da análise. Uma pergunta essencial que eu tive muita cerimônia de colocar, mas que, hoje, eu acho que já no final perdi a cerimônia, quanto ganham? Quanto ganham os analistas? O que eles podem fazer com o dinheiro que ganham? Qual o seu poder aquisitivo e como o seu poder aquisitivo pode ser comparado? Não só com seus colegas médicos, mas com outros intelectuais, e o que significa a diferença, se ela houver, em termos de estilo de vida, em termos de opção, em termos de organização do cotidiano? O que o dinheiro que ganham permite ou não permite? Permite ter casa própria? Casa de campo? Carro? lates? Jogar na bolsa? Viajar para o exterior? Tudo isso é importante. E vejam bem como isso é importante, o estilo de vida e uma visão de mundo nunca se constituem em coisas acabadas, quer dizer, não é a origem social, conforme fiz questão de frisar, que vai determinar a visão de mundo. Pessoas que têm a mesma ori-

gem social podem, e a partir de um determinado momento, ter uma trajetória muito diferente. Então, existem pessoas que vão se manter mais ou menos na mesma posição social de suas famílias. Outras vão cair em relação à posição de suas famílias, outras vão ascender superficialmente de uma maneira, talvez um pouco leviana, tendo a crer que na maioria dos casos os analistas estão ascendendo socialmente em relação à sua origem social. Então, como é a vida dessas pessoas que ascenderam socialmente, quer dizer, quais são os valores que essas pessoas têm? O que é importante, ir a um leilão regularmente? Ir eventualmente à Europa? Comprar determinados objetos? Fazer caridade? A partir de um determinado momento poder cobrar barato? Pode pensar até em fazer análise gratuita, não sei. Mas o fato é que isso é um dado essencial, se nós quisermos entender realmente o que é o mundo da análise. Nós sabemos muito bem, por experiência própria, eu não tenho problema nenhum de contar isso. Uma vez eu fui dar uma conferência em uma sociedade no Rio de Janeiro, e o que mais me chamou atenção, confesso a vocês, não foi o tipo de pergunta, nem o tipo de curiosidade que eles tinham em relação ao trabalho da antropologia, mas foi o tamanho dos carros, a preciosidade das joias e o tipo de roupa que as pessoas usavam, pelas que poderiam ser identificadas como pessoas de, pelo menos, alta classe média, senão burguesia. Vejam bem, isso não é uma denúncia, isso não é uma pichação, eu não estou com isso querendo dizer: “Vejam como essas pessoas estão vendidas ao sistema”. Não é isso. Nesse ponto, sou muito cético porque eu também acho que os cientistas sociais, inclusive os antropólogos de outras maneiras, também se incorporam e estabelecem estilos de vida que defendem, e que defendem com muita solidez e com muita eficácia. O que eu quero frisar é alguma coisa que eu acho que aprendi com o professor Becker, se trata da importância de uma atitude cética, diante de tudo que está em volta, inclusive perante a análise.

Eu não vejo, aí nesse ponto, tenho certeza de que a minha posi-

ção entre em conflito com alguns dogmas da psicanálise, eu não acho que fazer análise signifique vender a sua alma. Quer dizer que não acho que durante a análise faça sentido você perder, em nenhum momento, o seu arbítrio, nunca a sua capacidade de tomar algumas decisões, sendo que a principal delas é se você vai continuar ou não a fazer análise. Então, toda essa reflexão poderia nos ajudar, caso interessasse aos psicanalistas, porque esse tipo de trabalho não pode ser feito sem o auxílio, o apoio dos psicanalistas. Se eles estiverem interessados, esse tipo de pesquisa poderia nos ajudar a entender um pouco mais o mundo em que nós nos movemos, o mundo de classe média intelectualizada. Outra coisa importante, evidentemente, além do consumo do estilo de vida, interessa o tipo de sociabilidade que os analistas cultivam, com quem se encontram? Com quem saem? A que lugares vão? Com que frequência eles encontram pessoas que não são analistas? Em que proporção eles frequentam ambientes em que existam pessoas que não são seus colegas? Qual a proporção em termos de amigos de colegas de trabalho? Isso é muito importante? Você que é sociólogo ou antropólogo vai perceber isso. Se você sempre se encontra, sempre está com pessoas que fazem a mesma coisa que você faz, implica um tipo de relação com o mundo exterior completamente diferente de outras pessoas, outras atividades que têm contatos constantes e frequentes com outros círculos, é óbvio que eu estou insinuando que é possível que o mundo analítico seja um tanto fechado no Rio de Janeiro. É fundamental, e aí é a coisa mais difícil, estudar as formas de organização, estudar as sociedades analíticas e aí nós nos defrontamos com um problema realmente essencial, que é o esoterismo da análise, que é uma coisa muito parecida com a igreja, com a religião. Existem áreas secretas, existem lugares que você não pode ir, existem reuniões que você não pode assistir. Eu acho que toda atividade tem isso. Eu, como antropólogo participo de reuniões, e existem reuniões que só alguns antropólogos podem ter. Os meus alunos do

Museu Nacional podem dizer isso muito bem, como eles se sentem excluídos, muitas vezes, de algumas de nossas reuniões. Mas isso é importante, é preciso saber quando, onde e com que frequência as reuniões são fechadas, com que frequência as pessoas estabelecem regras rígidas que impedem o acesso à informação. E vejam que nós não estamos falando de coisas tão triviais assim, mas, pelo menos, para um segmento muito restrito da sociedade brasileira, estamos nos referindo a um bem muito precioso, ou seja, a “cuca” das pessoas. Outra coisa essencial, em termos de estudo da sociedade e do mundo analítico em geral, é algo que me parece muito interessante, que toda a problemática deste Simpósio ajudou a iluminar. Por que brigam tanto? Por que tantas facções e por que tantas sociedades? Em torno de que brigam? Em torno de que doutrina? Em torno de crenças? Em torno de valores científicos? Eu confesso a vocês que eu, que sou um antropólogo que há muito tempo lido com a análise, muitas vezes, fico absolutamente estarelecido com certo tipo de briga que não consigo entender. Não é que eu não entenda que haja briga, eu não entendo a lógica que as pessoas invocam para explicar a briga. É preciso um estudo mais aprofundado. Então, não se trata de agredir ninguém, mas lembrar de apenas o seguinte: existem valores em torno dos quais as pessoas brigam, que são valores importantes em termos de orientação científica, em termos de escolha, em termos de ênfase num determinado tipo de problema; mas existe uma outra coisa em torno da qual não só os psicanalistas brigam, mas também os antropólogos e todos os intelectuais brasileiros, mais ainda, todas as pessoas do mundo brigam: acerca do prestígio e do poder. Enquanto não admitirmos isso, que os analistas também brigam, assim como os padres, (olha aí a eleição do Papa), as pessoas brigam em torno de prestígio e de poder e nós não seremos capazes, não só de não entender o papel da análise, mas o que os próprios analistas podem assumir e compreender de sua própria prática. Eles têm que decidir em um determinado momen-



to se são técnicos, se são médicos, se são cientistas ou se são sacerdotes ou magos. Não magros, mas magos. Uma questão essencial que este Simpósio colocou explicitamente é como se relacionam os analistas com os outros setores da sociedade, coisa que, de certa maneira, eu já encaminhei quando perguntei com quem se encontram. Mas, em termos mais específicos, qual a relação que os psicanalistas têm com os outros intelectuais da sociedade brasileira, sejam antropólogos, psicólogos, médicos, engenheiros, filósofos, não sei mais o quê. Que tipo de relação eles têm? Até que ponto é uma relação de cooperação, quando ela pode ser de cooperação e quando ela será uma relação de conflito. Não tenho dúvida que entre cientistas sociais e cientistas de comportamento individual existe competição sim em torno de prestígio, existe competição sim em saber quem está dizendo mais a verdade, quem está expressando melhor a verdade. Sou eu que estou falando em cultura? É o outro que está falando em classes sociais? Ou é o outro que está falando em psicose e neurose? Existe um público que vai nos ouvir e que vai decidir de certa maneira e isso implica (estimado público) competição, mais ou menos aberta. É claro que nós somos, de um modo geral, pessoas civilizadas e convivemos entre um scotch e outro amigavelmente, mas, muitas vezes, isso não acontece; nós vamos deixar de nos procurar, nós vamos nos ignorar, fingir que nada aconteceu e vamos nos esquecer porque nós não estamos interessados realmente em continuar a aprofundar a discussão. Eu tenho essa experiência. Evidentemente ligado a isso, implica que, sem dúvida, concordando com Becker, precisamos não cair em algum esquema excessivo de superestimar o valor e a importância da análise antropológica. Precisamos ter uma noção de qual é o nosso poder. Eu concordo com Howard; o nosso poder é muito limitado, em geral, pensando a sociedade brasileira como um todo. Mas, dentro de um segmento restrito, que, de certa maneira constitui uma elite intelectual, poderá ter ou não uma importância decisiva no desenvolvimento da sociedade

brasileira, a psicanálise é importante. Eu gostaria, tenho como preocupação uma inquietação que me acompanha há muitos anos, de saber qual é o papel da psicanálise dentro dessa elite que teria condições de ter uma participação mais ou menos decisiva na condução ou na mudança da direção da sociedade brasileira. Quer dizer, eu detesto fórmulas, mas acho que, às vezes, tem que ser feito o esforço de dar-se conta de que tem que se apresentar algum tipo de fórmula. Eu acho que nós temos que tentar combinar certa dose de ceticismo em relação ao conhecimento, à maneira como ele é obtido, tanto o da psicanálise como o da antropologia porque é um conhecimento sempre relativo. Eu não acredito em nenhum tipo de ciência isenta de valores. Não acredito em nenhum tipo de ciência que não tenha algum tipo de compromisso com algum tipo de interesse. Tudo isso que eu falei, espero que de alguma maneira mostre isso. Então, certo ceticismo saudável que se expressa em um nível, no próprio movimento de fazer análise, que, de certa maneira, é o movimento de duvidar de si mesmo enquanto sujeito, enquanto psiquismo, de relativizar-se, mas isso não basta. Existe outro movimento de relativizar-se enquanto agente social que faz parte de um grupo, de um segmento, eventualmente de uma classe. Não estou querendo também aqui, por favor, não digam que eu disse isso, reduzir a problemática social e cultural de um país como o Brasil a uma problemática de classe. Não é isso não. Não é isso que eu estou dizendo, eu estou mostrando que o problema de classe, o problema de vários outros tipos de grupo, participação em grupos de status, em religião, em seitas, em sociedades, são todos elementos variáveis, fundamentais, que não podem ser esquecidos. Então, esse ceticismo, essa crítica, essa preocupação de estar se criticando, não em termos de autoflagelação, não de mea culpa, de cair de joelhos diante de uma plateia, “Me desculpem, eu sou psicanalista”, ou “Me desculpem eu sou antropólogo”. O que proponho é realmente fazer um esforço permanente de discussão e relativização. Finalmente, creio que,

como antropólogo brasileiro, cidadão que vive aqui, não poderia deixar de mencionar que este momento que nós estamos passando, esses acontecimentos que nós estamos vivendo hoje, que implicam inclusive, em termos numéricos, numa diferença muito grande com as pequenas reuniões que temos participado nos últimos dez anos, na necessidade de certa reflexão sobre que tipo de participação nós vamos ter. Nosso engajamento, em minha opinião, não é igual à participação do operário, nem do camponês, nem de outros tipos de classes ou profissões. Nós temos que refletir sobre nós mesmos para tentar definir melhor nosso tipo de participação, não só para não cairmos em algum tipo de paternalismo que tem sido nefasto nas nossas relações com as chamadas camadas de baixa renda, mas também para não irmos a reboque dos interesses de outros grupos sociais que, de outras maneiras e de outras formas, são efetivamente os que têm mais poder na nossa sociedade. Obrigado.

### **Erving Goffman**

– (Começo da exposição não registrado)... a ordem política; casais incestuosos, a ordem de parentesco; homossexuais, a ordem do papel sexual; viciados em drogas, talvez a ordem moral e por aí vai. Então, devemos perguntar que tipo de ordem social está especificamente relacionada ao comportamento psicótico. Foi sugerido que o comportamento psicótico vai de encontro ao que pode ser pensado como sendo a ordem pública, em especial, uma parte da ordem pública, a ordem que governa a pessoa em virtude de ela estar em presença física imediata de outras. Em grande medida, o comportamento psicótico é, inicialmente, o fracasso em obedecer as regras de conduta estabelecidas para interação face a face. Regras essas estabelecidas, ou pelo menos reforçadas, por avaliações, julgamentos ou por forças policiais. O comportamento psicótico é, muitas vezes, o que pode ser chamado de impropriedade situacional.

Dado que muitos sintomas psicóticos são instâncias de impro-

priedades situacionais, devemos perguntar se todas as impropriedades situacionais são instâncias de sintomas psicóticos. Se isso for o caso, teríamos uma via de base sociológica para diferenciar os psicóticos das outras pessoas. Mas obviamente há muitas impropriedades situacionais aparentemente desconectadas da doença mental. Há a conduta rude do estrangeiro cultural, o arrogante, o excêntrico, o insolente, o cruel, o intoxicado, o idoso e o jovem. Isso posto, devemos perguntar se essas impropriedades situacionais, que nós chamamos sintomáticas, têm alguma coisa em comum que seja ao mesmo tempo exclusiva delas mesmas. Na literatura, há alguns esforços para sugerir tais atributos. É sugerido que uma situação e uma propriedade psicótica é um ato pelo qual não se pode facilmente ter empatia, levando-nos a sentir que o ator é imprevisível e não confiável e não pertence ao mesmo mundo em que nós estamos, e então não podemos nos colocar em seu lugar. Portanto, nossa reciprocidade, nossos motivos e interpretações, não são possíveis aí.

Não creio que essa abordagem, centrada em teorias sociológicas ou psicossociológicas, garanta o que se propõe; a distinção precisa entre situações de impropriedade sintomáticas e não sintomáticas faz certamente parte de nosso aparato conceitual focado em como vemos as pessoas. O problema é que não parece haver aí uma relação fixa com o comportamento real ao qual ele é aplicado. Não há consenso, exceto nos casos extremos, o que implica algo assim como cortar os comportamentos em dois tipos mutuamente estranhos. O acordo tipicamente ocorre depois do fato, após o rótulo “doença mental” ter sido aplicado; ou, no outro caso, após sua aplicabilidade ter sido totalmente desconsiderada. Portanto, sinto que a análise sociológica da sintomatologia psicótica deve ser, inevitavelmente, um tanto insatisfatória. Incluindo os arranjos de conduta que ditam o que é ser normal, bem como os arranjos de conduta que ditam o que é ser psicótico.

Vejamos agora a perspectiva sociológica dos sintomas. Primei-

ro, o que é uma impropriedade situacional? Podemos dar a volta a essa questão perguntando que tipos de eventos próprios ou impróprios podem ocorrer unicamente em situações face a face. Algumas possibilidades são: primeiramente agressão física e sexual e, menos dramático, interferência na liberdade dos movimentos corporais. Deixemos de lado, por um momento, essas possibilidades; obviamente, o medo da possibilidade de ocorrência desses eventos desempenha um importante papel em nossa atitude com relação ao doente mental. Uma segunda característica é a comunicação face a face, seja verbal, envolvendo o envio e o recebimento de mensagens, seja não verbal, envolvendo a emissão e a coleta de informações sobre o informante. Então, o que é distintivamente situacional ou face a face com relação à comunicação verbal ou não verbal entre pessoas que estão presentes uma a outra? Primeiro, há de se confiar nos sentidos dos desassistidos; segundo, há que ter confiança naquilo que se pode chamar mensagens incorporadas, aquelas que só podem ser transmitidas porque o corpo do transmissor está presente.

A comunicação verbal e não verbal é algo que se espalha em direção a alguma outra coisa. Essa alguma outra coisa são os padrões aprovados de maneiras e associação ou coparticipação em termos das quais os indivíduos são obrigados a se regular juntos. O ato de agir de maneira psicótica é, com muita frequência, equivocadamente associado a estar na presença imediata de outros. Isso comunica algo, mas a infração, em primeira instância, não é de comunicação, mas das regras de comunidade. São essas regras, e as unidades de associação delas resultantes, os modos de sanção resultantes de manter-se junto e ficar à margem que, presumivelmente, provêm um marco naturalista no interior do qual os chamados sintomas psicóticos podem sistematicamente ser alocados e descritos. Então, quais são as regras de comportamento apropriado quando em presença de outros? Quais são as unidades de associação, de estar junto que essas regras tornam pos-

síveis e que provém o marco no qual todo evento face a face ocorre, incluindo a comunicação face a face?

O vocabulário da sociologia tradicionalmente lida com organização, estruturas, papéis, *status* e não está bem adaptado para descrever o comportamento das pessoas em virtude de estar umas entre outras. O termo **interação**, finalmente, significou tudo, e as unidades de análise, requeridas, se estamos focados em interações face a face, foram pouco consideradas. Então, uma tradução de estrutural para interacional se faz necessária, mesmo quando a chave para o método sociológico, focado em regras e normas de entendimento, é mantida. De fato, descrever as regras que regulam a interação social é descrever sua estrutura. Nos últimos anos, tenho tentado trabalhar com três unidades básicas em análise interacional. A primeira é a ocasião social, um evento como este congresso: visto, para diante e para trás, como uma unidade, tem um tempo e um lugar de ocorrência e define um tom para o que nele acontece ao longo de sua duração e, necessariamente, segue seu curso sem interrupção. Ocasões sociais parecem combinar-se com o que o sociólogo Roger Barker chama de *setting* comportamental (*behavior setting*), especialmente nos casos de ocasiões informais pouco percebidas como entidades em si mesmas.

Em segundo lugar, uso o termo **reunião** (*gathering*) para me referir a qualquer conjunto de dois ou mais indivíduos cujos membros incluem todos e apenas aqueles que estão, no momento, na presença imediata uns dos outros. Com o termo **situação social** me refiro a todo o ambiente espacial em qualquer lugar no qual uma pessoa, ao entrar, se torna membro do conjunto ao estar aí presente. Esta sala é um exemplo clássico. Situações começam quando ocorre uma interação verbal mútua, e dura até que a última pessoa saia. Quando as pessoas estão em uma reunião (*gathering*), elas podem se unir para sustentar um foco articulado de atenção visual e cognitiva, ratificando mutuamente umas às outras, enquanto pessoas abertas umas às outras

para conversa ou seus substitutos. Tais estados de conversa eu chamo de encontros ou engajamentos. Essas reuniões focadas devem ser diferenciadas daqueles encontros em que as pessoas estão presentes umas às outras, mas não juntas e engajadas diretamente em manter um estado de conversação, constituindo, então, um encontro próximo não focado. Interação focada é o tipo de interação que ocorre em um estado de conversação; interação não focada é aquela em que duas pessoas se olham, por exemplo, ao esperarem o ônibus, mas não se estabelece uma coparticipação em um estado aberto de conversação.

As regras que regem a iniciação, a manutenção e o término de estados de conversação compreendem uma grande parte daquilo que Bateson chama de metacomunicação; que foi considerada por alguns na literatura, em especial, relacionada às descrições das chamadas produções psicóticas verbais e também, é claro, em pequenos grupos de pesquisa, as descrições de grupos de psicoterapia. Nos últimos cinco anos, houve uma enorme produção nas ciências sociais de uma série de artigos e livros sobre estados de conversação, análise da conversação realizada por sociolinguistas, bem como por alunos influenciados pelo trabalho de Harvey Sacks. De qualquer modo, esse aspecto da conduta situacional está em uma boa com o viés ocupacional de duas pessoas e com a conversa tranquila que os psiquiatras trouxeram para suas considerações sobre o comportamento psicótico.

O que foi desconsiderado nessa área talvez tenham sido as regras que regem os encontros entre desconhecidos, as regras referentes a abordar e a se aproximar de estranhos e, somado a isso, regras relativas a estar próximo de alguém, em associação, participando com outrem, mas não necessariamente no momento em que há engajamento em uma conversa, mas as pessoas podem estar de mãos dadas ou exibirem outras evidências de relacionamento. As regras que se referem ao interesse não focado, como compartilhar uma presença próxima na mesma situação, foram, sistematicamente, desconside-

radas. De fato, com muita frequência, quando pessoas compartilham uma situação social, mas não há conversa entre elas, considera-se não estar havendo interação. As sugestões que foram apresentadas nessa área vieram seja de descrições de abstinência, seja de livros de ética. Sociólogos especializados em comportamento coletivo focalizaram o pânico e a agressividade na palavra **multidões** dando pouca importância a traços humanos pacíficos nos espaços públicos. Recentemente, em parte pela introdução das noções ecológicas, tem havido algum trabalho em coisas como regras de tráfego pedestre, regras de passar o tempo em situações sociais. Essa área, então, tem tido recentemente algum desenvolvimento.

Com relação às transformações próximas aos limites físicos, tais como paredes e janelas, nas fronteiras comunicativas, a desatenção civil bem estruturada em relação à presença de pessoas faz com que o outro seja visto, mas não se torne um objeto de sua curiosidade. Estar sempre disposto a receber sinais e informações do rosto e da aparência do outro em um *setting*, numa espécie de tônus de interação. A expressão de uma alocação de envolvimento apropriado entre envolvimento principal e envolvimento colateral; essas normas de proximidade e presença requeridas não foram ainda sistematizadas de modo algum. Por certo, aqueles de vocês que têm experiência com psicóticos saberão que essas são as regras que aquelas pessoas buscam. Igualmente, pouca atenção tem sido dada à gestão de engajamentos aceitáveis, ou seja, engajamentos que são mantidos na mesma situação social de outros indivíduos engajados ou não. Sob a influência de etólogos, começam a ser estudadas as regras de espacialidade, círculos de conversação e pessoas não engajadas em uma situação social que dividem o espaço disponível para maximizar determinadas variáveis, modulando sons. Os surdos também foram pouco considerados em suas situações e ocasiões sociais.

Quando uma pessoa age de maneira classicamente psicótica, isso



é relativo àquelas diversas regras e àquelas unidades de associação que sustentam que ela é ativa. Quero agora argumentar que há uma ampla variedade de motivos e razões para o indivíduo ser indultado com relação a essa conduta; pacientes com lesão cerebral ou doença funcional manifestam esse tipo de conduta, por exemplo, falham em responder à iniciação de um engajamento numa conversação. A psiquiatria encontra motivos que confirmam a crença de que aquela conduta pode ser um sintoma médico, seja de uma patologia orgânica, seja ela funcional. Mas certamente isso é uma inversão de natureza, é o comportamento orgânico do paciente que mimetiza algo socialmente estruturado, tal como piscar em silêncio é lido por nós como um sinal de sabedoria. E é o paciente funcional que manifesta retraimento quanto ao contato em sua forma original e completa. Uma garota de classe média alta, que ignora o convite para frequentar a casa de jovens despossuídos, ilustra, de uma maneira ainda mais usual, o ato de estar fora de contato.

Eu sei que nenhuma conduta imprópria não psicótica pode ser afirmada de modo preciso na vida cotidiana pela conduta de pessoas que não estão psicoticamente doentes, nem são consideradas como tais. E, em cada acontecimento, no caso de qualquer sintoma, independentemente de sua frequência, pode-se encontrar inúmeros motivos diferentes para a efetuação de condutas impróprias, bem como inúmeros fatores que modificam nossa atitude em relação à performance. Quero acrescentar os hospitais psiquiátricos que, talvez por um processo de seleção natural, são organizados de modo tal a prover exatamente o tipo de *setting* em que participantes relutantes manifestam, recorrentemente, impropriedades situacionais. Se as pessoas são destituídas de todos os modos habituais de exprimir raiva e alienação e são colocadas em um lugar em que elas não têm bons motivos para expressar esses sentimentos, então o recurso natural será se agarrar ao que resta: impropriedades situacionais.

Vou tentar resumir o argumento e então levá-lo a uma conclusão.

Quando as pessoas estão em presença física imediata com outras, elas se tornam acessíveis umas às outras de um modo único; surge a possibilidade de agressão física ou sexual, de serem abordadas e arrastadas para conversas indesejadas, de serem ofendidas ou importunadas verbalmente, de transgredirem os territórios do *self* do outro, de expressar desrespeito e desconsideração quanto à presença do outro na ocasião social em que o encontro tem lugar. Vocês talvez tenham visto um pouco disso nesta conferência. As regras face a face de uma determinada comunidade estabelecem e orientam como uma relação face a face deve ser, para garantir que as pessoas se respeitem umas às outras, mantenham seu espaço social, assegurem os compromissos interpessoais, permitam e não explorem um tráfego de palavras e de corpos e mostrem consideração para com a ocasião social. Ofensas contra tais regras constituem impropriedades situacionais, muitas das quais são tidas como injúrias contra os direitos de toda e qualquer pessoa presente e constituem ofensa pública; independentemente do fato de que muitos casos sejam motivados por ofensores que visam a alguma pessoa presente em particular, ou mesmo alguém ausente.

Essas impropriedades não são, em primeira instância, um tipo de comunicação linguística interpessoal, mas exemplos de má conduta pública. Um defeito, não na transmissão de informação, ou nas relações interpessoais, mas no decoro que regula as associações face a face. É nesse mundo de formas de sanção de associação que os sintomas psicóticos têm seu *habitat* natural, e é adquirindo um quadro sistemático das restrições de conduta publicamente aprovadas que podemos obter uma linguagem para, de maneira ordenada e eficiente, falar sobre sintomatologia. Regras de comportamento na presença de outros ou em virtude da presença de outros são as regras que ordenam e possibilitam a comunicação face a face do tipo linguístico. Mas essas regras e muitas de suas infrações, por psicóticos e outras condutas sistematicamente exibidas, não devem ser consideradas em

si mesmas como comunicacionais; elas são, antes de tudo, diretrizes e perturbações da organização social, da associação organizada de pessoas presentes umas às outras.

Muito obrigado. Tentarei responder a qualquer pergunta de vocês.

**Interlocutor não identificado**

– Em que você tem trabalhado atualmente?

**Erving Goffman**

– Há vários anos comecei a estudar jogos de cassino e, ano passado, eu passei outro ano em Las Vegas. Então, estou oficialmente tentando terminar essa pesquisa. Ao mesmo tempo, estou trabalhando um pouco, na condição de visitante viajante, em sociolinguística, uma prima distante da minha disciplina. Estou tentando estudar conversação. Há muitos trabalhos agora nesse tema, é um tópico muito investigável.

**Interlocutor não identificado**

– Há, me parece, uma relação dialética entre as ordens sociais do que se chama comportamento psicótico. Seria a patologia do comportamento psicótico influenciado apenas pelas ordens sociais?

**Erving Goffman**

– Se eu entendi corretamente a pergunta, a psicose ou o comportamento psicótico é uma ruptura da ordem pública. Não sei se com isso eu estou respondendo à sua pergunta. A base com a qual estou lidando é a de pacientes manicomiais e estou certo de que deve haver, em certos casos, alguma base orgânica como parte da causa que contribui para o comportamento, e aqui eu acho que discordo um pouco de Thomas Szasz. A questão importante é, no entanto, creio eu, que não há uma relação de um para um entre a desordem física, se há uma, é a sintomatologia particular que se manifesta. E a sintomatologia particular manifesta é precisa e igualmente manifesta por pessoas

que têm outros tipos de queixas físicas psicogenéticas e por pessoas que não têm qualquer tipo de queixa psicogênica. E o processamento social de pessoas hospitalizadas, ou mesmo sob atenção de agentes públicos dedicados a essa questão, pouco pode discriminar entre os diversos motivos para as condutas das pessoas desse modo em particular. Portanto, embora eu creia que haja algo como bases físicas para a doença mental, não acho que isso seja muito relevante, pois não nos diz o que precisamos saber, em especial porque as pessoas se comportam dessa determinada maneira, porque algumas dessas pessoas recebem atendimento ambulatorial e outras, sem nenhuma causa orgânica, não. O grande truque em tudo isso foi a noção de desordem funcional, isto é, alguém que parece doente, e segundo os psiquiatras estava doente, mas não tinha nada físico de errado. Bem, esse é um conceito muito interessante e muito questionável, dentro do qual se pode colocar, Szasz lhes falou, todos os tipos de queixas dos psiquiatras quanto a pessoas que se comportam mal. Os sistemas sociais, em especial os pequenos, como a família, requerem uma certa quantidade de previsibilidade, uma certa dose de obediência às regras básicas. Quando essas regras são quebradas, as pessoas começam a gritar e se tornam muito ansiosas, pelos mais variados motivos. Não há muitos motivos pelos quais alguém, dentro desses sistemas, constitua um tal problema. Essas pessoas com frequência são processadas, enviadas para manicômios. São pessoas que vêm dos mais variados lugares e, quando chegam ao manicômio, são medicadas com tranquilizantes e tratamento de choque. Então, a impressão de medicina é mantida, vocês já ouviram essa história muitas vezes, casos de pessoas iatrogênicas, que estão sendo tratadas, mas se trata de uma ação contra elas para mantê-las quietas e em ordem, e essa ação é chamada tratamento. Mas eu não estou aqui para discutir esse aspecto da situação, isso já foi discutido anteriormente.

**Interlocutor não identificado – (A pergunta não foi gravada).**

### **Erving Goffman**

– Novamente, uma mulher pode agir verbalmente de maneira psicótica e dizer à sua mãe, que está sentada à sua mesa, as coisas mais obscenas, que não tenho coragem de repetir e, creiam-me, eu vivo de reportar coisas obscenas. E, no mesmo momento, a garota cruzou as pernas da maneira mais adequada, cobrindo-as, o que não é tarefa fácil para uma mulher usando saia. Nossa necessidade de caracterizar a totalidade do indivíduo, mediante o pouco do comportamento que observamos, é parte subjacente da noção total de diagnóstico, de identificação da desordem. Aprendemos, em parte com o movimento hippie, em parte com a abertura das portas dos manicômios, que as pessoas de fato podem parecer muito, muito loucas em certas áreas da vida e em outras ir bem. O que a perspectiva da emancipação mostrou foi esse negócio de que, quando se está com poder sobre uma pessoa, se é capaz de caracterizar a totalidade dela através de um ato individual. Não há modo algum de que a nossa caracterização da doméstica que trabalha para nós se assemelhe à caracterização que os irmãos dela têm, creio eu.

### **Erving Goffman**

– Em primeiro lugar, e o mais importante, quero agradecer aos psicanalistas associados a este congresso por se abrirem às críticas dos *freelancers* e dos cientistas sociais. Isso é algo muito nobre em qualquer país e credita a este país o desejo de fazê-lo e nos permite morder a mão que nos alimenta; a mão, o braço e um pouco do ombro. Por isso, sou grato a eles. Isso não me impede de continuar faminto. Eu vou falar sobre psicanálise e não sobre psiquiatria. A psicanálise tem dois lados, em um dos quais há o trabalho organizacional em faculdades de medicina, manicômios, instalações militares, tribunais, institutos psicanalíticos, tudo isso pertence ao seu papel organizacional. Eu não falarei sobre isso. O outro lado da psicanálise é o papel dos terapeutas com os pacientes individuais, em alguns casos, eles estão

muito envolvidos nisso, em alguns casos muito pouco, mas todos eles, incluindo Tomas Szasz, mantêm um ou dois pacientes. É a este papel que agora vou me dirigir, e apenas em relação à psicanálise e não à psiquiatria, que creio ser um problema diferente.

A maneira pela qual as questões são formuladas, ou lançadas ou apresentadas, penso eu, é muito importante. Dizer que vamos fazer uma pesquisa sobre a psicanálise em *Totem e Tabu* pressupõe, creio eu, que *Totem e Tabu*, uma vez exposto, aberto e trabalhado, então deixará o “O corpo curado” (*The body will be cured*) e podemos seguir já de posse do assunto. O próprio título na entrada já deliberadamente adianta e pressupõe que há um corpo a salvar, alguma coisa a curar, algo no qual há feridas e que quase não são feridas em si mesmas. O real assunto para uma ocasião como esta, e todas as ocasiões são meramente ocasiões, é qual o marco de referência diretriz em termos do qual vemos a psicanálise? Esta é uma perspectiva grosseira e agressiva porque ela tende a querer afastar a perspectiva que outras pessoas empregaram, os etnometodólogos começaram com força essa agressão. A perspectiva crítica dominante da psicanálise, que Thomas Szasz fortemente ajudou a constituir e para a qual eu mesmo dei uma mãozinha, é o modelo médico. E por trás dele está implícito que a medicina é um exemplo, e nada desimportante.

### **Luis Fernando de Mello Campos**

– Vou resumir a primeira pergunta que chegou: “As linhas teóricas só são válidas na medida em que conseguem atingir a magnitude do problema na área de saúde, e não a partir da especulação dos que detêm o poder nessa área. Nesse sentido, a discussão sobre a psicanálise, ou sobre qualquer outra teoria, será estéril, se não se considera sua validade operacional para cobrir a demanda nos países latino-americanos. Quais são as soluções práticas que vocês sugeririam a partir das suas experiências?” Eu confesso que não sei responder a essa pergunta. Gilberto também não. Becker também não. Quem sabe

responder?

Eu vou passar para a segunda pergunta porque a primeira não tem muita resposta. “Luis Fernando, cabe a você dar uma resposta ao Gilberto Velho?” Eu acho interessante essa pergunta porque não sei se ela resulta de uma incompreensão da minha posição com respeito à posição do Gilberto Velho. Creio que nossas leituras se assemelham, são muito próximas, e creio que de maneira bastante consistente, articulada. Quando eu li essa pergunta, fiquei pensando: qual é o objetivo básico desta mesa? Pode parecer à primeira vista que seja um ataque à psicanálise? Então, deveria eu como psicanalista defender a psicanálise. Mas eu acho que o que se tentou colocar aqui é o que é a psicanálise como fenômeno social e convivencial. É como se nós precisássemos ter a maior clareza possível acerca de todos os aspectos da vida desse “objeto”, todos os determinantes que entram na composição dessa prática social que é a psicanálise. Então, é como se o que nós estivéssemos fazendo aqui fosse análogo àquela piada que diz: “Como se caça um elefante branco no deserto?” Resposta: “Você tem que peneirar todo o deserto e o que sobrar é o elefante.” Eu acho que o que estamos tentando fazer nesta mesa com a psicanálise é tirar da psicanálise tudo aquilo que ela diz acerca de si mesmo para detectar aquilo que a compõe e que ela ignora. É nesse sentido que acho que estou respondendo a vários interlocutores, mas em especial ao professor Goffman. Estamos tentando livrar a psicanálise de tudo aquilo que são suas subsistências doutrinárias, de tudo aquilo que pode nele ser uma substituição da religião e de outras crenças pelo estilo. Estamos tentando fazer (de uma maneira transdisciplinar) aquilo que Gaston Bachelard diz a respeito da ruptura epistemológica (e novas rupturas posteriores), os cortes, aqueles momentos em que uma ciência se desprende de seu passado supostamente ultrapassado, de suas ilusões, para se constituir como uma ciência *sui generis*, com um objeto formal abstrato, com as prescrições de seu método e com as re-

gras da sua técnica. Mas não se trata só disso. Max Weber já dizia que nos mercados existentes em qualquer sociedade existe o mercado dos bens de salvação, aos que acho que o professor Goffman fez referência quando ele fala na vida da fantasia. Nesse sentido, a utilização social que se possa ter feito da psicanálise é uma instrumentação como bem de salvação, uma doutrina substitutiva da religião e de outras concepções ilusórias do mundo e, portanto, uma psicanálise professada sem direito à refutabilidade. Nesse sentido, à psicanálise só poderá se atribuir um status revolucionário na medida em que ela se livrar dessa fé incondicional autossuficiente, porque, se não faz isso, é exatamente assim que ela se constitui como uma resposta fantasiosa, quando se constitui como alguma coisa que não tem parâmetros discutíveis. É assim que a psicanálise serve aos interesses da manutenção do status quo, servindo aos desejos e interesses da adequação dos indivíduos, grupos, classes, a uma determinada lógica de organização social. Para ser assim concebido e usado, precisa-se de uma psicanálise que não se questione incessantemente, e desde vários enfoques diversos, se essa inserção na qual é colocada é justa ou não e o que é que existe nela que permite esse uso.

As perguntas que formula Gilberto Velho são profundamente pertinentes para nossos objetivos. Apenas que, se eu pudesse respondê-las todas aqui e agora, isso implicaria realizar a formidável pesquisa que ele propõe... em poucos minutos!

### **Interlocutor não identificado**

– Tenho uma série de perguntas e opiniões aqui e vou tentar, um pouco arbitrariamente, resumir e juntar algumas delas. “Uma questão se refere àquilo que o senhor mesmo disse com relação a que a psicanálise presta seus serviços predominantemente para a classe média e alguns setores dominantes. Se olharmos a prática psicanalítica como uma prática inteiramente reacionária, que apenas tende a adaptar o indivíduo ao sistema, não estaríamos subestimando seus potenciais, já



que as classes nas quais atua tampouco são inteiramente sustentadoras dos poderes dominantes?”

### **Luis Fernando de Mello Campos**

– Eu não acho que a psicanálise seja em si reacionária; creio que o uso que se faz da psicanálise, em certos contextos, pode ser algo que dificulte, sem dúvida, em certas situações, o que nós chamamos, na falta de expressão melhor, de progresso social. Agora, a psicanálise assim como a antropologia não são disciplinas intrinsecamente reacionárias ou progressistas. A antropologia já foi bastante colonialista, imperialista e outras coisas mais e continua sendo-o em muitos lugares. Não é a disciplina em si mesma que vai dizer o que deve ser feito ou não: é o uso social da disciplina, como ela se constitui e se emprega em cada sociedade e épocas específicas, o que pode adquirir um valor ou outro. Somente através do estudo minucioso da sua prática, de seus resultados e de sua interação com outros saberes e práticas é que vai se descobrir se ela está sendo, no final, progressista ou não. Agora, o fato de ela atuar mais nas classes médias e dominantes não descarta por completo que possa, em algum nível, catalisar processos de mudança. Eu acho que a psicanálise, sem dúvida, dessacraliza uma série de temas, levanta uma série de questões que antes eram obscuras e proscritas. Nesse sentido, a psicanálise é, sim, um fator de progresso. Agora, considerada em abstrato e isoladamente, o tema não se esclarece nem se aprofunda; é preciso, como foi sugerido em algumas exposições desta mesa, reunir uma série de outros elementos. Por isso, é preciso fazer esse tipo de pesquisa que eu estava falando; não é uma coisa que se resolva em termos de essência da disciplina, mas é algo que se resolve em termos da sua prática concreta e da sua organização específica. Você acha que a psicanálise, constituída a partir de uma ideologia da classe dominante, pode atingir as massas? Será isso inevitável? Trata-se, mais ou menos, da mesma coisa a que antes me referi. Acho que as ciências, de um modo geral, têm sido produzidas,

nós sabemos muito bem, ao nível e com os recursos das elites. Isso não quer dizer que ela não possa beneficiar os povos pelo fato de ter sido gerada e empregada inicialmente ao serviço dos privilegiados. Isso não quer dizer fatalmente que ela não possa beneficiar as massas. Agora, a psicanálise aplicada mecanicamente, por exemplo, às famílias proletárias ou subproletárias, utilizando o mesmo modelo analítico que é empregado para estudar famílias de classe média ou de classe alta, se for utilizada mecanicamente, repito, em camadas de baixa renda, com outro tipo de formação, com outro background cultural, poderá ser uma coisa absolutamente desastrosa e ineficaz, e o que é pior, reacionária.

### **Gilberto Velho**

– (Dirigindo-se a quem formulou a pergunta)

– Você tem razão, obrigado pelas suas observações. Você foi muito realista e oportuno. Mas, será que se pode aceitar sem matizes suas afirmações? Permita-me questioná-las. Você também não briga pelas suas ideias? É claro. Eu estou aqui fazendo isso, defendendo minhas ideias, e não me surpreende que os partidários de uma psicanálise possuidora de um núcleo universalmente válido que se distorce, segundo os contextos em que é praticado, defendam essa convicção. Eu acho que esses analistas também estão brigando aqui por suas ideias. E brigando no melhor dos sentidos. Quer dizer, algo que já foi dito aqui é que o conflito – que, aliás, não é um problema alheio a este Simpósio, conflito, possibilidade, e a dimensão do conflito é um fato da vida social, é um fato constitutivo. Você sabe que o conhecimento, assim como toda vida social, também está constituído conflitivamente, e isso é muito importante. Você imaginar que pode existir um absoluto consenso é promover a chamada “paz dos pântanos”. Mas evidentemente eu, como sou um acadêmico, acredito que existem certas regras para discussão que nós devemos tentar seguir porque, se não, vira luta de gladiadores. Sua intervenção tem uma questão central, mas eu acho que talvez seja importante mencionar que você concordou em que a

experiência analítica tem sido, pelo geral, restrita a uma pequena elite, o que é, sem dúvida, verdadeiro. Entretanto, no momento em que os psicólogos munidos essencialmente de um instrumental psicanalítico reivindicam direito a um cargo nas instituições de Estado, a questão deixa de ser simples e exige discussões mais amplas. Em que medida a antropologia contribui para o entendimento dessa questão quando ela extrapola uma determinada classe? Demos toda força aos psicólogos! É claro que eu acho que os psicólogos têm que ter algum espaço definido nessa situação toda. Lamentavelmente, não estou dentro dessa discussão a ponto de poder aprofundá-la, seria leviandade de minha parte ficar dizendo o que os psicólogos podem ou não fazer, tanto em relação aos analistas e psiquiatras, quanto aos usuários. Uma coisa, no entanto, eu acho importante. É muito importante frisar nessa questão, e concordo que a questão é bastante complicada, é que o fato de nós termos oportunidade de atuar mais em instituições públicas, com uma perspectiva crítica, é em si bom, não só psicólogos, mas outros profissionais. A oportunidade de ter acesso às instituições públicas, hospitais e outras instituições, sem dúvida é importante e é um fato, perdoem a expressão, politicamente relevante. Infelizmente tem uma pergunta escrita cuja letra não entendo. Talvez a pessoa que escreveu isso mais tarde pudesse me procurar, porque tenho uma grande dificuldade em entender essa letra. Há certos triângulos aqui que eu não sei o que significam. Ela diz algo assim como: “Gostaria que você como antropólogo comentasse a crescente psicanalização da sociedade brasileira, principalmente da classe média, e sua relação com o processo político em que vivemos, principalmente na última década. Como você compararia tal situação com a de outros países que vivem regimes políticos diferentes, como a China?”

Bem, sobre a China sei muito pouco, não tenho condições de falar sobre esse país. Eu conheço alguma coisa da China do século XII, do século XIII. As informações que eu tenho sobre a China hoje são

muito escassas. Eu não acho que a psicanalização, conforme foi dito, das camadas médias da sociedade brasileira seja em si apenas um resultado dos acontecimentos que se seguiram a 1964, não obstante acho que em parte tem a ver. É uma das variáveis, inclusive na medida em que as pessoas sofreram um trauma geral muito grande, mas existem outras variáveis importantes que não são só brasileiras, que estão relacionadas a coisas que acontecem no mundo todo. O problema da divulgação da psicanálise pelo mundo todo é um fenômeno que tem que ser reconhecido e, sem dúvida, e quero deixar isso claro, não quero que entendam que tomei aqui uma posição de antagonista em relação à psicanálise. O que eu estou discutindo são os usos da psicanálise, mas também aquilo pelo qual a psicanálise deixa-se usar. A psicanálise, sem dúvida, é um instrumento de conhecimento, que devassa, que abre uma área, que abre fronteiras relevantíssimas para o entendimento do comportamento humano. Seria estúpido de minha parte atacar a análise em si. O que eu estou levantando é a necessidade de relativizar a maneira como a análise se faz e se organiza, apenas isso. É uma coisa muito simples, se eu estivesse falando de operários, de mecânicos, de engenheiros, advogados, talvez vocês achassem isso mais natural, mas, na realidade, eu estou falando de um tipo de atividade que é muito esoterizada. É como se no século XII ou XIII estivéssemos falando de fazer uma pesquisa um pouco mais profunda e aguçada sobre a Igreja; há algo semelhante, não é igual. O que acredito, o que queria finalmente colocar diante de algumas outras questões que foram encaminhadas é, basicamente, o seguinte: se nós acreditamos que a abertura é uma coisa boa, que diálogo é uma coisa boa, se nós estamos reagindo e criticando a política do segredo, os mistérios, as escutas telefônicas e coisas do gênero, eu acho que, na medida do possível, a abertura de debate e de discussão, dentro de sociedades e entre os diferentes grupos que constituem o campo intelectual, e entre o campo intelectual e outros campos, em princípio,

é uma coisa saudável que deve ser incentivada, apenas isso.

### **Coordenador não identificado**

– Há uma pergunta aqui que diz o seguinte: “Se segundo Gilberto Velho toda briga no fundo é uma luta por prestígio, por poder, esse questionamento leva a pensar se, no fundo, não seria essencialmente uma pugna pelo prestígio que os psicanalistas tenham continuado a vender seus sonhos, como disse Goffman, só que num contexto cada vez ampliado que sai até da sua classe de origem. Quer dizer, eu também queria resumir e talvez tentar finalizar o que tento dizer aqui: parece-me muito importante a realização de um Simpósio, como esse exatamente, na medida em que a gente tenta diferenciar muito claramente o que seja a aplicação de uma ciência do que é seu corpo científico, ou seja, do que seria uma leitura epistemológica provavelmente dita dessa ciência; creio que essa confusão entre esses dois níveis tem sido utilizada não ingenuamente. Quando o Gilberto diz que ele não admite que a psicologização ou psicanalização da vida social seja exclusivamente devida aos acontecimentos que se seguiram a 1964, eu estou inteiramente de acordo. Acho que é uma série de mudanças no mundo que necessitam de uma simbolização, que precisam ser apreendidas e integradas pelos indivíduos que constituem a sociedade. O que me pergunto e me preocupa é como vai ser feita essa simbolização, a serviço de quem. Porque o que me parece é que essa forma de compreender as mudanças sociais, novas inserções na ordem simbólica, essa forma de compreensão, especialmente quando postula uma autonomia absoluta, excludente e sempre preferencial, pode ser utilizada para manter um estatuto de dominação subjetiva, social e disciplinar. Então, acho, quer dizer, gostaria de que ficasse claro que um Simpósio como este não se propõe a fechar nenhuma questão, muito pelo contrário, ele se propõe, sem concessões, como Gilberto Velho colocou muito bem, um espaço que deve ser utilizado para reflexão crítica. Se alguém sair daqui desse Simpósio com respostas acabadas, ele terá fracassado.

A ideia deste Simpósio é a de uma provocação, no sentido da palavra “provocare”, uma primeira chamada a questionar. Nós temos que sair de um tipo de obscurecimento que diz que a psicanálise tem que ser esotérica (seja por fechamento institucional, por impenetrabilidade teórica ou por sigilo técnico). Temos que acabar com a ideia de que os congressos psicanalíticos não devem ser frequentados por leigos, ou por clientes, ou por pessoas que querem ser analistas. Nós temos que sair de um pedantismo que diz que a psicanálise é alguma coisa feita e acabada e que o psiquismo não tem relações com o social, com o político, o econômico e o biológico. Se nós conseguirmos, como foi dito pela mesa, colocar essa dúvida, dúvida que leve a uma reflexão e a uma tomada de posição, nós teremos atingido nosso objetivo. Nesse sentido, a chamada deste Simpósio aos antropólogos, aos juristas, enfim, a todos os outros profissionais do cuidado social, tem esse sentido de reunir-se para colaborar nessa provocação, de acabar com a crença de que a psicanálise, ou qualquer outro saber, se valida e o explica tudo em si e por si.

### **Interlocutor não identificado**

– Professor Goffman, o senhor concorda que o principal tema da sociedade capitalista é a venda da ilusão que o senhor chamou de mercantilização da fantasia?

### **Erving Goffman**

– Bem, eu gostaria de tentar responder a essa questão se vocês me permitirem falar além do domínio em que me sinto seguro e pregar para vocês tal como muitas pessoas fazem. Creio que as pessoas que levantam a questão do papel do capitalismo, e todas as ilusões nas quais vivemos, estão simplificando enormemente sua situação na vida e são excessivamente condescendentes consigo mesmas. Na maioria das pequenas sociedades primitivas sobre as quais ouvi falar, há uma mitologia e um culto ao passado, às origens, que são apresentados aos cidadãos como modelo de boa conduta, que funcionam da mesma ma-

neira que os modelos que apresentamos para nós, filmes, literatura, novelas e coisas semelhantes. Nas sociedades não maculadas pelo rude hálito do capitalismo, houve a imensa força da religião que apresentavam, cada uma delas, uma versão do homem ligando-o ao seu próprio estado e alcançando aí, nessa pequena órbita, uma excelência final.

Se nos movemos para os tempos modernos parece haver um agudo contraste entre as sociedades capitalistas e as primitivas. Para mim parece que a sociedade capitalista se utiliza de empresas privadas para promover e comercializar fantasias. E as sociedades usam uma mídia centralizada para promulgar o conceito do que um bom cidadão deve fazer. Trata-se, quer seja de um centro econômico, ou de um centro governamental, de apresentar um modelo de cidadania esperada. Mas elas anunciam a mesma coisa, os modos pelos quais uma pessoa, esteja ela no centro econômico ou estatal, uma emulação que permita que a cidadania tenha alguma satisfação e apazigue suas aflições. Nos tempos modernos, os meios de comunicação social (*mass media*) com o governo e com os patrocinadores sobre todas as noções relativas ao que é ser um bom cidadão. Isso é muito mais pronunciado em lugares como a China do que nos EUA; no entanto, nos EUA, há muito mais pressão para consumir do que para o que as pessoas devem fazer.

Creio que temos um problema muito maior do que pensamos; não se trata de opor um sistema ao outro, a questão é saber que em todo sistema social há dispositivos para manter a população feliz, institucionalizando a consciência, voltando suas mentes para outros assuntos. Na nossa sociedade é a questão de gênero, que é para nós o verdadeiro ópio das massas; a preocupação que as pessoas têm com sua identidade sexual, com seu papel sexual, a maneira pela qual se socializam no interior da família, que os homens possam ser homens à parte do sistema familiar clássico, que as mulheres possam ser mulheres para além de seu papel familiar. Tudo isso são dispositivos para os meios afastar os gays de uma posição na estrutura social, de uma

posição biológica rumo à morte e outras questões, para as quais a solução não é fácil. Acho que estamos sendo otimistas quando opomos um sistema a outro, creio que é melhor ver que, em qualquer sistema, há dispositivos específicos, em alguns casos, gerais, em outros, que propõem fantasias quanto a nós mesmos. Nós, sociedades ocidentais, somos fortes em preocupações individuantes e individualizantes, o que para mim parece um ópio, e não menos opiáceo é o colapso total dessa versão. Você é o sujeito, e todo sistema vai lhe assediar, mas me parece que isso será menos forte do que você pode ser se pensar que esse é apenas um sistema, e não todos. Será melhor se você observar que isso é um modo particular daquilo que seu sistema fez com você. Mas, vocês sabem, eu não sou um sujeito engajado politicamente; portanto é fácil para mim falar dessa maneira.

#### **Interlocutor não identificado**

– Se a psicanálise é impotente e desimportante, por que se dar ao trabalho de fazer pesquisas sobre algo que não faz qualquer diferença?

#### **Howard Becker**

– Creio que há dois motivos: um é que tudo merece estudo, as pessoas que estudam biologia, que estudam animais, não decidem que uns animais valem a pena estudar e outros não. A psicanálise é uma forma de organização social, como qualquer outra e, portanto, merece ser estudada. O segundo motivo, motivo que vocês ouviram do meu colega de muitos anos, Goffman, além de qualquer outra coisa que a psicanálise esteja fazendo, ela vende fantasias e, portanto, merece investigação. Eu não creio que ela seja eficaz, ele (Goffman) parece crer que sim.

#### **Interlocutor não identificado**

– Parece não ter ficado muito clara a sua posição quanto à responsabilidade social do cientista.



### **Howard Becker**

– Essa é uma pergunta difícil; de certo modo, eu não acho que os cientistas tenham alguma responsabilidade em especial. Creio que todo mundo que vive em uma sociedade tem responsabilidade pelo que nela ocorre, responsabilidade de fazer o melhor que pode; melhorar as coisas que pensam ser preciso melhorar. Creio que o melhor que as ciências sociais podem fazer é fazer o que elas fazem melhor. Se há divisão do trabalho na sociedade, e obviamente há, as pessoas que sabem descobrir as coisas não são necessariamente as pessoas que sabem transformar as coisas. A responsabilidade social é um tema muito controvertido, mas obviamente existe em direta proporção com o poder que as pessoas e entidades que têm poder o exercem para bem o para mal da comunidade.

Alguns cientistas de certas ciências e suas produções teóricas e tecnológicas têm muito poder (a física, a engenharia, a cibernética, a robótica, a automação em geral têm muita potência e responsabilidade), tudo depende do uso que se faça disso.

# CURSO: A COMUNIDADE TERAPÊUTICA

*Franco Basaglia*

## **Franco Basaglia**

– Este é um curso que eu comecei ontem à noite falando da psiquiatria institucional. Nessa oportunidade, falei num sentido mais geral. Para aqueles que não estavam aqui, aquilo foi uma história do que aconteceu na Itália nesses últimos 20 anos e falei também da situação na Europa, no sentido de destacar qual foi a diferença. Digamos, o intuito com o que o nosso trabalho na Itália foi realizado em comparação com as outras situações europeias.

Ou seja, resumindo brevemente para quem não estava, a situação italiana em relação ao problema psiquiátrico começou, mais ou menos, nos anos 60. O problema de transformação institucional nos outros países: na França e Inglaterra começou muitos anos antes.

Na França e na Inglaterra começou depois da guerra. Não vem ao caso isso, a situação envolvendo a evolução industrial nos dois países pressupunha também uma atualização dos métodos assistenciais, ou seja, do próprio controle em cada país.

Porém, é interessante como nos dois países aconteceram situações diversas e científicas em modelos diferentes. Na França, nasceu então o período dos psiquiatras no qual eles, por assim dizer, humanizaram as instituições, enquanto era evidente que as instituições psiquiátricas tradicionais criavam situação que não poderia responder às necessidades dos internos e, no caso francês que acontece em Saint Alban, um pequeno hospital francês, foi um acontecimento muito importante. Porque pela primeira vez se abriu um hospital com a tentativa de geri-lo de maneira alternativa, ou seja, dando uma situação de

liberdade, maior libertação e responsabilização do doente, iniciando assim uma possibilidade real de transformação institucional.

Muito bem, o problema é que esta grande oportunidade que ocorreu na França, na qual esse hospital foi aberto, caiu por terra, porque os mesmos psiquiatras que haviam aberto o hospital criaram uma nova técnica de gestão hospitalar tal como funcionava igual às instituições, ou seja, criaram uma nova técnica, digamos, uma nova teoria, que foi nomeada de psicoterapia institucional que se baseia em um conceito analítico, de modo que a psicanálise – saibam que este é o meu ponto de vista porque o outro pode pensar diferente – reciclou a ideologia científica dominante, atuando como um disfarce para as contradições criadas com a abertura do hospital psiquiátrico de Saint Alban.

A partir daquele momento, a psicoterapia institucional foi o momento científico teórico importante da nova teoria de gestão institucional; porém, na realidade em que se abriu o hospital de Saint Alban, todo o discurso manicomial francês não mudou absolutamente nada. Os manicômios continuaram na França e a psiquiatria asilar é a verdadeira realidade do país.

Existem algumas comunidades e no hospital privado chamado La Borde, que é gerido segundo esta nova técnica institucional, mas na realidade, as terapias que são utilizadas em La Borde são aquelas tradicionais: eletrochoque, insulina e impregnação farmacológica.

Eu gostaria de dizer que está bem teorizar, mas manter a situação, tal como era antes, não vejo diferença entre a situação manicomial e a instituição La Borde, altamente sofisticada com experiências muito inteligentes, muito teóricas, mas que mantém, praticamente, a mesma gestão institucional atualizada dos manicômios. Ou seja, tinha uma grande possibilidade, um grande elemento de ruptura, com a abertura do hospital de Saint Alban, porém que se fechou depois com uma nova teorização que se justificou com a gestão manicomial anterior.

Além disso, ao contrário, eu não saberia repetir aquilo que o

Castel falou, que era de criar de maneira legislativa um novo tipo de assistência territorial, que é a psiquiatria de setor. Um modo diferente de gerir essa comunidade. Em outras palavras, na França, existe o manicômio, a situação asilar, alguns pontos sofisticados que depois não foram o mesmo da psiquiatria asilar, depois a psiquiatria de setor. Praticamente o poder encontrou uma maneira de controlar, de maneira alternativa e por meio de algumas técnicas, a situação, seja dentro, seja fora.

Na Inglaterra, aconteceu um pouco a mesma coisa, porém de maneira notavelmente diferente, porque nesse país, como vocês sabem, depois da Segunda Guerra Mundial, os laboristas assumiram o poder,<sup>\*\*\*\*\*</sup> ou seja, pessoas eleitas digamos, aquilo que se pode dizer a esquerda inglesa, uma esquerda um pouco particular, mas sempre uma esquerda social-democrata, podem chamar como quiser.

Esse governo laborista votou uma coisa muito importante que é a organização sanitária em todo território nacional, na qual entrou também a psiquiatria. Eu lembro de que quando fui à Inglaterra, na década de 60, quando entrou em vigor o ato que sancionava a nova organização sanitária e efetivamente foi uma grande mudança nos hospitais psiquiátricos, no sentido de uma liberalização do hospital e de um modo alternativo de haver uma tentativa de relação com a pessoa doente.

Tudo foi feito em termos de lei, sem que fosse estimulada uma luta popular das mudanças institucionais. Era evidente que, em um país capitalista, que incorpora uma lei socialista, essa contradição deveria levar a problemas muitos maiores. Ao invés disso, tudo foi vivido de uma maneira dialética, de forma que não pudesse acontecer mais nada; a nova situação geral de reforma sanitária, no âmbito interno do campo psiquiátrico, se deslocava utilitariamente apenas para um novo modelo de gestão administrativa, o qual, bom ou ruim, deixou a reali-

---

\*\*\*\*\* (N da T) Labour party – Partido Trabalhista britânico.

dade praticamente idêntica. Mesmo se no sentido qualitativo tivesse realmente mudado.

Depois de uma tentativa da parte dos ingleses de enfrentar a realidade institucional de uma maneira diferente, recíproca, digamos coletivizada... pouco a pouco, nesses anos converteu-se em uma situação análoga à anterior, porque foi devolvido pela janela aquilo que saiu pela porta. Eletrochoque, insulinas e fármacos tinham sido suspensos por vários anos na Inglaterra. Hoje, nos hospitais psiquiátricos da Inglaterra, a psiquiatria biológica –digamos –, é aquela dominante, ou seja: de novo eletrochoque, fármacos e insulina, ou seja, uma tessitura através da qual retornou a situação anterior com outra face... um tipo de psiquiatria clínica, que enxerga as determinações biológicas como sendo a essência do problema mental. Mesmo que se fale dos aspectos sociais na prática (e cada vez mais na teoria), se procede como se a verdadeira gênese da doença fosse biogenético-hereditária, ou seja, uma visão positivista da medicina e também da psiquiatria.

Nesses mesmos anos, na Inglaterra, nascia uma experiência extremamente interessante que é aquela da comunidade terapêutica, isto é importante por razões, eu diria, sociais e históricas. A primeira comunidade terapêutica nasceu em um campo de concentração inglês, ou seja, viu-se que dando as responsabilidades e certa autonomia aos internos, poder-se-ia gerenciar melhor o campo de concentração, não sei se vocês viram aquele velho filme, *A ponte sobre o rio Kwai*, aquela era uma espécie de “comunidade terapêutica” que objetivamente servia aos inimigos, mas que por outra parte tinha um outro efeito: no grupo de prisioneiros, dirigidos de maneira democrática, a tarefa de construir essa ponte se transformou num fim em si mesmo, cuja finalidade era a coesão e a consolidação do grupo como tal. O escopo explícito era construir a ponte, embora não soubessem muito bem para que servia, mas o importante era a organização solidária do trabalho como maneira de manter o “moral” do grupo.

Então, vejam que não se trata da mesma coisa que tomar a finalidade da medicina ou da psiquiatria como um elemento neutro, porque o importante seria a participação dos doentes a serviço da sua mutualidade. Na realidade, a ideia era empregar esse tipo de gestão como elemento através do qual seria possível gerenciar mais efetivamente o desvio patológico do interno em uma instituição reclusiva. Todas essas experiências tiveram seu ápice na comunidade terapêutica de Maxwell Jones.

Maxwell Jones criou uma comunidade terapêutica em Melrose, na Escócia, que se chama hospital Dingleton, onde exatamente ficaram em evidência alguns fatos importantes através dos quais a gestão de um manicômio pôde ser menos repressiva. Realizou-se uma organização extremamente tolerante que elencou todos os elementos importantes que vocês devem conhecer, ou seja, uma democratização da situação institucional de acordo com a qual o hospital psiquiátrico, o manicômio, não era mais um agregado mecânico, distorcido, uma simples soma de seres automatizados. Construiu-se um coletivo socializado que constituía uma comunidade cujo escopo era o fato de discutir, dia a dia, cada coisa que acontecia e que devia ser pensada, decidida e executada nesse lugar.

Pois bem, a democratização traz um protagonismo que implica responsabilização e traz a cada participante uma própria singularidade ao interno do hospital. Nasce, assim, a primeira modalidade de comunidade terapêutica, muito importante, porém limitada e com grandes deficiências. Agora veremos o porquê. Vimos os ensaios na França e na Inglaterra, passaremos, então, à situação italiana.

Na Itália, pelo contrário, a reforma não começou depois da guerra. Essa campanha, digamos, de transformação da assistência, estava postergada por problemas extremamente mais importantes, como eram os da reconstrução nacional depois da Segunda Guerra Mundial. Esse processo teve como início e ponto forte a implantação de uma nova lógica industrial que superava e se colocava no lugar da cultura

camponesa, que era tradicionalmente a fonte real de recursos da Itália, ou seja, a orientação industrial substituiu a organização agrícola.

Muito bem, tudo isso criou necessariamente uma classe operária que se inseria na luta nacional, que veio trazer a própria contribuição, a transformação do panorama nacional. Esse é o quadro clínico – me desculpem o lapso – o quadro político vigente na década de 60 na Itália.

Contemporaneamente em uma ligação, diria aparente, um grupo de técnicos afrontava o problema institucional pela primeira vez na Itália, no sentido da velha aspiração de humanização do manicômio. Esses técnicos entraram em um pequeno hospício italiano, aquele de Gorizia, similar àquele de Saint Alban, e tentaram dar uma possibilidade de vida melhor aos internos, considerando que não tinham a culpa que lhes era atribuída de serem doentes; tentou-se então devolver os direitos civis a essas pessoas, ou seja, uma integral consideração e atenção de sua dor a ser tratada.

Eu diria que, naqueles anos, estávamos todos impregnados de convicções organicistas; eu, por exemplo, fui 13 anos médico assistente de uma clínica universitária, onde havia recebido uma formação extremamente biologicista/organicista. Não tinha nada de psicanálise e coisas parecidas, tudo estava dirigido pela lógica do pensamento positivista que nos tinha levado a ser bons servos do poder, profissionais que haviam aceitado delegar a gestão de seu lugar de trabalho, um hospital psiquiátrico, a clínica universitária. Eu era submisso, um daqueles que deveriam sempre dizer: “sim, senhor”, sendo que, por sua vez, os doentes deviam dizer para mim “sim, senhor”. Mas, pouco a pouco, começamos a entender que tudo aquilo que nos ensinaram era totalmente errado e falso.

Começamos a ver, por exemplo, que as pessoas doentes, além de estarem doentes, eram pessoas que tinham necessidades e que exigiam uma resposta às suas necessidades e as mesmas que não eram aquelas supostas da doença, mas eram aquelas da vida.

Evidentemente, um indivíduo fechado num quartinho ou amarrado a uma cama não poderia expressar as necessidades próprias de uma pessoa; manifestava somente as penúrias da sua situação e o fazia da maneira mais ou menos esdrúxula que podia. Então, primeiro fizemos o que tinha que ser feito: soltamos os doentes e os tiramos do quarto de segurança; nós os trouxemos para viver uma vida cotidiana mesmo que fechada no perímetro da instituição, mas melhor daquela que poderia ser a situação prisional instituída de uma organização supostamente assistencial.

Naqueles anos, florescia a comunidade terapêutica inglesa assim como outras tentativas desse tipo. Assim, alguns de nós fomos nesses países mais ricos que eram pioneiros de novas técnicas, para ver o que foi que aconteceu. Nós vimos, realmente, que as instituições inglesas eram melhores que aquelas italianas e que a condução nos parecia ser muito mais ética, muito mais humanitária e, assim sendo, tentamos trazer para a Itália a inspiração da comunidade terapêutica. Eu diria que nossa técnica era menos refinada, tentávamos nos reunir com os doentes, falar com eles e ver se poderíamos entender e responder às suas necessidades e demandas.

Muito bem. Isso durou uns quantos anos; era uma maravilha. Aos poucos, vimos que mudava o contexto institucional, mudava a ideia da doença e do doente. O doente, eu diria, se tornava uma pessoa, era um sujeito que pretendia e tentava conseguir as coisas. Então, essa análise e essas novas atitudes nos demonstraram que a comunidade terapêutica era uma organização e uma técnica extremamente interessantes para evidenciar as contradições políticas que o manicômio representava.

A primeira coisa que notamos, obviamente, foi que todos os internos do manicômio eram pobres, proletários ou subproletários, enquanto, ao contrário, constatávamos que os ricos estavam internados nas casas de tratamento, onde tinha espontaneamente uma comunidade



terapêutica, e os médicos não podiam oprimir os pacientes ricos porque eles eram da mesma classe social e, além do mais, lhes pagavam muito. Então, começou a evidenciar-se quanto à questão do diagnóstico e de cuidado com técnicas puramente repressivas, e não de reabilitação. Era um problema que aparecia como teórico, técnico, específico e psiquiátrico, mas que pronto começou a emergir claramente como a confirmação de que a psiquiatria não era uma aplicação neutra das ciências médicas, mas, acima de tudo, era um assunto político-econômico que determinava a maneira de manejar a situação institucional.

Notamos, sobretudo, que, estranhamente, quando falávamos com os doentes, com os internos, estes nos davam respostas que não eram delirantes, que não eram esquizofrênicas ou maníacas, histéricas ou obsessivas, e assim por diante, mas eram respostas extremamente racionais, como poderia acontecer com qualquer um de nós numa situação similar, ou seja, o doente dizia que aquilo que comiam era ruim, que estar vestido daquela maneira era absurdo, porque não podiam estar vestidos assim, se nós, médicos, estávamos vestidos de outra maneira, ou seja, os doentes começavam a confrontar a gente.

O médico entrava no risco de ser sobrecarregado de perguntas pelos doentes, interrogantes, aos quais podiam responder ou não, mas que não podiam ignorar. Então, a questão interessante foi que toda a técnica de comunidade terapêutica se viu destruída em nossas mãos simplesmente porque não agia, era inútil que nos aplicássemos uma técnica de Maxwell Jones chamada de *learning living situation*, ou seja, de aprender a viver, porque percebíamos que éramos nós que deveríamos aprender a viver com os doentes; porque no momento em que se tem uma posição de reciprocidade com o doente, os problemas se levantavam para nós, não para o doente, que denunciava uma situação inaceitável e urgente. Nesse caso, por exemplo, enquanto a psicanálise resolve, de imediato, as demandas do paciente, através de uma interpretação ou de um silêncio, com relação ao que o doente reclama

através das suas perguntas: o analista o reprime outra vez? Como? A rigor o faz porque de alguma forma lhe diz que o problema é dele (do paciente) e não do médico, ou talvez, que o problema é dos infinitos poderes, e não do médico que revê essa queixa; porque se o psicanalista acusa o poder do inconsciente, ou a outros poderes dos quais sua disciplina não se ocupa, ele se esquivava da sua responsabilidade. Se o psicanalista se coloca fora dos poderes, ou diz que seu poder consiste em não ter outro poder ou desejo que não seja o de analisar, ele se exime de examinar qual é sua participação em cada um dos poderes que incide negativamente na sua (e na nossa) prática cotidiana.

O que nós fomos aprendendo e fazemos regularmente foi de desinstitucionalizarmos o nosso trabalho, isso dito no sentido de ser menos institucional, ou seja, organizamos reuniões cotidianas, assembleias gerais, nas quais nos reunimos todos para examinar aquilo que aconteceu durante o dia, aquilo que passou na jornada, procurando ver as coisas mais banais (mas não por isso menos determinantes) que ocorreram e como poderíamos resolvê-las, como, por exemplo, o problema da comida.

O problema da comida, em certo sentido, nunca foi resolvido no âmbito institucional, mas foi afrontado dizendo que se nós, médicos, não comíamos aquilo que comiam os doentes, era bem justo que o doente fosse à administração provincial, ou seja, no poder público, para dizer que aquilo que comiam era nojento. Então, uma delegação de pacientes foi todos os dias, durante 20 a 30 dias para pedir a administração provincial, sabendo que o hospital era aberto e que não podia frear essa situação, porque os médicos não a controlavam.

Finalmente, a administração teve que tomar uma decisão. Essa primeira medida foi aumentar o orçamento da cozinha para dar uma melhor comida aos doentes. Então, era o problema dos pacientes, mas também o nosso e, especialmente, do poder constituído. Esse poder deveria estar no meio dessa discussão conosco, porém, contempo-

raneamente, e se digo poder pode soar um pouco abstrato. Mas, em suma, trata-se daqueles quatro desgraçados dos administradores que dão a canetada. O poder levou em consideração que as coisas mudassem, mas não sem tentarem responsabilizar os médicos e diretores do hospital, entendendo que nós éramos pessoas que deviam ocupar-se de resolver as demandas dos pacientes... ou de reprimi-las. Porque é sempre assim, alguém tem que ser oprimido, se não era oprimido o doente, nós é que éramos oprimidos.

E aqui começou um jogo de cabo de guerra, entre o poder de nossa comunidade, que eu não irei chamar de terapêutica, mas de uma comunidade que vivia segundo os ritmos da vida no cotidiano. Os internos tinham consciência do motivo de sua internação, mas também de seus direitos. Não obstante, o que realmente importou foi o escândalo gerado pela assunção direta dos pacientes da defesa de seus direitos. Aquele escândalo, que aconteceu na pequena cidade de Gorizia, começou a estender-se e virou um problema nacional.

Então, começaram a chover denúncias judiciais, começamos a ser perseguidos da justiça, porque não éramos “bons controladores”, no que deveria ser nossa maneira de controlar. E assim continuou a situação até que – e isto é importante ressaltar – a nossa luta a nível institucional se articulou com a luta de 1968 que inflamou não apenas a França, mas todo o mundo e também a Itália. À revolta estudantil, continuada sucessivamente pela revolta das mulheres, se somou a primeira consideração desse problema na saúde mental por parte dos partidos políticos e dos organismos e movimentos operários. Essa coalizão se tornou um problema muito importante, porque o poder teve que pensar muito antes de seguir perseguindo os médicos e funcionários do manicômio, porque se começava a organizar uma força heterogênea que levava em consideração nosso trabalho, mas consciente de que já era outro tipo de lógica que o inspirava e que deveria mudar a lógica precedente.

Então, esses fatos nos colocaram numa posição muito diferente em relação às situações que caracterizavam o funcionamento da rede da saúde mental francesa, porque, em tese, o problema francês foi “resolvido” tecnicamente e administrativamente, ou seja, sempre ao interior da lógica e da ética de poder dominante. Nós, eu diria, tentamos jogar a bola, como se diz, não apenas ao poder dos usuários dos serviços de saúde mental, senão ao poder das forças públicas organizadas que querem uma mudança do mundo, ou seja, não é que nós fossemos aqueles que deveriam mudar de acordo com os papéis e funções que nos foram impostos, senão que nós éramos técnicos colocados estritamente ao serviço das classes oprimidas.

Pois bem, esse discurso foi um discurso que relata processos que não foram assim lineares; estou contando a história sobre como é possível e indicado fazê-lo agora. O que aconteceu foi um processo muito retorcido que teve etapas muito difíceis. A história que lhes contei inclui outras histórias. Por exemplo, de uma maneira ou de outra o poder nos repreendeu, chegou a nos hostilizar durante dez anos, usando de um processo judiciário que foi substanciado porque um doente, que tinha saído do hospital, havia matado a mulher. Isso desencadeou uma rixa nacional, e a administração provincial usou esse conflito para nos colocar sob mais duro controle da justiça.

Pois bem, dia a dia, a situação piorava e piorava sempre na direção conservadora de que tudo volta a ser como era antes; a opinião pública local piorava incentivada pela propaganda montada pelos partidos de direita. Esse clima continuou ainda por alguns anos e finalmente este processo se resolveu positivamente, porque não encontraram de quem era a culpa. Durante esse período que, repito, continuou por dois, três, quatro anos, eu passei num concurso para diretor de hospitais em outra parte, e a pessoa que me substituiu... peço desculpas por dar tantos detalhes, mas eles, de vez em quando (como diz o senado romano acerca do nariz de Cleópatra), são importantes. Se o senado

estivesse errado não saberia avaliar corretamente quem venceu César. Então, qualquer pequeno elemento pode ser um indicador para a análise que vocês podem fazer.

Quando era para substituir-me no meu cargo, o discurso geral foi que deveria ter um concurso, mas não teve concurso algum; se tivesse tido, seguramente não teria ganhado a pessoa que me substituiu. Perante a designação dessa pessoa, todos os meus colaboradores membros da equipe pediram demissão de Gorizia e saímos de lá acompanhados por uma manifestação de protesto público, mas, infelizmente, Gorizia recaiu nas mãos do inimigo. Gorizia vive hoje uma situação paternalística, não é mais um hospital de vanguarda e aguenta uma situação bastante particular, digamos castrada. Porém, como eu disse ontem à noite, “Rei morto, Rei Posto”, morta Gorizia viva Gorizia, porque a situação das pessoas que saíram de Gorizia se disseminou numa diáspora. Elas foram em muitas outras cidades italianas e repetiram a reforma que seria neutralizada em Gorizia. Contemporaneamente cresceu a consciência dos partidos de esquerda em relação à importância e aos problemas, do vínculo político da esquerda convencional e os grupos e movimentos, digamos assim, que queriam a emancipação do homem, grupos estudantis, raciais, sexuais, imigrantes etc. Essas alianças foram um suporte positivo a mais para a nossa ação.

Pois bem, a situação do ano de 1971, momento no qual se desenvolveu a mencionada situação de diáspora, vagou pela Itália e cerca de dez ou mais pontos no país protagonizaram processos de transformação institucional, ou melhor, de luta anti-institucional. Esses pontos, digamos, representam uma situação muito importante, porque são pontos de referências que vão além da psiquiatria, são pontos de referência que evidenciam sempre, momento por momento, aquilo que é a opressão institucional. Foi pela clara consciência dessa dominação, pela qual o nosso segundo ato, depois da ruptura com o manicômio, não foi aquele de recriar uma comunidade terapêutica, mas de fazer

uma ação que elimina por completo os manicômios.

A extensão de nossa proposta pela Itália começou em Trieste e segue por várias outras organizações que tendem a eliminar o manicômio como elemento de opressão social e criar uma situação alternativa. Aqui vem o problema; alguém irá dizer que esta situação alternativa é sempre uma reciclagem, é uma espécie de setor francês, são situações de organização dos centros de saúde mental americano etc. E isso é verdade. Nós não pensamos haver podido superar o mundo capitalista no qual vivemos, que tenta sempre capturar e reciclar as inovações, mas pensamos que, com nossa ação, mesmo que seja dentro das instituições, mantemos essa luta que é um combate, não só dos doentes, mas de toda a gente que quer emancipar-se, as pessoas que reconheceram no manicômio um caso paradigmático de opressão.

Eliminando o manicômio, não se elimina o problema da doença, mas se dá uma possibilidade para as pessoas de entender que coisa é um hospício, assim como para que a classe operária entenda que tem um campo e um elemento a mais para atender e usar nas suas lutas. As lutas do proletariado não passam apenas pelos partidos políticos e pelos sindicatos, também passam pela eliminação ou pela reforma interna de uma série de instituições e serviços. Isto é importante, isto é a razão pela qual eu não falo nunca exclusivamente de psiquiatria, falo amplamente de política, porque a outra parte, o psiquiatra e a psiquiatria, já falou de política agindo.

Nesse sentido, eu diria que Pinel foi o primeiro político que soube reciclar a cadeia no manicômio; entretanto, eu diria que não vejo por que não deva falar de política quando praticamente os outros falam sempre e fazem política a partir de Pinel. Eu diria que a psiquiatria sempre foi social, porque sempre foi um serviço do social, de um social que queria oprimir porque deveria controlar e organizar a sua cidade de qualquer maneira. Não entendo por que nós não deveríamos fazer política, pois nós reivindicamos o falar em política, enquanto os carce-

reiros mentais não dizem, fazem.

Então, o problema é como poder dar à gestão dessa organização alternativa realmente uma maneira democrática de base. Para realizar isso, também existem propostas técnicas, mas são técnicas necessárias, porque são estratégias e táticas de vida.

Então, o problema era o de como tornar consciente a população das funções mortíferas de seu manicômio e explicar por que lutamos por destruí-los, por todas as razões que eu acabo de expor. Mas uma de nossas mais importantes tarefas era e é a de ajudar a montar dispositivos participativos de construção no bairro no qual alguém enlouquece, para tudo aquilo que poderia implicar saídas para esses sofrentes. Como nós tínhamos percebido no seu tempo que o doente não era doente de esquizofrenia, mas era doente de socialidade, curá-lo deveria implicar seu retorno à sociedade que o excluiu e reintegrar-se a ela mantendo a própria individualidade.

Esse era o problema importante, porque uma organização que integra medicalizando é um dispositivo que elimina novamente as pessoas, porque profissionaliza tudo, e nós devemos tentar fazer o contrário, procurando envolver na solução do problema todos os povoadores do bairro. No momento que nós damos alta a uma pessoa, discutimos com o bairro o problema desta pessoa; não se trata de negar que são problemas de saúde, mas que, sobretudo, são problemas de vida e, com isso, procuramos dar uma vida a essas pessoas junto aos habitantes de seu bairro. Então, eu direi que, cotidianamente e desesperadamente, tentamos desospitalizar as pessoas, criando centros comunitários pela cidade.

Então, esses centros comunitários podem ser uma reciclagem do manicômio, mas nós fundamos e gerimos esses centros comunitários diretamente com os moradores dos bairros. O bairro é uma organização institucionalizada na Itália por eleição, ou seja, o bairro elege os seus representantes democraticamente e esses são as expressões

do povo na medida em que isso se pode fazer numa cidade burguesa, e nós não podemos depreciar aquilo que temos. Então, a fundação e a gestão desses centros acontecem pela nossa iniciativa, mas sempre em conjunto e contemporaneamente também por parte do bairro em tudo aquilo que seja possível.

Bom, o importante é que nesses centros se fala de tudo menos de psiquiatria. Por exemplo, nestes centros se fala de feminismo, as mulheres do bairro vêm para discutir o problema do feminino, mandando para casa os homens e falando dos problemas da liberdade da mulher; também os jovens e os velhos vêm conversar com a gente.

Parece mentira, mas tudo isso cria depois problemas políticos muito difíceis com a ordem estabelecida, mesmo pela esquerda, porque o nosso dispositivo vem a ser todo um desvio onde se cria uma inserção de luta que não é muito cooptável pelos diversos poderes. Um de nossos problemas é a relação complexa que nós temos com os partidos de esquerda, que hoje querem participar do poder aqui nos nossos centros. E parte do problema acerca de como a saúde mental e a psiquiatria entram na vida.

Eu comecei a falar de comunidade terapêutica e de luta institucional e, assim, chegamos a falar de política, mas daquilo que acontece no dia a dia, ou seja, do fato de que nós temos os problemas das pessoas que estão mal e em vulnerabilidade social. O portador de sofrimento mental é o detector ou uma espécie de termômetro de certos tipos de vulnerabilidade social; e neles nós propomos agir, mas é por meio de nossa mediação que nós respondemos às necessidades de uma maneira pré-formatada, de uma forma direta, segundo uma orientação crítica que é aquela que pergunta frontalmente pelo sofrimento.

Muito bem, alcançado este ponto eu perguntaria: o que fazer? Porque chegamos a um ponto no qual não sabemos o que fazer. Um autor (Lênin) muito mais importante do que eu, escreveu um livro com esse título: *O que fazer?*. Esse é o nosso problema cotidiano, nós des-



truímos o manicômio, nós tornamos conscientes os partidos políticos de nossa rede sobre a situação, porém a exigência retorna uma e outra vez sobre a gente: como gerenciamos esses problemas?

Pois bem, o último ato de tudo isso é uma lei. A situação manicomial italiana continua ainda numa situação institucional difícil, em parte, como já repeti, essas situações são criadas porque ainda são definidas segundo uma lógica médico-psiquiátrica, porque não se pode pensar que todos os profissionais mudaram seu modo de pensar, ainda tem os psicanalistas, os biólogos, “os condutistas”, todas as pessoas que conservam determinadas relações de poder.

Pois bem, houve um problema, que dá uma história muito longa para relatar aqui em detalhe e consiste em que, por razões políticas, foi necessário chamar na Itália um referendo para abolir a velha lei manicomial. Não temos nada contra um referendo, mas nesse contexto era para mascarar a urgência de mudar essa lei.

Pois bem, essa lei que apareceu há cerca de cinco meses (1978), repropõe uma espécie de xerox ou algo parecido com o trabalho que nós fizemos, ou seja, que de uma minoria revolucionária viramos uma minoria legalizada; essa condição é ainda muito perigosa, porque nos vemos obrigados a gerenciar uma lei do Estado e, como vocês bem sabem, as leis do Estado geralmente são inaplicáveis porque são repressivas por elas mesmas.

Foi aprovado, por exemplo, uma lei que diz respeito à polícia que é muito repressiva, que basta aplicá-la que está tudo bem. Também foi aprovada uma lei no que diz respeito à psiquiatria, que é difícilimo aplicar porque, por exemplo, diz que o portador de sofrimento mental não deve ser internado, devem ser internados todos de maneira voluntária e se necessário reabilitá-los de maneira obrigatória, que é uma condição jurídica muito complicada de fazer por parte do médico.

O que aconteceu nesses cinco meses? Que esse difícil ato jurídico, que o médico deve preencher, diminuiu de maneira vertiginosa

o número de internos recuperados, ou seja, o médico que antes tinha medo de ser incriminado porque não recuperava, agora tem medo de ser incriminado porque recupera e, então, se coloca debaixo das asas protetoras do Estado e recupera os pacientes que acha que precisa; uma contradição que é muito boa para nós, porque, nesses últimos meses, o número de doentes recuperados internados foi muito pequeno, enquanto a maioria dos doentes internados voluntariamente foi muito grande.

Outra coisa que a lei diz: “Os manicômios atualmente existentes devem desaparecer por lei e não se deve mais construir novos hospitais”. Eu diria que isso sim é uma grande vitória, porém não é uma coisa que se pode dizer e não fazer, porque é fácil poder dizer que é preciso eliminar os manicômios quando aqueles porcos dos médicos não estão dispostos a abolir o manicômio; porque quando um médico vai em um manicômio uma hora ou duas horas por dia, ou quando o enfermeiro é adestrado para oprimir o doente, certamente não se pode transformar nada.

Então, aqui está o problema de estimular o senso político e de romper o reino médico, isto é, continua a ser uma situação política, não uma situação técnica. Romper o reino médico é aqui, prestem atenção, não é uma consigna que proponho para cativar a simpatia de vocês. Aqui, por exemplo, temos uma luta que está se fazendo de outro modo, em outro país certamente muito revolucionário. Eu diria que, na Argentina, muitas coisas aconteceram em matéria institucional, porque se rompeu o reinado médico em termos de psiquiatria, porque, digamos, os psiquiatras argentinos estão vinculados a um verdadeiro sindicato, ou seja, uma situação contemporânea, mas que demonstrou uma estratégia diferente, mesmo se é um psiquiatra psicanalítico. Estou falando com respeito, como se diz na Itália; mesmo um psicanalista pode superar a própria técnica fazendo realmente política.

Então, o problema hoje na Itália é como difundir legalmente a

nossa ação, como superar, na prática, aquilo que é a opressão, que continua a ser opressão, como combater a medicalização da nova lei, porque a nova lei proíbe recuperar os doentes em manicômios. É preciso recuperá-los no hospital geral, como se diz, “da panela para as brasas”, ou seja, de um lugar quente para um lugar mais quente ainda, porque do momento que você já não está num manicômio, pode cair noutra manicômio. Eu acredito que o hospital geral pode ser ainda pior que o manicômio, porque tem um controle, digamos, mais sutil, mas é um controle predial e um médico social que também é muito severo.

Chegamos a este ponto: eu contei um pouco a história da situação italiana, demonstrando que nossa trajetória não é uma indicação, porque não é que ganhamos a guerra, ganhamos uma batalha; encontramos uma pré-condição para começar a trabalhar; não é propriamente uma vitória, é um pressuposto para um começo de trabalho, porque não se pode trabalhar em um manicômio. Pode-se começar a trabalhar somente no momento em que se tem uma clareza menos desonesta, mas cabe enfatizar que, depois de adquirir essa convicção, começa-se a trabalhar com todas as dificuldades que um desafio desse tipo comporta, num país capitalista com todas as contradições que se abrem e que nós somos obrigados a afrontar. Entre essas confrontações, as que temos com os psiquiatras são das piores, e eu digo isso ainda como psiquiatra, não como antipsiquiatra, porque um antipsiquiatra é algo que só existe como uma invenção intelectualista dos doutores Ronald Laing e David Cooper. Nós não somos antipsiquiatras, somos psiquiatras militantes que procuramos dar alternativas às pessoas portadoras de sofrimento psíquico e não precisamos escrever muitos livros para isso.

Dito isso, um pouco grandiloquente, eu diria que, a partir de agora, sem demagogia, esses elementos que apenas enumerei como se fosse um curso, abrirei para a discussão, esperando ter perguntas mais precisas, para as quais possa dar respostas mais precisas. Obrigado.

## Perguntas

### Franco Basaglia

– Uma companheira me perguntou se os centros que eu mencionei como pontos alternativos ao manicômio, como pontos de referência para a comunidade livre, digamos, são alternativas para a comunidade terapêutica ou não. Pede-me se posso descrever o que é um centro.

Então, eu diria que o nosso objetivo não é aquele de reforçar o centro, mas aquele de eliminá-lo. Um centro que sobrevive demasiado se institucionaliza e vira outro manicômio. Porque, evidentemente, a única coisa que se pode fazer num centro é uma comunidade terapêutica que acabaremos por gerenciar de forma psiquiátrica, pois inevitavelmente se aprende a lidar com os problemas de maneira paternalista, e a situação de alienação permanece sempre a mesma... as contradições somem superficialmente pelo protecionismo, mas não desaparece o húmus, o terreno no qual se pode afrontar as determinantes dos problemas da doença e do sofrimento como produtos das contradições histórico-sociais.

Então, aquilo que acontece hoje é um pouco disso tudo. Eu disse, de uma maneira muito rápida que nas nossas iniciativas a gente discute de tudo. O centro, por exemplo, é um lugar que se oferece como dispositivo de discussão de qualquer problema do bairro. O bairro que não tem sede para um centro, por exemplo, pode discutir seus problemas ao interno do centro de outro bairro. Os jovens, por exemplo, os jovens marginalizados, os jovens drogados da cidade vêm até nós para pedir para cantar, por exemplo; isto é um perigo, porque poderia ser a substituição não do manicômio, mas da paróquia, o padre, nós viramos um bom padre aonde os drogados vêm para tocar e cantar e, no entanto, não se drogam.

Muito bem, o problema é que ali tem uma situação de encontro entre várias pessoas, pessoas que são médicas, não médicas, estudantes, gente da cidade que, então, se encontram todos os refugos

humanos, mas se encontra também aqui a situação real do homem, onde ele vive.

Então se discutem o problema sobre o que acontece na cidade, no bairro e se tenta, dessa maneira, criar um centro social, não um centro de saúde mental, um centro social onde acontecem tantas coisas; se os doentes passam aqui, nós os pegamos e damos fármacos nesses centros, porque nós somos obrigados a dar os fármacos; porque a organização social é sempre o manicômio e nós não sabemos por que lhes damos, mas damos. Essa é a diferença com a psiquiatria tradicional, a qual dão fármacos porque pensam que os fármacos eliminam o delírio, eliminam a insônia. Nós não sabemos por que damos os remédios, nós sabemos que somos obrigados a dar-lhes, pois não podemos fazer diferente, pois somos, em parte, representantes da opressão.

Pois bem, a nossa tentativa é tentar dar mais possibilidade na mão da cidade, na mão da organização da cidade diretamente. Por exemplo, em outro centro, assim me refiro a outro centro, assim de maneira nostálgica que faz parte da zona periférica da cidade.

Nesse centro, prevalentemente gerenciado por sindicatos de uma fábrica, uma fábrica de papel, o sindicato discute o problema das demissões das pessoas e estimula o patrão da fábrica de papel a empregar as pessoas nessa fábrica. Então, eles se responsabilizam pelo problema com a gente; é uma tentativa de delegar sempre além do que nós somos, o máximo possível, o problema do centro.

Então, nós procuramos evitar qualquer tentação e fazer uma comunidade terapêutica de tratamento, procuramos ir além e procuramos diluir, cada vez mais, essa situação terapêutica, porque nós fizemos uma descoberta, a única terapia que existe é a liberdade. Então, se nós mantemos a contradição que representa alcançar a liberdade, nós podemos fazer terapia; se nós mantivermos essa situação, não podemos fazer nenhuma terapia. Não sei se eu respondi de forma ade-

quada.

### **Interlocutor não identificado**

– Que pensa dos psiquiatras que conhecendo as necessidades dos internados em determinadas instituições se mantêm acomodados na sua profissão, se conservam sempre iguais nos seus postos para não perder nem o emprego, nem os privilégios que lhes dá o status do seu trabalho?

### **Franco Basaglia**

– Eu diria que já respondi a quem me perguntou isso, desse psiquiatra eu penso muito mal e, sobretudo, se eu tivesse autoridade o demitia de imediato.

### **Interlocutor não identificado**

– Eu estava pensando em uma pergunta, mas, com um pouco de reflexão eu mesmo cheguei à conclusão de que ela não procedia. Eu sou de Belo Horizonte, trabalho num Hospital Psiquiátrico há 4 anos, que é o maior hospital psiquiátrico de Belo Horizonte: Instituto Raul Soares.

E, durante a sua exposição, eu percebi que você, no trabalho da comunidade terapêutica lá na Itália, cuidava para que aprimorasse a liberdade lá dentro, que o direito fosse distribuído, a responsabilidade fosse distribuída. E, por exemplo, citou o caso da alimentação que foi melhorada. Eu estava pensando comigo se, ao invés de nós tentarmos melhorar a situação do hospício, por que nós não nos preocupamos em não deixar que eles entrem lá dentro? Ao invés de melhorarmos as condições do hospício, por que não evitamos que eles entrem lá? Porque lá na Itália, se você consegue uma boa alimentação no hospício, aqui, para o Brasil, o povo não come, se você melhorar a comida dentro do hospital... eu digo o seguinte, talvez o trabalho centrado, a reforma que vamos fazer, a descentralização seja no sentido de evitar que o doente seja internado, trabalhar na comunidade para que ela

assuma no ombro a distribuição da loucura.

### **Franco Basaglia**

– Não entendi o sentido da pergunta.

Ou seja, aquilo que você disse, me parece que não é necessário fazer o trabalho no manicômio, é importante fazer o trabalho fora do manicômio, na comunidade. Então, eu lhe respondo de imediato que nenhum médico, nenhum psiquiatra, que entendeu qual é a lógica e não destruiu a lógica manicomial, pode fazer o trabalho na comunidade. Não é possível como uma pessoa, que não conhece a maneira na qual se pode destruir o hospital, possa trabalhar na comunidade. Então, eu diria que o médico deve correr atrás, adestrar-se como o laboratório, digamos, como uma situação da destruição do hospital, porque, eliminando a instituição, pode-se entender quais são as necessidades do opressor, porque o médico conhece a própria necessidade. Fazendo uma articulação com a pergunta anterior, o que eu penso do médico que quer manter o próprio status? Evidentemente, o médico, é justo que tenta manter o próprio status, mas o médico é médico de um determinado tipo, evidentemente aquilo que você me traz é um discurso extremamente importante no que se refere à situação prática, ou seja, do fato de eliminar o manicômio, porque, veja bem, o problema é que é estranho como a destruição do manicômio real e não mistificada deixa o poder em alerta.

Faço-te outro exemplo, em suma, ainda na Argentina, que é aqui do lado; na Argentina foi feito um trabalho institucional não revolucionário, mas era a situação de liberação dos manicômios. Pois bem, a polícia fechou este manicômio, mandou embora os internos e mataram vários médicos, evidentemente que isto era um perigo para o poder.

Então, no momento que eu destruo o manicômio, a comunidade começa a entender outras coisas, quando você sai do encerramento fica pronto para receber uma mensagem alternativa, especialmente

em lugares onde você percebe que a repressão fora é pior que dentro. Por isso, eu penso, por exemplo, que o trabalho que se pode fazer nos países da América do Sul, em regimes muitos repressivos, nos quais tem uma situação de luta, de resistência, certamente é possível uma perspectiva de posições muito mais radicais, a não ser aquela que eu mencionei da Inglaterra ou da França, ou seja, a mensagem é própria para uma realidade dura; é na situação opressiva que nós podemos trabalhar melhor, podemos difundir nosso recado de maneira muito mais clara, embora mais perigosa. Repito o exemplo do que você traz agora; esse trabalho é sumamente importante, porque vai além de qualquer psicanálise, acredite em mim, é um trabalho político real, no qual eventualmente até a psicanálise pode ser um instrumento, digo eventualmente.

### **Interlocutor não identificado**

– Quando um manicômio é destruído, de que maneira se procede para não violentar a comunidade e para dar apoio e sustento a essa comunidade que tem temor do louco?

### **Franco Basaglia**

– Vou repetir: o manicômio não se destrói por completo nunca, porque tem sempre uma ilha que repropõe para recriá-lo, por isso o exemplo da nossa posição é o oposto do manicômio que existe.

Ouvi dizer que aqui na América do Sul, na Colômbia, existe o “inquilinamento”, ou seja, foram criados grupos apartamentos dentro do ex-manicômio onde vivem os ex-internos; eles se autogerenciam e vivem sozinhos, têm algum suporte quando é necessário, mas é realmente muito mais que uma favela, uma situação que não tem lei. Por exemplo, não digo que acontece todos os dias, mas, muitas vezes, se deflagram incêndios, porque não tem cuidado nem proteção alguma; é uma situação de anomia na qual tem os loucos que colocam fogo e que não têm nenhum controle. Desde logo, isso provoca uma onda de protestos na cidade.



Na verdade, eu não disse que nós não violentamos a cidade, a violentamos sim, porque mandamos os loucos para a rua, porém o detalhe era que nós contemporaneamente habitávamos, éramos presentes na cidade, não para “defender” a cidade, mas para começar a criar um diálogo entre os externados e a cidade.

Por exemplo, o diálogo com as famílias que foi bastante objetivo, foi aquele de programar em conjunto com aquele grupo familiar uma maneira de desospitalizar um interno. Conversávamos com a família para que se conscientize dos problemas e as soluções das que dispunha, aquilo que era próprio do indivíduo e daquilo que era a responsabilidade do conjunto. Chegamos a um acordo, a família levava o externado para casa. Num momento posterior do programa de grupo apartamento, chegamos a alugar casas na cidade, cerca de 30 apartamentos; as pessoas ou suas famílias pagam o aluguel da casa, porque se pagássemos, nós seríamos ainda um manicômio e nós damos ajuda estritamente segundo o nível de possibilidades materiais e de regressão que afetam a essas pessoas. Existem, por exemplo, apartamentos na cidade nos quais residem (bem assistidas) pessoas muito regredidas, muito anciãs, que têm um comportamento, digamos, demencial e que tiveram um problema muito grande para serem inseridos no bairro, porque eram muito deficientes, em suma, de uma convivência muito difícil.

Pois bem, foi muito importante, porque hoje tem a ajuda da população do bairro que os assume como seus “velhos”. Não obstante, temos também, em muitos outros lugares, ao contrário, que os donos da casa denunciaram esse uso assistencial na justiça, e algumas pessoas foram desalojadas porque os proprietários ganharam a causa. Ou seja, vejam, essas pessoas externadas estão inseridas em problemas reais, esses cidadãos têm processos judiciais, essas pessoas viraram indivíduos livres e, então, estão sujeitas à lei do Estado (com todas suas limitações e benefícios). Então, o problema da violência, da que eu falo, é

uma “violência santa”. Eu devo confessar que sou um violento e se preciso fazer violência por uma causa justa como a nossa, faço violência.

É claro que se trata de empregar o menor grau de violência possível, sendo que existem muitos tipos de violência. Mas quando está sendo feita uma violência, e não é possível impedi-la de uma maneira diferente, é preciso exercer certa violência, não só contra a cidade, senão também contra as autoridades. É claro que depois de desarmar um manicômio não se pode abandonar as pessoas, as famílias ou os bairros numa situação totalmente desassistida e dizer: “Adeus, se virem com o louco de vocês!” Pelo contrário, é preciso dar um suporte apropriado ministrado por uma organização em rede que, tendencialmente, é uma “desorganização” (dito no sentido de que muda constantemente e vai delegando funções à população), mas é uma organização, e isto não é apenas um jogo de palavras. É uma organização que propicia sua própria extinção por desnecessidade.

#### **Interlocutor não identificado**

– Você falou a respeito do suicídio. O suicida seria sempre um enfermo?

#### **Franco Basaglia**

– Não, não diria que o suicida é sempre um doente. Seria a mesma coisa dizer que uma pessoa é suja porque não dispõe de uma privada. Mas o que é certo e que, seja como seja, o manicômio não lhe oferecerá a “privada” que precisa para “não se sujar”. E dito num sentido já não metafórico: geralmente, no manicômio, não há privadas e nem sequer uma enfermeira que limpe a quem se sujou porque não teve continência.

O problema é que o suicídio é uma vicissitude da vida, em suma, uma situação real sobre a qual sempre ficará a dúvida acerca de se era evitável, inevitável e ainda se era preciso evitá-la. Eu lhes lembro de que existiram figuras que foram personalidades públicas, e que todo o mundo soube que se suicidaram. É claro que se pode fazer

mil diagnósticos, mil interpretações sobre cada caso. Mas não é muito recomendável falar do suicídio em geral. Devo dar exemplos porque não posso falar apenas sobre a teoria do suicídio. Não sei se vocês conhecem o caso de Cesare Pavese.

Cesare Pavese foi um grande escritor italiano que se suicidou. Na história de seu suicídio se destaca o fato de que ele era sexualmente impotente, de maneira que foram as vicissitudes de suas relações amoroso-sexuais as que foram entendidas como causa dinâmica do ato. Pode ser, mas essas interpretações são simplificações deploráveis.

Eu diria que me maravilho como nesse mundo no qual vivemos existam relativamente poucos suicídios, porque, nesse mundo, a vida, para muitos, é muito difícil. Os sofrimentos são tantos que, às vezes, parece que deveria haver um suicídio coletivo, e isso seja dito sem negar que existem muitas formas de suicídio coletivo que não se apresentarão como tais. Por exemplo, e eu não estou me referindo a ninguém em particular, mas se nós observamos as condições de vida em alguns países desse continente, acredito que se pode chegar a pensar que a situação deveria levar muito mais gente a se suicidar. Mas, ao contrário, estranhamente, essa situação leva as pessoas à luta, seja para matar aos causadores de tanto sofrimento, seja para fazer-se matar por eles.

Eu acredito que excetuando, por exemplo, as pessoas que se suicidam como um ato simbólico dentro de uma luta, uma das causas principais de um ato suicida acontece pelo fato que as pessoas não conseguem mais encontrar um significado para viver. Os seres humanos chegam a situações nas quais não vislumbram saídas que lhes permitam aspirar ou atingir uma vida digna. Ontem à noite, falei daquele operário que se suicidou porque depois de anos de viver na miséria não achou a maneira de existir contando com um mínimo de recursos. Não acredito que seu ato tenha que ser classificado como suicídio patológico, foi uma pessoa que fez e viveu consequentemen-

te a sua vida e que não conseguiu superar as contradições entrando num polo de luta. Talvez a pessoa que me fez esta pergunta não ficará satisfeita, porque pensava que eu poderia fazer uma discussão teórica sobre o suicídio.

Pois bem, acredito que não seja o momento oportuno para poder fazê-lo, mas direi que acredito que podem intervir elementos patológicos nos suicidas, componentes tais que podem ser abordados com técnicas particulares, mas certamente não com opressão. Acaso a maneira de afrontar um perigo de suicídio consiste em trancar a pessoa para que ela não se mate, esperando que lhe passe a crise? Não! Depois dessa terapia, a pessoa se suicida quando quer e quando pode.

#### **Interlocutor não identificado**

– O que pensa sobre os terapeutas que conhecendo o negativo das instituições que se ocupam dos doentes graves os tratam no seu consultório?

#### **Franco Basaglia**

– Eu digo o inverso do suicídio: eu mataria esse psiquiatra!

#### **Interlocutor não identificado**

– Pode ampliar o critério de liberdade como a terapia?

#### **Franco Basaglia**

– Sim posso esclarecer o conceito de liberdade como terapia. Antes de fazer este discurso, eu pensei: “O que vou fazer se alguém me perguntar o que é a liberdade?” A primeira coisa que eu diria sobre a liberdade, é a consciência crítica e a luta para resolver as necessidades. Quando falo da liberdade, não me refiro à liberdade desenfreada de fazer tudo e só aquilo que se quer, porque essa liberdade sem critério e nem limites não tem sentido nem valor: é uma **desliberdade** e a escravidão do prazer.

Para entender o que é a liberdade, primeiro, o que eu tenho que fazer é militar para que a maior quantidade dos demais possa libertar-

-se de suas necessidades (começando pelas questões básicas). Então, quando contribuo para conseguir a liberdade de um internado, para que ele e sua comunidade possam enunciar, enfrentar e resolver suas próprias necessidades, aí posso começar a discutir com eles acerca de quando sinto que eles podem estar perturbando minha liberdade.

No momento em que alguém tenta me fazer mal, eu procuro me defender, por que não?

Mas tudo isso é uma reação em cadeia. Por que o problema dos organismos de cuidados em saúde mental consiste em como se pode administrar todos com liberdade? Se a liberdade pressupõe procurá-la juntos para conseguir estar livremente juntos... essa liberdade é terapêutica. Pelo contrário, se o que se entende por liberdade é uma posição individualista pela qual cada um faz aquilo que quer, isso fatalmente retornará como algum tipo de opressão de uns sobre outros. Eu luto contra essa liberdade, eu luto para conseguir conviver livremente com os outros. Só nesse sentido a liberdade é terapêutica.

### **Interlocutor não identificado**

– Qual a diferença do seu trabalho e o do Dr. Laing?

### **Franco Basaglia**

– É muito grande a diferença, não porque o meu trabalho seja melhor do que aquele de Laing, mas porque se desenvolvem em dois momentos e contextos históricos diferentes. Laing e Cooper têm um grande mérito, aquele de ter-se oposto desde o começo à medicina nacionalizada inglesa, Laing entendeu desde o começo que a medicina nacionalizada inglesa viraria um modo de controle social. Eles lutaram mesmo. Cooper lutou num manicômio o qual posteriormente foi perseguido, a famosa Vila 21. Laing, por sua parte, militou discutindo e escrevendo livros a partir do seu consultório.

Laing é um colega que faz psicoterapia, tem um consultório muito elegante no centro de Londres, escreve belíssimos livros. Laing quis demonstrar aquilo que era sua realidade, a sua realidade interclassista

inglesa. Fundamentou nos seus escritos como era possível fazer uma comunidade que estivesse fora dos problemas controladores da assistência pública; ele fez uma pequena comunidade que realizou o projeto Queens Day Hall, que foi uma experiência muito importante na qual se demonstrou como era possível um tipo de relação terapêutica coletiva que não era a manicomial.

Mas, quando uma coisa é separada da assistência pública vira assistência privada e não pode ser difundida como um fundamento mais amplo... por que quem sustenta essa iniciativa? O exército da salvação? Quem dá sustento econômico político à experiência de Laing?

Por outra parte, Laing depois disso escreveu coisas muito importantes, por exemplo, escreveu *O Eu dividido*, *O pássaro no paraíso*, livros culturalmente importantes que muitos de nós nos baseamos para entender nossa prática. O problema é que o discurso de Laing foi reciclado de maneira intelectualista, pelo que Laing e a sua bibliografia viraram literatura do poder; talvez por isso Laing não mais empreendeu iniciativas práticas. Para mim, atualmente, Laing é realmente um grande poeta. Mas eu diria que, numa situação de luta, numa situação política real não conseguiu alcançar seu objetivo. Nós sempre tentamos afrontar concretamente as injustiças.

Parece que Laing relatou que também fizeram para ele a mesma pergunta: “Qual é a diferença entre o seu trabalho e aquele de Basaglia?” Então, Laing respondeu dizendo acreditar que a Itália tem uma realidade diferente daquela da Inglaterra, mas que, por outra parte, acreditava que lá deveria haver organizações como as italianas. Ele sintetiza dizendo que eu rejeitei drasticamente o manicômio e realizei outro tipo de experiência.

### **Interlocutor não identificado**

– Na década de 60, nos Estados Unidos, desenvolveu-se com muita força toda uma corrente de pensamento chamada medicina comunitária. Essa medicina comunitária partia de várias necessidades

do próprio sistema de saúde e tinha como fundamento básico ser uma medicina fora das paredes do hospital. Para isso, fora tomada como unidade de trabalho médico uma região, uma área geográfica onde se implantaria um centro de saúde comunitário e onde se desenvolviam todas as práticas da saúde, supostamente com a participação da comunidade. Essa experiência tentou se reproduzir, replicar na América Latina, na década de 70, e fracassou estrondosamente. As críticas que se faziam na América Latina a esse programa de medicina comunitária, entre muitas outras, eram os critérios pelos quais se definiam os conceitos da comunidade. Aparecia a comunidade basicamente como um conjunto de pessoas reunidas geograficamente em torno de um lugar, um bairro, e onde supostamente essas pessoas, assim agrupadas, teriam interesses comuns. A realidade mostrou que, na unidade geográfica, como poderia ser circunscrita em determinada área, existiam diferentes interesses, diversas necessidades, pois o pertencimento social das pessoas que viviam de forma conjunta era distinto. Isso fez com que não fosse possível que nenhuma das propostas teóricas alcançassem, na prática, uma unidade de critérios quanto as ações de saúde que essa mesma comunidade necessitava. Eu queria perguntar sobre o conceito de medicina comunitária, tal qual foi introduzido nos Estados Unidos e depois se desenvolveu posteriormente aqui. Que relação existe entre o conceito de comunidade, psiquiatria comunitária ou de comunidade terapêutica que normalmente se utiliza aqui como conceito?

### **Franco Basaglia**

– Eu conheço bem essa situação americana porque eu trabalhei seis meses num *community center* no Brooklin, em 1969, quando começava a desenvolver-se a psiquiatria comunitária.

Pois bem, vou dar esta resposta articulando com a pergunta anterior, ou seja, a área na qual se gerenciava o problema dos centros de saúde mental americanos era uma área muito grande. Porém, eu diria

que este tipo de psiquiatria fracassou na América Latina, mas fracassou também nos Estados Unidos.

Porque a intenção dessa situação de psiquiatria comunitária era articulada ao *Welfare State*, ou seja, uma notável tentativa nos EUA para afrontar o problema da marginalidade, da conduta desviante, e como não era possível fazer uma cidade manicômio, se enfrentava este problema através de um programa assistencial social que atendia milhões de pessoas. Dessa maneira, as pessoas são controladas com benefícios do tipo das pensões, o salário aos desempregados, as aposentadorias etc. Ficava de fora desse espectro uma grande quantidade de pessoas portadoras de sofrimento mental, os neuróticos etc.

Então, criando esse tipo de centro de saúde mental não foi feita uma rede de psiquiatria comunitária, ou seja, de integração, o que se criou foram novos tipos de doenças, a figura do doente assistido. É verdade que esta ação da equipe dos centros de saúde mental americano agiu numa área denominada *catching area*, em inglês *to catch*, um verbo usado pelos pescadores que colocam a isca na rede e depois a pegam de volta. A ação desses técnicos americanos era aquela de andar na comunidade a procura de doentes, ou seja, à procura de pacientes a serem assistidos (a chamada *soft police*). Essa orientação é bem conhecida na bibliografia, foram criadas geografias clínicas a propósito da marginalidade que era assistida nos centros de saúde mental e esses, por sua vez, funcionavam conectados com os manicômios, dos quais eram os primeiros filtros de controle. Fracassou tanto este tipo de organização, que o dinheiro que foi gasto, não de vários estados, mas do governo federal, foi cortado depois de cinco, seis ou sete anos de trabalho nos centros de saúde mental.

Hoje, os centros de saúde mental são enormes, de dois ou três mil metros quadrados, lugares gigantescos, como tudo o que tinha e tem nos Estados Unidos; porém era evidente que o centro comunitário era um organismo destinado somente a certo tipo de controle social



e não a nenhuma classe de tratamento, foi uma nova psiquiatrização do território total. Por exemplo, no Bronx, em Nova York, os centros de saúde mental, ao contrário, foram utilizados como núcleos de reunião de grupos radicais que gestaram neles um movimento revolucionário e foi por isso que esses estabelecimentos foram fechados pelas autoridades.

Mas, antes de passar para outras perguntas, devo dizer que é muito difícil responder a essa afirmação acerca de que o problema de núcleos de atenção coletiva, delimitados por áreas, são impossíveis porque a comunidade, como tal, não existe. E, claro, o que existe são grupos de classe social, étnicos, e uma quantidade de conjuntos minoritários. Mas essa tensão entre homogeneidade e heterogeneidade nas agrupações terapêuticas comunitárias, é todo um problema muito complexo para se discutir aqui, nesse momento.

Aquilo que diz respeito aos motivos específicos pelos quais o programa de centros comunitários fracassou na América Latina, parece-me que se pode reduzir a duas razões. Antes de tudo, eu diria que, felizmente, a situação histórica, política e econômica da América do Sul não era da natureza que pudesse precisar e ter capacidade de montar um sistema, tanto de controle como de atendimentos sociais, digamos, sutis e avançados como os da psiquiatria comunitária e seus centros de saúde mental. Eu me lembro de ter visto em Cali, na Colômbia, um trabalho do gênero; então discuti com o médico que era o responsável por ter levado esse modelo, que ele havia estudado na Columbia University.

Pois bem, foi feito uma “nuvem de ouro”, elogiando a comunidade dentro e fora do centro. Aí, eu lhe perguntei: “Me desculpe, fora dessa situação ao interno do centro, que foi o que você criou, qual é a que seu país tem? Uma miséria pavorosa? Então, os centros comunitários são a ação mais correta para a Colômbia?”

Não é nada demais, nenhum descobrimento. Em suma, em mui-

tos países e na América do Sul, parece-me que nem sequer existe a divisão característica em quatro classes sociais. É uma situação terrivelmente assustadora na qual existe uma alta burguesia, a classe dominante, e depois existe aquela que eu chamo de “outro planeta”, que vive em total exclusão, que não participa em nada da situação, nem produtiva, nem consumista. Acredito que nem sequer seja necessário e nem possível aplicar-lhe, de maneira imperialista, discursos e procedimentos como podem ser os de importação e administração maciça de fármacos, ou aquela que pode ser o adestramento com técnicas comportamentalistas, que nem sequer funcionam muito bem na América do Norte.

Então, cabe reconhecer que o conceito de comunidade, para que possa designar algo como uma comunidade, é uma palavra muito ambígua. Eu acredito que se pode chamar de comunidade a grupos sociais que conseguem nuclear-se em torno de um objetivo bem preciso e que, em função dessa finalidade, conseguem suavizar ou botar entre parênteses outras diferenças. Por exemplo, eu infelizmente nunca fui, mas me lembro de um período no Chile em que o problema da organização sanitária e, dentro dela, da prevenção em saúde mental foram reestruturados com um pleno sentido comunitário. Foram feitas coisas importantes nesse sentido, por quê? Porque a comunidade passava por um momento e tinha um escopo de envolver-se numa luta pela emancipação. Então, nesse sentido, evidentemente o comunitário tem um sentido de libertação e de solidariedade, porque se não for assim, o significado do comunitário é de uma uniformização sob o poder, ou seja, um objetivo de controle.

Tem ainda algumas perguntas e como são já 9h, faço uma proposta, mesmo porque já faz cinco horas seguidas que estou falando! Podemos jogar as perguntas para amanhã de manhã, porque eu vou participar de outra apresentação? Pergunto se posso fazer isso ou isso parece uma imposição? Obrigado.

# COMENTÁRIOS

*Gregorio Baremlitt*

## **Gregorio Baremlitt**

– Antecipei acima porque tomarei a liberdade de fazer estes comentários, um tanto deselegantes por serem aqui pós-fato, ou seja, formulados 37 anos (\*\*\*\*\*) depois de que os temas foram propostos e os discursos pronunciados. As exposições foram exaustivas e as participações do público abundantes.

As páginas que se vão ler à seguir, seguramente, não poderão evitar ser uma mistura entre o que eu me proponho a reconstruir sobre o que falei naquele momento, o que ouvi de meus colegas de Simpósio e o que mudou no mundo e no meu pensamento, desde aquela época até agora.

---

\*\*\*\*\* Ano em que foi feita a revisão do conteúdo deste livro por Gregorio Baremlitt (2015)

## (I) ACERCA DA “SOBREVIVÊNCIA DA PSICANÁLISE”

– Como já adiantei sucintamente, cabe perguntar-se, levando em conta que nesse encontro tivemos tantos psicanalistas participantes e tantos cursos, mesas, supervisões etc, sobre orientação psicanalítica: por que um dos três temas do Simpósio se chamou “A sobrevivência da psicanálise”?

Um dos psicanalistas expositores afirmou que o Simpósio era antipsicanalítico, anticrianças e antitudo.

Não obstante, o psicanalista Thomas Szasz agradeceu muito o convite e diz sentir-se satisfeito por participar.

O psicanalista Luis Fernando de Mello Campos respondeu a uma pergunta do público, explicando que o evento pretendia tratar de diversos temas cruciais, do ângulo de diferentes disciplinas, entre elas da psicanálise, especialmente para mostrar que nenhuma dava conta sozinha dessas problemáticas. Por outra parte, fez notar que todas precisavam de auto e de heterocrítica, sem as quais serviriam a setores iníquos da sociedade.

Mas, por que “O porvir”? Seria por que o IBRAPSI era uma organização que incluía a psicanálise no seu nome e estava preocupada com seu futuro?

A psicanálise na década de 70 estava em decadência? Ocorria algo que fizesse duvidar da sua sobrevivência naquele presente ou num futuro a curto, médio ou longo prazo? Pelo contrário, caberia dizer que a psicanálise, como doutrina, técnica, corporação e imagem social, nunca esteve em declínio algum.

Como já tinha escrito sagazmente Robert Castel no seu memorável livro *O psicanalismo*, já fazia muito tempo que a psicanálise estava, pelo menos, “empatada” com uma legião de concorrentes.

Os regimes ditatoriais da América Latina, em geral, e da Argentina e Brasil, em especial, tinham reprimido e atacado, com seu variado e tétrico espectro de violências, as sociedades psicanalíticas e os psicanalistas afiliados ou não a elas? Está claro que não houve repressão direta contra as associações psicanalíticas (nem contra outros grupos psicanalíticos enquanto tais); se houve atentados contra alguns psicanalistas foi devido a uma militância que, quase na totalidade dos casos, percorria outros caminhos.

A Europa, até então, com a proeminente exceção de França e Inglaterra (depois Espanha) e um pouco menos Alemanha, nunca foi muito *psicanalístófila*, e não o era nem muito mais nem muito menos na época do Simpósio. Mas, pelo contrário, acontecia um sucesso do kleinismo e do lacanismo, maior nas colônias culturais que nas metrópoles europeias.

A assombrosa proliferação norte-americana de poderosas associações, tendências e agentes psicanalíticos, assim como de misturas da psicanálise ortodoxa, com dezenas de psicologias e outras ideias e procedimentos, nunca foi tão próspera como nesses tempos, pelo menos quantitativamente.

Os conflitos internos e as rupturas entre grupos dissidentes e organizações “oficiais” minaram a oferta e a demanda pelos serviços societários e clínicos? Esse seria o caso do movimento Plataforma Internacional (organização de esquerda contrainstitucional) e o dos grupos argentinos Plataforma e Documento, a EPSO (Escola Argentina de Psicologia Freudiana e Socioanálise), a discordância e duplicação das sociedades psicanalíticas “formais” no Rio de Janeiro e São Paulo, a fundação do IBRAPSI (Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições), o trabalho do Sedes Sapientiae paulista, a constituição de muitas Sociedades psicanalíticas de Psicoterapia de grupo... debilitaram o monopólio institucional psicanalítico?

A entrada da psicanálise nas faculdades de psicologia e a dos

não médicos nas sociedades psicanalíticas “sagradas” inferiorizou seu prestígio? A numerosa participação de psicanalistas mais ou menos proeminentes nos meios massivos de difusão, no mercado editorial inespecífico, em diversas artes expressivas, implicou algum tipo de degradação?

De maneira alguma. Às vezes, porém, essas novidades implicaram a difusão de uma imagem autoritária, aristocrática e conservadora das organizações psicanalíticas “oficiais”. Por isso mesmo, reforçaram o elitismo publicitário das “verdadeiras depositárias” do legado freudiano. Isso contribuía para a fama de ser um reduto caro e privilegiado para formandos e analisandos das grandes burguesias e das altas pequenas burguesias urbanas das capitais dos países das Américas... assim como a alta valorização de que os candidatos recebiam um tratamento inacessível por ter um preço incompatível com uma condição socioeconômica mais ou menos humilde.

As várias modalidades de freudo-marxismo faziam perigar a identidade da psicanálise ortodoxa? Embora, o freudo-marxismo, em especial Otto Fenichel, a Escola de Frankfurt, Erich Fromm, Wilhelm Reich, Igor Caruso, Louis Althusser, José Bleger, Marie Langer, León Rozitchner, Castilla del Pino e outros tivessem uma importante influência cultural e militante; o destino dessa psicanálise foi mais do marxismo com o qual queria coadjuvar-se: seja como leninismo, stalinismo, trotskismo, maoísmo, fidelismo, eurocomunismo, a contracultura dos anos 60, o maio francês de 68 etc.

Essa articulação teve numerosas tentativas, mais ou menos bem-sucedidas, mas, no geral, permaneceram paralelas, subordinadas uma a outra, ou não, e alcançaram explorar o melhor de cada uma delas. Todas essas tendências tiveram múltiplos, diferentes e perecíveis auges. Mais ainda, naqueles anos, os marxismos não conseguiram, nem nas metrópoles, nem nas capitais, nem nas províncias das nações do Ocidente maiorias multitudinárias, nem estatais, que tivessem triun-

fado duradouramente e, com elas, uma pós-psicanálise que se lhes adjuntasse.

As psicologias não psicanalíticas positivistas, fenomenológicas, existenciais, comportamentalistas, gestaltistas, bioenergéticas, psicodramáticas, junguianas, comunicológicas, sistêmicas, holistas... eram e, como veremos, são rivais de peso para a psicanálise na década de 70? Talvez muito menos que no terceiro milênio, se é que agora, pelo que tenho para expor, talvez continuem a ser segundas ou terceiras escolhas.

E as variedades de psico-(cripto)-anarquismo que nasceram nos anos 70? Foucault, Deleuze, Guattari, Lyotard, Derrida, Baudrillard, Castoriadis, Lourau, Lapassade... nossos já famosos e influentes convidados ao Simpósio do IBRAPSI? Todos eles, assumidamente ou não, sustentavam teorias e práticas sobre a subjetividade... e uma considerável proporção deles era filopsicanalítica, não obstante alguns pareciam drasticamente contra.

Eu diria que essas preciosas presenças no nosso encontro (e suas ulteriores vindas ao Brasil) tiveram uma fortíssima ingerência no desenvolvimento do complexo e vasto processo da reforma psiquiátrica, mas incomparavelmente menos sorte no combate contra a psicanálise. É claro que me refiro à psicanálise “oficial”, “ortodoxa”, “conservadora”, mas também à psicanálise que chamarei de extensiva, amplificada, polivalente, ubíqua, oniexplicativa, onirrestauradora, a psicanálise loquaz. Uma doutrina modelo de existência (do contrato ao estatuto, dizia Castel), propugnadora de valores, instauradora de costumes, uma espécie de duplo confessional contínuo e adjacente que dá uma classificação de culpas e um repertório de expiações, se não uma perorada presunçosa acerca de como ser feliz e gozar aceitando a impossibilidade de tais prêmios.

Os discursos psicanalíticos puristas, que condenavam todas essas institucionalizações e incursões massivas como sendo “impure-

zas”, pareciam lamentar que o “espírito” impoluto da disciplina tivesse que “encarnar-se”, de alguma maneira, para existir.

Nos dias do Simpósio, o que já acontecia de fato, e fazia muito tempo, era uma série de fenômenos que perpetravam, de muitas diversas maneiras, o que Robert Castel denominou indelevelmente no seu acima citado livro: “A ampliação da psicanálise em círculos concêntricos a partir do divã”. Nesse texto irrefutável, o sagaz sociólogo francês detalha o fundamento da sua afirmação no Simpósio acerca de que “a psicanálise vai se dar bem”(!). Devo reconhecer que, nesse sentido, o Simpósio, o IBRAPSI e eu estivemos bastante equivocados. Nossa intenção de infiltrar a psicanálise com diversos matizes revolucionários, até fazê-la irreconhecível, pelo geral, deu em mais do mesmo, ou numa aparente diversificação de tendências e um latifúndio publicitário, segundo o qual a psicanálise opina liberalmente sobre tudo.

Como nosso amigo René Lourau diz, de maneira contundente e visionária, a psicanálise, dentro de certos limites dados por uma redefinição de sua esfera de atuação, não só sobreviveu, como que na atualidade está mais reconhecida e forte do que nunca, embora tendo que compartilhar o panorama, por exemplo, da saúde mental, com muitos competidores.

O interesse, pelo menos de alguns dos organizadores do Simpósio, ao colocar esse tema, não era uma preocupação acerca de que a psicanálise (na qual pretendíamos estar infiltrados e por ela acobertados) pudesse ser futuramente destruída, reprimida ou cooptada. O que temíamos era exatamente o que ocorreu: que a psicanálise se demonstrou capaz, não só de ignorar as críticas, como até de chegar ao ponto da fagocitá-las e assimilá-las a seu metabolismo imperialista midiático. Tanto é assim que chegamos a presenciar perplexos, no Brasil (dito só como um exemplo) o nascimento de uma psicanálise esquizoanalítica (!). Isso sem esquecer que existia e existem correntes de socioanálise e de sociopsicanálise de franco conúbio com a prédica freudiana.



Em várias intervenções nesse evento, Félix Guattari faz uma crítica dura ao processo de psicanalização da vida social (embora existam outros textos em que ele não é tão taxativo). Chaim Katz lhe responde destacando que a mesma coisa acontece com uma medicalização, psiquiatrização, psicologização etc e que haveria que perguntar a que se deve essa captura das demandas populacionais referidas aos mais diversos sofrimentos e gozos.

Tudo o que está acontecendo na atualidade dá razão aos dois expositores que citei. Lamentavelmente, Katz não tem na sua exposição oportunidade para explicar os mecanismos específicos pelos quais cada um desses saberes exerce esses poderes, em especial a psicanálise. Como quer que seja, para começar a esclarecer essa questão, basta lembrar de algo que Castel pontua em relação ao argumento de que, se é usada dessa maneira, a disciplina em questão deve ter sido traída. O sociólogo lembra muito simplesmente que só é traído quem é traível.

O Brasil atual (2015) parece haver descoberto que tanto quem corrompe, quanto quem é corrompido, como quem sabe do ato e não o denuncia, todos são corruptos. Não foi em vão que na Argentina surgiu o lema popular (com relação aos políticos profissionais): “Que se vayan todos”.

Sempre me pareceu muito interessante lembrar alguns dos aspectos de uma peculiaridade histórica da psicanálise. Como é sabido, a obra de Freud apresenta certa oscilação. Por uma parte, na sua obra *Múltiplo interesse da psicanálise*, o criador dela mostra detalhadamente uma quantidade de assuntos (não clínicos) prevalentemente pertencentes ao domínio de outras disciplinas (por exemplo, Direito, Educação etc), às quais a psicanálise teria coisas importantes a dizer. A essas contribuições, Freud chama de psicanálise aplicada. Só para ilustrar essa questão, basta lembrar a chamada “Obra Social de Freud”, um conjunto admirável de escritos que vão desde um sobre a guerra até

outros sobre a psicologia das massas, a história de Moisés e o monoteísmo, totem e tabu, a civilização e seus descontentes, análise da biografia do presidente Wilson etc. Mas Freud também escreve sobre literatura, arte, religião, ocultismo, telepatia, enfim, sobre “quase tudo”. Por outra parte, em vários textos, Freud afirma que não é possível nem desejável que todo o mundo se psicanalise e que a validade e eficácia da psicanálise se demonstra na clínica, sendo que o estatuto dela é diferente e cientificamente demonstrativo em comparação com as conjecturas da psicanálise aplicada. Ademais, Freud é taxativo quando diz que seu invento jamais deverá converter-se numa concepção do mundo.

Sobre o assunto também é bom lembrar (como fazem vários participantes do Simpósio) que Freud não tratava clinicamente de crianças, nem de casais, nem de psicóticos, nem de grupos, porque (entre outras razões) o dispositivo clínico da psicanálise individual não se prestava para isso. Obviamente, seus seguidores se ocuparam de ampliar extraordinariamente essas limitações. Durante minha trajetória psicanalítica (em vários países), que foi para meu detrimento bastante prolongada, eu tive oportunidade de acompanhar repetições desse fenômeno em, pelo menos, três ortodoxias: a freudiana, a kleiniana e a lacaniana. Em princípio sempre vigorava um período no qual só os respectivos dispositivos clínicos individuais eram válidos e outras aplicações, sobre outros objetos, fossem elas clínicas ou teóricas, eram quase que toleradas. Não obstante também eram bastante desqualificadas. Isso, até que causas de caráter heurístico, mas especialmente político-econômico e midiático-institucional (sobre as quais as corporações de psicanálise e a enorme maioria dos psicanalistas parecem desinteressados), faziam e fazem com que as citadas restrições diminuíssem seu raio de influência e de ação, e as novidades de domínio epistemológico (e publicitário) fossem aceitas. As defesas da ortodoxia se exercem persistentemente, mas não tanto que se demonstrem as

virtudes de uma inovação teórica ou técnica, senão até que as novidades estejam suficientemente na moda e no uso, como para que ignorá-las ou rejeitá-las já que não seja conveniente ou até resulte contraproducente.

Guattari atribui essa expansão a uma capacidade de adaptacionismo próprio dessa disciplina a todos os seus níveis e subpráticas, embora que sua disponibilidade explicativa se reduza, como Freud o reconhece, a umas poucas e monótonas invariantes teóricas. Essa maleabilidade, segundo a esquizoanálise, se deve pela psicanálise ser uma peça essencial à produção de subjetividade própria do capitalismo.

Na minha longa trajetória (antes mencionada), tenho adquirido (acertadamente ou não) a convicção de que, dando por pressupostos todos os conceitos estudados, por exemplo, pela análise institucional, a semelhança (sobretudo, a “oficial”) entre a psicanálise e a igreja católica é extraordinária e elucidativa. Por certo não ignoro formidáveis aportes ao tema como os de Nietzsche sobre a culpa e a dívida infinita, ou os de Foucault sobre a continuidade entre a confissão e a livre associação, o “pastoreio”, a “confissão” e o “fazer falar” psicanalítico; não obstante, ao que aqui queria referir-me em especial é ao gatopardismo desses movimentos e ao papel desse “pioneirismo de retaguarda” no presente e nos seus respectivos futuros.

Essas duas denominações resumem uma parte importante dessa similitude entre o catolicismo e o psicanalismo. Os dois movimentos, seus agentes reconhecidos, mas também muitos dos que, porque são supostamente independentes, se creem não institucionalizados, seguem atentamente o que eu chamaria de “obviedades históricas”. Organizacional ou individualmente, decidem participar de certas lutas, tratar certos temas (falando publicamente, escrevendo na imprensa, incluindo-os nas suas teorias e nas suas práticas) apenas quando as minorias que batalharam por isso têm atingido publicidade e certa

aceitação. Outro arguto enunciado diz que esses dois tipos de agentes (psicanalistas e sacerdotes) “admitem” a singularidade dos “casos” que atendem (e frequentemente esse é o mecanismo de alguns de seus discretos resultados), mas se agarram fanaticamente aos escassos supostos básicos (como diria Bion) da presumível universalidade dos seus credos teóricos, aos quais seus respectivos supremos sacerdotes são considerados “infalíveis”.

Sobre esse tema em particular, o advento de uma nova escola, por exemplo, keiniana ou lacaniana, tal como um surto tardio de humanismo turístico papal, não questiona em absoluto os pilares centrais e únicos de suas respectivas axiomático-dogmáticas; pelo contrário, as fortalecem com uma aparência de abertura.

Numa das mesas do Simpósio, uma psicanalista lacaniana paulista proclama majestosamente que os discursos dos participantes do Simpósio são delirantes e, dá para entender, o evento também o é. Por outra parte, afirma que esses discursos não são teóricos senão políticos (alocuções do Amo), como se as narrativas teóricas não fossem imanentemente políticas e a política não tivesse sempre seus enunciados teóricos. Ela deve saber muito bem do que fala, por que paradoxalmente postula que não se deve usar a vertente sofisticada dos diálogos como uma luta pelo puro prestígio. Será errado pensar que ela não faz isso com seus sofisticados e categóricos qualificativos diagnósticos? Parafraseando Castel, eu diria que o tema colocado no programa do Simpósio foi uma comovedora tentativa de fazer passar, mais ou menos subliminarmente, uma consigna impugnadora que levava implícita uma presunção errada de risco: “Poderá sobreviver a psicanálise? Ou como, em síntese, quer dizer Guattari, esse arcaísmo do século XIX será capaz de aguentar o ritmo da globalização? Como se a psicanálise já estivesse em perigo naquele presente, o qual faria factível sua morte no porvir, ou pior, como se na psicanálise houvesse uma verdade essencial que poderia ser desvirtuada no futuro. Nenhuma dessas

presunções era plausível.

A psicanálise oficial não só sobreviveria, senão mantendo os poderes das organizações sagradas, aceitaria as invasões lacanianas e conviveria displicentemente com a proliferação de núcleos psicanalíticos “independentes”, com a autoautorização de agentes isolados, assim como com sua penetração nos mais diversos e duvidosos âmbitos. “Recursos humanos” empresariais e políticas públicas, assessorias de eminentes políticos e altos executivos, hospitais e clínicas, escolas públicas e privadas, estabelecimentos de segurança policial e militar, programas estatais ou do terceiro setor, direitos humanos, intromissão em todos os veículos da mídia e como um componente de todas as especialidades médicas etc. Enfim, uma campanha maciça, abrangente e poderosa. Até resolveu lidar com os autismos, os transtornos psicóticos graves, a delinquência juvenil, os problemas cognitivos, afetivos, volitivos e de comportamento de alunos nos três níveis de ensino, as toxicodependências, as reivindicações das minorias etc. Com a interpretação e defesa de algumas dessas singularidades, por exemplo, as sexuais, tiveram que lidar com a contradição entre o reconhecimento de sua originalidade e o diagnóstico de “perversões”.

Parte importante dessa atividade se deveu ao fim das ditaduras dos respectivos países onde se exercitara, mas também foi devido a motivos mercadológicos de compensação pecuniária, o preço das sessões teve que ser diminuído, porque em razão da crise econômica, a clientela de “classe média” diminuiu ou suspendeu suas análises por mera insolvência. O lacanismo veio complementar teórica e tecnicamente, com sua prática de sessões mais curtas, horários e honorários irregulares, as inviabilidades dos preços e da duração e frequência ortodoxa dos atendimentos. Ou seja, que certa apropriação das terapias breves, justificada e obscurecida pelos “cortes” técnicos e a pompa matemática, manteve vendável à psicanálise clínica, entretanto, um grupalismo, organizacionalismo e mass-midiatismo moralizante o

promoveram a um messianismo sui generis e a um vasto espectro de receitas.

Resumindo: cabe reconhecer que, se a intenção estratégica deste tema do Simpósio, do IBRAPSI e de muitas outras iniciativas semelhantes, foi “abrir” a psicanálise a variados questionamentos e até enfrentá-los a propostas alternativas ou francamente contrárias, uma dúvida persiste. Dada à surpreendente capacidade do movimento psicanalítico de ignorar, patologizar ou metabolizar e assimilar os questionamentos, quanto eles conseguiram seus objetivos críticos e quanto contribuíram para sua expansão publicitária?

Diversos expositores do Simpósio insistiram em considerar o nascimento, crescimento, auge e estabilização da psicanálise enquanto fenômeno historicamente determinado, tanto pela sua ambiguidade com o cientificismo da modernidade quanto com equipamento de poder racionalizador e neutralizador de demandas próprias de urgentes necessidades epocais.

Como quer que seja e como dizia o Comendador no clássico *Don Juan* da literatura espanhola: “Os mortos que vós matais gozam de boa saúde”.

## (II) O SEXO COMO INSTITUIÇÃO

– Um recorrido no Simpósio pelas intervenções referentes ao sexo evidencia uma riqueza e uma diversidade que, não obstante, parece não impedir certa classificação. Entendo que os expositores frequentemente ampliaram nos seus discursos o tema do “Sexo como instituição” (e, portanto, instituinte e instituído) para enfoques tais como “A sexualidade nas instituições”, “A sexualização das instituições” e “A desinstitucionalização do sexo”, “Sexo e desejo” etc.

Uma característica comum a todos os discursos consiste em distinguir, de diversos pontos de vista, a sexualidade biológica da subjetiva, apesar da segunda estar, no nível de suas estruturas e funcionamentos, consideravelmente determinada pela primeira. Até Freud, ao contrário do absolutismo epistemológico dos seus seguidores se permitiu escrever a ambiguidade da sentença: “A anatomia é o destino”. Mas se pode constatar posições bastante diferentes e contrastantes em torno desse tema do Simpósio.

Por exemplo:

Posição 1) Desde o prisma da psicanálise (que se considera prioritário, suficiente e crítico de todos os outros) só existem dois sexos, e eles se caracterizam segundo como lidam com o complexo de castração e as identificações que resultam da sua instauração e resolução. O sujeito masculino se normativiza sexualmente saindo do complexo de Édipo pela instauração-resolução da castração simbólica; o sujeito feminino se normativiza entrando no complexo de Édipo, ingresso esse que o separa da célula-mãe fálica na menina narcisista do espelho. Essa instauração irá se resolvendo no simbólico assintomaticamente durante a vida subjetiva inteira da “mulher”. O desejo, nessa teoria, não tem objeto fixo nem aspira necessariamente à reprodução biológica nem à psíquica consciente; é insaciável; ele tem uma tessitura

restitutiva, tende a restaurar o narcisismo, o imaginário, além do prazer, procura o gozo obedecendo ao superego, procura satisfazer-se na reanimação dos fantasmas inconscientes. A única saída para essa “natureza” é seu devir consciente ou sublimado. Mas todos os sujeitos são potencialmente bissexuais, e as formas intermediárias e/ou patológicas entre os citados dois polos são vicissitudes irregulares e regressivas dos percursos antes citados.

O que se conhece como a sexualidade ou o sexo se reduz às relações que orientam o desejo nas configurações que se estabelecem entre o real, o imaginário e o simbólico. Dito de maneiras simplificadas (e não “procedentes” para a psicanálise), a determinação sexual se decide nas peripécias da relação entre o zoológico (o animalzinho humano) e a linguagem, entre a natureza biológica e a cultura (entendida como o simbólico). A família nuclear e seus integrantes, nas suas modalidades mais ou menos tradicionais ou alternativas, é um suporte preferencial, embora não único para a dinâmica antes citada, mas não é sua composição o que decide o destino da sexualidade subjetiva.

Posição 2) É muito similar à anterior, mas destaca que a definição sexual do sujeito inclui na sua decisão as relações adotadas entre as determinações biológicas, os componentes subjetivos, as relações de parentesco e as do modo de produção, entendida de um modo amplo, como sendo as maneiras econômicas, políticas e ideológicas que compõem os processos de produção e reprodução da vida humana sobre a Terra. Por exemplo, o desejo, que tem as características mencionadas na posição 1, tende a orientar-se historicamente para uma definição sexual coerente com uma escolha de objeto, que necessariamente *também* tem o caráter de uma *coisa* e de um fetiche mercantil. Para resolver as dificuldades sintomáticas da sexualidade, provenientes dessas multideterminações, é preciso incluir na sua abordagem teórica e clínica uma crítica e uma práxis da incidência do modo de produção capitalista.



Posição 3) Existem “n” (um número infinito de diferentes sexos, cada um singular), uma multiplicidade substantiva deles. Poder escolher de maneira estável, alternativa (mas sempre inventiva) uma ou alguma orientação entre eles, depende de uma libertação complexa de determinações heterogêneas e imanentes entre si. Mas o desejo, apesar de ser de uma “natureza” intrinsecamente produtiva, e de não ser uma determinação específica e circunscrita ao sujeito (tanto consciente quanto inconsciente, tanto do enunciado quanto da enunciação), é um animador da composição e funcionamento molar e molecular de infinitos tipos de montagens ou arranjos. Eles consistem em máquinas abstratas de guerra que não têm a guerra por objeto, ou máquinas concretas: agenciamentos coletivos de enunciação – agenciamentos maquínicos de corpos. Isso se atualiza em todo tipo de invenções ou eventos simultaneamente econômicos, políticos, “culturais”, ecológicos, semióticos, existenciais etc. Não obstante, o desejo pode encaminhar-se (pela estabilização reprodutiva de diversas vicissitudes do acaso) para complexo: máquinas abstratas de Estado-máquinas concretas, equipamentos de poder. Esse último complexo inclui e conduz o desejo à reprodução bipolar edipiana mencionada ou à sua própria destruição.

Essa posição prefere não se deter demasiado para tratar a sexualidade, o prazer ou o gozo, não porque não sejam produtos vivenciais do desejo, mas porque podem induzir a restringir sua abordagem à problemática do sujeito individual e suas peripécias familiaristas e/ou intimistas que tendem a deter o fluxo produtivo incessante criativo e revolucionário do desejo.

Os preconizadores desse ponto de vista, como abordarei mais adiante, consideram os quadros da patologia mental como tentativas experimentais de invenção fracassadas. Por outra parte, chegam a empregar as figuras nosográficas psiquiátrico-psicológicas para dar conta das diferentes formações históricas de soberania.

Posição 4) Este enfoque, apesar de ter muitas afinidades com a posição 3, segundo me parece, se centra predominantemente (e bastante empiricamente) no sexo entendido como erotismo, e como fonte de prazer de toda índole, mas predominantemente de natureza corpórea. Enfatiza-se que devido à determinada trajetória histórica, nós não conhecemos nada referente à sexualidade que não seja instituído e universalmente estabelecido dentro de uma lógica e uma moral variada, mas infalivelmente machista, paternalista, masculina, reprodutiva etc. Assim sendo, essa orientação sustenta que, em lugar de tratar de definir o sexo para instituí-lo de outras maneiras menos exclusivas e repressivas, haveria que desdefini-lo ou desinstitucionalizá-lo por completo. Cada sexo, incluídos os considerados patológicos, é um sexo. Esse discurso recorre criticamente a uma série de preconceitos normativos institucionalizados que afetam a sexualidade, limitando enormemente sua potência de produzir prazer. Os expositores enfatizam que inveteradamente tratou-se de impor aos procedimentos áreas e objetos de prazer, um modelo masculino consistente na penetração genital e a obtenção de um orgasmo pela mesma via. Outras fontes e modalidades de obtenção de prazer ou são desconhecidas, têm sido proibidas, ou são qualificadas de “jogos preliminares”... ao coito convencional antes descrito.

Os defensores dessas teses enfatizam que a sexualidade feminina tem sido a principal vítima de todas essas invectivas e restrições, sendo que, apesar de que não se está pretendendo preconizar nenhum “modelo sexual feminino”, em substituição do vigente, prevalentemente as mulheres têm sabido e tentado outras possibilidades. Toda e qualquer parte do corpo, qualquer companhia ou “objeto”, qualquer função e faculdade (comer, defecar, respirar, mover-se... mas também o exercício da fala, do pensamento, da expressão artística), qualquer colocação em cena da sexualidade, incluída as inumeráveis manobras masturbatórias, pode ser ativada para a obtenção de prazer, com ou

sem orgasmos gerais, com orgasmos pontuais, prolongados ou sem orgasmo algum. E tudo isso pode acontecer sem que intervenha nenhuma classe de deserotização ou sublimação.

Apesar de que esta posição (4), considera a psicanálise, a meu entender com razão, como um sistema teórico e tecnicamente paternalista, machista etc, creio que seja interessante frisar que certas passagens da obra de Freud afirmavam a existência, no corpo sexuado, de um erotismo universal, ou seja, que células, tecidos, órgãos, sistemas, funções, faculdades etc tinham potencial erógeno (zonas erógenas atípicas e pulsões parciais). O fato de que o fundador da psicanálise chama essa onipotência de “autoerotismo”, ao mesmo tempo em que ressalta a validade de todo artifício masturbatório, parece desmerecer a possibilidade da heteromasturbação e reprovar como sendo uma espécie de indiscriminação identitária que esses recursos podem levar a provocar. Mais ainda, a teoria freudiana afirma que as representações dos órgãos e funções são recalçadas, e os afetos que lhes correspondem são impedidos de desenvolver-se *porque se erotizam*. Pelo menos, passagens dos textos freudianos colocam como pré-requisito para a chamada normatização a deserotização desses componentes. Por outra parte, cabe também lembrar que, exatamente pelo fato de normalizar-se, entrando no complexo de Édipo, e de não ter nunca definitivamente consolidada a instauração de seu superego, a teoria diz que a sexualidade feminina conserva certa versatilidade, apesar das restrições masculinas. Isso inclui certa complacência e menor sentimento de culpabilidade com relação a qualquer avatar considerado incestuoso.

Finalmente, embora certa violência possa formar parte de qualquer modalidade erótica e ser um componente prazeroso, existiria um suposto masoquismo feminino constitutivo discutível ou, em todo caso, historicamente determinado pelo sadismo próprio da dominação masculina. Em consequência, a sexualidade feminina costuma ter muito

menos componentes agressivos.

Pareceu-me notar que nas palestras, mesas e curso do Simpósio, houve contribuições muito valiosas que sofreram alguma dificuldade como consequência da confusão entre os conceitos de instituição, organização e estabelecimento. Por exemplo, o tema da “Sexualidade nas instituições”, especialmente nas “instituições totais”, tais como o cárcere ou o manicômio, magistralmente tratado, talvez devesse ter colocado algo assim como: “A desorganização da institucionalidade convencional do sexo e sua reorganização institucional informal forçada nos estabelecimentos penais e psiquiátricos”. A horrorosa imposição de trocas sexuais extorsivas (especialmente homossexuais) nesses locais é uma das mais penosas experiências da vida e da morte no confinamento, sarcasticamente corretivas e curativas. O radical fracasso dos objetivos manifestos desses sistemas e, pelo contrário, o ostensivo sucesso de sua capacidade de produzir delinquentes, criminosos, demenciados (e cadáveres), foi denunciado pelos diversos especialistas na questão com uma honestidade e competência irrefutáveis. Os processos pelos quais esses simultaneamente vitimários e vítimas são multideterminadamente causados, os defeituosos e arbitrários procedimentos com os quais são definidos, acusados, julgados capturados e enclausurados, e a deteriorada condição na que permanecem ou saem dos seus cativeiros foram detalhadamente problematizados e analisados pelos expositores. Não obstante, as soluções pensáveis estão anos-luz de serem convincentemente pensadas e implementadas, sendo que o que caracterizou a posição de todos os oradores foi que, pelo menos, a imediata desmontagem dos manicômios é perfeita e inadiavelmente executável.

Desde a realização do Simpósio até o presente, a meu modo de ver, pouco ou nada tem sido feito com relação ao sistema carcerário. A superlotação, as más condições de alojamento, alimentação, higiene, assistência médica e segurança interagem nefastamente com a violên-

cia repressiva, as rebeliões e as chacinas. Por outro lado, creio poder afirmar que o processo da reforma psiquiátrica brasileiro tem atingido um resultado considerável.

Por sua parte, a proibição legal da construção de novos manicômios, o fechamento dos existentes (embora ainda restem muitos) e a formação de uma rede unificada, descentralizada, participativa, articulada e capilar, composta de dispositivos, métodos e técnicas multidimensionais, atendidos por equipes transdisciplinares com critérios vitais e libertários, é, às vezes, sob um paradigma estético, uma realidade no país. Sem dúvida nenhuma, essa máquina é, ainda insuficiente, quantitativa e qualitativamente. Se todo o sistema unificado de saúde do país sofre de gravíssimas deficiências de toda natureza, não se tem por que esperar que a rede de saúde mental seja um exemplo de perfeição.

Enquanto a institucionalização restritiva das possibilidades eróticas, dentro dos limites do corpo erógeno dos sujeitos no *entre* deles, algumas das considerações dos expositores sobre o tema, apesar de seguir sendo pertinentes, estão um pouco ultrapassadas, para bem ou para mal, pelo processamento atual dos valores e dos costumes sexuais. Determinações de todo tipo, entre as quais se destaca a comunicação de massas, a promoção do consumo e da vigência das modas, a velocidade em geral e a dos relacionamentos em particular, certa precarização sentimental desses relacionamentos, certa secularização das igrejas, certas conquistas dos movimentos feministas e LGBTQIA+... são causas e efeitos de alguma decadência do paternalismo e do machismo social... e de uma ampliação de toda classe de escolhas. Quais são os benefícios e os inconvenientes dessas liberdades é um tema para outro Simpósio como o que aqui comento.

## (III) SAÚDE MENTAL E SUAS INSTITUIÇÕES

1) Parece-me poder afirmar que, em geral, os oradores coincidem em que tanto os termos **saúde** como **enfermidade mental** e seus referentes reais (que são dominantes na contemporaneidade), são parônimos cientificistas, psicologizantes ou medicalizantes, mais ou menos englobantes, dos muito diversos sentidos que pares opostos da língua comum, como por exemplo, razão e loucura, adquirem em diversas épocas e sociedades. Não obstante, e ainda considerando apenas as denominações específicas e profissionais, cabe observar que a chamada “loucura” é objeto de conhecimento atual não só das ciências médicas, mas também, como mínimo, das antropológicas, das jurídicas, das educacionais, das semióticas, das midiáticas, das estéticas etc.

2) Os expositores reconhecem que perfis de modos de ser e de existir (por denominá-los de alguma maneira), aparentemente análogos aos que a nosografia psiquiátrica diagnóstica, como mentalmente patológicos, têm sido definidos e tratados negativamente e com distintos tipos e graus de violência, mas também, em alguns tempos e comunidades, com adoração, reverência e até obediente temor.

3) Os expositores parecem coincidir com relação a que a frondosa polissemia com a que correntemente se designa a “algo como isso” é prova de que é difícil saber com precisão de que se trata.

Apenas para ilustrar este ponto, permitam-me lembrar os seguintes semantemas: posse demoníaca, bruxaria, heresia, imoralidade, delito, crime, pecado, infidelidade, apostasia, traição, rebeldia, conspiração, subversão, insurreição, transtorno, sofrimento, insociabilidade, desvio, exclusão, razão insuficiente, desrazão, alienação, alteração, não consciência, inimputabilidade, estado ilógico ou alógico, absurdo,

sem sentido, desatino, ininteligibilidade, inconsciência, irrealidade, insensatez, degeneração etc e, por fim: alteração da saúde, em especial da saúde mental, enfermidade, dor ou síndrome patológica mental.

4) Como variantes a favor, contra ou diferenciais dos pontos de vista científicos, foram citadas as seguintes leituras da questão:

a) A enfermidade mental é sempre (e/ou unicamente) efeito de micro e/ou macrodistúrbios, químico-elétricos (estruturais e/ou funcionais) do sistema nervoso.

b) A psicose consiste numa falha do simbólico, devido à qual o forcluído retorna desde o real alucinatoriamente (delírio).

c) A enfermidade mental é uma metáfora psiquiátrica, um “como se” médico para se referir a condutas (dito num sentido muito amplo) que se definem como esperáveis ou não, de acordo com um contexto institucional. Se alguém diz que fala com Deus na Igreja, se acredita que é um iluminado, falar isso num Simpósio científico ou para a polícia se supõe que é delirante.

d) A enfermidade mental não existe, o que há é uma psiquiatrização como parte de um biocontrole de certos afastamentos das normas disciplinares que são instrumentadas pelos macro e micropoderes das formações sociais contemporâneas, para preservar a ordem normativa cientificista, que se torna prioritária nessa missão, antes (mas articulado com) o poder educacional, o judiciário, o militar, o eclesiástico, o midiático, o do capital industrial, do agropecuário, do financeiro etc.

e) *Toda* loucura é produzida pelos recursos que certa medicina e certa justiça utilizam para “curá-la”: internações compulsórias, retiro de todos os efeitos pessoais como documentos de identidade, roupas, cadernos de anotações, proibição de visitas de familiares e amigos, confinamento de duração indefinida em estabelecimentos sem as mínimas condições para uma sobrevivência digna, carceragem de isolamento absoluto, contenção por meios físicos, eletrochoque, choque

insulínico, cardiazólico, hipermedicação com neurolépticos, ablações cerebrais, maus-tratos e comportamentos autoritários, despóticos e sádicos por parte dos profissionais e funcionários dos manicômios, procedimentos indiretos destinados a provocar a morte dos internos para venda dos cadáveres às escolas médicas.

5) A psiquiatria, estatal ou privada, se apropria do saber e o fazer popular sobre a loucura e o substitui por uma dogmática específica e profissional patologizante e tratamentos iatrogênicos. O manicômio, que foi se especializando na medida em que foi se separando, em primeiro lugar, dos leprosários, em segundo, das penitenciárias gerais e os depósitos de desocupados e vagabundos, e em terceiro momento, do hospital-geral para todo tipo de enfermidades.

6) A fundação dos manicômios, a qualificação de quem devia ocupá-los e os tratamentos rudimentares e violentos administrados precisavam de uma racionalização “científica” (de acordo com o “espírito” da modernidade incipiente). Esse saber foi constituído, a princípio, por justificações humanitárias e depois pelos começos da psiquiatria. Esta precisava de um aparelho concreto para testar suas teorias e o manicômio lhe deu esse equipamento.

7) Em princípio, a psiquiatria tinha uma forte influência neurológica, depois se originou a psiquiatria fenomenológica. Posteriormente, surgiram as psicologias reflexológica, gestaltista, comportamentalista e a psicanalítica. Toda essa variedade de propostas (e centenas de outras que se agregaram) contribuiu para uma relativa decadência do manicômio e sua complementação, nos melhores casos sua substituição, por uma série muito complexa de recursos para o diagnóstico e a terapêutica que rejeitavam de diversas maneiras a violência manicomial, sendo que, em cada uma delas, é possível detectar algum tipo de imposição específica.

8) A principal violência generalizada que é imputada a esse panorama é uma geral medicalização e psicologização das sociedades,



que atribui a todo mal-estar (mas também a numerosas singularidades) um caráter sintomático e uma solução médico-psicológica, tanto mais arbitrária quanto mais pobres são seus usuários.

9) Afirma-se que as sucessivas invenções que se foram acrescentando ou substituindo a psiquiatria manicomial o fizeram para conservar essa entidade que vagamente chamamos de loucura, dentro do domínio do saber-poder médico-psicológico. Discute-se se esse saber-poder tem uma autonomia relativa ou absoluta com relação aos macropoderes do Estado e do Capital, e, portanto, se ele tem algo de resgatável ou não. Em consequência, apenas criticar e combater algumas ou todas, segundo os diversos oradores dessas modalidades, é necessário, mas não suficiente. É indispensável produzir outras completamente diferentes, das quais uma das características em comum é instituir dispositivos (não médicos, nem psicológicos) que propiciem a reassunção por parte da coletividade, dos cuidados dos citados casos de “loucura” e de singularidade.

10) Não obstante, o correto e erudito das intervenções, não parece ficar muito claro, como saldo final do debate, qual das novas experiências já existentes de reforma psiquiátrico-psicológica cumpre com os mencionados requisitos, que é “loucura” e que não é, e como se deve tratá-la de maneira não específica e nem profissional.

Impressiona como óbvio tanto que o manicômio deve ser cancelado e que as reformas psiquiátricas contemporâneas (as redes de atendimento ambulatorial) são extraordinariamente melhores que as formas clássicas, mas se constata que muitos manicômios seguem existindo e que as modalidades anteriores ressurgem, de diversas maneiras, no seio dos agenciamentos atuais.

Apesar de que algum dos oradores pareça completamente satisfeito com o obtido, outro deles, surpreendentemente, afirma que não se pode fazer nada a respeito até que uma transformação total da sociedade tenha acontecido.

11) Parece-me necessário e procedente para melhor aproveitamento que os leitores possam fazer dessas tentativas de sínteses, um resumo, uma orientação acerca desse tema, cujos principais autores (Félix Guattari) não chegou a desenvolver nas suas intervenções. Desde logo, esse resumo será, por sua vez, inteiramente insuficiente. Trata-se, como já antecipei, de uma leitura de formidável abrangência, informada por um paradigma estético, transdisciplinar, literário, político... e assim por diante: a Esquizoanálise. Para esta corrente, as chamadas – nos últimos dois séculos – “enfermidades mentais”, são modalidades de subjetividade (alienada) e de subjetivação (produtivo, desejante, revolucionárias), produzidas e qualificadas valorativamente por cada hipercomplexa formação histórica em que surgem. Mas todas essas modalidades coexistem na imanência de nosso presente. Para a esquizoanálise, segundo cada modo de produção, reprodução e anti-produção (dito num sentido muito amplo que desborda e reformula por completo os clássicos conceitos de infra e superestrutura), a “loucura” pode ser o produto de uma experimentação também de natureza muito heterogênea, metaestável, transfinita, multideterminada, mas também fortemente aleatória.

Essa experimentação, quando os funcionamentos (produtivo-revolucionários) e as funções (reprodutivas, antiprodutivas) da topologia de superfícies, platôs e redes rizomáticas que compõem as realidades lhe são favoráveis, resulta numa invenção revolucionária que inclui subjetivações livres. Quando, pelo contrário, essas composições são capturadoras ou destrutivas, a citada experimentação fracassa e gera subjetividades sujeitadas, submetidas ou arruinadas. Essas duas possibilidades dependem da ação de dispositivos singulares ou de equipamentos padronizados edipianos (tanto “bem” como “mal” implantados e resolvidos).

A importância que a esquizoanálise dá à terminologia nosológica psiquiátrico-psicológica (radicalmente redefinida) que a emprega para

nomear o conjunto disperso de processos que compõem cada formação histórica: formação territorial primitiva ou “perversa”, despótica ou “paranóica”, capitalista ou “esquizofrênica”. Mas cada um desses modos tem também fluxos e processos “esquizontes” que são os protagonistas das mutações criativas de todo tipo.

A esquizoanálise tem, de acordo com suas inúmeras maneiras de exercício, duas tarefas principais: as negativas (de demolição de tudo aquilo que mata, captura ou distorce os fluxos produtivos revolucionários) e as positivas (de intensificação de tudo aquilo que produz, revoluciona, cria com os citados fluxos).

**LISTAGEM DAS INTERVENÇÕES QUE FORAM FEITAS DURANTE O SIMPÓSIO E QUE NÃO INTEGRAM O PRESENTE VOLUME POR OMISSÃO, EXTRAVIO OU NÃO TRANSCRIÇÃO DAS CORRESPONDENTES GRAVAÇÕES.**

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA

DISCURSO DE ABERTURA

Gregorio Baremlitt

CURSO: RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE

Eduardo Losicer

CURSO FREUD-KLEIN-LACAN (O DESEJO OU A CULPA)

Hélio Pellegrino (não participou)

CURSO ANÁLISE INSTITUCIONAL

Célio Garcia

CURSO: GRUPO FAMILIAR. PATOLOGIA E TERAPÊUTICA

Luis Fernando de Mello Campos

CURSO: TEORIA DA IDEOLOGIA

José Augusto Guilhon de Albuquerque

PAINEL: PSICANÁLISE E RELIGIÃO

Armando Suarez

Chaim Samuel Katz

TEMAS LIVRES

CURSO INTRODUÇÃO AO ANTI-ÉDIPO

Gregorio Baremlitt

CURSO: LOUCURA E SOCIEDADE

Thomas Szasz

CURSO: GRUPO OPERATIVO E GRUPO TERAPÊUTICO

Ricardo Malfé

CURSO: PSIQUIATRIA INSTITUCIONAL

Félix Guattari

PAINEL: PSICANÁLISE E ANTROPOLOGIA

Roberto Machado

Chaim Samuel Katz

Gilberto Velho

Luis Fernando de Mello Campos

PAINEL: PSICANÁLISE E EPISTEMOLOGIA

Hilton Japiassu

Carlos Villamor

Alberto Coelho de Souza

Roberto Gomes

CURSO: PSICANÁLISE DE CRIANÇAS

Emilio Rodrigué

CURSO: A RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE.

Jorge Galperin

CURSO: FREUD/KLEIN/LACAN (O DESEJO E A CULPA)

Horus Vital Brasil

CURSO: A REVOLUÇÃO SEXUAL

Gregorio Baremlitt

CURSO: A COMUNIDADE TERAPÊUTICA.

Emilio Rodrigué

PAINEL: A EFICÁCIA SIMBÓLICA NA PSICANÁLISE E NA  
ANTROPOLOGIA

Roberto da Matta

Ivonne Costa Ribeiro

Luis Fernando de Mello Campos.

CURSO: ANÁLISE INSTITUCIONAL

Ricardo Malfé

CURSO. GRUPO FAMILIAR: PATOLOGIA E TERAPÊUTICA.

Alejandro Scherzer

CURSO: TEORIA DA IDEOLOGIA

Ruth Cardoso

CURSO: DOENÇA MENTAL. DESVIO OU ALIENAÇÃO.

Howard Becker

CURSO: AS TÉCNICAS DE LABORATÓRIO.

Armando Bauleo

CURSO: IDEOLOGIA E SAÚDE MENTAL

Carlos Villamor

CURSO: GRUPO OPERATIVO E GRUPO TERAPÊUTICO

Emilio Rodríguez

Robert Castel. Resposta a Henrique Escobar não registrada

MESA REDONDA. PSICANÁLISE: ANÁLISE DO EGO OU  
PSICOLOGIA DAS MASSAS?

Carlos Villamor

Alejandro Scherzer

CURSO: A REVOLUÇÃO SEXUAL.

Félix Guattari

CURSO: COMUNIDADE TERAPÊUTICA

Oswaldo Saidón

MESA REDONDA: "EQUIPE INTERDISCIPLINAR E A SAÚDE  
MENTAL"

Jurandir Freire Costa

Carmen Lent

Maria Augusta.

CURSO: ANÁLISE DE CRIANÇAS

Maria Luiza Ocampo

CURSO: RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE

Carlos Linger.

CURSO: FREUD/KLEIN/LACAN

Armando Suarez

PAINEL: SEXUALIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA.

Carmen Dora Guimarães

Peter Fry

Luis Fernando de Mello Campos

Miguel Reale Jr.

CURSO: A ANÁLISE INSTITUCIONAL

Gregorio Baremlitt

CURSO: GRUPO FAMILIAR - PATOLOGIA E TERAPÊUTICA.

Armando Bauleo

CURSO: TEORIA DA IDEOLOGIA

Carlos Villamor

PAINEL: SEXUALIDADE E DROGAS

João Romildo Bueno

Osvaldo Saidón

CURSO: DOENÇA MENTAL. DESVIO OU ALIENAÇÃO

Erving Goffman

CURSO: TÉCNICAS DE LABORATÓRIO

Emilio Rodrigué

CURSO: IDEOLOGIA E SAÚDE MENTAL

Chaim S. Katz

CURSO: LOUCURA E SOCIEDADE

Franco Basaglia

CURSO: PSIQUIATRIA INSTITUCIONAL

Emilio Rodríguez

CURSO: A REVOLUÇÃO SEXUAL

Shere Hite

PAINEL: “HOMOSEXUALIDADE E SOCIEDADE REPRESSIVA”

Peter Fry

Armando Bauleo

PAINEL: SEXUALIDADE INFANTIL

Carmen Lent

Carmem Dora Guimarães

Luis Fernando de Mello Campos

CURSO: O PSICANALISMO

Robert Castel

Carlos Villamor

PAINEL: PERVERSÃO E PERVERSIDADE

Carlos Villamor

Ricardo Malfé

Armando Suarez

SUPERVISÃO: ANÁLISE DE CRIANÇAS

Alejandro Scherzer

SUPERVISÃO: ANÁLISE DE CRIANÇAS

Eduardo Vidal

SUPERVISÃO: ANÁLISE DE CRIANÇAS

Maria Luiza Ocampo

SUPERVISÃO: ANÁLISE INSTITUCIONAL

Ricardo Malfé

SUPERVISÃO: ANÁLISE INSTITUCIONAL

Célio Garcia



SUPERVISÃO: PSICANÁLISE INDIVIDUAL

Alejandro Scherzer

SUPERVISÃO: PSICANÁLISE INDIVIDUAL

Armando Suarez

SUPERVISÃO: PSICANÁLISE INDIVIDUAL

Eduardo Losicer

SUPERVISÃO – GRUPOS LABORATÓRIO

Emilio Rodrigué

SUPERVISÃO – GRUPOS LABORATÓRIO

Gregorio Baremlitt

SUPERVISÃO: GRUPO E FAMÍLIA

Armando Bauleo

SUPERVISÃO: GRUPO E FAMÍLIA

Luis Fernando de Mello Campos

FÓRUM: AS ENFERMIDADES PROFISSIONAIS DOS  
TRABALHADORES DA SAÚDE MENTAL

FÓRUM: O MERCADO DE TRABALHO NA ÁREA DA SAÚDE MENTAL

FÓRUM: ENFERMIDADE MENTAL E REPRESSÃO SEXUAL

FÓRUM: PSICANÁLISE E DINHEIRO

FÓRUM: QUEM PODE SER PSICANALISTA?

FÓRUM: ANÁLISE TERMINÁVEL E INTERMINÁVEL

FÓRUM: LABORATÓRIOS. LIBERDADE OU LIBERTINAGEM?

FÓRUM: OS MOVIMENTOS DE LIBERAÇÃO SEXUAL

FÓRUM: O MITO DA NORMALIDADE SEXUAL

## **Convidados argentinos, europeus, mexicanos, norte-americanos e uruguaiois:**

### **Alejandro Scherzer (1940)**

Uruguaio, psiquiatra, psicólogo social, psicanalista, pesquisador e docente. Autor de numerosos livros e artigos. Transitou por uma formação curricular e extracurricular em amplitude, abrangendo a Medicina, a Psiquiatria, a Psiquiatria Infantil, a Psicologia, a Psicologia Infantil, a Psicologia Social, a Psicanálise (Grupo Plataforma Internacional), a Psicologia Familiar e Grupal além da Análise Institucional. Retirou-se ao campo privado durante a ditadura militar. Com o advento da democracia, restituído em seus cargos, foi eleito pelas Ordens universitárias Diretor da ex Escola Universitaria de Psicologia, logo, Diretor Geral do ex I.P.U.R. (Instituto de Psicologia da UDELAR) e, posteriormente, como primeiro Diretor da Faculdade de Psicologia da U.D.E.L.A.R. Conferencista, relator, organizador de múltiplos congressos e eventos nacionais e internacionais. Foi docente em universidades e outras instituições de Argentina, Brasil, Chile, México, Cuba, Espanha, Itália e França. Foi assessor de múltiplas equipes de trabalho na Universidade do Uruguai, em instituições públicas e privadas, assim como em comissões do Parlamento Nacional. Foi Diretor Técnico e Assessor Institucional do Instituto Psicopedagógico Uruguaio (I.P.P.U.) durante quinze anos. Trabalhou em contato com centros europeus em seu labor assistencial e de investigação sobre as causas e modos de atenção nas Psicoses Infantis (Transtornos do Espectro Autista). Dirigiu o Serviço de Atenção Psicológica da “Casa de Araca la Cana, sede da cultura popular”. Publicou cinco livros de sua autoria, mais de vinte em coautoria, e artigos em diversas revistas de Psicologia.

Outra faceta sua é a de investigador do carnaval montevideano, particularmente da Murga Uruguaya como modo de expressão popular e traço identitário hierarquizado da cultura, da construção da subjetividade e da sensibilidade da população.

### **Armando Bauleo (1932-2008)**

Argentino, psiquiatra, psicanalista e psicólogo social. Foi livre Docente de Psiquiatria pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nacional de Buenos Aires, Argentina. Um dos fundadores do Grupo Plataforma Internacional e Grupo Plataforma Argentina e membro coordenador da Escola de Psicologia Social de Enrique Pichon-Rivière, na qual foi um dos seus colaboradores mais diretos. Fundou várias organizações na Espanha e Itália, entre elas a CIR (Centro di Investigazione e ricerche) e percorreu diversos países da Europa e América Latina, ensinando e praticando a Psicologia Social de Pichon-Rivière e o Grupo Operativo aplicado à terapia e à investigação. Militante político, colaborou com os movimentos da frente popular contra a ditadura argentina e escreveu inúmeros e prestigiosos livros, sendo os mais conhecidos: “Ideologia, grupo e família” (1970); “Contra-Instituição e Grupos” (1977); “A Concepção operativa de grupo (1990)”; “Notas de Psicologia e Psiquiatria social (1988)”; “Psicanálise operativa” (2005), “Psicanálise e grupalidade” (2007).

### **Armando Suárez (1929-1988)**

Espanhol, psicanalista exilado e radicado no México por conta da ditadura franquista. Foi professor da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais no México e fundou o Círculo Psicanalítico Mexicano. Um intelectual crítico durante toda sua vida, adverso ao dogma e à intolerância, fez inúmeras publicações a partir da perspectiva da psicanálise e a teoria marxista.

### **Carlos Villamor (1936-1990)**

Argentino, filósofo especialista em epistemologia e teoria das ideologias. Docente em Teoria Psicanalítica lacaniana. Ex-professor da Faculdade de Psicologia da Universidade Nacional de Buenos Aires (Argentina) e participante do Grupo Plataforma Argentina e da Escola de

Psicologia Freudiana e Análise Institucional de Buenos Aires. Escreveu inúmeros artigos dentro os quais a biografia do filósofo argentino Carlos Astrada publicado em 1989.

### **Emilio Rodrigué (1923 – 2008)**

Argentino, psiquiatra e psicanalista clínico institucional, especialista em grupos e terapias integrativas. Investigador e escritor literário. Fez parte da sua formação psicanalítica e grupalista com W. Bion, M. Klein e P. Heimann. Foi Presidente da Associação Psicanalítica Argentina e da Associação Psiquiátrica Argentina. Foi membro fundador do Grupo Plataforma Argentina. Em 1986, recebeu o Prêmio Konex – Diploma de Mérito por sua carreira como psicanalista na Argentina e em 2010 o título de Doutor Honoris Causa na UFBA. Foi autor de inúmeros livros e artigos, dentre os quais: “A lição de Ondina, manual (psicanalítico) de sabedoria” (1980) “Sigmund Freud: O século da psicanálise” (1996); “A resposta de Heráclito” (2006) e coautor da coletânea “Questionamos I” (1971).

### **Erving Goffman (1922-1982)**

Estadunidense, antropólogo e cientista social. Foi professor titular da Universidade da Califórnia em Berkeley, professor de Antropologia e Sociologia na Universidade da Pensilvânia. Foi ganhador do prêmio Guggenheim e presidente da Sociedade Americana de Sociologia. Teve um papel fundamental na reforma da saúde mental em vários países, inclusive no Brasil. Publicou diversos livros e artigos, entre eles: “A representação do eu na vida cotidiana” (1956); “Manicômios, prisões, conventos” (1961) e “Estigma, Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada” (1963).

### **Franco Basaglia (1924-1980)**

Italiano, médico neurologista e psiquiatra. Foi professor universitário, assumiu e trabalhou no processo de desinstitucionalização do hospital psiquiátrico de Gorizia na década de 60 e Trieste na década de 70. Foi um dos fundadores do movimento da Psiquiatria Democrática e militou pela reforma psiquiátrica na Itália, onde conseguiu a promulgação de uma lei proibindo a construção de novos manicômios. Sua influência se estendeu por vários países do mundo, especialmente na América Latina. Esteve pela primeira vez no Brasil em 1978 no Simpósio organizado pelo IBRAPSI (Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições). Visitou várias vezes o Brasil onde sua presença e suas ideias tiveram um papel fundamental no Movimento de Trabalhadores da Saúde Mental e na reforma psiquiátrica brasileira. É autor de inúmeros livros e artigos dentre os quais se destacam “A instituição negada” (1968) e a coletânea “Os crimes de paz” (1975).

### **Howard Saul Becker (1928 - 2023)**

Estatunidense, sociólogo. Professor na Northwestern University, teve um importante papel na reforma psiquiátrica pelos seus escritos e pesquisas acerca das pessoas em sofrimento mental como excluídos sociais. Escreveu inúmeros livros e artigos, como: “Outsiders. Estudos de sociologia do desvio” (1963), “Art Worlds” (1982) dentre outros.

### **Pierre-Félix Guattari (1930-1992)**

Francês, militante político libertário. Fundador da Rede internacional de práticas psiquiátricas alternativas (Reseau). Autodidata, esquizoanalista. Filósofo, ecologista, semiótico, músico e analista institucional. Autor de inúmeros livros e artigos dentre os quais se destacam: “A Revolução Molecular” (1981); “As três ecologias” (1989); “Caosmose” (1992); e em colaboração com Gilles Deleuze, “O Anti-édipo e Mil platôs (capitalismo e esquizofrenia)” (1972,1980); “Kafka: por uma literatura menor” (1975); “O Que é filosofia” (1991), dentre outros.

### **Ricardo Malfé (1936-2003)**

Argentino, médico e psicanalista, docente de Psicologia institucional, Psicologia do trabalho e Psicologia social da Universidade de Buenos Aires e em diversas universidades no interior da Argentina. Desenvolveu uma abordagem sobre as organizações a partir dos escritos de Freud. Sua obra mais importante foi o livro lançado em 1995 intitulado *Fantásmata: El vector imaginario de procesos e instituciones*

### **Robert Castel (1993-2013)**

Francês, estudou filosofia e em 1967 se mudou para Sorbonne junto com Raymond Aron. No início de maio de 68 se interessou pela sociologia, especialmente pela sua amizade com Pierre Bourdieu. Foi professor da Universidade de Paris VIII – Vincennes-Saint-Denis. Na década de 80 se aproximou da Psicanálise e da Psiquiatria, interessando-se pelas discussões de Michel Foucault. Fundou, com outros intelectuais, o Grupo de Análise do Social e da Sociabilidade (GRASS). Investigou sobre o trabalho, o capitalismo e os sistemas psicanalíticos e psiquiátricos, dos quais escreveu inúmeros livros e artigos sobre o tema. Citamos como principais livros: “A metamorfose da questão social” e “O Psicanalismo”.

### **Shere Hite (1942-2020)**

Estadunidense, sexóloga e feminista. Mestre em história pela Universidade de Florida em Gainesville. Frequentou a pós-graduação na Universidade de Columbia em Nova York, onde começou a pesquisar e escrever sobre sexo. Doutora em relações internacionais pela Nihon University em Mishima, Japão. Escreveu artigos para jornais publicados na Europa e na Ásia e foi professora visitante na Nihon University, no Japão, na Chongqing University, na China, e na Maimonides University, em North Miami Beach, na Flórida (EUA), além de fazer a formação de terapeutas sexuais. O seu trabalho mais conhecido é o relatório Hite, publicado nos EUA, em 1976. Escreveu vários artigos e

livros, dos quais se destacam: *Sexual Honesty, by Women, For Women* (1974), *The Hite Report on Female Sexuality* (1976), *The Hite Report on Men and Male Sexuality* (1981, O relatório Hite sobre sexualidade masculina), *Fliegen mit Júpiter* (1993), *Sex & Business* (2000).

### **Thomas Stephen Szasz (1920-2012)**

Húngaro radicado no Estados Unidos, médico psiquiatra. Professor Emérito de psiquiatria do Centro de Ciência da Saúde da Universidade do Estado de Nova York. Em 1970, Szasz fundou, juntamente com George Alexander e Erving Goffman, a American Association for the Abolition of Involuntary Mental Hospitalization (AAAIMH), com o objetivo de abolir a intervenção psiquiátrica involuntária. Em 1973, foi eleito “Humanista do Ano” pela American Humanist Association. Autor de inúmeros livros e artigos, entre os que se destacam: “O mito da doença mental” (1960) e “A fabricação da loucura: um estudo comparativo da inquisição e do manto de saúde mental” (1970).

### **Convidados nacionais**

Roberto Machado	João Paulo G. Monteiro
Jurandir Costa Freire	Peter Fry
Eduardo Losicer	Roberto da Matta
Oswaldo Saidón	Ivone Costa Ribeiro
Eduardo Vidal	Roberto Gomes
J.A. Guilhon de Albuquerque	Jorge Galperin
Carmen Lent	Neuma Aguiar
Alberto Coelho	João Romildo Bueno
Hilton Japiassu	Eduardo Mascarenhas
Marta Berlin	Miguel Reale Junior
Celio Garcia	Maria Augusta
Gilberto Velho	Maria Luisa Ocampo
Cidmar Pais	

## ANEXO


**1º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE GRUPOS E INSTITUIÇÕES**  
Rio de Janeiro, 19, 20, 21, 22 de outubro de 1978  
Copacabana Palace Hotel

*Temas oficiais:*

**A Sobrevivência da Psicanálise**  
**Saúde Mental e suas Instituições**  
**O Sexo Como Instituição**

GRUPO I TEL: 235-0248

PROMOVIDO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE PSICANÁLISE  
PSICOLOGIA GRUPO I INSTITUCIONAL (IBRPSII) COM A  
COLABORAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICQUIATRIA  
SECRETARIA EXECUTIVA: (IBRPSI - RJ) - RUA SIQUEIRA CAM-  
POS, 142 - BLOCO D, SALAS 717 E 718 - TEL: 256-4896 E  
257-8171 - CEP 22.021 E EPIS - TEL: 256-0146 E 256-0745  
- SP.

**EMISSÃO DE VOUCHER**  
**FRANCO**  **EDITORA**  
Rua do Marquês, 100 - 20020-000 - Rio de Janeiro - RJ

Supervisão — Análise Institucional — Salão AM — Ricardo Matté (ARG)

**Das 17:30 às 19:30 horas**

Curso — Loucura e Sociedade — Salão G — Thomas Szasz (EUA)

Curso — Grupo Operativo e Grupo Terapêutico — Salão B — Ricardo Matté (ARG)

Curso — Psiquiatria Institucional — Salão A — Pierre Felix Guattari (FRANÇA)

Forum — Análise: Terminável ou interminável — Salão E —

Curso — O Psicanalista — Salão N —

Roberto Machado (RJ)

Chaim S. Katz (RJ)

Gilberto Velho (RJ)

Curso — Teoria da Ideologia — Salão A —

Luis Fernando de Mello Campos (RJ)

Peter Fry (SP)

Curso — Grupos — Laboratório — Salão AM —

Emílio Rodrigues — (ARG)

**Das 19:30 às 21:00 horas**

Mesa Redonda — A Sobrevivência da Psicanálise — Salão G —

Pierre Felix Guattari (FRANÇA)

Robert Castel (FRANÇA)

Armando Suarez (MÉXICO)

Chaim S. Katz (RJ)

Mesa Redonda — Psicanálise: O Futuro de uma Ilusão ou o

que está na cultura — Salão B —

Thomas Szasz (EUA)

HEID Paganini (RJ)

Ricardo Matté (ARG)

Curso — A Revolução Sexual — Salão A —

Gregório Barenblitt (RJ)

Thomas Szasz (EUA)

Curso — Comunidade Terapêutica — Salão E —

Emílio Rodrigues (ARG)

Panel — A Eficácia Simbólica na Psicanálise e na Antropologia

— Salão N — Roberto da Matta (SP)

Ivone Costa Ribeiro (RJ)

Luis Fernando de Mello Campos (RJ)

Panel — Psicanálise e Epistemologia — Salão V —

Hilton Japiassu (RJ)

Carlos Villamor

Alberto Coelho de Souza (RJ)

Roberto Gomes (BR)

Supervisão — Grupos e Família — Salão AM —

Armando Bauleo (ESPAÑA)

**Das 21/10/78 — SÁBADO**

**Das 09:00 às 11:00 horas**

Curso — Psicanálise de Crianças — Salão G — Emílio

Rodriguez (ARG)

Curso — A Relação médico paciente — Salão B —

Jorge Galloin (ARG)

Curso — Freud/Klein/Lacan (O Desejo ou a Culpa) —

Salão A — Horus Vital Brasil (RJ)

Dia 19/10/78 — QUINTA-FEIRA  
Horário — 14:00 às 19:00 horas — ENTREGA DE  
CREDENCIAIS  
Horário — 21:00 às 22:00 horas — SEÇÃO SOLENE  
DE ABERTURA

Local: Copacabana Palace Hotel

## PROGRAMA DO SIMPÓSIO

Dia 20/10/78 — SEXTA-FEIRA

Das 09:00 às 11:00 horas

Curso — Psicanálise de Crianças — Salão G — Eduardo

Vidal (ARG)

Curso — A relação médico paciente — Salão B — Eduardo

Lozier (ARG)

Curso — Freud/Klein/Lacan (O Desejo ou a Culpa) — Salão A —

Heio Pellegrino (RJ)

Panel — Psicanálise e Psicologia — Salão E —

Carmen Lenti (RJ)

Alberto Coelho de Souza (RJ)

Hilton Japiassu (RJ)

Maria Perlin (ARG)

Temas Livres — Salão V

Forum — Psicanálise e Dinheiro — Salão N

Supervisão — Psicanálise Individual — Salão AM — Armando

Suarez (MÉXICO)

**Das 11:00 às 13:00 horas**

Curso — A Análise Institucional — Salão G — Celso

Garcia (MG)

Curso — Grupo Familiar — Patologia Terapêutica — Salão B —

Luis Fernando de Mello Campos (RJ)

Curso — Teoria da Ideologia — Salão A — Prof. J. A.

Guillon de Albuquerque (SP)

Panel — Psicanálise e Religião — Salão E —

Armando Suarez (MÉXICO)

Heio Pellegrino (RJ)

Chaim S. Katz (RJ)

Temas Livres — Salão N

Forum — Quem pode ser psicanalista? — Salão V

Supervisão — Análise de Crianças — Salão AM —

Alexandro Schacter (URUGUAI)

**Das 15:00 às 17:00 horas**

Curso — Doença Mental — Desvio ou Alienação — Salão G —

Gilberto Velho (RJ)

Curso — As Técnicas do Laboratório — Salão B —

Oswaldo Saldón (ARG)

Curso — Ideologia e Saúde Mental — Salão A —

Robert Castel (FRANÇA)

Curso — Introdução ao Antídoto — Salão E —

Emílio Barenblitt (RJ)

Panel — Psicanálise e Linguística — Salão AM —

Luis Fernando de Mello Campos (RJ)

Cidmar Pass (SP)

João Paulo G. Monteiro (SP)

Conferência — A Fabricação da Loucura — Salão V —

Thomas Szasz (EUA)

Panel — A Doença Mental no Brasil — Salão E —

Prof. J. A. Guillon de Albuquerque (SP)

Neuma Aguiar (RJ)

Sergio Anouca (RJ)

Temas Livres — Salão N

Forum — As Enfermidades Profissionais dos Trabalhadores em

Saúde Mental — Salão V

Supervisão — Psicanálise Individual — Salão AM —

Eduardo Lozier (ARG)

**Das 11:00 às 13:00 horas**

Curso — Análise Institucional Salão G — Ricardo Matté (ARG)

Curso — Grupo Familiar: Patologia e Terapêutica — Salão B —

Alexandro Schacter (URUGUAI)

Curso — Teoria da Ideologia — Salão A — Ruth Cardoso (SP)

Panel — Política e Hospitais Psiquiátricos — Salão E —

Júlio Romildo Buzro (RJ)

Neuma Aguiar (RJ)

Roberto Machado (RJ)

Jurandir Freire Costa (RJ)

Temas Livres — Salão N

Forum — O Mercado do Trabalho na Área de Saúde Mental

— Salão V

Supervisão — A Análise de Crianças — Salão AM —

Eduardo Vidal (ARG)

**Das 15:00 às 17:00 horas**

Curso — Doença Mental Desvio ou Alienação — Salão G —

Howard Becker (EUA)

Curso — As Técnicas de Laboratório — Salão B —

Armando Bauleo (ESPAÑA)

Curso — Ideologia e Saúde Mental — Salão A —

Carlos Villamor (ARG)

Curso — Introdução ao Antídoto — Salão E —

Pierre Felix Guattari (FRANÇA)

Panel — Formação de Coordenadores de Grupos — Salão N —

Maria Perlin (ARG)

Oswaldo Saldón (ARG)

Eduardo Maccarone (SP)

Chaim S. Katz (RJ)

Forum — Enfermidade Mental e Repressão Sexual — Salão V

Supervisão — Análise Institucional — Salão AM —

Celso Garcia (MG)

**Das 17:30 às 19:30 horas**

Curso — Loucura e Sociedade — Salão G — Armando

Bauleo (ESPAÑA)

Curso — Grupo Operativo e Grupo Terapêutico — Salão B —

Emílio Rodrigues (ARG)

Curso — Psiquiatria Institucional — Salão A — Franco

Bassaglia (ITALIA)

Panel — Instituições Psíquicas e Sexualidade — Salão E —

Shire Hita (EUA)

Peter Fry (SP)

Carmen Dora Guimarães (RJ)

Curso — O Psicanalista — Salão N — Robert Castel

(FRANÇA)



# UM ENCONTRO INESQUECÍVEL

## PRIMEIRO SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE, GRUPOS E INSTITUIÇÕES

**Panel — Os Grupos Intelectuais Brasileiros — Salão V**  
 Roberto da Malta (SP)  
 J. A. Guillón de Albuquerque (SP)  
 Roberto Gomes (PR)  
**Supervisão — Grupos Laboratoriais — Salão AM —**  
 Gregório Barenhöltz (RJ)

**Das 19:30 às 21:00 horas**  
**Mesa Redonda — A Saúde Mental e suas Instituições — Salão G**  
 Robert Castel (FRANÇA)  
 Ricardo Maillé (ARG)  
 Franco Basaglia (ITALIA)

**Mesa Redonda — Psicanálise: Análise do Ego ou Psicologia das Massas? — Salão B —**  
 Carlos Villamor (ARG)  
 Alejandro Scherzter (URUGUAI)  
**Curso — A Revolução Sexual — Salão A — Pierre Felix Guattari (FRANÇA)**

**Curso — Comunidade Terapêutica — Salão E —**  
 Oswaldo Saidon (ARG)  
**Panel — A Linguagem Repressiva nas Instituições — Salão N**  
 Miguel Reale Júnior (SP)  
 João Romildo Bueno (RJ)  
 Cidmar Paes (SP)  
 João Paulo G. Monteiro (SP)

**Panel — A Equipe Interdisciplinar e a Saúde Mental — Salão V**  
 Jurandir Freire Costa (RJ)  
 Carmen Leit (RJ)  
 Maria Augusta (RJ)

**Supervisão — Grupos e Família — Salão**  
 Luis Fernando de Mello Campos (RJ)

### Dia 22/10/78 — DOMINGO

**Das 09:00 às 11:00 horas**  
**Curso — Psicanálise de Crianças — Salão G — Maria Luíza Ocampo (ARG)**  
**Curso — Relação médico paciente — Salão B —**  
 Carlos Linger (ARG)  
**Curso — Freud/Klein/Lacan — Salão A — Armando Suarez (MEXICO)**

**Panel — Sexualidade na Sociedade Brasileira — Salão E —**  
 Carmen Dora Guimarães (RJ)  
 Peter Fry (SP)  
 Luis Fernando de Mello Campos (RJ)  
 Miguel Reale Jr. (SP)

**Temas Livres — Salão N**  
**Forum Laboratórios — Liberação ou Libertinagem? — Salão V**  
**Supervisão — Psicanálise Individual — Salão AM —**  
 Alejandro Scherzter (URUGUAI)

**Das 11:00 às 13:00 horas**  
**Curso — A Análise Institucional — Salão G — Gregório Barenhöltz (RJ)**  
**Curso — Grupo Familiar: Patologia e Terapêutica — Salão B —**  
 Armando Bauko (ESPAÑA)  
**Curso — Teoria da Ideologia — Salão A —**  
 Carlos Villamor (ARG)

**Panel — Homossexualidade e Sociedade Repressiva — Salão N**  
 Peter Fry (SP)  
 Hélio Pellegrino (RJ)  
 Armando Bauko (ESPAÑA)  
**Panel — SExualidade Infantil — Salão V —**  
 Larsson Luit (RJ)  
 Carmen Dora Guimarães (RJ)  
 Luis Fernando de Mello Campos (RJ)  
**Supervisão — Grupos e Família — Salão AM —**  
 Armando Bauko (ESPAÑA)

**OBs: PARA TODAS AS CONFERÊNCIAS, HAVERÁ TRADUÇÃO SIMULTANEA**

### CONVIDADOS INTERNACIONAIS

**Diretores do Rêzo de Psiquiatria — Movimento T**  
 Formador da Psicanálise em toda a Europa.  
**FELIX RENE GUATTARI** — Psicanalista e Psicólogo Institucional. Coautor com Deleuze do Anti-Édipo, autor de Psicanálise e Transversalidade Política Molecular e outros. Fundador e uma das figuras de maior importância da Psicanálise institucional e fundador do Esquema-Análise. (França)  
**FRANCO BASAGLIA** — Psiquiatra. Principal psiquiatra comunista da Itália. Diretor do Hospital Psiquiátrico de Trieste, especializado em comunidades terapêuticas. Principal figura da Anti-Psiquiatria na Itália. Autor do livro "Instituição Negada". (Itália)  
**ROBERT CASTEL** — Sociólogo, autor de "Psicanálise e a Ordem Psiquiátrica. Crítica na Europa das funções repressivas da psicanálise e das técnicas psiquiátricas". (França)  
**ARMANDO BAUKO** — Psiquiatra e Psicanalista. Diretor de um centro de formação em Psicologia Social, com sedes na Espanha e na Itália. Fundador do Grupo Plataforma, na Argentina. Coautor do livro Questionamos. Especialista em grupos operativos e terapia de família. (Argentino, residente na Espanha)

**Americanos:**  
**F. NG GOFFMAN** — Antropólogo, especialista em marginalidade e Desvio Social. Realizou vários trabalhos em instituições de Ensino analisando a Escola como Sistema de Status Social. Autor dos livros "Outliers", "Uma Teoria de Ação Coletiva" e outros.  
**SHERE HITE** — Socióloga. Autora do Livro Relatório Hite, um estudo sobre a sexualidade feminina.  
**ERVING GOFFMAN** — Sociólogo, especialista em estudos de marginalidade e Desvio Social. Realizou vários trabalhos em instituições de Ensino analisando a Escola como Sistema de Status Social. Autor dos livros "Outliers", "Uma Teoria de Ação Coletiva" e outros.  
**SHERE HITE** — Socióloga. Autora do Livro Relatório Hite, um estudo sobre a sexualidade feminina.

**Panel — Sexualidade e Drogas — Salão E —**  
 João Romildo Bueno (RJ)  
 Hélio Pellegrino (RJ)  
 Oswaldo Saidon (ARG)

**Temas Livres — Salão N**  
**Forum — Os Movimentos da Liberação Sexual — Salão V**  
**Supervisão — Análise de Crianças — Salão AM —**  
 Maria Luíza Ocampo (ARG)

**Das 15:00 às 17:00 horas**  
**Curso — Doença Mental: Desvio ou Alienação — Salão G —**  
 Erving Goffman (EUA)  
**Curso — Técnicas de Laboratório — Salão B —**  
 Emilio Rodríguez (ARG)  
**Curso — Ideologia e Saúde Mental — Salão A —**  
 Chaim S. Katz (RJ)

**Curso — Introdução ao Anti-Édipo — Salão E —**  
 Pierre Felix Guattari (FRANÇA)  
**Panel — A Sexualidade nas Instituições — Salão N —**  
 Franco Basaglia (ITALIA)  
 João Romildo Bueno (RJ)  
 Jurandir Freire Costa (RJ)  
 Miguel Reale Júnior (SP)

**Forum — O Mito da Normalidade Sexual — Salão V**  
**Supervisão — Análise Institucional — Salão AM —**  
 Célio Garcia (MG)

**Das 17:30 às 19:30 horas**  
**Curso — Loucura e Sociedade — Salão G —**  
 Franco Basaglia (ITALIA)  
**Curso — Grupo Operativo e Grupo Terapêutico — Salão B —**  
 Armando Bauko (ESPAÑA)  
**Curso — Psiquiatria Institucional — Salão A —**  
 Emilio Rodríguez

**Conferência — Sexualidade Feminina — Salão E —**  
 Shire Hite (EUA)  
**Curso — O Psicanalismo — Salão N — Roberto Castel (FRANÇA)**  
**Panel — Perversão e Perversidade — Salão V —**  
 Carlos Villamor (ARG)  
 Ricardo Maillé (ARG)  
 Armando Suarez (MEXICO)

**Supervisão — Grupo Laboratório — Salão AM —**  
 Oswaldo Saidon (ARG)

**Das 19:30 às 21:30 horas**  
**Mesa Redonda — O Sexo com Instituição — Salão G —**  
 Carlos Villamor (ARG)  
 Pierre Felix Guattari (FRANÇA)  
 Gregório Barenhöltz (RJ)

**Mesa Redonda — Psicanálise — seus Tópicos e seus tabus — Salão B —**  
 Gilberto Vainho (RJ)  
 Erving Goffman (EUA)  
 Howard Becker (EUA)  
 Luis Fernando de Mello Campos (RJ)

**Curso — A Revolução Sexual — Salão A — Shire Hite (EUA)**

**Curso — Comunidade Terapêutica — Salão E —**  
 Franco Basaglia (ITALIA)

### Latino-Americanos:

**CARLOS VILLAMOR** — Filósofo, especialista em Epistemologia e Teoria das Ideologias. Ex-Professor da Faculdade de Psicologia da Universidade Nacional de B. Aires.  
**ARMANDO SUAREZ** — Psiquiatra, e Psicanalista, Presidente do Circulo Psicanalítico Independente do México. Especialista e seguidor da linha de Cereno. Tradutor e introdutor da obra de Lacan no México.  
**RICARDO MAILLÉ** — Psicólogo, Institucional, um dos mais importantes psicólogos Institucionais Argentinos. Crítico da Desmitologia da Psicanálise e Especialista em Psicologia Institucional de estabelecimentos assistenciais. Ex-Professor da Universidade Nacional de B. Aires.  
**ALEXANDRO SCHERZTER** — Psiquiatra e psicanalista. Catedrático de Psiquiatria Infantil da Universidade de Psicologia de Montevideo. Especialista em Grupo Familiar e operativo.  
**EMILIO RODRIGUEZ** — Psiquiatra e psicanalista. Ex-Presidente da Associação Psicanalítica Argentina, membro fundador do Grupo Plataforma. Coautor do livro Questionamos e Autor de Biografía de uma Comunidade Terapêutica. Psicoterapeuta de Grupos. Psicanalista nas Américas e, Heroína e o Contexto do Processo Psicanalítico.

### BANCO REAL



**TRANS BRASIL**  
 Brasil é uma grande



CONSELHO  
REGIONAL DE  
PSICOLOGIA  
MINAS GERAIS

